

Universidade de Lisboa

Instituto de Ciências Sociais



***Saneamento básico
Factores sociais no insucesso de uma política
adiada
O caso do Lis***

José Gomes Ferreira

Doutoramento em Ciências Sociais
Especialidade: Sociologia Geral

2012

Universidade de Lisboa

Instituto de Ciências Sociais

***Saneamento básico
Factores sociais no insucesso de uma política
adiada
O caso do Lis***

José Gomes Ferreira

Tese orientada por
Professora Doutora Luísa Schmidt

Financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia

(SFRH/BD/40406/2007)

2012

Resumo

A adesão à União Europeia, em 1986, trouxe a Portugal os meios financeiros e técnicos necessários para suprir as suas carências em termos de infra-estruturas de esgotos. Apesar desse impulso verifica-se uma incapacidade interna para resolver cabalmente o problema, que continua, em parte, sem soluções adequadas e sem que se identifiquem os factores que têm contribuído para tais disfuncionamentos, cujas consequências se reflectem sobre a qualidade de vida das populações e sobre os ecossistemas, e representam elevados custos económicos para o país.

Com o objectivo de explicar o insucesso das políticas de esgotos assumimos como hipótese que intervieram variáveis que até aqui não têm sido tomadas em conta, mas sem as quais não conseguiremos (re)construir a narrativa de entendimento do problema. Dito de outro modo, que os factores sociais e políticos são absolutamente determinantes para explicar o insucesso das políticas de esgotos, repercutindo-se sobre uma gama alargada de outros factores.

Optamos por uma análise genérica do insucesso das políticas de esgotos e por estudar as implicações da poluição da bacia hidrográfica do rio Lis como estudo de caso, por se tratar de um caso emblemático da não concretização das políticas e por se apresentar como um caso de laboratorial, tanto no ensaio de soluções de um sector específico que a caracteriza – o sector suinícola – como um caso laboratorial do ponto de vista sociológico, no que se apresenta como uma espécie de espelho do país que, ao mesmo tempo, anseia atingir patamares europeístas e persiste em preservar a sua condição de uma sociedade mais tradicional. A escolha da bacia do Lis justifica-se igualmente porque se trata de um ícone da poluição hídrica nacional e um caso de longevidade na agenda mediática, num processo em que o aumento de visibilidade e do protesto cívico não se reflectiu em soluções.

Palavras-chave: política de esgotos, poluição hídrica, impacto do sector suinícola, atenção mediática

Abstract

The accession to the European Union in 1986, brought to Portugal the necessary financial and technical resources to meet their needs in terms of sewerage infrastructure. Despite this important trigger there is an internal failure to resolve the problem properly that continues, in part, without appropriate solutions and without identifying the factors that have contributed to these problems. The consequences are reflected on the quality of life of populations and ecosystems, and represent high economic costs for the country.

In order to explain the failure of sewage policies an hypothesis is advanced based on other variables that hitherto have not been taken into account, but without which it is not possible to (re) build a solid narrative to understanding this problem. In other words, social and political factors are absolutely critical to explain the failure of sewage policies, affecting a wide range of other factors.

Both a general analysis of the failure of sewage policies and an examination of the social implications of the River Lis water catchment area's pollution were adopted in this study. Justification for such analytical focus are threefold: firstly, it is an emblematic case of non-implementation of environmental public policies; secondly, it has the capacity to be portrayed as a laboratory, because it is a case of test solutions of a specific sector that affects it – the pigmeat sector – and it is an interesting case from a sociological point of view. That is, it presents itself as a sort of mirror of the country that yearns to achieve European development thresholds and, concomitantly, persists in preserving their status as a traditional society. Thirdly, because it is an icon of national water pollution and a case of longevity in the media agenda, wherein the increased visibility and civic protest was not reflected in the efficacy of solutions.

Keywords: sewage policies, water pollution, impact of the pigmeat sector, media attention

Agradecimentos

Por mais intenso que seja o nosso labor e vontade um trabalho desta amplitude requer o estímulo, apoio, orientação e colaboração de várias pessoas. As primeiras palavras de agradecimento dirijo-as naturalmente à Doutora Luísa Schmidt que me acompanhou neste percurso e com quem é sempre muito gratificante e estimulante trabalhar, e perante quem as dificuldades são desafios a superar, transformando a tentativa e erro características de uma investigação deste género num contínuo progredir. Pelo seu contributo imprescindível, assim como pela estima, solidariedade e profundo empenhamento o meu muito obrigado.

A seguir expresso o reconhecimento do benefício da integração no Observa – Observatório de Ambiente e Sociedade, no que agradeço, em particular à Aida Valadas de Lima, João Guerra, João Pato, Joaquim Gil Nave, Mónica Trünninger, Pedro Prista, Susana Valente e Tiago Saraiva. No ICS-UL, agradeço às colegas e amigas com quem tive o prazer de integrar a representação dos alunos no Conselho Pedagógico, especialmente à Ana Gonçalves e à Teresa Rosado. No âmbito do doutoramento agradeço ao colega José Pedro Silva com quem trabalhei algumas questões. Fora deste contexto, agradeço o enorme apoio e compreensão de amigos e familiares, em particular à Carmo Ramos, Joana Falcão, Lúcia Neto, Luísa Nora, Luís Manteigas, Paulo Sá, Rui Barros, colegas e amigos da APRDÃO.

Em termos de concretização do trabalho, dirijo um agradecimento especial ao Mário Oliveira, um novo amigo que neste percurso me colocou em contacto com outras dimensões do problema e com alguns dos seus mais directos intervenientes, um agradecimento que estendo igualmente à Oikos – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria. Agradeço igualmente a disponibilidade e apoio do Sr. Adelino Caravela, da secção de Leiria da ARH do Centro; da própria Administração da Região Hidrográfica na pessoa do seu vice-presidente, engenheiro José Serrano; assim como igual disponibilidade e apoio do professor Renato Paz; de Rui Crespo, porta-voz da Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres, pela disponibilidade e material disponibilizado; do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da Guarda Nacional Republicana, na pessoa do major Adérito Santos, Chefe da Secção do Comando Territorial de Leiria; da Simlis - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A., na pessoa do engenheiro Jaime Gabriel Silva, administrador-delegado, e das engenheiras Margarida Dolores e Sandra Vieira.

A estes nomes acrescento o nome e instituição dos entrevistados: Anabela Graça e Filipa Alves, da ADLEI – Associação para o Desenvolvimento de Leiria; Anabela Silva, jornalista do Jornal de Leiria; António Lucas, presidente da Câmara Municipal da Batalha, Cláudio de

Jesus, Águas de Portugal Internacional; David Catarino, ex-presidente da Câmara Municipal de Ourém; David Neves, presidente da Recilis e da Associação de Suinicultores do Concelho de Leiria; Domingos Patacho, responsável pelo Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus; Fernando e Silva Sousa e Mário Gomes, respectivamente, presidente e secretário da Junta de Freguesia dos Milagres; Filipe Lopes, dirigente do Movimento Amor Saudável; Heitor de Sousa, ex-deputado do Bloco de Esquerda pelo distrito de Leiria; Helena Amaro, jornalista do Diário de Leiria; Humberto Rosa, ex-Secretário de Estado do Ambiente; Isabel Gonçalves dos Santos, vereadora da Câmara Municipal de Leiria; Isabel Damasceno, ex-presidente da Câmara Municipal de Leiria; Jorge Crespo, presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira de Cima; José Augusto Esteves, ex-membro da Assembleia Municipal de Leiria em representação do Partido Comunista Português; José Humberto Paiva de Carvalho, ex-Governador Civil de Leiria; José Nunes André, geógrafo; Judite Vieira, professora na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria; Laura Esperança, presidente da Junta de Freguesia de Leiria; José Alho, vice-presidente da Câmara Municipal de Ourém; Marina Guerra, jornalista do Região de Leiria; Neusa Magalhães, ex-vereadora da Câmara Municipal de Leiria, actual secretária da NERLEI; Nuno Carvalho, presidente da Oikos – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria; Nuno Damásio, da Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Lis; Odete João, deputada do Partido Socialista; Patrícia Carreira, Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Porto de Mós; Paulo Vicente, vice-presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande; e Ricardo Garcia, jornalista do Público.

Não quero deixar de expressar o meu profundo agradecimento aos responsáveis e funcionários dos arquivos e bibliotecas onde realizei esta pesquisa, designadamente, ao Arquivo Administrativo da Câmara Municipal de Leiria, arquivo do ex-Instituto da Água, Arquivo Distrital de Leiria, Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira (Leiria) e Biblioteca Nacional de Portugal. Por último, agradeço ao Gabinete de Estudos Pós-graduados do ICS-UL, em particular à Dr.^a Maria Goretti Matias, todo o apoio e encorajamento ao longo deste percurso.

A todos, identificados ou sob designação institucional, o meu mais sincero e profundo agradecimento.

*À Minha mãe
e à memória do meu pai
e da minha avó Teresa*

ÍNDICE GERAL

Índice de gráficos	
Índice de quadros	
Índice de esquemas e mapas	
Siglas e abreviaturas	
I. Introdução.....	1
II. Estratégia metodológica.....	10
II.1. Proposta de análise.....	10
II.2. Percurso metodológico.....	18
II.2.1. Consulta de documentos oficiais.....	18
II.2.2. Recolha de dados estatísticos.....	20
II.2.3. Recolha e análise de notícias sobre a poluição da bacia do Lis na imprensa...	21
II.2.4. Realização de entrevistas.....	23
II.2.5. Dimensão, escala e instrumentos.....	24
III. Enquadramento teórico.....	26
III.1. Transformação dos problemas ambientais em problemas sociais.....	27
III.2. Comunicação social e ambiente.....	32
III.3. Os movimentos sociais na definição do tema ambiente.....	35
III.4.1. Modernização Ecológica, reforma ambiental e sector suinícola.....	48
III.4.2. Degradação ambiental com origem em suiniculturas.....	52
III. Avanços e recuos das políticas de esgotos.....	64
IV. 1. Raízes históricas do insucesso das políticas nacionais de esgotos.....	64
IV.2. Esgotos e prioridades de Abril de 1974.....	74
IV. 3.1. Política de esgotos após a adesão à União Europeia.....	78
IV.3.2. PEAASAR – uma estratégia para o sector?.....	90
IV.4. Legislação aplicável à descarga de efluentes suinícolas em meio hídrico.....	97
V. Origem e aumento de escala da poluição hídrica.....	102
V.1. Emergência dos esgotos como problema.....	102
V.2. Esgotos e desigualdades sociais.....	109
V.3. Dos rios como vazadouros à incapacidade de se regenerarem.....	113
VI. Caracterização socio-demográfica da bacia hidrográfica do rio do Lis.....	132
VI.1. Localização e características.....	133

VI.2. Perfil demográfico.....	136
VI. 3.1. Indústria extractiva e indústria transformadora na região.....	140
VI.3.2. As suiniculturas na bacia do Lis.....	143
VII. Lis, uma história de poluição.....	153
VII.1. Lis cantado.....	153
VII.2. Lis domesticado.....	160
VII.3. Lis poluído.....	166
VII.4. Lis Europeu.....	174
VII.5. “Catástrofe de Suinoby1”	183
VII.6. Lis re-visitado.....	189
VIII. Poluição suinícola, visibilidade cívica e mediática da bacia do Lis.....	197
VIII.1. Os primeiros alertas.....	197
VIII.2.1. Evolução e destaque dos registos noticiosos na imprensa regional.....	201
VIII.2.2. Diversidade dos problemas.....	206
VIII.2.3.1. Os protagonistas.....	209
VIII. 2.3.2. Visibilidade dos movimentos cívicos e das personalidades.....	215
VIII.2.4. Locais referidos nas notícias (1985-2010).....	219
VIII.3. A Ribeira dos Milagres como ícone da poluição hídrica nacional.....	222
IX. Avanços e recuos da despoluição da bacia do Lis.....	232
IX.1. Dimensões do problema.....	232
IX.2.1. Estigma e desconfiança em relação ao sector suinícola.....	239
IX.2.2. Transversalidade da desconfiança.....	246
IX.3. Proximidade e mobilização cívica.....	254
IX.4.1. Consensos e conflitos.....	261
X. Conclusões.....	279
XI. Bibliografia.....	303
ANEXOS (em CD-ROM)	

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico IV.1. Evolução da drenagem e tratamento de esgotos durante o PEAASAR I (2000-2006).....	93
Gráfico V.1. Evolução da qualidade da água dos rios portugueses (1995-2011).....	129
Gráfico V.2. Evolução da qualidade da água no rio Lis, Ponte de Arrabalde e Monte Real (1995-2011).....	130
Gráfico VI.1. N° de explorações e n° de suínos nos concelhos da BHL, por Recenseamento Agrícola (1934-2009).....	150
Gráfico VIII.1. Evolução do n° de notícias sobre a poluição na bacia do Lis no Jornal de Leiria e Região de Leiria (1985-2010).....	202
Gráfico VIII.2. Evolução dos registos noticiosos publicados na primeira página.....	203
Gráfico VIII.3. Categorias temáticas na primeira página do Jornal de Leiria.....	204
Gráfico VIII.4. Categorias temáticas na primeira página do Região de Leiria.....	204
Gráfico VIII.5. Protagonistas na primeira página do Jornal de Leiria.....	205
Gráfico VIII.6. Protagonistas na primeira página do Região de Leiria.....	205
Gráfico VIII.7. Categorias temáticas abordadas nas notícias.....	207
Gráfico VIII.8. Evolução das categorias temáticas no Jornal de Leiria.....	208
Gráfico VIII.9. Evolução das categorias temáticas no Região de Leiria.....	209
Gráfico VIII.10. Protagonistas das notícias.....	210
Gráfico VIII.11. Evolução dos protagonistas das notícias do Jornal de Leiria.....	211
Gráfico VIII.12. Evolução dos protagonistas das notícias do Região de Leiria.....	212
Gráfico VIII.13. Evolução dos registos noticiosos em 4 locais no Jornal de Leiria.....	221
Gráfico VIII.14. Evolução dos registos noticiosos em 4 locais no Região de Leiria.....	221
Gráfico VIII.15. Evolução das localizações a que se referem as notícias.....	225
Gráfico VIII.16. Evolução da referência aos protagonistas das notícias.....	226
Gráfico VIII.17. Evolução das categorias temáticas das notícias.....	226

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro II.1. Elementos transversais às entrevistas.....	24
Quadro II.2. Dimensão, escalas e instrumentos de análise.....	25
Quadro III.1. Concentração de suiniculturas em cinco países da OCDE na década de 90.....	58
Quadro IV.1. População servida por redes de esgotos em 1981.....	80
Quadro IV.2. Evolução da drenagem e tratamento de águas residuais em Portugal (1994-1999).....	88
Quadro IV.3. Características das políticas de esgotos e razões do insucesso.....	100
Quadro VI.1. População residente nos concelhos da BHL (1981-2011) e densidade populacional (2011).....	136
Quadro VI.2. População residente nas freguesias da BHL (1991 e 2011).....	137
Quadro VI.3. Índice de cobertura de abastecimento de água, índice de drenagem e índice de tratamento de águas residuais (2009).....	139
Quadro VI.4. Pessoal ao serviço das empresas por actividade económica, no subsector Indústria Transformadora na região do Pinhal Litoral.....	142
Quadro VI.5. Evolução do nº de suínos e de explorações nas freguesias da bacia do Lis.....	148
Quadro VI.6. Freguesias com maior nº de efectivos em 2009.....	149
Quadro VI.7. Instalações da região ligadas ao sector suinícola.....	151
Quadro VIII.1. Locais a que se referem as notícias (1985-2010).....	220
Quadro VIII.2. Evolução dos registos noticiosos sobre a poluição na BHL no jornal Público.....	223
Quadro VIII.3. Denúncias ao SEPNA por descargas de efluentes suinícolas.....	224
Quadro IX.1. Principais etapas do processo de despoluição da bacia do Lis.....	243
Quadro IX.2. A construção da ETES vai resolver o problema de poluição na bacia do Lis?.....	245

ÍNDICE DE ESQUEMAS E MAPAS

Esquema II.1. Proposta de análise.....	13
Esquema VII.1. Principais visitas de governantes à bacia do Lis.....	191
Esquema VIII.1. Temas, protagonistas e locais mais referidos.....	227
Esquema IX.1. Dimensões e características do problema ambiental na bacia do Lis....	278
Mapa VI.1. Área do Plano de Bacia Hidrográfica do Lis.....	133
Mapa VI.2. Tendência para a concentração da população em 5 freguesias de Leiria...	138
Mapa VI.3. Freguesias com maior concentração de suínos no concelho de Leiria.....	138

SIGLAS E ABREVIATURAS

ADLEI – Associação para o Desenvolvimento da Região de Leiria
AIA – Avaliação de Impacto Ambiental
AMAE – Associação de Municípios da Alta Estremadura
AMLEI – Associação de Municípios da Região de Leiria
ANOP – Agência Noticiosa Portuguesa que antecede a Lusa
ARH – Administração de Região Hidrográfica
ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
ASCL – Associação de Suinicultores do Concelho de Leiria
BHL – Bacia Hidrográfica do Lis
CADRM – Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres
DDT - sigla de Dicloro-Difenil-Tricloroetano, o primeiro pesticida moderno
DQA – Directiva Quadro da Água
ENEAPAI – Estratégia Nacional para os Efluentes Agro Pecuários e Agro-Industriais
ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
EFTA – Associação Europeia de Livre Comércio
ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais
EUA – Estados Unidos da América
ETES – Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas
IGAOT – Inspeção-geral do Ambiente
INAG – Instituto da Água (actualmente integrado na Agência Portuguesa do Ambiente I.P.)
INE – Instituto Nacional de Estatística
INSAAR – Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais
INSB – Inventário Nacional de Saneamento Básico
LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil
MAS – Movimento Amor Saudável
NERLEI – Associação Empresarial da Região de Leiria
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PDM – Plano Director Municipal
PDR – Plano de Desenvolvimento Regional
PEAASAR – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais
PSD – Partido Social Democrata

POA – Programa Operacional do Ambiente
QCA – Quadro Comunitário de Apoio
QREN – Quadro de Referência Nacional
REAP – Regime do Exercício da Actividade Pecuária
RTP – Rádio e Televisão de Portugal
SEPNA/GNR – Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional
Republicana
SNIRH – Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
SMAS – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento
TME – Teoria da Modernização Ecológica
TURH – títulos de utilização dos recursos hídricos
TVI – Televisão Independente
U.E. – União Europeia

I

Introdução

Dotar o território nacional de uma rede eficaz de saneamento básico tem sido uma prioridade desde a instalação da democracia. Portugal chegou a Abril de 1974 com menos de 1/5 da população servida com rede de esgotos e, de então para cá, o investimento público para suprir essa carência tem sido crescente. Após a adesão à União Europeia, em 1986, os Fundos Comunitários trouxeram os meios financeiros e técnicos necessários, no entanto, verifica-se uma incapacidade interna para resolver cabalmente o problema do saneamento básico. Este avançou mas continua, em parte, sem soluções adequadas e sem que se identifiquem os factores que têm contribuído para os disfuncionamentos de processos, cujas consequências se reflectem directamente sobre a qualidade de vida das populações e sobre os ecossistemas, além de representarem elevados custos económicos para o país.

A adesão de Portugal à União Europeia constituiu de facto uma oportunidade para a sua modernização, em particular no que respeita à drenagem e tratamento de esgotos, às soluções sectoriais e à despoluição dos mais importantes rios nacionais. Principalmente a partir de 1993, ano em que a temática ambiental passa a ser incluída nas prioridades nacionais, o sector dos esgotos recebeu maior atenção e investimento, com a aprovação do Plano de Desenvolvimento Regional 1994-1999 e de uma intervenção específica através do Programa Operacional do Ambiente. Embora com raízes anteriores, o PDR 1994-1999 estabelece as metas nacionais que, por terem sido sucessivamente adiadas, correspondem, na generalidade, às metas actualmente em vigor, as quais poderão mais uma vez não ser atingidas no final deste ciclo. Em 2013 termina a execução do plano sectorial em curso e termina o período de apoio com fundos estruturais por parte da União Europeia, sem que tenham sido supridas todas as carências. Dados recentes mostram que continua elevada a percentagem da população portuguesa não servida por sistemas públicos de saneamento básico, e que nem todos os esgotos urbanos captados e lançados na rede pública são tratados (INAG, 2011; APA, 2011). Também muitos dos esgotos agro-industriais continuam a ser despejados nas linhas de água sem tratamento ou sem tratamento adequado. Como consequência, a água dos rios nacionais apresenta-se em muitas situações com má e por vezes muito má qualidade (SNIRH, 2012),

factor que agrava a condição social das populações e que estas sentem como extremamente negativo¹.

A adesão à União Europeia não trouxe apenas os meios financeiros necessários para realizar os investimentos, trouxe igualmente a tecnologia e a possibilidade de capacitação dos recursos humanos. Simultaneamente, a aspiração por melhor qualidade de vida e maior protecção ambiental alargou a consciência pública e política para as questões ambientais, e constituiu um importante impulso para enfrentar o problema com base num amplo consenso político e técnico relativamente às infraestruturas a construir. Esse impulso reflectiu-se igualmente no quadro legislativo, tanto na definição da política de ambiente como na transposição de Directivas mais específicas². Por outro lado, a adesão de Portugal à União Europeia traduziu-se também no aumento de interesse pela temática ambiental por parte dos cidadãos, multiplicando-se as organizações não-governamentais de ambiente. Também a atenção mediática, em particular sobre os rios nacionais, passa a ser uma temática que ocupa de forma sistemática a informação sobre a poluição hídrica na televisão pública, multiplicando-se as notícias sobre os “cursos de água poluídos ou como um recurso a defender e a conservar de norte a sul do país” a que se adicionam as notícias sobre a morte de peixes em rios nacionais no final da década de 80 e início da seguinte (Schmidt, 2003: 209-210).

O **objecto** da nossa investigação é **estudar as implicações sociais da poluição hídrica da bacia do rio Lis numa perspectiva evolutiva e abrangente**, através da análise do insucesso das políticas que extravasa a abordagem disciplinar, abordando o problema nas suas várias dimensões. A leitura que propomos centra-se no rio como elemento de análise, assim como no esgoto, na descarga, na notícia, na denúncia e no protesto ambiental. Não partimos exclusivamente de variáveis quantificáveis e da extrapolação de dados, recorreremos tanto ao não dito como ao pronunciado e ao observável, para assim se proceder à reconstrução e análise dos problemas que preenchem a agenda pública nas suas múltiplas facetas, no que

¹ Sobre a percepção da poluição da água, em recente Eurobarómetro Flash com dados relativos a 2009, 73% dos portugueses consideravam a poluição da água como um problema grave, contra 72% dos espanhóis e 68% da média na União Europeia. Relativamente aos últimos 10 anos, 20% dos portugueses afirmam que a qualidade das águas subterrâneas, rios, lagos e águas costeiras melhorou, 25% que permaneceu na mesma e 47% que se agravou, 8% afirmam não saber (DGE, 2012).

² Destacamos a Directiva Quadro da Água (Directiva 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2000) e a Directiva sobre Águas Residuais Urbanas (Directiva 91/271/CEE do Conselho, de 21 de Maio de 1991, alterada pela Directiva 98/15/CE da Comissão, de 27 de Fevereiro de 1998 e pelo Regulamento (CE) n.º 1882/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Setembro).

constitui um exercício de sistematização do campo de possibilidades, recorrendo a variáveis e a métodos que não têm sido equacionados na análise do problema.

A questão do saneamento básico tem sido abordada do ponto de vista técnico, mas carece da dimensão sociológica, apesar do estudo pioneiro realizado por Jaime Melo Baptista e Rafaela Matos na década de 90 já identificar o factor humano e social como um dos responsáveis pelo insucesso das políticas de saneamento³ (Baptista e Matos, 1995).

Uma vez assim definido o objecto e a nossa proposta de análise, **é nosso objectivo explicar o insucesso das políticas de esgotos através do cruzamento da multiplicidade de causas que a estejam a bloquear**, tarefa para o qual convocamos factores políticos, institucionais, sociais, culturais, ambientais, técnicos e mediáticos, no que procederemos à reconstrução das várias agendas onde o tema tem sido inscrito e que nos possam trazer respostas quanto aos motivos desse impasse.

A formulação da nossa **hipótese** resulta desta proposta analítica e dos respectivos objectivos, em que assumimos que no insucesso das políticas de saneamento intervieram variáveis que até aqui não têm sido tomadas em conta, mas sem as quais não conseguiremos (re)construir a narrativa de entendimento do problema.

Dito de outro modo, os factores sociais e políticos são absolutamente determinantes para explicar o insucesso das políticas de esgotos, repercutindo-se sobre uma gama alargada de outros factores no processo. Trata-se de uma componente em falta nas análises técnicas, político-administrativas, económicas e estratégicas, e para a qual esta investigação pretende contribuir tomando como estudo de caso a bacia do rio Lis.

Em termos de âmbito de análise, sem menosprezar os restantes aspectos que iremos igualmente abordar, interessa-nos particularmente a poluição resultante da produção intensiva de suínos, na medida em que se trata de um sector que gera grandes quantidades efluentes que, ao serem despejados em meio hídrico sem tratamento, provocam grande impacto sobre o meio hídrico e sobre a qualidade de vida das populações afectadas. Trata-se de um problema que tem vindo a afectar de forma diferenciada o território nacional, com diferentes níveis de visibilidade, e resulta da maior ou menor especialização regional da produção, das transformações ocorridas e da falta de soluções para os problemas ambientais. A evolução

³ E mais recentemente excepção feita ao trabalho de João Howell Pato na investigação que realizou para a ERSAR, que em parte cruza os aspectos sociais com uma leitura histórica e administrativa do sub-sector dos esgotos (Pato, 2011).

deste sector segue uma tendência com raízes em décadas anteriores, sendo muito marcada pelas profundas reformas realizadas durante a década de 80 com o objectivo de aumentar a produção e de a adaptar em termos tecnológicos e concorrenciais, acentuando a sua concentração regional em unidades com grande quantidade de efectivos próximas dos mercados consumidores e dos centros de abate e transformação da carne, mas sem qualquer preocupação ambiental.

Seguindo uma tendência internacional no sentido da industrialização da produção, o sector suinícola aproveitou o impulso da adesão à União Europeia para financiar a sua expansão, sem exigências ambientais e de ordenamento do território, no que terá contado com a cumplicidade da administração pública. Assim, pela conjugação desses factores e aproveitando o período anterior à abertura do Mercado Único a 1 de Janeiro 1993, que suprimiu as barreiras à circulação de produtos e bens entre os Estados-membros, o sector conquistou em poucos anos um papel de relevo no aumento do rendimento económico familiar, na criação de emprego e na fixação das populações ao mundo rural. O problema é que cresceu de forma desordenada e sem apresentar soluções eficazes para os efluentes produzidos, o que, paralelamente à ausência de punição dos infractores por parte do Estado, tem contribuído para a contaminação de alguns dos principais rios nacionais e tem afectado a qualidade de vida das populações. À semelhança de outras catástrofes ambientais, o impacto da poluição suinícola em meio hídrico obtém enorme visibilidade mediática, pela dimensão dramática das suas imagens, por vezes associadas à morte de peixes, e porque as descargas com origem neste sector são acompanhadas pelo eclodir de importantes conflitos ambientais.

Temos assim um amplo campo de possibilidades de pesquisa, no que equacionamos dois caminhos: um sobre a temática do insucesso das políticas de esgotos à escala nacional e outro sobre a incidência do problema num caso específico. A nossa opção recai assim sobre uma análise genérica do insucesso das políticas de esgotos em Portugal e no aprofundamento de um estudo de caso. Neste sentido, escolhemos a poluição da bacia hidrográfica do rio Lis, por se tratar de um caso emblemático da não concretização das políticas de esgotos e por se apresentar como um duplo caso de laboratorial: quer como ensaio de soluções de tratamento e gestão dos efluentes do sector suinícola a aplicar a todo o país; quer como um caso laboratorial do ponto de vista sociológico. Trata-se de uma espécie de espelho do país que, ao mesmo tempo, anseia atingir patamares de exigência que se coadunem com a sua pertença ao

espaço europeu e persiste em preservar a sua condição de uma sociedade mais tradicional em termos de práticas, vínculos, lideranças e capacidade de influência e interacção pessoal.

A escolha da bacia hidrográfica do rio Lis justifica-se igualmente porque se trata de um ícone da poluição hídrica nacional e um caso de longevidade na agenda mediática, num processo em que o aumento de visibilidade pública do problema e do protesto cívico não se reflectiu em soluções. A escolha é igualmente relevante porque se trata de uma região emblemática em termos de produção de suínos, com repercussões directas no meio hídrico, constituindo um exemplo relevante do persistente insucesso das políticas de esgotos implementadas em Portugal a partir de Abril de 1974. Em poucos anos, a produção de suínos nesta região transformou-se numa das principais actividades económicas, ao concentrar cerca de 15% da produção nacional, por sua vez confinada em cerca 2/3 no troço a montante de um dos seus principais afluentes – a Ribeira dos Milagres –, cuja poluição está no centro de intensa polémica entre suinicultores e representantes da população, e que tem como palco principal a comunicação social, para quem são dirigidas as denúncias das descargas suinícolas.

Como ponto de partida sabemos: i) que a adesão do nosso país à União Europeia forneceu os meios necessários para a resolução do problema dos esgotos na zona em estudo, porém, as prioridades foram diagnosticadas tardiamente, numa altura em que o sector evoluía a ritmos diferentes e desfasados, com a empresarialização da vertente em alta a marcar o fluxo financeiro de Bruxelas para Lisboa, sem que na vertente em baixa fossem apresentadas soluções; ii) que, aproveitando a incapacidade do Estado na concretização das políticas ambientais e na punição dos infractores, estes não se modernizaram na expectativa de manterem margens de lucro mais elevadas, estratégia para a qual garantiram a simpatia do poder político fazendo uso do argumento da importância económica e social da respectiva actividade; iii) que a manutenção da poluição da bacia do rio Lis na agenda pública é uma consequência do seu agravamento, designadamente na Ribeira dos Milagres, que motiva a reacção da população e a sua constante cobertura mediática.

Em termos de estrutura de tese, a concretização dos nossos objectivos passa no presente Capítulo I – *Introdução* – por definir, em primeiro lugar, o objecto de análise da nossa investigação, que se fixa no estudo da poluição hídrica do Lis numa perspectiva evolutiva e abrangente. E, em segundo lugar, por definir os nossos objectivos e hipótese, ou seja, como vamos abordar o problema e as premissas de que partimos, reconhecendo que a pesquisa sociológica pode trazer uma leitura inovadora capaz de convocar um conjunto de factores

muitas vezes ocultos ou secundarizados e que são cruciais para explicar o insucesso das políticas de saneamento básico na bacia do Lis.

No Capítulo II – *Estratégia metodológica* – apresentamos, em primeiro lugar, a proposta teórico-analítica que enquadrará a nossa pesquisa, uma proposta que parte da Sociologia do Ambiente, mas que desenvolvemos com recurso a outras áreas do conhecimento. Por um lado, partindo das dimensões sociais dos problemas ambientais, trataremos da integração da temática nas esferas político-institucional, mediática, cívica e tecnocientífica. E, por outro lado, recorreremos a alguns estudos que têm tratado os entraves à modernização do nosso país, resultantes não só de bloqueios institucionais como de especificidades da sociedade portuguesa.

Em segundo lugar apresentamos uma bateria de métodos e técnicas que nos permitam levar por diante o nosso trabalho, descrevendo cada um em função da proveniência das fontes e do enriquecimento que trazem a cada domínio de análise. O percurso metodológico desenhado tem como objectivo reconstruir o histórico da poluição do Lis e das tentativas de despoluição a partir das agendas política, mediática e cívica, recorrendo para tal a um vasto acervo documental. Sobre as políticas de esgotos esse acervo inclui leis, estratégias, planos, estudos e dados estatísticos. Relativamente à bacia do Lis, a estes documentos, acrescentam-se outros de carácter mais específico, entre os quais: notícias publicadas na comunicação social; registos das denúncias dos atentados ambientais, bem como da intervenção das associações cívicas e da população em geral; correspondência entre os cidadãos e entidades públicas e/ou destas entre si; actas resultantes de debates parlamentares e debates nas assembleias municipais e de freguesia; documentos e dados fornecidos pelas entidades envolvidas; e o testemunho dos seus protagonistas.

O Capítulo III – *Enquadramento teórico* – desenvolve a matriz teórica que integra a nossa proposta de análise. Em primeiro lugar, debatemos as condições que permitiram no final da década de 60 e início da década de 70 a transformação dos problemas ambientais em problemas sociais. De seguida debatemos a importância e o papel dos movimentos sociais e da comunicação social e como se articulam entre si, debatendo igualmente as razões que podem ou não fazer despoletar o protesto ambiental. Noutro ponto traçamos uma panorâmica geral sobre a Teoria da Modernização Ecológica enfatizando o papel da Sociologia do Ambiente na promoção da mudança ambiental, o que tem reflexos, nomeadamente, na definição das políticas e posterior acção do Estado e na adopção por parte das empresas de

tecnologias mais limpas, num processo em que associações de defesa do ambiente se institucionalizam no sentido de participarem nas decisões que venham a ser tomadas. Esta discussão tem como objectivo apresentar uma síntese de estudos centrados no impacto das grandes suiniculturas em vários países, optando-se por apresentar apenas casos do Hemisfério Norte, pela proximidade geográfica e pela influência directa que têm sobre a produção suinícola nacional. Veremos que estes estudos encontram também eco nas teorias sobre a justiça ambiental.

No Capítulo IV – *Avanços e recuos das políticas de esgotos* – apresenta-se o resultado da análise das políticas de esgotos ao longo de quase um século, numa leitura em que se privilegiaram as orientações políticas e respectivas competências, o diagnóstico e os cenários. É o que faremos desde os primeiros anos do Estado Novo, num exercício em que pretendemos identificar as raízes do insucesso destas políticas para melhor se perceberem os seus avanços e recuos. Analisando-se de seguida os anos de adesão à União Europeia, neste caso dando ênfase às metas e estratégias propostas, tarefa que realizamos através da análise da legislação nacional e das propostas que o país apresentou a Bruxelas no sentido de obter financiamento a partir de fundos europeus. A terminar faremos uma referência específica à legislação aplicável à rejeição de efluentes suinícolas em meio hídrico.

No Capítulo V – *Origem e aumento de escala da poluição* – deixamos um esboço da história da poluição hídrica, essencialmente nacional, embora sem perder de vista o que sucedeu noutros países. Através deste capítulo queremos mostrar como evoluiu a temática da poluição hídrica, encarada nas sociedades urbanas como um problema de saúde e higiene pública desde tempos remotos, mas que, por força do aumento de escala, passou a ser visto como um problema ambiental socialmente reconhecido, pelo que veremos quando se registou essa alteração e que medidas foram implementadas. Neste capítulo daremos igualmente atenção à questão do acesso aos serviços de saneamento (i.e., esgotos), com base no debate sobre as desiguais oportunidades de acesso. A terminar focamos a nossa atenção em vários episódios de poluição hídrica no nosso país e na evolução da qualidade da água dos rios nacionais.

No Capítulo VI – *Caracterização sócio-demográfica da bacia hidrográfica do rio do Lis* – procedemos à caracterização da bacia hidrográfica do Lis, situando-a geograficamente e mencionando os aspectos que a distinguem, tanto em termos de morfologia, rede hidrográfica e mapa administrativo, como quanto às características sócio-demográficas (perfil demográfico e cobertura com serviços de saneamento) e ao perfil das actividades económicas mais

representativas (indústria extractiva e transformadora, e suiniculturas). Pela sua centralidade no processo que analisamos daremos maior relevo às suiniculturas instaladas na região, à sua história, evolução e transformação recente.

No Capítulo VII – *Lis, uma história de poluição* – reconstruímos a história da poluição da bacia do rio Lis, destacando os primeiros episódios, o protesto ambiental e as tentativas de despoluição, os protagonistas envolvidos e a sua acção. Ao longo deste capítulo daremos conta das sucessivas descargas, da actividade dos serviços públicos na identificação das fontes poluidoras, e do papel das populações e da comunicação social nos alertas públicos para o problema, verificando ao mesmo tempo quais os cursos de água mais afectados e que mereceram maior visibilidade, assim como das actividades responsabilizadas pela contaminação dos cursos de água. Este capítulo tem características singulares decorrentes do recurso a diversas fontes de informação, entre as quais se contam registos da literatura, dos *media*, relatórios técnicos e correspondência institucional, e um vasto manancial de informação resultante da acção dos cidadãos, como por exemplo, abaixo-assinados e queixas endereçadas aos serviços públicos ou às associações de defesa do ambiente. Em termos de organização o capítulo segue a trajectória das fontes: ao “Lis cantado” segue-se o “Lis domesticado”, o “Lis poluído”, até ao acentuar a poluição em “Lis europeu” e “Catástrofe de suinobyl” e, transversalmente, o “Lis visitado”, por não ter faltado atenção de governantes e políticos ao problema.

O Capítulo VIII – *Poluição suinícola e visibilidade mediática da bacia do Lis* – é dedicado à análise da poluição da bacia do Lis na agenda mediática. Essa tarefa surge na sequência da inventariação em base de dados dos registos noticiosos sobre o problema a partir da sua publicação na imprensa regional e nacional, no que recorreremos aos semanários *Jornal de Leiria* e *Região de Leiria* de 1985 a 2010 e ao diário *Público* de 2002 a 2010. Num exercício complementar ao que realizamos no capítulo precedente com recurso a diversas fontes, procuramos neste capítulo dar conta da visibilidade mediática da poluição do Lis nos intervalos considerados, procurando, em cada momento, identificar as dimensões do problema referidas pela imprensa, os sub-temas, e quais os protagonistas e as localidades mencionadas, numa leitura com dois planos por ser feita a partir de jornais com âmbito e objectivos distintos. A análise das notícias do jornal *Público* surge maioritariamente justificada pela maior proeminência que passou a ter a Ribeira dos Milagres na comunicação social de base

nacional a partir de uma descarga de grandes dimensões ocorrida em 2003, com influências recíprocas sobre a comunicação social regional.

Finalmente, no Capítulo IX – *Avanços e recuos da despoluição da bacia do Lis* – cruzamos todas as agendas até aqui convocadas na realização da nossa investigação. O que apresentamos resulta da interpelação de vários protagonistas com relação directa com o estudo que realizamos e com um conhecimento do processo capaz de apresentar valor acrescentado ao nosso trabalho. No Capítulo II justificamos o processo de escolha dos entrevistados, cujo contributo remetemos para a sua posição institucional. O texto que se apresenta resulta dessa interpelação, através da qual, sempre que se mostrou possível, procuramos simultaneamente recolher elementos sobre o insucesso das políticas de esgotos à escala nacional e sobre o impasse da despoluição da bacia do Lis, focando, naturalmente, a nossa atenção sobre esta. Com a reconstrução de todas as agendas através da auscultação dos protagonistas mais directamente envolvidos, damos especial importância às dinâmicas sociais que nos permitam obter conclusões sobre os processos subjacentes à visibilidade ou invisibilidade da poluição, à relevância económica, social e política do sector suinícola da região, bem como aos consensos e conflitos gerados tanto nas tentativas de despoluição como nos processos de contestação.

O Capítulo X – *Conclusão* – reforça os pontos de intercepção entre as várias agendas e sistematiza, como o próprio nome do capítulo indica, as conclusões a que chegámos com a realização da nossa investigação.

II

Estratégia metodológica

No sentido de se identificarem os factores que justificam o insucesso das políticas de esgotos procedemos a uma breve análise destas políticas desde o início do Estado Novo, para situar constrangimentos e razões históricas. Depois centramos a atenção no período posterior à Revolução de Abril de 1974, em particular na fase subsequente à adesão à União Europeia, momento que permitiu ao país reunir condições para resolver o problema dos esgotos.

A concretização dos nossos objectivos passa pela recolha e análise de estudos sobre o sector, de dados estatísticos e da reconstrução da inscrição do problema enquanto prioridade política nas candidaturas aos Fundos Comunitários. Neste sentido, analisaremos também as medidas políticas anunciadas e a sua concretização, assim como os planos e estratégias de elaboração mais recente.

Procederemos da mesma forma naquele que constitui o nosso estudo de caso – a (des)poluição da bacia do rio Lis. Neste caso reconstruindo as referências ao tema a partir da sua inscrição nas múltiplas agendas, principalmente, nas agendas política, mediática e cívica. Propomos uma leitura centrada na visibilidade da poluição, na reacção das populações e nas propostas de despoluição, com recurso a dados estatísticos, à análise mediática e política, assim como à análise das queixas dos cidadãos, à literatura e ao testemunho de alguns dos seus mais directos intervenientes.

II.1. Proposta de análise

Para levar a cabo os objectivos enunciados a nossa proposta de análise metodológica é composta por duas componentes. Na **primeira** definimos aquilo que será o enquadramento teórico do estudo e balizamos o debate a desenvolver; na **segunda** traçamos o que será o nosso percurso analítico-metodológico. A seguir apresentamos em detalhe cada uma das componentes.

No enquadramento partimos da matriz teórica da Sociologia do Ambiente e do histórico da evolução da consciência pública das questões ambientais, dando relevo ao papel dos meios de comunicação social e dos movimentos sociais na definição dos problemas, e as respostas políticas a esses problemas.

Simultaneamente, recorreremos a trabalhos realizados noutras áreas, designadamente a estudos de caracterização da sociedade portuguesa e sobre o insucesso das políticas ambientais. Sabemos através de alguns destes estudos que o regime autoritário do Estado Novo limitou as liberdades individuais e desenvolveu estratégias para ocultar os problemas ambientais já então existentes, insistindo numa representação essencialmente ruralista de um país sem a mácula trazida pela ‘modernidade’ industrialista. Apesar de tardia e localizada, a industrialização promovida pelos II e III Plano de Fomento, implementada sem quaisquer preocupações ambientais, a verdade é que Portugal permaneceu até aos anos 70 como um país essencialmente rural (Mansinho e Schmidt, 1994; Schmidt, 2003 e 2008).

A adesão à União Europeia constituiu uma oportunidade para o país se desenvolver e alcançar patamares de qualidade de vida e defesa do ambiente semelhantes aos seus parceiros europeus, na medida em que constituiu uma oportunidade para se modernizar em todos os domínios. Apesar das melhorias registadas e do investimento realizado, quer em termos materiais, quer na renovação das estruturas do Estado e da sociedade civil, subsistem inúmeras carências.

Do ponto de vista da cidadania, entre as dificuldades, assinala-se o permanente défice de participação cívica, com especial incidência sobre questões ambientais, registando a este nível valores inferiores à média da União Europeia (Nave e Fonseca, 2004; Schmidt et alia., 2011). Subsistem também importantes lacunas quanto à informação sobre temas ambientais, razão pela qual a comunicação social aparece como a principal fonte de informação, em particular, a televisão, que se assume como fonte privilegiada (Schmidt, 2003; Schmidt et alia., 2011).

Numa leitura retrospectiva especificamente sobre a temática da água e da poluição, Luísa Schmidt conclui que, no final da década de 80 e sobretudo na década de 90, os rios se tornaram “palco de problemas ambientais alarmantes, com as inúmeras descargas que provocavam a mortandade de peixes e dos próprios rios”, e que com o suceder de episódios a revolta popular foi de tal modo determinante que “a poluição dos rios tornou-se uma arma de arremesso político, o que lhe deu grande força mediática, coincidindo, de resto, com a entrada em funcionamento das televisões privadas” (Schmidt, 2007b).

Do ponto de vista das políticas, outra dimensão particularmente relevante, diz respeito à integração da temática ambiental nas políticas nacionais. Viriato Soromenho-Marques afirmava em 1998 que a adesão à União Europeia actuou como força externa propulsora da nossa política de ambiente a três níveis interdependentes: primeiro, “através da aceleração dos instrumentos político-jurídicos que permitem ao Estado desempenhar o seu papel normativo de coordenador das políticas públicas”; segundo, “através da combinação desses elementos com os financiamentos associados ao respeito pelos princípios da coesão económica e social”; terceiro, pela aceleração do “processo de institucionalização da política pública de ambiente” (Soromenho-Marques, 1998: 86-87).

Luísa Schmidt concorda que as pressões exógenas forneceram um novo quadro legislativo e uma nova orgânica do aparelho do Estado. No entanto, argumenta que o mau desempenho ambiental do nosso país não se deve apenas à falta de estruturas institucionais ou do necessário aparato legislativo, mas também ao facto da sociedade civil e da opinião pública demorarem a integrar o tema como uma prioridade, a tal ponto que muitas vezes as políticas de ambiente não ultrapassam o nível da enunciação, mantendo-se “na periferia da governação, como um problema negligenciável ou até um estorvo às dinâmicas de desenvolvimento” (Schmidt, 2008a: 285). Por outro lado, “não existe uma linha de continuidade entre os sucessivos governos e, em consequência, as políticas de ambiente acabam marcadas por um «zigzague» constante” (idem) e pela visibilidade que o detentor da “pasta ministerial” lhes possa conferir. A estes aspectos, deveremos adicionar a pressão de alguns sectores económicos cuja principal prioridade é realizarem mais-valias, desconsiderando em absoluto os seus impactos ambientais

O esquema II.I antecipa a reflexão a realizar nos Capítulos III e IV, realçando, em primeiro lugar, os eixos geralmente convocados pela Sociologia do Ambiente e pelas ciências do ambiente, e que contribuíram para a transformação do ambiente em preocupação social à medida que se acentuava a degradação dos ecossistemas. De modo mais pormenorizado estamos a falar dos seguintes eixos e características:

- **Político-institucional** – Em resposta às crises ambientais o Estado reorganiza-se, adoptando um novo quadro legislativo, integrando as preocupações ambientais nas políticas e na sua orgânica interna, que pode passar pela criação de departamentos e ministérios específicos.

- **Científico** – A ciência mostrou que alguns produtos que se pensava serem inócuos provocam afinal impactos graves nos ecossistemas constituindo um risco para a saúde pública. A ciência é igualmente convocada para apresentar soluções para os problemas que cria.

Esquema II.1. Proposta de análise



- **Mediático** – A agenda da comunicação social é marcada por imagens de grande dramatismo social e ambiental, destacando-se as imagens de grandes marés negras, da morte de milhares de peixes em rios e albufeiras e de grandes incêndios florestais. A mesma agenda não esquece a manifestação dos conflitos ambientais, por exemplo, contra a poluição ou contra a instalação de infra-estruturas que representem risco para as populações.
- **Cívico** – O movimento ambientalista altera-se em resultado dos novos problemas, da sua mediatização e do contributo da ciência. Paralelamente à existência de associações organizadas de abrangência nacional ou transnacional, surgem movimentos *ad hoc* contra a poluição ou contra a construção de grandes infra-estruturas, geralmente movimentos informais, de curta duração, com poucos membros mas muito activos.

Os quatro eixos apresentados não esgotam a nossa proposta. Com uma incidência específica sobre os factores sociais e políticos presentes no insucesso das políticas de esgotos e na despoluição da bacia do Lis, o esquema propõe mais quatro eixos que reflectem, simultaneamente, dimensões do debate em Sociologia do Ambiente e aspectos específicos da sociedade portuguesa.

- **Ziguezague político** – Tomamos aqui a expressão de Luísa Schmidt (2008), por alusão à falta de continuidade das políticas e por uma prática marcada por promessas de actores políticos, geralmente eleitorais.
- **Proximidade** – Fazemos uso da tese de Allan Schnaiberg e Kenneth Alan Gould, para quem a proximidade entre quem denuncia e quem gera os problemas pode condicionar a intervenção dos primeiros, nomeadamente quando quem polui é empregador de quem denuncia ou de algum familiar deste (Schnaiberg e Gould, 1994). E fazemos igualmente uso da tese Kenneth Alan Gould, para quem o excesso de proximidade das comunidades relativamente à poluição tende a levá-las a menosprezar os problemas (Gould, 1993).
- **Iconização dos problemas** – Segundo a nossa proposta a agenda ambiental é preenchida por episódios mediáticos, baseados no empenho e intervenção pessoal dos seus membros, nas redes de pertença e centrada em casos emblemáticos que retiram a visibilidade a outros.
- **(Des)vantagens competitivas** – A não concretização da despoluição da bacia do Lis é um exemplo da resistência de alguns sectores em se modernizarem, bem como das pressões que eventualmente exercem no sentido de adiarem a adaptação ambiental das suas unidades – um debate que marca duas tradições em Sociologia do Ambiente, uma sobre a tensão ambiente-economia e outra sobre a reforma ambiental.

Os oito eixos apresentados no esquema II.1. constituem a **primeira componente** desta proposta, através da qual delimitamos o quadro teórico da nossa pesquisa. Na **segunda componente** traçamos um **roteiro analítico-metodológico** que recupera três propostas que têm em comum a teoria do agendamento dos temas ou *agenda-setting*, noção que Bryan D. Jones e Frank R. Baumgartner definem como “o processo pelo qual determinada organização presta atenção a algumas questões em detrimento de outras” (Jones e Baumgartner, 2005: 38).

A **primeira proposta** inspira-se no modelo que Anthony Downs apresentou no artigo “Up and down with ecology – the ‘Issue attention cycle’”, publicado em 1972. Neste modelo a noção de ‘**ciclo de atenção dos temas**’ indica que as questões ambientais passam por ciclos de atenção diferenciados do interesse do público e dos meios de comunicação social num processo que corre em cinco fases distintas:

- **Fase 1. Do pré-problema ou de latência** – O problema existe e é reconhecido por especialistas e por grupos de interesse, que se manifestam preocupados, contudo recebe ainda pouca atenção pública.
- **Fase 2. De alarmismo e euforia** – Como resultado de acontecimentos dramáticos, ou outras razões, as pessoas mostram-se subitamente preocupadas e alarmadas face aos prováveis malefícios do problema. Esse alarmismo é rapidamente acompanhado por euforia quanto à capacidade de resposta da sociedade ao problema e à rapidez dessa resposta, o que gera pressão sobre o poder político no sentido da sua resolução.
- **Fase 3. Percepção dos custos do progresso** – Assiste-se a uma tomada gradual de consciência face ao problema por parte dos políticos e das pessoas com base nos custos financeiros e nos sacrifícios pessoais que a sua resolução implica, pelo que o problema é apresentado a partir de possíveis soluções.
- **Fase 4. Diminuição gradual do interesse público** – As pessoas reagem à medida que se apercebem como é difícil e onerosa a solução. Algumas sentem-se desencorajadas, outras com receio de pensar no problema, pelo que o evitam; enquanto outras sentem-se saturadas e outras experimentam as três reacções. Como consequência, diminui o interesse público pelo tema e as pessoas passam a centrar-se noutros problemas.
- **Fase 5. Pós-problema ou rescaldo** – O tema que esteve no centro das preocupações públicas cai no esquecimento. Pode, por vezes, recuperar alguma atenção, mas será sempre inferior à que obteve anteriormente (Downs, 1972: 39-41; Carter, 2001: 178-180).

A **segunda proposta** a que nos referimos é o **modelo das arenas públicas** avançado por Stephen Hilgartner e Charles L. Bosk com a publicação, em 1988, do artigo “The Rise and Fall of Social Problems: A Public Arenas Model”. Como no capítulo seguinte voltaremos a dar atenção a este modelo, o que de momento importa salientar é, por um lado, que os meios de comunicação social são uma das principais arenas, mas não a única. Com a agenda

mediática concorrem, entre outras, o poder legislativo e executivo, os serviços públicos, os tribunais, as empresas, a comunidade científica, o sistema educativo, o parlamento, os partidos políticos e os movimentos sociais. E, por outro lado, é na arena pública que os problemas ambientais são definidos e ganham visibilidade enquanto tal, concorrendo com outros problemas sociais por um lugar numa ou mais arenas, num espaço de selecção e competição muito limitado, por ser limitada a capacidade de carga de cada agenda (Hilgartner e Bosk, 1988).

Por último, a **terceira proposta** foi definida por Frank R. Baumgartner e Bryan D. Jones, em 1993 e em trabalhos posteriores, no que chamaram *punctuated-equilibrium theory*, servindo de base ao trabalho desenvolvido pelos autores no Policy Agendas Project (<http://www.policyagendas.org/>) dedicado à agenda política norte-americana e replicado em diversos países. Os autores defendem que os sistemas sociais vivem longos momentos de estabilidade, ocasionalmente interrompidos por mudanças repentinas, mas marcantes, pois é nestes momentos que ocorrem as reformas mais profundas. O processo resulta de uma dinâmica essencialmente endógena, em que as forças que criaram e mantiveram a estabilidade provocam uma mudança súbita para depois promoverem novo período de estabilidade. Temos assim que as mudanças políticas ocorrem lentamente em longos períodos de estabilidade, os quais são subitamente interrompidos por mudanças repentinas num período relativamente curto de que resultam grandes reformas, seguindo-se novo período de estabilidade.

Baumgartner e Jones ilustram o seu modelo com o exemplo da evolução da indústria química norte-americana a partir do final da II Guerra Mundial, num período em que a temática dos pesticidas atraiu a atenção do público face ao entusiasmo com que foram acolhidos os novos produtos químicos orgânicos sintéticos, como o DDT, em utilizações como a erradicação da malária e o aumento da produção de alimentos, antevendo a possibilidade de acabar com a fome no mundo. Este entusiasmo fortaleceu a relação entre o Departamento de Agricultura, os produtores agrícolas e os interesses químicos, e deu um impulso à criação de comissões especializadas do Congresso que controlavam e regulamentavam a produção dos produtos químicos e ao surgimento de estruturas institucionais que promoveram esta indústria. Porém, na década de 60 esse entusiasmo foi interrompido com o alerta para o perigo que representam alguns pesticidas, sobretudo após o lançamento, em 1962, da “*Primavera silenciosa*” de Rachel Carson, obra cujo alerta produziu uma onda negativa de interesse e culminou com a proibição do DDT em 1969 e com alterações legislativas no sentido de regular a utilização de

pesticidas. Este alerta contribuiu para o colapso de antigas redes de interesses e deu início a um novo período de mudança política com repercussões na utilização de pesticidas (Baumgartner, 2006; Jones e Baumgartner, 2005; Carter, 2001).

A título ilustrativo, nos temas em análise encontramos na situação em estudo algum potencial comparável ao exemplo anterior, embora com resultados diferentes do ponto de vista ambiental. Ao nível da suinicultura temos, por um lado, o Estado a promover a expansão da actividade, geralmente como forma de suprir carências alimentares e em cenários de restrição à importação de carne de porco resultantes de surtos de peste suína africana, sem prever o impacto no ambiente e sem definir uma estratégia de desenvolvimento.

E, por outro lado, o desenvolvimento da designada “fileira do porco”, de que fazem parte fábricas de rações, empresas responsáveis pela produção animal propriamente dita, matadouros, empresas ligadas ao tratamento de carnes e derivados⁴ e empresas ligadas à venda e distribuição de carcaças, constituiu depois da década de 60 mais um estímulo à produção de suínos. Mais tarde, nas décadas de 80 e 90, acentuou-se a procura interna de carne de porco e a tendência para a industrialização da produção de suínos, beneficiando de apoios comunitários para a modernização das explorações e da ausência de concorrência do mercado estrangeiro, que só veio a acontecer com a abertura do Mercado Único em 1993. No entanto, ao contrário do exemplo de Baumgartner e Jones, o impulso para a mudança não foi aproveitado para proceder à adaptação ambiental das explorações.

Apresentadas as duas componentes da nossa proposta temos assim traçado o quadro geral da nossa pesquisa, em que nos propomos proceder a uma ampla cobertura sobre a temática dos esgotos, tomando como estudo de caso a (des)poluição da bacia do Lis, numa perspectiva cronológica das agendas política, técnica, mediática e cívica com recurso a várias fontes, tarefa que realizamos com base na análise e enunciação, e menos na codificação, como sugere o projecto de Baumgartner e Jones.

De salientar que a nossa atenção não se foca na reacção individualizada, mas sim na resposta institucional ao problema, assumindo aqui como resposta institucional a que deriva da tomada de posição e do funcionamento dos órgãos e responsáveis da administração pública, mas

⁴ Foi na década de 60 que surgiram no país as principais industriais de transformação de carne e salsicharia actualmente existentes: em 1961 foi constituída em Famalicão a empresa Carnes Primor, em 1962 a empresa Indústrias de Carnes Nobre, Lda. transformou-se em sociedade a partir de um negócio familiar com sede em Rio Maior; e em 1968 a Sicasal instalou-se em Vila Franca do Rosário, concelho de Mafra.

também da tomada de posição de representantes do sector produtivo e de representantes dos movimentos sociais.

Tal como se refere no início deste capítulo, paralelamente ao trabalho de campo, a análise dos factores sociais e políticos responsáveis pelo impasse na política de esgotos passa por uma profunda reflexão teórica a partir da matriz teórica da Sociologia do Ambiente, alargada a outras áreas disciplinares, como sejam a sociologia dos media, as ciências do ambiente e dimensões históricas e políticas. Mas antes de entrar na contextualização técnica damos conta do percurso metodológico seguido.

II.2. Percurso metodológico

Em termos de fontes e de procedimentos, o estudo da temática dos esgotos à escala nacional foi feito a partir de estatísticas sobre o sector, da análise da legislação aplicada, das estratégias e de alguns dos principais estudos desenvolvidos. Já o estudo da poluição na bacia do Lis passou pelo mapeamento do tema nas agendas política, técnica, mediática e cívica, dando relevo à consulta de documentos oficiais e de estatísticas, assim como à consulta e análise de notícias publicadas na imprensa e interpelação de alguns dos protagonistas mais directos nesse processo.

Dada a enorme diversidade de fontes e procedimentos dividimos a sua explicação em consulta de documentos oficiais, recolha de dados estatísticos, recolha e análise de notícias sobre a poluição da bacia do Lis na imprensa e realização de entrevistas. Terminamos com a apresentação de um quadro síntese das dimensões, escalas e instrumentos de que fizemos uso.

II.2.1. Consulta de documentos oficiais

Incluímos nesta rubrica uma enorme variedade de documentos com diversas proveniências, não restringindo a designação oficial a documentos com origem nas entidades públicas, mas alargando-a a documentos fornecidos por associações de defesa do ambiente, associações profissionais e cidadãos.

De forma a simplificar a leitura listamos a seguir as tarefas realizadas com base nas respectivas fontes de informação:

- Recolha e análise da legislação, planos e estratégias políticas nacionais de esgotos.

- Consulta e análise dos Planos de Desenvolvimento Regional e correspondentes Quadros Comunitários de Apoio no que diz respeito à política de esgotos.
- Recolha e análise da legislação e políticas nacionais sobre produção de suínos com incidência na temática ambiental, e sobre a sua concentração geográfica na bacia hidrográfica do Lis e especificamente em que locais.
- Recolha e análise de documentos sobre a poluição da bacia do Lis no arquivo digital da Assembleia da República, aqui se incluindo as perguntas ao Governo e os diários dos debates parlamentares dedicados ao tema.
- Recolha e análise das queixas apresentadas pelos cidadãos sobre a poluição no rio Lis e na Ribeira dos Milagres existentes na Secção de Leiria da Administração da Região Hidrográfica do Centro, herdeira do espólio dos Serviços Hidráulicos e da secção local da Direcção Regional de Ambiente do Centro.
- Recolha e análise das queixas dos cidadãos enviadas à Câmara Municipal de Leiria e que se encontram no Arquivo Administrativo de Leiria nos livros de Registos de Correspondência e processos correspondentes e, de forma semelhante, as queixas endereçadas ao Governo Civil em 1990 e que fazem parte do espólio do Arquivo Distrital de Leiria.
- Análise do espólio existente no Arquivo Distrital de Leiria, em particular o acervo pertencente à 3ª Secção da Hidráulica do Mondego, o Fundo pertencente a Horácio Eliseu, assim como outros documentos, bibliográficos e não bibliográficos (projectos, mapas, imagens, manuscritos e correspondência) existentes neste arquivo e na Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira, em Leiria.
- Recolha e análise da documentação das associações de defesa do ambiente (ex. pareceres, comunicados, informação institucional, troca de correspondência com as entidades oficiais e denúncias), com destaque para a Oikos – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria; do Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus e da Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres (CADRM). O acesso a esses documentos resultou da cedência das associações e de particulares e da pesquisa *online* caso possuam página na Internet.
- Pesquisa e análise de teses e publicações sobre os concelhos da bacia do Lis.

- Recolha e análise de bibliografia sobre as diversas temáticas em debate.

A análise ao conteúdo destes documentos tem como principais objectivos: i) reconstruir um breve historial das políticas de saneamento básico (esgotos) à escala nacional e regional, dando ênfase às metas nacionais do sector dos esgotos e às iniciativas de despoluição no caso do Lis; ii) enunciar quais têm sido as principais transformações dos cursos de água da região de Leiria; iii) proceder ao levantamento daquela que tem sido a intervenção dos movimentos cívicos no sentido de contrariarem a poluição; iv) analisar de forma comparativa e crítica os relatórios e estudos inventariados.

II.2.2. Recolha de dados estatísticos

Partindo do geral para o particular, a recolha de dados estatísticos dá relevo aos dados sobre o sector dos esgotos e sobre a poluição dos rios nacionais; às queixas dos cidadãos e à produção de suínos no país e na bacia do Lis. Relativamente aos esgotos, interessa-nos conhecer a evolução da sua drenagem e tratamento, apresentando, sempre que tal se mostre possível, dados numa perspectiva sectorial, depois cruzados com dados sobre a qualidade da água dos rios.

Quanto à actividade suinícola pretende-se saber como evoluiu em número de efectivos e de explorações ao nível do país, mas fazendo depois um *zoom* sobre os concelhos e freguesias que integram a bacia hidrográfica do Lis que, aliás, acompanharemos com estatísticas demográficas e dados sobre as principais actividades económicas desenvolvidas na região. As queixas dos cidadãos são obtidas basicamente a partir dos dados fornecidos pelo Ministério do Ambiente e pelo Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana (SEPNA/GNR).

Referimo-nos essencialmente a dados quantitativos, privilegiando-se aqueles que são fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelas entidades públicas que recolhem e tratam dados sectoriais, a que adicionamos dados provenientes de outras entidades e plataformas, como seja o Eurostat e a Pordata. Especificamente, recolhemos a partir do INE estatísticas sobre o sector suinícola, bem como estatísticas demográficas e sobre a implantação regional da indústria extractiva e da indústria transformadora. Relativamente à drenagem e tratamento de esgotos recorreremos principalmente aos dados recolhidos e tratados através do Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais

(INSAAR). Quanto à evolução da qualidade da água dos rios nacionais, damos prioridade aos dados sistematizados através do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH).

Será igualmente dada atenção a dados complementares, principalmente aqueles que têm sido recolhidos no âmbito das iniciativas de despoluição: como os que constam do projecto de Despoluição das Bacias Hidrográficas do Rio Lis e da Ribeira de Seiça; e os que foram inventariados a partir de 2003, após a criação da Recilis, com o objectivo de dar sequência ao tratamento dos efluentes suinícolas da região.

II.2.3. Recolha e análise de notícias sobre a poluição da bacia do Lis na imprensa

Em termos de formato e de horizonte temporal procedemos à recolha dos registos das notícias sobre a (des)poluição da bacia hidrográfica do Lis publicadas nos semanários Região de Leiria (de 1974 a 2010) e Jornal de Leiria (de 1985 a 2010), e dos registos publicados no jornal Público (de 2002 a 2010). Em ambos os casos a unidade de análise é o registo noticioso, que corresponde aos títulos publicados sobre o tema. Por exemplo, numa reportagem com diversos títulos, cada um deles será introduzido de forma autónoma para se obter uma leitura aproximada da evolução dos protagonistas, locais e temas referidos.

A recolha de registos nos dois semanários regionais foi realizada a partir do seu suporte em papel. No diário Público a recolha cruza os registos do seu arquivo digital com a edição *online*, optando-se neste caso pelo período 2002 a 2010 por corresponder ao aumento de visibilidade da poluição da bacia do Lis na comunicação social nacional e pela facilidade em aceder aos registos noticiosos em suporte digital.

A recolha e tratamento de registos passa pelo recurso a uma grelha de terreno e de grelhas específicas, com uma listagem de temas, protagonistas e locais, em que damos relevo às seguintes características:

- **Frequência** – ocorrência de uma notícia num determinado, dia, mês e ano.
- **Nome da publicação** – Jornal de Leiria, Região de Leiria e Público.
- **Proeminência** – inclui variáveis como o tamanho, página, secção, se tem imagem ou não e se é ou não notícia de primeira página.

- **Tipo** – subdivide-se em género de informação (notícia, reportagem e entrevista) e género de opinião (editorial, crónica, comentário, coluna, cartoon ou infografia e carta de leitor).
- **Protagonistas ou actores sociais referidos nas notícias** – dada a multiplicidade de agentes agregamos os protagonistas numa grelha a dois níveis, correspondendo o nível 1 aos principais protagonistas: “agentes poluidores”, “autarquias”, “Autoridade de Saúde”, “empresas gestoras de água e saneamento”, “governo”, “movimentos cívicos e populações”, “órgãos da administração pública” e “partidos e personalidades”. A listagem pormenorizada de protagonistas é remetida para anexo.
- **Formas de intervenção** – subdividem-se em i) acções de protesto, abaixo-assinados, denúncias e comunicados; ii) e acções de sensibilização, efemérides e debates públicos.
- **Local a que se refere a notícia** – considera-se uma **localização administrativa**, com base nos concelhos e nas freguesias que integram a bacia hidrográfica do Lis; uma **localização simbólica**, que inclui a bacia hidrográfica do Lis, a região de Leiria, lugares como a nascente e a foz do Lis, localidades como Bidoeira, Olhalvas, Raposeira, Reixida e S. Romão; e as referências aos **cursos de água que compõem a bacia hidrográfica do Lis**.
- **Categorias temáticas** – para simplificar a recolha e tratamento dos registos noticiosos os temas são agregados em 9 categorias principais: “acções de protesto, abaixo-assinados, denúncias e comunicados”, “acções de sensibilização, efemérides e debates públicos”, “contaminação das captações e corte do abastecimento de água”, “descargas poluentes, morte de peixes e riscos para a saúde pública”, “fiscalização e inventariação das fontes poluidoras”, “problemas das suiniculturas”, “projectos de despoluição”, “saneamento básico” e “visita de governantes e políticos”. A categoria “problemas das suiniculturas” integra uma enorme variedade de aspectos, onde se inclui o ordenamento das explorações, a obtenção de licenças de funcionamento, as infracções por incumprimento, as descargas ilegais, as autorizações para rejeição do efluente

suinícola em meio hídrico⁵ e o papel das associações regionais na procura de uma solução conjunta para o tratamento destes efluentes.

Os registos recolhidos foram inseridos numa base de dados construída em SPSS, a partir da qual se procede à sua análise longitudinal, privilegiando a relevância, a evolução dos locais, os protagonistas e os temas alvo de notícia na imprensa regional e nacional.

II.2.4. Realização de entrevistas

A recolha de informação passou igualmente pela interpelação de alguns dos mais directos intervenientes na (des)poluição do Lis. Um testemunho que reforçamos com a opinião de alguns especialistas com conhecimento sobre o processo ou cujo contributo se revele uma mais-valia para o nosso trabalho. A opção não passou pela inquirição directa das populações, mas por entrevistar alguns dos seus mais directos representantes, uma vez que foram estes que estiveram mais envolvidos nas tentativas de despoluição.

O processo de escolha dos entrevistados forneceu dados sobre o conhecimento que cada um tinha sobre a (des)poluição do Lis e constituiu um ponto de partida para o aprofundamento de diversas questões. Nesta escolha intervieram três variáveis. Em primeiro lugar, foi determinante o cargo que os intervenientes ocupam (ou ocuparam) em instituições com ligação ao processo. Em segundo lugar, a selecção foi feita com base na visibilidade que a comunicação social lhes confere. E em terceiro, através das sugestões dos entrevistados, naquilo que se convencionou chamar “efeito bola de neve”, que no nosso caso se traduzia pela pergunta “já falou com X e Y?”, dado que, desde os primeiros contactos, foram sendo sugeridos nomes para possíveis entrevistas.

Foram assim realizadas 35 entrevistas semi-estruturadas, todas elas gravadas e identificadas com a permissão dos intervenientes, com a duração média aproximada de 90 minutos. Os temas abordados não se limitam às razões do (in)sucesso da despoluição da bacia do Lis. Procuramos situar e localizar o problema, centrando-nos nas suas diversas dimensões, nos cursos de água mais afectados e nos protagonistas envolvidos em cada período. Seguidamente, procuramos conhecer os sectores que mais têm contribuído para o acentuar da

⁵ Daremos igualmente atenção ao espalhamento de efluentes resultantes da produção de suínos em solo agrícola e que constitui actualmente uma preocupação na região de Leiria, contudo o tema não é central na nossa pesquisa. O nosso estudo é sobre o impacto da poluição que afecta os seus cursos de água e sobre a diversidade de fontes poluidoras, pelo que não se detém em exclusivo no sector suinícola.

poluição, dando ênfase à produção de suínos e às suas características, designadamente à sua evolução e enraizamento no tecido social.

Quadro II.1. Elementos transversais às entrevistas

História	Dimensões do problema	Protagonistas	Dinâmicas sociais	Razões do insucesso e expectativas
- Memória do Lis e das tentativas de despoluição - Memória do sector suinícola e de outras económicas com impacto no ambiente	- Diversidade de fontes poluidoras - Cursos de água mais afectados - Situações que se destaquem pela sua especificidade regional e local	- Da (des)poluição e das denúncias das descargas - Relação entre protagonistas, em particular a comunicação social e ONG, o Estado e as empresas	- Centralidade da relação ambiente-economia - Razões da (in)visibilidade da poluição - Consensos e conflitos - Elites e lideranças	- Articulação da política de esgotos com a despoluição - Competências e responsabilidades - Razões dos avanços e recuos - Expectativas face ao futuro

As políticas, a definição de responsabilidades e áreas de intervenção prioritária, os avanços e recuos do processo de despoluição são um dos blocos temáticos em relevo nas nossas entrevistas. A temática do conflito, as possibilidades de consenso, a proximidade entre quem polui e quem protesta, e as estratégias de intervenção constituem outro importante bloco. Não menos importante é o papel da comunicação social, tema sobre o qual interpelamos os nossos entrevistados, aprofundando-se este aspecto com o testemunho de alguns jornalistas com conhecimento directo do problema.

A análise que se apresenta no Capítulo IX resulta da interpelação de governantes, autarcas, políticos, membros de associações de defesa do ambiente, membros de associações de desenvolvimento, jornalistas e diversas personalidades da região. Destacamos a partir das suas afirmações, as razões do insucesso persistente da despoluição do Lis; as dimensões envolvidas; como se liga todo este processo às políticas nacionais de esgotos; e, principalmente, os factores sociais e políticos com influência nos sucessivos avanços e recuos, na visibilidade e invisibilidade dos problemas ambientais e sectoriais, e as dinâmicas subjacentes à intervenção dos protagonistas e as estratégias.

II.2.5. Dimensão, escala e instrumentos

O quadro II.2. mostra que a recolha de informação privilegia quatro **dimensões** – histórica, política, socio-económica e mediática –, com base na **escala** nacional e regional, e com recurso a diferentes **fontes e instrumentos de análise**. Em alguns casos recorremos a

informação da União Europeia ou da responsabilidade de organizações internacionais, optando por não se autonomizar essa referência no quadro por não ter uma cobertura homogénea nas dimensões consideradas.

Quadro II.2. Dimensão, escala e instrumentos de análise

Dimensão	Escala nacional	Escala regional
Histórica	<ul style="list-style-type: none">Dados estatísticosDebates parlamentaresEstudos sectoriaisHistórico da intervenção das associações ambientalistasNotícias publicadas na imprensa escrita regional e nacional	<ul style="list-style-type: none">Dados estatísticosDebates parlamentares e debates nas assembleias municipaisDenúncias dos cidadãosEstudos sobre a bacia do LisHistórico da intervenção das associações ambientalistas da regiãoNotícias publicadas na imprensa escrita regional e nacional
Política	<ul style="list-style-type: none">Candidaturas aos Fundos EuropeusDirectivas ComunitáriasPolíticas nacionais (Leis, planos e estratégias)Dados estatísticosEstudos sectoriaisNotícias publicadas na imprensa escrita regional e nacional	<ul style="list-style-type: none">Projecto de despoluição da bacia do Lis e Ribeira de SeixaIncidência regional das políticas nacionaisIniciativas das autarquiasProjectos das associações empresariaisDenúncias ambientaisEntrevistas aos protagonistasNotícias publicadas na imprensa escrita regional e nacional
Socio-económica	<ul style="list-style-type: none">Dados estatísticosDebates parlamentares	<ul style="list-style-type: none">Debates parlamentares e debates nas assembleias municipaisDebates públicosDenúncias ambientaisPareceres e comunicadosNotícias publicadas na imprensa escrita regional e nacionalEntrevistas aos protagonistasDados estatísticos
Mediática	<ul style="list-style-type: none">Notícias publicadas na imprensa escrita regional e nacionalEntrevistas a jornalistas	<ul style="list-style-type: none">Notícias publicadas na imprensa escrita regional e nacionalEntrevistas a jornalistasDenúncias ambientaisPareceres e comunicados

No sentido de se preencher todas as dimensões e escalas procuramos cobrir um amplo campo de fontes de informação, analisadas por sua vez com recurso a diferentes instrumentos. Quanto ao tratamento de informação, conciliamos a **análise de conteúdo dos documentos** com a análise quantitativa de **dados estatísticos** e de **notícias sobre a poluição da bacia do Lis** publicadas na imprensa. Tal não significa que não se tenha igualmente recorrido às notícias numa perspectiva não quantitativa. Estas são, aliás, um importante suporte de reconstrução histórica complementar à análise de documentos e estatísticas oficiais.

III

Enquadramento teórico

Os problemas ambientais não são problemas novos e a sua história é tão antiga quanto a queiramos pensar. Já a história da consciência pública alargada sobre os problemas ambientais é recente e liga-se à sua escala, urgência e mediatização. Foi sensivelmente a partir da década de 60 que se alterou radicalmente a escala dos problemas ambientais⁶, cujo efeito mais visível ficou marcado por um conjunto de acidentes ambientais de origem antrópica de dimensão nunca experimentada, de que são exemplo o acidente e consequente derrame de combustível do petroleiro Torrey Canyon, em 1967, o acidente registado em 1984 na fábrica da Union Carbide em Bopal, na Índia, e a explosão na central nuclear de Chernobyl ocorrida em 1986. A que se adicionam os problemas globais que emergiram na opinião pública em finais da década de 80: a perda de biodiversidade, as chuvas ácidas, o buraco de ozono, o efeito de estufa e as alterações climáticas.

Estes episódios despertaram a formação de uma consciência e sensibilidade em torno dos problemas ambientais, que resultou na transformação do modo de os encarar e se reflectiu na capacitação das populações para intervir neste domínio. Praticamente em simultâneo, a frequência, a escala e a gravidade dos problemas ambientais atraíram académicos, dinamizaram movimentos sociais e desencadearam a atenção dos meios de comunicação de massas. Nos EUA e na Europa surgiram os primeiros investigadores especializados na temática ambiental, que através de artigos científicos, da sua colaboração com a comunicação social e da participação em fóruns públicos de debate, passam a contribuir no sentido de facilitarem o entendimento público de problemas como a poluição (Dunlap, 2000a e 2007). A década seguinte foi marcada pelo despertar de novos movimentos ambientalistas de base local, defensores de princípios de justiça ambiental, preocupados não só com os impactos humanos nos recursos ambientais, mas também com o ambiente urbano e o impacto das

⁶ Não estamos com isto a ignorar que a primeira grande ruptura aconteceu com o advento da Revolução Industrial ou recuando um pouco mais, como faz Jean-Paul Deléage, ao capitalismo industrial que ocorreu a partir do séc. XVI e teve uma expansão extraordinária a partir do séc. XIX, e que causou “uma verdadeira revolução colectiva da natureza, pois o princípio da solidariedade homem/universo físico foi substituído pelo da dominação da natureza pelo homem” (Deléage, 1993: 218).

condições ambientais na saúde humana, na qualidade de vida e no sistema social (Mertig et alia., 2002).

No que se refere em particular à Sociologia do Ambiente, sem relativizar o contributo dos movimentos ambientalistas, a atenção dos *mass media*, dos cientistas e dos decisores políticos, para Riley Dunlap, o impulso para o seu surgimento e, de uma forma geral, para a forma como passam a ser encarados os problemas ambientais, resultou, igualmente, da mudança registada na natureza dos próprios problemas, que diferem em relação aos anteriores em quatro aspectos: i) passou-se de problemas locais como a poluição do ar ou a poluição de rios, para problemas globais como a degradação da camada de ozono, que potencialmente afectam mais pessoas; ii) os problemas mais localizados (e mediatizados), como a contaminação da água de consumo, ocorrem com uma frequência suficiente para serem vistos como problemas generalizados; iii) a origem indeterminada, e com consequências difíceis de detectar e prever de determinados problemas ambientais conferem-lhe maiores riscos que aos seus antecessores; iv) muitos dos actuais problemas provocam consequências, por vezes irreversíveis, na saúde e bem-estar humano, e têm implicações nas gerações futuras e em todas as outras espécies⁷ (Dunlap, 2000a: 27).

III.1. Transformação dos problemas ambientais em problemas sociais

Em termos cronológicos, um momento simbolicamente significativo na sensibilização da opinião pública foi o lançamento, em 1962, da “*Primavera silenciosa*” de Rachel Carson, uma obra que atribui um papel de relevo a novos quadros de referência, recorrendo à ciência para determinar o efeito dos químicos e dos pesticidas produzidos pela indústria e usados na agricultura do pós-guerra. Após este primeiro alerta, a 22 de Abril de 1970, comemorou-se o primeiro Dia da Terra, efeméride que só nos EUA juntou mais de um milhão de pessoas. A partir desta comemoração o ambiente passou definitivamente a receber atenção da agenda social e política (Dunlap, 2002b), notabilizando-se por ser simbolicamente o «“Dia Primeiro” do ambientalismo», o que garantiu à temática ambiental uma ampla cobertura, e o

⁷Anthony Giddens afirma que, como resultado da modificação radical das nossas relações com o mundo físico relativamente às existentes em épocas anteriores, o nosso impacto sobre o meio ambiente é agora de carácter social, e o mesmo sucede com muitas das suas consequências. Daqui se conclui que: 1ª – as actuais “ameaças ecológicas são a consequência de um conhecimento socialmente organizado” (Giddens, 1992: 85 e seguintes); 2ª – a salvação da terra implica “tanto mudanças sociais como alterações de carácter tecnológico” (Giddens, 1997: 652).

reconhecimento imediato e generalizado (Hannigan, 2002: 15). O recurso à imagem televisiva e a transmissão em directo para vários países transformaram-na numa emissão global, com uma cobertura mediática nunca antes alcançada pela temática ambiental (Dunlap, 2007; Gamson e Modigliani, 1989; Hannigan, 2002; Schmidt, 2003). Todavia o momento não seria apenas marcado pela influência e popularidade da televisão, mudou também o âmbito da mobilização cívica em matéria ambiental, que de base mais local passou a ter base nacional (Neuzil e Koyvarik, 1996: xi-xii) e global, em que a identidade global destes grupos decorre do facto dos problemas serem eles próprios globais (Yearley, 2005: 26).

Ainda em 1970, reconhecendo o interesse político pela temática ambiental e como resposta ao crescente interesse público por temas específicos como a água potável, o ar e a paisagem, foi criada nos EUA a Agência Americana de Protecção do Ambiente (EPA). Entretanto, em resultado do mesmo impulso, em Junho de 1972 realizou-se em Estocolmo a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. No conjunto, estes desenvolvimentos foram o reflexo do aumento das preocupações sociais relativamente ao ambiente, a propósito do qual os cientistas políticos norte-americanos Lester W. Milbrath e Frederick R. Inscho afirmavam, em 1974, que o que outrora era visto apenas como um problema do ambiente biofísico passou a ser visto como um problema que afecta os cidadãos, i.e., o que era visto exclusivamente como um problema de poluição passou a ser visto como um problema de capacidade de carga do planeta e de qualidade de vida dos cidadãos (Milbrath e Inscho, 1974).

A Sociologia do Ambiente emergiu da constatação desta degradação, da progressiva relevância que a temática ambiental passa a ter na agenda científica e política, assim como do aumento da cobertura mediática e da importância crescente dos movimentos sociais (Barbosa, 2009: 29; Hansen, 1991: 443-444). A nova disciplina surge, desde logo, confrontada com o aumento dramático da relevância social das questões ambientais, que colocaram os sociólogos perante “a circunstância de não terem nenhum corpo teórico ou investigação para os guiar no sentido de uma interpretação particularizada da relação entre a sociedade e o meio ambiente”⁸

⁸ Ainda assim, na opinião de John Hannigan, os pioneiros da sociologia clássica (Durkheim, Marx e Weber) tinham no seu trabalho uma dimensão ambiental, todavia nunca foi realçada. Sobre Durkheim, David Goldblatt afirma que “ao considerar a densidade populacional e a sua relação com os recursos materiais como força impulsionadora que move a estratificação evolutiva das sociedades humanas, transformou o mundo natural num factor causal decisivo na história da humanidade. Por seu turno, Marx, tal como Durkheim, “colocou o ponto de contacto económico entre as sociedades humanas e o mundo natural no centro das transformações históricas”. Para Goldblatt, apesar de referências esporádicas, a obra de Weber transmite um empenho mais limitado com o mundo natural (Goldblatt, 1998: 20). Por outro lado, a história da Sociologia era até aqui muito marcada pela por

(Hannigan: 2002: 15). Numa primeira fase, o interesse sociológico pelas questões ambientais deu maior atenção às questões da poluição do ar e da água, à degradação urbana e à necessidade de protecção dos espaços naturais. Posteriormente, com as crises energéticas da década de 70, alargou o interesse, centrando-o na questão da dependência, primeiro, relativamente ao petróleo na esmagadora maioria dos países industrializados, depois, de uma forma geral, no debate sobre a finitude dos recursos naturais (Lima, 2009).

O esforço pioneiro ficou marcado pelo empenho de William Catton e Riley Dunlap, que a partir de uma reflexão crítica sobre a tradição sociológica formulam um projecto de redefinição da base da disciplina no sentido da incorporação das temáticas ambientais no próprio âmago da Sociologia, até aqui dominada por uma cultura fortemente antropocêntrica que entendia que o ser humano está auto-isento das leis que regulam os ecossistemas, ou seja, das influências e vínculos ambientais. Os autores refutam o *Paradigma Social Dominante*, cimentado em pressupostos de progresso e crescimento económico perpétuos, e em valores antropocêntricos, e em alternativa apontam para uma *nova ecologia humana*, que foca a sua atenção na interacção entre o ambiente físico, a organização social e o comportamento humano. Propõem o que chamam *Novo Paradigma Ecológico* (NEP), que pretende eliminar as divisões no âmbito da Sociologia, e reequacionar o lugar e o papel da Humanidade no mundo, mas também os limites ecológicos a que a espécie humana está sujeita tal como todas as outras espécies (Lima e Guerra, 2004: 7; Hannigan, 2002: 23-25; Schmidt, 1999: 176; Barbosa, 2009: 29).

Na Europa desenvolveu-se o que foi designado como uma abordagem construtivista dos problemas ambientais, ao mesmo tempo uma proposta teórica e uma ferramenta analítica. Uma das premissas do construtivismo indica que existem necessariamente mais problemas a merecer atenção pública de que aqueles sobre os quais existe informação (ou que representam maior risco), e que são escolhidos aqueles em que tem sido mais eficaz a acção dos agentes com capacidade para influenciar a consciência pública. Tal significa que a agenda a que chamamos ambiental é um produto de oportunidades sociopolíticas (Buttel et alia., 2002: 276)

uma relação ambivalente com a biologia e outras disciplinas que lidam com o ambiente natural, o que corresponde à rejeição das teses de Comte e Spencer, que “consideravam que a sociologia deveria estar, sob os pontos de vista epistemológico e ontológico, dependente da biologia ou subordinada à biologia” (*idem*: 19). O que para Hannigan significa que a sociologia se desembaraçou da explicação biológica, em detrimento da valorização da cultura, ainda que depois o funcionalismo da década de 50 tenha negligenciado a importância dos factores ambientais na explicação sociológica (Hannigan, 1995: 18-19). Para uma análise da dupla emergência do ambiente na comunicação social ver Schmidt, 1999.

e que, embora a degradação da natureza possa estar já a ocorrer, só se transforma em problema social quando é socialmente reconhecido.

Com o objectivo de interpretar esta transformação e a dinâmica de todo o processo de selecção de uns problemas face a outros, Stephen Hilgartner e Charles L. Bosk elaboram o modelo das arenas públicas, definindo arena pública como aquela através da qual os problemas sociais são definidos e recebem atenção da sociedade. Segundo este modelo um problema social corresponde a uma condição ou situação concreta identificada como problema nas arenas do discurso e da acção pública. O que equivale a afirmar que os problemas sociais são um *construto* resultante de reivindicações e expectativas, de exigências e possibilidades a concretizar, e são pensados para competir no espaço limitado de cada uma das arenas pelo estatuto de problemas sociais.

Os *mass media* surgem neste contexto como uma das principais arenas, mas não a única. O poder legislativo e executivo, os serviços públicos, os tribunais, as empresas, a comunidade científica, o sistema educativo, o parlamento, os partidos políticos e os movimentos sociais, são exemplos de outras arenas em que os problemas sociais são debatidos, seleccionados, contextualizados, definidos, dramatizados, organizados e posteriormente apresentados ao público. Para Hilgartner e Bosk, cada arena pública tem em comum o facto de possuir uma determinada *capacidade de carga* que limita a agenda social e política em virtude de não poder eleger todos os problemas que ocorrem num dado num momento, impossibilidade que obriga a uma rigorosa selecção e gera uma intensa competição no concurso dos problemas às várias agendas (Hilgartner e Bosk, 1988). Assim, perante a enorme diversidade de problemas ambientais só alguns são escolhidos para integrarem o leque restrito de problemas sociais, e depois de escolhidos nem todos recebem igual atenção pública, num processo em que muito tem contribuído a acção de sensibilização dos activistas ambientais e a atenção dos meios de comunicação social (Buttel et alia., 2002; Hannigan, 2000).

John Hannigan não vê grandes diferenças entre os problemas ambientais e os problemas sociais gerais. Como características que os distinguem face aos problemas sociais identifica o facto de serem frequentemente originados no domínio da ciência e terem uma base mais física do que os primeiros. Admitindo o primado da ciência, Hannigan acredita que existe outra gama de problemas que se relacionam mais com as nossas experiências de vida, em particular aqueles que se encontram mais próximos daqueles cujos trabalhos ou objectivos os colocam diariamente próximos da natureza, sejam agricultores ou guardas da natureza, na medida em

que lhes permite recolher em primeira mão os sinais de aviso de qualquer alteração ambiental (Hannigan, 2000: 54-60).

Por sua vez, para Steven Yearley os problemas ambientais caracterizam-se pela presença de factores de ordem social, política e económica, os quais “não têm a ver apenas com as nossas condutas para com o mundo natural, mas dizem respeito às nossas relações com as outras pessoas”, o que significa que “existe uma forte interacção entre estes problemas e um largo espectro de políticas económicas e sociais” (Yearley, 1992: 47). A maior relevância de uns problemas face a outros é justificada por Yearley com a sua entrada na agenda dos meios de comunicação, sobretudo por intermédio de organizações não-governamentais capacitadas de saber pericial, um atributo que contribui para o sucesso destas organizações e para a consolidação de conhecimentos em áreas específicas. Para explicar a sua tese recorre ao caso da plataforma Brent Spar, uma infra-estrutura petrolífera desactivada que, ao contrário da opção inicial pelo desmantelamento, a Shell decidiu afundar em 1995, o que motivou a reacção do Greenpeace, argumentando que a estrutura possuía elementos tóxicos e materiais perigosos que iriam contaminar o oceano, numa acção que contou com o boicote dos consumidores e mereceu enorme atenção mediática e política (Yearley, 2002 e 2005). O caso não ficou encerrado sem antes gerar novamente grande debate, desta feita sobre a credibilidade das fontes de informação, ao constatar-se que o Greenpeace foi acusado de manipular os dados, colocando em causa a sua relação com a comunicação social, até aqui a principal plataforma de divulgação das suas campanhas.

Uma vez que a transformação de um problema ambiental em problema social se trata de um *construto*, este processo mostrou que não está isento do risco de manipulação, em que podem intervir grupos sociais mais poderosos em seu próprio benefício, agindo deliberadamente sobre a elaboração de dados. Para tal contam com o seu poder económico e capacidade de influência, condições que garantem o acesso mais facilitado à comunicação social, e permitem-lhe exercer uma enorme influência na definição e agendamento dos problemas ambientais, e na própria manipulação do significado cultural dos problemas (Williams, 1998: 484). Sobre este aspecto não deixamos de incluir a observação de Allan Schnaiberg e Kenneth Alan Gould quando chamam a atenção para o facto dos agentes poluidores serem também os empregadores, e que esse estatuto poderá condicionar a intervenção das comunidades locais (Schnaiberg e Gould, 1994: 150). Kenneth Alan Gould chama ainda a atenção para outro aspecto, ao afirmar que, sendo verdade que a proximidade das populações relativamente aos

problemas com os quais convivem diariamente, as sensibiliza e as leva a atribuírem-lhe grande visibilidade social, isso não significa que reconheçam o problema enquanto tal. Pelo contrário, a proximidade leva-as a menosprezar os seus efeitos, num processo em que intervêm importantes actores sociais na tentativa de manipularem a percepção da degradação ambiental local como problema social, e na tentativa de influenciarem a resposta das populações para assim promoverem os seus interesses políticos e/ou económicos. Na opinião de Gould, o facto de determinado problema de poluição se prestar à ocultação, a sua invisibilidade pode ser manipulada de modo a promover uma percepção mais favorável do estado do ambiente local, o que leva os grupos privados, as organizações não-governamentais e os órgãos da administração pública a minimizar a visibilidade social da poluição local, numa intervenção que se reflecte na transformação de determinado problema ambiental em problema social. Porém, o aumento da visibilidade social de um problema ambiental local não se traduz necessariamente no aumento da mobilização popular (Gould, 1993).

III.2. Comunicação social e ambiente

Já se disse acima que a comunicação social é um dos principais agentes promotores da transformação dos problemas ambientais em problemas sociais⁹. É indiscutível o seu papel na decodificação e transmissão de informação para a população, sendo reconhecido o seu papel na democratização das sociedades, nomeadamente como principal fonte de informação e ao permitir a representação mais alargada sobre um vasto conjunto de acontecimentos. A partir da informação que divulga e do debate que promove, fornece a cada cidadão a possibilidade de formular uma opinião sobre determinado tema, que dela depende cada vez mais para aumentar o conhecimento sobre o mundo para além do horizonte da experiência vivida

⁹ Embora se tenha optado por equacionar a questão a partir do construtivismo social o papel dos media é amplamente aceite. Para Anthony Giddens há muito que a experiência mediatizada “influencia tanto a auto-individualidade quanto a organização básica das relações sociais”, sendo que com o “desenvolvimento da comunicação de massas, em especial a comunicação electrónica, a interpenetração do auto-desenvolvimento e dos sistemas sociais torna-se cada vez mais pronunciada, inclusive ao nível dos sistemas globais” (Giddens, 1994: 4). A modernidade é, segundo Giddens, inseparável dos seus “*próprios*” media, os quais, em condições de modernidade, “não espelham as realidades mas em certa medida formam-nas (*idem*: 24)”. Mais especificamente sobre a temática do risco, Ulrich Beck acredita que a “a discussão (e a ilustração) pública das ameaças está, não obstante, relacionada com a vida quotidiana, embebida de experiência, e joga com símbolos culturais” e é “também dependente dos meios de comunicação (Beck, 2000: 30). Alison Anderson considera que o trabalho de Beck, sobretudo o seu livro sobre a sociedade de risco, deu atenção à natureza “manufaturada dos riscos” na sociedade contemporânea, ainda assim, segundo Anderson, forneceu pouco detalhe empírico sobre o exacto papel dos media ao comunicarem riscos ambientais (Anderson, 2009: 166-167). No caso português, sobre o papel da comunicação social, em particular da televisão, na emergência do tema ambiente ver Schmidt, 2003.

(Dispensa e Brulle, 2003; Smith, 2005). Especificamente em matéria ambiental, a comunicação social tem vindo a reforçar a sua influência social, consolidando-se com principal fórum de debate público de várias questões, em que é por vezes a principal fonte de informação, colmando a escassez de outras fontes. A sua acção garante-lhe um lugar privilegiado no processo de consciencialização ambiental dos cidadãos, ao contribuir para fomentar o entendimento público da temática ambiental como um problema social (Hannigan, 2002; Schmidt, 2003; Mertig et alia., 2002: 454; Dunlap e Marshall, 2007: 1417-8).

Mas a comunicação social não é apenas um recurso ao dispor dos cidadãos e das instituições, em muitos casos substitui as organizações ambientalistas no processo de agendamento, sem que deixem na prática de definir a agenda ambiental (Yearley, 1992: 47-48). Por outro lado, ao ser um veículo de denúncia dos atentados ambientais, obriga os poluidores a agir por antecipação, conscientes de que tem mais força uma imagem mediatizada do que a posterior garantia de protecção ambiental que afirmem vir a implementar (Dispensa e Brulle, 2003), pelo que não surpreende que a comunicação social seja um dos agentes em quem os cidadãos mais confiam (Schmidt et alia., 2004).

Quanto aos temas da sua eleição, regista-se uma preferência especial pelas catástrofes ambientais, encaradas, por vezes, como o “‘sal’ da cobertura noticiosa” (Hannigan, 2002: 88), o que comprova que a comunicação está maioritariamente preocupada em publicar as “más” notícias, obtendo maior cobertura mediática e durante mais tempo (Anderson, 2002: 2). Refiram-se os exemplos, na Europa, da mediatização da maré negra provocada, em 1967, pelo petroleiro Torrey Canyon ao largo do Reino Unido (Anderson, 2002); e nos EUA a intensa cobertura mediática dada em 1969 ao derrame petrolífero ocorrido a partir da Plataforma A, localizada em Santa Bárbara, na Califórnia – o acidente mais mediatizado no país até à maré negra provocada em 1989 pelo Exxon Valdez no Alasca. O derrame petrolífero de 1969 destaca-se não só por atrair a atenção dos meios de comunicação social, mas porque a enorme cobertura noticiosa foi aproveitada por movimentos ambientalistas para transformarem um problema aparentemente regional numa catástrofe nacional (Clarke e Hemphill, 2002; Molotch e Lester, 1975).

A comunicação social tem igualmente predilecção por situações de conflito ambiental, as quais têm um valor noticioso próprio na cultura jornalística (Garcia, 2004), sendo que, ao darem atenção aos episódios de protesto ambiental conferem-lhe amplitude e aumentam a visibilidade também de quem os organiza, num processo em que os movimentos sociais

beneficiam mais da cobertura mediática se estiverem vinculados a acções de protesto concretas ou a acontecimentos específicos (Andrews e Caren, 2010). A comunicação social tem a particularidade de, por vezes, levantar questões que servem de rastilho àquilo que faltava para fazer despoletar determinado conflito social latente, o que garante à cobertura mediática uma enorme influência no impacto que os protestos possam ter na opinião pública e na política pública (Oliver e Maney, 2000; Schmidt, 2008b). Mais ainda, a atenção mediática tem grande influência no tipo, desenvolvimento e sucesso de acções de protesto, o que deixa os movimentos de protesto hoje mais dependentes dos *media* do que outrora. Pode, por exemplo, chamar a atenção para os objectivos destes movimentos, as suas exigências e base de apoio. Em suma, pode dar a conhecer os movimentos sociais e os seus líderes, o que pretendem, podendo, igualmente, influenciar a liderança e autoridade, a adopção de normas organizacionais, o repertório e tácticas de intervenção, bem como promover a obtenção de meios financeiros, o recrutamento de novos membros e a difusão dos protestos de um lugar para outro.

Na opinião de William A. Gamson e Gadi Wolfsfeld, tanto os movimentos sociais como os *mass media* estão ambos no negócio da interpretação de acontecimentos. De um lado, os jornalistas têm a sua cultura distintiva e os *mass media* estão organizados muitas vezes em distintas sub-culturas. Do outro lado, os movimentos sociais variam em diversas formas, podendo envolver alianças com outros grupos com estratégias diferentes. A diferença é que estes movimentos, apesar de possuírem uma cultura distintiva que se pode opor à cultura dos *media* e à cultura política dominante, vêem-se dependentes dos *mass media* por questões de mobilização, validação e alargamento da sua intervenção. Tal acontece porque a mensagem que os *media* transmitem **é mais eficaz**, e porque a atenção mediática **valida** a sua existência enquanto principais actores de determinado processo e garante **maior visibilidade** às suas acções. Sendo que este processo tem vantagens para estes movimentos, ao conferir-lhe maior poder negocial no confronto com os seus opositores (Gamson e Wolfsfeld, 1993: 116). Esta ideia é apoiada por Julia B. Cobert, para quem, desde a emergência dos *mass media* comerciais, os movimentos de protesto perceberam ser de extrema importância conseguir obter a sua atenção como forma de aumentar a consciencialização para as suas causas e mobilizar mais apoiantes. Cobert acredita que nesta interacção ninguém fica a perder, os *mass media* também ficam a ganhar, ao receberem notícias em primeira mão a partir de quem protesta (Corbett, 1998).

Em síntese, podemos afirmar que os *mass media* influenciam a opinião pública na definição e compreensão dos problemas ambientais como problemas sociais, e são o principal fórum em que co-existe o debate científico, jurídico, cultural e económico (Andrews e Caren, 2010). Trabalhos como os de Baumgartner e Jones, McCombs e Shaw, Anderson, Smith, Hansen e Burgess, deram conta da sua influência na definição da agenda política e do processo político, e mostraram que a cobertura mediática é fundamental para focar a atenção do público em determinado problema e que, uma vez conseguida, o interesse tende a decair, o que obriga os *mass media* a anteciparem esse decréscimo dirigindo a atenção para outro problema (Stamm et alia., 2000).

No caso português vários estudos demonstram que, face ao défice de cultura ambiental da população portuguesa e face às dificuldades no acesso a outras fontes, os meios de comunicação social desempenham um papel crucial, tanto pela forma abrangente como ocupam o espaço público, como pela forte dependência mediática da própria informação ambiental (Schmidt, 2003: 69). Inês Mansinho e Luísa Schmidt afirmavam em 1994 que, com os jornais criados em 1990, as novas rádios e o surgimento da televisão privada, o ambiente adquiriu um lugar definitivo na agenda mediática, para as autoras “os meios de comunicação social passaram a ter um papel progressivamente proeminente na mobilização da opinião pública, denunciando os problemas e efectuando uma informação com componentes pedagógicas” (Mansinho e Schmidt, 1994: 465).

III.3. Os movimentos sociais na definição do tema ambiente

A partir de Maio de 1968 operou-se uma transformação nas formas de acção colectiva que suscitaram alterações na sua configuração, papel e formas de activismo, fruto de uma deslocação do conflito característico do movimento operário para a esfera cultural e para o desenvolvimento de novas formas de intervenção. Uma transformação que para Alain Touraine não aconteceu por acaso. Para o sociólogo francês os novos movimentos sociais são o resultado do surgimento de novos conflitos e novas formas de criatividade e poder social, e representam uma ruptura decisiva com a sociedade e cultura industrial (McDonald, 1994; Touraine, 1984 e 2004). Por seu turno, Alberto Mellucci encara a sociedade como algo semelhante a um campo interdependente, constituído por conflitos e continuamente preenchido por significados culturais opostos, em que os conflitos se desenvolvem em áreas

mais directamente expostas aos maiores investimentos simbólicos e informacionais, e sujeitas a maiores pressões (Mellucci, 1980 e 1997).

Os novos movimentos sociais podem ser pensados como laboratórios culturais para novos estilos de vida e valores que podem existir de forma latente nas relações culturais, somente visíveis em situações mais explosivas de conflito social (Smith e Pangsapa, 2008), cujo sucesso é determinado pelas mudanças que consigam alcançar ao nível da política pública, do processo político e dos valores sociais (Rochon e Mazmanian, 1993: 77-78). Essa é uma atribuição de tal modo importante que a sua principal característica reside no facto de levarem as preocupações quotidianas para a esfera institucional, principalmente ao procurarem actuar junto de decisores e da opinião pública, na tentativa de influenciar a decisão política e promoverem a mudança de atitudes e valores.

Antes de se avançar com a discussão da importância do movimento ambientalista na transformação dos problemas ecológicos em problemas sociais, cabe-nos uma referência à temática do conflito que, tomado numa perspectiva não violenta, tem sido um dos temas centrais das ciências sociais desde a sua fundação. Primeiro, como expressão basilar da resistência das classes populares contra a tentativa das classes dirigentes em impor o seu modo de agir sobre a organização social, e sobre as práticas sociais e culturais. Depois, na sociedade moderna, como forma de luta para adquirir direitos e justiça social através da qual se mobilizam grupos social ou politicamente marginalizados dando visibilidade às suas reivindicações, numa intervenção que acontece a partir de mecanismos e espaços institucionalizados de decisão e resolução da própria sociedade, e que obriga que a análise dos conflitos seja realizada nos universos socio-culturais em que ocorrem, não sendo de estranhar que ocupe um lugar importante nas ciências sociais.

Uma vez que “as sociedades vivem em estado de permanente conflitualidade” compete à Sociologia, como defendia António Teixeira Fernandes, colocar o conflito no centro da sua análise, de modo a “procurar (re)descobrir a sua presença nas mais diversas manifestações colectivas” (Fernandes, 1993: 170). Karl Marx encarava-o como “o motor da história”, Max Weber fez do conflito e das lutas sociais conceitos fundamentais da sociologia, propondo a sua resolução essencialmente pela via institucional. Por sua vez, ainda segundo António Teixeira Fernandes, Vilfredo Pareto concebeu a “sociedade como um teatro de lutas, abertas ou latentes” e Émile Durkheim foi mais longe ao afirmar que a vida social não é possível sem lutas (*idem*: 171).

Um dos autores de referência é Georg Simmel, para quem o conflito se destina a resolver dualismos divergentes, sem que isso signifique que se chegou a uma situação irresolúvel, pelo contrário, trata-se de uma forma de alcançar alguma unidade, ainda que tal possa corresponder ao aniquilar das partes em confronto (Simmel, 1968: 13-14). Dado que a relação conflitual delimita os grupos, pelo reforço da sua consciência e da sua autonomia, “os grupos tendem a afirmar-se pela oposição, segmentando-se e unificando-se, e, nesse processo, o conflito desempenha uma função criadora e integradora (Fernandes, 1993: 790). Mas Simmel chama a atenção para o facto de ser irreal a existência da absoluta harmonia do grupo, pois, para ele, a sociedade está sempre em permanente confronto dualista. Tal como o universo necessita de amor e ódio, o mesmo é dizer, de forças de atracção e repulsa, a sociedade, para atingir algum equilíbrio, necessita de determinada quantidade de harmonia e desarmonia, de associação e exclusão, de tendências favoráveis e desfavoráveis (Simmel, 1968: 14-15).

A partir da obra de Simmel na década de 50 Lewis Coser desenvolveu a sua teoria, encarando o conflito como um processo interactivo e uma forma de socialização, que pode consolidar um grupo mal estruturado e fortalecer a organização social de uma sociedade ou grupo à beira da desintegração. Coser, tal como Simmel, defende que nenhum grupo pode ser completamente harmonioso, isso equivaleria a destituí-lo de dinâmica e de estrutura. Não é a harmonia que caracteriza os grupos e as sociedades, mas sim o conflito, ao intervir na consolidação e na própria formação desses grupos. Temos assim que a formação dos grupos é, ao mesmo tempo, o resultado da associação e dissociação, do conflito e da cooperação. Mesmo assim Coser não rejeita a hipótese do conflito ser disfuncional em algumas situações, o que sucede em estruturas sociais em que não há tolerância suficiente ou o conflito não se encontra institucionalizado, ou seja, em estruturas sociais muito rígidas, sendo que nesse caso a ameaça não decorre do conflito mas da rigidez das próprias estruturas (Coser, 1956 e 1977).

Os conflitos ambientais são um tipo de conflito específico, em que os problemas ambientais são geralmente vistos como criados pela competição humana no sentido de obter poder, proveitos materiais e satisfazer interesses. Heidi Wittmer et alia. identificam duas diferenças entre os conflitos ambientais e os restantes conflitos. Por um lado, a **complexidade dos sistemas ecológicos** não permite, com base nos pressupostos da ciência, falar em certeza e conhecimento absoluto. Por outro lado, a **complexidade do sistema social** inclui preocupações que extravasam a existência humana e alargam o debate para questões ético-normativas, paralelamente a questões como a equidade social, geográfica, geracional e

política, e para aspectos identificados normalmente como necessários para evitar situações de conflitos, como sejam, a transparência dos processos, a credibilidade da informação e a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão (Wittmer et alia., 2006).

Em termos cronológicos, segundo Thomas Dietz et alia. a transformação dos problemas ambientais em problemas sociais ocorrida a partir do início da década de 70 teve repercussões directas na emergência e na intensidade dos conflitos ambientais, na medida em que a construção social dos problemas ambientais oferece aos participantes uma oportunidade decisiva no confronto político nos temas em disputa. Sendo que o aumento de frequência dos conflitos se deve: i) às dificuldades na implementação das políticas que regulam o acesso e uso dos recursos naturais, e que impeçam a degradação dos ecossistemas e da qualidade de vida e saúde pública das populações; ii) e às dinâmicas sociais e económicas associadas, na medida em que os conflitos surgem vinculados à realidade social, económica e política da região ou país em que se desenvolvem (Dietz et alia., 1989). Num processo em que é determinante a capacidade de mobilização das comunidades contra o acesso e uso desigual dos recursos naturais, tendência que se acentuou com o crescimento do consumo de matérias-primas, ao implicar o aumento da exploração de recursos naturais e a degradação dos ecossistemas e da qualidade de vida das populações.

Também em matéria ambiental o conflito não leva, necessariamente, a disputas irresolúveis. Numa perspectiva semelhante à de Simmel e Coser, Allan Schnaiberg e Kenneth Alan Gould encaram o conflito como catalisador da mudança social e uma oportunidade para a formação de coligações entre indivíduos ou grupos (Schnaiberg e Gould, 1994: 233). Assim visto, a sua resolução passa pela promoção de mecanismos de satisfação das expectativas e necessidades das partes envolvidas, o que implica analisar como se configuram as divergências sobre a natureza, as causas e extensão dos problemas ambientais entre os protagonistas envolvidos (Guivant e Miranda, 1999: 87).

Os conflitos em redor da água estão entre os que têm gerado maior interesse por parte da sociologia, e de uma forma geral das ciências do ambiente e da ciência política. Desse interesse têm resultado diversos estudos sobre a temática do acesso a este recurso natural, alguns especificamente centrados na água enquanto elemento geo-estratégico na relação entre países e regiões, outros no desigual acesso por parte das populações, e outros no modelo de gestão e nas divergências quanto às tarifas a cobrar. Na Sociologia destaca-se José Esteban Castro, autor que nos remete, por um lado, para a existência de diferenças na compreensão do

próprio significado de conflito de água, podendo ser diferente consoante sejam peritos ou funcionários a analisar o problema. Sendo que, neste último caso, recorrem historicamente a factores físico-naturais e técnico-administrativos para prever e explicar estes conflitos. Por outro lado, Castro enquadra os conflitos num processo mais amplo de disputa pelos direitos de cidadania (Castro, 2006: 26), em que as lutas pela água se ligam a lutas sociais mais amplas, que incluem a proteção dos ecossistemas, e a defesa dos direitos dos seres humanos pelo acesso a água potável em quantidade suficiente e o acesso aos serviços relacionados com a água, aqui se incluindo igualmente o acesso aos serviços de drenagem e tratamento de esgotos (Castro, 2009).

A temática do conflito e o debate sobre os novos movimentos sociais sugerem uma questão da maior importância: quais as **razões que podem activar a cidadania e desencadear o protesto ambiental?** Para Pamela E. Oliver e Gregory M. Maney, 2000, essas razões podem ser um discurso político, o aumento de impostos, uma intervenção militar, uma descarga poluente, um derrame de petróleo, e toda uma gama de problemas normalmente negligenciados ou simplesmente fora das prioridades das agendas mediática e política, mas que podem merecer enorme destaque caso sejam desencadeadas acções de protesto directo (Oliver e Maney, 2000). Sobre a mesma questão, Eugénia Rodrigues, centrada na temática do risco, afirmava em 2002 que uma das variáveis determinantes na mobilização social de actores colectivos é a visibilidade social da ameaça (Rodrigues, 2002).

As razões que activam a cidadania foram tratadas por José Manuel de Oliveira Mendes num artigo em que expõe alguns limites das propostas analíticas da **teoria do actor rede de Michel Callon e Bruno Latour**, uma teoria que assume como condição fundamental a inclusão dos indivíduos num tipo qualquer de associação ou de rede. Com base na noção de que o indivíduo capacitado para a obtenção de poder só pode ser compreendido a partir dos conceitos de “acção distribuída” e de “agenciamentos sociotécnicos”¹⁰, Callon propõe uma tipologia em que os grupos são construídos pela dinâmica contínua de enquadramento/extravasamento, na qual são definidos como **grupos interessados os que se encontram inseridos em tais agenciamentos**, que desse modo estão aptos a mobilizar-se e a projectar-se na esfera pública, assim como a generalizar as suas causas. A esta tese José

¹⁰ Em nota o autor explica, igualmente a partir de Callon, que os “agenciamentos sociotécnicos são construídos pelos discursos, pelos procedimentos, pelas formas organizacionais e pelas tecnologias”, especificando que o social que é mobilizado pelos agenciamentos sociotécnicos é caracterizado por componentes como a “localidade, complexidade, heterogeneidade, materialidade e distributividade” (Mendes, 2010: 451).

Manuel Mendes acrescenta que deveremos pensar que **outros tipos de grupos podem não ser afectados pelos extravasamentos ou simplesmente não estarem interessados nos agenciamentos sociotécnicos**. Tratam-se de “grupo órfãos”, “produzidos pelas dependências tecnológicas e pelos fechamentos das redes na construção dos agenciamentos”, que só se tornam visíveis se for ultrapassado “o aspecto singular das causas que os excluem do espaço público” e se “um destino colectivo se torne manifesto” (Mendes, 2010: 451-452). O modelo de Callon pressupõe uma capacidade para agir e dar significado à acção em que os “agenciamentos sociotécnicos são proactivos e implicam positivities e a criação de laços consistentes” (*idem*: 452), ou seja, implicam a pertença a redes, todavia, prossegue Mendes, está ausente deste quadro analítico uma atenção às emoções envolvidas na acção, assim como às fragilidades e vulnerabilidades constituintes dos laços que tecemos na relação uns com os outros. Ficam de fora indivíduos e grupos colocados no exterior das redes e dos agenciamentos sociotécnicos, remetidos ao silêncio e à invisibilidade. Entre estes grupos estão os “grupos descartáveis”, por não serem construídos socialmente como portadores de direitos, e os “grupos circunstanciais”, designação que Mendes vai buscar a Jean-Paul Vilain e Cyril Lemieux (1998) para se referir às vítimas de acidentes e familiares, grupos que “representam uma nova forma de participação pública e de construção de cidadania que, centrada na figura da vítima, afirma novos direitos e uma nova relação com o Estado” (*idem*: 460).

Estas são algumas respostas à questão colocada, inversamente, quanto às razões para a desmobilização, a tendência é maior quando os movimentos sociais têm aliados no poder, cenário que à escala local se agrava, na medida em que é maior a dependência da dinâmica interna e do calendário das acções dos movimentos sociais, que é tanto maior quanto mais se aproximar da política e dos ciclos políticos e caso exista uma relação entre quem protesta e o partido no poder (Fillieule e Jobard, 1998; Kriesi et alia., 1995; Williams, 2006), e quanto maior for a proximidade entre quem denuncia e quem gera os problemas (Schnaiberg e Gould, 1994: 150).

Terminadas estas duas breves reflexões sobre o conflito e sobre as **razões que podem despoletar ou não a mobilização e o protesto, retomamos o debate sobre os novos movimentos sociais** para dizer que, em termos de organização e de intervenção, são caracterizados por se articularem em redes informais, por vezes com poucos membros mas cuja participação é muito activa na mobilização de recursos. São maioritariamente **mono-**

temáticos e de base **local**¹¹, o que lhes garante maior eficácia, e interessam-se por questões marginalizadas ou negligenciadas pelas formas clássicas de representação política, progressivamente profissionalizadas e institucionalizadas (Yearley, 1992; Nave et alia., 1999; Mertig et alia., 2002; Schnaiberg e Gould, 1994). A que se adiciona o facto das comunidades locais serem as mais directamente afectadas por determinado problema ou projecto, o que implicará a sua participação desde o seu início e, em caso de conflito, permite intervir politicamente de baixo para cima enfatizando a identidade local (Fraser et alia., 2006; Smith e Pangsapa, 2008).

Se os novos movimentos sociais são efectivamente novos, Andre Gunder Frank e Marta Fuentes rejeitavam, em 1987, parcialmente essa ideia ao afirmarem que os “novos” movimentos sociais eram na verdade “velhos”, mas com novas características sem, no entanto, deixarem de ser movimentos sociais existentes na história da humanidade. Para estes autores, somente o movimento ecologista e o movimento pacifista são legitimamente “novos”, por se tratarem de uma resposta social aos problemas de desenvolvimento mundial entretanto gerados, como é o caso da degradação ambiental (Frank e Fuentes, 1987). Viriato Soromenho-Marques salienta o carácter absolutamente novo das formas de intervenção dos cidadãos em matéria ambiental através de associações que os representam, afirmando que “estamos a falar de um associativismo que por vezes afronta o Estado, mas não no sentido de a ele se substituir, antes visando compensá-lo, partilhar com ele responsabilidades, melhorá-lo, torná-lo quase invisível devido à sua eficácia e operacionalidade” (Soromenho-Marques, 2003: 204). Sobre a mesma questão, com uma visão contrária, referindo-se aos movimentos sociais como formas de intervenção política e com práticas ritualizadas de debate e participação na vida pública, Gil Nave et alia. consideram, a partir de Klaus Eder, que os novos movimentos “não têm nada de mais inerentemente democrático do que as chamadas ‘velhas’ formas de debate e mobilização de tipo parlamentar ou eleitoral baseadas na forma organizativa dos partidos”. No que “oferecerem novos rituais de debate e de participação política”, e “constituem também formas de racionalização dos princípios democráticos” (Nave et alia., 1999: 13-14), até porque, como afirma Gil Nave, os movimentos sociais são uma outra forma de fazer política por outros meios (Nave, 2000: 7).

¹¹ Em parte porque se esvaneceu o que era o carácter único das décadas anteriores e que em 1987 levava Buttel, influenciado por Lester W. Milbrath, a afirmar que estavam na vanguarda para uma nova sociedade (Buttel, 1987: 477).

Especificamente sobre organizações ambientalistas um autor já citado, Steven Yearley, situa-as no quadro das características dos problemas sociais do ambiente, cuja primeira característica se prende com o facto de se poderem definir a partir do seu envolvimento na formulação de reivindicações sobre determinado problema, e num contexto que permita que se compreenda a existência de uma enorme diversidade de organizações centradas em objectivos e escalas distintas – global, nacional, local. A segunda característica diz respeito à imagem junto da opinião pública de determinada questão sobre a qual se ocupa um grupo, podendo apresentar uma imagem muito favorável pelo simples facto de se encontrar ‘mais à mão’. Sendo que essa imagem pode “ser reconstruída através de engenhosas campanhas” e ser influenciada pelo contexto cultural (Yearley, 1992: 74-76), no que é igualmente importante o papel desempenhado pelo conhecimento científico e pela autoridade científica na elaboração das reivindicações associadas aos problemas ambientais, e a parte que cabe às decisões políticas do Estado nesta matéria.

A literatura sociológica é rica em tipologias que classificam os diversos movimentos sociais em categorias, o mesmo acontece especificamente com a Sociologia do Ambiente. Angela Mertig, Riley E. Dunlap e Denton E. Morrison, ao pensar na história ambiental norte-americana, optam por uma tipologia simplificada de apenas três tipos de movimentos – “conservacionista”, “ambientalista” e “ecologista” –, apresentada com base nas características e raízes históricas distintas. O movimento “conservacionista” teve a sua origem entre 1800 e 1900, centrou a sua atenção sobre a preservação dos valores estéticos e recreativos da natureza, e alcançou enorme visibilidade e adesão até à comemoração do primeiro Dia da Terra em 1970. Da sua acção, destaca-se em 1892 a constituição do Sierra Club e em 1905 da National Audubon Society. Nos anos 30, Aldo Leopold desenvolveu a sua famosa “Ética da Terra” (Mertig et alia., 2002: 450).

Não existe uma data que assinale o fim do movimento conservacionista e o início do movimento ambientalista. O lançamento da “*Primavera silenciosa*” de Rachel Carson, em 1962, marca a ruptura na distinção entre ambos; nomeadamente, porque atribui um papel de relevo a novos quadros de referência, e recorre à ciência para determinar o efeito dos químicos e dos pesticidas produzidos pela indústria na agricultura do pós-guerra. Essa ruptura impulsionou o movimento “ambientalista”, que no final da década contava com organizações como o Environmental Defense Fund, fundado em 1967, e o Natural Resources Defense Council, em 1970. Em 1970 foi constituída a Agência de Protecção Ambiental Americana

(EPA) e foi comemorado o primeiro Dia da Terra, o primeiro grande momento de preocupação ambiental à escala do planeta. Um dos traços que distingue este movimento é o facto de não estar apenas preocupado com os impactos humanos nos recursos ambientais, mas englobar preocupações como o ambiente urbano e o impacto das condições ambientais na saúde humana, na qualidade de vida e no sistema social. A sua acção não é indiferente ao facto de, quase ao mesmo tempo, a televisão e outros meios de comunicação de massas passarem a desempenhar um importante papel em matéria de ambiente, e que muito tem contribuído para fomentar o entendimento público do tema como um problema social (Schmidt, 2003). Outro elemento distintivo prende-se com o facto de os problemas envolverem cada vez mais o uso de tecnologia e a pesquisa científica (Mertig et alia., 2002: 454).

Por último, o “movimento ecologista” surgiu no culminar do ambientalismo e transformou-se numa perspectiva dominante face ao recurso a novas formas de activismo, e que pode assentar em formas radicais de protesto. As suas preocupações vão da escala global à local, e estendem-se da espécie humana a outras espécies e ao ecossistema. O movimento ecologista destaca-se por dar ênfase tanto ao nível macro como ao micro. Ao nível macro encontram-se preocupações com temas internacionais como a sustentabilidade ecológica, o aquecimento global e a destruição da camada de ozono. Com a particularidade de incorporar na agenda preocupações transnacionais, especialmente referentes ao Terceiro Mundo. Ao nível micro reporta-se, por exemplo, aos grupos sociais locais que se mobilizam contra a instalação de uma incineradora de resíduos.

E a par destas coexistem ainda organizações que se mobilizam em nome da justiça ambiental¹², opondo-se, por exemplo, à instalação de unidades geradoras de poluição em comunidades por si já fragilizadas. Sendo que em termos históricos um episódio marcou as organizações de base local, quando na década de 70 um grupo de cidadãos de Love Canal¹³ protestou contra a contaminação tóxica na sua região, protesto que acabou por atrair a atenção

¹² No capítulo seguinte aprofundamos a temática da justiça ambiental, nesse caso mais na perspectiva do desigual acesso aos recursos.

¹³ Love Canal era um bairro, próximo das cataratas de Niagara, Nova Iorque, construído no mesmo local onde antes existiu uma lixeira de resíduos perigosos. Em 1978, face ao risco acrescido para a saúde humana, sobretudo para grávidas e crianças um grupo de mulheres criou a Love Canal Homeowners Association, contando com o apoio de Beverly Paigen, cientista que documentou os problemas de saúde da comunidade. Rapidamente o problema chegou às primeiras páginas dos mais importantes meios de comunicação norte-americanos, sendo que pouco tempo depois Love Canal foi declarada área de catástrofe e 800 habitantes foram evacuados e realojados (Buttel, 2003; Schmidt, 2003; Travis, 2004).

da comunicação social, um acontecimento que, pela visibilidade pública obtida, foi o catalisador para o surgimento de movimentos similares (Mertig et alia., 2002: 469).

À semelhança do que acontece nos EUA, os movimentos ambientalistas na Europa têm sido alvo da atenção dos cientistas sociais. Com um foco particular nas diferenças entre o Norte e o Sul. Kousis et alia. vêm nos movimentos sociais do Sul da Europa traços específicos, por vezes contrastantes, com organizações similares do Norte da Europa, destacando o carácter descentralizado e informal da sua estrutura, ultrapassado pela forma como exploram as redes mais informais ou tipos locais de capital social, numa asserção em que o capital social é analisado em termos de normas de reciprocidade e redes de solidariedade. Concluem que no Sul da Europa, apesar das associações ambientalistas serem formalmente mais fracas, estão fortemente implantadas nas comunidades locais, e que, em termos de normas e redes de solidariedade, exploram mais as redes informais e as formas locais de capital social (Kousis et alia., 2008; Nave, 2000).

Num texto de 1999, Christopher Rootes dá ênfase à questão da institucionalização dos movimentos sociais ao referir que, especialmente nas organizações nacionais, a institucionalização dos movimentos ambientalistas provocou uma desmobilização dos cidadãos e um declínio das acções de protesto. No entanto, o mesmo não aconteceu a nível local, contexto em que se desenvolveram novas formas de organização suficientemente flexíveis para incluírem a diversidade dos movimentos e responderem a questões geograficamente localizadas, mais específicas, e com a vantagem de não necessitarem de ter uma agenda diária e regular (Rootes, 1999). Em publicação posterior, num extenso trabalho sobre os movimentos sociais em diversos países europeus, que o mesmo coordenou, Rootes afirma ser incontestável a institucionalização do ambientalismo, por um lado, porque a União Europeia fornece esse estímulo, por exemplo, ao marcar a agenda ambiental, ao estabelecer limiares de protecção ambiental e harmonizar as normas, e ao distribuir competências entre as instituições europeias e nacionais. Por outro lado, porque o ambientalismo acabou por ser vítima de si próprio, dado que o seu traço distintivo, muito marcado pela presença de académicos, contribuiu para a sua fragmentação e saída do espaço público (Rootes, 2003), o que se deve ao facto dos ambientalistas da ciência perderem terreno na promoção da discussão pública, ao transformarem a sua participação num exercício tecnocrático (Buttel, 2003: 340).

Sobre a institucionalização, Pamela E. Oliver e Gregory M. Maney consideram que tal acontece porque na Europa, assim como nos EUA, as instituições se abriram ao reconhecimento e à negociação, afastando-se assim do confronto e repressão próprias das acções de protesto, uma alteração que retirou aos movimentos o que era o seu carácter inovador e disruptivo, rotinizando a sua intervenção. O mesmo se passa com as formas de protesto e com a visibilidade pública dessas acções, incluindo a ligação entre quem protesta e os jornalistas, de tal modo que as acções de protesto são muitas vezes meramente simbólicas (Oliver e Maney, 2000: 467-468). Relativamente à institucionalização do movimento ambientalista português Gil Nave e Susana Fonseca, pese embora a notória contradição entre as fraquezas do movimento associativo no seu todo, realçam a “crescente influência política e social alcançada por uma elite de poucas organizações de âmbito nacional cujas estratégias de comunicação pública e de mobilização social lhes permitiram dar o salto exigido pelas circunstâncias da sua própria institucionalização” (Nave e Fonseca, 2004).

Sobre o nosso país, embora os cidadãos demonstrem alguma capacidade de auto-mobilização na defesa de interesses e valores próprios, vários estudos demonstram ser incipiente a cultura democrática, e de ser baixa a participação dos portugueses em associações cívicas e serem fracos os níveis de cidadania política (Estanque: s/d; Cabral, 1997 e 2000; Mendes e Seixas, 2005). “Portugal sofre de um défice societal de mobilização”, escreveu recentemente Manuel Villaverde Cabral como corolário de trabalhos anteriores¹⁴ (Cabral, 2011: 352). Para Elísio Estanque a estabilização do regime, “conduziu o exercício da cidadania ao nível máximo do direito de voto, e mesmo esse acompanhado de um crescente abstencionismo”, contudo, a democracia não trouxe mais envolvimento cívico, pelo contrário, a “acção colectiva nas últimas décadas limitou-se praticamente ao movimento sindical e aos partidos políticos, que, aliás, à boa medida o têm procurado instrumentalizar” (Estanque, 2006: 16).

A tese da fraca participação dos portugueses nos processos que envolvem questões de cidadania é contrariada por José Manuel Oliveira Mendes e Ana Maria Seixas a partir dos

¹⁴ Viriato Soromenho-Marques explica este défice: i) pelo efeito perverso de uma “hiper-identidade” nacional, em que o sentimento de identidade nacional fundado na ideia de Portugal ser uma velha nação é uma desvantagem em termos da modernização do país, a que se adiciona a ausência de um trabalho de generalização da literacia; ii) pelo grande atraso da racionalização no sentido weberiano, permanecendo as forças dinâmicas e propulsoras da sociedade civil, em grande parte, ligadas “à época das comunidades e corporações” e não à época do direito universal e abstracto; iii) pela inexistência de sector económico privado, fruto da falta de dinamismo da burguesia que viveu acantonada à sombra da protecção do Estado Novo; iv) pela ausência de uma estrutura constitucional e de uma esfera política democrático-representativa; v) e pela ausência de uma cultura do “espaço público”, que passa pela troca de ideias e pela forma como cuidamos do que é público: espaços físicos, jardins, ruas, vias de comunicação, equipamentos colectivos (Soromenho Marques, 2003: 204-205).

argumentos de Boaventura Sousa Santos, segundo o qual “a sociedade civil é fraca e pouco autónoma nos espaços da produção e da cidadania, mas (...) é forte, autónoma e auto-regulada no espaço doméstico” (Santos, 1994: 117, citado por Mendes e Seixas, 2005: 101), argumentando Mendes e Seixas que a **sociedade civil será forte e autónoma no denominado espaço da comunidade**. Os autores confirmam que os “protestos em Portugal apresentam um perfil marcadamente localista, denotando o carácter específico e enraizado dos problemas que conduzem à mobilização e o impacte limitado das redes alargadas que são activadas para a concretização das reivindicações das pessoas e das populações”, em que a “capacidade de actuação e os recursos disponíveis, assim como as temáticas que enquadram os protestos, não conduzem a uma lógica de acção colectiva abrangente”. Todavia, rejeitam a hipótese desse localismo ser «“indicador de uma cidadania atrofiada ou uma consequência de acções simplesmente reactivas a partir de um qualquer fenómeno “no meu quintal, não!”», pelo contrário, encaram esse localismo como “um indício de sociabilidades assentes em lógicas de proximidade e em regimes de construção da cidadania política que potenciam o capital social e as redes sociais locais” (Mendes e Seixas, 2005: 110).

Sem se rejeitarem estes argumentos, a tese dominante aponta para a existência de um défice de participação cívica no nosso país. Défice que se tem repercutido com particular incidência em matéria ambiental, tema que eclodiu tarde e manifestou desde o início dificuldades em obter envolvimento cívico e visibilidade social (Lima e Schmidt, 1996: 205). Apesar de alguns exemplos pioneiros e das pressões externas que conduziram à participação na Conferência de Estocolmo (Soromenho-Marques, 1998: 81), somente no período posterior ao 25 de Abril de 1974 é que a questão ambiental se afirmou como tema social e político (Rodrigues, 1995: 7). Após o derrube da ditadura registaram-se várias acções de protesto de origem popular que envolviam questões ambientais, o que não aconteceu por acaso. Se é verdade que o processo democrático permitiu aos cidadãos envolverem-se na actividade cívica sem restrições de liberdade, com a vantagem de terem maior disponibilidade e maior facilidade de acesso à informação, também é verdade que o período pós-25 de Abril ficou marcado pelo agravamento dos problemas ambientais e pelo aumento da sua visibilidade pública com o fim da censura (Schmidt, 2003 e 2011; Figueiredo e Fidélis, 2003). A efectiva consolidação da democracia, a estabilidade social, económica e política, e a alteração de valores correspondeu a um aumento de participação na sociedade civil e na vida pública. A adesão à U.E. forçou o Estado a acelerar o processo de produção legislativa no domínio do ambiente e a consolidar novos padrões de qualidade ambiental, numa altura em que era

evidente o aumento dos problemas e em que aumentava também a informação ambiental, condições que justificam novo aumento da mobilização ambiental, num momento em que passa a ser notória a influência dos movimentos organizados junto da opinião pública em matéria ambiental (Nave, 2000 e 2003; Figueiredo et alia., 2001, Figueiredo e Fidélis, 2003).

Foi na década de 90 que a temática ambiental atingiu elevada visibilidade pública e mediática, tanto pelo conflito gerado em torno das lixeiras a céu aberto, como pela polémica em torno da incineração de resíduos industriais perigosos, que levou o Governo do Partido Socialista a suspender o processo de construção de uma incineradora dedicada¹⁵ e optar pela queima dos resíduos em cimenteiras (Schmidt, 2003). Essa decisão multiplicou as situações de conflito ambiental entre as populações para onde estava prevista a queima de resíduos e os governantes, dando origem a enorme controvérsia política e científica. Esse conflito operou em Portugal uma mudança nas formas de acção colectiva, que João Arriscado Nunes e Marisa Matias situam no coração dos processos que “têm vindo a reconfigurar o campo da luta política e da acção colectiva em torno de problemas ambientais” (Nunes e Matias, 2003: 147), distinta da luta política associada aos partidos e às instituições tradicionais, experimentando novos modelos de participação capazes de darem visibilidade e organizarem identidades colectivas. E com a particularidade de se constituírem em torno dos problemas ambientais vividos, primeiro à escala local, depois alargando-se para um âmbito mais geral, em que o novo modelo de acção colectiva não surge apenas centrado na luta pela defesa do ambiente, mas igualmente na luta pela justiça social e pelo direito dos cidadãos a participar em decisões que afectam a sua vida, a sua saúde e o seu ambiente.

¹⁵ Para Joaquim Gil Nave as características empíricas frequentemente destacadas dos movimentos locais contra a localização de infra-estruturas ou de modernização ambiental são: a heterogeneidade da sua composição social e base de apoio; o seu carácter local, disperso e quase sempre efémero; o enquadramento comunitário, localista, regionalista; a frequente espectacularidade e radicalismo das formas de acção; a indefinição ideológica e política das suas bases pragmáticas; e a forte orientação das acções para a exposição mediática, particularmente a televisiva. São em geral movimentos de existência curta, tal como os eventos que lhes estão na origem, surgindo de forma quase espontânea, convocando nas suas estratégias de mobilização quase sempre situações individuais como efeito de demonstração e fonte primária da razão que supostamente lhe assiste. Os protestos têm origem em populações fortemente estigmatizadas por persistentes formas de exclusão em relação a direitos sociais e especificamente ambientais, sendo muito frequente a sua associação ao espaço rural, “não só porque aí se manifestariam com maior expressividade os factores de identidade do colectivo local, mas também porque a densidade populacional e estrutura territorial das zonas rurais as tornam mais favoráveis a localizações que são, normalmente, exigentes em espaço e cujos impactes ou riscos ambientais justificam a procura de uma mais baixa densidade demográfica” (Nave, 2003: 210).

III.4.1. Modernização Ecológica, reforma ambiental e sector suinícola

Vimos que, num período em que mudou a própria natureza e escala dos problemas ambientais, foi fundamental a acção dos meios de comunicação social e das organizações de defesa do ambiente na transformação das preocupações ambientais em preocupações da agenda pública. Interessa-nos agora conhecer algumas respostas à degradação ambiental, convocando ao debate a Teoria da Modernização Ecológica (TME) recorrendo a um dos seus principais autores – Arthur P. J. Mol – muito especificamente na perspectiva do contributo da TME para a reforma ambiental. Segundo Mol (2010), desde a década de 70 que a degradação ambiental levou sociólogos e cientistas políticos norte-americanos e europeus a interessarem-se pela compreensão dos processos de reforma ambiental. Em resposta aos problemas ambientais começaram a analisar, por um lado, as políticas nacionais de ambiente e a integração da temática ambiental na orgânica e nas políticas do Estado; e, por outro lado, o papel das organizações não-governamentais de ambiente e o protesto ambiental. Mas também a dar atenção a temas como as raízes capitalistas da crise ambiental¹⁶ e preocupações mais ligadas à psicologia, onde se incluem estudos sobre os valores, atitudes e práticas ambientais. Para Mol, esta constituiu a **primeira geração de teorias sobre a reforma ambiental**, sucedendo-lhe no final da década de 80 e início da década seguinte a Teoria da Modernização Ecológica, considerada a **segunda geração de teorias sobre a reforma ambiental**.

Em termos históricos, a TME surgiu quando sociólogos do ambiente e cientistas políticos da Alemanha, Holanda e Reino Unido, influenciados pela ideologia, pelos desenvolvimentos do movimento ambientalista europeu e pelos resultados da integração da temática ambiental no

¹⁶ Desde que a Sociologia do Ambiente surgiu como sub-disciplina diversos autores questionam o modelo de crescimento capitalista a partir de uma perspectiva neo-marxista. James O'Connor argumenta que as crises sociais e ambientais representam uma ameaça crescente para o capitalismo, pelo que procura identificar as componentes que possam fornecer uma interpretação da crise ambiental das sociedades capitalistas. À contradição apontada por Marx entre forças de produção e relações de produção, O'Connor acrescenta uma segunda contradição entre o capital e as condições gerais da produção capitalista, e que reside no facto de o aumento de produção causar o esgotamento dos recursos disponíveis. De acordo com esta perspectiva, as condições gerais do capitalismo incluem tudo o que é necessário para a reprodução do capitalismo, mas que o capitalismo sozinho não pode produzir, tais como força de trabalho, infra-estrutura social e ambiente (O'Connor, 1988 e 1994; McCarthy e Prudham, 2004; Lipietz, 2002). Por sua vez, para Alain Schnaiberg, a degradação ambiental é causada essencialmente pelo sistema de produção, num processo em que o progresso e o crescimento económico das sociedades necessitam de usar de forma incessante cada vez mais recursos naturais e geram cada vez mais degradação ambiental. Trata-se de um ciclo vicioso que promove a produção e o consumo, com o apoio do Estado, que exige sucessivamente maiores quantidades de recursos e energia (subtracções), e dá origem ao ininterrupto acumular de detritos e consequente poluição do meio ambiente (adições). É pois um ciclo vicioso de subtracção (de recursos) e adição (de poluição), com consequências na degradação ambiental e esgotamento de recursos, e cuja única resposta é a procura de mais recursos naturais para manter e aumentar o retorno do capital investido (Schnaiberg, 1980; Schnaiberg e Gould, 1994; Buttel, 1987).

quadro institucional em países pioneiros, reorientam a sua atenção para a temática da reforma ambiental. O primeiro contributo foi de Joseph Huber, autor alemão que deu grande ênfase ao papel da tecnologia na reforma ambiental, ao mesmo tempo que criticou a excessiva burocratização do Estado e defendeu o papel dos actores privados na reforma ambiental. A sua proposta ia no sentido de apresentar um sistema teórico, em vez de uma perspectiva evolucionista, com a noção limitada da acção humana e dos constrangimentos sociais, e uma orientação para a análise do Estado-nação. Do final da década de 80 a meados da década seguinte, a Teoria da Modernização Ecológica deu menos destaque à inovação tecnológica e manteve a atenção sobre o papel do Estado e do mercado na transformação ecológica, porém, deu maior relevo à dinâmica institucional e cultural da modernização ecológica. A partir da década de 90 deixou as fronteiras geográficas da Europa Ocidente e abriu-se a novas temáticas, como a transformação ecológica do consumo ou o processo global (Mol e Sonnenfeld, 2000), alterações que não são indiferentes às críticas de que foi alvo e à influência decisiva, por exemplo, do Relatório Brundtland e das conclusões da Conferência do Rio em 1992, confundindo-se por vezes com a noção de desenvolvimento sustentável (Hannigan, 2000: 237; Berger et alia., 2001: 56-58).

O objectivo geral da modernização ecológica é analisar o modo (ou os modos) como as sociedades industrializadas actuais lidam com as crises ambientais (Mol e Sonnenfeld, 2000), argumentando que o incremento do desenvolvimento industrial, do desenvolvimento tecnológico e do crescimento económico não são apenas compatíveis com a sustentabilidade ecológica, mas sim a melhor oportunidade para escapar à crise ecológica global e provavelmente o principal impulso para a reforma ambiental. Nesse sentido, a TME defende a reforma do sector produtivo com recurso a tecnologias limpas, através de uma reforma que envolve a invenção, a inovação e a difusão de tecnologias que demonstrem melhor desempenho ambiental e económico (Gouldson e Murphy, 1996). Tudo isto deverá acontecer, paralelamente, à modernização das políticas, mediante a modernização progressiva das instituições da modernidade tardia, designadamente, através de uma profunda reestruturação da administração pública (Carolan, 2004; York e Rosa, 2003), sugerindo a possibilidade da existência de mecanismos auto-referenciais com potencial para lidar com a sustentabilidade ecológica (York e Rosa, 2003).

A partir dos primeiros trabalhos a TME¹⁷ passou a ser vista como um processo de mudança social com uma racionalidade ecológica independente, alegando os seus precursores que é preciso avançar para o futuro e deixar para trás a sociedade industrial poluidora. Gert Spaargaren afirmaria que a crise ambiental é o meio para aumentar o processo de racionalização (Carolan, 2004: 249), um processo que anos antes Artur Mol designara por emancipação ecológica, ao interpretar o ambiente como um espaço autónomo e ilimitado para a tomada de decisões, em que a emancipação ecológica corresponde a uma tentativa de conciliar o crescimento económico com a protecção ambiental, numa dupla ligação entre economia e ecologia que dá origem às expressões “ecologizar a economia” e “economizar a ecologia” (Buttel, 2000: 61), o que lhe tem merecido críticas que o acusam de assim defender o capitalismo, com a diferença de ter rótulo verde (Berger, et alia., 2001; O’Connor, 1994).

Um dos críticos à TME é Anthony Giddens, para quem a modernização ecológica apresenta posições algo cómodas, por exemplo, esperando que as empresas cooperem de ‘forma activa’ e de ‘boa vontade, reconhecendo que a modernização ecológica é benéfica para elas. Uma crítica directa a John Dryzec, quando este último escreve que a “modernização implica uma associação de esforços na qual governos, empresas, ambientalistas moderados e cientistas cooperam na reestruturação da economia política capitalista segundo conceitos mais defensáveis em termos ambientais” (Giddens, 1999: 57). Reafirmando as suas posições, os defensores da modernização ecológica acreditam ser inviável regressar à utopia de um passado menos industrializado, pelo que defendem a produção industrial verde e novas formas de intervenção política que passam pela negociação entre os actores sociais no sentido de atingirem um acordo, processo que deverá ser fortemente apoiado pelo Estado (Van der Heijden, 1999: 211).

Por outro lado, a modernização ecológica apresenta-se como uma resposta crítica ao ambientalismo radical e ao ambientalismo convencional, situando-se para além do ambientalismo. Essa posição é sustentada pelos seus defensores ao verificarem que os movimentos destinados a inverter o processo de modernização não foram bem sucedidos, na medida em que não conseguiram ganhar adeptos e foram ignorados pelos governos e pelos

¹⁷Arthur P.J. Mol organiza em cinco categorias temáticas os estudos desenvolvidos em diversos em vários países: i) sobre a nova interpretação do papel da ciência e tecnologia na reforma ambiental; ii) focados no aumento da importância e envolvimento da economia e dinâmicas de mercado, instituições e agentes na reforma ambiental; iii) sobre a reforma do Estado, que passa a integrar a temática ambiental; iv) sobre a modificação de posição, papel e ideologia dos movimentos sociais no processo de transformação ecológica; v) e, por último, estudos sobre a modernização ecológica concentrados na mudança das práticas discursivas e no surgimento de novas ideologias nas arenas política e social (Mol, 2010: 24-26).

decisores privados. Assumindo que os movimentos ambientalistas desempenham um papel importante na transformação ecológica das sociedades, os teóricos da modernização ecológica defendem que esse papel mudou. Os movimentos ambientalistas vêem-se agora mais directamente envolvidos nos centros de decisão, e participam na regulamentação ambiental da acção pública e privada dos produtores e dos consumidores. Tal significa que mudaram as formas de mobilização. Em vez de saírem para a rua em protesto, os movimentos sociais comunicam, negociam e trabalham cada vez mais directamente com os agentes económicos e os representantes do Estado. Ou seja, passaram de uma oposição radical ao capitalismo, e à industrialização e burocratização, para se orientarem para a reforma institucional, o que os leva a tornarem-se mais mono-temáticos, e a trabalharem em colaboração com o Estado e os agentes do mercado. A diferença é que já não dominam a agenda ambiental mediática, pois nesse papel precisam competir com outras instituições (Mol, 2000; Mol e Sonnenfeld, 2000; Mol e Spaargaren, 2000 e 2002; Sonnenfeld, 1999).

No texto mais recente de Arthur P. J. Mol (2010), que tem servido de guia a esta reflexão, o autor identifica mais uma geração de teorias. Segundo Mol, no final da década de 90 surgiu a **terceira geração de teorias sobre a reforma ambiental**, a que chama sociologia das redes e fluxos ambientais ou apenas **Sociologia dos Fluxos Ambientais**. A “nova disciplina” surgiu como forma de ultrapassar algumas críticas de que era alvo a TME e de integrar a Sociologia Geral com a Sociologia Ambiental. Verificamos que, apesar da remissão à década de 90, somente a partir de 2005 é que o próprio Arthur P. J. Mol e Gert Spaargaren propõem a nova disciplina. A referência à década de 90 é justificada pela convocação de trabalhos realizados anteriormente e que, aliás, influenciaram a Sociologia dos Fluxos Ambientais. A nova disciplina foi inspirada pela obra de Manuel Castells, em particular pelas noções de sociedade em rede e pela dicotomia “espaços de fluxos” *versus* “espaço do lugar”, surgindo o espaço de fluxos como um novo tipo de organização espaço-temporal das práticas sociais, referente a novas dinâmicas sociais e a novos conceitos de tempo, espaço e poder. Foi também inspirada pelos trabalhos em que John Urry debate a distinção entre regiões, redes e fluidos, ou seja, padrões espaciais não determinados por fronteiras nem por relações (Mol e Spaargaren, 2005a e 2005b; Mol, 2010).

A proposta desta nova disciplina surge, em parte, como forma de superar o impasse entre a corrente neo-marxista e a corrente da modernização ecológica. Para o seu desenvolvimento, segundo os autores, torna-se crucial uma alteração ao nível da própria unidade de análise e

dos conceitos, outrora centrada nos Estados e sociedades, e agora dedicada às redes – quer sejam de capital, pessoas, dinheiro, informação, imagens ou bens/materiais –, no que constitui uma verdadeira arquitectura da modernidade global (Mol, 2010). A mudança ocorreu sob as condições de globalização, com base na qual os problemas ambientais não possuem fronteiras e o movimento ambientalista é transnacional (no que aproveita os sistemas de comunicação como a Internet para desenvolver as suas acções), ao mesmo tempo que os Estados perderam capacidade e vontade de definir padrões, recentrando a sua atenção cada vez mais em regular as mobilidades e assegurar as condições para a interacção dos processos e fluxos. Ou seja, já estamos para além do Estado-nação, o que nos obriga a repensar a dinâmica global e enfatizar a “dimensão material” do social, sugerindo os autores novas maneiras de olhar para questões como a igualdade e o poder em relação aos fluxos ambientais. Mas esta é ainda uma proposta que os próprios reconhecem estar em construção (Mol e Spaargaren, 2005a e 2005b; Mol, 2010).

III.4.2. Degradação ambiental com origem em suiniculturas

Convocar ao debate a Teoria da Modernização Ecológica justifica-se nesta tese, sobretudo, porque se trata de uma das linhas de abordagem do impacto da produção intensiva de suínos. Em causa está a alteração de escala da actividade, bem como as alterações dos processos produtivos e as suas repercussões sociais e ambientais no contexto social em que ocorrem. Frederick Buttel afirmava que esse processo produtivo teve início na maioria dos países industrializados imediatamente após o fim da II Guerra, inserindo a problemática do impacto das explorações agro-pecuárias na análise sobre os custos sociais associados à agricultura moderna, no que concerne aos seus impactos ambientais e aos efeitos adversos da insustentabilidade social e económica dos sistemas agro-alimentares. Para Buttel, trata-se de um modelo socio-ambientalmente injusto, que marginalizou um padrão de produção de tipo familiar e sobrevalorizou a ascensão da produção agrícola industrial em larga escala, caracterizada pela enorme especialização regional, elevada dependência tecnológica, grande quantidade de capital investido e concentração de poluentes.

Como reflexo de tudo isso, tem sido crescente o interesse por parte de académicos, políticos, comunicação social, associações de defesa do ambiente e organismos de regulação ambiental, relativamente aos impactos da produção de suínos em domínios como o ambiente, saúde

humana e bem-estar animal, interesse a que não é alheio o facto de a poluição deixar de ser dispersa e difusa, e passar a afectar um ponto bem definido e em maior amplitude. Em simultâneo, tem-se assistido ao aumento das acções de protesto por parte de activistas que procuram forçar os governos a regularem o sector com regras idênticas à poluição industrial e doméstica (Buttel, 2003b e 2006).

A tendência actualmente dominante no sector suinícola aponta para a concentração da produção animal em poucas unidades de produção, geralmente em larga escala, com uma média superior a 10 mil suínos por exploração, e para a especialização regional da produção em função do tipo de gado que produzem. Temos assim que a concentração em poucas empresas e a especialização regional, levaram a uma extraordinária concentração da produção animal, que agora se vê confinada a poucas empresas com produção em larga escala numa pequena área. Esta transformação trouxe de imediato dois impactos negativos: a concentração de animais aumentou consideravelmente a poluição nesses locais, por oposição à poluição difusa anteriormente registada; a separação física da produção vegetal e da animal, que permitia que os estrumes estivessem disponíveis para a produção vegetal, transformou o que era uma vantagem num problema, resultante da necessidade de tratamento de resíduos agora produzidos em maior quantidade e de forma mais concentrada (Buttel, 2006).

Jackson-Smith e Buttel, e o próprio F. Buttel, procuram identificar as mudanças ocorridas na passagem de um sistema de base familiar para um modelo capitalista-industrial, propondo uma leitura a três níveis da mudança ocorrida. No primeiro nível, a industrialização é usada como sinónimo de escala, podendo o **tamanho das explorações** ser considerada uma evidência adequada da transformação estrutural. No segundo nível, a industrialização das explorações envolve o **aumento da separação entre a posse da propriedade, a gestão e o modo de funcionamento**. Por oposição as explorações familiares são definidas pela forte integração destas dimensões numa só pessoa. Quanto ao terceiro nível de industrialização, é conceptualizado em termos do uso que as explorações fazem da tecnologia, da organização do processo produtivo e do capital intensivo, sendo a industrialização frequentemente definida em termos de grande **especialização da produção**.

Para estes autores, o tamanho das explorações não justifica *per si* a (in)sustentabilidade das explorações, nem os problemas de poluição. Em termos de características, o sistema de explorações familiares é dominado por um grande número de proprietários, ao mesmo tempo produtores, relativamente independentes, mas sem possuírem nenhum controle de qualquer

percentagem significativa do mercado. Pelo contrário, as explorações industriais têm menor número de intervenientes que, contudo, exercem uma influência significativa sobre a oferta, qualidade e preço. A produção de tipo industrial é ainda facilitada por inovações tecnológicas e institucionais que minimizam os riscos associados aos sistemas biológicos e à volatilidade do mercado. Para Jackson-Smith e Buttel, e para o próprio Buttel, o recurso à tecnologia teve grandes implicações na transformação de explorações. A especialização, a intensificação e concentração da produção devem muito ao ímpeto tecnológico. Em particular a especialização foi uma estratégia dos produtores para reduzir os custos fixos resultantes do aumento de preço de equipamentos cada vez mais sofisticados. Mas a tecnologia não explica tudo, entre outros factores intervém o aumento acentuado da procura de carne, os sucessivos incentivos à produção e capital necessário ao investimento. É verdade que a tecnologia permitiu a muitos produtores o aumento da produção, todavia, a produção com base em tecnologias, pelos elevados custos que envolve, desencoraja o investimento e, por conseguinte, incentiva à manutenção de equipamentos e modos de produção mais antigos. Por outro lado, as políticas de ambiente e o activismo local e regional desencorajam também este tipo de produção industrial (Jackson-Smith e Buttel, 1998; Buttel, 2006).

Apesar dos enormes impactos ambientais e sociais do sector Bob Edwards e Anthony Ladd, assim como Heather Williams, lamentam o facto da pesquisa sociológica dar mais atenção às temáticas do risco ambiental que envolvem, por exemplo, a localização de uma unidade fabril, ou de uma incineradora ou lixeira, e praticamente ignorar os impactos da industrialização da agricultura e os seus efeitos sobre as comunidades rurais. Ora, segundo Edwards e Ladd, a falta de atenção por parte de académicos e da opinião pública em geral tem permitido ao sector escapar às enormes controvérsias que geralmente caracterizam a instalação de grandes infra-estruturas. Pois, se é um facto que muitas comunidades urbanas têm sido sobrecarregadas com incineradoras e lixeiras, também é verdade que, ao longo da última década e meia, a instalação de grandes suiniculturas em comunidades rurais provocou problemas ambientais e sociais de grande escala que é urgente analisar (Edwards e Ladd, 2000). Heather Williams encontra justificação para o surgimento e concentração de grandes suiniculturas, em particular em regiões dos Estados Unidos da América como o Kansas, Oklahoma e Missouri, na crise da agricultura tradicional, responsável pelo abandono dos campos e pelo encerramento de serviços públicos como escolas e hospitais. Segundo relata, no sentido de contribuir para contrariar a desertificação humana que afectava essas regiões na década de 90, a instalação de grandes suiniculturas representou para as gerações mais jovens

uma importante oportunidade de emprego, no entanto sem que tenham sido previstos os enormes impactos, ambientais e sociais, que a concentração da actividade viria a provocar (Williams, 2006).

Ainda que com raízes históricas anteriores, a actual industrialização do sector fez-se sentir nos EUA, no Canadá e em alguns países da Europa Ocidental, estendendo-se a outros países do Leste europeu após a queda do Muro de Berlim. Esta expansão tem provocado o descontentamento das populações locais e gerado um intenso debate político, legal e ambiental com enorme visibilidade. O tema está na origem da realização de vários estudos e relatórios, contam-se em sociologia os trabalhos de Edwards e Ladd (2000), Ladd e Edwards (2002) Novek (2003a, 2003b e 2005), Juska (2009), Glenna (2009) e Edwards e Driscoll (2009). Existem dezenas de outros trabalhos em áreas como a antropologia, direito, ciência política, geografia, economia agrária e saúde pública, assim como relatórios elaborados por universidades, grupos de peritos, entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais.

Os referidos Bob Edwards e Anthony Lad apontam meados da década de 90 como o momento de mudança da produção de tipo familiar para mega explorações de suínos, que passaram igualmente a controlar a produção de alimentos para animais e a venda de produtos alimentares resultantes da produção de carne (Edwards e Ladd, 2000). Sendo que essa transformação rapidamente resultou em enormes impactos ambientais e sociais, como: mau cheiro, poluição das águas superficiais e subterrâneas, poluição do ar, deterioração das vias de comunicação, aumento de riscos generalizados para a saúde pública, diminuição da qualidade de vida das populações, alteração da imagem rural das localidades, que deixaram de ser atractivas para acolher novos residentes e novas empresas, o que teve também consequências no valor das propriedades e na economia de base local, por exemplo, na actividade turística. Por último, agravou-se, de uma forma geral, a economia das famílias pela incapacidade em colocarem a sua produção num mercado extremamente concorrencial, vendo-se obrigadas a encerrar as pequenas explorações que detinham (Miner, 1999; Edwards e Ladd, 2000; Bonnano e Constance, 2000, Taquino et alia., 2002; Thu, 2002; Wilson et alia., 2002; Mikesell et alia., 2004; Mackenzie e Krogman, 2005).

Em reacção à industrialização e concentração da actividade as populações encontram razões para protestar numa grande variedade de aspectos: i) protestam em defesa da identidade local e em reacção à deterioração da qualidade de vida e imagem local, assim como face à redução do valor das propriedades e à degradação das vias de comunicação; ii) protestam contra o

impacto das grandes unidades nas explorações de tipo familiar, e contra a diminuição de emprego resultante do encerramento das pequenas explorações, e em face da incapacidade de determinada região atrair novos investimentos e contra o encerramento de actividades como o turismo; iii) protestam contra o impacto das grandes suiniculturas no ambiente e na saúde pública, um protesto desencadeado por grupos locais ou nacionais contra a falta de respeito pela legislação em vigor, e preocupados com o impacto da produção intensiva no meio natural, com a degradação da qualidade da água e do ar e com os possíveis danos na saúde pública; iv) e protestam com base em princípios de justiça ambiental, um tipo de protesto que pode ocorrer dentro de determinado país ou ser motivado pelo resultado do deslocamento da produção para países mais pobres, protesto que nesse caso mobiliza organizações locais e movimentos anti-capitalistas.

Os estudos inventariados sobre o impacto social e ambiental das suiniculturas de grandes dimensões dão conta da reacção das populações contra mega-explorações de suínos, mas também encontramos alguns exemplos de aceitação. Num dos exemplos, Heather Williams verificou que na zona Oeste do Kansas foi suspensa a instalação de explorações após ter sido rejeitada por referendo e que, por seu turno, na zona Norte a actividade expandiu-se quase sem oposição (Williams, 2006). A maioria destes estudos enfatiza o facto de as explorações procurarem áreas de menor densidade populacional e serem socialmente mais desfavorecidas, condições que reduzem a possibilidade de encontrarem oposição, o que se enquadra no debate sobre a temática da justiça ambiental. Um dos exemplos mais conhecidos é o da Carolina do Norte, que em poucos anos se transformou num dos estados norte americanos com maior produção de suínos, o que tem motivado um longo debate sobre racismo ambiental e a realização de vários estudos, sobressaindo aqueles em que tem participado o sociólogo Bob Edwards com vários outros colegas. Outro exemplo é o de Manitoba no Canadá. De acordo com os dados disponíveis a região de Manitoba produziu em 2001 cerca de 24% do total de suínos do Canadá, mesmo assim inferior aos 24,7% produzidos na província de Ontário e aos 26,5% produzidos no Québec. As diferenças relativamente a Ontário e Québec são essencialmente três: i) durante a década de 90 a produção de suínos nesta província cresceu em média 12% ao ano, até atingir 16% de 2000 para 2001; ii) em 2001 residiam em Manitoba apenas 4% da população total do país (Vandean, 2003; Novek, 2003a); iii) mais recentemente, no primeiro trimestre de 2011, possuía a média mais elevada de suínos por exploração no Canadá, com 3 534 (Manitoba Markets Index, 2011).

Ainda no Canadá não podemos deixar de referir um episódio relatado por Joel Novek que ocorreu na Primavera de 2000 no município de Walkerton, província de Ontário, em que a água para abastecimento público foi contaminada com a bactéria *Escherichia coli*, afectando 2 300 pessoas, 7 das quais fatalmente. Esse episódio veio colocar a questão sobre quais as melhores estratégias de governança para serem adoptadas no sentido de assegurar que este tipo de produção é gerido a bem do interesse público, e veio mostrar ser urgente o debate sobre o impacto social e ambiental da produção intensiva de animais em unidades que recorrem à tecnologia não para melhorarem a sua performance ambiental, mas para aumentar o número de efectivos por exploração. Estamos perante unidades que concentram grande número de efectivos, tecnologicamente cada vez mais sofisticadas e organizadas do ponto de vista da gestão, controlando todo o processo desde a produção de suínos e rações ao produto final, e com um elevado grau de especialização que lhe permite responder à procura crescente dos mercados mundiais (Novek, 2003a e 2003b).

Mas não é só nos EUA e no Canadá que a produção intensiva de suínos gera problemas, acontece o mesmo na Europa da Leste. Com o fim do comunismo e a queda do Muro de Berlim multinacionais como a americana Smithfield e a dinamarquesa Saerimmer deslocaram a sua produção para estes países. Uma deslocalização motivada por factores como a inexistência de regras rígidas de protecção ambiental, por possuírem um regime de impostos favoráveis, água e propriedades em abundância, e uma procura crescente de carne de porco. Em muitos casos, as instalações pré-existiam, foram desenvolvidas na década de 70 a partir de um modelo estalinista de produção, com fortes impactos ambientais e que subordinava as populações a este tipo de explorações. Trabalhos como os realizados pelos sociólogos Arunas Juska, Leland L. Glenna e Georgi V. Mitev mostram que em meados da década de 90 grandes multinacionais do sector instalaram mega-unidades de produção de suínos e indústrias transformadoras de carne em países como a Roménia, Polónia, Bulgária, Lituânia (Glenna e Mitev, 2009; Juska, 2010). À semelhança dos exemplos anteriormente referidos, para Arunas Juska, ao instalarem-se nas áreas rurais pouco desenvolvidas e junto a comunidades mais pobres, aumentaram a vulnerabilidade social e ambiental dessas comunidades (Juska, 2010). No sentido de contrariar esta tendência, Arunas Juska mostra que os pequenos agricultores ou organizações locais se têm associado a organizações internacionais contra estas multinacionais. Por exemplo na Polónia o apoio do grupo Animal Welfare State a organizações locais permitiu suspender a expansão da Smithfield, num processo idêntico ao que se viria a registar na Roménia.

Os dados estatísticos que constam de um relatório sobre o sector da suinicultura em diversos países da OCDE, publicado em 2003, são elucidativos quanto à concentração da actividade em regiões específicas de diversos países da Europa Ocidental. Em França, a região da Bretanha concentrava 54%, 57% e 58% das suiniculturas, respectivamente em 1990, 1995 e 1997. Em Itália duas regiões – Lombardia e Emília Romagna, concentravam nos mesmos anos, respectivamente, 57%, 58% e 58%. As regiões alemãs de Niedersachsen e Nordrhein-Westfalen concentravam, respectivamente, 47%, 51% e 53% das instalações suinícolas. E em Espanha, a região da Catalunha concentrava nos três anos referidos 32%, 35% e 36%. No mesmo período nos Estados Unidos da América (EUA) o estado do Iowa registou, respectivamente como 25%, 23% e 24%, mas é a Carolina do Norte que mais se destaca ao registar 5% da produção em 1990, e aumentar para 14% em 1995 e 16% em 1997, um acréscimo que fragilizou as comunidades locais e tem motivado a realização de variadíssimos estudos (OECD, 2003: 54).

Quadro III.1. Concentração de suiniculturas em cinco países da OCDE na década de 90

	1990	1995	1997
Alemanha	Niedersachsen e Nordrhein – Westfalen – 47%	Niedersachsen e Nordrhein-Westfalen – 51%	Niedersachsen e Nordrhein-Westfalen – 53%
Espanha	Catalunha – 32%	Catalunha – 35%	Catalunha – 36%
EUA	Iowa – 25% Carolina do Norte – 5%	Iowa – 23% Carolina do Norte – 14%	Iowa – 24% Carolina do Norte – 16%
França	Bretanha – 54%	Bretanha – 57%	Bretanha – 58%
Itália	Lombardia e Emília Romagna – 57%	Lombardia e Emília Romagna – 57%	Lombardia e Emília Romagna – 58%

Fonte: OECD, 2003

Na Europa Ocidental a situação da Bretanha é talvez a mais conhecida. A região concentrava, em 1997, 58% das suiniculturas francesas. De 1955 para 1997 passou, respectivamente, de 1,1 milhões de suínos para 8,8 milhões. Além do enorme impacto ambiental que tal transformação acarretou, a região deixou de produzir suínos de forma tradicional para os produzir de forma industrial (Petit e Werf, 2003). Neste caso a produção de suínos, associada à poluição difusa com origem na agricultura, dá origem a um fenómeno conhecido por *marés verdes* ou *algas verdes* que afecta os rios e sobretudo as praias da costa bretã, problema que tem merecido a atenção das comunidades afectadas que, em 1969, criaram a Association Pour

la Protection du Saumon en Bretagne, agora designada Eau et Rivières de Bretagne (Ollivro, 2006; Bonnemazou *et alia.*, 2008; Gouëset, 2010).

Concluimos que estão presentes nos diversos estudos analisados essencialmente dois modelos de desenvolvimento do sector. **Um deles**, minoritário, que encontra na Teoria da Modernização Ecológica a solução para pôr fim à destruição da natureza e eliminar os focos de conflito resultantes dos impactos negativos da actividade; e **outro** que analisa o problema a partir da crítica à economia capitalista, mais sensível às desigualdades ambientais e aos impactos resultantes da intensificação da actividade. O **primeiro modelo** é ilustrado pelo estudo que Leland L. Glenna e Georgi V. Mitev realizaram na Bulgária, daí resultando a publicação do artigo “Global neo-liberalism, global ecological modernization, and a swine CAFO in rural Bulgaria”. A partir da Teoria da Modernização Ecológica, os autores concluem que o desenvolvimento do sector trouxe vantagens para o país por duas ordens de razões: primeiro, a entrada da Bulgária na produção de suínos em larga escala permitiu a modernização de antigas explorações e a adopção de tecnologias mais limpas, possibilitando a integração dos efluentes no processo de produção, devolvendo-os ao mundo vegetal após tratamento para fertilização dos campos; segundo, a adesão da Bulgária à União Europeia obrigou o sector a adoptar regras ainda mais rigorosas em termos ambientais e potenciou a importância de factores locais, tanto organizacionais como sociais e do ambiente físico.

O **segundo modelo é largamente maioritário**, e está presente em trabalhos como os de Edwards e Ladd, Edwards e Driscoll, Taquino *et alia.*, Novek e Charleston, entre muitos outros, autores que concluem que o crescimento e concentração de gigantescas unidades de produção: i) aumenta os impactos ambientais e a **injustiça social**; ii) pode contribuir para a diminuição do número de explorações e para a **diminuição do rendimento** das comunidades mais vulneráveis; iii) **agrava a situação social das comunidades** afectadas e aumenta os riscos para a saúde pública iv) tudo somado, **aumenta o descontentamento das populações** (Edwards e Ladd, 2000; Edwards e Driscoll, 2009; Novek, 2003a, Taquino *et alia.*, 2002; Charleston, 2004). Ainda não o afirmámos mas, à semelhança de outras actividades com impacto ambiental, a industrialização do sector correspondeu ao aumento da visibilidade social da poluição, merecendo uma atenção crescente por parte da comunicação social, que apresenta notícias e imagens dos efeitos da produção em larga escala de suínos (Reisner, 2005), temática sobre a qual existe menor número de estudos.

No sentido de contrariar a imagem negativa do sector e os conflitos sociais que daí possam advir, vários estudos identificam algumas estratégias dos empresários no sentido legitimarem

do ponto de vista económico e político a sua posição, e que podem passar por campanhas na comunicação social, junto de eventuais apoiantes políticos ou destacados membros das comunidades locais (Bonnano e Constance, 2001; Williams, 2006). Sobre esta questão, Alessandro Bonanno e Douglas H. Constance afirmam que, politicamente, as grandes multinacionais conseguem ajustar a legislação ambiental em vigor à sua própria agenda, exercendo um controlo directo sobre a política, permitindo garantir as condições para influenciar ou mesmo eliminar a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão sobre questões ambientais. Adicionalmente, as grandes multinacionais despolitizam a temática ambiental, deslocando-a da esfera política para a administrativa. Os autores referem ainda o facto das empresas que pretendem instalar explorações em determinado local darem relevo ao valor acrescentado que essa instalação possa trazer, valorizando a influência económica com o objectivo de ganharem a aceitação das comunidades (Bonanno e Constance, 2001). A estas estratégias Heather Williams acrescenta o aproveitamento pelos empresários do argumento segundo o qual a poluição é um preço a pagar pelo progresso, um argumento que tem aceitação em muitas comunidades, na medida que encaram a poluição como algo natural e inevitável, a que se soma a posição ambivalente do Estado, simultaneamente, promotor do desenvolvimento da actividade e a instituição a quem cabe garantir o respeito pelo meio ambiente (Williams, 2006).

Relativamente a Portugal, o porco foi durante décadas um elemento central da economia doméstica, num tipo de produção destinada apenas ao auto-consumo. Para abastecer os mercados de carne de carne de porco e leitões co-existiam pequenas explorações em pocilgas e explorações em regime aberto, destacando-se a produção de animais no montado alentejano. Nos anos 50 começam a desenhar-se algumas alterações nos processos de produção e na tipologia de explorações. Desenvolvendo-se a política agrária neste sub-sector da produção pecuária, fundamentalmente, através de intervenções no mercado e no “fomento da passagem do ‘porco gordo’ ao ‘porco de carne’” (Baptista, 1993: 274). Estas intervenções obrigavam o Estado a adquirir grandes quantidades de gordura (banha) como forma de reduzir o excesso disponível no mercado e a desenvolver a zoologia nacional “no sentido da selecção de raças produtoras de carcaça magra por exigências dos consumidores” (Caldas, 1991: 595), sendo que, desde 1951, promoviam-se campanhas de cruzamento de porcas alentejanas com outras variedades de modo a reduzir os excessos de gordura à venda no mercado. Estas intervenções eram igualmente necessárias no sentido de diminuir as preocupações sanitárias decorrentes do

surto de peste suína africana registado em 1957, daí resultando o fomento da produção de carne com menor teor de gordura.

Segundo Fernando Oliveira Baptista, o surto de peste suína africana contribuiu, decisivamente, para reforçar essa orientação e consolidar a produção do porco de carne, alteração que passou pelo aumento do número de instalações destinadas à engorda industrial de porcos em regiões como o Montijo, Palmela, Rio Maior e Leiria, onde a “emergência do predomínio do porco de carne foi acompanhada pelo desenvolvimento da suinicultura sem terra, ou seja, a reprodução, cria e acabamentos dos animais permanentemente em espaços confinados” (Baptista, 1993: 276). O país dava assim os primeiros passos no sentido da industrialização da actividade, com a implantação de pavilhões especializados para a produção de suínos e a separação da produção de suínos da actividade agrícola, desenvolvendo praticamente ao mesmo tempo actividades subsidiárias do sub-sector. Sobre este último aspecto Castro Caldas afirma que a produção industrial “nasceu com o desenvolvimento da indústria de alimentos pecuários compostos” (Caldas, 1991: 596). De seguida, com o impulso do II Plano de Fomento, surgem no país cada vez mais suiniculturas e de maiores dimensões, porém, uma proliferação que não foi acompanhada por preocupações ambientais, o mesmo sucedeu nas décadas seguintes. Somente mais tarde, com a adesão à União Europeia, é que as regras ambientais sobre poluição entraram na esfera das políticas, contudo ainda hoje é uma prática de difícil internalização pelo sector suinícola.

Em termos de produção, desde meados da década de 90, o país tem registado um decréscimo do número de efectivos, e acompanhando as principais tendências internacionais no tocante à redução do número de explorações e à sua concentração geográfica. De 1989 para 1999 registou-se um decréscimo de 44% no número de explorações, sendo que em 1999 cerca de ¾ do efectivo concentrava-se em apenas 1,1% de explorações, e uma diminuição gradual do número de efectivos devido à abertura do Mercado Único Europeu em 1993. Dados do Recenseamento Geral da Agricultura 2009 indicam que, em 10 anos, o país perdeu 82 546 explorações, registando em igual período um decréscimo de 505 265 efectivos (INE, 2011a), sobretudo devido à competição espanhola. Embora Portugal não possua as mega-explorações de países como os EUA ou mesmo a França, as grandes explorações que possui podem ultrapassar 10 mil unidades. No que respeita ao número de efectivos, em 2009, ao registar uma produção ligeiramente inferior a 2 milhões e meio de animais ocupava o 13º lugar relativamente aos seus parceiros europeus (INE, 2011a, Eurostat, 2011) e o 31º lugar na produção mundial (Eurostat, 2011; FAOSTAT, 2011). Quanto ao impacto do sector no meio

hídrico e sobre a qualidade de vida das populações, como veremos ao longo do nosso trabalho, a bacia do Lis, em particular o troço a montante da Ribeira dos Milagres, surge como o ícone da poluição com origem nas suiniculturas.

É ainda cedo para avaliar os impactos do Regime do Exercício da Actividade Pecuária (REAP), aprovado em 2008. As exigências logísticas e burocráticas que este Regime acarreta, podem justificar o acentuar do encerramento de explorações de pequena e média dimensão, aspecto que ganha maior relevância à medida que aumenta a idade dos proprietários e diminui a sua escolaridade. Outra tendência, já em curso, passa pela transferência da exploração para outra região com maior disponibilidade de solo agrícola, como é o caso do Alentejo, o que não significa necessariamente que a produção industrial em ciclo fechado se transfira para o porco do montado. O que existe é a procura de regiões com maior disponibilidade para proceder ao espalhamento de efluentes no solo e para construir as necessárias lagoas de retenção.

Por fim, como veremos ao longo deste trabalho, é importante referir que Portugal não se enquadra em nenhuma das propostas anteriormente apresentadas – justiça ambiental e TME. No primeiro caso, por não se encontrarem evidências empíricas que demonstrem que a localização das explorações se aproxima de um modelo que degrada ainda mais a condição de comunidades já desfavorecidas. É um facto que o exercício da actividade contribuiu para a degradação dos ecossistemas, todavia, não ignoramos que trouxe consideráveis proveitos económicos a essas comunidades, impossíveis de obter com a agricultura, e que depois foram aproveitados para valorizar o capital social e simbólico destas mesmas comunidades. No segundo, não se integra na Teoria da Modernização Ecológica, devido ao carácter fragmentário da produção, ao seu enraizamento no tecido social, à adesão flutuante consoante as oportunidades de lucro e à ausência de internalização de preocupações ambientais. Para mais, num contexto social pouco pró-activo que auto-limita o protesto ambiental, a que se adiciona a ineficácia crónica do Estado na concretização das políticas e em fazer valer a sua autoridade na punição dos poluidores-pagadores, o que se reflecte na falta de confiança dos cidadãos face às instituições e no consequente recurso à comunicação social, geralmente transformada em palco das denúncias ambientais. Por conseguinte, as razões específicas apontadas, estão em consonância com as razões defendidas na generalidade por Schmidt et alia., em que faziam uma avaliação crítica da posição de Portugal relativamente à TME, excluindo o nosso caso específico às evidências do modelo (Schmidt et alia., 2009).

Em suma, vimos, primeiro, a importância da comunicação social e dos movimentos sociais na transformação dos problemas ecológicos em preocupações sociais, num processo marcado por acontecimentos históricos caracterizados pela alteração de escala e natureza dos próprios problemas, no que demos relevo às estratégias conjuntas da comunicação social e dos movimentos de defesa do ambiente como principais arenas públicas, assim como à temática do conflito ambiental e às razões que podem fazer despoletar a mobilização cívica. Posteriormente, a partir do papel da Sociologia na reforma ambiental traçámos em retrospectiva essa contribuição com base na Teoria da Modernização Ecológica e em alguns dos seus principais propulsores. Por fim, efectuámos uma apresentação síntese de estudos congéneres sobre o impacto da produção de suínos no ambiente e nas comunidades afectadas, o que fizemos por contraponto à tese da justiça ambiental, concluindo-se que, apesar alguns exemplos positivos, a industrialização deste sector gerou fortes impactos nas comunidades vizinhas, agravando por vezes a sua já débil condição por falta de integração de um paradigma ambiental e porque a escolha para localização das explorações é, em muitos casos, determinada pela vulnerabilidade das populações e pela capacidade em se lhes oporem.

IV

Avanços e recuos das políticas de esgotos

Neste capítulo procederemos a uma breve análise das políticas de esgotos desde os primeiros anos do Estado Novo, centrando-nos no período posterior à adesão à União Europeia. Além das políticas, nos seus vários documentos legislativos e programação estratégica, daremos também destaque a documentos que avaliem a não concretização destas políticas. Iremos concentrar-nos, em especial, nos documentos que procedem à programação estratégica das políticas e que, durante muitos anos, se confundiram com as próprias candidaturas aos Fundos Europeus, cujas metas para o sector dos esgotos serão analisadas a partir dos sucessivos Planos de Desenvolvimento Regional.

IV. 1. Raízes históricas do insucesso das políticas nacionais de esgotos

Em 1892, com a publicação da Decreto n.º de 8, de 5 de Dezembro, foi criada a Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, que pelos artigos 5.º e 6.º, e pelo artigo 219.º do Regulamento dos Serviços Hidráulicos, ficaria com o encargo de defender as águas públicas contra poluições. Não obstante essa preocupação, em 1919, o Decreto com força e Lei n.º 5787 – III, de 10 de Maio, conhecido como Lei das Águas, foi praticamente omissivo relativamente à questão da poluição, excepção feita a dois artigos: o art. 21.º e o art. 129.º. O art. 21.º determina que os “estabelecimentos industriais localizados na proximidade das correntes e depósitos de águas públicas poderão, com licença da autoridade ou corporação que superintender nas respectivas águas, aproveitar as que necessitarem para o seu uso industrial, sob condição de não alterarem ou corromperem as que não consomem e que têm de voltar à corrente, comunicando-lhes propriedades ou substâncias que as tornem insalubres e inúteis ou prejudiciais àqueles que igualmente têm o direito ao seu uso”¹⁸. O art. 129.º declara que a “parte remanescente das águas empregadas nos usos agrícolas ou industriais que tiver de

¹⁸ Em 1992, os autores de “Uma estratégia para a resolução dos problemas de poluição hídrica em Portugal”, criticavam este artigo por considerarem o princípio nele inscrito “inoperante quer pela inexistência ou diminuto valor sancionatório das penalizações que haveriam de ser instituídas, quer sobretudo, pela inexistência de uma autêntica estratégia de combate à poluição das águas” (Sousa, 1992: 99).

voltar à corrente principal não poderá ser inquinada de substâncias nocivas à agricultura, à higiene ou à criação e vida do peixe”. Excepção feita às águas, “em que o Govêrno, atendendo à importância do aproveitamento, conceda autorização especial, com as restrições que julgar convenientes, para que as águas inquinadas sigam o seu esgoto natural, ficando sempre a cargo dos agricultores ou industriais indemnizar o Estado, corporações ou particulares que sejam lesados” [o sublinhado é nosso].

O saneamento básico manteve-se durante as primeiras décadas do séc. XX, exclusivamente, como “uma responsabilidade e preocupação das Câmaras Municipais (Baptista e Matos, 1995: 11). A ascensão de Salazar a Presidente do Conselho de Ministros, em Julho de 1932, coincide com a “primeira intervenção directa do Estado na solução do problema” (Cunha et alia., 1974: 313), todavia, o abastecimento público de água e a salubridade continuaram a ser atribuições municipais. Através do Decreto n.º 21 698, de 19 de Setembro de 1932, o Estado reconhece ter sido “muito valioso o esforço realizado pelos municípios e autarquias na efectivação do melhoramento das condições de saneamento das povoações, tanto no que diz respeito ao abastecimento de água como a esgotos”, mas havia “ainda nesta matéria uma larga acção a desenvolver”. Assim, como não era “de esperar que, em breve tempo, as autarquias locais possam, pela sua exclusiva acção, solucioná-lo”, entendeu o “Governo que ao Estado impende a obrigação de contribuir para que a missão daquelas entidades seja facilitada e se torne de facto eficaz”. Por outro lado, dada a enorme vastidão do problema e “a necessidade imprescindível de o confinar nos limites de um critério técnico-económico que sistematize os variados aspectos sob que ele se apresenta, conforme as regiões ou os locais”, foi anunciada a realização de “um largo inquérito às condições das localidades, quanto às suas capacidades e possibilidades, para, sobre estes elementos basilares, seguidamente se organizar o programa de coordenação e realização com que deverá prestar o seu auxílio àquelas autarquias locais”.

Para cumprir esses objectivos, caberia à Direcção Geral de Saúde, pelas suas inspecções e delegações, organizar no prazo de cinco meses, “o inquérito às condições de saneamento, na parte relativa aos esgotos e abastecimento de águas das capitais do distrito, cabeças de concelho, vilas e povoações mais importantes de cada concelho, pormenorizando as possibilidades inerentes a cada um daqueles serviços públicos, as deficiências que importe corrigir nos serviços já instalados e toda a série de informações ou esclarecimentos úteis que permitam a justa apreciação de cada caso”. Somente depois de retiradas as conclusões desse inquérito é que o poder central fixaria o programa dos melhoramentos a executar pelas

câmaras municipais e ordenaria a elaboração dos estudos e projectos pelas repartições respectivas, competindo às câmaras os encargos resultantes da execução dos melhoramentos, salvo quando o Governo reconhecesse que não poderiam ser suportados pelo respectivo corpo administrativo, atribuindo nesses casos uma comparticipação que não excederia 50% do custo da obra.

O passo seguinte foi a publicação do Decreto-lei nº 22758, de 29 de Junho de 1933, através do qual, com o objectivo de “por fim, de um modo geral, estudar e fiscalizar, sob o ponto de vista sanitário, as águas potáveis, residuárias industriais e de esgotos”, foi criada, na Direcção-Geral de Saúde, a Junta Sanitária das Águas, a quem foram atribuídas competências alargadas¹⁹ ao nível da drenagem e estudo sobre águas residuais; a adopção de medidas sanitárias e o conhecimento sobre as condições de saneamento. Anos mais tarde, o não cumprimento de tão vasto programa seria justificado pelo Governo, na redacção dada pela Portaria nº 17210 de 8 de Junho de 1959, com o argumento de que não foram facultados os meios financeiros e técnicos de que a referida Junta carecia.

Tudo indica que a falta de meios financeiros não fosse o único problema. Em 1943, numa comunicação apresentada ao I Congresso Nacional de Ciências Agrárias, Soares Soeiro, engenheiro silvicultor da Estação Aquícola do Rio Ave, ao identificar a descarga de esgotos industriais e urbanos como a principal causa do despovoamento aquícola do país fazia o diagnóstico do problema. A resolução da insalubridade das águas públicas passava por uma obra vasta e criteriosa obra de saneamento que teria de vencer três obstáculos: “Em primeiro lugar ter-se-ia que vencer a irredutível hostilidade da indústria, acostumada a considerar os rios como um feudo onde só a sua vontade impera, e a abúlica passividade dos municípios, poucos dispostos a sobrecarregar os seus orçamentos com os encargos inerentes à depuração dos esgotos urbanos; em segundo lugar haveria de harmonizar os interesses em jogo, de maneira a impor às partes interessadas apenas um mínimo de sacrifícios e restrições; finalmente seria indispensável refundir os próprios textos legais, modernizando as suas

¹⁹ Das competências do novo organismo destaca-se: i) a promoção da “instalação de canalização das águas residuais, tanto domésticas como de estabelecimentos comerciais e industriais, e a ligação obrigatória ao sistema de esgotos ou a fossas ou instalações apropriadas, de acordo com os preceitos que a técnica aconselhar”; ii) o estudo da “influência sanitária exercida pelas águas residuais, industriais e de esgoto, pelos povoados, pelas minas, pela indústria e pela agricultura no regime e qualidade das águas superficiais e subterrâneas”; iii) o estudo das “relações entre a morbilidade e a mortalidade e os melhoramentos sanitários de águas e esgotos” (art.º 14); iv) a promoção junto de quem de direito da “adopção das medidas sanitárias necessárias para evitar que as águas residuais, industriais e de esgotos causem dano à saúde pública, e aos cursos de água”; v) e a organização de “inquéritos às condições de saneamento, quanto a abastecimento de águas e a esgotos, das capitais de distrito, cidades, vilas e povoações mais importantes de cada concelho”.

engrenagens, dando-lhes latitude e a eficiência que estão muito longe de possuir”²⁰, o sublinhado é nosso (Soeiro, 1943: 441-442).

Em 1944, face às dificuldades “resultantes não só da sua complexidade, como também da situação extremamente grave em que o País se encontrava neste campo à data de 1932”, o Estado intervém novamente no processo com a publicação do Decreto-lei nº 33 863, de 15 de Agosto. Nesse diploma, o insucesso das políticas surge explicado por “ser meramente facultativa a realização daqueles melhoramentos”, razão pela qual seria outra “a preferência tantas vezes dada pelas autarquias locais a obras de natureza diversa – monumentais umas, outras de valorização urbanística -, em prejuízo da execução daquelas que afinal mais importam para a saúde das populações”. Pelo que existiam numerosas povoações no país que não dispunham de água potável ou eram abastecidas de forma extremamente deficiente, e eram ainda em menor quantidade as localidades em que estava resolvido o problema dos esgotos, aliás, em algumas não era “sequer encarado para resolução”.

A publicação do Decreto-lei nº 33 863 derivava das circunstâncias reclamarem “a maior atenção do Governo no sentido de uma intervenção mais decisiva”, que para o efeito se propunha proceder à reforma das políticas. Em traços gerais, essa reforma passava por tornar obrigatórios os melhoramentos a realizar e por um reforço do papel do poder central capaz de fazer face às dificuldades sentidas pelas autarquias na concretização das obras. O Estado chamaria a si a promoção dos estudos e obras a realizar, e iria suportar metade do encargo total através da concessão de subsídios por conta das suas receitas gerais. As acções a desenvolver integrariam um plano-base de saneamento geral do País e tinham como objectivo “dotar todas as sedes de concelho do continente de água potável num prazo de dez anos, ou seja, até 1954”. Sendo que a escolha das sedes de concelho era tida como prioritária, “porque estas, embora por vezes menos populosas ou menos importantes do que outras povoações, são sempre os centros em torno dos quais gravitam os principais interesses concelhios, pelo que lhes compete dar o exemplo na realização dos melhoramentos de maior interesse social”. Estamos perante um projecto bastante ambicioso para a época, que, porém, adiava a drenagem de esgotos para uma segunda fase, posição justificada com o argumento que o abastecimento

²⁰ Sobre a atitude dos industriais e dos municípios Soares Soeiro criticava o conhecido “desafogo com que atentam contra a normalidade biológica das águas e a facilidade quási desnorteante com que iludem as prescrições legais”; e o facto de quando eram chamados ao “cumprimento do dever”, se esbarrar “contra uma resistência sistemática”, pelo que a situação não evoluía e poderia agravar-se, “por absurda represália das entidades visadas” (Soeiro, 1943: 442-443).

de água deveria sempre ser executado em primeiro lugar, “pois que sem água abundante nunca uma rede de saneamento poderá funcionar satisfatoriamente”.

Poucos anos mais tarde, teve início a nomeação de várias comissões com o objectivo de encontrarem uma solução para a poluição que existia “em alto grau em muitos dos nossos rios nacionais”, segundo a redacção dada pela Portaria nº 17210 de 8 de Junho de 1959, “provocada por efluentes de origem e natureza muito variáveis”. Assim, de carácter mais abrangente, em 1948 foi nomeada a primeira comissão, por Portaria do Ministério das Obras Públicas, para «estudar e codificar as medidas destinadas a evitar a poluição dos cursos de água do País», sem que chegasse a apresentar qualquer relatório dos seus trabalhos (Cunha et alia., 1974: 299). Em 1953, por Portaria do Ministério das Comunicações, foi nomeada uma comissão para “estudar o problema da poluição das águas do rio Vouga e da ria de Aveiro”, que rapidamente vê ampliada a sua área de estudo a toda a bacia do Vouga. Do seu trabalho resultaram as condições impostas pela Junta Autónoma do Porto de Aveiro às instalações da Companhia Portuguesa de Celulose, em Cacia. No ano seguinte, em 1954, uma Portaria dos Ministérios do Interior, das Obras Públicas e da Economia nomeia uma comissão para preparar o estudo dos efeitos do lançamento no rio Guadiana das águas das instalações fabris da Celulose do Guadiana. Em Maio de 1956, o Ministério da Economia nomeou uma comissão para «estudar o problema da poluição dos cursos de água pelos resíduos das caldeiras de destilação», de que resultou a apresentação de um projecto de instalação experimental para tratamento dos efluentes das instalações da Junta Nacional do Vinho. Por sua vez, em 1958, também pelo Ministério da Economia, foi nomeada uma comissão para “estudar cuidadosamente os problemas da poluição atmosférica e das águas do rio Sado e do seu estuário que eventualmente podem resultar da exploração de uma unidade industrial e, se for caso disso, determinar também quais as providências eficazes para proteger a fauna e flora aquáticas e os interesses e bem-estar das populações-locais”. Essa comissão daria parecer favorável à instalação da Socel em Setúbal.

Durante a primeira metade da década de 50, não foram apenas nomeadas comissões de carácter específico, em Dezembro de 1955 a Direcção dos Serviços da Salubridade e a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização realizou um inquérito “junto das Câmaras Municipais, Federações de Municípios e Serviços Municipalizados, no sentido de averiguar da eficiência das pequenas estações depuradoras de esgotos em serviço, com o fim de obter elementos que pudessem servir de norma para instalações futuras, ou que permitissem fixar

até que ponto deveriam ser ajustadas às nossas condições de meio demográfico e clima, os dispositivos usados no estrangeiro”. Esse inquérito concluiu “que o sistema de tratamento usado na grande maioria dos casos era o da fossa séptica com infiltração do efluente no terreno por poço absorvente, ou descarga directa em linha de água”; e que era diminuto o “número de instalações em que efluente da fossa era tratado em filtro biológico artificial, ou submetido a uma infiltração no terreno por meio de uma rede de drenagem” (Morais, 1977: 13).

No final da mesma década, o trabalho realizado pelas diversas comissões não impediu o fracasso da iniciativa, o que motivou uma alteração de estratégia contrária à constituição de mais comissões especializadas. Tal como se pode ler na redacção da Portaria nº 17210, de 8 de Junho de 1959, “nomear uma nova comissão para cumprir tão vasto programa, dispondo de meios restritos como anteriormente e fazendo face aos mesmos condicionalismos e dificuldades que as precedentes, parece ser iniciativa votada antecipadamente ao malogro”. Em alternativa, através do novo diploma o Governo opta por “nomear uma comissão, não para resolver o problema”, mas “para orientar o estudo, na generalidade, do problema da poluição fluvial e do solo em todo o território metropolitano”. Veiga da Cunha et alia. considerariam que, muito embora não fossem utilizadas as suas propostas, o trabalho desta comissão “contribuiu para um melhor esclarecimento do problema e para um progresso no plano dos princípios defendidos e das soluções preconizadas” (Cunha et alia., 1980:462; Pato, 2008: 194). Cerca de três anos depois, em 1962, foi nomeada nova comissão com o objectivo de reorganizar a Junta Sanitária de Águas do Ministério da Saúde, criada em 1933 pelo Decreto-lei nº 22758, de 29 de Junho, “com o objectivo de fiscalizar, do ponto de vista sanitário, as águas potáveis, residuais, domésticas e industriais” (Cunha et alia., 1974: 299). No entanto, à semelhança de tentativas anteriores, a falta de meios técnicos e financeiros impediu a concretização dos seus objectivos.

A 11 de Julho de 1968 foi publicado o Decreto-lei nº 48483, com o objectivo de suprir a “falta de regulamentação da cobrança das taxas devidas pelo uso da água para força motriz, laboração fabril e evacuação de esgotos, bem como pela ocupação de terrenos do domínio público fluvial”, actividades em muitos casos reguladas pelo Decreto 12 822, de 15 de Dezembro de 1926. Para alguns autores, (Pato, 2008: 195) com a publicação deste diploma era introduzido na legislação nacional o princípio do poluidor pagador, embora, segundo

Baptista de Sousa *et alia.*, na sua formulação inicial o princípio do poluidor-pagador se possa encontrar em recomendações da OCDE de 1972 (Sousa et alia., 1992: 24).

De acordo com Álvaro Queiroz de Moraes, no início da década de 60, das 273 sedes de concelho do continente, apenas 42 dispunham “de rede de esgotos moderna”, 92 possuíam uma rede insuficiente sob o ponto de vista de drenagem, ou incompleta, ou em mau estado de conservação” e 139 não possuíam rede de esgotos. Quanto ao tratamento de esgotos, somente 10 sedes de concelho possuíam estações depuradoras de esgotos. No continente apenas cerca de 15% da população “dispunha de razoáveis redes de drenagem de esgotos, mas a população em que as suas águas residuais eram recebidas em estações depuradoras não ultrapassava sequer 1% da população total” (Moraes, 1977: 6). A situação não era melhor nos povoados e habitações dispersas, onde habitariam perto de 5,5 milhões de pessoas, em que apenas cerca 20% dispunham de “instalações sanitárias com água corrente ou qualquer forma de retrete ou latrina para desembaraçamento razoável dos dejectos” (idem: 12). Segundo o estudo publicado em 2000 por António Barreto, em 1960 apenas 41,8% dos lares portugueses possuíam instalações sanitárias e 38,3% possuía rede de esgoto, por sua vez, uma década depois a percentagem de alojamentos com instalações sanitárias e com esgoto não ultrapassava, em ambos os casos, 58,1%. Somente a partir da década de 80 se regista uma melhoria efectiva das condições das habitações em matéria de esgotos. Em 1981 subia para 79,1% a percentagem de alojamentos com instalações sanitários e para 68% os alojamentos com redes de esgotos, percentagens que se consolidavam 10 anos depois, ao subirem, respectivamente, para 88,5% e para 90,7% (Barreto, 2000:165).

Feita esta nota, a 13 de Abril de 1970 foi publicado o **Decreto-Lei n.º 158/70**, no qual, o **Estado reconhece o fracasso das políticas de saneamento seguidas no País** desde a publicação do Decreto n.º 21 698, de 19 de Setembro de 1932 e do Decreto-lei nº 33 863, de 15 de Agosto de 1944. Reconhece, nomeadamente que, várias décadas depois, na maioria dos sistemas existentes, os esgotos não eram submetidos a qualquer espécie de depuração, pelo que poluíam os cursos de água, os lençóis ou níveis aquíferos susceptíveis de abastecer as populações e as praias de banhos, assistindo-se a um agravamento de ano para ano. Mais uma vez, as dificuldades na concretização das obras de drenagem e tratamento surgem justificadas com o argumento de “não disporem as autarquias locais, na maioria dos casos, de meios que lhes permitam fazer face aos encargos de execução e exploração”, e com o facto das obras de

esgotos não fornecerem “receita compensadora dos encargos com a amortização dos empréstimos que obrigam a contrair”.

No sentido de ultrapassar este problema, o Governo entendeu ser necessária a exploração dos serviços públicos de esgotos sob forma industrial, “pois a experiência mostra a falta de interesse das autoridades municipais pela execução de estações de tratamento, mesmo com elevadas percentagens de comparticipação do Estado, em face dos encargos de funcionamento”²¹ (o sublinhado é nosso). A nova estratégia integrava a drenagem e tratamento das águas residuais não só no âmbito do debate sobre a defesa da saúde, mas igualmente na perspectiva do bem-estar das populações e na relevância económica do sector. Outra novidade está no facto do problema surgir descrito como “um dos mais característicos efeitos da era tecnológica, ou uma doença da civilização”, constituindo uma “séria preocupação nos estádios de urbanização e industrialização em que o país” se encontrava. O saneamento básico (i.e., esgotos) é à luz da nova estratégia encarado como um dos aspectos essenciais da luta contra a poluição, e integra a “própria política da gestão dos recursos hidráulicos, pois dirige-se à melhoria do quadro da vida e da saúde pública e ainda à economia do fornecimento de água as populações, à agricultura e à indústria”, tal como é dito na redacção do Decreto-Lei n.º 158/70.

Na perspectiva do Governo, para concretizar essa política seria necessário melhorar as condições de financiamento das obras, de forma a torná-las compatíveis com os recursos das autarquias. Do ponto de vista política outra novidade está no facto de, pela primeira vez, ser dada prioridade à promoção do tratamento dos efluentes. Com esse objectivo as câmaras municipais ou federações de municípios executoras de obras de saneamento beneficiavam da possibilidade de comparticipação do Estado em “75% para as redes de drenagem de esgotos” e “90% para as estações de tratamento”. As comparticipações mais elevadas correspondiam à construção de redes de estações de tratamento em concelhos rurais de recursos limitados, e as comparticipações mais baixas destinavam-se a obras de remodelação, ampliação ou melhoramento de instalações existentes nos aglomerados populacionais mais importantes. Com base no artigo 11º do referido Decreto-Lei, o qual estabelece que as “obras de saneamento realizadas com auxílio financeiro do Estado serão, em regra, exploradas conjuntamente com os abastecimentos de água em regime de serviços municipalizados”,

²¹ A comparticipação do Estado nos encargos com as obras de saneamento de drenagem e tratamento de esgotos continuava a ser regulada pelo Decreto n.º 21 698, de 19 de Setembro de 1932, o que na prática equivale a afirmar que não poderia exceder 50% do custo.

resultou a criação de serviços municipalizados de água e saneamento um pouco por todo o país.

No início da década de 70, uma vez que não foram encontradas soluções para o problema dos esgotos, era bem visível o efeito da alteração de escala da poluição. O surto industrial iniciado no final dos anos 50 estava na origem de novos e mais graves episódios de poluição hídrica, agravados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto pela tendência ininterrupta para a concentração urbana. A situação dos esgotos domésticos era grave e exigia medidas urgentes. Pela análise do Plano para 1977, publicado através da Lei 951/76, de 31 de Dezembro de 1976, na sequência da aprovação das Grandes Opções do Plano através da Lei 10/76, publicada na mesma data, que em 1970 apenas 17% dos portugueses tinha acesso a qualquer tipo de esgotos (rede pública ou fossa séptica), com a particularidade dessa rede se apresentar em 7% dos casos em más condições, sendo que, nesse ano, 82,7% da população portuguesa não era servida por qualquer dispositivo de esgotos.

Em 1971, com o objectivo de ser submetido à Conferência da ONU sobre o Ambiente (Estocolmo 1972), o diagnóstico chegou a ser feito pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica através de um relatório nacional com informação base sobre as principais indústrias poluidoras e os troços dos rios mais poluídos. Na origem dos sérios problemas de poluição das águas interiores e da orla marítima estavam, especialmente, “numerosas unidades destinadas à transformação industrial de produtos agrícolas” e “muitas indústrias de dimensão e natureza variáveis”. Todavia, não eram a única fonte poluidora, considerava o relatório que, de uma maneira geral, o tratamento dos efluentes era insuficiente ou nulo, o mesmo se verificando com os esgotos da quase totalidade dos centros urbanos (JNICT, 1971: 13). Apesar das sucessivas tentativas do regime no sentido ocultar internamente os problemas de poluição hídrica que o afectavam, de facto este relatório identifica entre os problemas ambientais a necessitar de ajuda internacional os “problemas da poluição das águas, particularmente por bactérias, vírus, hidrocarbonetos, metais (especialmente mercúrio e chumbo), pesticidas e tensio-activos” (*idem*: 51). Os cursos de água mais poluídos eram o Ave, Leça, Vouga, Almonda, Alviela, Tejo e Sado, essencialmente afectados por fábricas de pasta de papel e de papel, refinarias de petróleo, siderurgia e indústrias químicas (JNICT, 1971: Anexo B; Cunha et alia., 1974: 450-452).

No âmbito da Secretaria de Estado da Indústria foi realizado “um inventário das indústrias em Portugal que se considera justificarem acções prioritárias de combate à poluição” (Cunha et

alia., 1974: 451). Embora o texto não seja explícito, acreditamos que é sobre esse inventário que falam Graça e Peixoto no seu trabalho “Subsídios para o conhecimento da poluição dos cursos de água por efluentes industriais” (Graça e Peixoto, 1972). Foi ainda realizado um estudo²² “que teve por objectivo quantificar aproximadamente, em termos de habitantes-equivalentes, a poluição das águas provocadas em 1970 pelos efluentes dos diversos sectores que integram o conjunto das indústrias transformadoras no Continente e Ilhas Adjacentes” (Cunha et alia., 1974: 451). Sem esquecer que, em Janeiro de 1970, Serafim Ribeiro apresentou no I Simpósio Nacional sobre Poluição de Águas Interiores o “Inventário realizado sobre a poluição do meio aquático” (Ribeiro, 1972).

Em 1972, no sentido de ver solucionado o problema do saneamento básico e encontrar uma solução para a poluição que afectava os principais rios nacionais, o Ministro das Obras Públicas determinou, por Despacho de 11 de Abril, a realização dos primeiros estudos, de âmbito nacional, com vista a uma política integrada de saneamento básico do Continente e Ilhas Adjacentes. Com referência a dados de 1970, esse inquérito permitiu apurar que apenas cerca de 18% da população do País dispunha de redes de esgotos, com diversos distritos a não ultrapassarem 3 a 4% da população servida com ligações domiciliárias de esgotos; e que apenas cerca de 2% tinha assegurada a depuração das águas residuais, em trinta e duas estações de tratamento de efluentes domésticos (Cunha *et alia.*, 1974: 451- 458).

Se dúvidas existiam quanto às fragilidades do País nesta matéria, foram desfeitas de forma dramática quando na primeira metade da década ocorreram vários surtos de cólera, entre os quais, aquele que atingiu Lisboa no Verão de 1974, onde causou 13 mortos entre os mais de 600 casos diagnosticados, e que afectou os bairros mais pobres dos arredores da capital do país (Schmidt *et alia.*, 2008). Nessa altura residiam no distrito de Lisboa cerca de 1 milhão e meio de habitantes, em que apenas uma pequena percentagem possuía rede de esgotos, que seria mais reduzida quanto ao tratamento de efluentes, uma vez que em todo o distrito existia unicamente uma estação de tratamento, instalada no concelho de Loures e que servia 50 000 habitantes. A maior parte das águas residuais eram lançadas, “sem tratamento algum, ou para os campos, alagando-os, ou, geralmente, para pequenas linhas de água”, no Verão transformadas “em caneiros abertos” (Figueiredo, 1974: 2). O Tejo servia de escoadouro das povoações ribeirinhas e da própria capital, razão pela qual o inquérito ordenado pela

²² Cunha et alia. referem-se ao estudo de Victor Manuel Alves de Figueiredo, publicado em 1973, pelo Instituto Nacional de Investigação Industrial, com o título “Intervenção administrativa no problema da poluição das águas por efluentes industriais e tentativa de avaliação dos custos desta poluição em Portugal.

Delegação de Saúde do distrito de Lisboa, realizado em 1973, classificava-o como rio conspurcado e “lamentavelmente infecto, principalmente junto à margem norte” (*idem*).

Data de 30 de Setembro de 1972 a publicação do Decreto-Lei nº 605/72, que reorganiza a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, através do qual a administração central reforça a necessidade de uma mudança política para o sector e a sua efectivação no quadro das bacias hidrográficas, uma política que passava por “aperfeiçoar a organização dos serviços de obras públicas, tendo em vista a prevenção e a luta contra a poluição das águas públicas interiores”. O novo diploma esforça-se por introduzir uma visão integrada dos problemas do sector, de tal modo que afirma: “Na época actual é indivisível a unidade do abastecimento de água, do saneamento e da luta contra a poluição. Na realidade a luta contra a poluição deve inserir-se na própria gestão dos recursos hidráulicos, a qual, para ser eficaz, tem de ser unificada e exercer-se no quadro das bacias hidrográficas”.

IV.2. Esgotos e prioridades de Abril de 1974

À semelhança do que ocorreu noutros domínios da sociedade portuguesa, a Revolução de Abril de 1974 gerou enormes expectativas no sector. Aliás, o acesso aos serviços de saneamento constava das principais reivindicações das populações e integrou a agenda de prioridades – os conhecidos 3D’s - **Democratizar, Descolonizar e Desenvolver**. Logo em 1976, a administração central, através da Resolução do Conselho de Ministros de 23 de Janeiro, reconheceu a gravidade do panorama do País em matéria de saneamento básico, em aspectos como as carências quanto à percentagem da população servida, e as enormes assimetrias entre os distritos de Lisboa e Porto e restante território nacional. A novidade desta Resolução, é que a poluição passa a ser encarada não só como um domínio da gestão dos recursos hídricos, integra a defesa do ambiente, o ordenamento do território e o direito das populações “de ver satisfeitas as suas necessidades primárias de salubridade e bem-estar”. Em termos de planeamento e gestão do processo, este diploma determina a divisão do País em regiões de saneamento básico, “criadas de molde a constituírem unidades de dimensão compatível com a optimização desejável dos custos dos empreendimentos, devendo as respectivas entidades gestoras vir a ter a seu cargo os equipamentos e os serviços de águas, de esgotos e de lixos, cumulativamente, ficando a sua articulação a nível nacional assegurada pelo Ministério do Equipamento Social, através da Secretaria de Estado das Obras Públicas,

enquanto não for criado um departamento estatal adequado”. Entretanto, com o objectivo de assegurar a execução da política nacional de saneamento básico e dar continuidade aos estudos gerais de Saneamento Básico, foi criada, no âmbito da Secretaria de Estado das Obras Públicas, a Direcção-Geral do Saneamento Básico, após a publicação do Decreto-lei 117D/76, de 10 de Fevereiro de 1976 e da aprovação da sua orgânica pelo Decreto-Lei n.º 254/77, de 15 de Junho. Posteriormente, foram criadas as regiões de saneamento básico do Alto Alentejo e Baixo Alentejo, Algarve, Beira Alta, Beira Baixa, Beira Litoral, Estremadura, Lisboa, Minho, Porto e Trás-os-Montes. Sobre este período João Pato afirma que, “entre Janeiro de 1976 e Junho de 1977 adiantava-se uma nova configuração para as políticas públicas de abastecimento e saneamento de águas que pressupunha uma mudança profunda em relação à fórmula política que fazia depender das autarquias locais a responsabilidade pelos serviços de águas e esgotos: tornando-se agora evidente a intenção de desenvolver uma visão integrada sobre o problema à escala de todo o território nacional, através da criação de entidades administrativas regionais e de entidades gestoras de natureza empresarial, a sua implementação deveria ser coordenada pela DGSB, em articulação com os municípios” (Pato, 2011: 168).

Em 1977 uma equipa da Organização Mundial de Saúde (OMS), com o apoio do Banco Mundial, **realizou um estudo sectorial sobre saneamento básico em Portugal**, e que no ano seguinte prosseguiu com a realização de inquéritos complementares junto das autarquias, depois utilizados pela Direcção Geral do Saneamento Básico. As conclusões desse inquérito deixavam “bem patente a situação precária do País neste aspecto”. Com referência a 1975, o estudo da OMS concluiu que a percentagem de população do Continente servida com ligações domiciliárias de esgotos não excedia nesse ano 17% dos lares e que eram profundas as assimetrias regionais. Os distritos da Guarda e Viana do Castelo não ultrapassavam 3% da população servida com ligações domiciliárias de esgotos, enquanto Braga, Vila Real e Viseu registavam 4%, Aveiro 5% e Leiria 6%. Embora em melhores condições, os distritos que obtinham percentagens mais elevadas – Lisboa (45%), Setúbal (38%), Faro (24%), Évora e Porto (14%) – deixavam a maioria dos seus habitantes sem ligações domiciliárias (Cunha et alia., 1981: 365). No ano em que foi realizado o inquérito da OMS, em 1977, a população servida do continente por redes de drenagem de esgotos era inferior a 20%, sendo que em todo o país existiam apenas cerca de 50 estações depuradoras em serviço e nem todas elas funcionavam de forma adequada, “servindo somente uma população da ordem dos 250 000 habitantes, ou seja, qualquer coisa como 2,7% da população total (Morais, 1977: 6).

O ano de 1977 ficou igualmente marcado por uma profunda alteração da estratégia política para o sector, somente revista na década de 90 como pré-condição para a obtenção de fundos europeus ao abrigo do II Quadro Comunitário de Apoio. Do ponto de vista ideológico as alterações introduzidas reflectem uma nova realidade, formalizada com a aprovação em 1976 da Constituição da República saída da Revolução de Abril de 1974. O novo texto constitucional defendia a socialização dos meios de produção e da riqueza (alínea c) do art.º 9) e declarava que a organização económico-social da República Portuguesa assentava “no desenvolvimento das relações de produção socialistas, mediante a apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos, bem como dos recursos naturais, e o exercício do poder democrático das classes trabalhadoras” (art.º 50). Rapidamente estas orientações se fizeram sentir em termos de políticas públicas com a publicação da Lei nº46/778, de Julho de 1977, a qual procede à delimitação dos sectores e regula o acesso da iniciativa económica privada a determinadas actividades económicas, ao vedar a empresas privadas e outras entidades da mesma natureza a actividade económica em diversos sectores entre eles o abastecimento de água e o saneamento.

Ainda em 1977, o sector integrou os objectivos das Grandes Opções do Plano, documento onde se pode ler que o Governo dará “prioridade na satisfação das necessidades sociais básicas da população, o que leva a privilegiar os investimentos públicos nos sectores da saúde, saneamento básico, educação e segurança social” (Lei 10/76, de 31 de Dezembro de 1976). Contudo, a instabilidade política e as dificuldades económicas, agravadas com a vinda de milhares de *retornados*, adiaram a sua resolução. Sobre o fracasso das políticas nos primeiros anos da Revolução, nesse mesmo ano, Álvaro Queiroz de Moraes, Inspector-Geral de Obras Públicas, rejeitou que se tenha ficado a dever a problemas financeiros. Na sua opinião, nos anos que se seguiram ao 25 de Abril de 1974, foi substancialmente aumentado o esforço no sector, com a concessão aos municípios de maiores subsídios, ou participações do Estado, no entanto, não tendo conseguido tirar todo o proveito dos montantes inscritos nos orçamentos por **“falta de estruturas administrativas e técnicas dos órgãos de decisão, a nível central e local, capazes de acompanharem a mudança de ritmo exigida, e pela carência de projectistas e empreiteiros, em número e com capacidade técnica, para projectar e executar maior volume de obras com a prontidão necessária”** (Moraes, 1977: 6, o sublinhado é nosso)

Sobre o fracasso das políticas de saneamento na década de 70, em 1984, no discurso proferido na sessão solene comemorativa do dia Nacional da Água, coincidente com o encerramento do I Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, Francisco Sousa Tavares, na qualidade de Ministro da Qualidade de Vida, criticava “o laxismo colectivo, a impreparação e indiferença da opinião pública, o baixo nível cultural de grande parte das classes dirigentes”, assim como os aspectos da atenção governativa focada na tentativa de reequilíbrio económico da Nação, que no seu conjunto “determinaram a indiferença política perante a problemática do ambiente e da preservação do meio natural”. Sousa Tavares apontava o dedo a “uma burocracia anquilosada” e às “estruturas inertes duma administração, cujo sistema e cuja dinâmica já não correspondem de forma alguma às necessidades nacionais”, e que assim “agravam o conjunto de causas e de circunstâncias que têm conduzido Portugal a uma situação grave sob o ponto de vista ecológico (Tavares, 1984; 6-7).

Em 1986 numa conferência realizada na Sociedade de Geografia, A. Lencastre concordaria com Queiroz de Moraes ao afirmar que “apesar de toda a legislação e dos meios financeiros disponíveis, não foi possível atingir os objectivos e ia-se formando a consciência de que as dificuldades não eram fundamentalmente de origem financeira, mas de ordem institucional”²³. Lencastre aponta sobretudo para a falta de dimensão dos sistemas municipais, incapazes na sua maioria de “satisfazer os requisitos de qualidade de serviço” e de “assegurar a reprodutividade de novos empreendimentos” (Lencastre, 1986: 5). Pergunta, havendo vontade e dinheiro “onde estão então as dificuldades”? A dificuldade encontrava-se “na contradição existente a nível institucional entre as competências legais” das “autarquias e as suas impossibilidades técnicas de realização”. Num processo que falhou, embora os serviços do Estado tenham servido de interlocutores no processo, por se estar perante um “sistema disperso, por um lado, e altamente centralizado”; e que, “por outro, dificilmente funcionou”. Além disso, “os problemas nem sempre se poderiam resolver da maneira mais económica, dado que haveria tendência para os sistemas separados e não para sistemas interligados”. Tal como Queiroz de Moraes, Lencastre indica a “falta de técnicos de nível superior e médio em número suficiente para conceber, projectar e assegurar a qualidade dos Serviços prestados” (*idem*: 6).

²³ Katko et alia. são contrários a justificações com base meramente em argumentos de natureza institucional, defendem que para se compreenderem os problemas necessitamos de nos apropriar de uma variedade de critérios técnicos, sociais e económicos (Katko et alia., 2006: 389).

Em 1979, com o objectivo de criar as condições que determinassem as comparticipações do Estado a fundo perdido no sector foi publicado o Decreto-Lei n.º 1/79, de 2 de Janeiro de 1979. Mas, mais uma vez, sem os meios financeiros necessários para concretizar os investimentos a medida não surtiu efeito. Sobre os anos seguintes, a partir da investigação realizada em 2007 por João Pato, é possível concluir que a progressão do sector foi lenta em todo o território nacional, sem que fossem atenuadas as assimetrias existentes entre os distritos de Lisboa e Porto, em situação mais favorável, e a maioria dos restantes distritos do país (Pato, 2008: 203-209). Simultaneamente, persistiam enormes dificuldades na recolha de dados. Em 1980 falhou a tentativa para actualizar os dados de 1977/1978, levada a cabo pela Direcção Geral de Saneamento Básico, observando-se discrepâncias entre as percentagens apresentadas relativas ao mesmo período consoante a fonte de informação.

IV. 3.1. Política de esgotos após a adesão à União Europeia

A partir de 1986, com a entrada de Portugal para a Comunidade Económica Europeia, o Estado Português garantiu os meios financeiros necessários para poder efectuar investimentos no sector e, em concomitância, levar a cabo uma modificação profunda da sua estratégia neste domínio com o objectivo de melhorar a cobertura e a qualidade de serviço prestado aos cidadãos. Ao abrigo do acordo de adesão, e posteriores Planos de Desenvolvimento Regional, Portugal conseguiu obter Fundos para recuperar o seu atraso em domínios que considerou prioritários. Desde então, chegaram de forma regular e consistente Fundos Europeus, inicialmente através do designado Anterior Regulamento (1986-1988) e posteriormente integrados nos conhecidos Quadros Comunitários de Apoio: I QCA (1989-1993), II QCA (1994-1999) e III QCA (2000-2006), a que se seguiu o actual Quadro de Referência Nacional – QREN (2007-2013).

Os primeiros anos foram de adaptação às normas Comunitárias e de preparação das candidaturas aos Fundos Europeus. A 7 de Abril de 1987 foi publicada a Lei de Bases do Ambiente (Lei 11/87), instrumento que passou a definir as bases da política de ambiente, e que em termos de poluição estabelece as normas²⁴ para as descargas em meio hídrico e as

²⁴ Entre essas normas: i) defende que as “fábricas e estabelecimentos que evacuem águas degradadas directamente para o sistema de esgotos” devem “assegurar a sua depuração, de forma a evitar a degradação das canalizações e a perturbação e funcionamento da estação final de depuração”; ii) limita “dar em exploração novos empreendimentos ou desenvolver aqueles que já existem e que, pela sua actividade, possam constituir fontes de poluição das águas, sem que uns ou outros estejam dotados de instalações de depuração em estado de

atribuições dos organismos que as devem assegurar, bem como consagra definitivamente o princípio do poluidor-pagador.

Do ponto de vista político, um ano antes da publicação da Lei de Bases do Ambiente, Carlos Pimenta, Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais do Governo presidido por Cavaco Silva, anuncia publicamente que a resolução da poluição dos principais rios nacionais seria primeiro alvo de uma avaliação do problema em todo o país²⁵ e só depois seria definida a agenda de prioridades das iniciativas de despoluição (JL, 20-11-1986; RL, 05-12-1986). Em 1988, já com Macário Correia na Secretária de Estado do Ambiente e Recursos Naturais, foram assinados contratos-programa entre os responsáveis do governo pelo Ambiente e a Associação de Empresas de Celulose e Papel, e que estabeleciam um prazo de três anos para o sector executar um programa para a redução das emissões poluentes das unidades fabris (Ferreira, 2009a). A partir de 1989, o calendário das candidaturas a Fundos Comunitários passou a marcar o ritmo dos projectos de despoluição, e a infra-estruturação do país com redes de drenagem e estações de tratamento de esgotos. Todos os Estados-membros passam a obedecer a esse calendário, na medida em que, para obtenção de Fundos Comunitários, são obrigados a apresentar à apreciação dos seus parceiros Planos de Desenvolvimento Regional relativos aos respectivos países.

Será sobretudo a partir de 1989 que o impulso da União Europeia se revelou absolutamente decisivo na definição e concretização da política de esgotos em Portugal, e que veio a expor um conjunto de problemas para os quais não havia solução imediata. Um dos principais problemas derivou da necessidade do País proceder a uma avaliação da situação de partida, tarefa que evidenciou as crónicas dificuldades na obtenção de dados credíveis e actualizados por parte da administração pública. A incongruência e inconsistência dos dados que serviram

funcionamento adequado ou sem outros trabalhos ou medidas que permitam respeitar as condições legais e de protecção da qualidade da água”; iii) estabelece as atribuições dos organismos responsáveis, que “devem impor às fábricas e estabelecimentos que utilizam águas a sua descarga a jusante da captação depois de convenientemente tratadas”; iv) e defende a necessidade de todas as utilizações da água carecerem de autorização prévia de entidade competente, acompanhada da definição dos respectivos condicionamentos e a remeter para regulamentação especial o “lançamento nas águas de efluentes poluidores, resíduos sólidos, quaisquer produtos ou espécies que alterem as suas características ou as tornem impróprias para as suas diversas utilizações”.

²⁵ Sobre os resultados desta avaliação não se encontrou qualquer informação posterior. A partir de 1987 os Relatórios de Estado do Ambiente identificam o que consideram ser os cursos de água mais poluídos, surgindo as primeiras redes de monitorização de qualidade dos recursos hídricos superficiais no início da década de 80, contudo, somente a partir de 1995 é que a recolha e divulgação da informação passou a ser periódica e de carácter mais consistente através do Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos (SNIRH). Mais tarde a monitorização foi reforçada no sentido de dar cumprimento à Directiva Quadro da Água, transposta pela Lei 58/2005, de 29 de Dezembro, conhecida por Lei da Água, tarefa em que se têm empenhado as Administrações das Regiões Hidrográficas.

de base às candidaturas aos Fundos Europeus impediram uma correcta avaliação atempada dos problemas e das suas várias dimensões. Ao falsear a realidade, até por desconhecimento, tornaram-se desajustadas as políticas para o sector, o que levou o País a proceder a investimentos que rapidamente ficaram desadaptados da realidade, quer pela dimensão das infra-estruturas, que depressa se tornavam obsoletas, quer pelo facto de se pensar apenas na concretização da obra e não no seu posterior funcionamento. Estes são apenas alguns aspectos que a seguir concretizaremos à medida que procedemos a uma breve reconstrução histórica dos processos de candidatura a Fundos Comunitárias que incidiram sobre o sector dos esgotos, mas vejamos primeiro a situação dos esgotos na mesma altura.

Quadro IV.1. População servida por redes de esgotos em 1981

Regiões	% da população servida por redes de esgotos em 1981
Norte	28
Centro	24
Lisboa e Vale do Tejo	80
Alentejo	63
Algarve	53
Açores	13
Madeira	42
Continente	49

Fonte: MPAT, 1989: 55-58

À data da elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional 1989-1993, apresentado pelo Governo Português à Comissão Europeia em 20 de Março de 1989, a situação do país em matéria de condições ambientais e conservação de recursos naturais apresentava “já alguns sinais preocupantes quanto à protecção da qualidade do ar e da água e relativamente à protecção dos espaços verdes e zonas litorais” (MPAT, 1989: 54). Em matéria de esgotos, eram três os principais problemas identificados: i) ausência de uma recolha sistemática de dados obrigava a recorrer a dados de 1981; ii) ausência de dados sobre o tratamento de águas residuais; iii) o enorme atraso do País obrigava a um esforço redobrado, como se pode ver pelo quadro seguinte, em 1981, somente 49% da população do Continente estava servida por infra-estruturas básicas de esgotos, uma percentagem que esconde as profundas assimetrias regionais existentes. Assim, no Norte 28% da população estava servida por infra-estruturas

básicas de esgotos, no Centro essa percentagem descia para 24%, em Lisboa e Vale do Tejo atingia 80%, no Alentejo 63% e no Algarve 53%. Nas Regiões Autónomas população servida com rede de esgotos atingia 42% na Madeira e ficava-se pelos 13% nos Açores (MPAT, 1989: 55-58).

A falta de dados sobre o tratamento de águas residuais não era o único problema. O optimismo das percentagens apresentadas levanta, pois, sérias dúvidas, que são, aliás, corroboradas por dados que recolhemos ao longo da nossa investigação. Assim, com base na comunicação que Margarida Borges de Carvalho, secretária de Estado do Ordenamento e Ambiente, apresentou em 1982, em Nairobi, na Conferência do Programa de Ambiente das Nações Unidas, concluímos que a população servida por rede de esgotos andaria nessa altura na ordem de 41%, com 8% a funcionar em condições deficientes. No mesmo ano, somente cerca de 10% da população estava abrangida por sistemas de tratamento de águas residuais, em regra com um funcionamento bastante deficiente (Carvalho, 1982: 8). Sabemos pela investigação realizada por João Pato que, em 1984, 36% da população era servida com rede de esgotos e apenas 20% era servida por sistemas de tratamento de esgotos (Pato, 2008: 203-209).

Do ponto de vista estratégico, o PDR 1989-1993 tencionava intervir no sentido de preparar as regiões portuguesas para o Mercado Único, e reduzir os desníveis económicos e sociais em relação à comunidade e as disparidades entre as diversas regiões portuguesas. Embora esse Eixo não viesse a constar do I QCA, o PDR incluía o Programa Operacional para os Recursos Hídricos, Saneamento Básico e Ambiente, integrado no Eixo 1. “Promover o aumento da eficiência do sistema produtivo”, alínea A – “Criação de infraestruturas produtivas”. Através desse programa o Estado previa criar “grandes sistemas regionais de saneamento básico, ou recuperar sistemas existentes, por **forma a contribuir para a obtenção de níveis de atendimento das populações” que rondassem, em 1993, 54% em esgotos**” (MPAT, 1989). Todavia o Eixo 1 do I QCA acabou por privilegiar as comunicações e telecomunicações, energia, ciência e tecnologia e o sector terciário (turismo). Caso tivesse avançado o Programa Operacional para os Recursos Hídricos, Saneamento Básico e Ambiente certamente que enfrentaria enormes obstáculos financeiros, uma vez que os investimentos previstos para a execução dos Sistemas Regionais de Saneamento Básico e de Protecção dos Recursos Hídricos atingiam apenas 11 milhões de contos, assim repartidos: 4,42 em 1990, 3,09 em 1991, 2 milhões em 1992 e 1,49 milhões em 1993 (MPAT, 1989: 58). Aliás, a exclusão do

sector da agenda de prioridades era anterior, constava das Grandes Opções do Plano 1989-1992, documento aprovado pela Lei 115/88, de 30 de Dezembro, que serviu de base ao PDR 1989-1993. O investimento previsto neste documento para infra-estruturas de água e saneamento não ultrapassava 6 milhões de contos em 1988 e 33 milhões em 1989-1992, contra, respectivamente, 108 milhões e 724 milhões em infra-estruturas de Transportes e Comunicações, e 110 milhões e 450 milhões em infra-estruturas de Energia.

Em suma, **o ambiente e em particular o saneamento básico não foram áreas prioritárias no primeiro período de vinda de Fundos Comunitários**, que privilegiou os investimentos dirigidos para a construção de infra-estruturas, com destaque para as rodoviárias, para a modernização da agricultura portuguesa, para a capacitação dos recursos humanos e para o desenvolvimento da indústria portuguesa. No entanto, de realçar que a não inclusão do sector na agenda de prioridades de investimentos a realizar com apoio de Fundos Comunitários no período 1989-1993, não o colocou fora da agenda do Governo, principalmente porque era necessário fazer reflectir na legislação nacional as políticas europeias sobre o sector. Merece referência a publicação do Decreto-lei, 70/90, de 2 de Março, que define o regime de bens do domínio público hídrico do Estado, incluindo a respectiva administração e utilização, e que sanciona através das alíneas l), m) e n) do art. 23º o despejo de resíduos ou a descarga de efluentes que possam degradar a qualidade da água. Baptista de Sousa et alia. criticariam o valor elevado das sanções previstas, pelo facto de, ao mesmo tempo que autorizava descargas poluentes, estabelecer “um regime fiscalização e punição de uma severidade verdadeiramente excessiva” (Sousa, 1992: 99-100). Merece igualmente referência a publicação do Decreto-Lei 74/90, de 7 de Março, que pelo artigo 1.º estabeleceu “critérios e normas de qualidade com a finalidade de proteger, preservar e melhorar a água em função dos seus principais usos”. Importa frisar que quatro anos depois, a 22 de Fevereiro de 1994, o Decreto-lei 45/94, passou a regular o planeamento de recursos hídricos e a elaboração e aprovação dos planos de recursos hídricos, com a divisão do território do Continente em 15 regiões, que coincidem com as principais bacias hidrográficas e as suas regiões costeiras adjacentes; e determina a elaboração e aprovação dos planos de bacia hidrográfica e do Plano Nacional da Água, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de Abril de 2002.

Com dados relativos a 1990, o **Inventário Nacional do Saneamento Básico**, publicado pelo Instituto de Água, revelou que 61,8% da população do Continente estava servida por sistemas públicos de águas residuais, persistindo enormes assimetrias regionais: a cobertura com rede

de esgotos não ultrapassava 36,1% na região Norte, subia para 48,3% na região Centro, atingia 88,9% em Lisboa e Vale do Tejo, 90,9% no Alentejo e 80% no Algarve. Na Madeira a população servida por sistemas públicos de águas residuais não ultrapassava 32,4% e nos Açores ficava-se por 24,4% (INAG, 1994: 28; INAG, 1999). Apesar desta aproximação aos dados que constavam do PDR 1989-1993, rapidamente o país percebeu que as percentagens inventariadas não correspondiam à realidade, pecando mais uma vez por optimismo. Em 1995, um estudo desenvolvido no LNEC por Jaime Melo Baptista e Rafaela Matos concluía que em 1990 apenas 55,3% da população do Continente estava ligada a sistemas públicos de águas residuais, com extremos de 16,1% em Leiria e de 60,3% em Setúbal; e que somente 37,6% da população se encontrava ligada a sistemas de drenagem de águas residuais com ligação a uma de estação de tratamento, em que apenas 25% das infra-estruturas de drenagem e tratamento de águas residuais garantiriam um serviço de boa qualidade (Baptista e Matos, 1995: 13-14). Com base nos dados apresentados por Melo Baptista e Rafaela Matos sobre o funcionamento das ETAR, Luísa Schmidt referia em 1999 que 91% das ETAR não funcionavam, e que uma vistoria da Inspecção do Ambiente constatou que, entre 1993 e 1995, 68% das ETAR tinham mau funcionamento (Schmidt, 1999: 134). Tal como veremos mais adiante, o Inventário Nacional do Saneamento Básico com dados relativos a 1994, realizado a propósito da segunda candidatura a Fundos Europeus, veio mostrar que os dados referentes a 1990 pecam por excesso. Antes disso, porém, importa dar atenção às prioridades do Plano de Desenvolvimento Regional e do respectivo plano de execução, designado por I Quadro Comunitário de Apoio 1989-1993 (I QCA).

Praticamente no final deste período, a anteceder a apresentação do Plano de Desenvolvimento Regional 1994-1999, foram introduzidas alterações no quadro legislativo nacional que vieram a determinar a evolução do sector das águas e em particular dos esgotos. Referimo-nos à publicação do Decreto-Lei n.º 372/93, de 29 de Outubro e à publicação do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de Novembro, que passam a definir uma nova estratégia para o sector, ao alterarem a Lei de delimitação dos sectores em vigor desde 1977, abrindo o acesso de capitais privados às actividades económicas de captação, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos. Ao aprovar o Decreto-Lei 372/93 o executivo afirmava ser seu objectivo “promover uma verdadeira indústria da água”²⁶. Por sua vez, ao

²⁶ Tal como se pode ler no Decreto-Lei 372/93, isso “pressupõe a definição de uma estratégia rigorosa que acautele os interesses nacionais, possibilite o aumento do grau de empresarialização no sector, incluindo capitais privados, e permita a aceleração do ritmo de investimento”. Entendia ser essa uma “peça fundamental para

aprovar a Lei de delimitação dos sectores, considera ver reunidas as condições para “consagrar o regime legal da gestão e exploração de sistemas”. Assim, através do Decreto-Lei n.º 379/93, distingue “entre sistemas multimunicipais e municipais, considerando os primeiros como sistemas em «alta» (a montante da distribuição de água ou a jusante da colecta de esgotos e sistemas de tratamento de resíduos sólidos), de importância estratégica, que abrangem a área pelo menos dois municípios e exijam um investimento predominante do Estado, e os segundos todos os restantes, independentemente de a sua gestão poder ser municipal ou intermunicipal”. Segundo este último diploma a gestão e exploração dos “sistemas multimunicipais pode ser directamente efectuada pelo Estado ou concessionada a entidade pública de natureza empresarial ou a empresa que resulte da associação de entidades públicas, em posição obrigatoriamente maioritária no capital social com outras entidades”. Já a gestão dos sistemas municipais pode ser “directamente efectuada pelos respectivos municípios ou atribuída, mediante contrato de concessão, a entidade pública ou privada de natureza empresarial”.

Na prática, o que sucedeu foi um predomínio do Estado como o principal accionista dos sistemas a operar em “alta”²⁷ na maior parte do território nacional, através da empresa pública Águas de Portugal, criada em 1993, em detrimento das autarquias, a quem coube a construção e gestão e exploração dos sistemas em “baixa”. Por outro lado, essa estratégia reforçou a aposta exclusiva em sistemas principais baseados em redes de drenagem e Estações de Tratamento de Águas Residuais, sem que tivessem sido equacionadas outras opções, especialmente em contextos como os observados no interior do país, caracterizados pelo isolamento das povoações, pela diminuição acentuada do número de habitantes, por fortes condicionantes ao nível do relevo e por dificuldades em intervir ao nível do subsolo. Nos casos em que se concretizou, essa aposta revelou-se dispendiosa no momento da construção e enfrenta hoje dificuldades em suportar os custos de manutenção, com as dificuldades inerentes ao facto da baixa densidade populacional nem sempre permitir obter o caudal mínimo de efluentes que optimize o funcionamento destes sistemas.

garantir a estabilidade temporal às políticas de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, recolha, tratamento e rejeição de efluentes”, em que fazia sentido abrir a “possibilidade de participação de capitais privados, embora sob a forma de concessão, a empresas intervenientes nestes sectores”.

²⁷ De modo inverso à água, em que, genericamente, um sistema em *alta* a capta na origem para a transportar através de grandes redes e um sistema em *baixa* a faz chegar às nossas casas com água, no caso das águas residuais a rede em baixa começa nas nossas casas e liga-se depois à rede em alta. Podemos ainda traçar uma analogia com a rede viária, representando os sistemas em alta as auto-estradas e os sistemas em baixa as vias municipais.

Relativamente ao novo processo de candidatura a Fundos Comunitários, na qualidade de Estado-membro, a 9 de Julho de 1993, Portugal apresentou à Comissão das Comunidades Europeias o Plano de Desenvolvimento Regional para o período 1994-1999. Em termos de prioridades, o Governo português, presidido na altura por Cavaco Silva, optou por intervenções operacionais específicas em diversos domínios e que no domínio do ambiente seriam concretizadas pelo Programa Operacional do Ambiente²⁸ (POA).

O Governo reconheceu que, embora tivessem sido desenvolvidos importantes esforços, o País apresentava ainda situações de degradação dos recursos hídricos (MPAT, 1993: 18-57). A drenagem e tratamento de águas residuais “estava ainda longe quer das médias europeias quer dos valores tidos como compatíveis com a existência e manutenção da qualidade de vida das populações” (MAOT, 2010: 9). De modo a inverter esta tendência seria necessário dar continuidade às obras de infraestruturação e realizar obras de conservação ou reparação de infra-estruturas existentes, uma vez que as condições de funcionamento comprometiam a qualidade dos serviços prestados. O que passava também pela formação de técnicos e operadores qualificados capazes de garantirem a manutenção e funcionalidade das estruturas existentes. Globalmente, o Governo apostava na valorização dos recursos humanos, na modernização do tecido produtivo e no melhoramento das infra-estruturas (MPAT, 1993: IV-V).

Para cumprir esses objectivos o executivo centra a sua atenção em dois aspectos da questão. Por um lado, no problema de poluição que afectava os cursos de água nacionais, de tal modo grave que, segundo os documentos de candidatura aos fundos comunitários, cerca de 25% do total de extensão tinha as suas águas medianamente muito poluídas, problema para o contribuía fortemente o sector industrial com 75% da poluição total, (equivalente a 30 milhões de habitantes), destacando-se o sector agro-alimentar (28%), a celulose (20%), os têxteis (15%) e a indústria química (15%) (MPAT, 1993). Por serem zonas de maior

²⁸ Entre as razões evocadas para justificar uma intervenção específica na área do ambiente assinala-se a “insuficiente internalização das medidas ambientais no sector produtivo, o que conjugado com a inexistência de intervenções operacionais no domínio do ambiente contribui para explicar algumas discrepâncias de certos indicadores entre Portugal e a média comunitária” (MPAT, 1993: XX). E que apostava i) na melhoria da qualidade ambiental nas grandes concentrações urbanas, através designadamente do financiamento a grandes sistemas de saneamento básico; ii) na melhoria do impacte da actividade produtiva sobre o ambiente; iii) na preservação e valorização do património natural e melhoria da qualidade ambiental, através de acções de preservação de zonas protegidas, de recuperação e protecção de florestas e de valorização da zona costeira bem como de acções de regularização dos rios e de saneamento básico; iv) assim como, na informação, sensibilização e formação da população sobre o ambiente, incluindo o reforço da rede de monitorização da qualidade do ambiente (*idem*: XXI).

concentração industrial e urbana, as situações mais graves registavam-se nas bacias do Ave, Alviela, Trancão, na Península de Setúbal, no Algarve e em Aveiro (MPAT, 1993: 19; MAOT, 2000b: 9).

Por outro lado, reforça o investimento na drenagem e tratamento de esgotos. Sobre a qual convém salientar que essa aposta não significou que foram superadas as dificuldades estruturais presentes na anterior candidatura a Fundos Europeus. Naquilo que julgamos ser um lapso, no texto do Plano de Desenvolvimento Regional 1994-1999 pode ler-se em vários momentos que a taxa de população abastecida por redes de esgotos e tratamento das águas residuais era de cerca de 21%, percentagem muito abaixo da média comunitária, que rondava 60%. Porém, na definição das prioridades é dito que o governo “propõe-se aumentar a percentagem da população ligada à rede de esgotos de 55% (1990) para 90% (1999); aumentar a relação entre o total das águas residuais e a capacidade das instalações de tratamento de 57% (1990) para 99% (1999); aumentar a percentagem de águas residuais que são objecto de um tratamento secundário (aglomeração com mais de 2000 habitantes) de 20% (1990) para 90% (1999) (MPAT, 1993: 34). Acreditamos que a percentagem de águas residuais tratadas não suscitará muitas dúvidas, já a drenagem, segundo o documento de avaliação do POA (MAOT, 2010), é provável que em 1990 rondasse 55%, todavia, os dados do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período 2000-2006 (PEAASAR I) não confirmam essa hipótese. Lê-se neste documento que à data do início da implementação do PDR 1994-1999 o nível de atendimento das populações por sistemas de drenagem e tratamento de esgotos era de cerca de 32% (MAOT, 2000: 16), por outro lado, “uma parte significativa destas infra-estruturas funcionavam ainda em condições de extrema precariedade” (Matos e Monteiro, 2003).

As dificuldades em obter dados credíveis e com correspondência à realidade do país seriam auto-reconhecidas. No sentido de as superar, e de modo a coincidir com o início do QCA II, em 1994 foi lançado novo Inventário Nacional de Saneamento Básico aplicado por consulta directa às Câmaras Municipais por agentes da Administração. Os resultados obtidos indicam que no início do QCA II em Portugal Continental se registavam níveis de serviços de “drenagem de tratamento de águas residuais urbanas de 61% e 31%, respectivamente (INAG, 1999: 1). A drenagem abrangia 37,6% da população na região Norte, 50,6% na região Centro, 85% em Lisboa e Vale do Tejo, 84,2% no Alentejo e 78,1% no Algarve. O tratamento de esgotos atingia somente 10,2% da população na região Norte, 26,5% na região Centro, 44,7

em Lisboa e Vale do Tejo, 57,2% no Alentejo e 59,5% no Algarve (INAG, 1994). A actualização deste Inventário realizada em 1997 permitiu apurar que no final desse ano cerca de 68% da população do Continente era servida por redes de drenagem, com um máximo de 87% em Lisboa e Vale do Tejo e um mínimo de 51% na região Norte; sendo que apenas 41% da população estava servida com sistemas de tratamento de águas residuais, com um máximo de cerca de 64% no Algarve e um mínimo de 24% na região Norte (INAG, 1999: 3).

A entrada do problema dos esgotos na agenda de prioridades é um dos aspectos focados no já citado estudo realizado em 1995 por Jaime Melo Baptista e Rafaela Matos. Os autores acreditavam existirem três razões para que aquele contexto fosse “claramente mais promissor” para o sector. **Em primeiro lugar**, “o facto de ser hoje em dia um sector claramente assumido do ponto de vista político como factor essencial para o desenvolvimento social e económico do País, com a opinião pública crescentemente atenta”. **Em segundo**, “o facto de os últimos anos estarem a ser caracterizados por uma capacidade excepcionalmente elevada de investimentos neste sector, nomeadamente resultante da utilização dos fundos comunitários, o que torna legítimo esperar durante a presente década uma grande aproximação aos valores médios de cobertura que se verificam na União Europeia”. **Em terceiro**, “o facto de legislação recente vir regulamentar a abertura ao sector privado, o que é habitualmente designado por empresarialização” (Baptista e Matos, 1995: 9). Em causa não estava somente a necessidade de aproximação aos valores europeus, pois como Estado-membro o país é obrigado a cumprir a legislação comunitária, tendo em conta, nomeadamente, que tinha transposto para o quadro legislativo nacional a Directiva 91/271/CEE²⁹ de 21 de Maio, relativa ao tratamento de águas residuais urbanas, com a publicação do Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de Junho de 1977, no que diz respeito a algumas das condições gerais que a descarga de águas residuais urbanas nos meios aquáticos deve observar.

Neste período regista-se um acréscimo do número de sistemas multimunicipais de tratamento de águas residuais urbanas, para o qual contribuiu o facto de o Estado concessionar a empresas de capitais públicos, resultantes da associação entre a empresa pública Águas de Portugal e diversos municípios, a construção e exploração de infra-estruturas de tratamento de águas residuais. São disso exemplo, no âmbito de sistemas multimunicipais a entrada em

²⁹ Alterada pela Directiva 98/15/CE da Comissão, de 27 de Fevereiro de 1998 e pelo Regulamento (CE) n.º 1882/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Setembro. Respectivamente, transpostas para a legislação portuguesa, no primeiro caso, pelo Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de Junho e pelo Decreto-Lei n.º 348/98, de 9 de Novembro; e no segundo, pelo Decreto-Lei n.º 149/2004, de 22 de Junho e pelo Decreto-Lei n.º 198/2008, de 8 de Outubro.

funcionamento da primeira fase do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro (SIMRIA) criado em 1997; e da SANEST – Saneamento da Costa do Estoril, S.A., em 1995, declarando extinto o Gabinete de Saneamento Básico da Costa do Estoril, esta última com o objectivo de tratar as águas residuais de 14 concelhos, o que corresponderia a cerca de 1,6 milhões de habitantes. Já se encontravam em funcionamento soluções integradas de tratamento de águas residuais industriais em diversos locais do País, das quais se destacam o Sistema Integrado de Despoluição do Vale do Ave, lançado no final da década de 80, sendo que a primeira fase das obras arrancou em 1991, e o Sistema Integrado de Despoluição de Alcanena, em funcionamento desde 1988 para tratamento de efluentes com origem na indústria de curtumes da bacia do Alviela³⁰.

Quadro IV.2. Evolução da drenagem e tratamento de águas residuais em Portugal
(1994-1999)

	1995	1996	1997	1998	1999
Drenagem	59	61	64	65	67
Tratamento	25	25	36	40	46

Fonte: INE, 2001b; Pordata, 2011

Apesar das condições favoráveis apontadas por Baptista e Matos, as políticas de esgotos não conseguiram alcançar os objectivos pretendidos. O país foi assim incapaz de se aproximar da média dos restantes países comunitários, que no início da década rondaria 85,8% quanto à percentagem da população servida por redes de drenagem e 77,5% relativamente à percentagem da população servida por estações de tratamento (Monte e Bicudo, 1991: 91). Tal como se tem referido, sobre Portugal os dados são poucos consistentes, revelavam flutuações consoante a fonte e os procedimentos de recolha. Acredita-se que no Continente a drenagem evoluiu de 55% em 1990 para 63% em 1995, e depois para 68% em 1997. Nos mesmos anos, o tratamento de águas residuais evolui, respectivamente, de 21% para 32% e depois para 40% (MAOT, 2000b: 12-13; MAOT, 2010: 9-10). Em 1994, segundo o Inventário Nacional de Saneamento Básico, no Continente foram drenados 61% dos esgotos produzidos e foram tratados apenas 31% (INAG 1994; INAG, 1999). O quadro seguinte

³⁰ Avançou igualmente a despoluição do rio Trancão, cujo projecto entrou nas agenda política e mediática por colocar em causa a organização da Expo 98, iniciativa da qual fazia parte a requalificação deste rio; e que esteve na origem de vários desentendimentos por causa da localização da ETAR de Frielas, sobretudo entre o presidente da Câmara de Loures e a ministra do Ambiente, e entre o mesmo autarca e o presidente do Instituto da Água (MAOT, 2000b; Ferreira, 2009a: 9-10).

apresenta a evolução da drenagem e tratamento de águas residuais em todo o país na segunda metade da década de 90.

Em 1995, num artigo publicado no semanário Expresso, mais tarde publicado no livro *“Portugal ambiental: casos & causas”*, Luísa Schmidt identificava vários problemas, mencionando que “pelo País sucedem-se os exemplos de estações já construídas que se avariaram, que se encontram fora de serviço, ou que absurdamente nem estão ligadas a esgotos” (Schmidt, 1999: 135). Cita como exemplos a ETAR de Águeda, em que tinham sido investidos cerca de 160 mil contos mas que não funcionava por falta de estação elevatória; o projecto de despoluição do Alviela, que avançou sem ter sido remodelado, apesar de ter sido concebido em 1976; o emissário da SANEST no Estoril, que se limitava a transferir os efluentes para o mar; e construção das ETAR da Raposeira e Bidoeira na bacia do Lis para tratamento dos efluentes das suiniculturas da região, mas praticamente não chegaram a funcionar.

A não concretização das políticas de esgotos é oficialmente auto-reconhecida, entre as razões evocadas destaca-se: i) a falta de articulação entre a drenagem e o tratamento, o sub-dimensionamento das ETAR face ao crescimento urbano verificado; ii) a inadequação dos processos de tratamento relativamente à natureza e quantidade dos efluentes; iii) a necessidade urgente de reabilitação das infraestruturas existentes; iv) e a carência de pessoal com a formação adequada para gestão e manutenção dos sistemas de tratamento (MAOT, 2010: 10). A incongruência e inconsistência dos dados de suporte às candidaturas a Fundos Comunitários, sendo recorrente, justificam também parte do insucesso das políticas de esgotos no período posterior à adesão do País à União Europeia. Na definição e ambição das metas³¹ para a drenagem e tratamento de esgotos, mesmo que se aceite que 55% dos portugueses tivessem as suas habitações ligadas a redes de esgotos, em 6 anos seria totalmente impossível passar de 55% para 90% de taxa de cobertura, pelo que a tangibilidade ou não das metas integra igualmente as razões do insucesso das políticas.

Por outro lado, parece-nos insuficiente a referência à inadequação dos processos de tratamento relativamente à natureza e quantidade dos efluentes, sem que seja questionado o próprio modelo, exclusivamente baseado na construção de ETAR e ramais de acesso e rejeição. E estranha-se o facto de não ser feita qualquer referência às condicionantes da

³¹ Ao contrário do que afirmará mais tarde o PEAASAR I, o PDR 1994-1994 não foi o primeiro documento a estabelecer metas, embora depois não inscrita no respectivo QCA, o PDR 1989-1993 previa a meta de 54% na cobertura com rede de esgotos (MPAT, 1989).

morfologia e solos, nem às dificuldades reveladas historicamente na concretização das políticas. A tudo isto acresce, a falta de articulação entre os sistemas em alta e os sistemas em baixa, correndo-se o risco de possuir infra-estruturas que não venham a ser usadas para o fim a que foram destinadas, uma vez que aos enormes investimentos em alta não corresponderam investimentos em baixa. Ainda hoje estão se encontram por concluir as redes primárias de ligação às redes que transportam maiores caudais, e permanecem por concretizar as ligações das habitações a essas redes primárias. Acreditamos que esse atraso não é alheio ao facto do sector ter seguido a dois ritmos: de um lado, a gestão **dos sistemas em baixa manteve o seu carácter praticamente fragmentário, sem escala e disperso consoante as disponibilidades financeiras das autarquias**; do outro, foram na sua **grande maioria construídos os sistemas em “alta”**, avanço para o qual contribuiu a **empresarialização do sector** através de sistemas multimunicipais controlados pela *holding* Águas de Portugal.

Qualquer um destes factores limitou e continuaria a limitar a concretização das políticas. Não são de menosprezar os avanços nos sistemas em alta, mas que não corresponderam amplamente ao desenvolvimento de sistemas integrados de saneamento básico como era preconizado. O avanço do sector a dois ritmos impediu que fossem atingidas as metas que previam reduzir “a poluição devida às descargas no meio aquático dos efluentes das actividades produtivas, a fim de obter 100% da extensão dos rios pouco ou medianamente poluídos”, e que permitiriam aumentar a percentagem da população servida pelas redes de recolha e tratamento das águas residuais para 90% (MPAT, 1993: 86; MAOT, 2000b: 115-116).

IV.3.2. PEAASAR – uma estratégia para o sector?

Fracassadas várias tentativas, em Abril de 2000 o Governo identifica o que considera serem os principais obstáculos à concretização das políticas de esgotos, em que indica: i) situações em que existiam infra-estruturas de drenagem de águas residuais sem a necessária correspondência em termos de tratamento; sub-dimensionamento das ETAR face ao crescimento urbano verificado; ii) inadequação dos processos de tratamento; iii) falta de pessoal com formação adequada; iv) grande fragilidade organizativa e operacional dos sistemas; v) ausência de internalização da noção de ciclo urbano da água; vi) falta de

coordenação entre investimentos nos sistemas multimunicipais e nos sistemas municipais³² (MAOT, 2000: 17-18; MAOT, 2000b: 23).

Em face dos problemas identificados, no sentido de reverter o insucesso das políticas anteriores, a administração central avança com a elaboração de uma estratégia específica para o sector e da qual resultou o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2000-2006 (PEAASAR I). A justificar a necessidade da nova estratégia e, por conseguinte, a possibilidade de obtenção de mais Fundos Comunitários para o sector, esteve o reconhecimento do insucesso das metas anteriormente previstas, com o argumento que constituíam “um indicador inequívoco da necessidade de dar continuidade à infraestruturação a nível do saneamento básico”, e de melhorar a eficiência e operacionalidade dos sistemas, desenvolvimentos que colocariam o País a par da média europeia e dos países mais desenvolvidos (MAOT, 2000a; MAOT, 2000b).

O executivo acreditava que a implementação da nova estratégia permitia ao País atingir em 2006 as metas estabelecidas para o período 1994-1999. Ou seja, nesse ano 90% da população do Continente³³ estaria servida com rede de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas; a que juntava o objectivo adicional de cada sistema de saneamento de águas residuais não servir menos de 90%, em drenagem e em tratamento, dos efectivos populacionais da respectiva área de atendimento (MAOT, 2000a). O investimento a realizar incidiria “fundamentalmente no reforço do ciclo integrado de água através de uma lógica de sistemas integrados compatíveis com os planos de bacia, com particular incidência no tratamento das águas residuais, na melhoria da qualidade da água fornecida e do serviço prestado”, o que em termos de tratamento das águas residuais passava por “continuar o esforço de investimento na construção de infra-estruturas, na melhoria do nível de tratamento dos esgotos e na reutilização da água tratada para determinados” (MAOT, 2000a; MAOT, 2000b: 28-29).

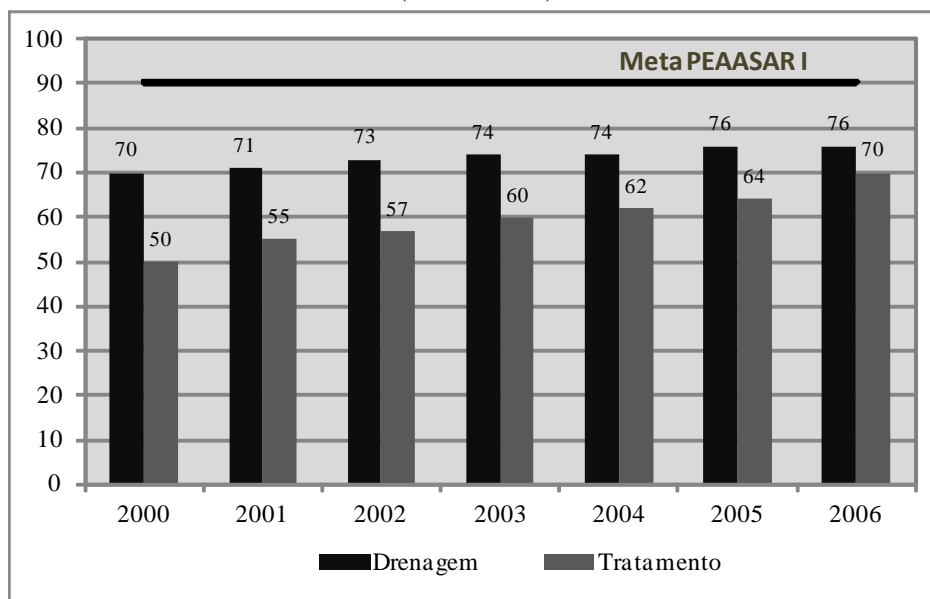
³² Daí resultou um sub-aproveitamento dos meios financeiros utilizados, e que “reflectiu o ainda muito limitado recurso a soluções integradas, com os consequentes aumentos dos custos de investimento e de exploração daí resultantes (MAOT, 2000a: 18).

³³ Nas Regiões Autónomas as metas são distintas. O Plano Regional da Água dos Açores (PRAA) previa servir em 2011 por sistemas de drenagem de águas residuais 85% da população, meta dificilmente alcançável tendo em conta que em 2009 o índice de drenagem foi de 36%. O Plano Regional da Água da Madeira (PRAM) estabelece objectivos para o atendimento com drenagem e tratamento de águas residuais para a população residente na Ilha da Madeira, só com sistemas públicos, de 75% e 77% para os anos de 2012 e 2020, respectivamente. Neste caso o índice de drenagem obtido na campanha 2009 foi de 57 %. (INAG, 2010: 92).

Neste processo não podemos ignorar o facto de, mais uma vez, **os dados estatísticos que serviram de base à candidatura a Fundos Comunitários não corresponderem à realidade do País**. O documento que enquadra o PEAASAR I, isto é, o texto do QCA III 2000-2006, ao mesmo tempo que reconhece que se verificaram “alguns desvios significativos entre os objectivos previstos e os resultados efectivamente obtidos”, motivo pelo qual “ainda algumas lacunas e insuficiências”, indica que “o objectivo quantificado relativo à percentagem de população servida por sistemas de recolha de águas residuais era de 90% e o resultado atingido ficou em 75%” (Ministério do Planeamento, 1999: 89). Mais adiante pode-se ainda ler-se que se tratavam de dados de 1999 e que o tratamento atingia 55% da população (*idem*: 91). Ora, tal como indicam os dados por nós apresentados no gráfico sobre a “Evolução da drenagem e tratamento de águas residuais em Portugal (1994-1999)”, em 1999 o País estava distante destas percentagens: a drenagem não ultrapassava 67% e o tratamento ficava-se por 46%.

Este desfasamento de dados e a pesada herança de não concretização das políticas de esgotos, a juntar às dificuldades por diversas vezes identificadas, redundaram em novo fracasso. De facto foram alcançados progressos muito significativos, no entanto, o sector ficou muito distante das metas previstas e continuavam “por resolver questões fundamentais no sector” (MAOTDR, 2007a). A evolução foi mais significativa no tratamento de esgotos, por um lado, devido ao seu maior atraso, o que lhe permitia maior capacidade de progressão; e, por outro lado, pela opção por maiores investimentos nas redes em “alta”, de que resultou a infra-estruturação do território em termos de grandes redes e a construção de estações de tratamento. O **menor investimento em redes em “baixa”** foi justificado mais tarde com o facto dos investimentos associados à construção destas redes ultrapassar a capacidade de investimento dos municípios; e com a não integração dos sistemas em “baixa” nos sistemas multimunicipais, “numa altura em que os municípios já tinham canalizado parte do seu esforço de investimento para outras áreas”, o que veio deixar muitos problemas na vertente em “baixa” sem solução. A essas dificuldades juntam-se problemas como a falta de adequação das tarifas praticadas em vários municípios, que os impossibilita de gerar receitas suficientes para fazer face aos investimentos, assim como a impossibilidade crescente de endividamento dos municípios e o facto de os investimentos não terem um carácter sistemático, nem obedecerem a uma lógica de integração territorial, sem esquecer que a não conclusão das redes em “baixa” colocar em causa a viabilidade dos sistemas em “alta” (MAOTDR, 2007a).

Gráfico IV.1. Evolução da drenagem e tratamento de esgotos durante o PEAASAR I (2000-2006)



Fontes: INE, 2000, 2001b, 2002a, 2003, 2004, 2005^a, 2005b e 2006; INAG, 2008; Pordata, 2011

Em termos de evolução do sector, o gráfico mostra que no ano 2000 cerca de 70% da população se encontrava servida por sistemas de drenagem de águas residuais e que apenas 50% tinha as suas águas residuais ligadas a uma ETAR (INE, 2002a: 22-25). Essas percentagens em 2001 subiram, respectivamente, 1% e 5% em relação ao ano anterior, fixando-se em 71% e em 55% (INE, 2003: 20). No ano seguinte, esse acréscimo foi de 2% em ambos os indicadores (INE, 2004: 19). Por sua vez, em 2003, cerca de 74% dos portugueses eram servidos por sistemas de drenagem de águas residuais e 60% tinha as suas águas residuais ligadas a ETAR (INE, 2005a: 19). Em 2004, mantinha-se a mesma percentagem de portugueses cujas habitações estavam ligados a sistemas de drenagem de águas residuais, subindo para 62% a taxa de tratamento das mesmas (Pordata, 2011). E em 2005 ascendia a 76% a percentagem de portugueses com habitações ligadas a sistemas de drenagem e a 64% a percentagem com ligação a estações de tratamento (Ferreira, 2009a; INAG, 2007). Por último, em 2006, 76% dos portugueses tinham as suas habitações ligadas a sistemas de drenagem de águas residuais, enquanto isso ascendia a 70% a percentagem de ligações a sistemas de tratamento de águas residuais (Ferreira, 2009a; INAG, 2007).

Em 2007, a não concretização dos objectivos previstos no PEAASAR I 2000-2006 conduziu a mais uma tentativa no sentido do País recuperar o atraso do sector, para assim conseguir obter mais meios financeiros da União Europeia. Embora se mantenham as principais linhas, para o

período 2007-2013 a administração pública alterou os objectivos e metas anteriormente previstos, consagrando-os no PEAASAR II 2007-2013. A nova estratégia propõe-se definir objectivos e “medidas de optimização de gestão nas vertentes em alta e em baixa e de optimização do desempenho ambiental do sector”; bem como clarificar “o papel da iniciativa privada, criando espaços de afirmação e consolidação de um tecido empresarial sustentável, concorrencial e ajustado à realidade portuguesa”. Concluiu na altura o Governo que a concretização destes objectivos passa pela minimização das “ineficiências dos sistemas numa perspectiva de racionalização dos custos a suportar pelas populações”, mas também por estabelecer “os modelos de financiamento e as linhas de orientação da política tarifária”, e definir “a reformulação do enquadramento legal e do modelo regulatório necessária à sua maior eficácia” (MAOTDR, 2007a).

A estratégia actualmente em vigor pretende recuperar parcialmente (ainda!) as metas previstas no PDR 1994-1999, reforçadas no PEAASAR I 2000-2006, para que em 2013 possa servir cerca de 90% da população total do País com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas; e atender pelo menos 70% dentro de cada sistema integrado, o que corresponde a uma redução de 20% relativamente à meta prevista inicialmente para 1999 e depois adiada para 2006. O PEAASAR II prevê a conclusão e expansão dos sistemas **em “alta”, a continuação da infra-estruturação da vertente em “baixa” e sobretudo a articulação entre ambas as vertentes**. Prevê ainda a revisão dos princípios de enquadramento legal, técnico, económico e financeiro, aplicáveis aos sistemas multimunicipais, e o alargamento das soluções institucionais de gestão empresarial, o potenciar economias de escala e de gama, e mais-valias ambientais, através de uma maior integração territorial e funcional de sistemas plurimunicipais vizinhos. Bem como a promoção, na vertente em “baixa”, de sistemas integrados e tanto quanto possível territorialmente articulados com as soluções existentes na vertente em “alta”, e a implementação das disposições previstas na Lei com a publicação da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, de 2005, conhecida como Lei da Água, em aspectos como o saneamento de águas residuais, e o controlo e prevenção da poluição. E por último, o estímulo à “implementação de modelos de financiamento que potenciem o investimento privado” e promovam a concorrência, e no reforço e alargamento do “âmbito dos mecanismos de regulação de serviços e de regulação ambiental e de inspecção”. Para dar sequência a estes e outros objectivos, a Lei da Água institui cinco regiões hidrográficas, as designadas Administrações de Região Hidrográfica, e “um novo regime económico e financeiro dos

recursos hídricos regulado em 2008, que introduz um factor indutor para o seu uso eficiente, e uma taxa de recursos hídricos sobre os impactes ambientais da sua aplicação”, em que metade do valor dessa taxa remete para um fundo de protecção dos recursos hídricos a aplicar na melhoria da qualidade das águas do país (Schmidt, 2011: 89).

A Lei da Água, nas matérias que tratamos, transpõe para o direito português da Directiva 2000/60/CE, de 23 de Outubro de 2000, mais conhecida por Directiva Quadro da Água (DQA), surgida da necessidade de ser desenvolvida uma política comunitária integrada no domínio das águas e de serem estabelecidos princípios comuns para protecção das águas comunitárias, no sentido de procurar alcançar um bom estado das águas. Concordando os Estados-membros que a garantia do bom estado das águas exige uma acção atempada e um planeamento das medidas de protecção, que deverá ser prosseguido a **partir de cada bacia hidrográfica**, de modo a que sejam coordenadas as medidas relativas às águas que pertençam ao mesmo sistema ecológico, hidrológico e hidrogeológico, o que implica da sua parte o controlo sistemático da evolução do estado das águas e a elaboração de programas de monitorização do estado das águas.

Sobre a configuração do sector dos esgotos, à data de apresentação do PEAASAR II, em 2007, na vertente em “alta” cerca de 80 % dos municípios do Continente estavam incluídos em sistemas com gestão empresarial. Em situação inversa estava a vertente em “baixa”, com 87 % dos municípios, que abrangem uma população de cerca de 7 milhões de habitantes, a assumirem a responsabilidade pela gestão do processo através dos conhecidos serviços municipais ou municipalizados de água e saneamento. Na vertente em “baixa” a população servida por modelos de gestão empresarial atingia aproximadamente 27 %. Identificado este problema, de modo a resolver as dificuldades de infra-estruturação e gestão pendentes na vertente em “baixa”, “o PEAASAR 2007-2013 propõe o alargamento da parceria entre o Estado e as autarquias, cuja adopção depende da conjugação da vontade de ambas as partes, e que mediante as condições existentes consiste na integração das infra-estruturas em “baixa” dos sistemas municipais nos sistemas multimunicipais existentes ou a criar” (MAOTDR, 2007a).

Os investimentos previstos estão directamente relacionados com a articulação com os sistemas em “alta” e a execução das interligações entre ambas as vertentes, e orientados no sentido da separação da componente pluvial em sistemas unitários e a erradicação de ligações

cruzadas nos sistemas separativos³⁴. Sabemos que de 1990 a 2000 foram investidos em esgotos cerca de 1 272 milhões euros³⁵ (INAG, 2011; Pato, 2008).

Em termos de resultados, embora o horizonte de 2013 não esteja cumprido, o que se constata é que, mais uma vez, apesar do enorme investimento público, continua elevada a percentagem da população portuguesa não servida por sistemas públicos de saneamento básico. Em 2009 a o índice de cobertura de drenagem de águas residuais³⁶ atingiu 83% no Continente, enquanto nos Açores e na Madeira a percentagem alcançada foi, respectivamente de 36% e 59%, o que dá uma média nacional na ordem dos 81%. O índice de atendimento da população com sistemas de drenagem apresentou valores inferiores, registando 77% no Continente, 32% nos Açores e 59% na Madeira, para uma média nacional de 76%, em 262 dos 308 concelhos por ausência de resposta dos restantes. No mesmo ano o índice de tratamento não ultrapassou 72% no Continente, enquanto Açores atingiu apenas 28% e na Madeira 57%, o que baixou a média nacional para 71%, com a particularidade dos dados não se referirem à totalidade dos concelhos por ausência de resposta de 18 deles (INAG, 2011: 88-93). Por outro lado, nem todos os esgotos urbanos captados e lançados na rede pública são tratados de forma apropriada, nem os esgotos agro-industriais, que continuam a ser despejados nas linhas de água, muitas vezes quando tratados não são de forma adequada (Schmidt, 2007; Ferreira: 2009).

Aos factores até agora apresentados não podemos deixar de acrescentar um que se liga a aspectos particulares da informação fornecida sobre esgotos. Referimo-nos ao facto dos dados sobre drenagem e tratamento de esgotos, que até 2006 era da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística e depois passou a integrar anualmente o Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais (INSAAR), da responsabilidade do INAG, deixar de apresentar estatísticas sobre os diversos sectores de actividade responsáveis

³⁴ Sistemas separativos são aqueles em que as águas pluviais são consideradas em separado.

³⁵ O PEAASAR II estimou que o investimento em abastecimento de água e águas residuais no período 2000 a 2006 (correspondente ao PEAASAR I) foi em “alta” de 3 407 milhões de euros, montante ao que adicionam 630 milhões a realizar no período 2007-2013. De acordo com o mesmo documento, enquanto em “alta” os investimentos ultrapassaram em cerca de 77% do previsto, nos sistemas em “baixa” os valores estimados encontram-se aquém da realidade. Já o investimento em “baixa” rondou os 900 milhões de euros no período 2000-2006 e nos próximos anos (2007-2013) será necessário investir cerca de 2 200 milhões de euros para que sejam cumpridos os objectivos previstos, estimando-se que desse montante, mais de metade, 1478 milhões euros sejam investidos em esgotos (MAOTDR, 2007). A partir do Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais (INSAAR) elaborado em 2009, ficou a saber-se que em 2007 foi investido no Continente o máximo histórico de 442 milhões de euros (INAG, 2009: 145).

³⁶ O INSAAR 2010 introduz uma alteração ao distinguir entre população servida e população com o serviço disponível, optando assim pela designação índice de cobertura de drenagem e índice de atendimento de tratamento de águas residuais (INAG, 2010).

pela produção de águas residuais. Efectivamente, as estatísticas que os INSAAR apresentam dizem apenas respeito ao sector doméstico, o que impede que se saiba quais as potenciais ameaças sobre os cursos de água nacionais e como se distribuem geograficamente. Nada sabemos sobre quantitativos gerados sobre sectores como a indústria, a agro-pecuária, a agricultura e o turismo.

A partir das eleições de 5 de Junho 2011 entrou em funções o XIX Governo Constitucional presidido por Pedro Passos Coelho, que com a aprovação do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado (PREMAC) e a aprovação das Leis Orgânicas dos Ministérios extingue o Instituto da Água (INAG) e as Administrações de Região Hidrográfica (ARH), que passam a integrar Agência Portuguesa para o Ambiente, I.P. O novo cenário não vem apenas trazer novas incertezas ao sector, coloca em causa as reformas realizadas na última década, nomeadamente a autonomia e força económica e política das recém-criadas Administrações de Região Hidrográfica (ARH).

IV.4. Legislação aplicável à descarga de efluentes suinícolas em meio hídrico

Não queremos terminar a apresentação síntese sobre as políticas de saneamento levadas a efeito no país sem focar dois aspectos com especial incidência na bacia hidrográfica do Lis: a legislação aplicável à descarga de efluentes com origem no sector suinícola em meio hídrico e a aprovação em 2007 da Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais (ENEAPAI). Sobre o primeiro aspecto, desde a publicação do Decreto-Lei 74/90, de 7 de Março, que aprova as regras da qualidade da água, foram publicados vários diplomas com incidência específica e que passam a regular a descarga de águas residuais consoante a sua proveniência, sucessivamente revogados e actualizados. Embora não se aprofunde este aspecto, paralelamente, foi publicada legislação específica referente a outros sectores, é o caso do já mencionado Decreto-Lei nº 152/97, de 19 de Junho de 1977, cujo objectivo era proteger as águas superficiais dos efeitos das descargas de águas residuais urbanas e que vem por isso estabelecer as condições gerais que deve obedecer a descarga. É igualmente o caso de legislação aplicável ao sector agrícola, que somente em 1997 viu transporta para a legislação nacional a Directiva 91/676/CEE do Conselho, de 12 de Dezembro de 1991, conhecida como

Directiva Nitratos, uma vez relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola³⁷.

O sector que mais nos interesse, o suinícola, com base no disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do art.º do Decreto-Lei 74/90, de 7 de Março, a partir de 1990 vê as normas de descarga de efluentes sujeitas ao estabelecido pela Portaria n.º 810/90, de 10 de Setembro dos Ministérios da Agricultura, Pescas e Alimentação, da Saúde e do Ambiente e Recursos Naturais. O ponto 1 do art.º 2 obrigava a parecer prévio vinculativo da Direcção Geral da Qualidade do Ambiente o “licenciamento da descarga de águas residuais de todas as explorações de suinicultura de capacidade igual ou superior a 2500 animais ou a 300 porcas reprodutoras”; e o art. 3º, o qual estabelece as normas da respectiva descarga. Esta Portaria esteve em vigor até 2008, ano que foi revogada pela alínea m) do art. 80º do Decreto -Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro, diploma que aprova o Regime do Exercício da Actividade Pecuária (REAP). O REAP tem um âmbito mais vasto, e surgiu da necessidade de centralizar o processo de licenciamento do sector agro-pecuário e posterior gestão de efluentes numa única estrutura, cujas competências se encontravam dispersas por vários Ministérios. Foi concebido com o objectivo de possibilitar uma abordagem integrada da gestão dos diferentes efluentes e de criar “um quadro de licenciamento para encaminhamento destes efluentes de modo a minimizar os seus impactos negativos sobre o ambiente”.

Com a publicação da Portaria n.º 631/2009, de 9 de Junho de 2009, foram aprovadas as “normas regulamentares a que obedece a gestão dos efluentes das actividades pecuárias e as normas técnicas a observar no âmbito do licenciamento das actividades de valorização agrícola ou de transformação dos efluentes pecuários”. Foram ainda definidas as regras específicas para a emissão dos títulos de utilização dos recursos hídricos (TURH) e os respectivos valores limite de emissão para determinadas situações. Nesta sequência, a 23 de Março de 2011, com o objectivo de **encontrar uma solução para o problema do destino final dos efluentes pecuários** e dar a possibilidade de emissão de um TURH nos casos em que estejam em concretização soluções técnicas adequadas e “o interesse público exija a adopção de medidas excepcionais”, foi publicada a Portaria 114-A/2011. Através do artigo 2º, esta Portaria estabelece as condições especiais de licenciamento e permite que na fase de desenvolvimento da solução, quando comprovado ser manifestamente impossível cumprir de

³⁷ A Directiva Nitratos seria alterada pelo Regulamento (CE) n.º 1882/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Setembro, transposto pelo Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de Setembro, alterado em 1999 pelo Decreto-Lei n.º 68/99, de 11 de Março.

imediatos os valores limite de emissão (VLE) estabelecidos para a descarga de águas residuais, a ARH pode atribuir um TURH provisório com VLE distintos dos aplicáveis por lei. Trata-se de uma medida especial apenas “aplicável aos casos de soluções colectivas de gestão de efluentes pecuários, enquadrados em protocolos ou acordos assinados entre entidades representativas do sector e o Estado”.

Do ponto de vista estratégico, em 2007 foi apresentada a Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais (ENEAPAI), aprovada pelo Despacho nº8277/2007, de 9 de Maio, assinado pelo ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e pelo ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Trata-se de uma tentativa da administração pública no sentido de encontrar “soluções ambientalmente adequadas para o tratamento de efluentes provenientes das actividades agro-pecuárias e agro-industriais”, para um sector com elevado peso na economia do país, mas que pela poluição gerada em algumas das bacias hidrográficas requeria a apresentação de soluções. Perante o insucesso reconhecido dos modelos anteriormente propostos, a ENEAPAI pretende encontrar soluções para a despoluição e requalificação das linhas de água e bacias hidrográficas de diversos territórios, mediante “o adequado tratamento dos efluentes produzidos nas actividades económicas com maior contribuição para as cargas poluentes geradas, acompanhando o esforço e o volume de investimento que se encontra executado e em execução na componente das águas residuais urbanas”. Pelo que, a resposta à poluição hídrica, passa por “uma nova abordagem e de novas formas de intervenção que permitam a resolução dos problemas de poluição provocados pela descarga de efluentes não tratados nas linhas de águas e no solo”. Passa, particularmente, pela adopção de um modelo institucional que garanta o bom funcionamento das instalações e o controlo das descargas, através da adopção de soluções colectivas para o tratamento dos efluentes caso se revelem as melhores opções, assim como pela aplicação de uma tarifa de tratamento, e pela garantia da responsabilidade e envolvimento dos sectores económicos (MAOTDR, 2007b).

Na sequência deste processo avançaram vários projectos sectoriais com incidência sobre a produção de efluentes. Após a assinatura em 16 de Janeiro de 2008 de uma Declaração de Compromisso entre várias instituições³⁸, com o objectivo de criar um sistema de tratamento

³⁸ Entre o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional; o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas; a AMRS – Associação de Municípios da Região de

de efluentes das suiniculturas, a 25 de Setembro de 2009 foi apresentada na XX Feira Nacional do Porco, realizada no Montijo, a estratégia nacional de Sistemas Colectivos de Tratamento de Efluentes - Estudo Técnico e viabilidade económica e financeira: Caso de Leiria e Caso da Península de Setúbal.

A terminar, o quadro seguinte faz a **síntese** das principais políticas e medidas implementadas desde o Estado Novo em matéria de esgotos, classificando as razões do insucesso em “Falta de meios técnicos e humanos”, “Falta de meios financeiros”, “Falta de dados fidedignos”, “Metas inatingíveis” e “Problemas institucionais” referindo-se estes últimos a problemas como negligência institucional, sobreposição de competências e instabilidade institucional.

Quadro IV.3. Características das políticas de esgotos e razões do insucesso

DATA	INSTRUMENTO	CARACTERÍSTICAS	RAZÕES DO INSUCESSO
1932	DL n.º 21 698, de 19 de Setembro	Clarifica o papel do Estado na regulação técnica das obras a realizar pelas autarquias, que passam a ser reguladas pela Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos	Falta de meios financeiros Falta de meios técnicos e humanos Problemas institucionais
1933	DL n.º 22758, de 29 de Junho	Para estudar e fiscalizar, sob o ponto de vista sanitário, as águas potáveis, residuais industriais e de esgotos” foi criada a Junta Sanitária das Águas	Falta de meios financeiros Falta de meios técnicos e humanos
1944	DL n.º 33 863, de 15 de Agosto	Torna obrigatórios os melhoramentos a realizar e reforça o papel do poder central para fazer face às dificuldades das autarquias	Falta de meios financeiros Falta de meios técnicos e humanos Problemas institucionais
1970	DL n.º 158/70, de 13 de Abril	Através deste diploma o Estado reconhece o fracasso das políticas de saneamento seguidas no país. Criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS)	Falta de meios financeiros Falta de meios técnicos e humanos Problemas institucionais
1972	Despacho de 11 de Abril Ministro das Obras Públicas DL n.º 605/72, 30 de Setembro	Determina a realização dos primeiros estudos de âmbito nacional com vista a uma política integrada de saneamento básico do Continente e Ilhas Reorganiza a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, reforçando a necessidade de uma mudança política para o sector e a sua efectivação no quadro das bacias hidrográficas	Falta de meios financeiros Falta de meios técnicos e humanos Problemas institucionais Falta de dados fidedignos
1976	Resolução do Conselho de Ministros de 23 de Janeiro	Reconhece a gravidade do problema no país. Determina a divisão do País em regiões de saneamento básico.	Problemas institucionais Falta de meios financeiros

Setúbal; a ALIS – Associação Livre de Suinicultores; a AdP – Águas de Portugal e a SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal

	DL 117D/76, de 10 de Fevereiro	Cria a Direcção-Geral do Saneamento Básico no âmbito da Secretaria de Estado das Obras Públicas. Cria as regiões de saneamento básico.	Falta de meios técnicos e humanos Falta de dados fidedignos Inadequação dos processos e sub-dimensionamento das infra-estruturas
1977	Lei nº46/778, de Julho (Lei de delimitação dos sectores)	Regula o acesso da iniciativa económica privada a determinadas actividades económicas e a diversos sectores, entre os quais o abastecimento de água e o saneamento	Problemas institucionais Falta de meios técnicos e humanos Falta de dados fidedignos
1989	Plano de Desenvolvimento Regional 1989-1993	O ambiente e os esgotos não foram áreas prioritárias no concurso a fundos europeus, que privilegiaram investimentos em áreas como a construção de infra-estruturas, agricultura, recursos humanos e indústria	Problemas institucionais Falta de meios técnicos e humanos Falta de dados fidedignos
1993	DL n.º 372/93, de 29 de Outubro DL n.º 379/93, de 5 de Novembro PDR 1994-1999 (através do POA)	Promove a empresarialização do sector ao alterar a Lei de delimitação dos sectores. Distingue entre sistemas multimunicipais e municipais, considerando os primeiros como sistemas em «alta» Prevê atingir em 1999 uma cobertura de 90% na drenagem e tratamento de esgotos	Problemas institucionais Falta de meios técnicos e humanos Falta de dados fidedignos Metas inatingíveis Inadequação dos processos e sub-dimensionamento das infra-estruturas
2000	PEAASAR 2000-2006	Prevê atingir em 2006 uma cobertura de 90% da população do Continente na drenagem e tratamento de esgotos	Problemas institucionais Metas inatingíveis Inadequação dos processos e sub-dimensionamento das infra-estruturas
2007	PEAASAR 2007-2014	Prevê em 2013 atingir uma cobertura de 90% na drenagem e tratamento, e atender pelo menos 70% dentro de cada sistema	Problemas institucionais Falta de meios financeiros Inadequação dos processos e sub-dimensionamento das infra-estruturas

V

Origem e aumento de escala da poluição hídrica

Neste capítulo pretendemos demonstrar que a história da poluição hídrica ganhou visibilidade em resultado de profundas alterações ao nível do território, por um lado, com a concentração da população em núcleos urbanos, por vezes sem o mínimo de condições sanitárias, e, por outro lado, com alterações no sector produtivo, pela intensificação das actividades produtivas.

Pretendemos igualmente demonstrar que este não tem sido um problema exclusivo das sociedades urbanas, tem também afectado as comunidades rurais, apesar do seu carácter mais difuso e menos intenso. Não terminamos a nossa reflexão sem mostrar que o acesso à drenagem de esgotos, tal como no acesso à água, é um direito com dificuldades em se inscrever nos direitos dos cidadãos, motivo pela qual desde o final do século XIX surgiram vários movimentos que reclamam maior atenção para as comunidades mais desfavorecidas.

Para cumprir esse objectivo realizamos um breve esboço do historial de poluição em diversos cursos de água situados em **países desenvolvidos**, opção que se deve ao facto de existir mais informação sobre eles e por serem aqueles de que mais nos aproximamos. Procuramos mostrar quais têm sido historicamente as soluções adoptadas nesses países para depois se proceder a uma caracterização geral do problema nosso país, através de alguns exemplos emblemáticos de poluição à escala nacional.

V.1. Emergência dos esgotos como problema

O problema da recolha e tratamento dos esgotos urbanos é provavelmente o tema ambiental mais preocupante e urgente desde o do séc. XIX, não só pela poluição gerada e pela degradação da qualidade de vida, mas também devido às suas implicações na saúde das populações e às desigualdades de acesso a estes serviços. Durante milénios os rios transportaram efluentes sem que tal resultasse em qualquer dano, principalmente em rios de maiores dimensões. O que se verificou no séc. XIX foi um aumento de escala na produção de efluentes e um rápido afluxo das populações a novos núcleos urbanos, muitos deles sem

condições sanitárias. A poluição dos rios no Hemisfério Norte, tal como hoje a conhecemos, derivou do crescimento populacional registado com a Revolução Industrial, paralelamente ao despejo de efluentes com origem na indústria e extracção mineira, um processo que atingiu em primeiro lugar os rios de menores dimensões, dada a maior dificuldade em se regenerarem.

A salubridade urbana e o despejo de detritos nos cursos de água eram, no entanto, problemas antigos e bem conhecidos, o que favorecia um quadro propício à propagação de doenças, agravadas pela falta de higiene e a ausência de instalações sanitárias, com a consequente contaminação das fontes de abastecimento de água. Ao contrário da imagem da cidade dispersa e salubre, defendida por Lewis Mumford, a cidade medieval era “uma espécie de inferno sanitário” assolada frequentemente por epidemias (Pereira, 2005: 9). A falta de soluções para os detritos produzidos e o despejo de efluentes sem qualquer tratamento afectava os cursos de água que atravessam várias capitais europeias, transformados em rios putrefactos e letais. Foi então que, no sentido de contrariar essa tendência, se multiplicou a adopção de medidas restritivas. Ficamos a saber por Roger Hansen que Londres, em 1347, por ordem real proíbe que seja atirado lixo, terra, cascalho, ou dejectos no Tamisa, obrigando a que o mesmo fosse levado em carroças para fora da cidade (Hansen, 2007: 8). Tendo em conta o progressivo crescimento da cidade, essa medida seria insuficiente para evitar a poluição nos séculos seguintes, de tal modo que em 1610 a água do Tamisa deixou de ser considerada potável. Foi, contudo, no séc. XIX que a situação do Tamisa se tornou incomfortável. No Verão de 1858, o reduzido caudal, associado às altas temperaturas registadas nesse ano e aos elevados níveis de poluição, deram origem a um mau cheiro tão intenso que obrigou o Parlamento a interromper as suas sessões, um episódio conhecido como “o grande fedor” (The Great Stink). No Verão de 1880 e 1895 ocorreram também em Paris dois episódios idênticos devido à poluição do rio Sena, e resultaram do mau funcionamento ou inexistência de estações de tratamento. Os dois episódios mereceram uma ampla cobertura pelos jornais franceses da época e uma forte reacção da população, através da apresentação diversas queixas às autoridades (Barnes, 2006).

Nos Estados Unidos da América o problema não se colocou tão cedo. Por se tratar de um extenso território as primeiras cidades eram de pequenas dimensões, mas à medida que algumas cidades cresceram ocorreram episódios de poluição. Um dos primeiros episódios aconteceu por volta de 1730, quando a poluição tornou imprópria para consumo a água com

origem nas nascentes de água que abasteciam Manhattan. No entanto, este não foi um caso isolado, após a Revolução Americana diversas cidades viram o número de habitantes aumentar rapidamente, num processo que não foi acompanhado com medidas para garantir a higiene, o abastecimento de água e a drenagem de esgotos, expondo os seus habitantes ao risco de contaminação. Foi, aliás, o que aconteceu na década de 1790 quando uma epidemia de *febre amarela* afectou os EUA. Entretanto, a Revolução Industrial aumentou os fluxos migratórios e fomentou o rápido crescimento de diversas cidades. Como Lewis Mumford escreveu, citado por William Andreen, o industrialismo, a principal força criativa do século XIX, produziu o ambiente urbano mais degradado que o mundo tinha experimentado (Andreen, 2003: 162). O problema é que a forte ameaça do industrialismo não levou a uma reacção por parte dos poderes públicos, a qual só aconteceu como reacção a um surto de *cólera asiática* que em 1832 invadiu os Estados Unidos e que se espalhou rapidamente por todo o continente. Favorecida pela forte concentração urbana, com comunidades a viver em condições degradantes e por isso mais expostas, a cólera provocou a morte, e gerou medo e pânico, forçando à aplicação de medidas no abastecimento de água e no tratamento de esgotos, que se tornaram mais urgente com a ocorrência de novos surtos. Surgiram a partir de então novos sistemas de esgotos, que rapidamente se generalizaram nas principais cidades, de tal modo que por volta de 1912 as principais cidades americanas já possuíam sistema de esgotos. No entanto, os novos sistemas de esgotos não resolviam todos os problemas, apenas os transferiam para fora das cidades, na medida em que recolhiam grandes quantidades de águas residuais para depois as descarregarem sem tratamento nos cursos de água mais próximos, uma prática contra a qual reagiram em 1869 os editores da revista *Scientific American* por considerarem que se estava a asfixiar os rios (Andreen, 2003: 162-167).

Na Europa a agudização dos problemas de higiene e saúde pública que abalaram as suas cidades no início do séc. XIX foram, segundo Álvaro Ferreira da Silva, “um sintoma de que o crescimento urbano tinha sido mais rápido do que as infra-estruturas de fornecimento de água, esgotos ou habitação” (Silva, 1994:126). Na origem desse problema esteve o acréscimo do número de grandes cidades e a rapidez com se verificou esse acréscimo, sem que fossem construídas infra-estruturas, o que resultou em grandes massas de população viverem nas cidades em condições precárias, cenário que favoreceu a proliferação de epidemias como a cólera e o tifo (Silva e Sousa: 2009: 19). Tal como nos EUA, foi isso que se passou com a epidemia de cólera que ocorreu em 1832, e que transformaria a Europa. A pandemia forneceu o impulso que faltava para uma alteração na política de esgotos, inicialmente impulsionada

por engenheiros hidráulicos, que, preocupados em separar os caudais rejeitados, introduziram canalizações em cerâmica, quando até aqui era frequente os esgotos correrem em valas a céu aberto. Paralelamente, têm início os debates no seio da comunidade médica, depois alargados a toda a comunidade, sobre a relação entre os problemas da higiene pública e a saúde das populações, e que se intensificaram depois de ter sido atingido o Sul de França em 1883 por um surto de cólera com origem no Egipto.

Nestes debates, primeiro na Europa e depois em Portugal, assumiram um papel crucial higienistas e médicos, incansáveis a demonstrar que a solução dos problemas sanitários residia na modernização do sistema de abastecimento de água e na introdução de modernos sistemas de esgotos (Silva, 1994: 127; Silva e Sousa, 2009: 20). A descoberta da relação entre a falta de saneamento e a proliferação de epidemias como a cólera foi, efectivamente, o elemento catalisador que motivou a implementação gradual de redes de abastecimento de água potável e redes de esgoto, com maior urgência nos centros urbanos, mas rapidamente progrediu para as comunidades rurais (Vliet, 2009: 337). Até que praticamente no final do século, em 1892, um episódio ocorrido na localidade de Altona, próximo de Hamburgo, não deixou margens para dúvida relativamente à existência de ligação entre a qualidade da água consumida e a prevalência de epidemias, quando num momento em que a Europa se via afectada por mais uma epidemia de cólera, ao contrário das localidades vizinhas, Altona escapou ao flagelo por possuir um sistema de água filtrada (Alves, 2005: 18 e 19).

Para Álvaro Ferreira da Silva e Ana Cardoso de Matos, em Portugal este foi “um momento de reconhecimento generalizado da precaridade do equipamento sanitário e das deficientes condições de habitabilidade dos edifícios da cidade”, o que levou os poderes públicos no final do séc. XIX a apostarem em três áreas que consideraram como de intervenção imediata: i) no “aumento do volume de água, retomando-se por parte do Ministério das Obras Públicas o propósito de promover o concurso público para o abastecimento domiciliário de água por parte de uma companhia privada”; ii) na “ampliação e melhoria da velha rede de esgotos, herdada da reconstrução pombalina”; iii) e na “intervenção urbanística, proporcionando-se melhores condições de circulação e de higiene” (Silva e Matos, 2000). Em Lisboa foi elaborado um projecto³⁹, mas as dificuldades financeiras impediram a concretização deste

³⁹ Segundo José Saldanha Matos, “na segunda metade do século XIX, Ressano Garcia em Lisboa, em 1884, tal como Belgrand, em Paris, e Garcia Faria, em Barcelona, são artífices de planos de saneamento inspirados nos princípios da corrente higienista de Edwin Chadwick, grande responsável pela chamada de atenção para a necessidade de planeamento e construção de infra-estruturas de drenagem urbana”. Ainda em Lisboa, na

projecto de melhoramentos das condições sanitárias. A cidade do Porto empenhou-se directamente no intenso debate lançado após o surto de cólera registado no Sul de França, com a organização em 1884 de diversas conferências na «Sociedade União Médica». Dessa iniciativa destacou-se aquele que viria a ser o propulsor da higiene pública em Portugal, referimo-nos a Ricardo Jorge, a quem coube proferir quatro conferências. A 3 de Agosto de 1884, centrado na discussão dos problemas sanitários do Porto, proferiu a primeira destas conferências, com o título “A higiene em Portugal”, em que defendeu a necessidade de empenhamento da cidade na discussão sobre os problemas de higiene e salubridade, responsáveis pelo agravamento das condições de existência das populações e pela elevada taxa de mortalidade. Sobre essas questões afirmou: “Cada vez mais insalubre, a cidade não tem nas condições devidas nem água, nem esgotos, esses dois elementos imprescindíveis de limpeza, que a experiência tem demonstrado reduzirem a cifra da mortalidade geral” (Jorge, 1885: 39). O seu diagnóstico não ficaria completo sem identificar os habitantes mais afectados, pelo que acrescenta: “As classes pobres, o mundo dos proletários, vegetam encovados n’uns alvéolos húmidos e lóbregos, sem ar e sem luz, e abandonadas a uma especulação torpe que tão sordidamente as explora com a miserável edificação das ilhas” (*idem*: 40).

Em total concordância com as teses higienistas, em 1913, ano de publicação de “Demogenia e mortalidade das cidades portuguesas”, Ricardo Jorge reforça a tese segundo a qual “a salubridade urbana constitui a grande chave do problema da redução da morbilidade e da mortalidade”. Na altura o atraso do nosso país era tanto que os vastos sistemas de saneamento nem sequer se encontravam “senão lacunares e imperfeitos nas nossas grandes cidades”. Um atraso que considerava ficar a dever-se às crónicas dificuldades financeiras do país e à apatia, no que afirma: “De vez em quando a questão suscita-se e até se soluciona; depois vem a apatia, agravada pela escassez de finanças. Acontece até que o sacrifício financeiro se consoma, sem o mínimo proveito, como acontece no Porto, onde perto de dois mil contos jazem soterrados numa canalização inerte” (Jorge, 1913: 95).

Embora a nossa investigação não se centre sobre este movimento, deveremos acrescentar que as propostas sanitaristas foram, por um lado, uma consequência de alterações registadas na teoria médica, que, segundo Maria Rita Lino Garnel, desde o final de Setecentos passam a

sequência da epidemia de cólera ocorrida em 1856, Bernardino Gomes elabora “um relato da situação na capital portuguesa, advogando a instalação de sistemas de drenagem, à semelhança dos existentes em outras cidades europeias, como Paris, Londres e Bruxelas” (Matos, 2003: 18).

rejeitar a “velha teoria dos humores”, e “numa revivescência do pensamento hipocrático, os médicos insistiam, agora, na importância das condições climatéricas e/ou telúricas”, cujas raízes mergulhavam na cultura clássica, que “entendia que algumas epidemias eram fruto da má qualidade do ar” (acreditamos que extensível à má qualidade da água), e que explica a sua deterioração “pela putrefacção de matérias orgânicas ou pelos fumos poluentes das indústrias, numa acumulação de efeitos nocivos que os ventos se encarregavam de disseminar, mas também, com o tempo, de rarefazer” (Garnel, 2009: 233). Por outro lado, resultaram do debate sobre as condições de vida das populações e sobre a relação entre desigualdades sociais, o acesso ao saneamento e os seus efeitos na saúde pública. Numa das primeiras reflexões sobre Saneamento e Sociologia, Marion Talbot, em 1896, acentuava a dificuldade das pessoas reconhecerem a relação entre condições sanitárias e progresso social. Nesse texto, Talbot demonstrava que a melhoria das condições sanitárias resultaria na prevenção de doenças e na redução da mortalidade (Talbot, 1896). Em 1903, William Allen, influenciado pela obra *Map of Life*, publicada em 1899 por William E. H. Lecky, concordava que os triunfos da reforma sanitária corresponderam ao maior feito do séc. XIX. Todavia, para que essa reforma fosse efectiva seria necessária uma reforma social e filosófica mais profunda, em que **os limites ao progresso sanitário não fossem somente procurados na ciência sanitária, mas na teoria social**; e não na escassez de remédios, mas na falta de vontade para justificá-la teoricamente e pagar pela sua aplicação (Allen, 1903).

Estávamos perante uma **noção de saneamento de grande amplitude**, abrangendo o saneamento básico, tal como é hoje encarado (abastecimento de água, drenagem e tratamento de esgotos), a salubridade urbana (recolha de resíduos sólidos urbanos e ambiente urbano) e a higiene individual. Tal amplitude permitia a Allen incluir no debate sobre a promoção da saúde pública problemas como o saneamento, a higiene urbana e os problemas dos bairros pobres superlotados, porque, para ele, a saúde tinha a ver principalmente com o ambiente, quer seja em casa, na rua, na escola ou no emprego. O que implicava uma intervenção de todos e a todos os níveis – da família, do grupo e da comunidade –; e a elaboração e concretização de uma estratégia adequada de intervenção, sem a qual estaria em causa o futuro de toda uma geração (Allen, 1909: 10).

Em obra publicada em 2000, John McNeill introduz outro aspecto no debate, ao considerar que a procura de soluções para a poluição dos rios, que considera ter sido desencadeada a partir de 1850, esteve na origem de uma das maiores rupturas da Humanidade: **uma ruptura**

entre as sociedades que forneciam água em condições de ser consumida e aquelas que não o faziam, ruptura extensível aos serviços de saneamento (McNeill, 2000: 127). Para este autor, as grandes mudanças registadas na Europa no sentido de minimizar os efeitos da poluição da água na saúde das comunidades tiveram, início antes do surto de cólera no Sul de França, com a construção a partir de 1850 de modernas redes de esgotos em cidades como Paris e Londres. Sensivelmente desde 1880 importantes descobertas científicas sobre o contágio da cólera, febre tifóide e outras infecções fomentaram o incremento do tratamento da água para consumo humano em várias cidades da Europa e América do Norte. Em 1908, o tratamento da água seria substancialmente melhorado com a introdução de cloro no processo, o que permitiu obter melhorias acentuadas na qualidade da água e reduzir a mortalidade, de tal modo que em 1912 praticamente todas as grandes cidades dos países ricos do mundo forneciam água própria para consumo aos seus habitantes.

O tratamento de esgotos demorou um pouco mais. A poluição atingiu maior gravidade em grandes cidades com pequenos rios, como Moscovo e Madrid, que rapidamente se mostravam incapazes de se regenerarem de forma natural. As primeiras redes de tratamento com características modernas foram desenvolvidas a partir de 1912 por engenheiros ingleses, generalizando-se a partir das décadas de 20 e 30 a construção de estações de tratamento de esgotos nas principais cidades do Ocidente. Washington teve a sua primeira estação de tratamento de águas residuais em 1934. Moscovo construiu pequenas estações de tratamento na década de 30 e estações de maiores dimensões na década de 60. Tóquio construiu as suas estações de tratamento de esgotos após o final da II Guerra Mundial (McNeill, 2000).

É provável que a Finlândia se tenha antecipado com a construção das primeiras estações de tratamento de esgotos em 1910, em Lahti e Helsínquia. Tapiu Katko acredita que a unidade de Lahti terá sido uma das primeiras a ser construída nos países nórdicos para tratamento de esgotos urbanos (Katko, 2000: 25). No entanto, eram estações de tratamento muito rudimentares. Somente após a promulgação da Lei da Água, em 1962, é que o processo se modernizou. A nova Lei da Finlândia obrigava as comunidades e as indústrias a solicitarem uma autorização especial de descarga das águas residuais em meio hídrico, exigência que se tornou mais rigorosa à medida que a tecnologia foi evoluindo⁴⁰. Ao contrário do que se

⁴⁰ Foi com base nas restrições impostas pela Lei da Água de 1962 que nas décadas de 60 e 70 a Finlândia construiu modernas estações de tratamento de águas residuais, algumas das quais já incluíam tratamento biológico e químico dos efluentes. Na década de 80 o número de estações de tratamento decaiu com a construção

registou em muitos países, na Finlândia a construção de estações de tratamento teve início em cidades de pequenas dimensões e só depois chegou às maiores, uma inversão justificada por Katko et alia. com o facto se tratarem de iniciativas desenvolvidas pelas comunidades locais. Pelo contrário, a resolução do problema dos efluentes industriais seria sucessivamente adiada por se ver sujeita ao poder de influência das principais indústrias do país, com destaque para a indústria de celulose e papel, que somente em meados da década de 80 começou a tratar os seus efluentes (Katko et alia., 2006: 394 e 395).

Nos países desenvolvidos a década de 70 parece, assim, dar início a uma nova fase na aplicação das políticas e na aplicação de aperfeiçoamentos técnicos nas estações de tratamento de águas residuais. Embora não se desenvolva esse aspecto, por fugir ao âmbito da investigação pretendida, nos países subdesenvolvidos o problema persiste e repercute-se nas condições de condições básicas de sobrevivências das comunidades. Em 2000, de modo a contribuir para a resolução dos principais desafios da Humanidade à entrada no novo milénio, 189 Estados-membros da Assembleia Geral das Nações Unidas aprovaram a Declaração do Milénio. Entre os Objectivos do Milénio consta a intenção de no prazo de 25 anos reduzir para metade a percentagem de pessoas sem acesso a água potável e rede de esgotos (UNDP, 2011). Na avaliação feita em Março de 2010, cerca de 13% da população mundial continuava sem aceder a água potável em condições de salubridade e cerca de 39% da população mundial não possuía instalações sanitárias na sua residência, correndo o risco de em 2015 cerca de um bilião de pessoas estar excluída dos Objectivos do Milénio em matéria de saneamento (OMS/UNICEF, 2010).

V.2. Esgotos e desigualdades sociais

As condições de acesso à drenagem e tratamento de esgotos divergem em função da localização num hemisfério ou outro, assim como em função de determinada comunidade, rendimento, classe social e cor da pele. O acesso a este serviço, ainda que inscrito nos direitos dos cidadãos, varia em função de desigualdades sociais mais profundas, acentuando a já débil condição social de determinada comunidade. À semelhança do acesso à água, são as pessoas mais pobres, e as socialmente mais marginalizadas que maiores dificuldades experimentam no acesso a este serviço, o que comprova que não estamos exclusivamente perante um problema

de unidades de maiores dimensões e mais evoluídas tecnicamente, em consequência, foram encerradas as primeiras (Katko et alia., 2006: 394).

ambiental e de saúde pública, mas sobretudo perante um problema de direitos humanos (Agudo, 2005 e 2009).

Sobre esta problemática merece referência o trabalho de José Esteban Castro, autor que centra a discussão nos conflitos pelo acesso à água e aos serviços de saneamento (e à terra), quando em causa podem estar diferenças de classe, de género ou ambientais, no âmbito dos direitos e deveres de cidadania (Castro, 2006 e 2007). Castro introduz no debate o conceito de cidadania, que na formulação de T. H. Marshall significa a pertença a uma comunidade ou “o conjunto de direitos e obrigações que determinam o carácter das relações entre os indivíduos de uma determinada comunidade política”, em que o acesso a bens e serviços faz parte dos direitos sociais de cidadania, permitindo os direitos sociais “a abolição das desigualdades qualitativas determinadas pela situação de classe, étnica ou de género” (Heller e Castro: 2007, 289).

Nos anos 60, Murray Bookchin alargou o debate sobre as desigualdades sociais à natureza, ao considerar que as desigualdades sociais são a causa última dos problemas ecológicos. Bookchin, filósofo, estudioso da tradição revolucionária europeia, introduziu no pensamento da esquerda o conceito de ecologia social⁴¹, propondo uma alternativa às visões que identificavam os problemas ecológicos somente com a preservação da vida selvagem e com a floresta. Defendeu em 1962 que uma sociedade libertadora teria de ser também uma sociedade ecológica e que a origem dos problemas ecológicos está em profundos problemas sociais, sem a resolução dos quais persistem os problemas ecológicos (Barbosa, 2009; Bookchin, 1998).

A partir da década de 70 operou-se nos Estados Unidos da América uma mudança na forma de encarar a problemática das desigualdades ambientais face a desigualdades sociais que influenciou o aparecimento de movimentos sociais e o desenvolvimento de centenas de estudos. Referimo-nos ao movimento a favor da **justiça ambiental**, numa dupla asserção, como movimento social e como corrente ideológica, e que se consolidou na década de 80, simultaneamente, com o trabalho de base desenvolvido por diversos grupos e com o

⁴¹ Nas palavras do próprio, a ecologia social «Tenta definir o lugar da humanidade “na” natureza – posição singular, extraordinária – sem cair num mundo de cavernícolas anti-tecnológicos, nem levantar voo do planeta com fantasiosas astronaves e estações orbitais de ficção científica. A humanidade faz parte da natureza, embora difira profundamente da vida não humana pela sua capacidade de pensar conceptualmente e de comunicar simbolicamente. A natureza, por sua vez, não é simplesmente cena panorâmica a olhar passivamente através da janela, é a evolução na sua totalidade, tal como o indivíduo é a sua própria biografia e não simples adição de dados numéricos que exprimem o seu peso, altura, talvez “inteligência” e assim por diante» (Bookchin, 1998, 107).

desenvolvimento de estudos que incidiram sobre a desigual distribuição dos problemas ambientais com base em discriminação racial, e que rapidamente alargaram a sua atenção a outros problemas (Pellow, 2006: 17; Laurian, 2008: 55). Para essa consolidação contribuiu, igualmente, a incapacidade do movimento ambientalista generalista em lidar com os novos problemas e, como nos diz Martinez-Alier, o reconhecimento da incomensurabilidade dos valores humanos como a igualdade entre cidadãos (Martinez-Alier, 2001: 163).

Herdeiro de vários movimentos – direitos civis, campanhas contra resíduos tóxicos e ambientalismo clássico – o **novo movimento** orientou a sua atenção para as questões da desigualdade, ao defender a igualdade de direitos entre os cidadãos e a necessidade da promoção equitativa da qualidade de vida das populações (Mascarenhas, 2006, 129). Tem concentrado a sua actividade na luta contra a desigual distribuição de riscos ambientais em comunidades socialmente mais fragilizadas, como sejam, pobres e minorias étnicas; acção que passa, principalmente, pela promoção equitativa da qualidade ambiental e pelo reconhecimento da desproporcionalidade entre impactos em comunidades e territórios sujeitos, simultaneamente, aos impactos da poluição e a desigualdades sociais, económicas e na saúde (Sutherland, 1999: 257; Brulle e Pellow, 2006: 104; Laurian, 2008: 55). A sua intervenção por vezes presta-se a equívocos, na medida em que tem sido usado para interpretar a transferência dos problemas ambientais para comunidades socialmente ainda mais desfavorecidas, dentro de um país ou de países desenvolvidos para países não desenvolvidos, quando em causa está a extracção de recursos, com o apoio dos governos locais e sem benefício para as comunidades (Adeola, 2001).

Segundo Rudy e Konefal, a preocupação central deste movimento não é preservar a vida selvagem, mas sim lutar contra a desigual afectação pela poluição das comunidades, motivo que leva estes grupos a denunciar as condições de vida pouco saudáveis a que são sujeitas as populações afectadas (Rudy e Konefal, 2007: 504). A origem, constituição e formas de organização são diferentes dos restantes movimentos ambientalistas, pois, ao contrário dos grupos ambientalistas tradicionais, genericamente, constituídos por brancos, com uma organização vertical, de âmbito nacional e uma intervenção baseada no *lobbying* e na disputa, os novos movimentos são compostos por membros de classes trabalhadoras, não brancas, e por comunidades locais organizadas a partir de um único problema ambiental e caracterizadas por formas de participação activa e acções de mobilização directa (*idem*).

Numa visão menos radical, Robert Brulle prefere realçar o facto de se tratar de um movimento cujo quadro de referência aceita a ligação entre a sobrevivência humana e a sobrevivência do ecossistema, sem estar exclusivamente preocupado com as causas físicas da degradação ambiental. Em vez disso, encara os problemas ambientais como resultado da ordem social, ao ponto dos seus membros lutarem pela mudança da ordem social no sentido de contribuírem para a resolução dos problemas sociais (Brulle, 2006: 217-218). No mesmo sentido vai Allan Schnaiberg, para quem os membros do movimento contra a injustiça ambiental consideram que **a qualidade ambiental e o bem-estar social não são social ou politicamente separáveis** (Schnaiberg, 1993: 204).

Muitos membros da corrente contra as desigualdades ambientais tornam-se activistas ambientais, não directamente por causa do impacto que as práticas sociais têm sobre a natureza, mas **pelo impacto que a degradação ambiental tem sobre a saúde da sua própria comunidade e sobre as práticas sociais**. Por seu turno, ao darem atenção a uma comunidade em concreto e a um tema específico, estes activistas demonstram menor preocupação relativamente aos problemas ambientais fora dessa comunidade, preocupam-se particularmente com os problemas da sua comunidade, por exemplo, a defesa de determinado trecho da paisagem, a poluição provocada especificamente por uma fábrica ou com a defesa de um rio em concreto. É nesse esforço que, para os já referidos Rudy e Konefal, são integrados nos movimentos NIMBY (Not in My Back Yard) (Rudy e Konefal, 2007: 502). Porém, essa integração não acolhe a simpatia por exemplo de Martinez-Alier, para quem, a auto-consciência dos movimentos pela justiça ambiental destrói a imagem NIMBY dos movimentos locais de protesto, transformando-os em movimentos NIAMBY (Not In Anyone's Backyard) (Martinez-Alier, 2001: 10).

Uma das teses que liga a temática das desigualdades ambientais à instalação de unidades poluidoras, considera que as minorias, raciais e étnicas, as populações indígenas e as pessoas com menores rendimentos, são mais propensas a viver nas proximidades de instalações que apresentam maior risco ambiental. Em causa está o facto da sua menor capacidade de mobilização as colocar sucessivamente no topo das opções para a instalação de actividades poluidoras. Esta tese implica directamente outra, segundo a qual, o facto de determinadas comunidades com maiores recursos – capital social, capital ambiental e recursos económicos – rejeitarem a possibilidade de determinada unidade poluidora ser instalada na sua área de

residência contribui para a concentração destas unidades em comunidades com menores recursos (Mascarenhas, 2006: 127).

Inicialmente a maioria dos estudos sobre a temática da justiça ambiental privilegiou a questão da raça e da classe, até que em 2006 o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP), no seu relatório *Beyond Scarcity: power, poverty and global water crisis*, permitiu alargar o reportório a outras questões, ao encontrar semelhanças entre a pobreza e as desigualdades ambientais, afirmando que a crise da água e saneamento era, acima de tudo, uma crise dos pobres em todo o mundo. Lucie Laurian coloca a questão a partir da discussão da noção de Desenvolvimento Sustentável, ao afirmar que, apesar do movimento contra a injustiça ambiental ter surgido nos EUA a partir de movimentos pelos direitos civis, é agora parte integrante da agenda do Desenvolvimento Sustentável, e na sequência dessa integração abriu o próprio debate em torno da justiça ambiental de modo a abranger uma noção mais ampla de Ambiente e de questões como o capital social local (Laurian, 2008: 56). No mesmo sentido, Edwards e Ladd, como também Edwards e Driscoll, afirmam que os estudos mais recentes permitem evidenciar que existe algum paralelismo entre, por um lado, as preocupações de justiça social e ambiental e, por outro lado, temas como o *empowerment* da comunidade (Edwards e Ladd, 2000; Edwards e Driscoll, 2009).

V.3. Dos rios como vazadouros à incapacidade de se regenerarem

A poluição hídrica não é um problema recente, nem um exclusivo das sociedades industrializadas, embora seja nestas que atinja maior dimensão e gravidade. Do mesmo modo, não se circunscreve a uma região, afecta um país, um continente e pode reflectir-se na qualidade da água de todo o planeta. O seu agravamento deve-se ao aumento de efluentes produzidos e à incapacidade dos rios se regenerarem de forma natural para assim absorverem os caudais excedentários não tratados, o que evitaria tornarem-se poluídos (Dunlap e Marshall, 2007: 331). Na origem desta alteração estiveram profundas transformações de escala no sistema produtivo e o rápido crescimento demográfico, agravado pela concentração das populações em grandes metrópoles e na faixa litoral dos continentes, consequência da Revolução Industrial. Já no séc. XX, a transformação foi de tal ordem que a partir dos anos 70, os fluxos ambientais se tornaram visíveis e passaram a ser considerados enquanto tal (Beck, 1992; Mol e Spaargaren, 2005a e 2005b), coincidindo essa década com a criação de

uma nova ordem simbólica que exprime a preocupação pelos bens colectivos – o Ambiente (Nave e Fonseca, 2004).

Em traços muito gerais, a discussão aproxima-nos dos argumentos de Ulrich Beck, ao afirmar que a produtividade inerente à sociedade industrial e aos mecanismos para gerar riqueza tem produzido riscos ambientais que colocam esse mecanismo em causa, na medida em que **a produção social de riqueza é sistematicamente acompanhada pela produção social de riscos** (Beck 1992; Leahy, 2007). O argumento de Beck assume pertinência na nossa investigação caso se aceite a formulação de Deborah McCarthy e Leslei King segundo a qual **a poluição hídrica corresponde a um tipo de desastres ambientais**. Para os autores, **a diferença** entre a poluição hídrica e as catástrofes (por ex. as marés negras) **está na forma mais lenta em que ocorre**, característica que aumenta o grau de dificuldade em detectar estes episódios, mas sem que a lentidão que diferencia estes episódios de poluição signifique que vão ser menores os danos ambientais (McCarthy e King, 2005: xii-xiii).

Em Portugal, a poluição hídrica não é um problema novo, nem exclusivo de uma região. Decorre de transformações operadas no sector produtivo, e da concentração da população na faixa litoral e nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, e que vieram a caracterizar a maioria dos cursos de água nacionais desde meados da década de 50. À semelhança dos restantes exemplos, em Portugal a poluição acentuou-se perante a mudança de escala dos problemas, e da incapacidade dos cursos de água se regenerarem. Era frequente até à **década de 80**, os rios portugueses serem usados como vazadouro, tanto pelas populações como pelos municípios e indústrias, era neles que despejavam os efluentes líquidos e para onde era atirado todo o tipo de lixos.

Mas recuemos, desde o séc. XIX era conhecida a expressão «Tudo ao esgoto» acerca do destino das águas residuais domésticas. A diferença é que nessa altura a quantidade e toxicidade dos efluentes não constituía grande perigo, o que determinava ser corrente o seu lançamento nos campos de cultura ou nos cursos de água. Posteriormente, o incremento da era industrial e o rápido acréscimo da população, impediu que os rios se regenerassem, com o aumento de volume e perigosidade dos efluentes a transformarem a poluição provocada pelas águas residuais num problema grave e de resolução urgente. Nas zonas rurais a poluição hídrica não atingia a dimensão da ocorrida nas grandes cidades, todavia, as condições de vida das comunidades rurais eram extremamente precárias. Poucas eram as habitações providas de instalações sanitárias, a evacuação dos dejectos era “feita geralmente sobre a estrumeira

existente junta da habitação, ou directamente nos campos, da forma mais rudimentar” (Morais, 1977: 13). O mesmo ocorria com o esgoto proveniente de pocilgas e restantes instalações para animais, cujo efluente líquido era espalhado no quintal próximo e o efluente sólido usado como fertilizante dos solos após ter sido misturado com mato cru⁴².

Se nas cidades a falta de salubridade e a poluição da água eram responsáveis pela propagação de epidemias, nos campos destacava-se a poluição derivada da **curtimento do linho** em água corrente. Devido ao nosso clima, o processo tradicionalmente usado para a desagregação das fibras têxteis, a separação da casca e das fibras lenhosas, era a curtimento por maceração, processo que passava por colocar durante 9 a 15 dias molhos de linho no leito de um ribeiro de águas calmas. Ora, esse procedimento deixava a água negra e contaminada, a tal ponto que, segundo Agostinho da Silva, algumas localidades não consentiam que o linho fosse metido em água corrente (Silva, 1940: 17 e 18). Fradesso da Silveira alertava, em 1872, para o problema no distrito de Beja ao escrever que as “águas dos pégos onde se alagam os linhos corrompem-se de forma a produzir doenças nos gados que se lhes aproximam, e por esse motivo há em algumas câmaras posturas designando os lugares onde póde ter lugar o alagamento, sempre distante das povoações, e que não sejam bebedouros dos gados” (Silveira, 1872: 9 e 10). No distrito de Beja o problema não seria muito grave, pois não figurava entre os que tinham maior produção de linho. O panorama seria pior no Norte do país, onde a cultura do linho apresentava maiores desenvolvimentos. Um inquérito da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, tudo indica relativo a 1939, colocava Beja no 14º lugar na distribuição de teares por distrito, com apenas 66, contra, por exemplo, 2561 no distrito de Viana do Castelo e 2281 no distrito de Braga (Sequeira, 1951: 3).

Era sobejamente conhecido o intenso odor resultante do processo de curtimento, e a contaminação das águas dava origem à *febre do linho*, que afectava o gado e levava à morte de peixes, com maior frequência nos cursos de água de menor caudal (Ferreira, 1998: 54; Sequeira, 1951: 19). A *febre do linho* afectaria igualmente o ser humano, isso mesmo se conclui a partir de um texto que Alfredo Matos publicou no jornal Região de Leiria em 1979⁴³

⁴² Tudo indica, aliás, que a poluição hídrica esteve na origem da primeira medida de protecção do ambiente institucionalizada de forma escrita, e que consta das Ordenações do Reino do séc. XVI. Júlio Pina Martins comprova-o ao citar o livro 5, título 88, parágrafo 7º das citadas ordenações, em que se pode ler: «Pessoa alguma não lance nos rios e lagoas, trovisco, barbasco, coca, cola, nem outro material, com que o peixe se mate: e quem o fizer, sendo fidalgo ou escudeiro hé degradado para a África: e sendo de menor qualidade hé açoutado» (Martins, 1994: 187).

⁴³ Na sua crónica Alfredo Matos relata que na Chancelaria de D. João I, de 11 de Maio de 1401, “os pedreiros e oficiais e moradores e servidores das obras do nosso mosteiro da Batalha nos enuiram dizer que lhe muy

sobre a ancestral contaminação das águas do rio Lena. Também sobre o linho no vale do Lena, em 1758, o padre Paulino da Silva Carvalho descrevia o linho como uma das culturas importantes deste vale, na Batalha, mas com efeitos nocivos sobre o meio hídrico e sobre a saúde pública, razão pela qual afirmaria que num rio rico em barbos e bogas o “tempo mais próprio da pesca é o tempo em que não há curtimento de linhos” (RL, 28-09-1979).

Num processo muito semelhante ao linho, a **maceração ou curtimenta do cânhamo** afectaria os cursos de água nacionais praticamente desde o início da nacionalidade e, muito provavelmente, acentuou-se com a expansão ultramarina, uma vez que, entre os produtos industriais fabricados a partir da fibra de cânhamo, se incluíam velas e cabos para embarcações, lonas, sacaria para todas as aplicações, mangueiras, fios e cordéis (Graça, 1940: 7). A importância cultura do cânhamo surge oficialmente reconhecida no final do séc. XVIII, mais precisamente em 1799, quando por Ordem de Sua Majestade foi traduzida e impressa a obra de Henri-Louis Duhamel du Monceau sobre a cultura do cânhamo. Com o surgimento de novos produtos, a produção de cânhamo tinha praticamente desaparecido no início do séc. XX, mas que seria recuperada no final da década de 30 através de uma campanha da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, com o apoio da Companhia Nacional de Fiação de Tecidos de Torres Novas, que se comprometeu a adquirir toda a produção.

Embora pelo menos desde o lançamento da obra de Monceau fosse recomendada a construção de um fosso ou tanque para a maceração, em Portugal era feita directamente em águas correntes utilizando para o efeito rios, ribeiros e represa (Monceau, 1799: 10, Graça 1940: 107; Graça, 1945: 74). O forte impacto que esta prática tinha sobre o meio hídrico começou por ser negado, por exemplo, por Celestino Graça, ao afirmar em 1940 ser errada a impressão que algumas pessoas tinham que o cânhamo tornava a água imprópria para a vida dos peixes (Graça, 1940: 74). Todavia, dado o forte incremento da produção anteriores, apenas dois anos depois, em 1942, Soares Soeiro reconhecia que a maceração do cânhamo acelerou o “ritmo do despovoamento aquícola”, até aqui bastante lento (Soeiro, 1942: 261).

As afirmações de Soares Soeiro corresponderiam, na nossa opinião, ao reconhecimento oficial do problema, pois correspondiam à apresentação dos resultados do trabalho de campo realizado por técnicos da Estação Aquícola do Rio Ave, chamados no sentido de fazer o

cumoridoira e necessaria hũa fomite que esta a par do dito moesteiro a Riba do Rijo de terra de freiria pera beberem della e despenderem pera seus mantimentos porquanto a augua do dito Rijo he lixosa e danosa pera beberem ho tempo quente de verão por os lynhos que deytam em ella. E fazem outras cousas por asi he danosa de beber” (RL, 26-10-1979).

diagnóstico da poluição do rio Almonda pelo cânhamo. Essa intervenção ocorreu num momento em que em diversos rios nacionais a maceração do cânhamo suscitava as mais vivas reacções na opinião pública, e que no concelho de Torres Novas obrigou a Câmara Municipal, em “face da evidente hostilidade com que a população assistia ao extermínio da riqueza piscícola do Rio Almonda”, a fazer diligências “junto das esferas oficiais competentes no sentido de eliminarem com a possível urgência as circunstâncias que o estavam viabilizando” (Soeiro, 1942: 261). O estudo realizado termina com a recomendação: “Deve ser expressamente proibida a maceração do cânhamo no rio, assim como a evacuação para o mesmo, sem prévio tratamento, das respectivas águas residuais” (Soeiro, 1942: 268). Mas que, muito provavelmente, não foi seguida, pois duas décadas depois, em Agosto de 1963, a diminuição de caudal do rio Almonda, em conjugação com o aumento de temperatura e a maceração do cânhamo, provocaram grande mortandade de peixe nas proximidades de Torres Novas. Segundo Graça e Peixoto este seria de um desastre ecológico de tal ordem que a Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos notificou “a Cooperativa Agrícola dos Cultivadores de Cânhamo do Ribatejo, para mandar proceder às análises do rio em amostras colhidas nas vizinhanças dos postos de maceração daquela zona” (Graça e Peixoto, 1972: 21).

A **extracção mineira** seria outra das actividades com enorme impacto no meio hídrico. Temos conhecimento através de Afonso Cautela, jornalista e fundador do Movimento Ecológico Português, que um dos mais antigos episódios de contaminação hídrica ocorreu no séc. XIX no rio Ui, um afluente do Vouga, e foi causado pelo arsénico usado nas Minas do Pintor, em Nogueira do Cravo. Embora Cautela seja omissos quanto à possibilidade de se ter registado oposição popular, identifica efeitos nocivos da contaminação das águas na fauna e flora da região, e os riscos para a saúde humana, que seriam de tal modo graves que os “que andaram no arsénico morreram todos novos”, declarava à reportagem o filho de um trabalhador que faleceu com 32 anos (Cautela, 1977: 90 e 259).

Em 1924, nos movimentos sociais contra a poluição dos rios, ocorreu aquele que terá sido um dos primeiros episódios de contestação popular motivado pela poluição das águas. O incidente foi publicado no jornal O Século, na edição do dia 30 de Junho numa notícia com o título “O motim popular de Águeda”, que relato o conflito que opôs a população das freguesias de Águeda, Rios e Frisqueiros, ambas do concelho de Águeda, à empresa que extraía minério de cobre da mina de Talhadas. Em protesto contra as águas inquinadas resultantes da lavagem do minério, a população tocou os sinos a rebate e a seguir dirigiu-se à

exploração mineira, onde arrasou e incendiou as instalações, naquele que não foi um episódio isolado, pois três anos antes a Câmara de Águeda insurgira-se contra a mesma empresa em protesto pelas descargas de água e resíduos da lavagem do minério lançadas ao rio Sardão (O Século, 30-06-1924, citado pelo Ecoline).

A partir da segunda metade da década de 50 do séc. XX registou-se um agravamento dos episódios de poluição hídrica, em dimensão, frequência e abrangência. Estava em vigor o I Plano de Fomento (1953-1958), que ao impulsionar a industrialização do país teve efeitos directos na qualidade da água dos cursos de água nacionais, por sua vez agravados pelo acentuar da concentração da população em redor das principais cidades – Lisboa e Porto - e na faixa litoral do território.

Apesar dos episódios relatados, são relativamente escassos os elementos sobre a poluição registada nos rios nacionais durante a ditadura, lacuna justificada, não só pela falta de sensibilidade para o problema, mas sobretudo porque o Estado Novo tudo fez para o ocultar. A poluição da água era tratada como “um problema essencialmente dos outros”, afirma Luísa Schmidt (Schmidt, 2002: 17). Os rios nacionais, de paisagens idílicas, com águas cristalinas e repletas de peixe, eram exaltados como espaços aprazíveis para lazer e recreio, pelo contrário, os rios internacionais encontravam-se fortemente poluídos (Schmidt, 2003: 200-210). Relembre-se que até 1974 o país viveu “anestesiado por décadas de autoritarismo obscurantista” (Reis, 1994: 19), que negava a implantação de forças políticas e respectivas correntes ideológicas, e de qualquer organização da sociedade civil e de movimentos sociais (Reis, 1994: 19; Duarte, 2007: 185).

Apesar de todos os esforços para a ocultar, a contaminação dos rios nacionais era conhecida em Portugal e no estrangeiro, citem-se alguns exemplos. Em 1956, num boletim publicado sobre poluição das águas superficiais na Europa, a Organização Mundial de Saúde classifica os grandes rios portugueses como poluídos, com a vida marinha ameaçada por efluentes domésticos e industriais. Já os rios de menores dimensões, embora em menor risco, no Verão eram incapazes de dissolver as cargas poluentes neles depositadas (Keys, 1956: 895). No País, praticamente na mesma altura, tem início os protestos das populações ribeirinhas do Alviela, fortemente afectadas pela curtimento de peles ao longo do rio, e que em 1957, após a morte de um moleiro nas suas águas, organizaram um abaixo-assinado que seria enviado a Salazar. Assim nascia a CLAPA – Comissão de Luta Anti-Poluição do Alviela –, que nas décadas seguintes prosseguiu as suas acções. Nessa intervenção, apesar das restrições à liberdade e a

campanha de propaganda contra o líder da contestação – Joaquim Jorge Duarte –, conseguiu alguma atenção da comunicação social, que em diversos momentos conseguiu escapar ao controlo da censura. Excepto talvez a RTP, que não emitiu uma reportagem com imagens das descargas das fábricas de curtumes (Schmidt e Manso, 2011), diversos jornais e revistas publicaram as reportagens sobre o problema, nomeadamente O Século, a revista Flama e a Vida Mundial.

A 31 de Outubro de 1969, a Vida Mundial publica uma notícia com o título “Poluição do Rio Alviela”, sobre a poluição do rio na zona de Pernes com a morte de milhares de peixes. Segundo refere, as populações da região ressentiram-se “fortemente do cheiro pestilento emanado pelas águas, que por efeito das últimas chuvas trouxe apreciável quantidade de produtos químicos usados na preparação de couros das fábricas de Alcanena, chegando a espuma a atingir mais de um metro de altura” (Vida Mundial, 31-10-1969, citada a partir da plataforma Ecoline). A 11 de Março de 1972 foi a vez de O Século Ilustrado publicar uma notícia sobre o assunto com o título “Alviela: O rio da morte – ‘Até a farinha cheira a pólvora’”, na qual dava conta «que, nos primeiros dias de Fevereiro de 1972, os bombeiros de Santarém e Alcanena se viram obrigados a afastar, com jactos de agulheta, uma camada de espuma branca, com vários metros de altura, que invadira as margens, em Pernes, e “ameaçava sufocar os animais domésticos e até uma pessoa”». De acordo com a mesma notícia, este «fenómeno foi mais um dos muitos episódios de poluição neste rio, a acrescentar a outros, marcados por “cheiro acre e nauseabundo” lançado pelas fábricas de curtumes de Alcanena, que descarregam os resíduos “tranquilamente para o rio”, sobretudo nos períodos em que chove» (O Século Ilustrado, 11-03-1972, citado a partir da plataforma Ecoline).

Além dos citados episódios contam-se muitos outros. No dia 23 de Dezembro de 1969, a população de Pernes escreveu uma carta de apelo a Marcelo Caetano, sendo que em resposta foi informada que o assunto fora entregue ao Ministério das Obras Públicas. No início do ano seguinte, em Janeiro de 1970, Joaquim Jorge Duarte, proprietário de uma casa de pasto conhecida por «Casa do Diabo», enfrentou a ditadura ao encher vários garrafões com água do Alviela, que depois levou à Assembleia da Republica com o argumento que iriam ser analisados em Lisboa. Meses mais tarde, a 24 de Junho de 1970 foi organizado um abaixo-assinado dirigido a Marcelo Caetano solicitando providências à Direcção Hidráulica, à Delegação de Saúde de Santarém e ao Ministério da Saúde. Menos de um mês depois, a 10 de Julho de 1970, moradores de Pernes, Vaqueiros, Louriceira e Filhós enviavam novo abaixo-

assinado a Marcelo Caetano. A 7 de Julho de 1973, através de mais um abaixo-assinado a população «requeria ao Director de Saúde do distrito de Santarém “o cumprimento da legislação vigente”», «informando do “irreversível propósito de obterem pelos meios legais ao seu alcance, as indemnizações a que tiverem direito, não só pelas perdas e danos já sofridos mas também e sobretudo por aqueles que vierem a sofrer”» (Cautela, 1977: 80-85).

Numa tentativa de ocultar o problema ambiental e de saúde pública, o Estado Novo lançou uma campanha com o objectivo de descredibilizar a intervenção de Joaquim Jorge Duarte, argumentando que este estaria louco e que “a contestação da poluição não passava, aos olhos de todo País de uma bizarrice” (CLAPA, 2006). A tentativa de descrédito do líder da CLAPA não resultou. Pelo contrário, «O Diabo», alcunha de Joaquim Jorge Duarte, conseguiu conquistar a simpatia e o respeito das populações afectadas, que se mantiveram unidas na luta contra a poluição com origem na indústria de curtumes da região (Cautela, 1977: 88; Fernandes, 2004: 103). Bem precisavam, pois, a partir da década de 70, o uso de crómio na curtimenta de peles agravou consideravelmente a poluição nesta rede hidrográfica. Segundo Afonso Cautela, antes dessa data, não existiam detergentes e a “curtimento das peles, nas 117 fábricas de curtumes, não se fazia à base de produtos químicos e os efluentes consistiam, principalmente nos resíduos sólidos” (Cautela, 1977: 66).

Embora tenha sido um dos cursos de água mais emblemáticos na luta contra a poluição, o Alviela não era o único rio poluído do país, nem terá sido o primeiro. Porém, antes de se avançar cabe-nos uma alusão ao que pode ter sido uma abertura do regime quanto ao reconhecimento do problema no final da Primavera Marcelista (1968-1970). Referimo-nos à realização em Lisboa, de 7 a 10 de Janeiro de 1970, do I Simpósio Nacional sobre Poluição de Águas Interiores, encontro em que participaram “15 departamentos oficiais e algumas empresas privadas” em que “se procurou inventariar os cursos de água poluídos e apurar as indústrias mais poluentes” e indicar algumas medidas a seguir, inclusive a revisão da legislação. Estudaram-se também os reflexos da poluição das águas interiores nas pescas continentais (JNICT, 1971: 27). Desse encontro destacam-se duas comunicações: a comunicação de Serafim Ribeiro, com o título “Inventário realizado sobre a poluição do meio aquático”, em que o orador apresenta os resultados do inventário realizado pela Direcção-Geral dos Serviços Florestais a 90 rios nacionais, onde foram observados 130 focos de poluição; a comunicação de Luís Silveira Whytton da Terra que teve como título “Alguns

índices de poluição no rio Ave” onde o orador se propôs caracterizar a qualidade das águas do rio Ave e inventariar as respectivas fontes de poluição (Cunha, et alia., 1974: 458).

O inventário apresentado por Serafim Ribeiro traçou um panorama negro dos principais rios nacionais. Das actividades com maior efeito poluidor sobressaem as celulosas e derivados, lagares de azeite e fábricas de azeite, destilação de vinhos, tomate, minas, uso de pesticidas na agricultura, destilação de figo, lacticínios, lanifícios, produção de óleos e anilina, e os curtumes. O rio Leça surgia no topo das preocupações, classificado como um rio morto, sem oxigénio, por acção das indústrias químicas, esgotos urbanos, farinhas, massas e curtumes. O Vouga tinha alguns **troços** do seu percurso **mortos** por causa da celulose, minas, esgotos urbanos e lacticínios. O mesmo acontecia com o Mondego, pela acção dos lagares de azeite e lanifícios. No Almonda a **poluição** era **intensa**, devido à celulose, fiação de tecidos, destilarias, lagares de azeite e garagens, assim como no rio Cértima, com poluição provocada por lagares de azeite, destilarias e esgotos urbanos (Ribeiro, 1972: 36). Em ambos os exemplos era notória uma redução acentuada da fauna piscícola. O rio Ave registava poluição intensa, com origem na indústria de fiação e tecidos, destilarias, lagares de azeite, esgotos urbanos, metalurgia e efluentes dos matadouros concelhios (Ribeiro, 1972: 37; Terra, 1971: 95).

Parece ter sido pouco douradora a possibilidade de reconhecimento da poluição dos rios nacionais. Logo em 1972, o Governo em vez de admitir o problema dentro do país, desvia a gravidade e magnitude do problema para a escala internacional “assinalada em manifestações tão importantes como o Congresso da Água para a Paz (1967), a Carta da Água, proclamada em Estrasburgo pelo Conselho da Europa em 1968, e o Decénio Hidrológico Internacional (1965-1975)”. Contudo, o não reconhecimento explícito da gravidade e urgência da poluição não a excluía da agenda do Governo, pelo contrário, a sua integração na esfera política era justificada com a necessidade do País antecipar esse cenário. Através da publicação do Decreto-Lei nº 605/72, de 30 de Setembro, o Estado alega que “o facto de não haver ainda em Portugal casos graves de poluição de águas interiores não dispensa os cuidados das entidades responsáveis no sentido de evitar que a situação se deteriore, o que poderia verificar-se rapidamente à falta de meios de prevenção e controle”. Declaradas essas intenções, o que efectivamente acontecia nas vésperas da Revolução de Abril, é que seriam poucos os cursos de água não poluídos.

A situação era de tal modo grave que em 1973 a **Comissão Nacional do Ambiente**⁴⁴ atribuía-lhe importância prioritária e esforçava-se por chamar a atenção dos responsáveis para a necessidade de definir uma política nacional da água. Correia da Cunha afirmaria na altura que a intervenção no sector se revestia “de grande complexidade, uma vez que a luta contra a poluição não é mais do que uma faceta da política de gestão da água, e esta um aspecto relevante dos esquemas de ordenamento do território” (Cunha, 1973: 15). Em que mais “insidiosa e difícil de contrariar” era a poluição difusa resultante de milhares de aglomerados populacionais cujos esgotos não eram tratados por não disporem “sequer de colectores; e de uma quantidade enorme de pequenas indústrias alimentares, como lagares de azeite, destilarias, fábricas de conserva de tomate, etc.”. Era também difícil de contrariar a poluição ligada “à intensificação da agricultura e, em larga medida, à difusão do regadio”, resultante da “aplicação generalizada de adubos e pesticidas, capazes de contaminar os lençóis freáticos, matar o peixe nas albufeiras e dar origem a fenómenos de eutrofização” (*idem*: 16).

Da classificação levada à discussão por Serafim Ribeiro ficaram sem referência diversos rios com **poluição acentuada**, entre eles, o já referido Alviela (curtumes, lagares de azeites e destilarias), mas também o Cávado (esgotos urbanos de Barcelos) e o Nabão (álcool, celulose, esgotos urbanos e aglomerados). O estado de poluição do rio Douro era considerado reduzido, embora se registasse uma redução ligeira do potencial biogénico deste rio por acção das minas de chumbo e outras minas, e dos esgotos urbanos. O rio Guadiana estava em menor risco, mesmo assim a sofrer a acção poluidora de uma empresa de celulose, minas e lagares de azeite (Ribeiro, 1972: 37). A poluição no Tejo era já bem conhecida. Ficamos a saber a partir do “Ensaio metodológico para o estudo do estuário do Tejo”, coordenado em 1976 pela Comissão Nacional do Ambiente, que os primeiros estudos da poluição do estuário do Tejo datam de cerca de 1880, altura em que foi revisto o sistema da rede de esgotos de Lisboa. Por volta de 1904 ter-se-á agravado a poluição no estuário, porém as primeiras análises com vista à averiguação dos níveis de poluição somente foram efectuados em 1940 no âmbito dos

⁴⁴ A Comissão Nacional de Ambiente (CNA) foi criada através da Portaria n.º316/71 com o objectivo de preparar a participação portuguesa na conferência de Estocolmo, desde a sua fundação até à sua extinção em 1983 “pode ser considerada como a primeira instituição portuguesa responsável pela orientação de uma política pública de ambiente” (Soromenho-Marques, 2002), para o qual muito contribuiu o seu responsável, o engenheiro José Correia da Cunha. Da acção da CNA destaca-se a elaboração de diversos estudos e realização do programa televisivo “Há só uma Terra”, emitido na RTP entre 1972 e 1976 (Schmidt, 2008a).

estudos de anteprojecto dos “Esgotos de Lisboa”, da responsabilidade de Arantes e Oliveira⁴⁵ (CNA, 1976: 5).

Com base num estudo realizado em 1952-1953, com o fim de definir as zonas de maior contaminação no estuário, e que integrou os estudos «Ante-projecto de saneamento da cidade de Lisboa – Dezembro de 1955», Celestino da Costa, numa avaliação geral, concluía que os índices de poluição médios das águas no estuário do Tejo eram muito baixos. Contudo, numa avaliação específica, Celestino da Costa não mantinha o mesmo optimismo. Os índices de contaminação, na margem norte, junto à cidade de Lisboa, eram elevadíssimos, com os esgotos da capital a contaminarem uma extensa área entre Algés e a Cruz Quebrada, e que em certas ocasiões podia atingir Caxias e Paço de Arcos⁴⁶ (Costa, 1957: 8).

Tudo indica que a década de 50 é um marco negativo na poluição hídrica registada no nosso país, facto a que não é alheia a industrialização tardia, desencadeada com a aplicação dos Planos de Fomento e pela adesão à EFTA (1959). O estuário do Tejo sofreu diversas pressões nesse sentido, entre elas a instalação de unidades industriais em ambas as margens, o que leva Serafim Ribeiro classificar a **poluição** no estuário do Tejo, como **acentuada**, por causa da indústria metalúrgica, celulose, óleos e sabões. A partir de 1967, data de inauguração dos estaleiros da Lisnave, em Almada, na altura considerada a maior doca seca da Europa (O Século Ilustrado, 30-06-1967, citado pelo Ecoline), acentuou-se a contaminação do estuário. A construção e reparação naval é geralmente apontada como responsável pelo desaparecimento dos bancos de ostras, no estuário, em particular as ostreiras do Montijo. Era também conhecida a poluição com origem nas fábricas do Barreiro, de que deu sucessivamente conta o programa televisivo “Há Só Uma Terra”, emitido pela RTP, entre 1972 e 1974, e realizado pela recém-criada Comissão Nacional do Ambiente (Schmidt, 2003: 159). No estuário do Sado o problema foi idêntico, numa primeira fase, a partir de 1964, com o arranque da Socel - Sociedade Industrial de Celulose, SARL (actual Portucel), em Setúbal, e

⁴⁵ O engenheiro Arantes e Oliveira concluiu que a capacidade do estuário do Tejo para a recepção de esgotos “comporta largamente a carga que lhe é imposta nas condições actuais, não só pelos esgotos de Lisboa e dos núcleos populacionais e industriais existentes numa e noutra margem, fora do perímetro da cidade, como também pelas origens de poluição localizadas nas bacias hidrográficas do Tejo a montante do seu delta e dos tributários directos do estuário, suficientemente próximas de Lisboa (Oliveira, 1941: 156-IV).

⁴⁶ Embora não se faça referência à poluição na Costa do Estoril, Celestino da Costa foi um dos defensores de um emissário que transferiria os esgotos para o mar. Pelo menos desde 1971 que os esgotos eram considerados um dos maiores problemas das praias da Costa do Sol (O Século Ilustrado, 22 de Maio de 1971, citado pelo Ecoline). Para a poluição das praias contribuía a crescente urbanização de Cascais e os atrasos na instalação de um novo sistema de esgotos, que viesse substituir o anterior construído no final de década de 50 (Vida Mundial, 14 de Julho de 1972, citado pelo Ecoline).

mais tarde com os estaleiros da Setenave. No início da década de 70, a **poluição** neste estuário era **intensa** ou **acentuada**, e tinha origem na celulose e indústria de tomate, uma ameaça para as ostras que poderia provocar “prejuízos na ordem dos 1 000 000 contos” (Ribeiro, 1972: 37). Graça e Peixoto referem um dos episódios em que a fábrica de celulose foi acusada de provocar um “mar de espuma que se verificou no Sado, provocada pelas descargas de efluentes (Graça e Peixoto, 1972: 26).

Mais para norte, a poluição afectava também a ria de Aveiro, até porque nela desaguiam o Antuã e o Vouga, cursos de água fortemente afectados pelos respectivos afluentes. O Vouga tem entre os seus afluentes o Águeda, o Caima, o Cértima e o Ui, conhecidos pela presença de fábricas de papel junto ao Caima e ao próprio Vouga, e pelo longo historial de lançamento de efluentes sem tratamento que depois poluíam estes rios. A demonstrar a gravidade do problema de poluição hídrica, em 1952 os agricultores do Baixo-Vouga organizaram a primeira queixa escrita devido à poluição da celulose do Caima, repetida em 1958 e nos anos 60 (Schmidt e Manso, 2011). A primeira referência oficial à poluição na ria terá surgido apenas em 1958, num relatório da Capitania do Porto de Aveiro (Silva e Valente, 1988: 738). O concelho de Estarreja era apontado como um dos principais focos de poluição de toda a região, depois de nele se terem instalado diversas indústrias químicas, como a Quimigal (adubos e anilina), a Uniteca (cloro e soda cáustica), a Isopor (isocianatos poliméricos) e a Cires (policloreto de vinilo) (Pereira, 1996: 49 e 50).

No período que antecede a Revolução de Abril de 1974, também os cursos de água de menores dimensões estariam fortemente poluídos. O Sisandro, situado a 5 km de Torres Vedras, sofria os efeitos da “poluição pestilenta de uma destilaria vínica” que produzia aguardente “com base na manipulação e transformação de borras de vinho, através de produtos químicos” (Cautela, 1977: 233). Igualmente poluída estava a rede hidrográfica do Trancão, cuja possibilidade de não concretização do projecto de despoluição colocou em risco a realização da Expo 98. Um dos principais focos de poluição deste rio era o matadouro de um aviário na ribeira da Verdelha, um dos seus principais afluentes, que se via transformada num “canal de imundices” (Graça e Peixoto, 1972: 20). Na bacia hidrográfica do Lis, o Lis e o Lena desde a década de 60 eram alvo de sucessivas descargas poluentes.

O **25 de Abril de 1974** trouxe o reconhecimento da gravidade da poluição dos rios nacionais, mas não trouxe soluções. Em diversos casos registou-se mesmo um agravamento nos anos que se seguiram à Revolução, com mais actividades dispersas e sem enquadramento

ambiental legal. O saneamento básico e a despoluição dos rios integraram assim o que Luísa Schmidt designa como “**agenda recorrente**”, por serem sucessivamente enunciados como problemas-chave em todos os governos, desde que Ribeiro Telles assumiu a pasta da Subsecretaria de Estado do Ambiente em Maio de 1974, e que contaram com avultados financiamentos após a adesão à União Europeia (Schmidt, 2011: 86).

No rio Ave a poluição obteve enorme visibilidade pública nas décadas de 80 e 90, em resultado da conjugação do acentuar da poluição hídrica e do deteriorar da já frágil situação social das populações após o encerramento de diversas empresas do sector têxtil. A situação era tão grave que em 1987 a autarquia de Vila do Conde admitiu instaurar processos-crime e encerrar as fábricas poluentes no rio Ave, se essas empresas não se mostrassem interessadas em colaborar com a autarquia na defesa daquele que é considerado um dos mais poluídos rios da Europa (Expresso, 3 de Outubro de 1987). Um estudo elaborado no âmbito do projecto de Gestão Integrada de Recursos Hídricos do Norte, divulgado em 1988, revelou que, em mais de 100 quilómetros dos troços dos principais rios do litoral norte, a qualidade da água era Má ou Péssima, salientando que parte significativa desses troços se situavam na bacia do Ave (Expresso, 16 de Janeiro de 1988, citado pelo Ecoline). Um dos poucos os episódios em que a população se manifestou aconteceu em Joane, igualmente em 1988, quando descontente com a poluição provocada por uma tinturaria e após ter sido impedida uma vistoria às condições de funcionamento desta unidade, num violento protesto a população destruiu o sistema de escoamento de esgotos da empresa, acção que obrigou à intervenção da polícia (Expresso, 8 de Outubro de 1988).

O insucesso da despoluição foi acompanhado pelo encerramento de muitas empresas, com o consequente despedimento de milhares de trabalhadores. Numa região onde o sector têxtil, vestuário e calçado representava mais de 50% do tecido industrial, o insucesso das medidas de despoluição e a incapacidade de modernização deste sector tiveram enormes repercussões no tecido social e económico (AMAVE, 1993; Araújo, 1990). Com a abertura do Mercado Único em 1992, a fraca diversificação do tecido produtivo, associada à tímida, senão mesmo ausente modernização da indústria têxtil, foi um entrave à competitividade das empresas nos mercados internacionais. Se em 1989 o arranque efectivo do I Quadro Comunitário de Apoio trazia a esperança de concretização da despoluição da bacia do rio Ave, em poucos anos o desemprego e a situação precária das famílias obrigaram à implementação da Operação Integrada de Desenvolvimento do Vale do Ave, e que em Janeiro de 1997 levou o Governo

presidido por António Guterres a avançar com o Programa de Desenvolvimento Integrado para o Vale do Ave (Ferreira, 2008).

A **poluição com origem no sector suinícola** já se fazia sentir, mas sem a dimensão que viria a atingir no final da década de 80, momento em que se generalizou a tendência para a produção de suínos em grandes unidades, no chamado ciclo completo, e que no nosso país impulsionou a concentração da actividade em grandes unidades, situadas principalmente em três regiões – Montijo-Alcochete; Rio Maior-Alcobaça e bacia do Lis –, e de que passam a depender indústrias ou serviços a montante e a jusante, como sejam, fábricas de rações e matadouros. A bacia do Lis desde a década de 60 tem sido afectada por descargas poluentes, contudo a poluição registada nas últimas duas décadas e meia difere em escala e âmbito da registadas nas décadas anteriores. Essa diferença é justificada pelas profundas alterações registada no sector pecuário e pelo efeito cumulativo de outras fontes poluidoras, e agravada pelo insucesso das políticas de saneamento ao nível do país.

Sabemos a partir de estudos realizados, que a questão da poluição ganhou relevo e amplitude no início da década 80, após a qual passaram a ser também poluições “do litoral/praias, das águas dos rios e provenientes das descargas industriais” e “vinculadas ao território português” (Schmidt, 2003: 226).

Embora a nossa análise se centre na poluição dos cursos de água de superfície, afectaria também as águas subterrâneas e o litoral. Vários episódios provocados pelo despejo de esgotos directamente no mar afectaram o turismo do Algarve durante a década de 80, embora com origens no final período da ditadura. Era o que acontecia, por exemplo, na praia do Vau, onde um *rio* de dejectos atravessava o areal até ao mar, criando maus cheiros e atraindo mosquitos, o que motivou a visita do ministro das Obras Públicas, Rui Sanches, ao Algarve para se inteirar dos graves problemas de saneamento da região (Expresso, 7 de Abril de 1973; Expresso, 23 de Fevereiro de 1974). Entretanto, cerca de meia dúzia de anos depois, em 1980, de modo a solucionar os problemas de saneamento básico da região, o Governo criou um grupo de trabalho para inventariar os principais problemas de saneamento básico daquela região. Nos anos seguintes, uma vez que praticamente não foi utilizada a linha de crédito disponibilizada para o efeito, agravou-se a poluição do litoral algarvio, ao ponto de, em Setembro de 1984, entrar em ruptura. No final desse Verão, foi interdita a captura de moluscos na ria Formosa e foi fortemente afectada a actividade turística após ter sido um alerta na imprensa sueca da existência de salmonelas em Albufeira, razão pela qual vários

turistas nórdicos cancelaram as viagens para o Algarve (Expresso, 15 de Setembro de 1984). O Algarve foi o primeiro caso de saneamento integrado de uma região, cuja presidência da Comissão de Saneamento Básico, foi assumida por José Correia da Cunha de 1981 a 1987 (Soromenho-Marques, 2002).

Sobre o estado dos nossos rios nacionais na década de 80, os estudos de Cartaxo et alia., permitem saber que em 1985 os sectores mais directamente responsáveis pela poluição eram a pecuária e as indústrias agro-alimentares e de bebidas, sectores que lançavam cargas equivalentes a cerca de 11 milhões de habitantes, e que correspondia a 46% da total da carga poluente nacional. No seu conjunto, **sete actividades** produziam cada uma cargas **superiores a 1 milhão de habitante/equivalente**, com uma percentagem considerável na poluição a nível nacional, eram elas: “a **indústria de pasta de papel** (18,8%), a **indústria de azeite** (13,5%), a **indústria têxtil e derivados** (13,1%), as **suiniculturas** (11,0%), a **indústria de adubos e pesticidas** (7,9%), a indústria de vinhos e derivados (4,4%) e a indústria de leveduras (4,3%)”, por último, segundo esses estudos, as descargas da indústria de curtumes, não ultrapassavam 1,5% do total nacional (Cartaxo et alia., 1985 e 1990; Sousa et alia, 1992: 114-115).

Embora com algumas lacunas, Cartaxo et alia. indicavam que, em 1985, na zona Norte a indústria têxtil contribuía com maior percentagem (45,6%), seguida da pecuária e indústrias agro-alimentares, sectores responsáveis, por 39,5% da carga poluente. Na zona do Vouga e Mondego predominava a indústria de papel, a pecuária e as indústrias agro-alimentares, que no seu conjunto eram responsáveis por 25,5% das cargas poluentes. Na zona do Tejo e Sado estas actividades representavam as fontes pontuais de poluição predominantes (51,9%) sendo as indústrias agro-alimentares as que contribuía isoladamente com uma maior percentagem (26,9%), próximas da contribuição da indústria da pasta de papel (27,5%), uma vez que nesta área se situavam algumas unidades de grandes dimensões. No Alentejo e Algarve a pecuária e as indústrias agro-alimentares, representavam, respectivamente, 67,1% e 100%. (*idem*: 115).

No final da década de 80, os cursos de água considerados prioritários foram o Ave, o Douro, o Leça, a ria de Aveiro e o Trancão. A **Despoluição Integrada das Bacias Hidrográficas do rio Lis e Ribeira de Seça**, cuja versão definitiva do projecto somente ficaria concluída em 1996, integrou inicialmente a lista de prioridades, mas viria a ser preterida, num processo que se analisará mais adiante. A opção pela despoluição destes cursos de água era justificada pelo historial de poluição de cada rio. O Relatório do Estado do Ambiente e Ordenamento do

Território de 1987 identifica como os cursos de água muito poluídos o Ave, o Leça, o Vouga (na sua parte terminal – ria de Aveiro), o Nabão, o Almonda, o Alviela, o Lis, o Tejo (particularmente o estuário) e o Sizandro (SEARN, 1987: 80).

Em 1988, os rios “considerados casos de intervenção inadiável” eram o Ave e vários afluentes do Tejo (o Almonda, o Alviela e o Trancão), mas outros cursos de água tinham as suas águas igualmente degradadas, eram os casos do Leça, Vouga (especialmente a Ria de Aveiro) e Sizandro (SEARN, 1988, 122-123). As actividades industriais, pecuárias e efluentes urbanos surgiam como as principais fontes de poluição dos cursos de água superficiais. Relativamente à indústria, os sectores mais poluentes eram as indústrias de pasta e papel, as químicas, os têxteis e curtumes, a siderurgia, os cimentos, as alimentares e as pedreiras e minas. As fontes difusas de poluição tinham origem sobretudo em escorrências agrícolas e caracterizavam-se por serem mais delimitadas geograficamente, surgindo em destaque o Vale do Tejo e o Algarve, onde era mais intensa a actividade agrícola e o recurso a pesticidas e fertilizantes (*idem*: 124).

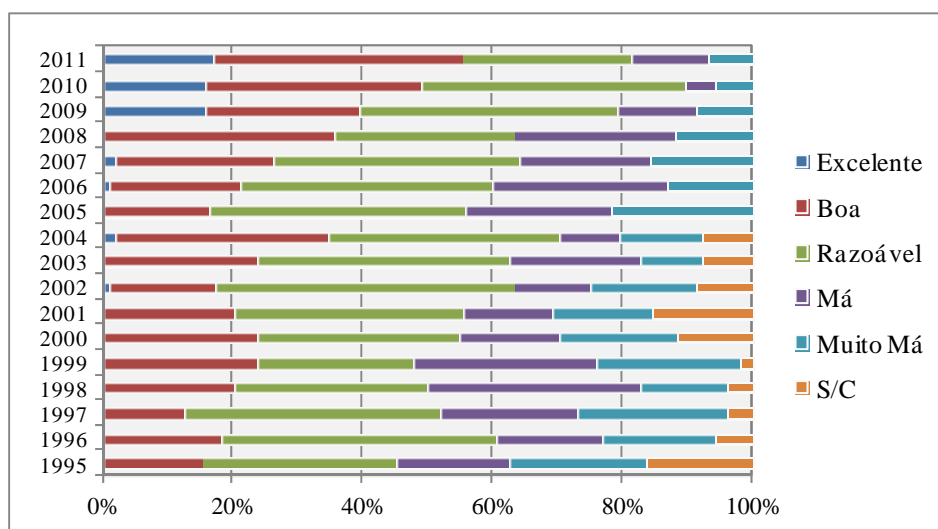
Terminada a década de 90, a falta de soluções para os esgotos urbanos e industriais, agravada pelo acentuar da concentração urbana na faixa litoral e nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, os excessos na utilização de adubos e pesticidas na actividade agrícola, e as descargas de efluentes com origem no sector suinícola, agravou-se a qualidade da água dos rios nacionais. A situação era de tal modo grave que alguns cursos de água tinham iniciado o processo de eutrofização e em risco estava igualmente a qualidade das águas subterrâneas.

Dados de 1992 indicam que os sectores que geravam mais poluição eram: a indústria da pasta de papel e que representava 20,9% da poluição total; a indústria têxtil com 12,4%; o sector do azeite 10,6%; a suinicultura com 10,2%; os vinhos e derivados com 4,7%; as resinas com 4,5%; as leveduras com 4,2%; e as refinarias representavam 3,4% da poluição total. A avaliação não contabilizava o peso de outras fontes de poluição locais, neste aspecto era igualmente relevante a poluição com origem em matadouros, fábricas de curtumes, extracção de minérios e metalomecânicas e algumas actividades agrícolas (MARN, 1992: 101).

Não admira pois que no período 2000-2006 a grande preocupação estivesse ainda voltada para a qualidade da água. Especificamente na região Centro, onde se situa a bacia hidrográfica do Lis, alguns troços de rios encontravam-se muito, ou moderadamente, poluídos. As situações mais graves verificavam-se na bacia do Lis e na bacia do Mondego a montante da albufeira da Aguieira classificada como zona sensível devida à forte eutrofização que

apresentava. Encontrava-se igualmente poluída a bacia do Vouga e as sub-bacias das bacias internacionais Zêzere e Côa. Segundo o Programa Operacional do Ambiente para a região Centro, a rede hidrográfica regional apresentava “níveis de poluição in comportáveis, pelo menos no período da estiagem”, devido à elevada carga poluente que assim condicionava os usos habituais da água (MAOT, 2000c: 17).

Gráfico V.1. Evolução da qualidade da água dos rios portugueses (1995-2011)



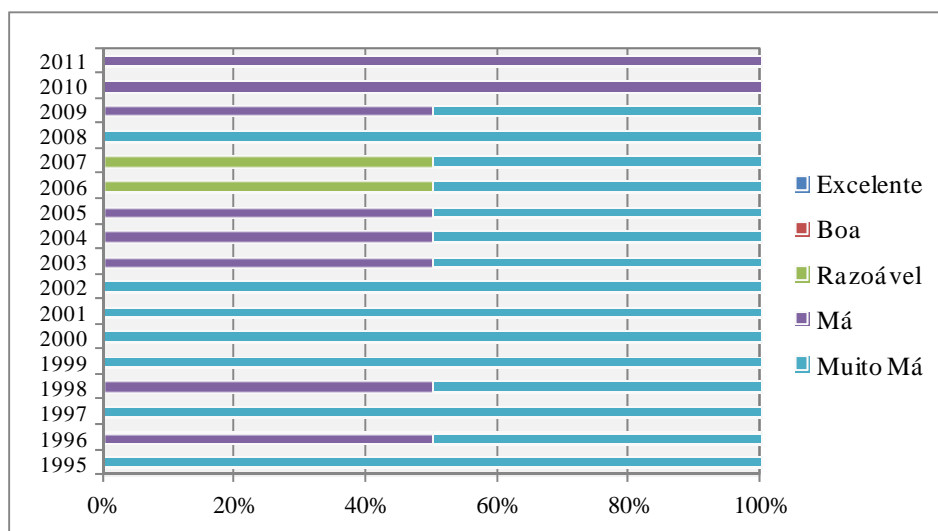
Fonte: SNIRH, 2012

O gráfico V.1. apresenta os dados recolhidos e sistematizados pelo Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH) sobre a evolução da qualidade das águas dos rios nacionais no período 1995 a 2011, permitindo concluir que se trata ainda hoje de um problema grave e urgente. Em 1995, 38,5% da água dos rios nacionais foi considerada “Má” ou “Muito má”; percentagem que em 1999 atingia um máximo de 50%, decaindo a partir daí. Em 2005 voltou a subir para 39,2% e em 2006 para 40%. Em 2008, essa percentagem fixou-se em 35%, vindo depois progressivamente a diminuir a percentagem de amostras com a classificação “Má” ou “Muito Má”, ao ponto de em 2010 apenas 10,1% das análises recolhidas obterem essa classificação.

Os resultados de 2009, 2010 e 2011, apesar de francamente melhores, devem ser lidos com alguma cautela, pois se é verdade que revelam ter-se registado uma melhoria considerável da qualidade da água dos rios nacionais, também é verdade que, no mesmo período, houve uma diminuição substancial do número de análises realizadas e do número de estações activas. Destacamos sobretudo a supressão de várias estações, entre elas, uma no rio Trancão, outra na

ribeira da Ota e duas no rio Sizandro, que em 2008 apresentavam “Muito má” qualidade da água (SNIRH, 2012) e cuja desactivação terá ajudado a obter melhores resultados ao nível da qualidade das águas, sem uma real correspondência a essa melhoria.

Gráfico V.2. Evolução da qualidade da água no rio Lis, Ponte de Arrabalde e Monte Real (1995-2011)



Fonte: SNIRH, 2012

A bacia hidrográfica do Lis possui dois pontos de amostragem que pertencem ao Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos, um deles situado em plena cidade de Leiria, na Ponte de Arrabalde, e o outro em Monte Real⁴⁷. Agregando os dados das duas estações verificamos que a qualidade da água da bacia do Lis se tem caracterizado por ser “Má” ou “Muito Má” e que apenas em dois momentos, 2006 e 2007, obteve a classificação “Razoável”. Em 2010 e 2011 ambas as estações obtiveram a classificação “Má”, será necessário aguardar por mais resultados como progride.

Em síntese, a poluição hídrica está ligada à história do Homem desde que passou a viver em comunidade, agravando-se com a concentração urbana e com a alteração de escala das actividades produtivas, com consequências nas condições de salubridade, na saúde pública, na condição social das populações mais fragilizadas e nos ecossistemas. Em todos os países os

⁴⁷ Embora a Administração de Região Hidrográfica do Centro tenha os seus pontos de amostragem, e a Oikos faça regularmente recolha de amostras, optamos por apresentar apenas estes dois pontos pois são os que integram o SNIRH. Não deixamos de salientar que se trata de uma matéria que tem gerado conflito, por exemplo, entre a Oikos e o Bloco de Esquerda, designadamente por causa dos locais de recolha de amostras.

seus efeitos afectaram diferentes comunidades, contudo a resposta ao problema, política e técnica, seguiu ritmos diferentes. Portugal, apesar de marcadamente rural, também foi afectado, tendo-se registado um aumento da escala dos problemas de poluição hídrica a partir da década de 50 com a industrialização de algumas áreas e a concentração da população no litoral e nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. O reconhecimento tardio do problema e a falta de soluções de drenagem e tratamento de esgotos domésticos e sectoriais, agravaram a qualidade da água dos rios nacionais, que se apresentam, em muitos casos, num elevado estado de degradação, factor que agrava a condição social das populações afectadas.

VI

Caracterização sócio-demográfica da bacia hidrográfica do rio do Lis

A poluição que afecta a bacia hidrográfica do rio Lis resultou inicialmente do crescimento populacional e da concentração de indústrias. Somente a partir da década de 80 a poluição com origem nas suiniculturas passou a afectar com maior amplitude e frequência a região. No final dessa década Campar *et alia.* afirmavam que os “impactes da degradação ambiental na área resultam fundamentalmente de uma implantação humana desorganizada e da localização de determinados tipos de actividades, sobretudo as indústrias de curtumes, plásticos e cimentos”. Assistindo-se à “densificação de outras instalações como as pocilgas, que se manifestam por uma contaminação dos sistemas hídricos, e a concentração de residências carecidas de adequada e eficaz rede de saneamento,” que “têm a mesma consequência apesar de as fontes de poluição serem mais difusas e pontuais” (Campar *et alia.*, 1989: 4).

A contaminação doméstica provinha, sobretudo, da cidade de Leiria, onde habitava mais de 60% da população de toda a bacia. A poluição com origem nas suiniculturas aumentou gradualmente e transformou-se em preocupação nacional, agravada com o acentuar da tendência para a concentração de explorações de maiores dimensões em algumas freguesias do concelho de Leiria⁴⁸. Pelo contrário, a indústria viu diminuída a sua exposição como fonte poluidora, o que se fica a dever ao efeito da maior visibilidade da poluição suinícola, mas também à adaptação ou encerramento de algumas unidades por pressão das populações ou das próprias entidades públicas⁴⁹. São exemplo disso, as acções que em Julho de 1989 forçaram o

⁴⁸ Dados do Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas do Vouga, Mondego e Lis, cuja discussão pública se iniciou em Outubro de 2011, mostram ser maior a incidência de cargas específicas de CBO5 (Carência Bioquímica de Oxigénio medida durante 5 dias), geradas pela pressão de três fontes poluidoras: doméstica, pecuária e indústria transformadora. O parâmetro CBO é um dos responsáveis pela atribuição de um estado final da qualidade da água inferior a “Bom” em diversos cursos de água da região, entre os quais, a ribeira de Escoura, o rio Lis e a Ribeira dos Milagres. Sendo que, em toda a bacia, o estado inferior a “Bom” representa cerca de 53,8% das massas de água (ARH Centro, 2011: 187).

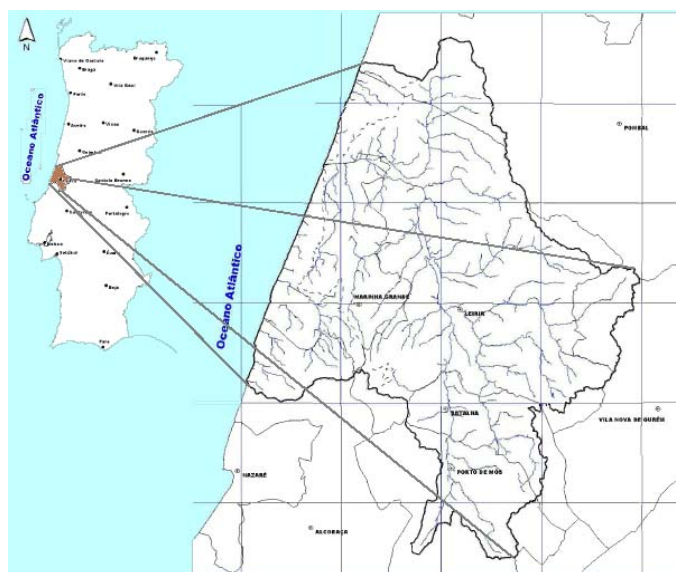
⁴⁹ Uma das excepções é a fábrica de resinas Respol, localizada em Pinheiros, freguesia de Marrazes, que no início de 2004 foi alvo de um mandado pela IGAOT, “concedendo-lhe um prazo para assegurar o cumprimento dos valores limite de emissão (VLE) constantes do Anexo XVIII do DL n.º236/98, de 01/08, relativamente à descarga em domínio público hídrico das águas residuais industriais resultantes da sua actividade” (Ofº nº 8300/MAP, de 28 de Setembro da AR). De então para cá a empresa foi alvo de diversas contra-ordenações e viu o Tribunal Judicial de Leiria considerar provada a existência do crime, condenando o seu legal representante a

encerramento da Fábrica de Curtumes da Reixida, na freguesia das Cortes, e as acções que, em Agosto de 2002, levaram ao encerramento da destilaria da Golpilheira, na Batalha.

VI. 1. Localização e características

A Bacia Hidrográfica do Rio Lis situa-se na região Centro de Portugal. É a mais meridional das bacias costeiras situadas entre as bacias do Mondego e do Tejo. Possui uma área de aproximadamente 850⁵⁰ km² distribuída pela totalidade dos concelhos de Batalha e Leiria, a grande parte dos concelhos da Marinha Grande e Porto de Mós, e uma pequena parte dos concelhos de Pombal e Ourém, num total de 48 freguesias. Os concelhos da Batalha, Leiria, Marinha Grande, Porto de Mós e Pombal pertencem ao distrito de Leiria e Ourém faz parte do distrito de Santarém.

Mapa VI.1. Área do Plano de Bacia Hidrográfica do Lis



Fonte: adaptado do plano de bacia (MAOT, 1999a)

A área da bacia não coincide com a área delimitada pelo Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Lis, aprovado pelo Decreto Regulamentar nº 23/ 2002, de 3 de Abril. O plano de bacia

uma pena de 9 meses de prisão, mais recentemente, a 9 de Setembro de 2010, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda interpelou o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território sobre o funcionamento desta empresa (RL, 10 Setembro 2010; Ofº nº 8300/MAP, de 28 de Setembro; Requerimento AR 393428, de 5 de Abril de 2002).

⁵⁰ A área da bacia do Lis não é consensual, alguns autores indicam ter aproximadamente 830 km² (Campar et alia., 1989: 17), outros 850m² (Vieira, 2007: 7; ARH Centro, 2011: 13), outros 915m² (Cunha et alia., 1981: 349-353) outros ainda cerca de 945 m² (MAOT, 1999b: 19; Oikos, 1994: 3).

abrange uma área total de 1 125 km², que inclui a bacia do Lis, as bacias das ribeiras da costa atlântica dos concelhos de Marinha Grande e de Leiria, e uma pequena parcela do concelho de Alcobaça, com a seguinte distribuição: Alcobaça (12%), Batalha (76%), Leiria (91%), Pombal (9%), Porto de Mós (33%) e Ourém (10%) (MAOT, 1999a).

Nesta bacia encontram-se identificadas 55 linhas de águas, sendo os principais afluentes, na margem direita, o rio Fora, e as ribeiras de Agodim (conhecida como Ribeira dos Milagres), Caranguejeira (ou Sirol) e Carreira; e na margem esquerda, os rios Lena e Alcaide, e praticamente no último troço o chamado colector de Amor, que recebe o caudal afluente das ribeiras de Amor e Escoura. O rio Lis tem origem no maciço calcário estremenho no lugar de Fontes, freguesia de Cortes, e desagua no oceano Atlântico, em Vieira de Leiria (Marinha Grande), após percorrer cerca de 40 km. O rio Lena nasce igualmente no maciço calcário estremenho, 3 km a Sul de Porto de Mós, em pleno Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros, e após percorrer cerca de 24 km, nos concelhos de Porto de Mós, Batalha e Leiria, desagua no Lis a jusante da cidade de Leiria.

Os caudais escoados pelos principais cursos de água são essencialmente do tipo torrencial, mais precisamente mediterrânico, variando os regimes de escoamento em função da precipitação, que apresenta uma forte variabilidade interanual, ao registar elevadas concentrações nos meses de Inverno e défice nos períodos secos (Campar et alia., 1989: 31-39; Vieira, 2007: 13). A variabilidade dos quantitativos pluviométricos origina grande irregularidade na alimentação dos aquíferos e reduz o papel depurador exercido pelas águas pluviais, que é sazonal e irregular, sendo insuficiente em anos secos, o que aumenta os efeitos da poluição. Por outro lado, as “elevadas concentrações pluviométricas têm um forte poder erosivo sobre as vertentes mais expostas”, o que em simultâneo “com a ocorrência de pontas de cheia bastante violentas, levam ao transporte de grande quantidade de sedimentos” (Campar et alia., 1989: 34).

O comportamento diferenciado da bacia do Lis permite a sua subdivisão em três zonas distintas. Uma **zona a jusante** localizada entre a linha de costa e as proximidades de Monte Redondo-Amor, em que a fraca densidade de drenagem e o fraco declive longitudinal dos cursos de água dificultam o escoamento e a drenagem. Uma **zona central** que cobre a maior parte da bacia, desenvolvida sobre arenitos, calcários margosos e margas e caracterizada por ter uma densidade de drenagem elevada, resultante da maior dificuldade de infiltração, o que facilita o escoamento de águas e de possíveis efluentes. E uma **zona a montante** localizada

em pleno Maciço Calcário Estremenho, e que devido à sua extrema permeabilidade possui uma drenagem essencialmente hipogeia (abaixo da terra) através de galerias com abundantes exurgências (i.e., nascentes cársticas) no seu rebordo e que dão origem a rios como o Lis e o Lena. Neste último caso, as características do Maciço Calcário anulam qualquer acção depuradora das águas, uma vez que não ocorre qualquer filtragem por areias ou outros sedimentos que atravessem os calcários, pelo que os efluentes lançados à superfície vão sair praticamente sem alteração nas exurgências ou podem ficar retidos durante anos nos algares, com o risco de a qualquer momento contaminarem os cursos de água (Campar et alia., 1989: 29-31; Vieira, 2007: 12-13).

Em termos de gestão dos recursos hídricos, pelo Decreto de 3 de Abril de 1840 foi criada a Junta Administrativa das Obras e de Conservação dos Campos de Leiria. Anos mais tarde, através do Decreto de 24 de Dezembro de 1901 foi criada a Junta Directora dos Serviços de Conservação do Regime do Rio Lis, que seria extinta em 1911 pelo Decreto de 24 de Fevereiro e criada Junta do Rio Lis, que por sua vez seria extinta pelo Decreto-lei n.º 25.283, de 23 de Abril de 1935. Após o arranque das obras do Plano de Regularização do Lis, elaborado em 1941-42 pela Secção de Estudos de Hidráulica Fluvial da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, a bacia do Lis fez parte da 3ª Secção da Hidráulica do Mondego, com sede na Figueira da Foz, até à extinção da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, através do Decreto-lei 117-D/76, de 10 de Fevereiro de 1976. A partir dessa data passou para a dependência da Direcção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos, até que em 1986 passou para a Direcção-Geral dos Recursos Naturais (DL 130/86, de 7 de Junho), e mais especificamente para a Direcção Regional do Ambiente do Centro (DL 187/93, de 24 de Maio). Em 2003, com a extinção das Direcções Regionais de Ambiente (DL 104/2003, de 23 de Maio), foi integrada na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. A partir de 2007, após a criação das Regiões Hidrográficas (DL 208/2007, de 29 de Maio), passou para a tutela da Região Hidrográfica do Centro, um organismo público integrado na administração indirecta do Estado, sob a tutela do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, com sede em Coimbra, e que abrange as bacias dos rios Vouga, Mondego e Lis, as ribeiras costeiras e massas de água subterrâneas associadas. Mais recentemente, em Abril de 2012, o organismo criado em 2007 passou para a tutela da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

VI. 2. Perfil demográfico

Os seis concelhos que integram a bacia hidrográfica do rio Lis pertencem à região Centro (NUT II). Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto constituem a região do Pinhal Litoral (NUT III), o concelho de Ourém integra a região do Médio Tejo. Fazem parte da bacia do Lis 48 freguesias⁵¹ distribuídas pelos referidos concelhos.

Quadro VI.1. População residente nos concelhos da BHL (1981-2011) e densidade populacional (2011)

	1981	1991	2001	2011	Densidade populacional (2011)
Batalha	12 588	13 329	15 002	15 837	152,93
Leiria	96 517	102 762	119 847	127 468	225,74
Marinha Grande	31 284	32 234	35 571	38 627	206,30
Ourém	41 376	40 185	46 216	45 887	110,15
Pombal	53 727	51 357	56 299	55 183	88,13
Porto de Mós	21 700	23 343	24 271	24 263	91,60
TOTAL	244 604	263 210	297 206	307 265	145,81*

Fonte: INE, 1984, 1996, 2002b e 2012 * Densidade média nos 6 concelhos da bacia do Lis

De 2001 para 2011 foi notório um acréscimo generalizado do número de habitantes, nos seis concelhos, respectivamente, de 297 206 para 307 265 habitantes, registando grandes oscilações de concelho para concelho e no interior de cada um. Dados dos Censos 2011 apontam para um acentuado decréscimo da população residente em relação ao censo anterior em Pombal e Ourém, ao perderem, respectivamente, 1 116 e 329 habitantes. Enquanto Porto de Mós sofre um decréscimo pouco significativo ao perder 8 habitantes. Leiria, Marinha Grande e Batalha registam um forte acréscimo da população, com Leiria a ganhar 7 621 habitantes, a Marinha Grande 3 056 e o concelho da Batalha a ganhar 835 habitantes. As duas tendências repercutem-se em termos de densidade populacional, com os concelhos de Ourém (110,15), Pombal (88,13) e Porto de Mós (91,60) a registarem valores inferiores à média

⁵¹ As 48 freguesias encontram-se assim distribuídas: **Batalha** – Batalha, Reguengo do Fetal, São Mamede e Golpilheira; **Leiria** – Amor, Arrabal, Azóia, Bajouca, Barosa, Barreira, Bidoeira de Cima, Boa Vista, Caranguejeira, Carreira, Carvide, Chainça, Coimbrão, Colmeias, Cortes, Leiria, Maceira, Marrazes, Memória, Milagres, Monte Real, Monte Redondo, Ortigosa, Parceiros, Pousos, Regueira de Pontes, Santa Catarina da Serra, Santa Eufémia e Souto da Carpalhosa; **Marinha Grande** – Marinha Grande e Vieira de Leiria; **Ourém** – Espite e Cercal; **Pombal** – Guia e Carriço; **Porto de Mós** – Alcaria, Alqueidão da Serra, Alvados, Mira de Aire, Mendiga, Pedreiras, São João Baptista, São Pedro e Serro Ventoso.

nacional, que é de 14,25 habitantes por quilómetro quadrado; e os concelhos da Batalha (152,93), Leiria (225,74) e Marinha Grande (206,30) com uma densidade populacional claramente superior à média nacional.

Segundo o INE, nas 48 freguesias residiam, em 1991, 173 327 habitantes. Valor que em 2001 subiu para 194 922 habitantes, o que representa um aumento de 2 159 habitantes comparativamente a 1991⁵² habitantes. Com base no último Recenseamento Geral da População sabemos que, em 2011 residiam nas mesmas freguesias 205 579 habitantes, o que corresponde a um acréscimo de 10 657 em relação ao momento censitário anterior e corresponde a 8,8% da população total da região Centro. Contabilizando-se as freguesias que em cada concelho integram a bacia do Lis verificamos que no concelho de Leiria reside 62% dos habitantes de toda a bacia, seguindo-se a Marinha Grande com 18%, os concelhos da Batalha e Porto de Mós com 8% cada, Pombal com 3% e Ourém com apenas 1% da população de toda a bacia (INE, 2012).

Quadro VI.2. População residente nas freguesias da BHL (1991 e 2011)

	Freguesias da BHL	População residente em 1991	População residente em 2001	População residente em 2011
Batalha	4	13 329	15 002	15 837
Leiria	29	102 762	119 847	127 468
Marinha Grande	2	32 234	34 153	37 206
Ourém	2	2 003	2 171	1 888
Pombal	2	6 519	6 598	6 330
Porto de Mós	9	16 480	17 151	16 850
TOTAL	48	173 327	194 922	205 579

Fonte: INE, 2012

Verificamos pela análise dos dados respeitantes ao concelho de Leiria, cujas 29 freguesias integram a bacia do Lis, que o acréscimo registado no número de residentes não é homogéneo. Entre os dois últimos momentos censitários assinalam-se três tendências. A **primeira** é marcada por acréscimos consideráveis em freguesias afastadas do centro urbano,

⁵² Os valores que apresentamos diferem dos apresentados noutros estudos, o que se pode ficar a dever a eventuais acertos feitos pelo INE *a posteriori*. Numa estimativa com base em 1995, o Plano de Bacia do Lis afirmava que residiam na área da referida bacia 170 000 habitantes (MAOT, 1999a). Por sua vez, segundo Judite Vieira a população residente na bacia do Lis atingia 194 915 em 2001, o que representava um acréscimo de 17,9% comparativamente a 1991, ano em que residiam 165 253 habitantes nas freguesias da bacia do Lis (Vieira, 2007: 27).

com destaque para a freguesia de Santa Catarina da Serra, atravessada pelo Itinerário Principal 1 (IP1), que passou de 2 962, em 2001, para 4 089, em 2011, o que representa um acréscimo de 1 127 habitantes; e em menor número, na escala das centenas, assiste-se ao aumento do número de residentes nas freguesias de Bidoeira de Cima, Milagres, Monte Real, Monte Redondo, Ortigosa; e na escala das dezenas a freguesia de Monte Redondo viu o número de residentes aumentar. A **segunda** diz respeito às freguesias mais afastadas do centro da cidade e que assinalam um decréscimo no número de residentes. É o que acontece nas freguesias da Boavista, Coimbrão, Carreira, Memória e Chainça, que em conjunto somam apenas 6 270 habitantes e apresentam um decréscimo de mais de 600 residentes face a 2001. Na **terceira** o que mais se distingue é o acentuar para a concentração da população nas freguesias em redor do centro urbano de Leiria, que soma mais 8 204 habitantes face ao Censo anterior. Se em 2001, residiam nas freguesias de Marrazes, Leiria, Pousos, Parceiros e Barreira mais de 40% da população de todo o concelho, em 2011 essa percentagem ultrapassa 44%, ou seja, em apenas cinco freguesias residem 56 345 habitantes do concelho.

Mapa VI.2. Tendência para a concentração da população em 5 freguesias de Leiria



Fonte: Elaboração própria

Mapa VI.3. Freguesias com maior concentração de suínos no concelho de Leiria



As freguesias dos concelhos da Marinha Grande e Batalha que integram a bacia do Lis registaram igualmente um saldo positivo. O concelho da Marinha Grande registou um acréscimo de 3 153 habitantes face a 2001 nas duas freguesias que integram a bacia do Lis. O concelho da Batalha contabiliza mais 835 residentes relativamente à década anterior. Nas freguesias dos restantes três concelhos que integram a bacia do Lis a tendência foi contrária:

Ourém perdeu 1 983 habitantes, Pombal 268 e Porto de Mós 301. Os dados disponíveis até ao momento não permitem tirar conclusões sobre os grupos etários que mais mudanças possam ter registado na última década. Dados anteriores indicam que ao nível da bacia o índice de envelhecimento passou de 47 em 1981, para 67 em 1991 e para 116 em 2001, o que revela um claro acréscimo do número de idosos nos últimos anos relativamente à percentagem de jovens. Em 2001, contrariamente ao que acontecia em 1981 e 1991, a proporção de população idosa residente na área da bacia do Lis era superior à da região Centro e ao total do país, respectivamente, com um índice de envelhecimento de 114,5 e 102,5. As excepções eram o concelho de Leiria, que com 90,7 registava em 2001 o menor índice de envelhecimento em toda a bacia, e o concelho da Batalha, que com 114 registava um índice de envelhecimento ligeiramente inferior à região Centro (Vieira, 2007: 28-29).

Os dados apresentados demonstram que o saldo demográfico nesta região tem sido positivo. A questão que entretanto se coloca é se tem sido acompanhado pelo desenvolvimento de infra-estruturas que garantam melhor qualidade de vida aos cidadãos e protejam o meio natural. Referimo-nos ao índice de cobertura de abastecimento de água a infra-estruturas e, em particular, à drenagem e tratamento de esgotos.

Quadro VI.3. Índice de cobertura de abastecimento de água, índice de drenagem e índice de tratamento de águas residuais (2009)

	Índice de cobertura de abastecimento de água (%)	Índice de cobertura de drenagem de águas residuais (%)	Índice de atendimento de tratamento de águas residuais (%)
Batalha	100	83	79
Leiria	90	72	45
Marinha Grande	100	100	93
Ourém	94	57	57
Pombal	96	39	37
Porto de Mós	95	54	54

Fonte: INAG, 2011

Segundo dados do Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais (INSAAR) relativos ao ano de 2009, o abastecimento de água às populações está maioritariamente assegurado em todos os concelhos da região, mas o mesmo não sucede com a drenagem e tratamento de águas residuais, o que afasta alguns da possibilidade de atingirem

a meta de 90% prevista no PEAASAR⁵³ para a País. O concelho da Marinha Grande é o que se encontra melhor posicionado, na medida em que em 2009 atingiu 100% na drenagem e 93% no tratamento de esgotos, logo seguido do concelho da Batalha, que atingiu 83% na drenagem e 79% no tratamento de esgotos. Por sua vez, no concelho de Leiria a drenagem atingiu 72% e a drenagem não superou 45%. O concelho de Ourém atingiu 57% na drenagem e tratamento de esgotos, e o concelho de Porto de Mós atingiu 54% também quanto à drenagem e tratamento de esgotos. Por último, o concelho de Pombal não ultrapassou 39% na drenagem e 37% no tratamento⁵⁴ (INAG, 2011).

VI. 3.1. Indústria extractiva e indústria transformadora na região

Em termos de instalações industriais, António Campar et alia. referiam em 1989 que a indústria extractiva participava “com um fraco valor no conjunto das actividades industriais dos concelhos da bacia do Lis⁵⁵, tanto no produto (0,8%) como no emprego (0,3%)” (Campar et alia., 1989: 124). Os autores destacam ainda assim os concelhos de Leiria e de Porto de Mós em relação aos restantes e a importância das pedreiras, nomeadamente em Leiria e Porto de Mós, a extracção de pedra no concelho de Leiria e a extracção de areia em Leiria e na Marinha Grande. Por outro lado, a indústria transformadora representava um valor significativo em termos de produto (48,7%) e em termos de volume de emprego (39,9%), com os concelhos de Leiria e da Marinha Grande a concentrarem a maioria dos estabelecimentos industriais (73,4%) e do emprego (82,3%). Em número de estabelecimentos os sub-sectores predominantes eram, em primeiro lugar, as “Indústrias dos produtos minerais não metálicos, com excepção dos derivados do petróleo bruto e do carvão”, seguidas das “Indústrias da madeira e da cortiça” e das “Indústrias da alimentação, bebidas e tabaco”. Em termos de distribuição espacial, na Batalha predominavam as “Indústrias dos produtos minerais não metálicos, com excepção dos derivados do petróleo bruto e do carvão”, em Leiria as

⁵³ Embora a meta de cobertura em 90% da população com sistemas públicos de saneamento de águas residuais seja nacional não deixamos de considerar o facto de prever para 2013 atender pelo menos 70% dentro de cada sistema integrado (MAOTDR, 2007).

⁵⁴ Em 2008 o concelho da Batalha era o que se encontra melhor posicionado, ao atingir 80% na drenagem e no tratamento de esgotos. No concelho de Leiria a drenagem atingiu 63% e o tratamento 57%. Para o concelho da Marinha Grande apenas eram apresentados dados sobre o tratamento de águas residuais, com uma cobertura de 67% da população. Por sua vez, o concelho de Ourém atingiu 57% na drenagem e 55% no tratamento de esgotos, e o concelho de Porto de Mós atingiu 43% na drenagem e no tratamento de esgotos. Por último o concelho de Pombal não ultrapassou 38% na drenagem e no tratamento de águas residuais (INAG, 2010).

⁵⁵ Campar *et alia.* não incluem no seu estudo as freguesias os concelhos de Ourém e Pombal que integram a bacia do Lis.

“Indústrias da madeira e da cortiça”, na Marinha Grande as “Indústrias de produtos metálicos e de máquinas, equipamentos e material de transporte” e em Porto de Mós as “Indústrias dos produtos minerais não metálicos, com excepção dos derivados do petróleo bruto e do carvão”. Em número de pessoas ao serviço por estabelecimento, as “Indústrias metalúrgicas de base” eram a actividade que empregava mais trabalhadores, mas com distribuição desigual. Na Batalha as “Indústrias dos produtos minerais não metálicos, com excepção dos derivados do petróleo bruto e do carvão” empregavam maior número de trabalhadores por estabelecimento, em Leiria eram as “Indústrias do papel, artes gráficas e edição de publicações”, na Marinha Grande as “Indústrias metalúrgicas de base” e em Porto de Mós as “Indústrias têxteis, do vestuário e do couro” (Campar et alia., 1989: 122-136).

À data de realização do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Lis e na área correspondente, estavam instaladas na região 1 065 empresas. No concelho de Leiria estavam localizadas 58% das unidades classificadas como unidades potencialmente geradoras de poluição, 19,2% na Marinha Grande, 10% na Batalha, 9,8% em Porto de Mós, 2% em Pombal e apenas 0,4% em Ourém⁵⁶. Os sectores que apresentavam cargas poluentes mais elevadas eram, em primeiro lugar, o do “Fabrico de papel e cartão canelados e de embalagens de papel e cartão”⁵⁷, essencialmente concentradas na freguesia de Marinha Grande com 9 das 13 empresas do sector (MAOT, 1999a; Vieira, 2007: 38-43). O segundo sector identificado era do “Fabrico de produtos químicos de base” (englobam o fabrico de corantes e pigmentos orgânicos, resinosos, adubos, preparação de pesticidas, mistura de adubos, PVC e outras matérias plásticas), em que 50% das empresas estavam instaladas na freguesia de Marrazes. Em terceiro, as empresas do sector da “Produção de óleos e gorduras animais e vegetais” (inclui o fabrico de azeite e produção e refinação de óleos alimentares) com 8 empresas na bacia do Lis (6 no concelho de Leiria e duas no concelho da Batalha). Por último, o sector da “Serragem,

⁵⁶ Os sectores mais representados eram: 1º-“Serração, aplainamento e impregnação de madeira”, com cerca de 188 empresas (17 % do total), 143 das quais no concelho de Leiria, por sua vez concentradas nas freguesias de Marrazes, Caranguejeira, Santa Catarina a Serra, Marinha Grande, Maceira e Monte Redondo; 2º - O sector do “Fabrico de outros produtos químicos” possui na região 167 empresas, destinadas essencialmente ao fabrico de artigos de matérias plásticas, 57 empresas instaladas nas freguesias de Marinha Grande, 27 em Marrazes e 14 em Maceira; 3º- O sector “Fabrico de produtos forjados, estampados e laminados” encontra-se representado por 165 empresas, concentradas nas freguesias de Marinha Grande e Marrazes; 4º - O sector “Indústria das bebidas” possui 127 indústrias (123 destilarias e 4 de refrigerantes e águas gaseificadas), essencialmente localizadas nas freguesias de Batalha, Cortes, Arrabal e Caranguejeira; 5º - O sector “Serragem, corte e acabamento de pedra” possui 112 empresas: 59 no concelho de Leiria e 28 em Porto de Mós (maioritariamente na freguesia de Pedreiras); 6º - O sector “Fabrico de vidro e artigos de vidro” está praticamente concentrado na freguesia de Marinha Grande, com 83 das 94 empresas na bacia do Lis (MAOT, 1999a).

⁵⁷ No extremo Noroeste da linha que delimita a bacia do Lis localizam-se duas importantes unidades de produção de papel e cartão, respectivamente, na Leirosa (Celbi) e Lavos (Soporcel) (Campar et alia., 1989: 122-136; MAOT, 1999a).

corte e acabamento de pedra”, destacam-se as empresas localizadas nas proximidades da freguesia das Pedreiras, concelho de Porto de Mós (MAOT, 1999a; Vieira, 2007: 38-43).

Dados do INE relativos a 2009 indicam que nos 6 concelhos que integram a bacia do Lis estão instaladas 35 814 empresas, 43% localizadas no concelho de Leiria, seguindo-se o concelho de Pombal com 17%, Ourém com 15%, Marinha Grande com 13%, Porto de Mós com 7% e o concelho da Batalha com apenas 5% (INE, 2011b). Sabemos igualmente através do INE, que em 2009 na região do Pinhal Litoral (Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós) as Indústrias Extractivas e Indústria Transformadora empregavam 29 948 trabalhadores, maioritariamente na Indústria transformadora com 96% do total. E que as Indústrias Extractivas empregavam 34% dos trabalhadores deste segmento na região Centro, o que corresponde a cerca de 11% dos trabalhadores nacionais do sector, sendo o subsector “Outras indústrias extractivas” o que empregava maioria número de trabalhadores, com 1 322 em 1 325, 803 quais trabalhavam na “Extracção de sabão, areia e pedra britada; extracção de argilas e caulino” (INE, 2011b).

Quadro VI.4. Pessoal ao serviço das empresas por actividade económica, no subsector Indústria Transformadora na região do Pinhal Litoral

CAE	Nº
Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos	6745
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	5952
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	4757
Indústrias alimentares	2368
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	1535
Indústria do vestuário	1485
Fabrico de mobiliário e de colchões	1362
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	870
Fabricação de têxteis	588
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos	519
SUBTOTAL	26181
TOTAL DO SECTOR	28623

Fonte: INE, 2011b

Quanto à Indústria Transformadora 16% dos trabalhadores da região Centro exerciam a sua profissão na sub-região do Pinhal Litoral, o que corresponde a 4% dos trabalhadores do país em actividade neste sector. Sobre este sector destaca-se ainda o facto dos 10 sub-sectores com maior número de funcionários empregarem 92% dos trabalhadores no Pinhal de Leiria. Evidenciando-se a “Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos”,

que emprega 6 745 no Pinhal Litoral, o “Fabrico de outros produtos minerais não metálicos” com 5 952 trabalhadores e a “Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas” com 4757.

Quanto ao potencial risco de poluição, em 2011 o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas do Vouga, Mondego e Lis, identificou na bacia do Lis 86 instalações potencialmente geradoras de poluição: 43 instalações PCIP, 3 instalações Seveso⁵⁸, 7 unidades do sector químico, 2 lixeiras seladas, 3 ETAR e 26 postos de abastecimento (ARH Centro, 2011: 96).

VI 3.2. As suiniculturas na bacia do Lis

A bacia do Lis tem sido sinónimo de produção de suínos em larga escala, com os consequentes problemas de poluição que a actividade acarreta, agravadas pelo lançamento dos efluentes sem qualquer tratamento nas linhas de água e pelo insucesso das políticas de despoluição. Trata-se de uma das regiões do território nacional caracterizada pela forte especialização na produção de suínos e que por isso concentra uma elevada percentagem de toda a produção nacional, por sua vez confinada a pouco mais de meia dúzia de freguesias situadas a montante da Ponte da Catraia, na freguesia dos Milagres, razão pela qual a ribeira dos Milagres sofre maior pressão e corre maior risco de ser afectada por descargas de efluentes suinícolas. Em 1989, a reduzida dimensão justificava o carácter difuso da poluição e alguma da incapacidade no exercício das acções fiscalizadoras no sentido de contrariarem eventuais descargas pontuais (Campar et alia., 1989: 3/4; Vieira, 2005: 137). Estávamos ainda na presença maioritária de pequenas explorações, com uma “função de complementaridade de rendimentos” familiares, por vezes integradas no processo produtivo de explorações com maior dimensão, “por meio de subcontratos de produção” (Campar et alia., 1989: 112-118). Nas duas últimas décadas tem-se acentuado a tendência para o decréscimo do número de explorações e, simultaneamente, para o aumento acentuado do número de efectivos. Em

⁵⁸ Uma instalação do regime da Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP) é aquela onde se desenvolve uma ou mais actividades que fazem parte do Anexo I do Decreto-Lei nº194/2000, de 21 de Agosto. No ponto 6.6, alíneas b) e c) desse Anexo inclui neste tipo de instalações a produção intensiva de suínos com capacidade instalada superior a 2.000 porcos de produção (de mais de 30 kg) e/ou de mais de 750 porcas reprodutoras, e que segundo a ENEAPAI em 2007 eram cerca de 64 instalações em todo o país (MAOTDR, 2007). São “considerados estabelecimentos SEVESO, aqueles em que estão presentes, ou em que há a susceptibilidade de serem produzidas substâncias perigosas em resultado de um acidente, em quantidades iguais ou superiores às indicadas na coluna 2 das partes 1 (substâncias perigosas) e 2 (categorias de substâncias ou preparações não designadas especificamente na parte 1) do anexo I, do Decreto-Lei nº 164/2001, de 23 de Maio, ou a aplicação da regra da adição, prevista na nota 4 do mesmo anexo, assim o determine” (IGAOT, 2007: 5).

termos de dimensão, comparativamente a outros países, onde a produção de larga escala ultrapassa facilmente 10 mil suínos por unidade, as explorações em Portugal e na região de Leiria são de menor dimensão, embora pelo menos num caso ultrapasse este valor.

São três as principais razões que justificam a maior concentração de suiniculturas na bacia do Lis e que resultaram de acontecimentos registados na segunda metade da década de 50. Referimo-nos ao surgimento de uma nova tradição na freguesia da Boa Vista, cada vez mais identificada como a “capital do leitão”, à conclusão das obras de hidráulica agrícola e regularização do leito do Lis, e à forma absolutamente diferenciada como o surto de peste suína africana ocorrido em 1957 afectou o país.

Relativamente ao primeiro aspecto, a meio da década de 50, provavelmente em 1956, José Ferreira Morgado, comerciante de suínos e proprietário de um restaurante na freguesia da Boa Vista, começou a assar leitões à moda da Mealhada, ou seja, no espeto – os leitões anteriormente assados na localidade eram abertos no forno. O sucesso foi tão grande que depressa se transformou numa tradição e fomentou a necessidade de produção de leitões na região, anteriormente adquiridos pelo mesmo José Ferreira Morgado, entre outras regiões, no Alentejo (JL, Suplemento, 30-10-2008). A abertura de vários restaurantes com essa especialidade reforça a venda de leitão à moda da Boa Vista, progressivamente expandida, em parte graças à sua localização próxima de importantes vias de comunicação como a Estrada Nacional 1/IC2. Em resultado deste desenvolvimento, a produção de suínos privilegiará a criação de leitões, em detrimento da engorda, de tal modo que a povoação da Boa Vista é ainda hoje conhecida como a “catedral dos porcos” ou “**capital do leitão**” (Lourenço, 1993: 38; 1959: 117-118).

Quase em simultâneo, ficaram concluídas as **obras de hidráulica e regularização do leito do Lis**, inauguradas a 26 de Maio de 1957, e que reforçam a expansão da suinicultura, principalmente no concelho de Leiria. Anteriormente, a paisagem dos chamados Campos do Lis era marcada por pauis permanentes, uma vez que a secção do leito era incapaz de comportar as cheias normais de Inverno, pelo que facilmente todo o vale se via transformado num extenso lago, cujas águas baixavam lentamente. Como factor agravante, a água levava consigo areia que ao invadir os campos os inutilizava (MOP, 1949, 4; Henriques, 1952: 1), e assim condicionava o povoamento, o aproveitamento agrícola e a produção agro-pecuária. Dadas as dificuldades de enxugo, parte do vale era um paul com mais de 500 hectares de terrenos permanentemente inundados e mais de 100 hectares só enxaguavam no Verão

(Henriques, 1952: 1; Pacheco, 1959: 102). Nestas condições, o aproveitamento agrícola confinava-se a áreas reduzidas junto à encosta ou próximas do leito, e as populações eram frequentemente afectadas por casos de paludismo e doenças como o distoma hepático afectavam o gado bovino (MOPC, 1945: 72; Pacheco, 1959: 87-118).

Este não era um problema novo, nem as tentativas de o solucionar. Remontam a D. Dinis as primeiras intervenções no sentido de domesticar a natureza bravia do Lis e dos seus afluentes. O monarca mandou drenar uma pequena parcela com cerca de 2 hectares no vale do Lis, para que fosse cultivável até ao mar. Essa parcela ficou depois conhecida como Reino de Ulmar, inicialmente confiado à rainha Santa Isabel, onde o rei mandou construir em 1292 o Paço da Rainha, em redor do qual se expandiu Monte Real. No entanto, o projecto de maior envergadura somente apareceria séculos mais tarde quando, por volta de 1772, o rei D. Pedro III encarregou o engenheiro Reinaldo Oudinot de “dirigir as obras de aproveitamento dos Campos e rectificação do rio Lis, no sentido de evitar o açoreamento que assustadoramente se alargava pelos terrenos marginais, transformando tudo num extenso areal improdutivo” (Saraiva, 1943: 12). O projecto de Oudinot envolvia a rectificação e regularização de todo o curso do rio, assim como a correcção da foz, porém não chegou a ser concluído, inicialmente, porque Oudinot foi afastado da sua direcção e designado para dirigir as obras da barra do porto de Aveiro, posteriormente, porque as Invasões Francesas e as lutas liberais retiraram à região a mão-de-obra e o empenho necessário para a sua conclusão.

Várias décadas depois e após várias tentativas parcelares, em 1941-42 foi elaborado o Plano Geral de Regularização do Rio Lis e Afluentes, cujas obras arrancaram oficialmente em 1946. Este Plano tinha como objectivo a: “1- Defesa dos campos marginais contra as cheias do rio que provocavam inundações e a consequente invasão da areia. 2- Drenagem dos campos baixos que constituíam pauis permanentes ou que tinham deficientes condições de enxugo. 3- Rega do vale do Lis em toda a área abrangida pelas obras. 4- Fixação e melhoramento do estuário do rio de modo a permitir o rápido escoamento das cheias e a evitar as inundações provocadas pela completa obstrução da foz muitas vezes verificada” (MOP, 1949: 3). De modo a concretizar tais objectivos previa, nomeadamente, a construção de canais de drenagem de águas altas, redes de drenagem de águas baixas e canais de rega, associados à construção de pontes e diques; e construção de diques e molhes na foz do Lis (MOP, 1949: 4; Henriques, 1952: 3-7).

A conclusão das obras em 1957 permitiu o enxugo dos campos e a circulação de água onde outrora não chegava, o que permitiria aproveitar para agricultura de regadio uma área de 2145 hectares. Os pântanos deram lugar a uma paisagem composta por uma complexa rede de canais de rega, suportados por barragens ou simples represas, molhes, diques, pontes e estações elevatórias, cuja moldura principal são os campos de cultivo. Nos Campos do Lis passou a ser possível o cultivo de arroz, aveia, cevada, milho, trevo, feijão, tremoço, batata, fava, grão-de-bico e produtos hortícolas. Expandiu-se a agro-pecuária, nomeadamente da produção de suínos, quer como elemento central da economia doméstica, quer para venda nos mercados próximos da região. Em 1959, Aragão Pacheco estava convencido que, uma vez eliminados os pântanos, a criação de gado ganharia enorme potencial de progressão, sobretudo a criação de suínos, “se nos lembrarmos que a sua criação se faz aproveitando inúmeros produtos agrícolas (batatas miudinhas, alimpas de cereais, feijões, milho, restos de hortas, etc.) que não podem ser utilizados na alimentação nem têm fácil venda” (Pacheco, 1959: 118). À data de elaboração do Plano Geral de Regularização do Rio Lis e Afluentes, na área correspondente aos Campos do Lis existiam cerca de 7 000 cabeças, 4 800 das quais fêmeas, o que “mostra bem a tendência para a criação, em vez da engorda que se verifica noutras regiões do País” (Pacheco, 1959: 118).

A terceira razão a que se fez referência foi o **surto de peste suína africana** ocorrido em 1957. Este surto afectou fortemente a produção de porcos do montado – designado por Fernando Oliveira Baptista como a «montanha» (Baptista, 1993: 272-275) –, sobretudo extensas áreas do Alentejo, “onde a criação de suínos no montado era uma das características tradicionais da exploração agrária extensiva” (Lema, 1975: 183). Os porcos ditos «porcos de chiqueiro» foram menos afectados, o que motivou o surgimento de novas explorações em diversos locais do país, com maior incidência em regiões como o Montijo, Palmela, Rio Maior e Leiria (Baptista, 1993: 275).

Em síntese, a conjugação de factores como o surgimento do leitão da Boa Vista, a inauguração das obras de regadio e enxugo dos campos do Lis, e a devastação do regime de «montanha» pela peste suína africana, impulsionaram a expansão da exploração intensiva de suínos na área correspondente à bacia do Lis com finalidade comercial e industrial. Anos depois, foi na região de Leiria que surgiu a primeira suinicultura a fazer criação de suínos em ciclo completo (confinado). Às razões apontadas acresce o facto de no final da década de 80 regressarem à região muitos emigrantes, com uma forte ligação à terra e à actividade, e que

viram no sector uma possibilidade de negócio, contando para tal com o apoio de Fundos Comunitários. Tudo isto numa altura em que, mais uma vez, o País enfrentava restrições à importação de carne de porco, geradas por novo surto de peste suína africana na Europa.

Com base em dados oficiais sabemos que nas primeiras décadas do séc. XX, a produção de suínos nos 6 concelhos que integram esta bacia era marcadamente de tipo familiar, com uma produção média de dois suínos por exploração. Na segunda metade do mesmo século, o fim das obras de regularização do leito correspondeu a uma progressiva alteração dessa tendência, marcada pela diminuição do número de explorações e pelo aumento considerável do número de suínos, e que se acentuou de tal modo que, ao contrário do que se verifica em todo o País, não tem cessado de aumentar o número de efectivos em toda a bacia (INE, 2011a).

Embora a evolução do sector na região seja globalmente positiva, de salientar que não tem sido homogénea nos 6 concelhos que a compõem. Pelas razões históricas já apontadas é particularmente relevante no concelho de Leiria. Nos concelhos da Marinha Grande, Ourém e Pombal assinala-se uma total inversão da produção desde o Recenseamento Geral da Agricultura de 1989, actualmente praticamente simbólico nos dois primeiros concelhos e reduzido a pouco mais de metade no concelho de Pombal quando comparado com o inventário anterior. Em sentido contrário, no concelho da Batalha registou-se um aumento da produção, mais pronunciado nos concelhos de Leiria e de Porto de Mós. Os dados revelam uma tendência para a industrialização deste sector em determinadas freguesias, maioritariamente do concelho de Leiria, excepção feita à freguesia da Batalha que, de acordo com os três últimos Recenseados Gerais da Agricultura, está entre os que possuem maior produção, em 1989 foi mesma a freguesia com maior produção, ao atingir 19 163 efectivos.

Em 1989 as freguesias com maior número de efectivos eram a Batalha, com 19 163 efectivos, a freguesia das Colmeias com 15 106, a Boa Vista com 14 279 e a freguesia dos Milagres com 11763. Contudo, a média de efectivos por exploração era mais elevada na Boa Vista (126,4), Regueira de Pontes (61,7) e Marrazes (58,7), Batalha e Colmeias não ultrapassavam, respectivamente, 51,5 e 41,5 suínos por exploração. De 1989 para 1999 acentuou-se a tendência para a concentração do sector no concelho de Leiria, em freguesias a montante da ponte da Catraia, na freguesia dos Milagres, com a excepção de Regueira de Pontes. Entretanto, a freguesia da Batalha deixa de ser a freguesia com maior produção e passa a ocupar o sexto lugar.

Quadro VI.5. Evolução do nº de suínos e de explorações nas freguesias da bacia do Lis

FREGUESIA	1989		1999		2009	
	explorações	efectivos	explorações	efectivos	explorações	efectivos
Batalha	372	19163	181	14482	33	10361
Reguengo do Fetal	159	795	81	562	6	1306
São Mamede	326	2111	113	479	16	113
Golpilheira	91	2331	61	1584	16	260
Amor	389	4724	175	3269	92	2699
Arrabal	166	315	91	141	13	21
Azoia	100	1380	46	165	11	19
Barosa	52	148	16	606	8	13
Barreira	137	2075	86	1025	24	177
Boa Vista	113	14279	64	29983	20	52011
Caranguejeira	323	1302	192	6626	68	3105
Carvide	190	586	109	552	44	366
Coimbrão	79	279	61	1438	37	4169
Colmeias	364	15106	164	20976	81	13825
Cortes	113	1451	44	130	10	18
Leiria	1	-	2	-	-	-
Maceira	374	4181	155	5523	39	6154
Marrazes	115	6746	55	11267	22	14799
Milagres	221	11763	201	18419	55	23686
Monte Real	117	352	64	198	27	72
Monte Redondo	265	3746	193	5632	116	6624
Ortigosa	139	1234	92	2490	55	595
Parceiros	70	1065	36	172	6	18
Pousos	98	698	59	1363	25	616
Regueira de Pontes	130	8021	82	22731	25	12338
Santa Catarina da Serra	318	1821	167	757	46	192
Santa Eufémia	229	1038	106	391	15	16
Souto da Carpalhosa	548	4217	201	3690	66	344
Bajouca	207	1092	94	920	46	178
Bidoeira de Cima	133	7191	143	22154	49	33444
Memória	52	694	33	302	8	29
Carreira	-	-	60	286	34	87
Chainça	-	-	9	217	1	2
Marinha Grande	191	900	66	3293	21	34
Vieira de Leiria	148	563	64	616	20	29
Espite	75	184	34	93	10	11
Cercal	43	127	15	19	8	9
Carriço	444	1345	197	822	108	207
Guia	227	982	152	570	54	269
Alcaria	17	103	6	11	3	4
Alqueidão da Serra	187	3505	52	825	2	4
Alvados	44	388	9	15	4	9
Mendiga	142	4232	50	203	5	15
Mira de Aire	35	1124	17	157	3	110
Pedreiras	96	2270	31	919	5	234
Porto de Mós (S. João Baptista)	88	4531	35	6311	9	4826
Porto de Mós (S. Pedro)	85	2689	27	3683	12	3643
Serro Ventoso	185	4997	61	2488	19	1885
TOTAL	7 998	147 844	4 052	198 555	1 397	198 946

Fonte: INE, 1992, 2001a e 2011a

Por outro lado, acentuou-se igualmente a tendência para a obtenção de maiores produções em menor número e explorações. As cinco freguesias com maior produção – Boa vista, Regueira de Pontes, Bidoeira de Cima, Colmeias e Milagres – possuem 114 263 efectivos, apenas 654 em explorações, o que equivale praticamente a 60% da produção de suínos de toda a bacia do Lis. Segundo o RGA 2009, as 6 freguesias com maior produção de suínos localizam-se agora no concelho de Leiria, caindo a freguesia da Batalha para sétimo lugar. Como mostra o quadro, nas seis freguesias de Leiria foram produzidos 150 103 efectivos em apenas 252 explorações, destacando-se claramente a freguesia da Boa Vista com 52 011 efectivos produzidos em apenas 20 explorações, o que dá uma média superior a 2 600 suínos por exploração.

Quadro VI.6. Freguesias com maior nº de efectivos em 2009

	Explorações	Efectivos	Média de suínos por exploração
Boa Vista	20	52011	2600,6
Bidoeira de Cima	49	33444	682,5
Milagres	55	23686	430,7
Marrazes	22	14799	672,7
Colmeias	81	13825	170,7
Regueira de Pontes	25	12338	493,5

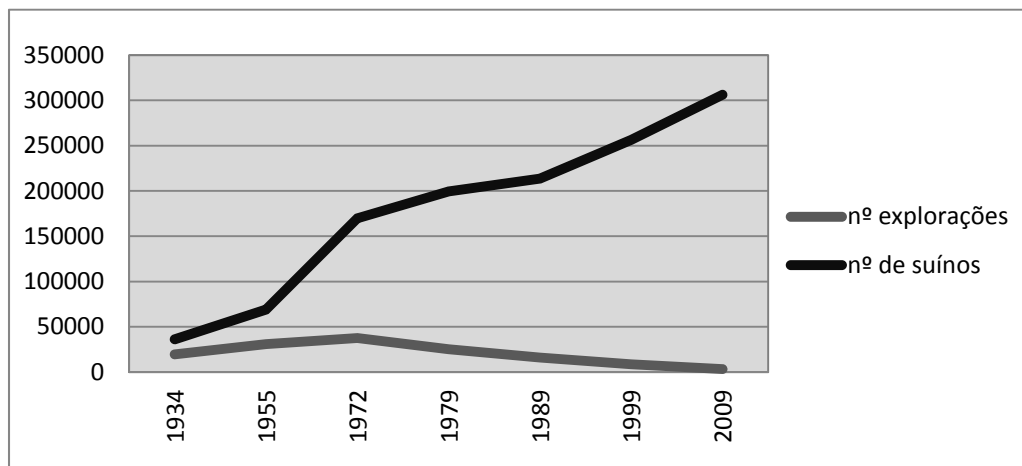
Fonte: INE, 2011a

Os dados indicam igualmente que, em 2009, nas freguesias de São João Baptista e São Pedro a média de suínos por exploração atinge uma dimensão equivalente à registada nas sete freguesias da bacia do Lis com maior produção de suínos, o que sugere um deslocamento da produção para novas áreas, com maior disponibilidade de terrenos para efectuar o espalhamento de efluentes. Em São João Baptista 9 explorações produziam 4 826 suínos e em São Pedro 12 explorações produziam 3 643 suínos. Seguindo, aliás, uma tendência que parece ter surgido no anterior recenseamento, quando, embora com valores inferiores, ambas as freguesias apresentaram médias de suínos por exploração próximas das freguesias com maior produção, todavia nesse caso com uma média distante das freguesias com maior produção.

É necessário esclarecer que em qualquer destas localizações os efectivos considerados podem não ser produzidos na freguesia onde são contabilizados. Esta questão surgiu a propósito do concelho de Porto de Mós apresentar em 2009 uma produção de 93 666 efectivos, facto que nos causou perplexidade. O INE esclareceu que tal pode estar relacionado com o conceito

estatístico de “Exploração Agrícola”, sendo “considerada uma única exploração, aquela que apesar de ter unidades produtivas distanciadas geograficamente e/ou orientações produtivas muito distintas, o produtor declara terem fatores de produção, contabilidade e assento de lavoura comuns” (INE, 2011, resposta ao pedido n.º PED-130786296).

Gráfico VI.1. N.º de explorações e n.º de suínos nos concelhos da BHL, por Recenseamento Agrícola (1934-2009)



Fonte: INE, s/d, 1959, 1979, 1992, 2001a e 2011a

Em termos evolutivos, cruzando o número de explorações com o número de efectivos, verificamos o seguinte: em 1934 o concelho de Leiria possuía 6 168 explorações e 11 934 suínos; em 1955 foram identificadas 9 639 explorações e 22 029 suínos; o Arrolamento de gado realizado em 1972 identificou 11 507 explorações e 68 562 suínos, nesta altura 44% estavam já concentrados nas freguesias das Colmeias, Boavista e Milagres (INE, 1959 e 1979; Cabral, 1993b: 60). Por sua vez, em 1979 as 7 206 suiniculturas inventariadas no concelho produziram 76 602 suínos, 10 anos depois, no RGA de 1989, os 95 519 suínos inventariados eram produzidos em apenas 5 043 explorações. Em 1999, concelho de Leiria produzia os 16 1430 foram produzidos em 2800 explorações, o que equivalia a 78,2% dos suínos de toda a bacia, uma produção por sua vez concentrada nas freguesias de Milagres, Colmeias, Bidoeira de Cima, Marrazes e Boavista, e que assim afectava essencialmente a ribeira dos Milagres (INE, 2001a; MAOT, 1999a, Vieira, 2007). Em 2009 acentua-se definitivamente a tendência para a produção de suínos em poucas explorações, nesse ano nas 1 043 explorações existentes foram produzidos 175 617 suínos, com a particularidade da produção de efectivos no concelho de Leiria atingir dimensão nacional, uma vez que só neste concelho são produzidos mais de 23% dos suínos da região Centro e mais de 9% dos suínos do País.

Comparativamente, com base nos dados do INE, Leiria supera assim o concelho de Alcobaça, também no distrito de Leiria, que viu reduzida a produção em 63 811 efectivos em apenas 10 anos, de 178 265, em 1999, para 114 454, em 2009. Saliente-se que os quantitativos apurados em 2009 não coincidem com os apurados em 2007 no âmbito da Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais, que calculava que em Alcobaça existiam 865 explorações que produziam 218 500 suínos, ao passo que em Leiria as 597 explorações identificadas produziam 195 110 suínos (MAOTDR, 2007b).

Em 2009 os 306 315 suínos inventariados nos concelhos da bacia equivalem a mais de 40% da produção na região Centro e a mais de 16% da produção nacional, o que terá efeitos económicos e sociais positivos, não sendo de negligenciar o impacto negativo sobre os cursos de água e sobre o quotidiano das comunidades. Dados de 2008 da Recilis⁵⁹ indicavam que a produção de suínos correspondia a cerca de 83% da carga poluente da bacia⁶⁰ (Neves, 2009).

Quadro VI.7. Instalações da região ligadas ao sector suinícola

Tipo de instalações	Quantidade
Fábricas Rações	11
Entrepósitos	7
Matadouros de leitões	2
Matadouros	1

Fonte: Dados fornecidos pela Recilis em 2011

A terminar, de salientar que aos efectivos identificados juntam-se várias empresas da chamada “fileira do porco”. Os dados apresentados no quadro VI.7., fornecidos pela Recilis, referem-se a estas empresas localizadas na região, destacando-se a existência de onze fábricas de rações.

⁵⁹ Empresa constituída no final de 2003 para tratar os efluentes com origem nas suiniculturas da bacia do Lis, constituída, nomeadamente, pelas associações de suinicultores da região, autarquias de Leiria, Batalha e Porto de Mós, e Águas de Portugal.

⁶⁰ A produção de efluentes suinícolas é geralmente calculada com base no equivalente humano numa relação de 1 para 3, ou seja, 1 suíno produz um caudal idêntico a 3 pessoas. Com base neste critério, no caso do Lis a Recilis calcula que sector doméstico produz 161.600 hab.Eq, o industrial 66.400 hab.Eq. e a pecuária 1.114.400hab.Eq. (Neves, 2009).

Em síntese, a região de Leiria é conhecida quer pelo seu dinamismo económico, quer pela poluição que nas últimas décadas tem afectado a bacia do Lis, e que tem particular incidência na Ribeira dos Milagres, por esta concentrar a montante uma parte assinalável da produção de suínos do país. Em jeito de contraciclo face ao que ocorre no país, que viu reduzida a produção, e reflectindo as transformações do sector e do tecido social da região, assiste-se ali a um aumento do número de efectivos, acompanhada pela redução substancial do número de explorações, o que demonstra o acentuar das tendências para a industrialização desta actividade. Contrariando as principais tendências verificamos que, apesar dos impactos negativos associados à exploração intensiva de suínos, se regista um acréscimo no número de residentes nas localidades com maior produção, justificado pela atractividade do negócio.

VII

Lis, uma história de poluição

Aos rios reconhecem-se funções de tal modo importantes que Pedro Arrojo Agudo fala na necessidade de se considerarem os ecossistemas hídricos de uma forma abrangente, que inclua o seu benefício para os colectivos humanos e o facto de serem o suporte básico de vida de espécies não humanas que integram esses ecossistemas, e que tenha presente a articulação territorial entre as actividades produtivas, as funções ecológicas, os serviços ambientais e os valores sociais e simbólicos, designadamente as diferentes utilizações e o seu uso como recurso (água, pesca, energia), como vias de transporte e local de recreio e lazer, e o seu elevado valor estético e cénico (Agudo, 1999 e 2001), mas também simbólico e emocional, a propósito do qual Martinez Gil fala em fluviofelicidade (Gil, 2010). Relativamente aos rios nacionais, sabemos pela investigação de Luísa Schmidt que os rios fazem parte do imaginário português e que durante a 2ª metade do séc. XX foram os elementos da paisagem mais mediatizados, em particular com referências à sua função lúdica e instrumental (Schmidt, 2003).

VII.1. Lis cantado

Durante séculos, a beleza da paisagem e o aspecto bravio do Lis e do Lena inspiraram poetas e ensaístas. Ambos devem o seu nome a Francisco Rodrigues Lobo (1556-1625), discípulo de Camões, que os designou por Leirena e Heirena, respectivamente Lena e Lis⁶¹, naquele que terá sido o primeiro esforço no sentido de pensar cada um como uma unidade. O Lis tinha até aqui diferentes designações ao longo do seu percurso, era conhecido como rio Cortes, foz de Agodim, Ulmar, Alpentente e foz de Oitavim. Para Luciano Ramos, seria diferente celebrar

⁶¹ Aceitamos essa correspondência sabendo não estar isenta de controvérsia, aliás, extensível à possibilidade do rio que conhecemos como o Lis ter sido denominado rio Lena, que assim desaguava no Atlântico, ao passo que o Lis desaguaria à saída de Leiria no rio Lena (André e Cordeiro, 2002: 124-125; Ramos, 1968, 424-430), porém quando D. Pedro III encarregou o engenheiro Reinaldo Oudinot de dirigir as obras de aproveitamento dos campos e rectificação do rio Lis, por volta de volta de 1772, era com essa designação que a ele se referia e não por Lena (Oudinot, 1787).

os encantos destes rios com a nova designação de cantar o rio das Cortes, de Ulmar, Porto de Mós ou Alpentente (Ramos, 1968: 430).

Francisco Rodrigues Lobo dedicou vários poemas aos cursos de água da região e do país. “Fermoso Rio Liz”⁶² é o poema mais emblemático e o que mais interessa à nossa investigação. Dele sobressai a imagem de um rio repleto de encantos e livre da intervenção humana, uma imagem igualmente presente em dezenas ou mesmo centenas de poemas publicados até meados da década de 80 do século XX, e que se vê alterada pela poluição que passou a caracterizar estes cursos de água.

Fermoso Rio Liz

Fermoso rio Liz, que entre arvoredos
Ides detendo as águas vagarosas
até que umas sobre outras de invejosas
ficam cobrindo o vão destes penedos;

Verdes lapas, que ao pé de altos rochedos
sois moradas das Ninfas mais formosas
pontes, árvores, ervas, lírios, rosas,
em quem esconde Amor tantos segredos:

Se vós, livres de humano sentimento,
em quem não cabe escolha nem vontade,
também às leis de Amor guardais respeito,

Como se há-de livrar meu pensamento
de render alma, vida e liberdade
se conhece a razão de estar sujeito?

Francisco Rodrigues Lobo (séc. XVII)

Em conjunto, o Lis e o Lena têm inspirado gerações de poetas, populares e eruditos, que cantaram a beleza e esplendor destes rios, enquanto rios bravios e ao mesmo tempo repletos de encantos naturais. A sua ligação era tão forte que o provável enlace foi celebrado em 1911 por Joaquim Marques da Cruz no poema “Lenda do Liz e Lêna”.

Lenda do Liz e Lêna

Nasceu o rio Liz junto a uma serra
No mesmo dia em que nasceu o Lêna;
Mas com muita paixão, com muita pena
Do seu berço não ser na mesma terra.

⁶² Posteriormente, Rodrigues Lobo fez idêntica evocação ao Tejo no poema “Fermoso Tejo meu, quão diferente”.

Andando, andando alegres, murmurantes
Na mesma direcção ambos corriam;
N'elles bebendo as aves chilreantes
Contavam esse amor que ambos sentiam.

Um dia já espigados, já crescidos
Contractaram casar, de amor perdidos,
N'um domingo, em Leiria, de mansinho...

Mas Lena, assim a modo envergonhada
Do povo, foi casar toda enfeitada
Com o Liz mais abaixo um bocadinho.

Joaquim Marques da Cruz (1911)

Em 1942, coincidindo com o arranque das obras do Plano Geral de Regularização do Rio Lis e Afluentes, em prosa poética, Virgílio Guerra Pedrosa dirigiu-se ao Lis para exaltar alguns dos seus usos: a rega dos campos, o rio como elemento da paisagem e motor do ecossistema e por último o Lis das lavadeiras no seu dia-a-dia⁶³. Porém, a partir da década de 70, associada ao descuido na limpeza das margens, a poluição marcou definitivamente a imagem do Lis e dos seus afluentes, alteração que rapidamente se reflectiu na produção literária. Num dos primeiros trechos dedicados ao Lis estão patentes os sinais de degradação deste rio. Trata-se de uma canção escrita e composta por Júlio César, de Vieira de Leiria, com o título “Canção do Lis”. O poema termina com uma mensagem de desencanto face ao progresso por ter roubado os encantos ao rio.

Canção do Lis

Formoso Lis que passas sussurrante
Por entre verdes campos e pinhais,
Acorda, vem ouvir estes meus cantos
Envoltos nos gorjeios dos pardais.

Tu és relicário dos segredos
De tanto apaixonado à tua beira,
Tu és ornamento de beleza
Tornando inda mais linda a nossa Vieira.

(Estrilho)

⁶³ Virgílio Guerra Pedrosa escrevia: “Eu te saúdo também, ó meu querido Lis, prata líquida dos campos marginais, que passas rebrilhando ao sol, na doce alegria de os regares e que segues à toa, como um doidivanas, perdido a caminho do mar, segredando um gracejo a cada borboleta, soltando um queixume a cada passarinho”. Prosseguindo: “Nas pequenas angras que ficam nas margens – às Tercenas, à Ponte-Nova e até na Foz, ouvem-se lavadeiras cantando: canções de alegria ou de tristeza, cantigas de amor e de saudade” (Pedrosa, 1942: 19 e 20).

Ó Lis que a nossa Praia vens beijar
E os teus segredos sepultas nesse mar,
Mas não te esqueças
Que nesta canção sentida
Vão em teu seio
Retalhos da minha vida.

Altivos, verdejantes salgueirais
Que aqui à tua beira tu banhavas
Essa alegre vivenda dos parais
Que docemente a rir também beijavas.

A onda arrasadora do progresso
Roubou-te esses encantos de beleza,
O verdejante mantão tão espesso
Que a teus pés debruçou a natureza.

Júlio César (Canção do Lis, RL, 09-08-1975)

Poucos anos depois, em 1982, Abílio Correia Neves, em “Rio Lis”, num misto de apelo e mágoa, partilhou as suas preocupações quanto ao futuro do Lis.

Rio Lis

Rio Lis! Protegem-te árvores seculares,
Com as suas sombras, numa grande extensão;
Líricos cantaram-te com uma certa unção...
Agora corres sozinho em direcção aos mares!

A incompreensão que não destrua a beleza,
Os insensíveis que atendam os teus queixumes;
Não deixes matar os teus peixes aos cardumes...
Deixas esta minha alma a chorar de tristeza!

Envolves a La Eirena muito ternamente,
Com afecto, bem querer! Com grande alegria!
Deixas esta linda Cidade de Leiria.

A cantar, a correr, arfando de desejos
Vais juntar-te ao Lena que cobres de mil beijos
Num amplexo, com ardor... amorosamente!...

Abílio Correia Neves (extracto de “Rio Lis”, RL, 08-01-1982)

Separadamente também o rio Lena tem sido motivo de inspiração, num desses exemplos, em 1983, José A. Padrão enfatizava o facto do rio se ter transformado em vazadouro para onde eram dirigidos os esgotos.

Rio Lena

Também aqui, oh Lena
terás a tua voz.
Aqui, oh rio,
correrá a tua água
mas límpida e pura!
Pelo menos aqui
não te deixaremos secar;
não te transformaremos em vasa
[douro

nem em cano de esgotos.
aqui terás
as tuas braças de salgueiro,
os teus pássaros com seus ninhos
as tuas bogas e escalos;
saciarás a sede dos teus campos
e cantarás o teu hino
à natureza e à vida;
aqui terás os teus espelhos de água,
onde as crianças e os velhos se mirem se recordem...
aqui terás os teus choupos e chorões,
aqui terás os teus jardins
onde se possa sonhar a paz e a feli
[cidade,

onde se possa extravazar a angústia,
chorar e rir,
e ouvir despreocupados
as vozes infantis
longe de ruídos, dos negócios e da
[política.

Aqui enfim, oh Lena
te gravaremos as histórias
que tu irás contar
ajoelhado aos pés
de Santa Maria da Vitória.
E em que tu
mais pujante e vivo
inspirarás o futuro dos Homens
que continuarão a nossa Vila.

José A. Padrão (RL, 30-09-1983)

No final da década de 80, o Lis e o Lena agonizavam, num enlace desta vez de gemidos e dor, e não de encantos como para tal aludia Marques da Cruz. O poema “Ao rio Lena”, escrito por Deolinda para assinalar a comemoração do Ano Europeu do Ambiente, publicado a 8 de Maio

de 1987 no jornal Região de Leiria, altera de forma definitiva a imagem destes cursos de água, numa altura em que eram bem visíveis os sinais de degradação da bacia do Lis.

Ao rio Lena

– Onde vais, Lena
De cara enfarruscada?
É tua companheira,
A bicharada.
Quanto a peixe nada.
De prata eram tuas águas.
Transparente e alegre
De pedra em pedra, saltitavas.
Onde levas agora
Essas tuas águas,
Tão fétidas e de cor escura?
A quem vais contar
As tristes mágoas
De perderes toda a brancura!
– Vou ter com o meu irmão
Que de nome é Lis
E cansado da poluição
Chora desesperado e infeliz.
E, de mão na mão,
Ambos iremos
Tristes e desolados,
Padecendo do mesmo mal,
Ter com o pai Mar,
Que está também a soluçar,
Soltando gemidos de dor
Porque os homens
Já não têm coração,
Porque os homens
Já não nos têm amor!...

Deolinda (RL, 08-05-1987)

A transformação da imagem do Lis e do Lena é acompanhada, praticamente em simultâneo, por alterações nas formas de fruição por parte das comunidades nestes ecossistemas em actividades de lazer, recreio e pesca, e nos usos da água para a agricultura, entre outros exemplos. Foi o que aconteceu no período posterior à inauguração das obras do Plano Geral de Regularização do Rio Lis e Afluentes, em 1957. Desde então, à imagem das lavadeiras que ocupavam as margens do Lis, de Leiria à foz na Praia da Vieira, adicionam-se os passeios domingueiros, os banhos nas suas águas, e os concursos de pesca e natação. Durante cerca de três décadas realizaram-se nas águas do Lis importantes provas de natação e grandiosos

concursos de pesca⁶⁴, quase todos com dimensão nacional, que contaram com a presença de centenas de concorrentes e muito público a assistir.

Gradualmente a poluição passa a afectar a organização destas actividades, uma transformação que ganhou visibilidade na sequência do XII Concurso Internacional de Pesca Desportiva de Leiria, após o envio de uma exposição a 3 de Agosto de 1971 a Associação Regional do Centro de Pesca Desportiva a manifestar o seu desagrado pela poluição das águas do Lis. Ainda assim, os primeiros sinais de poluição não impediram que prosseguisse a organização de iniciativas idênticas⁶⁵, a demonstrarem uma estreita relação das populações com o rio. Na década de 80, o agravamento da poluição ameaçou a organização destas iniciativas e levou mesmo à sua suspensão. Um dos episódios mais marcantes ocorreu em Junho de 1986, entre Leiria e Monte Real, quando, no momento em que um grupo de pescadores do Grupo Desportivo Lipesca, se preparava para participar num concurso de pesca a organização se viu forçada a cancelar a competição perante o cenário desolador da morte de milhares de peixes. Este episódio destaca-se, igualmente, por ter sido de imediato denunciado à agência ANOP pela Comissão de Defesa Ecológica (associação com sede em Tomar) e só depois reportado às entidades oficiais (JL, 12-06-1986).

No final da década eram poucos os pescadores, amadores ou desportivos, que se arriscariam a pescar nas águas do Lis. Na sua edição de 30 de Junho de 1989, o Jornal de Leiria faz o ponto de situação ao afirmar: “O rio Lis foi em tempos idos um grande pólo de atracção de amantes de pesca desportiva e nele se realizaram importantes concursos. Hoje, se alguém se arrisca pescar no Lis, fá-lo junto à sua foz, aproveitando as águas do mar que na maré-cheia sobem o rio” (JL, 30-06-89). Do mesmo modo, representaria um risco tomar banhos nas águas do Lis,

⁶⁴ Merecem particular relevo os concursos de pesca organizados pelo Sport de Lisboa e Benfica, com a realização da primeira edição em 1958 (SLB, 1958), e que tiveram edições sucessivas. A 2 de Agosto de 1964 realizou-se o VI Concurso Internacional de Pesca Desportiva no rio Lis, igualmente organizado pelo SLB, patrocinado pela Câmara Municipal de Leiria, Comissão Regional de Turismo de Leiria e jornal O Mensageiro, com a colaboração do Clube dos Amadores de Pesca Desportiva da Marinha Grande, Ateneu Desportivo de Leiria, Clube dos Amadores de Caça e Pesca de Leiria. No dia anterior, a 1 de Agosto, realizou-se uma prova a contar para a II Taça de Portugal, assim como a Taça Kubitschek de Oliveira, a I Taça Salazar e a II Taça O Mensageiro (SLB, 1964).

⁶⁵ Destacam-se o I Concurso de Pesca Desportiva do Rio Lis, organizado pela ATM – Associação de Trabalhadores Morgado, um concurso de Pesca Desportiva para amadores, realizado a 12 de Setembro de 1976, e que contou com a presença de 125 concorrentes (RL, 25-09-76). O “4º Concurso de Pesca Desportiva de Rio”, organizado pela Secção da Rua Paulo VI do Centro Social Paroquial Paulo VI (Sector Desportivo), disputado no dia 26 de Junho de 1977, entre 181 concorrentes, no Lis entre a Ponte do Sinaleiro e o Canal (Açude do Estádio) (RL, 09-07-1977); cuja V edição do certame se disputou em Outubro de 1978 e contou igualmente com mais de 180 participantes de vários pontos do país (RL, 14-10-1978). Assim como o I Concurso de Pesca de Rio das Obras Sociais da Câmara Municipal de Leiria, disputado em Monte Real no dia 10 de Junho de 1978, e uma prova de Pesca Desportiva no rio Lis, organizada pelo Centro Popular de Cultura e Recreio das Cortes e realizada a 7 de Setembro de 1980.

problema sobre o qual parece ser elucidativo o título da notícia “Banhos perigosos. Rio Lis com águas inquinadas”, publicada também no Jornal de Leiria, na sua edição de 1 de Agosto de 1991 (JL, 01-08-1991).

Praticamente desde o final da década de 70 que no rio Lena estas iniciativas deixaram de se realizar. Nas suas crónicas para o jornal Região de Leiria, respectivamente de 31 de Julho e de 7 de Agosto de 1981, Josué P. Ruivo traçava um cenário negro do estado deste rio. Na primeira crónica falava do rio Lena (“para não falar também do Lis”) como um rio morto, onde nem os peixes, nem os alfaiares escaparam. Afirmava: “Pobre Lena, quem o viu e quem o vê! Hoje tem as águas podres, negras e mal cheirosas, não se vendo nelas a menor espécie de vida. Peixe, nem uma amostra. Os alfaiares que nos remansos das suas águas lhe davam vida e que serviam para nos distrair desapareceram e foram dar à perna para outro lado” (RL, 31-7-1981). A segunda crónica surge em resultado da reacção à primeira por parte dos leitores, que em menos de uma semana enviaram para Josué P. Ruivo 274 postais a expressar a sua preocupação pela poluição das águas deste rio.

VII.2. Lis domesticado

O comportamento bravio do Lis e dos seus afluentes dava origem a vastas áreas pantanosas, razão para que, desde o início da nacionalidade, esta bacia tenha sido sucessivamente intervencionada com o objectivo de domesticar as suas águas e conquistar, para a agricultura e criação de gado, uma vasta área pantanosa, que no início do séc. XX atingia 500 hectares de pauis permanentes. Os Campos do Lis, de Leiria à Praia da Vieira, foram alvo de várias tentativas de enxugo e regularização do leito, que motivaram a construção de infra-estruturas necessárias ao controlo dos caudais, e à bombagem e circulação da água para onde outrora não chegava, o que permitiu alargar as áreas de regadio. No litoral foi necessário estabilizar a foz, de modo a minorar a fragilidade das dunas, que facilmente deixavam o rio abrir novo leito para o mar, o que para desespero as populações piscatórias impedia a navegabilidade do rio, ainda possível na Idade Média. A obstrução da foz tinha ainda impacto sobre os Campos do Lis, uma vez que durante os temporais de Inverno as “areias transportadas pela deriva litoral e pelo vento eram depositadas na embocadura do rio Lis, obstruindo a sua ligação ao mar, provocando a inundação dos campos agrícolas a montante” (André e Cordeiro, 2002: 128).

Numa primeira fase, os monarcas trataram de acudir à faixa litoral. D. Afonso III, no século XIII, deu início à plantação do Pinhal de Leiria, intensificando-se com D. Dinis entre 1279 e 1325. O mesmo D. Dinis haveria de mandar drenar uma pequena parcela com cerca de 2 hectares no vale do Lis, para que fosse cultivável até ao mar – conhecida como Reino de Ulmar. Cerca de dois séculos mais tarde, a 22 de Agosto de 1463, os Campos de Leiria foram doados por D. Afonso V ao seu sobrinho D. Pedro de Menezes, conde de Vila Real e Senhor de Almeida. Após a Restauração, por Carta Régia de 11 de Agosto de 1654, os Campos do Lis passam para a Administração da Casa do Infantado, fundada por D. João IV (Pacheco, 1959: 39).

Será sob Administração da Casa do Infantado que, por volta de 1772, D. Pedro III encarregou o engenheiro Reinaldo Oudinot de “dirigir as obras de aproveitamento dos Campos e rectificação do rio Lis, no sentido de evitar o açoreamento que assustadoramente se alargava pelos terrenos marginais, transformando tudo num extenso areal improdutivo”, implicando, igualmente corrigir a saída do rio na foz (Saraiva, 1943: 12). A proposta de Oudinot⁶⁶ envolvia todo o curso do rio, que seria rectificado e regularizado, e a foz. Sendo que Oudinot fez alguns ajustes no projecto à medida que as obras avançavam. A 31 de Julho de 1778 propôs “uma série de trabalhos que tinham em vista evitar alguns inconvenientes, por os julgar de grande utilidade para a fertilização dos campos, no intuito de melhor proporcionar o depósito dos lodos nateiros provenientes das inundações invernais, que assegurariam as culturas e aumentavam uma boa produção com a rega das terras que mais aptidão mostrassem para isso, e delas se tirassem abundantes colheitas”. A alteração proposta era de tal amplitude e influência na paisagem que se impunha a construção de um boqueiro [abertura] e a mudança do rio para uma direcção em linha recta. Na foz a intervenção implicava o seu deslocamento para sul, ou seja, do Pedrogão para Vieira de Leiria, onde seria construído um molhe de fixação dos areais da costa e das dunas, complementarmente o projecto previa a arborização dessa área (Nunes, 1993: 45-59; Pacheco, 1959: 43). Por Aviso Régio de 22 de Maio de 1779,

⁶⁶ O plano de Oudinot implicou obras a dois níveis: “1.º as que tiverão por objecto a redução do Rio á huma linha recta, desmolindo os immensos morros de área que o fazião tortuoso, e herão causa de se demorarem as agoas no Campo. 2.º As que se fazem precisas para a segurança da Foz: estas consistem 1.º Em huma Jettea junto ao Mar para segurar a boca do Rio contra as Ondas e os ventos que continuamente trabalham para tapala. 2.º Em hum maraxam de faxina, pedra e terra, o qual continua pelo rio a cima na mesma linha recta com a referida Jettea para conter o canal do rio sem tortura, e o impedir de romper para o Sul, como costumava: este maraxão principia pela parte de baixo em o sítio aonde já não se receião ondas de mar tam perigosas, e se pode admitir essa construção mais económica e não menos durável do que a da Jettea: 3º Em alargar e alimpar o seixo do Rio no sítio do Enliado, aonde se lhe tem praticado antigamente huma saída por hum outeiro de seixo, tudo e pisarra”» (Oudinot, 1787; Saraiva, 1943; DGSB, 1962).

foi determinada a Oudinot a execução daqueles trabalhos, posteriormente ampliados por uma proposta de 16 de Setembro de 1780 [Aviso Régio de 27 de Janeiro de 1781]. Por Carta Régia de 25 de Setembro de 1784 seria ainda ordenada a construção de novos boqueiros “para aliviar o pêso das águas” (Saraiva, 1943: 21).

Após a morte de D. Pedro III, em 1786, o príncipe D. João mandou o sargento-mor Manuel Caetano de Sousa fazer uma inspecção às obras, este, contudo, não se limitou a realizar tal tarefa, elaborou um novo projecto que motivou a reacção imediata de Oudinot através de um extenso relatório, segundo as suas palavras, como resposta “às malévolas e precipitadas apreciações do referido inspector” (Oudinot, 1787; Pacheco, 1959: 42). Apesar desta divergência, Oudinot manteve-se na direcção das obras do rio Lis, até que, por Aviso Régio de 2 de Janeiro de 1802, foi encarregue de “proceder à execução do projecto para a obra da abertura da barra nova e pôrto de Aveiro” (Saraiva, 1943: 27).

Os anos seguintes foram marcados pelas Invasões Francesas (1807-1808, 1809 e 1810-1811), durante as quais milhares de habitantes das populações da região perderiam a vida, uns dizimados pelas tropas invasoras, outros sacrificados à fome e doença, e outros fugiram. A região entrou em decadência, situação que se agravou após a saída dos franceses, com a ocupação Inglesa e as frequentes crises políticas (Pacheco, 1959: 43/44). Posteriormente, seria fortemente marcada pela reforma administrativa de 1832, que ao extinguir dízimos, milícias, ordenanças, prestações foraleiras e corporações de mão morte, permitiu que a propriedade ficasse acessível aos capitalistas, convertendo-se em proprietários, o que na prática resultou no abandono dos campos. Em 1834 foi extinta a Real Casa do Infantado e os seus bens foram incorporados na Fazenda Nacional.

Em 1840, reconhecendo “o estado de abandono, immensamente ruinoso à agricultura, em que se achava o mesmo campo, por estar reduzido a esterilidade e convertido em pântanos insalubres com grave detrimento da saúde dos povos confinantes” (Decreto de 24 de Dezembro de 1901, 1902: 3), o Decreto de 21 de Março, aprovou o regulamento de conservação e melhoramento dos Campos de Leiria, e criou uma junta de proprietários para dirigir e administrar as obras. Apesar desse esforço, a situação agravou-se a tal ponto que, a 15 de Junho de 1886, o Intendente de Pecuária do Distrito de Leiria afirmava estarem os campos marginais do rio de nível inferior ao do leito do rio, ou seja, em pleno mês de Junho, encontravam-se alagados, impossibilitando a lavra e sementeira. E a foz encontrava ameaçada a tal ponto que, a 12 de Abril de 1887, motivou a representação feita ao Governo pela

população de Vieira para pedir a sua intervenção na tentativa de salvarem as suas habitações. Uma tentativa em vão, pois no final do séc. XIX o rio abriu caminho para Sul e arrasou várias casas (Pacheco, 1959: 50-55).

No final do séc. XIX as repercussões estendiam-se a diversas comunidades e profissões. Leiria sofria igualmente as consequências da constante elevação do leito do rio, pois à semelhança do que ocorria nos campos a parte baixa da cidade era inundada, o que dificultava ou tornava perigoso o trânsito pelas pontes; por sua vez a morosidade dos esgotos colocava em risco a higiene e saúde dos seus habitantes (Decreto de 24 de Dezembro de 1901, 1902: 3/4). Nos campos, com o leito a correr mais alto e as dificuldades de escoamento das águas, estavam criadas as condições para a formação de pauis. Nestas condições era praticamente impossível ter terrenos em condições de cultivo e, como factor agravante, as populações eram frequentes afectadas por casos de paludismo e doenças como o distoma hepático afectavam o gado bovino (MOPC, 1945: 72; Pacheco, 1959: 87-118). Simultaneamente, o rio deixou de ser usado no transporte de madeiras, precipitando a crise na sua extracção e, por arrasto, na construção naval. Rapidamente o litoral entrou em agonia, assistindo-se ao êxodo em massa de lenhadores e artificies, e ao desaparecimento do antigo arsenal do Lis, que em compensação levou à expansão dos estaleiros de S. Martinho do Porto (Vieira, 1944: 11-12).

Em 1901 foi criada, através do Decreto de 24 de Dezembro, a Junta Directora dos Serviços de Conservação do Regime do Rio Lis, a quem competia dirigir e administrar as obras de correcção do regime de bacia do rio Lis e o melhoramento dos campos de Leiria, assim como promover a correcção do regime do rio, e propor à aprovação do Ministro das Obras Públicas ante-projectos e projectos e a execução dos que fossem aprovados (Decreto de 24 de Dezembro de 1901, 1902: 10). Ficaria a cargo da Junta toda a despesa com a conservação das obras de interesse geral, incluindo a construção e conservação de novas obras a jusante da cidade de Leiria, e as que fossem levadas a efeito no álveo do rio e campos adjacentes e encostas. A novidade introduzida é que previa a existência de um fundo especial, para o qual contribuiriam anualmente os proprietários das freguesias marginais do rio Lis e dos seus afluentes, que possuísem prédios rústicos ou urbanos, e para quem pudessem advir vantagens ou benefícios de cultura ou salubridade, na proporção do valor das suas propriedades e benefícios a auferir. Nesse sentido, a Junta estava mandatada a constituir um cadastro de todas as propriedades rústicas e urbanas. A Junta viria a ser extinta a 24 de Fevereiro de 1911 e em

sua substituição foi criada a Junta do Rio Lis, que viria igualmente a ser extinta pelo Decreto-lei n.º 25.283, de 23 de Abril de 1935 (Pacheco, 1959: 65-75).

Durante as primeiras décadas do séc. XX a secção do leito era incapaz de comportar as cheias normais de inverno, pelo que facilmente transbordava e levava consigo areia, invadindo os campos e inutilizando-os para a agricultura (MOP, 1949, 4; Henriques, 1952: 1). A intensa e permanente derivação de águas para o vale dificultava as condições de enxugo dos campos, e as cheias transformavam todo o vale num extenso lago cujas águas baixavam lentamente. O aproveitamento agrícola confinava-se a áreas reduzidas junto à encosta ou próximas do leito. Grande parte do vale estava transformado em paul, com mais de 500 ha de terrenos permanentemente inundados e mais de 100 ha só no Verão conseguiam enxugar. A linha de caminho-de-ferro do Oeste e a estrada Leiria-Figueira da Foz eram frequentemente interrompidas pelas cheias (Henriques, 1952: 1; Pacheco, 1959: 102).

Em 1941, na tentativa de resolver o problema foi apresentado o plano geral dos trabalhos a realizar no vale do Lis, integrados no *Plano Geral de Regularização do Rio Lis e Afluentes*, cujo projecto ficou concluído no ano seguinte, elaborado na Secção de Estudos de Hidráulica Fluvial da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, chefiada pelo Eng. Alberto Abecassis Manzanares (MOP, 1949: 2; Henriques, 1952: 2). À semelhança do projecto de Oudinot, as obras tinham como objectivo a: “1- Defesa dos campos marginais contra as cheias do rio que provocavam inundações e a consequente invasão da areia. 2- Drenagem dos campos baixos que constituíam pauis permanentes ou que tinham deficientes condições de enxugo. 3- Rega do vale do Lis em toda a área abrangida pelas obras. 4- Fixação e melhoramento do estuário do rio de modo a permitir o rápido escoamento das cheias e a evitar as inundações provocadas pela completa obstrução da foz muitas vezes verificada” (MOP, 1949: 3). O plano previa, nomeadamente, a construção de canais de drenagem de águas altas, de redes de drenagem de águas baixas e canais de rega, associados à construção de pontes e diques; e construção de diques e molhes na foz do Lis (MOP, 1949: 4; Henriques, 1952: 3-7).

A obra de regularização fluvial consistia “essencialmente no aprofundamento, alargamento e ligeira rectificação do leito do rio, numa extensão de cerca de 30 quilómetros, desde a cidade de Leiria até à foz, permitindo o escoamento da máxima cheia prevista, o que passava pela construção de diques marginais suficientemente elevados, de forma a ficarem com o seu coroamento acima do nível de águas altas extraordinárias” (MOP, 1949: 4; Henriques, 1952: 3). Abrangia “2.535 hectares, dos quais, deduzindo as áreas ocupadas pelo futuro leito do Lis,

linhas de água afluentes e valas principais, no total de 150 hectares”, se obtinham 2.385 hectares (MOPC, 1945: 58). Por sua vez, a **desobstrução da foz** era justificada dada a impossibilidade em assegurar um regular funcionamento da obra fluvial sem que se conseguissem boas condições de escoamento das águas das cheias, que chegava a fechar completamente e a abrir nova saída para o mar (Henriques, 1952: 5). Com esse objectivo foram construídos, logo em 1943, dois esporões de grandes dimensões e dois diques, um deles sobre o antigo dique Oudinot, prosseguindo depois os trabalhos (Pacheco, 1959: 129).

O enxugo derivava do facto de existirem terrenos baixos, que impediam a drenagem eficaz de todas as águas por escoamento directo em caso de cheias, daí que a maior parte dos campos ficasse submerso durante praticamente o ano inteiro (Pacheco, 1959: 102; Alves, 1963: 104). De modo a dar solução a esse problema foi necessário prever a elevação mecânica da água dos campos quando se verificassem águas altas no Rio Lis, sendo projectada a construção de canais de drenagem e melhoramento das confluências dos afluentes, assim como a correcção torrencial dos cursos de água que transportavam maiores quantidades de areais; e, principalmente, a regularização do troço terminal dos principais ribeiros afluentes, o que obrigava a que tivessem cota de fundo superior em geral à do rio. Praticamente todos os terrenos abrangidos pelas obras seriam beneficiados com rega, nesse sentido foram avaliados os quantitativos de água necessários para a rega de 2.145 ha úteis, quer através dos cursos de água, quer pela obtenção de água com origem em fontes freáticas ou artesianas, ou pelo armazenamento em albufeiras. O projecto previa ainda a construção de vários açudes, várias estações de bombagem (através de bombas eléctricas) e uma rede de canais de rega, constituída por canais de terra e canais revestidos a betão, totalizando os canais revestidos cerca de 41km (Henriques, 1952: 3-9).

O custo da obra ascendia a 39 957 contos - 25 250 para regularização, enxugo e rega; 14 707 para regularização da foz do Lis (Pacheco, 1959: 137). As despesas financiadas pelo Estado seriam “reembolsadas em 50 anos mediante uma taxa a pagar pelos beneficiários das obras” (Henriques, 1952: 10; MOP, 1949). Os custos sofreram um agravamento considerável, atingindo 97 797 contos: 79 406 na regularização do rio, enxugo e rega; 18 391 na regularização da Foz do Lis. Um agravamento que, segundo Aragão Pacheco, se justifica, principalmente, pelo facto do projecto ter sido elaborado nos dois primeiros anos da guerra, com base nos preços então correntes, os quais sofreram aumentos consideráveis até à conclusão dos trabalhos (Pacheco, 1959: 138/142). A partir de 1942, com a aprovação do

Plano Geral das Obras, tiveram início obras de ensaio. Mas foi a partir de 1946, com a publicação do Decreto-lei n.º35.559, de 28 de Março, que começaram efectivamente (Henriques, 1952: 10; MOPC, 1945: 3). Uma vez que os Serviços Hidráulicos passaram a dispor do necessário equipamento mecânico, no final desse ano estavam abertos 15 quilómetros de canais de drenagem de águas altas e 8 quilómetros de rede baixa, e foram definidos os novos leitos do rio de Monte Real à foz, numa extensão de 12 quilómetros (MOP, 1949: 9). Onze anos depois, a 26 de Maio de 1957 foram inauguradas pelo Chefe de Estado, general Craveiro Lopes, as obras de defesa, enxugo e rega dos Campos do Lis, pondo “termo a uma luta que, durante séculos, os agricultores dos chamados campos de Leiria vinham travando com as forças da natureza” (Alves, 1963: 102), segundo afirmou o representante dos proprietários na cerimónia de inauguração.

As obras permitiriam o cultivo de arroz, aveia, cevada, milho, trevo, feijão, tremoço, batata, fava, grão-de-bico e produtos hortícolas. Quanto à pecuária já se praticava, mas uma vez eliminados os responsáveis por diversas doenças, a criação de gado tinha um enorme potencial de progressão, sobretudo a criação de suínos, aproveitando os produtos agrícolas que não podiam ser utilizados na alimentação. Pelo contrário, o facto de não existirem terrenos baldios ou incultos limitava a capacidade de criação de gado ovino e caprino. Na área abrangida pelas obras haveria na altura cerca de 7 000 suínos, 4 800 dos quais fêmeas, um sintoma da aposta na criação de leitões na região (Lourenço, 1993: 38; (Pacheco, 1919: 117-118).

VII.3. Lis poluído

A poluição em maior escala começou por se fazer sentir no rio Lis a partir da década de 60. Nessa década, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) de Leiria alertaram as autoridades competentes e solicitaram uma intervenção urgente no sentido de ser eliminada a causa da poluição a montante da estação de tratamento de água que abastecia a cidade de Leiria. Através do ofício de 26 de Outubro de 1987, sobre o “Abastecimento de água a Leiria – poluição do rio Lis”, enviado pelos Serviços Municipalizados de Água, na pessoa do seu administrador-delegado João Manuel Belo Rodeia, ao Director da Hidráulica do Mondego, com conhecimento da Administração Regional de Saúde de Leiria e Secção Hidráulica, era identificado o infractor – a Fábrica de Curtumes Carvalho, Gregório & C^a,

Lda., instalada na Reixida, freguesia das Cortes – e feita menção ao facto de se registar o mesmo problema durante a década de 60. Sem identificar que entidades foram alertadas o mesmo ofício dizia o seguinte:

“Permitimo-nos salientar que desde o início dos anos sessenta têm estes Serviços alertado diversas entidades para a situação existente, sem que até à data tivessem obtido qualquer resultado positivo, pelo menos quanto à Fábrica de Curtumes, pois constata-se precisamente o contrário, isto é, o aumento progressivo da poluição originada pela referida fábrica” (Ofício SMAS nº3499, de 26 de Outubro de 1987).

Até 1970 prevalecia a imagem do Lis e dos seus afluentes como rios limpos, onde as populações poderiam tomar banho e pescar, e a água poderia ser utilizada para rega sem risco de contaminação dos produtos agrícolas. Essa seria a imagem predominante, o que não enjeita a possibilidade de anteriormente se registarem problemas de poluição, no entanto, a dimensão e frequência destes episódios, associada à capacidade de regeneração dos ecossistemas, não lhe conferiam visibilidade para sobressaírem como preocupação pública, até porque o ambiente não fazia parte das preocupações dos cidadãos tal como nas décadas seguintes. A instalação na região de novas indústrias e depois o acentuar da tendência para a concentração de actividades agro-industriais contaminaram os principais cursos de água.

Em plena ditadura a degradação do Lis mereceu a atenção da comunicação social e ganhou alcance nacional, quando a 13 de Agosto de 1971, o Diário de Lisboa, publicou uma notícia com o título “A poluição das águas do rio Lis (em Leiria) causa a extinção do peixe”. Estamos convencidos que publicação do artigo não foi alheia nem ao facto de em 1970 o país ter comemorado o Ano Europeu da Conservação da Natureza, nem à criação em Junho de 1971 da Comissão Nacional de Ambiente, presidida por José Correia da Cunha com o objectivo de levar o País a participar na Conferência de Estocolmo (Vaz, 2000: 176). Ao que julgamos, esta foi primeira notícia sobre a poluição na bacia do Lis, pelo menos a primeira a ser publicada num órgão de comunicação nacional. O episódio a que faz referência ocorreu no rescaldo do XII Concurso Internacional de Pesca Desportiva de Leiria, e foi despoletado por uma exposição sobre a poluição no Lis, redigida pela Associação Regional do Centro de Pesca Desportiva e enviada a 3 de Agosto de 1971 ao Presidente da Comissão Regional de Turismo de Leiria. Nessa exposição, a referida Associação felicita a Comissão de Turismo e o “Clube Amadores de Caça e Pesca de Leiria, pela impecável organização do Concurso, lamentando, porém, que o estado “do Rio Lis (infelizmente poluído) tenha tirado algum brilho aos resultados técnicos desta prova” (Secção de Leiria da ARH do Centro).

A propósito da notícia publicada no Diário de Lisboa, a 25 de Agosto de 1971, Rui Acácio da Silva Luz, Presidente da Comissão Regional de Turismo de Leiria, dirige uma carta ao Director da Direcção da Hidráulica do Mondego e à Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos sobre a poluição no Lis em que afasta qualquer possibilidade do problema ter sido apenas ocasional, para este responsável o Lis sofria de um aumento progressivo de poluição. Assim, face à gravidade do problema, solicitava informações relativamente a quem se deveria dirigir caso a solução não fosse da competência da Direcção Hidráulica “para obstar tão perigoso e desagradável mal, sobre todos os pontos de vista” (Secção de Leiria da ARH do Centro).

Este episódio destaca-se ainda por se tratar de uma denúncia feita em pleno Estado Novo por uma associação da sociedade civil e que obteve visibilidade nacional, talvez por isso os Serviços se tenham esforçado no sentido de mostrar que estavam a acompanhar o problema. Em Setembro de 1971, na sequência das diligências levadas a efeito pela Secção de Leiria da Direcção da Hidráulica do Mondego, no que se pode considerar o **primeiro levantamento das fontes poluidoras do Lis**, o seu Director informa que a poluição verificada no rio Lis era causada: pelos esgotos da cidade lançados directamente no rio através de antigos canos situados entre a Ponte dos Caniços e o açude do Arrabalde, e por descargas com origem no Hospital D. Manuel de Aguiar e do Lavadouro Municipal da Fonte Quente, assim como devido a lixos depositados no rio e pelo Matadouro de Leiria localizado à saída da cidade, e por manchas de óleo provenientes duma garagem situada no antigo Quartel de Infantaria 7, pertencente à Câmara Municipal de Leiria. O Hospital estaria somente parcialmente ligado aos esgotos da cidade, mantendo um cano subterrâneo ligado directamente ao rio, o que a 2 de Fevereiro de 1972 motivou um pedido de intervenção do Director da Direcção Hidráulica do Mondego dirigido ao director do Hospital D. Manuel de Aguiar, no sentido deste providenciar para que o assunto fosse solucionado com brevidade.

Em 1974 seria criada em Leiria a Comissão de Ambiente, presidida por Joaquim Marques Confraria, extinta em Janeiro de 1977 sem que se conheçam os resultados do seu trabalho. Ainda assim, de referir que na primeira reunião, realizada a 14 de Outubro de 1974, foi feita pelo vogal Eng. Armando Pereira Nina uma exposição sobre a poluição do Rio Lis e designada uma comissão *ad hoc* composta pelos engenheiros Nina e Eliseu, arquitecto Cantante e Joaquim Confraria “para estudarem o momentoso problema dos esgotos dos prédios existentes junto do Rio Lis, entre as pontes Hintze Ribeiro e Engenheiro Zúquete” (RL, 26-10-1974). Em 1977 foi elaborado pelos Serviços Hidráulicos um exaustivo

levantamento das fontes poluidoras que afectavam o rio Lena, o primeiro da era democrática, que identificou os seguintes pontos:

- 1 Unidade destiladora de Vinhos – Rio Lena – Batalha
- 1 Lagar de Azeite – Ribeira Vale da Mata – S. João – Porto de Mós
- 7 Pocilgas – Ribeiro da Freiria – Casal da Quinta – Batalha
- 1 Pocilga – Ribeira da Freiria - Porto Concelho – Batalha
- 1 Pocilga – Rio Lena – Ribeiro de Baixo – Batalha
- 1 Pocilga – Rio Lena – Faial – Batalha
- 1 Pocilga – Rio Lena – Pena – Batalha
- 1 Águas de lavagem automóvel - Batalha
- 1 Caldeira de destilaria de Vinho – ribeiro da Golpilheira – Golpilheira – Batalha

No ano seguinte, em Junho de 1978, a Câmara Municipal de Leiria promoveu uma conferência evocativa do “Dia Mundial do Ambiente” com o Professor José Jerónimo Amaral Mendes, da Universidade de Coimbra. Tudo indica que nessa conferência o orador apresentou os resultados do «Projecto Leiria», uma investigação que teve início dois anos com o apoio da autarquia para que fossem identificadas as pocilgas existentes na zona urbana da cidade de Leiria.

No Verão de 1978 teve início o processo de mediatização da poluição do Lis que tem caracterizado esta bacia hidrográfica com a publicação de vários artigos em diversos órgãos de comunicação social. A notícia que maior reacção parece ter sugerido da parte das entidades públicas foi publicada pelo Diário de Notícias no dia 4 de Outubro de 1978 com o título “Rio inquinado”, onde se pode ler:

“O rio Lis, cantado com melodia e ritmo por cançonetistas, não passa, presentemente, de um curso de água que atravessa Leiria, inquinado por detritos de toda a espécie e por maus cheiros insuportáveis. Causa não só repugnância, como constitui um perigo permanente para a saúde pública.

Porém, à limpeza que se impõe por parte da Hidráulica do Mondego, é indispensável que, em contrapartida os Leirienses se consciencializem da riqueza que possuem e evitem, se não mesmo impeçam, a todo o custo, a degradação do rio, que é um bem, não só da terra mas do País. Porque, na verdade, o Lis não é, nem pode ser o vazadouro de uma cidade, por mais importante que seja” (Diário de Notícias, 4-10-1978).

Em reacção às diversas notícias, os Serviços Hidráulicos esforçam-se no sentido de identificarem as fontes poluidoras. Assim, após despacho exarado no memorando do Gabinete de Informação Pública e Relações Exteriores, com data de 2 de Novembro de 1978, foi feito o

levantamento das fontes poluidoras que lançavam directamente os esgotos no rio Lis, em Leiria, e que eram as seguintes:

- Garagem da Câmara Municipal de Leiria, cujo cano que conduzia as águas da lavagem de automóveis, situada no antigo Regimento de Infantaria nº 7, na margem esquerda do rio. Apesar da garagem possuir fossa depuradora, quando o cano esgotava para o rio as águas iam sempre cheias de óleos.
- Lagar de azeite pertencente aos Herdeiros de António Caseiro, situado na margem esquerda do rio Lis (possuía instalações depuradoras).
- Esgotos do Bairro das Almoinhas, na margem direita do rio Lis (não possuía instalações depuradoras).
- Esgotos do Arrabalde d'Além, situados na margem direita do Lis (não possuíam instalações depuradoras).
- Serração de mármore situada em Arrabalde d'Além, situada na margem direita do rio Lis (não possuía instalações depuradoras).
- Hospital D. Manuel d'Aguiar, situado na margem direita lançava para o rio Lis esgotos diversos (não possuía instalações depuradoras).
- Esgotos do Lavadouro Público (Fonte Quente), situados na margem direita do Lis.
- Cano a montante da Ponte Hintze Ribeiro, que fazia parte dos esgotos da cidade, lançava constantemente esgotos no Lis.

O responsável do Hospital Distrital de Leiria rejeitou as acusações de que era alvo e comunicou à Direcção dos Serviços Hidráulicos que o assunto deveria ser tratado junto do Serviço de Saneamento da autarquia de Leiria, argumentando que o “Hospital paga a taxa de Saneamento e tem os seus esgotos ligados à rede geral de esgotos da cidade”. “Se a rede geral não funciona bem ou não comporta o movimento, não poderá o Hospital ser responsabilizado por isso”, conclui o mesmo responsável segundo a informação que acompanhou o ofício enviado a 18 de Outubro de 1978 pelo Director dos Serviços Hidráulicos ao Director do Sub-núcleo do Saneamento Básico de Leiria (Secção de Leiria da ARH do Centro).

A comunicação social surgia já como o principal meio de denúncia dos problemas de poluição da região. Por exemplo, em Abril de 1979 o Grupo de Trabalho para a Defesa do Património Cultural e Natural do Concelho da Batalha recorre a ela para lançar um alerta aos leirienses sobre a poluição no rio Lena.

“Ninguém desconhece o perigoso estado de ‘águas mortas’ em que se encontra o rio Lena, fonte de vida no vale que tem o seu nome e o grande fertilizador da lavoura em grande parte da freguesia da Batalha.

Através da Imprensa Regional várias pessoas manifestaram já a sua preocupação quanto ao futuro deste importante, os batalhenses, curso de água, cuja fauna, que era das mais ricas e variadas dos nossos rios, se encontra praticamente extinta. É este o primeiro aviso de que o

Lena está moribundo e que de factor de vida passará a factor de morte, transformado, como está a ser, em caneiro onde se despejam todas as imundices e produtos altamente tóxicos.

Os habitantes da zona por ele banhada, devem consciencializarem-se de que o Lena tem que ser defendido intransigentemente, se se quiser preservar e melhorar a qualidade da própria vida humana local, livrando-a dos despejos – que devem ser canalizados para fossas adequadas – feitos directamente nele ou nos ribeiros afluentes e solicitando às entidades competentes todas as demais providências que, visando recuperar a sua fauna, recuperam a sua vitalidade e asseguram a fertilidade e salubridade futuras do vale.

Este Grupo de Trabalho, chamando a atenção dos batalhenses para este problema, que acabará por nos afectar gravemente, apela para a compreensão, espírito regionalista e desejo de promoção do bem comum, no sentido de se encetar essa obra, de salvação de insubstituíveis bens naturais, sem demoras e com o máximo empenho” (Grupo de Trabalho para a Defesa do Património Cultural e Natural do Concelho da Batalha, citado no RL, 13-04-1979).

Noutro exemplo é a própria comunicação social a lançar um apelo aos responsáveis no sentido de travarem a poluição. Referimo-nos à notícia publicada a 11 de Agosto de 1980 em vários jornais (originalmente no jornal O Comércio do Porto, após alerta lançado no semanário Correio da Marinha Grande), que apelava à Câmara Municipal de Leiria, extensível aos responsáveis do Centro de Saúde de Leiria, da Comissão Regional de Turismo e aos Serviços Hidráulicos, no sentido de colocar um fim à imundice que caracterizava o rio, com detritos por todo o lado e esgoto a céu aberto.

Em 1980 o rio Lena seria o curso de água que mais preocupação causaria, mormente por se encontrar fortemente poluído a partir de Porto de Mós devido ao mau funcionamento da ETAR local e ao despejo de efluentes com origem no matadouro. Face às acusações de que era alvo por parte dos serviços de fiscalização, no início de Agosto de 1980 o presidente da autarquia recusou qualquer responsabilidade na poluição com origem na ETAR, argumentando que os esgotos passavam primeiro pela estação de tratamento e só depois eram lançados ao rio. Todavia, a 19 de Agosto seria confrontado pelo responsável pela Secção Hidráulica com informações que nesse mesmo dia a fiscalização constatou que os esgotos estavam a ser lançados directamente no rio Lena. Tudo indica que o problema se prolongou durante pelo menos dois anos, pois em Julho de 1982, numa repetição do episódio já relatado, a Secção Hidráulica de Leiria informava o presidente da Câmara que as águas do Lena se encontravam bastante poluídas em virtude das descargas da estação depuradora, solicitando que mandasse realizar as necessárias providências.

Ainda em 1980, a poluição no rio Lena levou Manuel Lopes Antunes, Presidente da Junta de Freguesia da Barreira, a solicitar a intervenção do presidente da Câmara Municipal de Leiria, queixando-se das explorações pecuárias e unidades fabris instaladas ao longo do rio de o poluírem progressivamente há vários anos, lamentando a grande quantidade de peixes mortos e o facto dos agricultores da sua freguesia serem vítimas de uma situação a que eram alheios, ao verem-se impedidos de regar os campos com a água do rio. Segundo as suas palavras, que repetiria em exposições semelhantes, no rio não restava qualquer ser vivo, estava transformado num autêntico colector de esgotos, cujas águas nem sequer serviam para regar, constituindo um perigo para a saúde pública. A autarquia leiriense remeteu a questão para os Serviços Hidráulicos de Leiria, que em resposta confirmaram o estado de poluição do rio Lena, afirmando não conseguirem averiguar o local onde foram lançados os esgotos, solicitando à autarquia o envio de informação sobre qualquer lançamento de esgotos de que tivesse, com indicação do local e respectiva testemunha.

Se a poluição não afectava o rio Lena, afectava o Lis, sobretudo no troço que atravessa a cidade de Leiria e a montante. Em Janeiro de 1981 a situação era tal que o Lis surgia nas páginas do jornal Região de Leiria como um rio “intoxicado, torturado e escoraçado, cruelmente, já inconsciente”, sendo necessário e urgente “salvar o inocente das mãos assassinas!” (RL, 16-01-1981). Estava em causa o lançamento para o rio de detergentes, dejectos, lixo, óleos, detritos, cadáveres deteriorados, produtos farmacêuticos e ácidos, um problema que atingiria proporções alarmantes, razão para que Março do mesmo ano «Não ao rio: lixo nos contentores» fosse o *slogan* contra a deposição de lixo nas águas do Lis. A poluição ganhou maior actualidade nesse ano pelo facto do País atravessar um longo período de seca, que se prolongou da Primavera praticamente até final do ano, de tal modo severa que no Lis corria apenas um fio de água fétido, onde os peixes continuavam “a morrer à míngua de condições salubres para viver” e onde as latas, paus, plásticos, caixas e garrafas se juntavam aos pneus velhos e às “águas imundas e repelentes que continuam a vir do Hospital” (RL, 12-06-1981).

A poluição a montante de Leiria e no troço que atravessa a cidade constituía um problema da maior gravidade. Um **levantamento às fontes poluidoras**, solicitado em Abril de 1981 pelo Director Regional dos Serviços Hidráulicos do Mondego ao Chefe de Secção de Controlo de Poluição, identifica como principais focos poluidores a fábrica de curtumes Carvalho & Carvalho, a firma ANODILIS e os esgotos da cidade de Leiria. Entretanto, em Julho do

mesmo ano o surgimento de peixe morto no açude do Parque da Cidade levou a fiscalização a **nova identificação das unidades poluidoras do Lis em Leiria**, da qual resultou a identificação de diversos focos poluidores com origem em instalações de entidades oficiais: o Lavadouro Público (Fonte Quente), a lavandaria do Hospital D. Manuel d'Aguiar, a Estação de Serviço da Câmara Municipal de Leiria, e um cano de esgoto da cidade a montante da ponte Hintze Ribeiro. Mas não era apenas em Leiria que a poluição afectava o Lis, “lá para os lados de Monte Real as próprias águas já exalavam um cheiro nauseabundo” (RL, 21-08-1981).

Em Julho de 1981, a poluição no rio Lena volta a ser motivo de preocupação, de tal modo grave e urgente que na edição do dia 31 do Região de Leiria, Josué P. Ruivo retratou o Lena como um rio morto em que “Nem os alfaiates escaparam”. A cronista não era o único preocupado com a degradação deste curso de água, prova disso é que a resposta dos leitores não se fez esperar, que em menos de uma semana enviaram para o jornal 274 postais sobre o problema, razão pela qual o autor voltou ao assunto na edição seguinte. Em Setembro a poluição do Lis foi alvo de uma reportagem do programa «País, País» da RTP, filmada no Moinho do Rato, freguesia das Cortes, deu destaque à poluição com origem na fábrica de curtumes da Reixida.

Não eram apenas os rios Lis e Lena que eram motivo de preocupação. No que constitui a primeira reportagem realizada por um dos jornais regionais, no sábado dia 2 de Outubro de 1982, após alerta telefónico para a redacção do Região de Leiria, o repórter Alberto Santos foi “ver o que se estava a passar numa ribeira que com origem na área de Caldelas, banha a Caranguejeira, Palmeiria, Lapêdo, Santa Eufémia, Andrinos, desaguando no já tão poluído rio Lis”. O repórter ao chegar ao Lapêdo confirmou “o pavor do telefonema”, observando “centenas, para não dizer milhares de peixes, alguns de apreciável tamanho, de papo para o ar inundavam as águas da ribeira da Caranguejeira”. Na “origem daquele acto criminoso”, estariam “descargas de fábricas, malhadas e outras fontes poluidoras da zona do curso da ribeira” (RL, 8-10-1982). Em “Rios Lis e Lena moribundos” não restam dúvidas quanto aos sinais de degradação do Lis e do Lena. O dedo volta a ser apontado às fábricas, oficinas, ao matadouro e aos esgotos urbanos.

“Motivo de inspiração de poetas e de outros versejadores de circunstância, os rios Lis e Lena, se lhes não acodem rápida e eficazmente, caminham para a agonia final. O estado de poluição de qualquer deles, como o seu aspecto confrangedor o demonstra, anuncia a sua morte lenta e inexorável – a menos que alguém, entre tanta gente responsável, consiga

libertá-los do flagelo de que são vítimas, mais por culpa dos homens do que por falta de chuvas.

Lamentavelmente e perante a complacência das autoridades responsáveis, que poderiam intervir decisivamente para pôr cobro a tamanho desaforo, os dois cursos de água, que irrigavam os campos e emprestavam frescura e beleza por onde passavam, estão transformados em lixeiras e valas de esgoto, para onde são encaminhados os mais diversos agentes de poluição, deixando-os moribundos a exalar incómodos cheiros das suas águas pestilentas e nauseabundas” (RL, 21-10-1983).

Meses depois o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria delibera no sentido de serem tomadas as providências necessárias “pelos seus Serviços Municipais de modo a que se procedesse a um total **levantamento dos esgotos que presentemente estão a escoar para o rio Lis**, a fim de se evitar, tanto quanto possível, a poluição do mesmo, com a eliminação desses focos, nomeadamente os esgotos do Hospital de Leiria e das casas confinantes com o rio Lis que para ele escoam” (RL, 6-1-1984, Secção de Leiria da ARH do Centro, o sublinhado é nosso).

A demonstrar o papel central da comunicação social na denúncia dos atentados ambientais e como meio de alerta dos cidadãos e entidades públicas, a 10 de Fevereiro de 1984, José Travaços Santos, colaborador do jornal Região de Leiria, lançou um apelo no sentido de sensibilizar os batalhenses e as instituições de todo o vale para se mobilizarem para salvar o rio Lena, transformado num autêntico cano de esgoto. A sua acção conseguiu ter alguma visibilidade nacional, numa referência a 16 de Fevereiro na Rádio Renascença no «Jornal das Regiões».

VII.4. Lis Europeu

A adesão de Portugal à União Europeia coincide com o início de uma nova etapa na poluição da bacia hidrográfica do Lis, que corresponde à progressiva alteração das principais fontes poluidoras, com multiplicação dos cursos de água afectados, e principalmente com a entrada do problema na agenda política e nas preocupações dos cidadãos. Começam a ser anunciadas as primeiras medidas no sentido de resolver o problema de poluição hídrica na região e de suprir as carências em infra-estruturas de saneamento básico, através de Fundos Comunitários, de que é exemplo o anúncio em Abril de 1987 da adjudicação da ETAR de Leiria. Ao mesmo tempo, o tema consolida a sua presença na agenda mediática. Antes de se avançar de referir que o ano de 1987 marca o início do estudo sobre a poluição hídrica na

bacia do Lis, conduzido pelo Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, da Universidade de Coimbra, com o apoio da Câmara Municipal de Leiria e da Comissão de Coordenação da Região Centro. Desse estudo resultou a publicação, em 1989, do livro “A bacia hidrográfica do rio Lis. Contributo para o estudo da organização do espaço e dos problemas de ambiente” (Campar et alia., 1989).

De uma forma geral, neste período registou-se um agravamento da poluição em toda a bacia hidrográfica do Lis, particularmente nos rios Lis e Lena, e na ribeira do Sirol. No caso do rio Lena, data de 1986 o primeiro auto de notícia contra a destilaria existente na Golpilheira (Batalha), levantado na sequência de queixas da população, contudo, esta não seria a única fonte poluidora daquele vale. No Verão de 1987, indignado contra a degradação do Lena, Francisco Manuel dos Santos Coutinho, Presidente da Câmara Municipal da Batalha, solicitava à Secção de Hidráulica ser informado “com a maior brevidade possível, dada a urgência em resolver a presente situação e dado que este processo já se arrasta desde longa data” (Secção de Leiria da ARH Centro). No Lena, como no Lis, embora os focos poluidores estivessem referenciados, a conclusão a que chegavam as autoridades após cada acção de fiscalização apontava quase sempre no mesmo sentido – para a incapacidade de ser detectada a fonte poluidora. Isso mesmo ocorreu quando a fiscalização ocorreu ao Lena após ter sido apresentada uma queixa a 22 de Agosto de 1997 que dava conhecimento às autoridades de que junto à ponte da Moleira se encontravam centenas de peixes mortos. O mesmo sucedeu relativamente às averiguações após o alerta que dava conta da morte de peixes feito pela Adega Cooperativa da Batalha a 1 de Outubro do mesmo ano, recaindo suspeitas sobre a ETAR municipal ou uma eventual descarga no ribeiro da Freiria.

Na década de 90 persistem as descargas com origem na destilaria de Pedro José Menezes Monteiro, instalada na Golpilheira, em reacção à qual se sucediam as queixas da população. A descarga ocorrida no sábado 20 de Junho de 1998 deu origem a um comunicado da Oikos em que chamava a atenção para as graves consequências sobre a fauna, com a morte de milhares de peixes, enguias e outros seres vivos, e para os efeitos directos sobre a água utilizada para os mais diversos fins. A própria Oikos procurou identificar a fonte poluidora, mas não teve sucesso nesse esforço. Também à Quercus chegaram várias queixas da população, o que levou a Direcção Nacional a alertar o presidente da Câmara Municipal da Batalha para o problema em meados de Junho de 1999, realçando que eram frequentes os despejos no rio Lena feitos

pela destilaria de Pedro José Menezes Monteiro, nomeadamente aos fins-de-semana e feriados.

Sucedendo-se as descargas com origem nesta destilaria em Dezembro de 2001 o problema dominou o debate entre os quatro candidatos à Câmara da Batalha, realizado pela Rádio Batalha em colaboração com o Jornal da Batalha. Em 2002 acentuou-se o descontentamento da população, que em Maio levou o assunto a debate na Assembleia de Freguesia. Na ocasião, em ruptura com a Junta de Freguesia, cerca de meia centena de moradores criaram uma comissão para acompanhar o evoluir da situação – a Comissão “Golpilheira Saudável”. Dias depois o problema foi debatido na Assembleia Municipal da Batalha, que aprovou por unanimidade uma moção contra a poluição e o envio de um pedido de intervenção aos Ministérios do Ambiente e da Economia. Em Junho, na visita que José Leitão, Governador Civil do Distrito de Leiria, realizou ao concelho, os membros da Comissão “Golpilheira Saudável” entregaram-lhe um abaixo-assinado com 600 assinaturas. Finalmente, em Agosto de 2002, na sequência de uma vistoria realizada por técnicos da Direcção Regional do Centro do Ministério da Economia a destilaria da Golpilheira recebeu ordem para cessar de imediato a laboração, com a obrigatoriedade de remover os efluentes líquidos armazenados nas lagoas situadas junto ao rio Lena. Os responsáveis ainda equacionaram a possibilidade de retomarem posteriormente a laboração, contudo tal não veio a suceder.

Outro dos principais focos poluidores do rio Lena era Matadouro Municipal de Leiria, localizado praticamente na confluência com o Lis. O colorido da catástrofe ambiental e a espectacularidade das imagens da tragédia encheram as páginas da imprensa regional. Esse problema foi motivo para diversas exposições enviadas à Autoridade de Saúde de Leiria, de que destacamos a queixa apresentada a 18 de Janeiro de 1990 aos Serviços de Saúde pelo Centro Desportivo e Cultural e Recreativo do Bairro Belo Horizonte, na origem da qual estava a poluição do rio Lena, para onde escoavam os efluentes que tingiam as águas de vermelho proveniente do sangue dos animais, bem como a poluição sonora, o cheiro nauseabundo, a própria localização do matadouro e a ampliação ilegal do mesmo. Os queixosos denunciavam também o facto dos dois principais accionistas do matadouro da Mapicentro serem as Câmaras Municipais de Leiria e Ourém, cujos presidentes integravam os seus corpos gerentes. A visibilidade que esta queixa mereceu e a sua mediatização contribuiu para forçar uma solução, que passou, numa primeira fase, pela negociação da ligação do matadouro à rede de esgotos, seguindo-se a construção de uma estação de pré-tratamento. Na

Primavera de 1992 o rio Lena viu-se fortemente ameaçado, quando descargas conjuntas com origem na destilaria da Golpilheira e no matadouro de Leiria, neste último caso tão intensa que o Lena se transformou no “Rio Vermelho”, provocaram a morte de milhares de peixes que depois desaguaram na foz do Lis. Em 1998 o problema não estaria totalmente resolvido, pelo que a Inspecção-geral do Ambiente levanta um auto de notícia ao matadouro por não respeitar as normas de descarga.

No sentido de contribuírem para a defesa do rio Lena, em Maio 2002 nove⁶⁷ Juntas de Freguesia, com o apoio das câmaras, constituem o Movimento “Protecção do Rio Lena”. As razões para a constituição deste movimento, eram apresentadas por Adelino Amaro⁶⁸, 2º secretário da Assembleia Municipal de Leiria e porta-voz do Movimento, na sessão de 30 Abril 2002 da Assembleia Municipal. Das palavras de Adelino Amaro destaca-se a afirmação de que o rio Lena no concelho de Leiria não existia, o que observavam todos os dias era um esgoto a céu aberto (Acta da AML, 30-04-2002).

Relativamente ao Lis, a adesão à União Europeia parece coincidir com um agravamento generalizado da poluição, surgindo novas ameaças e agravando-se os focos poluidores anteriormente existentes. Porém, o que efectivamente era novo não eram, apenas, os novos focos poluidores, era a dimensão e escala dos problemas, que se faziam sentir desde a exurgência [nascente de um rio em maciços calcários] onde surge o Lis até à foz. Um dos primeiros episódios ocorreu, num Domingo de Fevereiro de 1986, após uma descarga tóxica ter morto milhares de peixes que depois apareceram a boiar na praia de Vieira de Leiria, sobre a qual “houve quem aventasse a hipótese de o foco da poluição” ter “sido o matadouro de Leiria; outros, que eram umas pocilgas da Batalha; outros ainda, uma fábrica de alumínio da Gândara dos Olivais” (O Comércio do Porto, citado pelo RL, 21-02-1986). A 8 de Junho, nova descarga afectou o mesmo troço e obrigou ao cancelamento do concurso de pesca promovido pelo Grupo Desportivo Leiripesca, em que a origem provável da descarga seria

⁶⁷ Referimo-nos às Juntas de Freguesia da Batalha e Golpilheira (Batalha), S. João e S. Pedro (Porto Mós), Azóia, Barreira, Barosa, Leiria e Parceiros (Leiria).

⁶⁸ Da sua declaração merece relevo a afirmação de que o movimento não iria “apenas defender zonas urbanas, como certas autoridades de Leiria o fazem; autoridades essas que apenas se preocupam com o Rio Lis quando este apresenta maus cheiros na zona urbana da cidade; autoridades que chegam ao ponto de pedir a desactivação da ETAR X ou Y em prol de descargas directas; autoridades que se esquecem que os rios Lis e Lena, têm dezenas de quilómetros fora do limite urbano da cidade de Leiria; autoridades essas que não se lembram que de nada vale despoluir e limpar o Lis na zona urbana da cidade leiriense, sem que os afluentes de ambos os rios sejam tratados devidamente; autoridades que apenas surgem, quando o Lis sofre certas descargas; autoridades que aparecem na imprensa, apenas com a contabilização dos peixes mortos” (Acta da AML, 30 de Abril de 2002).

uma empresa de curtumes situada perto de Reixida (Cortes) ou uma empresa de anodização de alumínio com sede na Ponte do Cavaleiro, também na Reixida. Como referido, este episódio destaca-se pelo facto do alerta não ter sido dado às autoridades com jurisdição sobre o Lis, até porque era fim-de-semana, mas por ter sido denunciado à agência de notícias ANOP por Graça Ferreira, da Comissão de Defesa Ecológica, uma associação com sede em Tomar (JL, 12-06-1986; RL, 20-06-1986).

Em Junho de 1987 um grupo de habitantes residentes na freguesia de Carvide organizou um abaixo-assinado com 365 assinaturas contra a poluição do rio Lis em que solicitavam que fossem tomadas providências. Posteriormente, a Junta de Freguesia remeteu esta exposição à Câmara Municipal de Leiria, que por sua vez a remeteu ao secretário de Estado do Ambiente, na altura Macário Correia. Os signatários do documento identificavam como problemas o lançamento ao rio de resíduos pecuários, entre os quais animais mortos, e grande quantidade de peixe morto, com origem provavelmente em descargas periódicas de produtos tóxicos lançados ao rio. Meses depois, em Outubro, o lançamento ao Lis de todo o tipo de detritos levou um grupo de jovens do Leo Clube de Leiria, com o patrocínio da autarquia leiriense, a lançar a campanha de sensibilização “Rio Lis, SIM. Rio Lixo, NÃO”, em que alertavam para os perigos decorrentes da poluição deste rio.

A descarga de maior dimensão ocorrida até então aconteceu no dia 5 de Setembro de 1987 na ribeira do Sirol. As imagens da catástrofe, com milhares peixes mortos a desaguarem na Praia da Vieira, justificam o aumento de visibilidade que a poluição da bacia hidrográfica do Lis passou a ter. Se até aqui o Lis era um rio poluído, mas recuperável, este episódio demonstra a urgência em avançar com medidas de despoluição. Quanto ao episódio, após alerta do SMAS de Leiria, os Serviços Hidráulicos e a autarquia realizaram várias diligências no sentido de identificar a fonte poluidora. Na sequência do processo de averiguações, a Guarda Nacional Republicana de Leiria confirmou ao Presidente da Câmara de Leiria a existência de peixe morto no Lis, em Leiria, e na ribeira do Sirol, contudo sem conseguir confirmar a sua proveniência, concluindo que o peixe terá morrido devido a um despejo efectuado na ribeira do Sirol ou num afluente no percurso entre a Caranguejeira e a Quinta do Sirol. Conclusão diferente apresentaria o Jornal de Leiria, segundo o qual a fonte poluidora da Ribeira do Sirol seria provavelmente a Serração de Madeiras – Vale Covo, situada na Caranguejeira (JL, 09-10-1987).

Cerca de um mês depois foi afectado o Lis a montante da foz da ribeira do Sirol. A situação atingiu um ponto tal que afectou a captação de água para abastecimento público localizada junto da Quinta de S. Venâncio, cuja estação de tratamento de águas superficiais fora ampliada e beneficiada, razão suficiente para o administrador-delegado do SMAS de Leiria alertar o Director da Hidráulica do Mondego para a poluição e para as repercussões que tal teria no abastecimento de água a Leiria, um problema conhecido desde a década de 60, devido à contaminação do Lis com origem exactamente na mesma empresa, a Fábrica de Curtumes Carvalho, Gregório & C^a, Lda., instalada na Reixida (Cortes).

Em Janeiro de 1989, o Rotary Club de Leiria alertou para a existência de peixes mortos no rio a jusante da Ponte Hintze Ribeiro, junto dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Leiria, dentro da área da cidade. No sentido de averiguar no local o que se passava, deslocou-se a Leiria o engenheiro António Machado Relvão, da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Centro, não apenas “a fim de colaborar num vistoria a alguns dos principais poluidores”, mas com o objectivo de o gerir. Essa alteração mostra uma nova abordagem do problema, mais política e menos técnica, que não seria bem acolhida pelos serviços locais, pois colocava em causa a intervenção até aqui realizada. Acompanhou a visita o um técnico da Delegação de Saúde, um técnico auxiliar e um guarda-rios da Secção Hidráulica, verificando que havia dois colectores municipais a descarregarem efluentes urbanos, duas oficinas/estações de serviço, das quais não havia sinais de escorrências de óleos para o rio, apenas sinais de águas residuais e várias casas com colectores ligados directamente para o rio, entre elas uma farmácia a descarregar esgotos das instalações sanitárias. Apesar do entusiasmo a deslocação à região do engenheiro Relvão não trouxe novidades quanto à identificação do infractor, concluindo não ser possível “estabelecer uma ligação directa entre a morte de peixe no troço em apreciação e a poluição habitual lançada naquela zona”, prevalecendo a tese que a descarga letal foi efectuada através da rede de saneamento da cidade de Leiria (Secção de Leiria da ARH do Centro).

A 3 de Fevereiro de 1989, o Director-delegado do SMAS Leiria solicita a intervenção do Director dos Serviços Regionais da Hidráulica do Mondego para que fossem tomadas providências urgentes para a eliminação do foco poluidor das águas do Lis e assim fazer face ao agravamento contínuo do problema, com repercussões na captação de água que abastece Leiria, devido às descargas praticamente permanentes e por vezes em quantidades maciças da Fábrica de Curtumes Lyn (ex. Fábrica de Curtumes Carvalho, Gregório & C^a Lda.), na

Reixida, freguesia de Cortes. Este atentado ambiental provocou a morte de milhares de peixes no Lis e seria alvo de um inquérito que responsabilizaria a referida Fábrica de Curtumes situada na Reixida, que **em Abril de 1989 recebeu ordem da Secretaria de Estado do Ambiente para terminar o tratamento de curtumes até final do mês**. A empresa reconheceu as insuficiências daquela unidade industrial, optando pelo encerramento, o que veio a acontecer a 21 de Julho de 1989, transferindo a sua produção para uma unidade que possuía em Alcanena. O encerramento da empresa de curtumes da Reixida resultou das pressões de Macário Correia, Secretário de Estado do Ambiente, que em entrevista ao Jornal de Leiria de 5 de Maio afirmava “Não me doem as mãos a punir industriais poluidores”, mas também de pressões da autarquia leiriense e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria, entidade que sucessivamente tinha denunciado o problema e solicitou o encerramento da fábrica, assim como de pressões de organizações da sociedade civil, entre as quais, da Associação Portuguesa de Ecologistas.

O encerramento da Fábrica de Curtumes da Reixida não eliminava todos os focos poluidores, motivo para em Junho de 1989 a Secção de Leiria fazer o **ponto de situação das fontes poluidoras** que, de imediato, identificou a fábrica de resinas Resipez, objecto de várias reclamações, como um dos principais focos poluidores. O mesmo levantamento mostrou-se optimista com a perspectiva da entrada em funcionamento das estações de tratamento de águas residuais, prevista até ao final do ano, fazer desaparecer na quase totalidade o problema dos esgotos domésticos da cidade de Leiria canalizados para o rio, ficando na expectativa que o Hospital Distrital viesse a dispor de pré-tratamento de esgotos. Especificamente no rio Lena a fiscalização identificou a já citada destilaria de Pedro José Menezes Monteiro, os esgotos da Golpilheira, as estações de tratamento de águas residuais de Porto de Mós e da Batalha, o matadouro de Leiria, diversos lagares de azeite, várias pocilgas na zona alta e rochosa de Serro Ventoso e uma serração de mármore, a que adicionam possíveis infiltrações por meio de algares (Secção de Leiria da ARH Centro).

Na freguesia das Cortes, à poluição com origem nos algares adicionavam-se sazonalmente os efluentes com origem nos lagares de azeite, e que no final de 1991 estavam a poluir o Lis ao lançarem as águas rússas directamente no rio. Desse facto deu conta uma queixa enviada pela Junta Freguesia das Cortes, mas que rapidamente se transformou numa preocupação dos SMAS de Leiria, perante a dificuldade crescente em tratar as águas que abasteciam a cidade, e que por isso informa o Director Regional de Ambiente e Recursos Naturais do Centro. O

problema ter-se-á ficado a dever ao reduzido caudal do rio e ao facto de nesse ano ser maior a produção de azeitona.

Nos dias 17 e 18 de Julho de 1992 foi realizada a **fiscalização mais mediática de sempre** e que resultou da intervenção no processo da Autoridade de Saúde de Leiria, em que se empenhou o seu responsável, Henrique Pinto, acompanhado pelo Jornal das Cortes, que depois publicou uma extensa reportagem. A inspecção foi realizada na freguesia das Cortes, designadamente em várias empresas no vale da ribeira da Abadia, no Calvário e em Soutocico, onde detectou várias situações de poluição. Após ter recebido o relatório da inspecção realizada pela Autoridade de Saúde de Leiria, a 9 de Setembro a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Centro coordena uma **inspecção pelos mesmos locais percorridos em Julho**, em que estiveram presentes técnicos do Centro de Saúde Dr. Arnaldo Sampaio, da Secção de Leiria da Direcção de Serviços Regionais da Hidráulica do Mondego e da Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral, confirmando a existência de vários focos poluidores.

No primeiro trimestre de 1993, em resposta a uma solicitação sua, a Câmara Municipal de Leiria foi informada pelos serviços de fiscalização da Secção de Leiria do Ministério do Ambiente sobre quais as **linhas de água afluentes do rio Lis mais fortemente poluídas no concelho de Leiria**: Ribeiro de Vale da Abadia (7 km), ribeiro dos Milagres (14 km), ribeiro dos Murtórios (10 km), ribeiro do Pinto (7 km), ribeiro de Escoura (10 km, 3 km os quais no concelho de Leiria), rio Lena (30 km, 6 km no concelho de Leiria). Outras linhas de água com menos carga poluente eram: Ribeiro da Curvachia (8 km), ribeiro da Carreira (13 km), ribeiro dos Parceiros (6 km), ribeiro do Picheleiro (6 km), ribeiro de Amor (8 km sendo 5 no concelho de Leiria), ribeiro da Caranguejeira (15 km – 5 km já incluídos na extensão do ribeiro dos Murtórios), Ribeira das Várzeas (10 km) (Secção de Leiria da ARH do Centro).

Em plena cidade de Leiria após a publicação da notícia “Águas do rio Lis novamente ameaçadas” na edição do Jornal de Notícias do dia 23 de Agosto de 1993, e na sequência de imensas reclamações dos moradores a queixarem-se de mau cheiro no rio Lis, foi realizada uma **vistoria que detectou várias canalizações** entre a Ponte Hintze Ribeiro e Ponte de Arrabalde, que na altura correspondiam genericamente ao percurso urbano do rio. Exactamente um mês depois, a GNR de Leiria alertou para a existência de peixes mortos na ribeira da Caranguejeira (ou do Sirol), tendo a fiscalização detectado peixes mortos entre o Lapedo e o Azambujo, mas na averiguação dos possíveis transgressores apenas foi constatada

a saída de um esgoto da firma VALCO, a quem foi levantado um processo de contra-ordenação.

A montante de Leiria sucediam-se as descargas poluidoras. Numa descarga ocorrida a 13 de Março de 1994 os focos poluidores seriam a Fábrica de Mármore, localizada em São Romão, ou então o foco poluidor teria origem na ribeira do Sirol, existindo no limite do concelho de Leiria uma lavagem de areias cujas lagoas de decantação se encontravam abaixo dos níveis, mas também no ribeiro dos Murtórios as águas vinham bastante escuras. Em plena cidade de Leiria continuava a ser frequente o aparecimento de manchas poluição, designadamente manchas de óleo, como aquela para a qual foi alertada a Oikos através da sua linha verde SOS Ambiente em Julho de 1996 e que era visível junto à Fonte Quente, no Marachão.

A montante de Leiria eram de novo os efeitos da contaminação das águas de abastecimento da cidade de Leiria, sendo frequentes os alertas do SMAS para a existência de focos poluidores que ameaçavam o abastecimento de água a Leiria. Foi mais uma vez o que aconteceu na manhã do dia 30 de Abril de 1998, sem que tivesse sido detectada qualquer descarga de efluentes ou indícios de que tenha sido efectuada. O mesmo sucedeu a 12 de Maio de 1998, dia em que uma descarga poluente levou à interrupção do abastecimento de água a Leiria por um período de 5 horas, e cujo foco de poluição provinha do ribeiro das Chitas. A 19 de Maio de 1999 o SMAS de Leiria pediu ajuda para identificar novo foco poluidor, dessa vez com origem provável nas exsurgências onde surge o Lis, devido à contaminação dos algares do maciço calcário, onde as águas não sofrem qualquer processo de filtragem.

Em Outubro de 2001 a Autoridade de Saúde e a Direcção Regional do Ambiente divergiam quanto às origens da poluição próximo das nascentes que abasteciam Leiria e que motivaram novo corte no abastecimento público de água. Para a primeira entidade foi a descarga de uma empresa do ramo alimentar, para a segunda foram despejos feitos na Serra d'Aire e Candeeiros (CML, 2002, 10). Exactamente um ano depois, Leiria foi confrontada com um problema idêntico, mas de maior dimensão, a tal ponto que em Setembro de 2002 foi necessário cortar o abastecimento público de água à cidade durante cinco dias devido à contaminação das nascentes a montante. Embora as culpas tivessem sido inicialmente apontadas às suiniculturas, seria uma causa pouco provável por não ser a sua área de implantação, posteriormente, a poluição retida nos algares foi apontada como causa provável, todavia não foi possível confirmar essa possibilidade. Este incidente teve enorme cobertura

mediática e amplas repercussões na região, do ponto de vista social e político, e obrigou o SMAS a procurar alternativas para abastecimento de água à cidade.

VII.5. “Catástrofe de Suinobyl”

Pelo menos desde o início da década de 80 que a instalação de suiniculturas de maiores dimensões ao longo da ribeira dos Milagres se repercutiu na qualidade da água desta ribeira e no descontentamento das populações. Em 1981 as autoridades tiveram conhecimento de eventuais descargas na firma Morgados Pecuária, razão pela qual em Janeiro do ano seguinte foi visitada por técnicos da Direcção de Serviços de Controlo da Poluição. Em informação remetida a 15 de Janeiro ao edil leiriense, a empresa defende-se, argumentando que as acusações de que era alvo pecavam por «excesso e má fé, uma vez que não é verdade que “se proceda ao despejo das imundices para o ribeiro já há alguns meses” os dejectos têm sido distribuídos como fertilizantes em várias terras de pessoas que nos pedem e no nosso terreno agrícola», ainda assim a empresa afirma que, “esporadicamente, e só por motivos de força maior se admite que os dejectos saiam das fossas para o referido ribeiro” (documento cedido pela CADRM).

Nos anos seguintes, ainda que os focos poluidores estivessem na sua maioria localizados no troço do Lis a montante da foz do Lena, e no próprio Lena, regista-se um deslocamento dos efeitos da poluição, principalmente, para o troço do rio entre Monte Real e a foz do Lis em Vieira de Leiria. A imagem predominante passa a ser a de enormes descargas de efluentes, com a morte de milhares de peixes, com fontes poluidoras e origens também distintas. Rapidamente o sector suinícola concentrado a montante da freguesia dos Milagres assume-se como o principal responsável pela degradação da bacia do Lis, o que acontece em resultado da transformação da produção de suínos. Quatro factores parecem explicar o acentuar da concentração de suiniculturas nas freguesias da Bidoeira de Cima, Boa Vista, Colmeias, Marrazes, Milagres: i) os citados factores históricos; ii) o regresso à região de muitos emigrantes com capacidade financeira para investirem, e com uma forte ligação à terra e à produção de suínos; iii) a janela de oportunidade de investimento no sector, com garantia de lucro no período anterior à abertura do Mercado Único Europeu em 1993; iv) a tendência internacional para a industrialização da actividade. Se, por um lado, foi na região que surgiu a primeira unidade de produção de suínos em ciclo completo ou confinado, por outro lado,

assistiu-se ao proliferar de suiniculturas ilegais, que em muitos casos funcionavam em estruturas legalizadas como armazéns de alfaías agrícolas, sem preocupações ambientais. Rapidamente este composto revelou-se explosivo e não afectou apenas as populações ao longo da Ribeira dos Milagres, afectou também as comunidades a jusante, não admira pois que o troço do Lis de Monte Real à foz recebesse mais atenção política e mediática, ao ameaçar o turismo local e deslocar a atenção para os efeitos do problema e não para as causas.

Sabemos através de vários estudos que a adesão à União Europeia, seguida da comemoração em 1987 do Ano Europeu do Ambiente, deu visibilidade social ao tema ambiente (Lima e Schmidt, 1996: 205). Sem esquecer que o Estado foi forçado a acelerar o processo de produção legislativa neste domínio e a consolidar novos padrões de qualidade ambiental (Figueiredo e Fidélis, 2003: 152). No entanto este processo não foi imediato, levou tempo a consolidar-se, sobretudo porque havia necessidade de fazer o diagnóstico e estabelecer prioridades. Foi isso mesmo que aconteceu relativamente à bacia do Lis. Em 1986 Carlos Pimenta, Secretário de Estado do Ambiente, apesar de reconhecer um acréscimo de poluição, afirmou que o problema seria “classificado dentro do grau das prioridades, após a medição da poluição das águas, a realizar a partir do próximo ano em todos os rios portugueses” (O Comércio do Porto, 17-11-1986; JL, 20-11-1986; RL, 05-12-1986).

No início de 1988 sucediam-se as descargas. Num desses casos, ocorrido a 13 de Abril, uma descarga provocou a morte de milhares de peixes no rio Lis, que surgiram entre a Ponte metálica de Monte Real e a Praia da Vieira. Chamada a GNR de Vieira de Leiria ao local confirmou a contaminação das águas, sem, no entanto, conseguir identificar a fonte poluidora, por se encontrar fora da sua área de jurisdição. Em Leiria o mesmo episódio esteve na origem de vários telefonemas para a Câmara Municipal, o que levou a autarquia a convocar uma reunião e a realizar uma vistoria ao local com a presença dos serviços de fiscalização e representantes do Centro de Saúde. A acção permitiu apurar que o efluente apareceu na confluência da ribeira dos Milagres com o Lis, recaindo as suspeitas sobre a firma Morgados Pecuária, pois nessa exploração duas lagoas de tratamento de esgotos suinícolas tinham sido despejadas por completo.

Em termos de atenção política, 11 de Maio de 1988 abre um novo ciclo. Nesse dia, na sessão de encerramento do Simpósio “A protecção do ambiente e a gestão dos recursos naturais na Bacia do Lis”, organizado pela Câmara Municipal de Leiria, Macário Correia, Secretário de Estado do Ambiente, afirmou: “Quando voltar a Leiria não quero encontrar o Rio Lis no

estado em que hoje o vi” (CML, 1988). Quanto ao simpósio, a avaliação global sobre a poluição na bacia do Lis era optimista, considerando ser recuperáveis os problemas existentes, num esforço que implicava uma intervenção imediata, que passava, nomeadamente, pela construção de “estações depuradoras de esgotos domésticos com garantia de funcionamento eficiente dando os necessários incentivos a esta construção e simplificando a burocracia actual”. Era, igualmente, urgente regulamentar a Lei de Bases do Ambiente prevendo, por um lado, uma forte intervenção do poder local “e por outro lado, dando desde já prioridade à lei da água e ao regulamento das instalações industriais e agro-pecuárias”; assim como, “alertar os agentes económicos para a responsabilidade que lhes cabe em todo o processo de legislação do meio ambiente, nomeadamente através de descargas de efluentes industriais sem prévio tratamento”, em que paralelamente se impunha “a fixação de normas enquadradoras de qualidade, duração, momento e localização a que terão de satisfazer as respectivas descargas” (CML, 1988: 5-6).

As declarações proferidas em Leiria por Macário Correia não foram um caso isolado, usando como exemplo a poluição com origem no sector suinícola da bacia do Lis, o governante deu uma entrevista ao jornal O Independente, na qual foi peremptório a afirmar que a poluição nesta bacia era mais uma guerra que a sua Secretaria de Estado estava disposta a ganhar. Contrário às justificações de carácter financeiro já na altura usadas pelos representantes do sector suinícola, Macário Correia argumentou que o sector estava numa fase ascendente desde 1972, pelo que os custos da construção de estações de tratamento não seriam difíceis de suportar (O Independente, 3-06-1998; RL, 10-6-1988). A entrevista de Macário Correia não marca apenas a entrada da poluição da bacia do Lis na agenda política, é igualmente marcante pelo efeito de dramatização. Com o título «Catástrofe de Suinobyl» apresenta a poluição com origem nas suiniculturas da região como uma catástrofe comparável ao acidente na central nuclear de Chernobyl ocorrido a 26 de Abril de 1986 (O Independente, 03-06-1988; RL, 10-06-1988; JL, 29-7-1988). Esse efeito de dramatização deve-se ao agravamento da poluição com origem nas suiniculturas da região, no que foi também um reflexo dos acontecimentos do momento, onde se incluem as mudanças ocorridas na orgânica do Estado desde a criação em 1986 da Direcção-geral de Ambiente e Recursos Naturais (Decreto-lei n.º 130/86, de 7 de Junho) e da extinção em 1987 da Direcção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos (Decreto-lei nº 246/87, de 17 de Junho). Aliás, em Outubro de 1988, como reflexo do agravamento da poluição com origem nas suiniculturas e da nova orgânica do

Ministério do Ambiente, foi a vez de Tito Costa, Director Regional Ambiente e Recursos Naturais, visitar a região.

Face ao acentuar da poluição da bacia do rio Lis, numa reunião realizada em Junho de 1989 a Comissão Executiva da Região de Turismo de Leiria (RTL) deliberou “apelar à direcção Regional de Saúde de Leiria e Direcção Hidráulica do Mondego, sediada em Coimbra, para procederem à necessária fiscalização das fontes poluidoras, aplicando as coimas previstas na lei no caso de detecção de infracções”. Sobre o mesmo problema informou o Secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais, com conhecimento do Secretário de Estado do Turismo, manifestando o seu descontentamento face aos prejuízos incalculáveis resultantes da poluição do Lena e do Lis, respectivamente, com visibilidade no Parque Natural de Serra de Aire e Candeeiros e na foz em Vieira de Leiria (RTL, 07-06-89; Secção de Leiria da ARH do Centro). Praticamente em contra-ciclo, os Serviços respondem que a poluição do rio Lis tinha decrescido substancialmente como consequência da sua acção fiscalizadora e monitorizadora, levada a efeito com maior incidência na área das suiniculturas implantadas na bacia da ribeira dos Milagres, localidade onde suinicultores estariam a preparar-se para apresentarem projectos de tratamento de efluentes (Secção de Leiria da ARH Centro, 29 de Junho de 1989).

Apesar dos alertas agravam-se as descargas poluidoras na bacia do Lis, cujo efeito se fazia notar na foz, para indignação das populações afectadas e dos respectivos autarcas. Quanto à fiscalização, à semelhança do que sucedia anteriormente, os processos de averiguação eram quase sempre inconsequentes. Era frequente a fiscalização encerrar os processos afirmando que, apesar das suspeitas e testemunhos da população, “das nossas investigações não podemos concluir da identidade de possíveis transgressores”. É disso exemplo a descarga que afectou a foz do Lis em Outubro de 1990, e contra a qual reagiu o Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande através de um comunicado enviado à Direcção Geral da Qualidade do Ambiente, ao afirmar que “de novo a morte desceu ao rio Lis causando inúmeras vítimas e avultados prejuízos entre a fauna. Talvez por acção de descarga de dejectos naquele rio ou nalgum ribeiro seu afluente, milhares de peixes começaram hoje a surgir mortos na foz do rio Lis na Praia da Vieira”. Perante aquele cenário o autarca solicita que fossem tomadas as medidas adequadas, assim como o apuramento de responsabilidades e aplicação das respectivas sanções de modo a eliminar duma vez para sempre os focos poluidores e para que fosse implementado o plano integrado de despoluição da bacia do rio Lis. Da sua acção a fiscalização concluiu ser impossível detectar a fonte poluidora, pois a descarga verificou-se

após as chuvas dos últimos dias (Secção de Leiria da ARH do Centro). Noutro exemplo foram multadas algumas empresas, quando nova descarga ocorrida em Janeiro de 1992 fez desaguar peixes mortos na foz do Lis com origem provável a montante da ponte da Ruivaqueira, na confluência com a Ribeira dos Milagres, mas sem identificação precisa do foco poluidor. A fiscalização suspeitou de descargas com origem nas pecuárias da região e de possíveis descargas de uma indústria de alumínio (Soalumínios), situada no lugar de Pinheiros, mas também suspeitou da firma Resipez, instalada na Ribeira do Pinto, pelo que foram levantados autos a estas duas empresas.

A década de 90 não foi apenas caracterizada por constantes descargas nos cursos de água da região com origem nas suiniculturas. A necessidade de regulamentar a actividade e a abertura do Mercado Único deram origem a diversas acções de protesto por parte dos suinicultores. Em 1992 a transferência da responsabilidade pelos critérios de instalação das suiniculturas da Direcção Geral de Pecuária para as Câmaras gerou enorme tensão, que no distrito de Leiria resultou na reivindicação de regras idênticas, mas que não se veio a concretizar. Em 1994 os protestos agudizaram-se devido à impossibilidade dos suinicultores escoarem a sua produção, dificuldade justificada com a abertura do Mercado Interno Europeu e com a falta de competitividade do sector sobretudo face ao mercado espanhol. Em desespero, na Primavera de 1994, numa altura em que Mário Soares visitava a região na Presidência Aberta dedicada ao ambiente, os suinicultores saíram para a rua, a crise afectava sobretudo os pequenos produtores devido à dependência em escoarem a sua produção.

Quanto à questão ambiental, de forma desconcertante, após garantir a comparticipação em 85% pelo Fundo de Coesão, o sector avançou com a construção de duas estações de tratamento de efluentes, cujo processo teve início em Fevereiro de 1992 com a assinatura de um acordo entre a Federação de Agricultores de Leiria e a Câmara Municipal de Leiria. Justamente um ano depois foi criada Associação de Suinicultores do Concelho de Leiria (ASCL), destacando-se dos seus objectivos a vontade de construir quatro Estações de Tratamento dos efluentes das suiniculturas do concelho de Leiria, respectivamente em Figueiras, Janardo, Milagres e Bidoeira. A ASCL construiu apenas duas dessas ETAR, uma localizada na Bidoeira, inaugurada em Dezembro de 1994 com a presença da Ministra do Ambiente, Teresa Patrício Gouveia. A outra foi construída na Raposeira (Colmeias), foi inaugurada em Setembro de 1995, vindo a encerrar meses depois devido aos elevados custos de manutenção. A construção destas ETAR foi uma iniciativa isolada da ASCL, sem a sua

integração em qualquer estratégia⁶⁹ capaz de garantir o seu funcionamento, que passaria pelo investimento na produção em biogás (que não se chegou a concretizar), e sem as infra-estruturas estarem dimensionadas à escala das necessidades. Ambas as ETAR retomariam o seu funcionamento, contudo, segundo a ASCL, era apenas para evitar a degradação do equipamento. As lagoas de retenção têm servido para armazenamento de efluentes, depois descarregados nas linhas de água ou espalhados em solo agrícola ou florestal. O que seria uma solução para os efluentes suinícolas transformou-se num problema de grande amplitude, uma vez que o carácter difuso das explorações se viu concentrado numa infra-estrutura não funcional e que por isso aumentou o risco de poluição. Durante vários anos as lagoas de retenção de efluentes de ambas as ETAR estiverem na origem da contaminação das águas e provocaram mal cheiro. Um desses episódios ocorreu em Março de 1999, quando uma descarga com origem na ETAR da Raposeira poluiu a ribeira do Sirol e depois o rio Lis. A Associação de Suinicultores de Leiria, através do seu presidente David Neves⁷⁰, presidente da associação de Suinicultores do Concelho de Leiria, acabou por admitir que a descarga era de maiores dimensões que as anteriores.

Em 2003 a Inspecção-geral do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAOT) realizou uma inspecção às suiniculturas da região na conclusão da qual culpava a Associação de Suinicultores de Leiria (ASCL) pelo não funcionamento das duas ETAR, em estado de degradação extremo e que funcionavam como locais de armazenamento temporário de efluentes com vista ao posterior espalhamento de efluentes no solo. A ASCL reconhecia que as ETAR foram mal dimensionadas, ao serem projectadas para cerca de 20 000 porcos, pelo que rapidamente ultrapassaram a sua capacidade de funcionamento e nunca foram exploradas devidamente nem sujeitas a cuidados de manutenção adequados. (IGA, 2003: 411-421). Em 2007, uma acção inspectiva às suiniculturas de todo o País juntou a Autoridade de Segurança

⁶⁹ Na mesma altura equipa do LNEC dava sequência a um protocolo com a FPAS e realizava um estudo sobre o tratamento de efluentes suinícolas. Esse estudo defenderia ser desejável que os custos de qualquer sistema de tratamento fossem pelo menos em parte recuperados através do próprio negócio. De modo a evitar o desincentivo à implementação e gestão dos sistemas, defendia seria necessário “estabelecer boas condições de comunicação entre os vários intervenientes e implementar um programa de formação e informação a diversos níveis e colocar em operação um sistema eficiente de auto-controlo e fiscalização” (Bicudo e Albuquerque, 1995: 17). A solução técnica proposta passava pela digestão anaeróbica dos efluentes, com produção de biogás, em que após a separação mecânica os efluentes líquidos estes seriam sujeitos a tratamento biológico complementar e depois despejados na rede de esgotos, excluindo a descarga em linhas de água. Os resíduos sólidos seguiam para compostagem para depois serem aplicados no solo como fertilizantes (Bicudo e Albuquerque, 1995; Bicudo et alia., 1996).

⁷⁰ David Neves sucedeu em 1997 a António Venâncio na direcção da Associação de Suinicultores de Leiria, assumindo-se a partir de então como um dos principais protagonistas do processo, em 2003 acumulava o cargo com a presidência da Recilis.

Alimentar e Económica (ASAE) e a Inspeção-geral do Ambiente (IGAOT), com o apoio do SEPNA/GNR, sendo que em Leiria foram detidos dois suinicultores por não acatarem ordens.

A poluição que continuamente afectava a Praia da Vieira tem sido motivo de preocupação por parte da população e dos autarcas. Perante a ameaça às praias da região com origem na fábrica de celulose situada na Leirosa, concelho de Pombal, assim como pelas descargas que desaguavam no rio Lis, por diversas vezes a Câmara da Marinha Grande optou por não concorrer à atribuição da Bandeira Azul, argumentando não concordar com os critérios inerentes a tal atribuição, mas o que estava em causa era a publicidade negativa para o turismo que eventuais descargas poluentes⁷¹ na época balnear trariam em caso de perda do galardão. A descarga accidental ocorrida a 15 de Junho 2003 numa suinicultura existente na freguesia dos Milagres matou milhares de peixes ao longo do seu percurso e confrontou a Praia da Vieira a necessidade de interditar a praia a banhos, e aumentou a urgência na concretização de uma solução para os efluentes com origem nas suiniculturas.

Nos últimos anos a poluição com origem nas suiniculturas parece ter sido transferida do meio hídrica para o solo agrícola, um procedimento que tem gerado o descontentamento das populações, sobretudo por colocar em causa a saúde pública, e devido ao mau cheiro que se faz sentir. Em Junho de 2008, com os ventos favoráveis, o mau cheiro resultante do espalhamento de efluentes suinícolas fez-se sentir durante vários dias na cidade de Leiria. A 7 de Agosto o assunto esteve na origem de um pedido de audiência das freguesias de Amor, Monte Real, Ortigosa, Regueira das Pontes e Souto da Carpalhosa com o secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa, que se deslocou a Leiria para o efeito.

VII.6. Lis re-visitado

A poluição da bacia do Lis tem suscitado o interesse dos sucessivos governantes e políticos, demonstrado através de repetidas visitas à região. A partir de Maio de 1988 foram constantes as visitas de governantes no sentido de contribuírem para o avanço do processo de despoluição do Lis, não cessando a partir daí, nem as promessas de despoluição. Não foram apenas os governantes, foram igualmente deputados e líderes dos principais partidos que

⁷¹ As enormes descargas que afectavam a Praia da Vieira motivaram um voto de repúdio por parte da Assembleia de Freguesia de Vieira de Leiria em moção aprovada a 24 de Junho de 1999, posteriormente enviada ao Director Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Centro em que é dito que as descargas poluentes atingiam “qualquer limite de tolerância”, pelo que “CHEGOU A ALTURA DE DIZER BASTA” (AFVL, 24-06-1999).

visitaram a região, geralmente em contexto eleitoral. Relativamente às visitas de governantes, com destaque para os ministros e secretários de Estado do Ambiente, “o vai e vem” constante teve início a 11 de Maio de 1988 com Macário Correia. Em Março de 1989, em visita à região, Herculano Pombo, deputado do Partido Ecologista de “Os Verdes”, lamentou as escassas informações científicas fornecidas pela Secretaria de Estado do Ambiente, o que dificultava a definição das principais fontes de poluição. “Os Verdes” criticavam as multas, que consideravam irrisórias, e propunham à Secretaria de Estado do Ambiente que o Lis fosse declarado de absoluta emergência, proposta que não chegou a ser aceite.

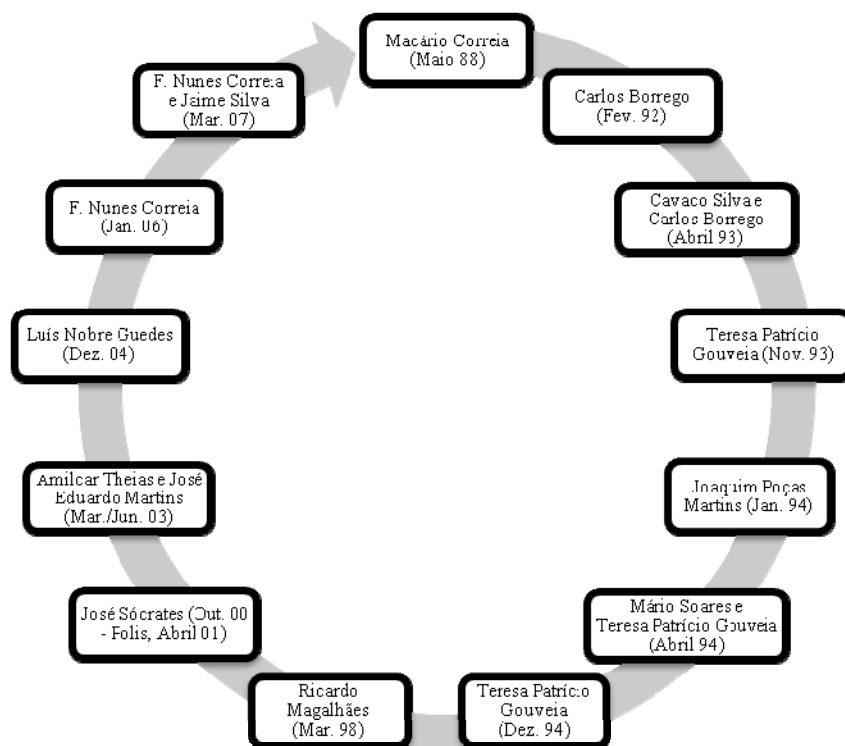
Em Janeiro de 1991 Carlos Borrego, ministro do Ambiente, visitou a região a convite da Oikos. Na ocasião o governante anunciou a criação de grupo de trabalho para efectuar **levantamento das fontes poluentes da bacia do Lis**. Em Abril de 1993, o mesmo Carlos Borrego, acompanhado pelo primeiro-ministro Cavaco Silva, visitou Leiria e a Marinha Grande, um dia depois de uma descarga de efluentes afectar a foz do Lis. No final de 1993, Teresa Patrício Gouveia, que entretanto substituíra Carlos Borrego no Ministério do Ambiente, visitou Leiria para esclarecer os motivos da não contemplação da despoluição da Bacia Hidrográfica do Lis no Plano de Desenvolvimento Regional. Em 1994, Poças Martins, secretário de Estado do Ambiente e do Consumidor, visitou várias vezes a região: em Janeiro de 1994 esteve em Leiria para presidir à primeira reunião do Conselho de Bacia do Lis e para a assinatura do protocolo entre o Governo, AMAE e associações de suinicultores da região para a despoluição da bacia do Lis e ribeira de Seixa⁷².

Naquela que foi a visita que deu maior visibilidade à poluição com origem nas suiniculturas instaladas ao longo da Ribeira dos Milagres, após um convite originalmente feito pela Oikos para que a região fosse contemplada na Presidência Aberta dedicada ao Ambiente, a 16 de Abril de 1994 o Presidente da República Dr. Mário Soares, acompanhado pela Ministra do Ambiente, Teresa Patrício Gouveia, visitou a Ribeira dos Milagres. A visita seria marcada pelo que o Presidente da República não viu, pois a dado momento foi desviado do trajecto previsto. O que Soares não viu foi um porco morto a boiar nas águas da ribeira, num episódio que obteve ampla cobertura por parte da comunicação social. No final de 1994, Teresa Patrício Gouveia regressou ao concelho de Leiria para inaugurar a ETAR da Bidoeira.

⁷² Na nossa opinião, a inclusão da ribeira de Seixa deveu-se basicamente ao facto do município de Ourém integrar a AMAE, e não apenas ao facto das duas bacias terem em comum o maciço calcário estremenho e porque os municípios que integravam a AMAE tinham interesses e estratégias de desenvolvimento comuns que permitiriam ambicionar constituir uma metrópole única, tal como justifica o projecto de despoluição (DRARNC, 1996: 4).

Em Maio de 1995 António Guterres, secretário-geral do PS, visitou várias pecuárias, nos Milagres e almoçou na Bidoeira com suinicultores, numa visita em que acabou por ser acusado pela Associação de Suinicultores de Leiria de aproveitamento político, por não ser feita a convite desta Associação, mas sim de alguns dos seus membros. Em 1998, Marcelo Rebelo de Sousa, na altura líder do PSD, escolheu Leiria e o rio Lis para assinalar o Dia do Ambiente.

Esquema VII.1. Principais visitas de governantes à bacia do Lis



Durante os Governos de António Guterres assinala-se a presença na região de Ricardo Magalhães, secretário de Estado Recursos Naturais. Entretanto, em Junho de 1998 quem visitou a bacia do Lis foram os deputados da Comissão Parlamentar de Administração do Território, Poder Local, Equipamento Social e Ambiente. Em Setembro de 1999, foi a vez de representantes da Comissão de Ambiente da União Europeia se deslocarem a Leiria para avaliarem projecto de despoluição do Lis. Em Outubro de 2000 foi a vez de José Sócrates, ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, se deslocar a Leiria, neste caso para apresentação do Polis de Leiria, mas com o Lis como tema de fundo, sobre o qual, aliás, recordou a complementaridade do Polis com o programa de despoluição da bacia do Lis e o compromisso da Simlis – Saneamento Integrado dos Municípios do Lis em despoluir o rio até

2003. “Não faria sentido devolver à cidade um rio poluído”, afirmou na ocasião (RL, 03-11-00). Meses depois, em Abril 2001, o mesmo José Sócrates visitou as obras da Simlis.

O sucessor de José Sócrates na pasta do ambiente, Amílcar Theias visitou Leiria em Junho de 2003 para reunir com os suinicultores, num processo acompanhado directamente por José Eduardo Martins, secretário de Estado do Ambiente, de que resultaria a criação da Recilis no final desse ano. Cerca de um ano depois, em Dezembro de 2004, o novo ministro do Ambiente, Luís Nobre Guedes, deslocou-se a Leiria a propósito do primeiro aniversário da Recilis. Durante o seu mandato como Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Francisco Nunes Correia visitou a região em diversas ocasiões, das quais destacamos a sua presença em Leiria em Janeiro de 2006 para presidir à cerimónia de celebração do acordo entre a Recilis e consórcio que ganhou o concurso para concepção, construção e exploração da ETAR dos Milagres. Essa infra-estrutura estava projectada para proceder ao tratamento dos efluentes suinícolas da região e prevista para entrar em funcionamento em 2008, mas cerca de meio ano depois foi abandonada essa localização por se encontrar projectada para terrenos que o PDM de Leiria reservava para expansão urbana, o que levou a que fosse escolhida a freguesia de Amor para nova localização. Em Março de 2007, Francisco Nunes Correia esteve presente em Leiria na cerimónia de apresentação da Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-industriais – ENEAPAI (2007), acompanhado pelo Ministro da Agricultura, Jaime Silva. Em Agosto do mesmo ano voltaria a Leiria com o primeiro-ministro José Sócrates para inaugurarem as obras do Polis Leiria, numa cerimónia em que o primeiro-ministro se congratulou por Leiria ser um exemplo de devolução do rio à cidade. Por último, em Novembro de 2008 Nunes Correia deslocou-se a Leiria para inaugurar a ETAR Norte, situada na freguesia do Coimbrão, na altura a maior ETAR da região Centro. Durante os governos presididos por José Sócrates, o Secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa, foi um dos principais protagonistas do processo de despoluição da bacia do Lis, sobretudo porque durante os cerca de seis anos que se manteve no cargo foi pública a falta de entendimento do governante com David Neves, presidente da Associação de Suinicultores de Leiria e da Recilis. Finalmente, em Abril de 2012 Assunção Cristas, ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, esteve em Leiria num debate organizado pela associação empresarial da região, a NERLEI, pronunciando-se sobre o impasse na concretização da ETES sem adiantar qual será a política do seu Ministério.

Quanto ao processo de despoluição da bacia do Lis, em 1993 sofreu um primeiro revés ao não ser incluída numa eventual candidatura a fundos comunitários no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional 1994-1999. O processo não terminaria aqui, pois a assinatura a 25 de Março de 1994 de um protocolo entre o Governo, AMAE e associações de suinicultores da região para a despoluição da BHL e ribeira de Seiça relançava a esperança. Na sequência desse protocolo o estudo do Plano de Despoluição do Rio Lis e da Ribeira de Seiça seria entregue à empresa Hidrovia. O sistema de despoluição integrada das bacias do rio Lis e ribeira de Seiça previa a reabilitação de 12 Estações de Tratamento de Águas Residuais existentes, duas delas para tratamento de efluentes suinícolas (Raposeira e Bidoeira) e pela construção de mais oito, que incluíam as ETAR suinícolas de Santo Antão e Chãs e a ETAR fundamentalmente suinícola de Chão da Mendiga (Lena). No seu conjunto, as unidades previstas procederiam ao tratamento de águas residuais com origem doméstica, industrial e suinícola. O sistema pretendia aumentar o nível de atendimento das populações em termos de drenagem e tratamento de águas residuais: a drenagem atingia 48% na Batalha, 31% em Leiria, 73% na Marinha Grande, 30% em Porto de Mós e 43 em Ourém; o tratamento não ultrapassava 38% na Batalha, 31% em Leiria, 73% na Marinha Grande e 23% em Ourém. Tal como tratar os efluentes suinícolas em face dos quantitativos de suínos identificados na zona de influência de cada ETAR: Mendiga (22 341 suínos), Santo Antão (89 639 suínos), Bidoeira (60 mil suínos), Raposeira (90 mil suínos) e Chãs (226 910 suínos). O estudo assinala as dificuldades em conseguir consenso face aos quantitativos de suínos, sendo fixados a 5 de Agosto de 1995 pela DRARN Centro a partir da seguinte distribuição por concelho: Leiria 400 mil efectivos, Batalha 40 mil efectivos e Porto de Mós 50 mil efectivos⁷³ (DRARN, 1996).

No início do segundo semestre de 1997, era então Elisa Ferreira ministra do Ambiente, com o estudo da Hidrovia praticamente pronto e discutido no Conselho de Bacia do Lis, surgiram rumores do financiamento do Projecto não ser contemplado pelo Fundo de Coesão para o período seguinte. Sobre esses rumores, em Dezembro, o eurodeputado Sérgio Ribeiro questionou o Parlamento Europeu sobre a existência de uma candidatura de 7 milhões de contos ao referido Fundo de Coesão para despoluição da bacia do Lis. Em Fevereiro de 1998 os rumores foram confirmados através de uma carta da Direcção Geral do Desenvolvimento

⁷³ A questão dos quantitativos tem sido um dos problemas, é possível que o valor apresentado seja excessivo, mesmo que diga respeito a todas as freguesias dos concelhos da AMAE. Nas freguesias da bacia do Lis os dados do INE referentes aos dois últimos Recenseamentos Gerais da Agricultura apontam para quantitativos abaixo dos 200 mil efectivos (INE, 2011a).

Regional discutida em reunião da Câmara Municipal de Leiria. O Estado argumentou que estavam esgotados os fundos para apoios a projectos do Ambiente e que, com base em critérios técnicos, optou pela utilização do financiamento através do Fundo de Coesão para a despoluição do rio Ave, Ria de Aveiro, Alviela e Trancão (CML, 2002: 9).

Apesar dessa exclusão o Governo reiterou a sua intenção de não abandonar o projecto de despoluição do Lis. Através do Decreto-Lei n.º 543/99, de 13 de Dezembro, criou a empresa multimunicipal Simlis – Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S. A., o que correspondia a uma mudança na estratégia inicial. Assim, ao contrário do que previa o projecto de despoluição do Lis e ribeira de Seiça, cuja exploração e gestão seria da responsabilidade da AMAE, a nova estratégia entrega a recolha, tratamento e rejeição das águas residuais dos municípios da Batalha, Leiria, Marinha Grande, Porto de Mós e Ourém ao Sistema Multimunicipal de Saneamento do Lis, na componente em alta, mantendo a componente em baixa com os respectivos municípios. E, no poucos dias depois, a 30 de Janeiro de 2000, com base no princípio do poluidor-pagador, responsabiliza as associações de suinicultores pela componente de recolha e tratamento de efluentes com origem nas suiniculturas, em que para o efeito foi assinando um protocolo entre os Ministérios do Ambiente e Agricultura, AMAE, Associações de Suinicultores da Batalha, Leiria e Porto de Mós e Simlis, que determinou a forma de articulação entre as partes e o valor da comparticipação dos Ministérios para que a despoluição da bacia do Lis se concretizasse.

Em 2003, com Amílcar Theias como ministro do Ambiente o processo conheceu novos desenvolvimentos. Theias nomearia um Grupo de Trabalho para resolver o problema das suiniculturas coordenado por José Eduardo Martins, secretário de Estado do Ambiente, de que cujas conclusões, de 15 de Julho de 2003, resultaria no final do ano a criação da Recilis – Tratamento e Valorização de Efluentes, empresa que integra os suinicultores e a quem cabe concretizar a componente de tratamento de efluentes com origem nas suiniculturas da região. Desta altura sobressai ainda a determinação do Ministério em fiscalizar rigorosamente os suinicultores que não aderirem ao novo sistema de tratamento de efluentes.

Em Janeiro de 2006, com Nunes Correia como responsável pelo Ministério do Ambiente, a Recilis e a Simlis apresentam o que consideram ser a solução técnica para o problema da poluição do Lis, que passa pela construção de uma Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas (ETES) nos Milagres, localização que seria abandonada por estar prevista para ali a expansão urbana. Rapidamente foi encontrada nova localização na freguesia de Amor,

localidade que tem contestado essa escolha. O Estudo de Impacto Ambiental esteve em consulta pública em Dezembro de 2007, e obteve Declaração de Impacto Ambiental favorável em Maio 2008. De então para cá, embora tenham passado cerca de 3 anos a obra não chegou a arrancar, por dificuldades na obtenção de financiamento e por falência do primeiro consórcio que iria construir e gerir a ETES.

Em Novembro de 2008, foi inaugurada a ETAR Norte, infra-estrutura da Simlis, situada na freguesia de Coimbrão e dimensionada para receber os efluentes domésticos e industriais, assim como os efluentes das suiniculturas pré-tratados e efluentes não tratados das suiniculturas mais próximas, rentabilizando o seu funcionamento com produção de biogás. Mas para que a ETAR Norte funcione em pleno é necessário que a ETES em Amor seja construída. Com esse objectivo, em 2009 David Neves apresentou no decorrer da XX Feira Nacional do Porco do Montijo a estratégia da Recilis para recolha e tratamento dos efluentes suinícolas da bacia do Lis, aproveitando na ocasião para reafirmar a importância económica da actividade, que empregava na altura mais de duas mil pessoas e gerava um volume de negócios superior a 600 000 000 € o que constitui um contributo significativo na dinâmica de desenvolvimento da região. O reverso é que, segundo o próprio presidente da Recilis, o sector contribui com 83% da carga poluente desta bacia, cabendo ao sector doméstico 12% e ao sector industrial 5%.

A estratégia da Recilis não passa por tratar a totalidade dos efluentes da bacia do Lis, mas apenas os efluentes das suiniculturas dos concelhos da Batalha, Leiria e Porto de Mós, tendo aderido ao sistema 28 explorações na Batalha (10 552 suínos), 340 em Leiria (200 390 suínos) e 34 em Porto de Mós (16 610 suínos). Os 95% de suinicultores da região que aderiram à Recilis somam um total de 402 explorações, que produzem 227 652 suínos. A solução encontrada passa pelo pré-tratamento dos efluentes (1800m³/dia) na Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas e pelo posterior envio dos caudais líquidos para a ETAR Norte, nesta última será feito o tratamento final destes efluentes e todo o tratamento de efluentes de suiniculturas localizadas nas proximidades (280m³/dia). Em termos técnicos, a solução apresentada passa por digestão anaeróbica (tratamento biológico), com co-geração, e posterior valorização agrícola dos efluentes sólidos pré-tratados. A tarifa a pagar pelos suinicultores (e por estes contestada) pode desmobilizar os suinicultores, pois, de acordo com os dados apresentados em 2009, a tarifa média a pagar pelos suinicultores ronda 5,73 euros por m³ a preços desse ano (Neves, 2009).

Com a falência do consórcio que ia construir e gerir a ETES o que eram soluções provisórias corriam o risco de se transformar em definitivas, pelo que foi exercida pressão sobre a Recilis, no sentido desta avançar rapidamente com a obra. Em Dezembro de 2009, através da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, o Ministério do Ambiente cancelou a licença de descarga nas linhas de água e espalhamento em solo agrícola ou florestal de efluentes das suiniculturas, de acordo com a licença concedida em Agosto de 2004. Em Março de 2010 o mesmo Ministério, através da Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, determinou a suspensão da descarga de efluentes suinícolas nas ETAR da Bidoeira e Raposeira e a remoção de todo o efluente aí depositado, o que obrigou ao transporte directo dos efluentes para a ETAR Norte.

Em síntese, o relato apresentado mostra que, também na bacia do Lis, a história dos problemas ambientais é longa, mas a consciência pública alargada destes problemas é recente. Esta somente ocorreu a partir do momento em que a comunicação social lhe deu visibilidade, num impulso que contou, tanto com pressões externas inerentes à nossa entrada no espaço europeu, como com pressões internas decorrentes do aumento de interesse pela temática ambiental por parte dos cidadãos. Trata-se de uma dinâmica tripartida que se auto-reproduz e alarga, e para a qual concorre a comunicação social de base nacional e regional, os movimentos cívicos nacionais, regionais e locais, e o aumento de atenção política que o problema tem merecido. Contudo, apesar dessa dinâmica e da enorme visibilidade do problema, tal não se repercutiu no sentido de ser encontrada uma solução.

VIII

Poluição suinícola, visibilidade cívica e mediática da bacia do Lis

A temática da visibilidade da poluição hídrica da bacia do Lis impulsionou a primeira fase da nossa investigação e manteve-se como aspecto transversal na fase seguinte. Essa primeira fase foi essencialmente marcada pela informação fornecida pelos meios de comunicação social, e muito focada nas descargas na Ribeira dos Milagres e na prevalência de um conflito que colocou frente a frente os suinicultores e a população da freguesia dos Milagres. Tínhamos igualmente conhecimento de alguns estudos sobre o problema referentes ao final da década de 90, que apontavam para a existência de outras fontes poluidoras, como a indústria e os esgotos domésticos (Garcia et alia., 1999), sendo que, posteriormente, explorámos a existência de outras fontes de informação.

O que se apresenta neste capítulo resulta do mapeamento dos registos noticiosos sobre a poluição da bacia hidrográfica do Lis publicados na imprensa regional e nacional. Essa opção foi tomada, por um lado, para ultrapassar as conhecidas dificuldades no acesso à informação sobre as descargas poluentes regulares e episódicas; e, por outro lado, pelo facto de grande parte das denúncias dos cidadãos serem levadas à comunicação social, dado não existir a garantia que venham a ser formalizadas nos organismos públicos. O que transforma a comunicação social na principal arena da denúncia dos atentados ambientais e do conflito social. A partir deste referencial e da informação recolhida nos capítulos anteriores procedeu-se, primeiro, à inventariação dos registos noticiosos publicados em dois semanários da região – *Jornal de Leiria e Região de Leiria* – de 1985 a 2010, com base numa codificação de temas, lugares e protagonistas; e, seguidamente, à mesma inventariação de registos no jornal Público de 2002 a 2010.

VIII.1. Os primeiros alertas

Vimos que, desde a década de 60, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria se queixavam do lançamento de efluentes no rio Lis com origem na Fábrica de

Curtumes da Reixida, cujas descargas contaminavam as captações de água que abasteciam a cidade de Leiria. Vimos também que, pela mesma altura, o rio Lena era afectado pelo lançamento de esgotos urbanos, águas ruças com origem nos lagares de azeite, efluentes com origem nas destilarias e adegas, e pelo despejo de efluentes de fábricas e oficinas. Sabemos igualmente que, mesmo em plena ditadura, a degradação do Lis mereceu a atenção da comunicação social e ganhou alcance nacional quando, a 13 de Agosto de 1971, o Diário de Lisboa, publicou a notícia com o título “A poluição das águas do rio Lis (em Leiria) causa a extinção do peixe”, com o seguinte texto:

“As palavras poluição, cada vez mais proferidas nestes últimos tempos, e que tanto têm preocupado os que se debruçam sobre os importantes problemas de protecção da Natureza, também encontrou fortes motivos para ser usada em Leiria.

Além do ar que se respira impregnado de gases e outras substâncias nocivas à vida, que advêm dos diversos veículos motorizados e das fábricas em laboração, na cidade e imediações, outro facto pode observar-se no rio Lis que atravessa a urbe: a poluição das suas águas.

Basta um relance de olhos para se antever o estado em que tais águas se encontram, conspurcadas pelo facto de ali serem lançados determinados ingredientes de várias proveniências. Por tal facto, além do aspecto desagradável que o rio oferece, a fauna piscícola tem diminuído consideravelmente nestes últimos anos como acaba de ser comprovado através do último Concurso Internacional de Pesca Desportiva – com a extinção de grande parte de algumas espécies.

Há necessidade, portanto, de se tomarem as providências necessárias e urgentes, proibindo que se lancem para o rio as substâncias nocivas (óleos, água de sabão e lixo), tanto mais que as águas se encontram represadas, sem possibilidade, portanto, do indispensável oxigénio as poder penetrar devido à película gordurosa e espessa que as cobre” (Diário de Lisboa, 13-08-1971).

A notícia surgia no rescaldo do XII Concurso Internacional de Pesca Desportiva de Leiria e motivara uma exposição sobre a poluição das águas do Lis remetida pela Associação Regional do Centro de Pesca Desportiva ao Presidente da Comissão Regional de Turismo de Leiria. Os autores da exposição felicitavam a Comissão de Turismo e o Clube Amadores de Caça e Pesca de Leiria pela impecável organização do Concurso, lamentando que o estado “do Rio Lis (infelizmente poluído) tenha tirado algum brilho aos resultados técnicos desta prova” (DL, 13-08-1971; Secção de Leiria da ARH do Centro).

Sabemos também que findo o período revolucionário, de Julho a Outubro de 1978 a poluição da bacia do Lis ganhou enorme relevo em vários órgãos de comunicação social, da qual destacamos alguns registos. A 13 de Julho de 1978 o Jornal de Notícias publicou a notícia com o título “Quem salva o rio Lis de morrer poluído?”, sugerindo um olhar sobre rio “que está a deixar de ser uma célula viva e uma artéria purificante, motivo glosado de poetas e remanso imperturbável de enamorados para a pouco e pouco, o transformarem em vazadouro despidorado que a ténue corrente retém e emporcalha”. Um cenário que se agravava no

Verão, “quando o curso de água é mais pequeno”, pelo “que se notam mais os vestígios poluidores de um trecho que tinha os seus naturais encantos, mas que está a ser utilizado para descarga de tudo quanto é indesejável, sem se atentar nos inconvenientes, nos perigos, no mau aspecto e na falta de civismo por parte de quem assim procede”. A notícia criticava os habitantes ribeirinhos, que lançavam “para o rio tudo quanto lhes causa embaraço nas suas casas, em vez de recorrerem aos serviços públicos de limpeza”, identificando igualmente como responsável por parte considerável da poluição o “Hospital Distrital que, por falta de instalações de saneamento à altura, está a encaminhar para o Lis, mesmo no centro da cidade, o sector da lavandaria e não sabemos se outros mais”. Também um outro serviço, propriedade da autarquia, estava “a encaminhar para o mesmo rio, por idêntica falta de esgotos, grande parte das sujidades provenientes de uma estação de serviço de lavagem de viaturas automóveis, notando-se com frequência uma camada de óleo, quando as águas estão represadas, contribuindo dessa forma para aumentar o grau de poluição, o que se nos afigura bastante grave pelas consequências que tem para a fauna piscícola, onde algumas espécies tendem a desaparecer”.

Igualmente em 1978, a edição de 14 a 20 de Julho da “Revista da Semana” do gabinete de Informação Pública e Relações Externas do Ministério da Habitação e Obras Públicas deu atenção à poluição provocada no rio Lis pelo Hospital Distrital de Leiria e pela Estação de Serviço da autarquia. Cerca de dois meses depois, a 2 de Setembro de 1978, num artigo de opinião publicado no jornal Região de Leiria, Manuel Jerónimo Pascoal lamentou o facto de ter chegado a Leiria esse “preocupante fenómeno do nosso século” – a poluição. Sobre os culpados, em jeito de comentário à notícia do Jornal de Notícias, considera que “seria ilusório e injusto acusar apenas os habitantes ribeirinhos, que terão sem dúvida muitas culpas, lançando para o rio tudo quanto lhes cause embaraço nas suas casas, em vez de recorrerem aos serviços públicos de limpeza”. O Hospital Distrital de Leiria era de novo indicado como responsável pela poluição do rio, “que, por falta de instalações de saneamento à altura, está a encaminhar para o Lis, mesmo no centro da cidade, o sector da lavandaria”, assim como uma estação de lavagem de viaturas automóveis. Por outro lado, no rio o espectáculo era pouco abonatório, “o que se observa pela presença de vários pneus de automóveis, do mesmo modo atirados para o leito do rio sem o mínimo respeito e que importa pôr cobro, indo ao ponto de penalizar com multas os seus autores, se acaso vierem a ser descobertos”. Finalmente, o primeiro momento de maior mediatização da poluição do Lis não ficaria concluído sem a publicação de uma notícia, a 4 de Outubro de 1978, pelo Diário de Notícias com o título “Rio

inquinado” que, como se referiu, mereceu a atenção dos serviços de fiscalização, que se apressaram a apresentar o inventário das fontes poluidoras que afectavam o rio Lis. A notícia tinha o seguinte teor:

“O rio Lis, cantado com melodia e ritmo por cançonetistas, não passa, presentemente, de um curso de água que atravessa Leiria, inquinado por detritos de toda a espécie e por maus cheiros insuportáveis. Causa não só repugnância, como constitui um perigo permanente para a saúde pública.

Porém, à limpeza que se impõe por parte da Hidráulica do Mondego, é indispensável que, em contrapartida os Leirienses se consciencializem da riqueza que possuem e evitem, se não mesmo impeçam, a todo o custo, a degradação do rio, que é um bem, não só da terra mas do País. Porque, na verdade, o Lis não é, nem pode ser o vazadouro de uma cidade, por mais importante que seja” (Diário de Notícias, 4-10-1978).

Quatro anos mais tarde, a 8 de Outubro de 1982, o jornal Região de Leiria publicava a primeira reportagem sobre a poluição num dos afluentes do Lis, quando no sábado dia 2, após alerta telefónico para a redacção do jornal, o repórter Alberto Santos foi “ver o que se estava a passar numa ribeira que com origem na área de Caldelas, banha a Caranguejeira, Palmeiria, Lapêdo, Santa Eufémia, Andrinos, desaguando no já tão poluído rio Lis”. O repórter ao chegar ao Lapêdo confirmou “o pavor do telefonema”, observando “centenas, para não dizer milhares de peixes, alguns de apreciável tamanho”, que “de papo para o ar inundavam as águas da ribeira da Caranguejeira”. Alberto Santos relata que na “origem daquele acto criminoso”, estariam “descargas de fábricas, malhadas e outras fontes poluidoras da zona do curso da ribeira” (RL, 8-10-1982).

A reportagem de Outubro de 1982 foi um exemplo isolado, normalmente os jornais regionais publicavam notícias enviadas por colaboradores locais ou reproduziam notícias publicadas na imprensa nacional. Das notícias enviadas pelos colaboradores locais destacamos aquela que foi publicada a 10 de Fevereiro de 1984, no Região de Leiria, e através da qual José Travaços Santos lançou um apelo no sentido de sensibilizar os batalhenses e as instituições de todo o vale para se mobilizarem numa acção para “salvar o Lena, lutando-se para que ele deixe de ser um autêntico cano de esgoto e volte a constituir um curso de águas límpidas de novo povoadas pelos seus seculares habitantes”. “Vamos salvar o rio Lena”, era um apelo especialmente dirigido às associações, situadas nas suas margens, entre elas, a Associação Cultural e Recreativa das Brancas, Associação de Propaganda e Defesa da Região da Batalha, Associação Recreativa Batalhense, Centro Recreativo da Rebolaria e o Centro Recreativo da Golpilheira. Esse apelo obteve visibilidade nacional numa referência a 16 de Fevereiro na Rádio Renascença no «Jornal das Regiões».

Em 1984 surgiu o Jornal de Leiria, com a primeira edição a 19 de Abril. A existência de dois semanários de grande cobertura regional, a que se seguiu a adesão do país à União Europeia em 1986 e a comemoração do Ano Europeu do Ambiente em 1987, foram razões suficientes para que a temática ambiental viesse a merecer maior atenção em ambas as publicações e a repercutir-se no aumento do número de registos sobre a poluição hídrica. Em Junho 1986, um episódio simboliza o fim da pesca de competição no Lis, quando perante o cenário desolador da morte de milhares de peixes os organizadores suspenderam a competição, um episódio que altera a forma de denunciar os atentados ambientais, uma vez que, ao contrário do que era prática corrente – avisar as autoridades –, a primeira preocupação dos membros da Comissão de Defesa Ecológica foi denunciarem o problema à agência de notícias ANOP. No ano seguinte, a descarga que ocorreu a 5 de Setembro na ribeira do Sirol (ou Caranguejeira), responsável pela morte de milhares de peixes de Leiria à foz do Lis na Praia da Vieira, demonstrou que a poluição na região não era um fenómeno localizado e controlado, mas que se agravava e atingia toda a bacia hidrográfica.

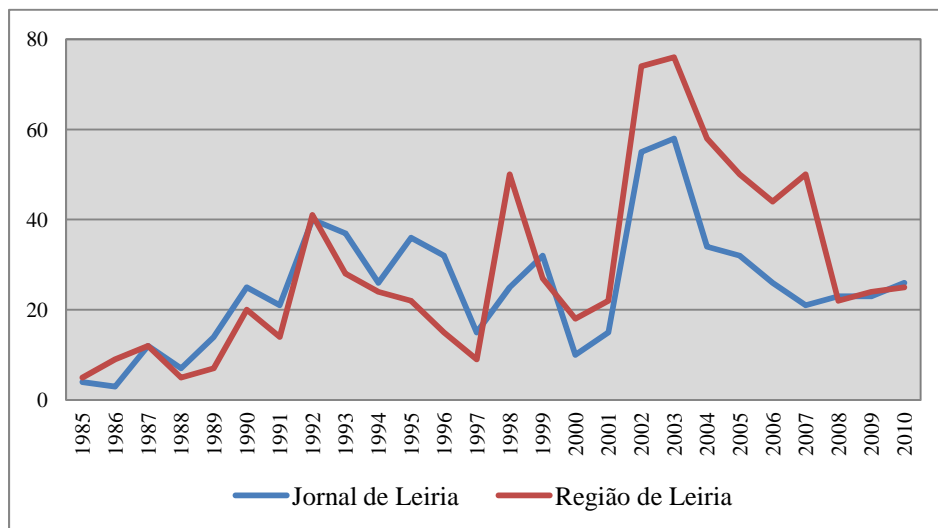
No final da Primavera de 1988, a determinação de Macário Correia, Secretário de Estado do Ambiente, em punir os empresários poluidores, conjugada com o agravamento da poluição na bacia do Lis e a realização de um seminário em Leiria dedicado ao problema motivaram a publicação pelo jornal O Independente da notícia «Catástrofe de Suinobyl», reproduzida nos dois jornais regionais. O efeito de dramatização da notícia, ao comparar a poluição com origem nas suiniculturas com o acidente na central nuclear de Chernobyl ocorrido a 26 de Abril de 1986 (O Independente, 03-06-1988; RL, 10-06-1988; JL, 29-7-1988), coloca no centro da poluição hídrica nacional o sector suinícola da região de Leiria.

VIII.2.1. Evolução e destaque dos registos noticiosos na imprensa regional

A recolha de registos noticiosos sobre a poluição da bacia do Lis realizada nos semanários Jornal de Leiria e Região de Leiria, de 1985 a 2010, privilegiou a diversidade das fontes poluidoras, os troços mais afectados e a intervenção dos diversos protagonistas. Em termos quantitativos o Jornal de Leiria obtém 652 registos noticiosos e o Região de Leiria 751, com a evolução a ser marcada por períodos distintos: como se pode ver pelo gráfico VIII.1, de 1985 a 1997 o Jornal de Leiria teve uma ligeira vantagem em termos numéricos sobre o Região de Leiria; em 1998 o Região de Leiria aproveitou a não inclusão da despoluição do Lis na

candidatura às verbas do Fundo de Coesão para assumir a liderança, que praticamente nunca mais largou. Porém, o facto do jornal Região de Leiria ter passado a bi-semanário entre 21 de Setembro de 1999 e 28 de Julho de 2000 não se repercutiu no aumento de atenção dada à poluição hídrica na região, que chega a decrescer nesse período.

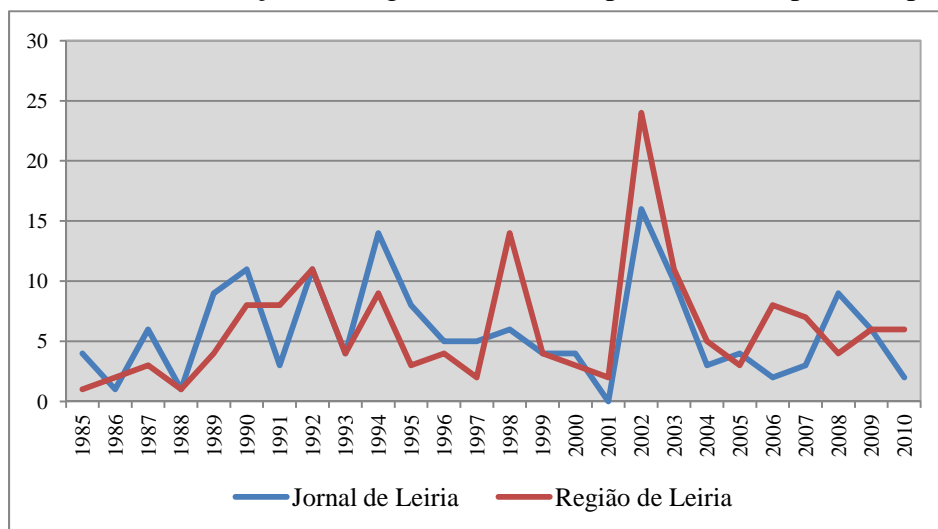
Gráfico VIII.1. Evolução do nº de notícias sobre a poluição na bacia do Lis no Jornal de Leiria e Região de Leiria (1985-2010)



Em ambos os jornais, o primeiro momento em que se nota um aumento dos registos noticiosos liga-se ao protesto dos suinicultores pelas restrições à actividade no início da década de 90, cujo licenciamento passa a ser definido pelas autarquias. Por sua vez, em 1994, a visita de Mário Soares e a inauguração da ETAR da Bidoeira recebem menor atenção. Já em 1995 a inauguração da ETAR da Raposeira, e posterior encerramento, mantêm a atenção mediática sobre o problema. De seguida, a fase de conclusão do Projecto de Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Lis e Ribeira de Seiça (1996) corresponde a uma diminuição do número de registos. Pelo contrário, no início do segundo semestre de 1997, os rumores sobre o facto do financiamento do Projecto não ser contemplado na candidatura às verbas do Fundo de Coesão repercutiram-se no aumento da atenção por parte da comunicação social, decaindo no final de 1999 com a criação da Simlis. Ao longo do período analisado verificamos que a (des)poluição da bacia do Lis tem merecido enorme destaque na imprensa regional, sendo de assinalar uma tendência geral para a diminuição do número de registos nos momentos em que estava a ser estudada uma solução e para o aumento súbito quando ocorrem episódios que afectam directamente a população ou quando esta reage. Orientação que observamos em Setembro de 2002 com a contaminação da captação de água que abastece Leiria em S.

Romão, divergindo os dois semanários na indicação dos responsáveis. Para o Jornal de Leiria “Ainda não são conhecidas as causas da contaminação em Leiria. Água: natureza puxou o autoclismo” (26-09-2002), já o Região de Leiria indica como “Causas. Animais mortos, medicamentos e lixo no caminho da água do Lis. Algares, aterros da serra” (RL, 21-09-2002). O maior número de registos do Região de Leiria deve-se ao facto de ter publicado uma edição extra exclusivamente dedicada ao problema no dia 21 de Setembro.

Gráfico VIII.2. Evolução dos registos noticiosos publicados na primeira página



Menos de um ano depois um episódio marca definitivamente a mediatização da poluição da bacia do Lis, assinalada pelo aumento de visibilidade nos meios de comunicação social nacional e pela acção de representantes da população em reacção às descargas na Ribeira dos Milagres. Referimo-nos à descarga accidental que ocorreu no Domingo 15 de Junho de 2003 numa lagoa do sistema de tratamento da empresa suinícola Promorpec, sediada em Sortes, Milagres, e que provocou a morte de milhares de peixes no Lis e obrigou à interdição a banhos da Praia da Vieira. Em reacção, após a recolha de 4 mil assinaturas de moradores na freguesia dos Milagres e freguesias limítrofes, e após uma reunião na Junta de Freguesia dos Milagres, foi criada a Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres. Também em reacção, o poder político forçou os suinicultores a constituírem a Recilis no final de 2003, empresa a quem caberia implementar soluções provisórias até à construção de uma estação de tratamento construída para o efeito.

Em termos de mediatização, a criação da Recilis mantém por algum tempo a despoluição do Lis na agenda, que decai logo a seguir. Em 2007 observa-se novo aumento do número de

registos, menos em resultado da visibilidade das inspecções às suiniculturas de todo o país feitas pela ASAE, IGAOT e SEPNA (e que em Leiria resultaram na detenção de 2 suinicultores por desobediência), mas mais pela contestação da população da freguesia de Amor em protesto contra a construção da Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas (ETES).

Em termos de proeminência, dada a importância que a despoluição da bacia do Lis tem na região, analisámos a evolução dos registos sobre o tema publicadas na primeira página. Na codificação optámos por classificar como registos publicados na primeira página todos aqueles que resultam de uma manchete, pelo que obtívemos nas duas publicações um elevado número de artigos que remetem para a primeira página (22%). Os gráficos seguintes mostram as diferenças e, sobretudo, as semelhanças no destaque da (des)poluição da bacia do Lis na imprensa regional em termos de categorias temáticas e de protagonistas.

Gráfico VIII.3. Categorias temáticas na primeira página do Jornal de Leiria

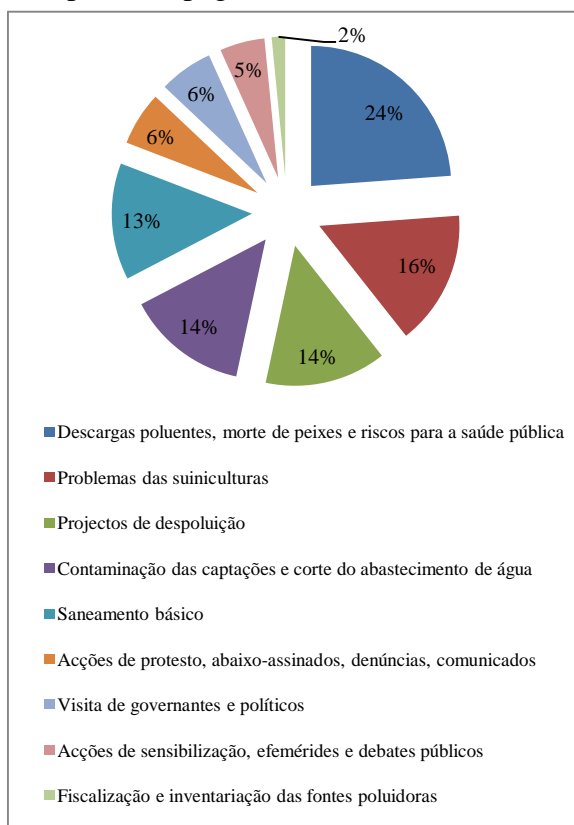
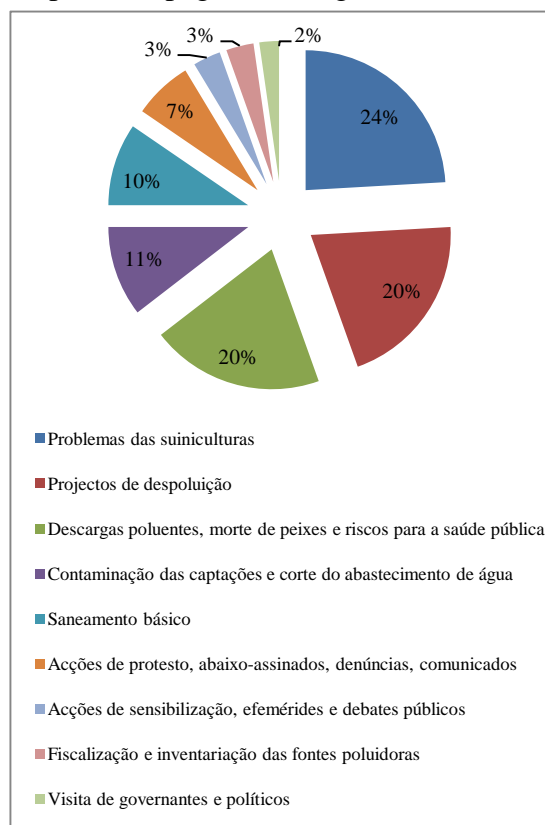


Gráfico VIII.4. Categorias temáticas na primeira página do Região de Leiria



A categoria temática “descargas poluentes, morte de peixe e riscos para a saúde pública” surge em destaque na primeira página do Jornal de Leiria, com 24% dos registos, seguindo-se

as categorias “problemas das suiniculturas” (16%), “projectos de despoluição” (14%), “contaminação das captações e corte do abastecimento de água” (14%), “saneamento básico” (13%), “acções de protesto, abaixo-assinados, denúncias, comunicados” (6%), “visita de governantes e políticos” (6%), “acções de sensibilização, efemérides e debates públicos” (5%) e por fim a categoria “fiscalização e inventariação das fontes poluidoras” (2%). Relembra-se que as 9 categorias surgem descritas no Capítulo II e no anexo II.4.

No Região de Leiria os “problemas das suiniculturas” surgem em primeiro lugar com 24%, seguindo-se os “projectos de despoluição” (20%), as “descargas poluentes, morte de peixes e riscos para a saúde pública” (20%), a “contaminação das captações e corte do abastecimento de água” (11%), o “saneamento básico” (10%), “as acções de protesto, abaixo-assinados, denúncias, comunicados” (7%), as “acções de sensibilização, efemérides e debates públicos” (3%), a “fiscalização e inventariação das fontes poluidoras” (3%) e a “visita de governantes e políticos” (2%).

Gráfico VIII.5. Protagonistas na primeira página do Jornal de Leiria

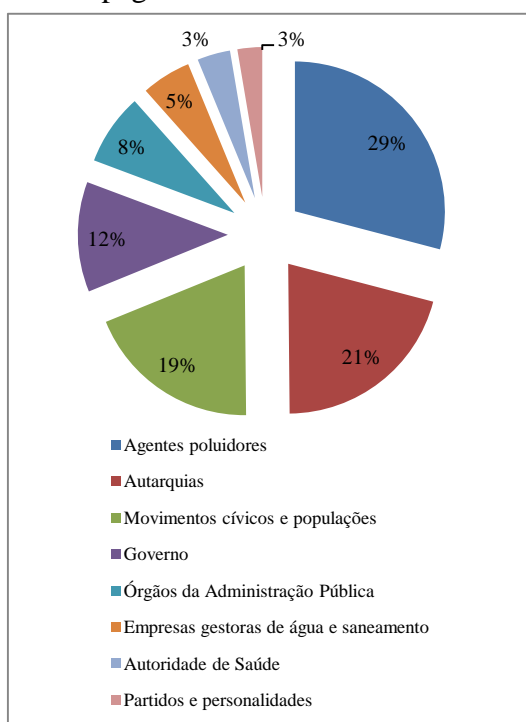
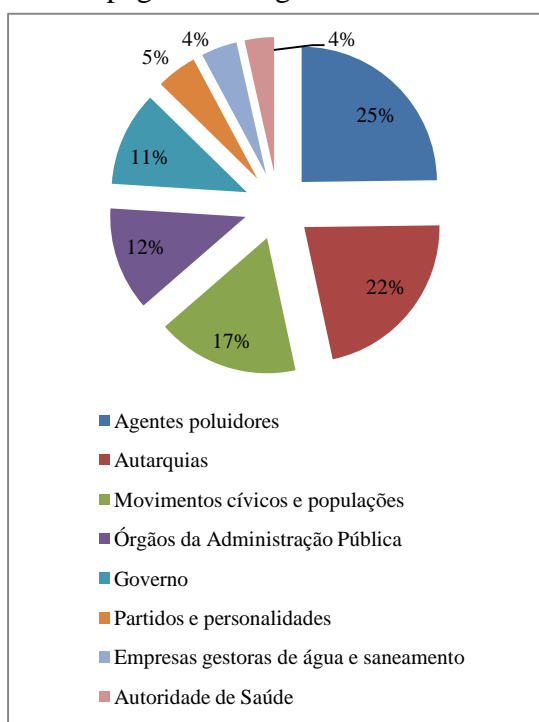


Gráfico VIII.6. Protagonistas na primeira página do Região de Leiria



Os gráficos VIII.5 e VIII.6 dão-nos informação sobre os **protagonistas** mais referidos em cada semanário. O Jornal de Leiria destaca-se pelo facto dos “**agentes poluidores**” estarem presentes em 29% dos registos noticiosos publicados na sua primeira página e os

“movimentos cívicos” absorverem 19% dos registos. Por sua vez, no Região de Leiria, embora se dê igualmente destaque a esses protagonistas, com 25% e 17%, respectivamente, os **“órgãos da administração pública”** obtêm uma percentagem superior ao Jornal de Leiria, 12% contra apenas 8%. Quanto às “autarquias” surgem com percentagens muito idênticas, com 21% no Jornal de Leiria e 22% no Região de Leiria. Outra diferença a assinalar prende-se com o maior destaque que os “partidos e personalidades” merecem no Região de Leiria, com 5% de registos, contra 3% no Jornal de Leiria.

Antecipando o que veremos igualmente a seguir, concluímos que, mais importante que as diferenças que possam existir na forma como cada jornal mediatiza a poluição da bacia do Lis, são as **semelhanças**. Verificamos que quando aparece o Jornal de Leiria este “puxa” o Região de Leiria, que era mais institucional, e passa a haver maior mediatização da poluição e das necessidades e infra-estruturas de saneamento. A mediatização é de novo “puxada” após o surgimento das televisões privadas e com o aumento de atenção que a comunicação social de base nacional passou a dar ao tema, dando sobretudo **voz** e palco às populações afectadas (Schmidt, 2003). Sendo este aspecto crucial na mediatização do problema e um dos motivos para a relevância e longevidade do tema na agenda mediática.

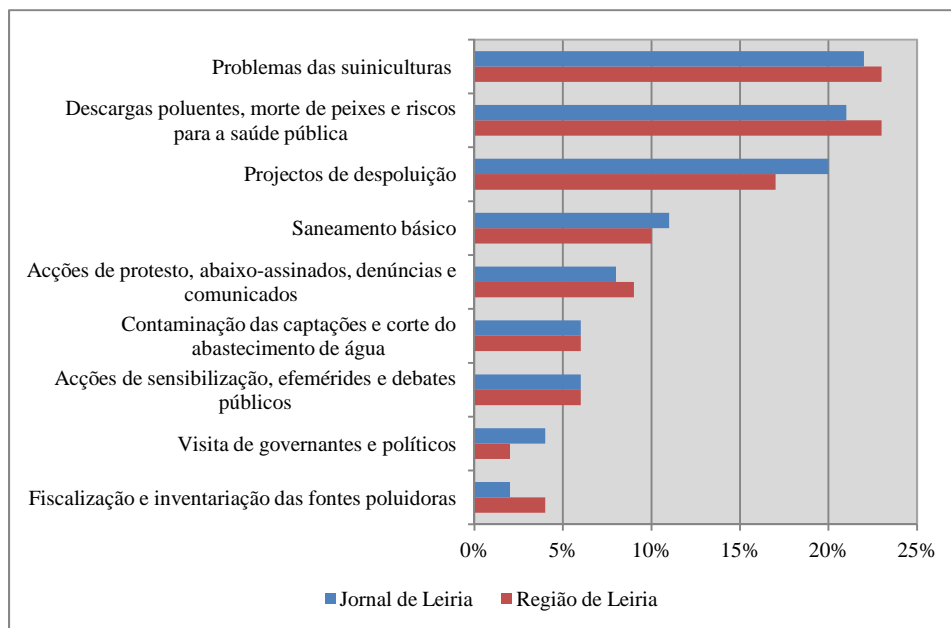
VIII.2.2. Diversidade dos problemas

Na distribuição dos registos das notícias por **categorias temáticas** os “problemas das suiniculturas” obtêm maior percentagem, com 23% no Região de Leiria e 22% no Jornal de Leiria, acompanhados de perto pelas “descargas poluentes, morte de peixes e riscos para a saúde pública”, 23% no jornal Região de Leiria e 21% no Jornal de Leiria. A maior distância, com 20% no Jornal de Leiria e 17% no Região de Leiria, seguem-se os “projectos de despoluição”, e a maior distância ainda o “saneamento básico”, respectivamente com 11% e 10%.

Comparativamente, o jornal Região de Leiria alcança percentagens mais elevadas nas categorias “descargas poluentes, morte de peixes e riscos para a saúde pública” (23%), “problemas das suiniculturas” (23%), “acções de protesto, abaixo-assinados, denúncias e comunicados” (9%) e “fiscalização e inventariação das fontes poluidoras” (4%). O Jornal de Leiria obtém percentagens mais elevadas nas categorias “projectos de despoluição” (20%), “saneamento básico” (11%) e “visita de governantes e políticos” (4%). Por último, a

“fiscalização e inventariação das fontes poluidoras” alcança 4% no Região de Leiria e 2% no Jornal de Leiria, percentagens que surgem em ordem inversa na categoria “visita de governantes e políticos”.

Gráfico VIII.7. Categorias temáticas abordadas nas notícias

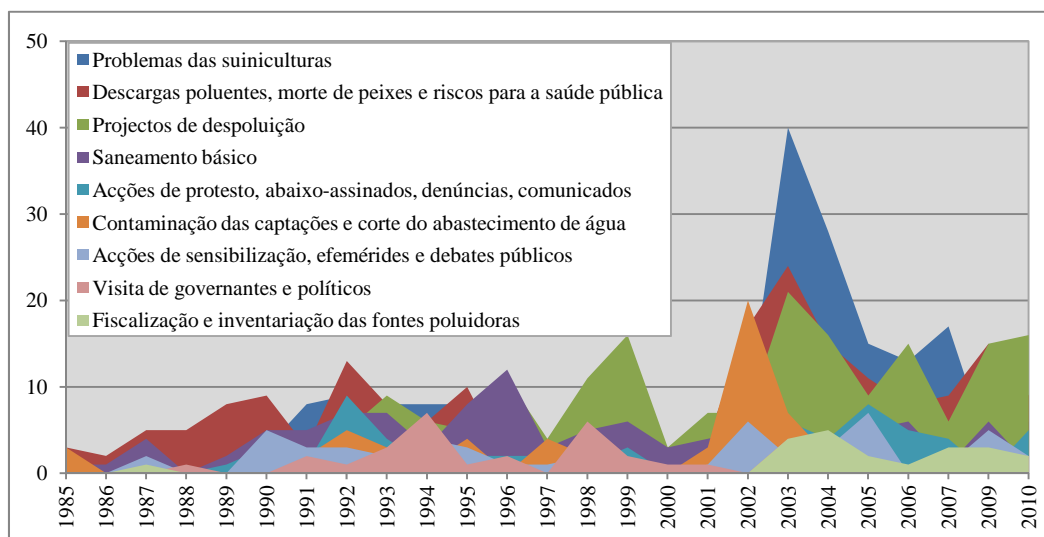


Em termos evolutivos, o “saneamento básico” é uma temática transversal no Jornal de Leiria, embora remetida na última década para um plano secundário fruto da maior atenção que receberam os “problemas das suiniculturas”, as descargas poluidoras e as sucessivas intenções em despoluir esta bacia. Também a “visita de governantes e políticos” é uma das categorias sempre presente, o mesmo acontece com a “categoria ações de sensibilização, efemérides e debates públicos”. As “ações de protesto, abaixo-assinados, denúncias e comunicados” ganham notoriedade em reacção: i) à poluição provocada pela destilaria da Golpilheira; ii) à não inscrição da despoluição do Lis na lista de projectos a serem financiados no período 1994-1999 com verbas dos Fundos de Coesão e a assinatura do protocolo entre a AMAE e diversas instituições; iii) à contaminação da captação de água que abastece Leiria; iv) às descargas na Ribeira dos Milagres; v) e contra a construção da ETES em Amor.

No semanário Região de Leiria, até 2002, a distribuição dos registos é homogénea, apenas quebrada no início da década de 90 para dar conta das preocupações dos suinicultores face ao sector e dar atenção aos protestos das populações. As “ações de sensibilização” seguem genericamente a tendência apontada no caso do Jornal de Leiria, o mesmo se pode afirmar

relativamente ao saneamento. Um dos temas a merecer maior destaque em ambas as publicações é o da “contaminação das captações de água”.

Gráfico VIII.8. Evolução das categorias temáticas no Jornal de Leiria

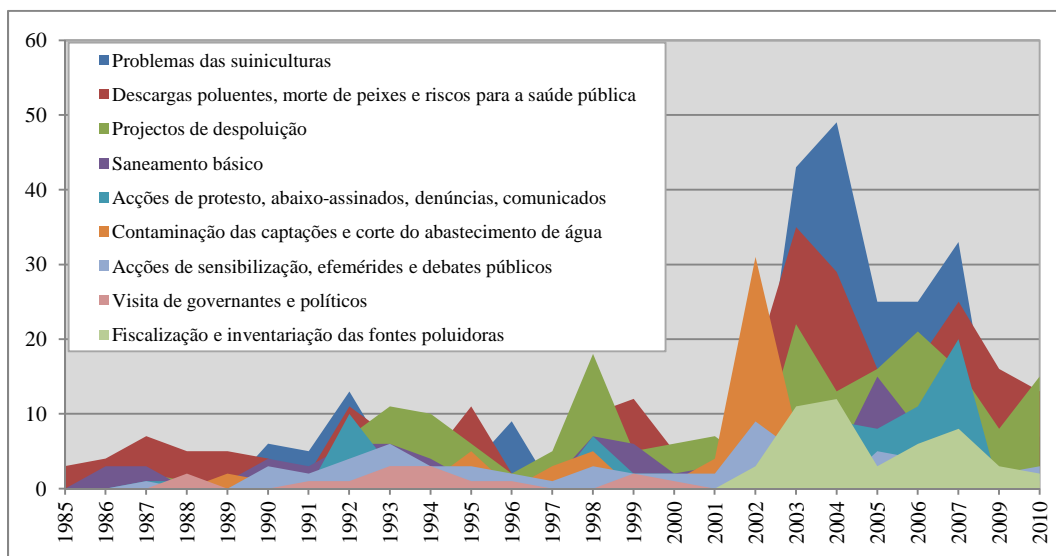


O gráfico VIII.8. mostra que a contaminação das captações de água que abastecem Leiria registada em Setembro de 2002 e a descarga de efluentes suinícolas na Ribeira dos Milagres, registada em Junho de 2003, marcam em definitivo a mediatização da poluição da bacia do Lis. Em primeiro lugar, pela forma directa como o corte de água afectou os leirienses, num episódio que não se repetiu, pois a autarquia decidiu procurar alternativas ao abastecimento de água, o que afastou eventuais preocupações quanto aos riscos para a saúde pública e preveniu novos cortes no abastecimento de água. Em segundo lugar, pela centralidade política, mediática e cívica que a poluição da Ribeira dos Milagres assumiu, uma vez que em resultado dessa descarga foi criada a Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres (CADRM) que, face à desconfiança relativamente à administração pública, denuncia as descargas através da comunicação social, transformada em palco deste conflito ambiental, estabelecendo-se um canal de comunicação entre quem denuncia e quem divulga. Igualmente, em reacção a essa descarga, o poder político interveio, pressionando os suinicultores a aderirem a uma nova empresa constituída para resolver o problema dos efluentes do sector – a Recilis.

O Região de Leiria dá enorme destaque à descarga e ao processo político que daí adveio, e que culminou em Dezembro de 2003 com a criação da Recilis em resultado da pressão de Amílcar Theias, titular do Ministério do Ambiente, e de José Eduardo Martins, o secretário de

Estado do Ambiente. Daqui para a frente, uma vez que não cessaram as descargas, este semanário dá particular ênfase às acções de protesto, atenção que reforça a partir de 2006 com a polémica associada à escolha da freguesia de Amor para construção da ETES.

Gráfico VIII.9. Evolução das categorias temáticas no Região de Leiria



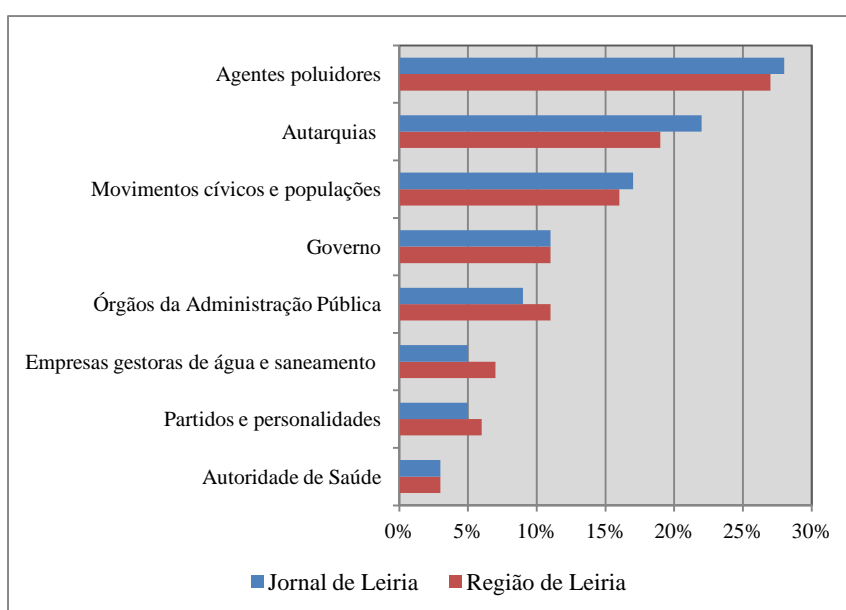
Temos assim que, a mobilização das populações surge marcada por dois grandes momentos fortemente mediatizados. O primeiro coincide com a criação da Oikos em 1990, associação que denunciou centenas de atentados ambientais, e com a contestação contra a poluição com origem na destilaria na Golpilheira. O segundo consolidou-se após a descarga de efluentes suinícolas para a Ribeira dos Milagres no dia 15 de Junho de 2003, episódio que motiva uma intensa intervenção do governo. Findo o período de expectativa, não parou de aumentar a mobilização das associações cívicas contra a poluição na Ribeira dos Milagres.

VIII.2.3.1. Os protagonistas

O gráfico VIII.12 indica que os registos noticiosos tiveram como principal alvo os “agentes poluidores”, categoria que integra as referências às suiniculturas existentes na região, assim como outras actividades agro-industriais, onde se incluem as vacarias e aviários, a indústria e os esgotos domésticos quando referidos como foco poluidor. Numa primeira leitura verificamos que não se assinalam diferenças acentuadas entre os dois jornais relativamente aos protagonistas que convocam, apresentando pequenas oscilações a seguir mencionadas (ver grelha de protagonistas no anexo II.5.)

No Jornal de Leiria destacam-se os “agentes poluidores” (28%), “autarquias” (22%), “movimentos cívicos e populações” (17%), “governo” (11%), “órgãos da administração pública” (9%), “partidos e personalidades” (5%), “empresas gestoras de água e saneamento” (5%) e “Autoridade de Saúde” (3%). Por sua vez, no jornal Região de Leiria destacam-se os “agentes poluidores” (27%), “autarquias” (19%), “movimentos cívicos e populações” (16%), “governo” (11%), “órgãos da administração pública” (11%), “empresas gestoras de água e saneamento” (7%), “partidos e personalidades” (6%) e “Autoridade de Saúde” (3%).

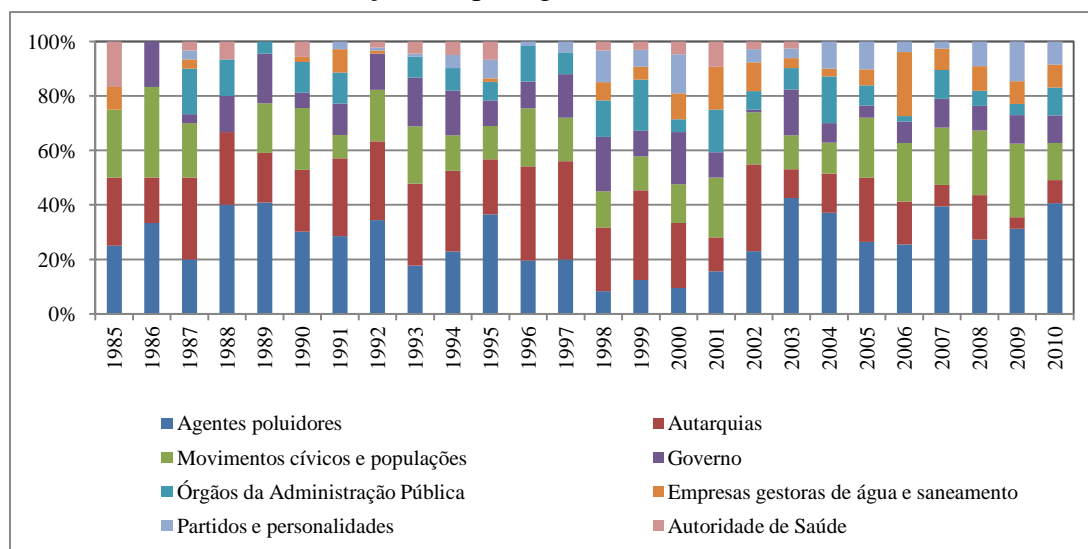
Gráfico VIII.10. Protagonistas das notícias



Em termos evolutivos confirma-se que os agentes poluidores, autarquias, movimentos cívicos e populações, governo e os órgãos da administração pública são efectivamente os principais protagonistas. Os restantes protagonistas surgem pontualmente. É o caso da Simlis e em particular da Autoridade de Saúde, entidade com grande influência na primeira parte do processo, mas que a partir de 2002, com a saída de Henrique Pinto, praticamente deixa de ser notícia. Nos dois jornais é visível um decréscimo da presença das autarquias nos registos noticiosos, assim como um decréscimo do governo e dos órgãos da administração pública, ao mesmo tempo que os agentes poluidores e os movimentos cívicos ganham relevância, acompanhada pela maior presença dos partidos e personalidades e das empresas de água e saneamento. As principais diferenças que distinguem o Região de Leiria prendem-se com a maior atenção que dá aos órgãos da administração pública, às empresas de gestoras de água e saneamento e a políticos e personalidades.

Pelas notícias e pela análise ao material de arquivo recolhido, conclui-se que a contestação à poluição na bacia do Lis se consolida com a crescente sensibilização para as questões ambientais a partir da adesão do país à União Europeia, em que a entrada no espaço europeu trouxe não só a possibilidade de investimento na despoluição e no saneamento como expôs os problemas de poluição da região.

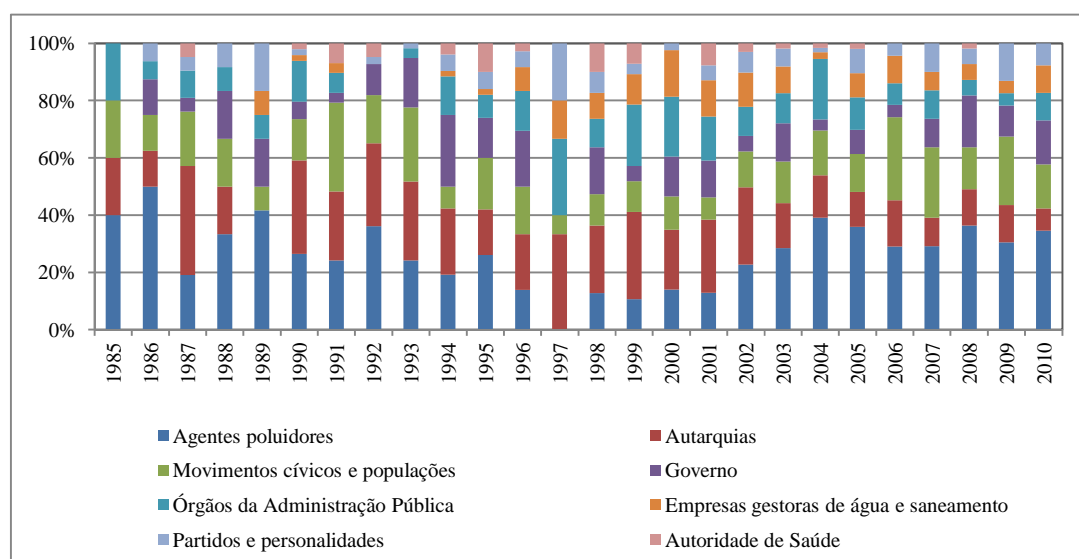
Gráfico VIII.11. Evolução dos protagonistas das notícias do Jornal de Leiria



Pelo menos desde o início da década de 70, chegavam aos Serviços Hidráulicos queixas sobre a grave situação dos esgotos a céu aberto em várias localidades e era conhecido o descontentamento dos agricultores do vale do Lena face ao deteriorar da qualidade da água. No pós-25 de Abril de 1974, as acções de protesto resultavam da intervenção de movimentos *ad hoc* ou da intervenção individual, concretizando-se através de abaixo-assinados dirigidos ao poder local ou central, sendo motivo de cobertura noticiosa. As Juntas de Freguesia, pela proximidade com as populações, foram intermediárias em alguns conflitos ambientais, redireccionando as queixas da população para as entidades fiscalizadoras, mas as Juntas foram também alvo de contestação, na mobilização contra a poluição. Foi o que sucedeu com a Junta de Freguesia da Golpilheira, que antes do encerramento da destilaria existente na localidade, concretizada em 2002, foi fortemente criticada pela sua inacção pela Comissão Golpilheira Saudável. Pelo contrário, na Praia da Vieira os protestos contra a poluição da foz do Lis tiveram como principal protagonista o presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, Paulo Vicente, actual vice-presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande.

As câmaras passam a partir de 10 de Novembro de 1987 a estar organizadas através da Associação de Municípios da Alta Estremadura (AMAE), que integrava os municípios da Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém e Porto de Mós. A nova entidade ficou responsável pela gestão do processo de despoluição, que inclui a drenagem e tratamento de esgotos, e o tratamento de efluentes suinícolas. Este processo avançou em várias fases. Primeiro, quando em Janeiro de 1993 a AMAE assinou um protocolo com a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Centro e a Comissão de Coordenação Regional do Centro para lançamento de estudos e acções de despoluição da bacia do Lis e ribeira de Seiça. E a 25 de Março de 1994 com a assinatura do protocolo entre o Governo, a AMAE, associações de suinicultores da região e outras instituições nacionais e regionais, em resultado do qual avançaram os estudos para o Plano de Despoluição do Rio Lis e da Ribeira de Seiça, que após concurso foram adjudicados à empresa Hidrovia. Antes disso, no Verão de 1993 a despoluição do Lis foi preterida na candidatura a fundos europeus em relação a rios como o Alviela, Trancão e Ria de Aveiro.

Gráfico VIII.12. Evolução dos protagonistas das notícias do Região de Leiria



Quanto aos partidos políticos, a poluição da bacia do Lis entra na sua agenda fundamentalmente em cenários pré-eleitorais ou por iniciativa esporádica de um ou outro deputado eleito pelo distrito de Leiria. Ainda assim, à semelhança das sucessivas visitas dos governantes e de Mário Soares em Abril de 1994, a poluição da bacia do Lis tem sido uma preocupação dos partidos praticamente desde o início da politização do problema. Recorde-se

que em Março de 1989 Herculano Pombo, deputado do Partido Ecologista de “Os Verdes” visitou a região e recordem-se as visitas à região, enquanto líderes partidários, de António Guterres em Maio de 1995, para contactar com suinicultores ligados ao partido, e de Marcelo Rebelo de Sousa em 1998, para assinalar o Dia do Ambiente. Exceptuando estes exemplos, o palco da intervenção dos partidos transferiu-se desde a década de 90 para a Assembleia da República, resumindo-se à cronologia de interpelações aos governantes por parte dos parlamentares eleitos pelo distrito de Leiria. Foi também a partir da Assembleia da República que a região recebeu a visita de parlamentares, como a que aconteceu em 1998 em que os deputados da Comissão de Administração do Território, Poder Local, Equipamento Social e Ambiente visitaram Leiria para apreciarem o processo de despoluição.

Nos últimos anos, a intervenção protagonizada pelo Bloco de Esquerda (BE) parece contrariar esta tendência, ao procurar acompanhar directamente o processo e firmar alianças. A sua ligação ao processo começa a partir da X Legislatura (2005-2009), ocasião em que Alda Macedo ocupava o lugar de membro efectivo da Comissão Parlamentar de Ambiente, Território e Poder Local, e acentua-se na XI Legislatura (2009-2011), momento em que passou a ter um deputado eleito pelo distrito de Leiria, Heitor de Sousa, e a contar com a uma das vice-presidências da Comissão Parlamentar de Ambiente, Território e Poder Local, lugar ocupado pela deputada Rita Calvário. O apoio do Bloco de Esquerda à Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres politizando-o, levou à incompatibilização deste movimento local com alguns protagonistas da região, aspecto que desenvolveremos oportunamente.

Alguns serviços públicos também desempenharam um papel activo na denúncia dos problemas ambientais da região. Já referimos o papel mediador das Juntas de Freguesia e os alertas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria, mas muitas vezes, sobretudo na década de 80, eram as próprias forças de segurança, a GNR, a PSP, a Capitania do Porto da Nazaré, através do Posto Marítimo da Praia da Vieira, a Autoridade de Saúde de Leiria ou os funcionários dos serviços florestais, a lançarem esses alertas. Gradualmente, esse papel passa a ser desempenhado por associações de pesca, associações de moradores, clubes recreativos e pelas populações, sobretudo quando organizadas em associações de defesa do ambiente ou de desenvolvimento local. Quando a partir de 1990 são criadas na região Organizações Não Governamentais de Ambiente – Oikos e Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus –, estas passam a assumir um papel de relevo na sensibilização das

populações e do poder político, desempenhando igualmente o papel de mediadoras das denúncias de atentados ambientais. A denúncia dos problemas ambientais através da comunicação social não é um procedimento novo, como vimos, em Abril de 1979, o Grupo de Trabalho para a Defesa do Património Cultural e Natural do Concelho da Batalha denunciou a poluição no rio Lena através da imprensa e em 1986 a Comissão de Defesa Ecológica comunicou primeiro à agência de notícias ANOP a morte de peixes no Lis. A comunicação social é o canal que dá visibilidade aos problemas ambientais e às denúncias dos cidadãos.

Por último, uma alusão aos suinicultores. A sua entrada na agenda mediática acontece, sobretudo, quando em Fevereiro de 1992 a Federação de Agricultores de Leiria acordou com a Câmara Municipal de Leiria a construção de infra-estruturas para proceder ao tratamento dos efluentes do sector, intenções reafirmadas com a constituição da Associação de Suinicultores do Concelho de Leiria (ASCL) a 11 de Fevereiro de 1993. Do projecto inicial, que previa a construção de quatro Estações de Tratamento de Águas Residuais nas localidades de Figueiras, Janardo, Milagres e Bidoeira, avançou a construção das ETAR da Bidoeira, inaugurada em Dezembro de 1994 com a presença de Teresa Patrício Gouveia, à data Ministra do Ambiente, e a construção da ETAR da Raposeira, na freguesia das Colmeias, inaugurada em Setembro de 1995 e que viria a encerrar em Junho de 1996. A decisão da ASCL em avançar com a construção das duas ETAR, antes de ser definida uma estratégia nacional e sem que ficasse concluído o projecto de despoluição do Lis, ligou-se ao reduzido investimento comportado pelos suinicultores, uma vez que 85% dos custos foram comparticipados pelo Fundo de Coesão. Na prática as duas ETAR praticamente não chegaram a funcionar, por um lado, devido aos elevados custos de manutenção, uma consequência da não integração no projecto da possibilidade de virem a produzir biogás; por outro, porque não foram dimensionadas para os efluentes produzidos, ficando muito aquém das necessidades (Schmidt e Manso, 2011; JL e RL, várias datas). Sucedendo-se várias tentativas para retomar o seu funcionamento e evitar a degradação do equipamento, mas, entretanto, as lagoas de retenção foram durante vários anos usadas para armazenamento de efluentes, transformando-as num foco poluidor de grandes dimensões, por concentrar efluentes que estariam mais dispersos nas explorações. No final deste processo, desde a sua eleição para a direcção da Associação de Suinicultores do Concelho de Leiria, em Dezembro de 1997, tem sido absolutamente central a figura de David Neves.

2.3.2. Visibilidade dos movimentos cívicos e das personalidades

Em reacção ao agravamento da poluição e ao crescente descontentamento das populações surgia em Leiria, a 8 de Fevereiro de 1990, já o referimos, a Oikos – Associação de Defesa do Ambiente e Património da Região de Leiria, que tem actualmente como presidente Nuno Carvalho, docente do Instituto Politécnico de Leiria. Trata-se de uma associação que não tem como única preocupação a poluição do Lis, embora lhe dê particular relevância, organizando diversas acções de educação e sensibilização ambiental, em particular junto das escolas da região. Da sua intervenção destaca-se a recolha em vários pontos de amostragem na bacia do Lis de água para análise, uma acção em que envolve os alunos das escolas e diversas entidades que colaboram na logística, e que é complementar ao estudo e divulgação de informação sobre esta bacia. A Oikos tem desde a sua criação exercido um importante papel na denúncia e no encaminhamento de denúncias dos cidadãos, a propósito do qual criou em Março de 1996 a Linha SOS Ambiente com o apoio da autarquia leiriense⁷⁴.

A Quercus é a única Organização Não Governamental de Ambiente de âmbito nacional que se tem interessado pela poluição do Lis, intervenção que acontece através do seu Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura, com sede em Ourém, e em que Domingos Patacho, responsável pelo núcleo regional, tem contado com o apoio de membros do Centro de Informação de Resíduos, entre eles Pedro Carteiro e Rui Berkmeier. Relativamente à Quercus, como os objectivos são idênticos aos defendidos pela Oikos, poder-se-ia pensar numa eventual sobreposição. Contudo, tal não se verifica por três razões: i) a cobertura geográfica nem sempre coincide; ii) os problemas a que dão atenção não são exactamente os mesmos ii) e diferem nas formas de intervenção. Ainda que pontualmente realizem actividades conjuntas, enquanto a Oikos privilegia as acções de sensibilização, e o estudo e divulgação da bacia do Lis, a Quercus tem-se destacado pela organização de acções directas de protesto, como a que aconteceu a 24 de Abril de 2010 na ponte da Catraia, contra a poluição suínica na Ribeira dos Milagres.

À escala local destaca-se a Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres pela denúncia dos sucessivos atentados ambientais que ocorrem na Ribeira dos Milagres, primeiro,

⁷⁴ Segundo informação fornecida pela Oikos em Junho de 2012, o número de associados tem evoluído da seguinte forma: 402 sócios de 08-02-1990 a 28-12-1995; 711 sócios de 01-01-1996 a 20-12-2000; 784 sócios de 01-02-2001 a 28-04-2005; e 801 sócios de 13-01-2006 a 17-10-2011. Verificamos que, nos anos mais recentes, o número de sócios praticamente estagnou, porém, os dados não são conclusivos, uma vez que “a Oikos não pratica a limpeza de ficheiros”.

através da comunicação social e depois para os organismos públicos. Este movimento foi criado após a descarga que a 15 de Junho de 2003 afectou a Ribeira dos Milagres. Em reacção a esse incidente e às repetidas descargas, a população recolheu quatro mil assinaturas de moradores da freguesia dos Milagres e freguesias limítrofes e, com o apoio da Junta de Freguesia e da autarquia leiriense, criou este movimento de base informal. Na altura escolheu para seu representante a figura de um porta-voz, função exercida por José Carlos Faria, sucedendo-lhe Rui Crespo. A Comissão tem também realizado acções directas, tanto na ponte da Catraia, como em Leiria, onde em 2005 despejou efluentes nas escadarias da Câmara Municipal de Leiria, acção que lhe deu enorme visibilidade mediática, mas abriu um foco de conflito com a autarquia leiriense.

A Comissão não deixou de recorrer às autoridades para que encontrassem uma solução para os problemas da Ribeira e punissem os infractores. José Carlos Faria enviou várias exposições ao Governo, ao Presidente da República e a diversos órgãos da administração pública central e regional⁷⁵. Considerando que a poluição atingia uma situação incomportável, os dirigentes da CADRM enviaram também exposições a denunciar o problema às instâncias comunitárias. Em 2005, em resultado dessa intervenção, a Comissão Europeia chama à atenção as autoridades portuguesas. Em resposta, o Governo esclarecia que enquanto não fossem construídas ETAR suinícolas os efluentes poderiam ser espalhadas no solo segundo licença provisória concedida à Recilis e que o funcionamento das explorações estava sujeito a acções de inspecção. Em Março de 2007, manifestando a sua indignação contra as descargas na Ribeira e em solo agrícola, a CADRM enviou nova petição à Comissão de Petições do Parlamento Europeu (Petição 1500/2004), pedindo às autoridades europeias o envio de um grupo de peritos à Ribeira dos Milagres para que fosse feita uma investigação sobre o que se passava na região, pois “só assim a população fica com a certeza que a U.E. quer acabar de imediato com estes atentados ambientais e à saúde pública”, segundo os termos apresentados na referida petição.

O outro movimento local a que se fez referência foi criado quando, em Setembro de 2006, se escolheu a freguesia de Amor como localização para a futura Estação de Tratamento de

⁷⁵ Em resposta à exposição enviada em 2004 ao primeiro-ministro Durão Barroso é dito que a mesma foi submetida à consideração do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente. Resposta idêntica obteve a exposição dirigida em 2005 ao primeiro-ministro José Sócrates, que foi decidido encaminhar o assunto para apreciação do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional. Em 2005, as exposições enviadas ao Presidente da República, Cavaco Silva, receberam como resposta do seu Chefe de Gabinete (Nunes Liberato) que o problema não se enquadrava na esfera de competências do Presidente (documentos cedidos pela CADRM).

Efluentes Suinícolas (ETES), decisão contra a qual se juntaram cerca de 200 habitantes para criarem o Movimento Amor Saudável. Trata-se de um movimento informal contra a construção desta infra-estrutura, por representar um risco acrescido que, ao mesmo tempo, chama a atenção para outros problemas ambientais e de saúde pública da comunidade, argumentando: i) que a freguesia produz apenas uma pequena percentagem de suínos e não encontra razões para ali ser feito o tratamento de efluentes; ii) que a infra-estrutura ficará próxima de duas escolas; iii) e a exactamente mil e cem metros dos furos de captação de água que abastecem Leiria e da nascente de águas termais que abastece as Termas de Monte Real, um argumento corroborado pelo geógrafo José Nunes André; iv) os líderes do movimento mostram-se igualmente preocupados com o impacto da circulação diária de camiões para a ETES; v) e com a elevada prevalência de neoplasias na freguesia devido à proximidade da Base Aérea de Monte Real, “temos aviões, temos uma carrada de coisas aqui à volta, só nos faltava isso [a ETES]”, declarou em entrevista Filipe Lopes, receando que o problema se venha a agravar com a instalação da nova estrutura e perante a possibilidade de vir a ser utilizada em simultâneo para outros fins, tais como a queima de pneus. Uma hipótese que não é confirmada, pois o que o Estudo de Impacto Ambiental prevê é a “incorporação no processo de sub-produtos de origem agro-industrial de natureza orgânica” (Recilis, 2007), como por exemplo de lamas de ETAR. Um dos momentos simbólicos da intervenção pública do Movimento Amor Saudável ocorreu em plena sessão da Assembleia Municipal de Leiria de 20 de Dezembro de 2007, quando apresentou os seus argumentos contra a instalação da ETES e criticou o calendário do processo AIA, cujo debate público foi aberto no período de Natal.

Uma nota mais sobre as duas associações locais para dizer que o palco do protesto directo é idêntico, pois tanto a CADRM como o Movimento Amor Saudável usaram, numa primeira fase, as respectivas localidades e a cidade de Leiria como palco para manifestarem o seu descontentamento, mobilizando os seus membros e simpatizantes. Outro elemento em comum é o facto do alvo das críticas ser o poder central e a ex-presidente da autarquia Isabel Damasceno. Os dois movimentos divergem nas tácticas a que recorrem e nos motivos que fizeram despoletar a sua acção. Os protestos da CADRM são simbolicamente marcados pela ponte da Catraia, a montante da qual se concentra mais de 2/3 da actividade suinícola da região, numa intervenção que se tem pautado pela denúncia constante das descargas na Ribeira dos Milagres, primeiro à comunicação social e só depois às autoridades. O Movimento Amor Saudável não luta contra a poluição, mas contra a escolha da localidade

para instalar a ETES, apresentando argumentos que extravasam os possíveis riscos que essa infra-estrutura possa trazer.

A terminar a referência às associações da região importa destacar os movimentos que não têm o ambiente no centro das suas preocupações, mas que se têm envolvido no debate público deste problema. Entre estas associações está a ADLEI – Associação de Desenvolvimento de Leiria, geralmente citada como representante das “elites leirienses”. Desde a sua constituição em 1989 esta associação tem promovido acções com o Lis como tema, em que se conta a organização de debates públicos e a divulgação de comunicados de imprensa. Outra associação citada igualmente como representando as “elites leirienses” é a NERLEI – Associação Empresarial da Região de Leiria, fundada em 1985 como delegação da Associação Industrial Portuguesa. São ainda de assinalar, as actividades de sensibilização organizadas pelo Centro Popular Cultural e Recreativo das Cortes, com destaque para as várias edições da Regata no Rio Lis, e a partir de 2006, a criação da Associação Ambiente Saudável e Cidadania do Litoral Estremenho (ASECL), com sede na freguesia da Barosa, em que a problemática da poluição da bacia do Lis não tem tanta centralidade.

Relativamente aos protagonistas cabe-nos retomar a referência às personalidades de maior relevo feita no capítulo anterior. Assim, destacamos na região a figura de Henrique Pinto, responsável pela Autoridade de Saúde de Leiria até Setembro de 2002, que nessa qualidade tudo fez para alertar para a poluição da bacia do Lis nas suas várias ameaças, com a realização de várias acções de fiscalização a unidades poluidoras. A acção de fiscalização mais mediática realizou-a na freguesia das Cortes nos dias 17 e 18 de Julho de 1992, acompanhado por um jornalista do Jornal das Cortes. Tratou-se de uma acção que incidiu sobre várias empresas no vale da ribeira da Abadia, no Calvário e em Soutocico, em que foram detectadas várias situações de poluição que causaram grande embaraço aos responsáveis da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Centro que, meses mais tarde, a 9 de Setembro, enviam ao local técnicos para confirmarem as situações detectadas. Henrique Pinto colocou na agenda da imprensa local e regional não só a diversidade de fontes poluidoras, como expôs as fragilidades dos serviços de fiscalização e a indefinição de competências dos organismos públicos.

A nível governamental já referimos o impacto das palavras do então secretário de Estado do Ambiente, Macário Correia, quer as proferidas no encerramento do seminário sobre o Lis em Maio de 1988, quer as proferidas na entrevista ao jornal O Independente. Macário Correia

colocou definitivamente a poluição do Lis na agenda política, uma presença reforçada nos anos seguintes pela visita à região de vários governantes. No entanto, seria preciso esperar cinco anos para a Ribeira dos Milagres e, por conseguinte, a poluição com origem nas suiniculturas de Leiria, ganhar amplo destaque político e mediático, o que sucedeu após a visita que Mário Soares realizou à Ribeira dos Milagres a 16 de Abril de 1994 no âmbito da Presidência Aberta sobre Ambiente. A visita do Presidente da República à Ribeira dos Milagres re-localiza e re-tematiza o problema de poluição hídrica na bacia do Lis, um problema que até aqui afectava maioritariamente o troço do Lis a montante de Leiria, a ribeira do Sirol e o rio Lena, este último por diversas vezes designado rio Vermelho devido às descargas com origem no Matadouro de Leiria. Ainda que o seu impacto já se fizesse sentir, foi a partir daqui que as suiniculturas concentradas a montante da ponte da Catraia, na Ribeira dos Milagres, são catapultadas para a ribalta como principais fontes poluidoras. Entre o apelo “façam o milagre” (RL, 22-04-1994) e o que o Presidente não viu por obra da “arte de bem enganar Soares” (JL, 21/04/94), a visita mostrou a urgência em avançar com a despoluição da bacia do Lis, assim como expôs a capacidade de influência do sector suinícola e a sua afirmação de que tudo faria para retirar visibilidade à poluição gerada. O problema é que a tentativa de tornar invisível a poluição teve um efeito contrário, pois o que Soares não viu *in loco*, toda a gente acabou por ver através das imagens da comunicação social – referimo-nos a um porco morto a boiar nas águas da Ribeira.

VIII.2.4. Locais referidos nas notícias

O quadro VIII.1. agrega os principais locais, mantendo a localização exacta da notícia nas situações em que o valor simbólico adquirido o justifica, como é o caso da bacia do Lis, rio Lis, rio Lena, região de Leiria, Praia da Vieira, Raposeira e Bidoeira. A localização região de Leiria inclui a própria localização e as referências ao Distrito de Leiria (para aceder à lista de locais ver anexo II.2 e II.3.). Agregou-se Milagres e Ribeira dos Milagres pelo facto dos registos se referirem basicamente à contaminação das águas desta ribeira e à insatisfação das populações. A localização Leiria é a menos rígida em termos territoriais, uma vez que tanto surge ligada à cidade, como à freguesia e ao concelho de Leiria.

Pela leitura do quadro VIII.1., conclui-se que os locais a que se reportam os registos das notícias não sofrem grande oscilação de uma publicação para a outra. O peso diferenciado de

cada concelho justifica-se a partir do número de freguesias que integram a bacia do Lis, da proximidade com os cursos de água e da forma diferenciada como a poluição afecta cada uma.

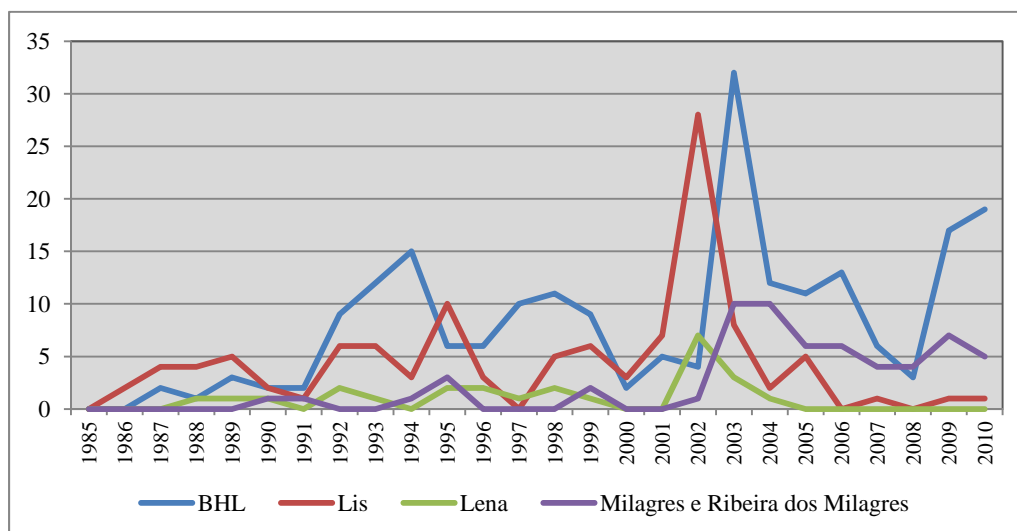
Quadro VIII.1. Locais a que se referem as notícias (1985-2010)

	Jornal de Leiria	Região de Leiria
Bacia do Lis	26%	23%
Leiria	17%	17%
Rio Lis	14%	16%
Milagres e Ribeira dos Milagres	8%	7%
Bidoeira e Raposeira	4%	3%
Porto de Mós	4%	2%
Rio Lena	3%	4%
Região de Leiria	3%	5%
Marinha Grande	2%	2%
Praia da Leiria	2%	3%
Batalha	2%	2%
Mira de Aire	2%	2%
Cortes	2%	1%
Amor	1%	3%
Golpilheira	1%	1%
"Outros"	9%	9%
TOTAL	100%	100%

De modo a conhecer a evolução dos quatro locais mais em evidência optou-se por analisar os registos com as localizações bacia hidrográfica do Lis (BHL), Lis, Lena e os Milagres e a Ribeira dos Milagres. Verificamos que não é apenas no saldo final que existem ligeiras diferenças entre os dois jornais, mas sim também na forma como evoluem as localizações referidas em cada um dos semanários. Essas diferenças detectam-se na localização rio Lena, que obtém maior atenção no Região de Leiria, sobretudo nos primeiros anos, obtendo referências pontuais quando em meados década de 80 era a localização que mais se evidenciava, e ressurgindo a partir daí nos momentos em que ganhou maior notoriedade a poluição com origem na destilaria da Golpilheira, aliás, como se descreve no Capítulo VII, o momento de maior atenção coincide com o seu encerramento em 2002. As diferenças entre a bacia do Lis e o rio Lis são mais visíveis na década de 90, e mostram uma leitura mais abrangente do problema no Jornal de Leiria, ao dar maior destaque à bacia do Lis, e mais

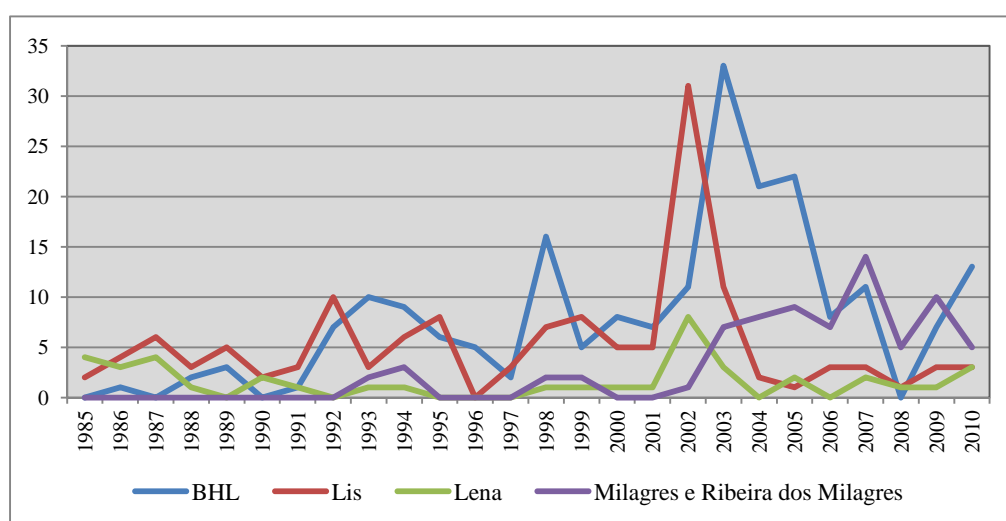
localizada no Região de Leiria, ao inverter parcialmente essa tendência, apontando para uma ligeira vantagem do rio Lis.

Gráfico VIII.13. Evolução dos registos noticiosos em 4 locais no Jornal de Leiria



A partir de 2003, com a centralidade colocada nas descargas poluidoras na Ribeira dos Milagres, os rios Lis e Lena praticamente deixam de ser notícia. E com o impasse registado na despoluição a bacia do Lis ganha relevo a localização bacia do Lis, por oposição à Ribeira dos Milagres.

Gráfico VIII.14. Evolução dos registos noticiosos em 4 locais no Região de Leiria



Se antes de 2003 a Ribeira dos Milagres apenas obtinha registos pontuais no Jornal de Leiria e no Região de Leiria, após a descarga de 15 de Junho passa a ser central na poluição da bacia

do Lis, por vezes confundindo-se a parte com o todo. As diferenças que encontramos entre os semanários da região derivam da leitura que fazem de todo o processo, com o Jornal de Leiria a ter uma leitura mais integrada, dando mais ênfase à bacia do Lis, e o Região de Leiria uma leitura mais localizada, dando maior atenção à Ribeira dos Milagres. Aliás, essas conclusões vão ao encontro das conclusões sobre as categorias temáticas alvo das notícias, com uma atenção maior do Jornal de Leiria pelos “projectos de despoluição”, contra uma atenção maior do Região de Leiria pelas “descargas poluentes, morte de peixes e riscos para a saúde pública” e pela “fiscalização e inventariação das fontes poluidoras”. Pelo contrário, quando ganha centralidade a Ribeira dos Milagres os registos sobre o rio Lis sofrem uma quebra acentuada, perdendo expressão.

VIII.3. A Ribeira dos Milagres como ícone da poluição hídrica nacional

O aumento de atenção que a comunicação social regional passa a dar à poluição da Ribeira dos Milagres é, em parte, reflexo do aumento de atenção que a comunicação social nacional passa também a dar ao problema e, sobretudo, ao carácter sistemático com que passa a noticiar as descargas nesta Ribeira. Pelo menos desde 13 de Agosto de 1971 a comunicação social nacional foi dando alguma atenção à poluição da bacia do Lis; a diferença é que a partir de 2003 a Ribeira dos Milagres entrou na rotina informativa como ícone da poluição hídrica em Portugal em vários formatos. A televisão, a rádio, a agência Lusa, a imprensa de maior referência e maior tiragem dão, desde então, uma cobertura sistemática ao problema, as televisões com directos no Jornal da Tarde e a Lusa com um acompanhamento permanente, que ao ser difundido para outros canais garantem a permanência do tema na agenda, depois alargado pela redacção de artigos da responsabilidade de cada órgão de informação. Este fluxo noticioso não surge por acaso; é alimentado pelo envio de denúncias de descargas pela Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres, que depois as remete ao Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente da Guarda Nacional Republicana.

Não se analisou a influência da televisão neste processo, mas sabemos através da investigação que Luísa Schmidt dedicou à mediatização da temática ambiental na televisão pública, que nos primeiros anos de emissão a RTP deu atenção às obras de hidráulica no Lis, na altura sem qualquer referência à poluição. Em Setembro 1981 a mesma RTP exhibe no programa «País, País» aquela que será uma das primeiras reportagens sobre a poluição no Lis, em que destaca

a poluição com origem na fábrica de curtumes da Reixida, na freguesia das Cortes. A 31 de Maio de 1992 não era a Ribeira dos Milagres nem a poluição suinícola que a RTP noticiava, mas sim os milhares de peixes que voltavam a aparecer mortos na foz do Lis, um episódio que não acontecia pela primeira vez, e em que ninguém sabia “qual a fábrica responsável pelo desastre ecológico”. (Schmidt, 2003: 344).

No sentido de se obter informação sobre a mediatização da poluição na bacia do Lis na comunicação social nacional procedemos à recolha de notícias publicadas no jornal Público entre 2002 e 2010, a que acedemos, primeiro, através do espólio de notícias que tínhamos arquivado no âmbito de outros projectos e, depois, através de pesquisa no arquivo digital do jornal e nos artigos disponíveis online. Feita a recolha procedemos à selecção dos registos de modo a evitar sobreposições, contabilizando-se 97 registos sobre o tema. **A escolha de 2002 justifica-se pela atenção que mereceu o corte de água à cidade de Leiria após a contaminação das captações de água do Lis em Setembro e que segundo este diário teve como responsáveis as suiniculturas.** Uma notícia publicada a 20 de Setembro apontava como causa a poluição com origem em pecuárias, acumulada nos algares da Serra de Aire e Candeeiros; e no dia 29 Helena Matos não poderia ser mais explícita ao intitular a sua crónica “O triunfo dos porcos”. A 15 de Junho de 2003 acontece a descarga de maiores repercussões em todo o processo e que marcou os anos seguintes. Como mostra o quadro, a atenção mediática foi maior em 2005, um aumento que se deve ao efeito conjunto da persistência das denúncias das descargas com o agudizar do protesto ambiental, designadamente com a organização de protestos directos em Leiria, em que Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres (CADRM) espalhou efluentes suinícolas nas escadarias da Câmara Municipal de Leiria.

Quadro VIII.2. Evolução dos registos noticiosos sobre a poluição na BHL no jornal Público

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Nº de notícias	4	9	12	18	14	10	10	10	10

Registam-se diferenças acentuadas entre a mediatização da poluição do Lis nas páginas do jornal Público relativamente aos semanários regionais analisados: no Público os registos noticiosos referem-se a um **número reduzido de localidades**, destacando-se a Ribeira dos Milagres com 58%, a bacia do Lis com 15%, e Leiria e a Praia da Vieira com 5% cada, o que totaliza 93% dos registos; do mesmo modo, **três protagonistas concentram 84% dos**

registos, são eles os agentes poluidores (35%), os movimentos cívicos e populações (30%) e os órgãos da administração pública (19%), surgindo em segundo plano o governo e as autarquias com 6% cada; sendo que **82% das categorias temáticas** dizem respeito a “descargas poluentes, morte de peixes e riscos para a saúde pública” (31%), “problemas das suiniculturas” (28%), e “acções de protesto, abaixo-assinados, denúncias, comunicados” (23%), surgindo a maior distância com apenas 9% os “projectos de despoluição”.

Antes de se prosseguir com a apresentação das principais características dos registos noticiosos sobre a Ribeira dos Milagres publicados no Público, importa deixar alguns dados sobre a actividade do SEPNA na bacia do Lis fornecidos pelo Comando Territorial de Leiria. A informação fornecida indica que 34 das 52 queixas apresentadas entre 2006 e 2009 foram relativas à rejeição de efluentes suinícolas e 12 relativas à rejeição de águas residuais, sendo que apenas 15 queixas incidiram especificamente sobre a Ribeira dos Milagres, seguindo-se, com 5 denúncias cada, a Ribeira da Cova da Mora e o Ribeiro do Carriço, ambos no concelho de Leiria, e o rio Lis, de Leiria à foz, com 4 denúncias. No mesmo período, 11 das 13 iniciativas programadas pelo SEPNA incidiram sobre a rejeição de efluentes suinícolas, contudo apenas 3 destas acções recaíram sobre a Ribeira dos Milagres, seguindo-se duas intervenções na Ribeira da Bidoeira, concelho de Leiria, e duas intervenções na Ribeira da Várzea, no concelho da Batalha. A actualização de alguns destes dados permite-nos verificar que de 2006 a 2011 a Ribeira dos Milagres foi alvo de 33 denúncias por descargas de efluentes suinícolas, cuja distribuição é apresentada no quadro VIII.3. Os dados demonstram que existe um desvio entre as queixas e a realidade.

Quadro VIII.3. Denúncias ao SEPNA por descargas de efluentes suinícolas

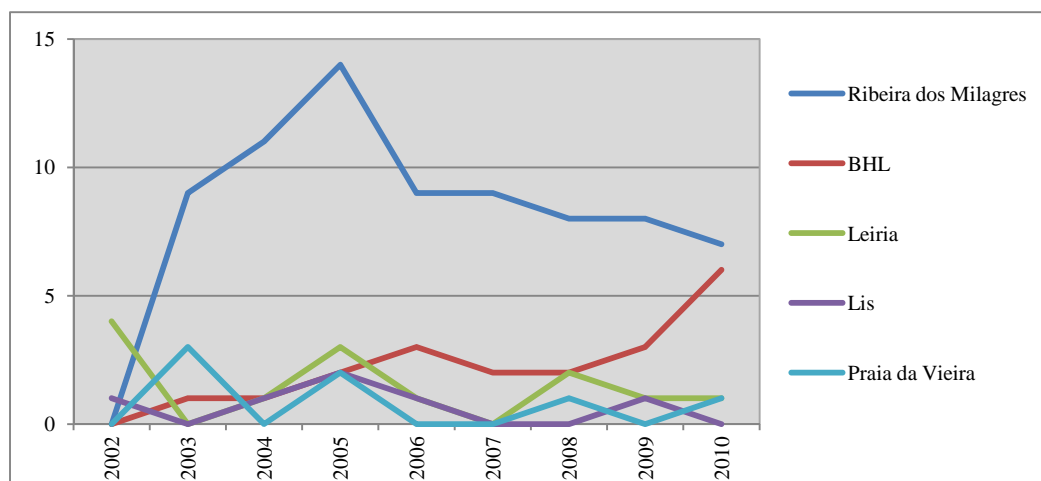
Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Nº de denúncias	3	8	1	3	6	12

Fonte: SEPNA/GNR, 2011 e 2012

Em 2010 e 2011, o SEPNA concluiu que em 6 das 18 queixas apresentadas não havia infração, não conseguindo identificar nas restantes o ponto de descarga. Sabemos adicionalmente, com base nos dados fornecidos pelo gabinete do ex-Secretário de Estado do Ambiente Humberto Rosa, ter-se registado um aumento de contra-ordenações na bacia do Lis, que passaram de 11 em 2005 e 2006, para 78 de 2007 a 2009. Os dados do SEPNA são importantes por mostrarem que, em determinados períodos, a denúncia das descargas na

Ribeira dos Milagres foi principalmente dirigida para os meios de comunicação social, e comprovarem que os focos poluidores não estão apenas concentrados nesta Ribeira, nem a acção das populações se restringe a ela.

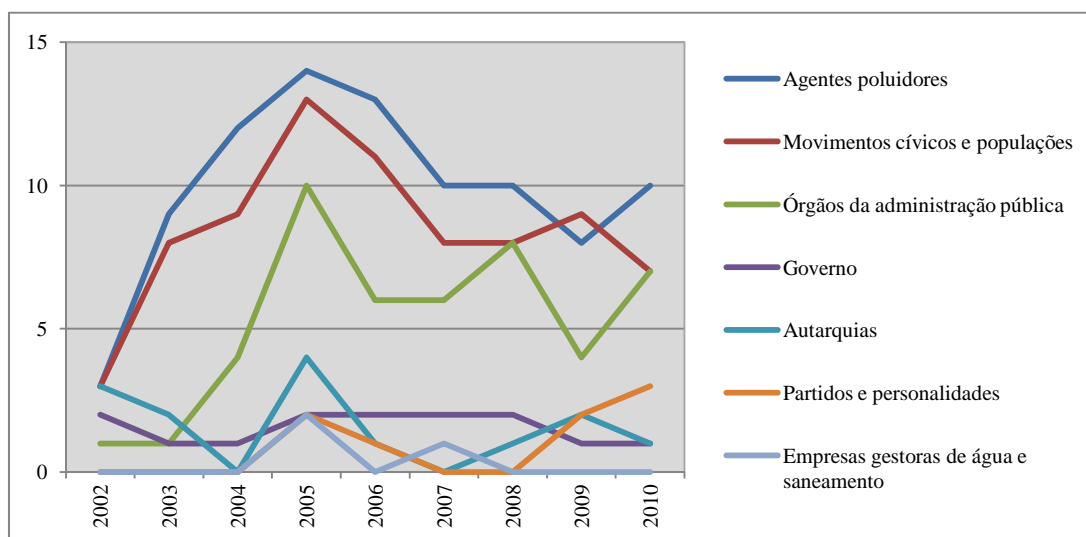
Gráfico VIII.15. Evolução das localizações a que se referem as notícias



A evolução dos registos noticiosos inventariados a partir do Público demonstra que este jornal tem dado atenção prioritária à Ribeira dos Milagres, acompanhada pela Praia da Vieira quando se registam descargas de maiores dimensões ou em protesto contra a localização da ETAR Norte. A referência a Leiria surge ligado ao corte de água à cidade (2002) e ao protesto que a CADRM decidira levar às escadarias da autarquia (2005), episódio que acentua as divergências entre os representantes da Comissão e da autarquia leiriense, o que em termos mediáticos contribuiu para o aumento de notícias sobre o tema. A localização bacia hidrográfica do Lis ganha importância a partir da criação da Recilis (em 2003) e com o sucessivo impasse na constituição do consórcio responsável pela ETES.

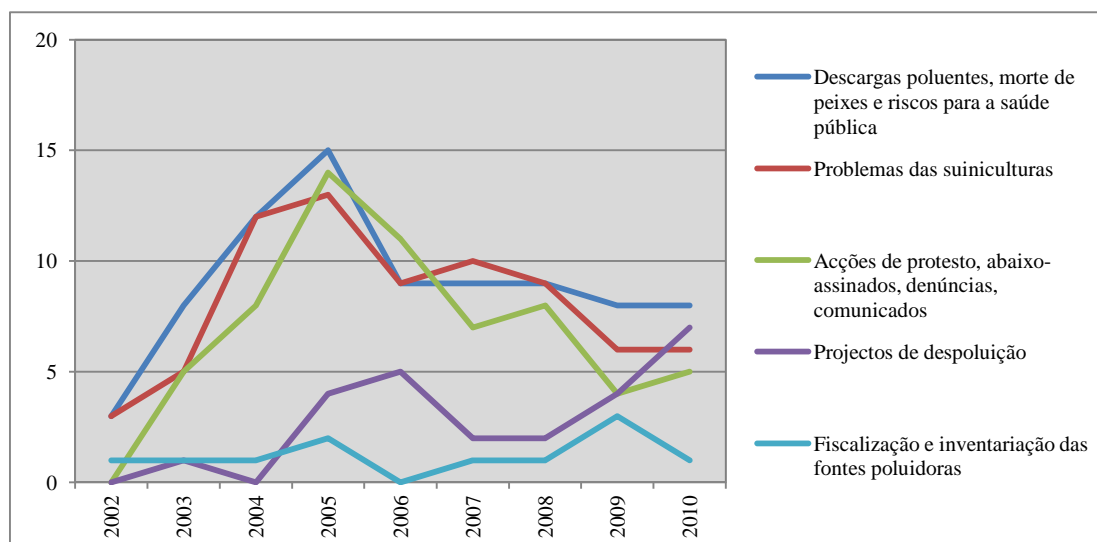
A evolução dos protagonistas resulta da centralidade da Ribeira dos Milagres e da dinâmica associada à denúncia das descargas, muito marcada pelo antagonismo entre a Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres (CADRM) e os suinicultores instalados a montante da ponte da Catraia, a que se adiciona uma referência nem sempre directa à GNR, entidade que confirma à comunicação social as descargas denunciadas pela CADRM. Assim, nas páginas do Público os protagonistas directos são basicamente dois: o porta-voz da Comissão e o representante dos suinicultores.

Gráfico VIII.16. Evolução da referência aos protagonistas das notícias



O gráfico VIII.16 mostra que em segundo plano surge o governo, as autarquias, partidos e personalidades e empresas gestoras de água e saneamento. Os partidos e personalidades ganham algum destaque em 2009 e 2010 com a entrada no processo do Bloco de Esquerda.

Gráfico VIII.17. Evolução das categorias temáticas das notícias

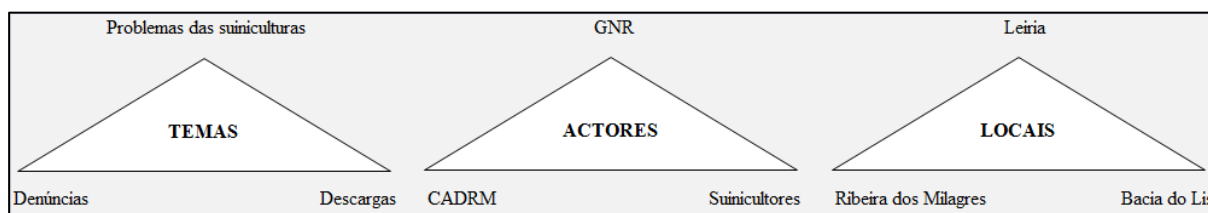


A centralidade da Ribeira dos Milagres e a polarização do conflito ambiental, a que se liga a GNR como mediador, segue igual tendência na evolução das **categorias temáticas**. É assim que, em resultado da dinâmica de denúncia dos atentados ambientais na Ribeira dos Milagres, surgem em plano de destaque as “descargas poluentes, morte de peixes e riscos para a saúde pública”, os “problemas das suiniculturas” e as “acções de protesto, abaixo-assinados,

denúncias, comunicados”. Num plano secundário surgem os “projectos de despoluição” e as “acções de fiscalização e inventariação das fontes poluidoras”. De salientar a evolução crescente dos “projectos de despoluição”, inicialmente ligada à constituição do primeiro consórcio para a construção da ETES e à escolha da freguesia de Amor para localização dessa infra-estrutura, e depois ao impasse político e às dificuldades na constituição do segundo consórcio.

Estas tendências podem ser resumidas através de um esquema triádico. O primeiro triângulo apresenta as principais categorias temáticas presentes nas notícias de 2002 a 2010, os outros dois triângulos fazem a síntese dos protagonistas e locais mais relevantes. Nas categorias temáticas e nos locais destacam-se claramente os três referentes mencionados. A GNR é um dos protagonistas referidos, contudo encontra-se muitas vezes ausente, mas é importante no papel de mediador.

Esquema VIII.1. Temas, protagonistas e locais mais referidos



De forma mais detalhada foi através de Alexandra Barata, colaboradora do Público e também jornalista do Jornal de Leiria, que a poluição na Ribeira dos Milagres chegou aos leitores do Público. Fora deste registo, pela sua proveniência via Lusa, a produção de notícias assume um **carácter mimético de tal ordem que o conteúdo quase não se altera**. Nem os respectivos títulos, que se fixam em expressões como “Descargas voltam à Ribeira dos Milagres” (Público, 28-01-2005), “Nova descarga na ribeira dos milagres (Público, 25-06-2005 e 12-01-2009), ou “Mais uma descarga de suiniculturas em Leiria” (Público, 24-04-2006). O Público sai igualmente deste registo em situações de confronto directo, por exemplo, quando, como forma de protesto por mais uma descarga, a 14 de Junho de 2005, elementos da Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres (CADRM) despejaram frente à Câmara de Leiria baldes com efluentes suinícolas retirados da Ribeira dos Milagres. O elevado número de registos sobre as denúncias, a que se juntam diversas acções directas, organizadas pela CADRM, mas também pelo núcleo regional da Quercus, mostram que o foco das notícias é a catástrofe ambiental e o conflito, temas pelos quais o jornal tem uma especial predilecção.

A terminar deixamos a opinião de alguns representantes da imprensa e algumas personalidades sobre a questão da visibilidade e permanência da poluição do Lis e da Ribeira dos Milagres na agenda mediática. Domingos Patacho, responsável pelo Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus, com sede em Ourém, interpreta o aumento de visibilidade do problema a nível nacional a partir da comunicação social regional com sede em Leiria, da qual tem a melhor opinião. Para José Manuel Alho, ex-presidente da Liga para a Protecção da Natureza, o Lis (a par do Alviela) é um **ícone da poluição hídrica nacional**, num processo em que a comunicação social tem “passado para lá do que é a neutralidade”, numa acção quase de “militante”. Por sua vez, para Anabela Silva, jornalista do Jornal de Leiria as **televisões privadas** deram maior amplitude ao problema – interpretação que vai ao encontro das conclusões de Luísa Schmidt na sua investigação de doutoramento (Schmidt, 2003). Outra jornalista, Marina Guerra, do jornal Região de Leiria, interpreta a maior visibilidade da Ribeira dos Milagres relativamente a outros pontos da bacia do Lis, designadamente o colector de Amor, com base na manutenção do **valor notícia do problema**, em que a Ribeira tem por si só valor notícia, pois, “já tem uma história feita nos media” – i.e., ecoa na memória –, e com base na **proximidade e importância do problema**, concordando que a agência Lusa tem um papel determinante no agendamento da notícia por parte de outros meios de comunicação social, designadamente regionais.

Na entrevista que nos concedeu, Ricardo Garcia, jornalista do jornal Público, mostrou-se convencido que a **existência de um movimento mais activo em Leiria**, em particular na Ribeira dos Milagres, e o facto de se ter criado um **estigma da poluição do Lis**, são dois motivos que conferem maior visibilidade à poluição na região e a colocam no topo de qualquer referência quando falamos em poluição hídrica no país, razão pela qual “ninguém fala das suiniculturas do Montijo ou das suiniculturas do Trancão”. Na Ribeira dos Milagres o tema continua a ser notícia e a ter mais visibilidade, porque existe “ali um canal [de comunicação] que alimenta os jornais de notícias, que é a Comissão, e sempre que há uma descarga, alguém coloca a notícia cá para fora”, o mesmo não sucede nesses locais. Se nesses locais uma associação tivesse o mesmo tipo de intervenção os problemas ambientais seriam notícia, pois, diz-nos Ricardo Garcia, **o fluxo noticioso “depende muito de haver alguém que alimenta os órgãos de comunicação social”**. Um fluxo que pode funcionar de duas formas: um órgão de comunicação social achar que o tema vale a pena e faz uma reportagem; ou o tema manter-se como notícia por haver “um grupo minimamente organizado que põe cá para fora [o problema] sempre que há uma descarga”. Ora, como as redacções dos jornais têm

cada vez menos jornalistas e como os jornalistas saem cada vez menos por falta de verbas, as notícias publicadas resultam basicamente da interacção entre quem denuncia e quem noticia, e menos da gravidade do problema registado um pouco por todo o país. Temos assim que a diferença de visibilidade em relação a exemplos como o Montijo ou o vizinho Alcoa está, acima de tudo, no facto de existirem associações de defesa do ambiente no caso do Lis, o que não significa que o problema não exista ao lado, ninguém fala é dele. A tudo isso acresce, que o Alcoa se distingue, igualmente, pelas características da respectiva bacia hidrográfica, pela tipologia de explorações e disponibilidade de solos agrícolas, assim como maior distância à cidade Leiria.

Síntese

O grande arranque na mediatização do problema deve-se a dois factores principais: um de cariz político e outro de cariz ambiental. O primeiro liga-se à passagem pela região de políticos nacionais com o objectivo de abordar o tema da poluição do Lis. O segundo liga-se à ocorrência de descargas ambientais de grandes dimensões. No primeiro caso destacamos a **Presidência Aberta de Mário Soares em 1994**, que re-tematiza e re-localiza a poluição da bacia do Lis, situando-a na Ribeira dos Milagres e com origem nas suiniculturas instaladas no troço a montante. No segundo caso, referimos dois episódios, próximos no tempo, que, pela forma como afectaram as populações e pelo seu dramatismo, aumentaram o fluxo noticioso sobre o tema – a **contaminação das captações de água a montante de Leiria ocorrida em Setembro de 2002**, que obrigou ao corte no abastecimento público durante cinco dias, chamando a atenção para a existência de outros focos poluidores; e a **descarga de grandes dimensões ocorrida em Junho de 2003** numa suinicultura da freguesia dos Milagres, que obrigou à interdição da Praia da Vieira e está na origem da criação da Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres.

A mediatização destes acontecimentos contribuiu para a transformação da poluição suinícola com origem no troço a montante da Ribeira dos Milagres em **ícone da poluição hídrica nacional**. De tal modo que, quando **na região**, se fala em poluição estão praticamente invisíveis outros focos poluidores e outros cursos de água e quando, **no país**, se fala em poluição com origem em explorações de produção de suínos, o exemplo que surge imediatamente é a Ribeira dos Milagres. Assim se justifica que, localidades com uma produção de suínos muito idêntica em número efectivos como, por exemplo, Alcobaça,

também no distrito de Leiria, não obtenham atenção mediática. Não porque o Alcoa não tenha enormes problemas; o que não tem é protagonistas a contestar a poluição e, sem protagonistas, não se alimenta o caudal noticioso da comunicação social, que resume a sua intervenção à publicação esporádica de reportagens. Em suma, a construção social da poluição centrou-se nos Milagres e na produção suinícola, facto que se verifica em todas as arenas: mediática, pública, política...

A demonstrar a centralidade de Leiria e a importância política do problema, ao longo de várias décadas, e com grande mediatização, os grandes protagonistas nacionais (candidatos dos principais partidos e responsáveis pela pasta do ambiente) visitaram a região, principalmente governantes e líderes partidários, sempre com promessas de despoluição que nunca se chegaram a concretizar. Já à escala regional tem sido fundamental o papel dos movimentos cívicos, desde a sua criação, na denúncia dos atentados ambientais, sendo que, face à desconfiança relativamente à administração pública, recorrem à comunicação social, transformando-a na principal arena deste conflito ambiental. Temos assim que, a existência de lideranças e de movimentos organizados que expressam o descontentamento das populações, são os “*drivers*” do fluxo noticioso, contribuindo para que o tema se mantenha na agenda, pois o problema da poluição suinícola na zona do Lis entrou de tal forma na rotina dos *media* que se transformou ela própria em ícone da poluição hídrica nacional, ainda que as notícias sejam muitas vezes a mera reprodução de outras já publicadas.

Por último, destacamos as grandes ausências da cobertura mediática. Em primeiro lugar, a invisibilidade de outras fontes poluidoras, designadamente de indústrias (eventualmente mais poluentes), da poluição difusa resultante da actividade agrícola (intensiva), e dos esgotos domésticos – estes, quando surgem, são tratados enquanto carências e não como fontes poluidoras. Em segundo lugar, a partir de 2003, com iconização da poluição da Ribeira dos Milagres, regista-se a ausência da referência a outros lugares, como sejam, a ribeira do Sirol, o colector de Amor e a Serra de Aire e Candeeiros, locais estes com gravíssimos problemas de poluição de acordo com os testemunhos recolhidos e com os resultados da monitorização à qualidade da água feita anualmente pela Oikos. Em terceiro lugar, estão ausentes as referências às políticas de combate à poluição e sobretudo aos Planos da Bacia Hidrográfica. Por último, estão praticamente ausentes das notícias importantes protagonistas locais, designadamente os responsáveis partidários locais, e protagonistas da área da ciência e da saúde, excepção feita a Henrique Pinto, ex-responsável da Autoridade de Saúde de Leiria,

mas cuja saída em 2002 da Autoridade de Saúde de Leiria deixou um vazio nunca mais preenchido, para mais coincidindo essa saída com o aumento de visibilidade da poluição hídrica na região.

IX

Avanços e recuos da despoluição da bacia do Lis

O texto que a seguir se apresenta tem por base a resposta a diversas questões formuladas nas entrevistas realizadas, que resultam no que consideramos serem os grandes eixos temáticos identificados: i) as **dimensões do problema de poluição** que, como vimos, apesar da sua mediatização intensa, não se restringem às descargas suinícolas na Ribeira dos Milagres; ii) a **desconfiança dos cidadãos** face ao funcionamento das instituições; iii), a **suspeição entre protagonistas** decorrente das dinâmicas locais e do arrastamento do processo; iv) as **características da mobilização cívica**, os **consensos e conflitos**. Transversal à apresentação destes grandes eixos, está a própria temática do **insucesso do projecto de despoluição da bacia do Lis** e as razões que justificam os avanços e recuos do processo.

IX.1. Dimensões do problema da poluição

A poluição hídrica na bacia do Lis tem sido marcada pela concentração de suiniculturas a montante da Ribeira dos Milagres e pela quase invisibilidade de outras fontes poluidoras, mas que existem e são por vezes mais graves, motivo para serem insistentemente apresentadas por vários intervenientes. A responsabilização sistemática das suiniculturas pelas descargas na Ribeira dos Milagres leva David Neves, da Recilis e da Associação de Suinicultores do Concelho de Leiria, a ironizar ao afirmar “nós tínhamos um ‘suspeítómetro’, suspeitava-se logo que qualquer descarga era das suiniculturas”. Apesar da elevada concentração de suiniculturas em alguns locais, o líder dos suinicultores não está sozinho nesta apreciação; algumas associações de defesa do ambiente e alguns especialistas conhecedores do problema concordam com esta perspectiva. É o caso da Oikos – Associação de Defesa do Ambiente e Património da Região de Leiria que, desde a sua criação em 1990, tem demonstrado, a partir da monitorização anual à qualidade da água realizada em vários pontos de amostragem da bacia do Lis, que existem outras fontes poluidoras e que o problema não se restringe à Ribeira dos Milagres nem às suiniculturas. Para o seu actual presidente, Nuno Carvalho, a

monitorização foi um importante contributo para se conhecerem as tendências e números relativamente aos níveis de poluição, permitindo identificar os agentes de poluição e clarificar que a poluição da bacia não é “somente a poluição da ribeira dos Milagres, que há outros focos de poluição, que há as indústrias (que não há só a poluição das suiniculturas), há a poluição difusa da agricultura, há a poluição que entra na nascente do maciço calcário estremenho”. Especificamente sobre a poluição do rio Lena considera que, durante muitos anos, teve três problemas emblemáticos: as pecuárias instaladas no concelho de Porto de Mós, na Anaia e junto à nascente; a destilaria da Golpilheira; e o matadouro de Leiria situado praticamente na confluência com o Lis.

José Manuel Alho, que actualmente ocupa o lugar de vice-presidente da Câmara Municipal de Ourém, mas que pela sua militância ambientalista e cargos desempenhados conhece bem a bacia do Lis, admite que a poluição dos Milagres ofusca outros problemas mais graves, como sejam a poluição difusa resultante da actividade agrícola e o gravíssimo problema do maciço calcário estremenho, cujas fontes poluidoras nunca “foram abordadas de forma integrada na sua origem e território” e “onde todos os dias há poluição significativa”. Trata-se de um problema para o qual “nunca houve soluções técnicas expeditas, porque eram difíceis de implementar e difíceis de financiar”. José Manuel Alho lembra a contaminação da nascente que abastece Leiria ocorrida em Setembro de 2002 e que obrigou ao corte no fornecimento de água durante 5 dias à cidade, um problema que muito provavelmente se ficou a dever à poluição dos algares e que não foi solucionado, deixando-se de falar nele a partir do momento em que deixou de afectar o fornecimento de água aos cidadãos, mas o passivo ambiental está lá.

Considerando as conclusões do seu doutoramento sobre a bacia do Lis e o conhecimento que tem da região, a professora Judite Vieira, do Instituto Politécnico de Leiria, identifica o colector de Amor, situado a montante da Marinha Grande, como “um foco de poluição extremamente relevante para a contaminação da bacia a jusante”. “O problema não é só das suiniculturas e pode estar a mascarar outras fontes, no colector de Amor não são só as suiniculturas, temos outros problemas e com um caudal muito superior em termos de efluentes”. Os outros problemas a que se refere são os efluentes industriais e domésticos com origem na Marinha Grande (Vieira, 2007). O colector de Amor é uma sub-bacia composta por imensas linhas de água, entre quais as ribeiras de Amor e Escoura, a que se ligavam – e ainda se ligam, embora em menor número – fábricas e os esgotos da Marinha Grande. Segundo,

Adelino Caravela, da secção de Leiria da ARH do Centro, agora a situação está diferente, todos esses efluentes vão para a ETAR Norte, “antes a carga era muito maior quando a ETAR da Escoura funcionava mal, poluindo a ribeira da Escoura que vai dar ao colector de Amor”.

Relativamente a outras fontes poluidoras em toda a bacia do Lis com origem na **indústria** pouco se sabe, à excepção da referência por tipologia de cargas poluentes e sectores potencialmente poluidores feita no novo plano de bacia⁷⁶ e das queixas de representantes da população contra empresas do sector das resinas, problema a que fizemos alusão no Capítulo VII. Por outro lado, a ausência de drenagem e tratamento de **esgotos domésticos** é outro dos problemas por resolver, com a particularidade de não ser um problema exclusivo da região. Em causa está a ineficaz aplicação dos Fundos Comunitários, assim como a aposta num modelo tecnológico e de gestão que se perpetuou não por ausência de alternativas, mas, segundo alguns entrevistados, por insistência política, por pressão de alguns *lobbies* (por ex., de “projectistas” de obras) e por resistência à mudança por parte de alguns profissionais. Outra face do problema prende-se com a inexistência de redes separativas entre as águas residuais e as águas pluviais. Também na região de Leiria falhou o modelo urbano de construção de redes e estações de tratamento, ao revelar-se inoportuno do ponto de vista financeiro e ser tecnicamente insustentável avançar com os sistemas em alta sem estar assegurada a concretização dos sistemas em baixa. A aposta prioritária nos sistemas em alta, da responsabilidade da Simlis (empresa do grupo Águas de Portugal criada no final de 1999), com infra-estruturas extremamente dispendiosas, e a secundarização dos sistemas em baixa, da responsabilidade das autarquias, de quem era conhecida a menor capacidade técnica e dificuldades no acesso aos fundos europeus, desenvolveu o sector a ritmos diferentes. Como sublinha José Manuel Alho, fizemos obras de engenharia caríssimas, projectadas para um número de habitantes que não existe e tende mesmo a decrescer, de tal modo que agora não existe caudal de varrimento. O actual vice-presidente da autarquia de Ourém não culpa os intervenientes na altura, acredita que existiam várias condicionantes à sua acção, a principal das quais era a abundância de recursos e o prazo limitado para serem gastos: “há dinheiro, temos que o gastar em tempo recorde”. E uma vez que, para gastar o dinheiro, era necessário

⁷⁶ O Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas do Vouga, Mondego e Lis identifica **como principais descargas directas** na bacia do Lis as provenientes do **sector urbano** e como **principais descargas difusas as descargas que têm origem nas suiniculturas**. O mesmo Plano apresenta o valor das cargas de CBO5 (Carência Bioquímica de Oxigénio), CQO (Carência química de Oxigénio), Azoto total e Fósforo total, em que, como anteriormente referido, o parâmetro CBO é um dos responsáveis pela atribuição de um estado final da qualidade da água inferior a “Bom” nomeadamente na ribeira da Escoura, no rio Lis e na Ribeira dos Milagres (ARH Centro, 2011).

existir um projecto, recorremos à importação de projectos e tecnologias caras, nem sempre ajustados à nossa realidade, “fomos importadores de projectos sem a serenidade para os adaptar às nossas condições”, refere. Cláudio de Jesus, actualmente no grupo Águas de Portugal⁷⁷, é da mesma opinião, explica que, “como havia disponibilidade financeira foi uma questão de gastar, até porque era preciso cumprir metas de execução orçamental”, agora o problema é que é preciso rentabilizar os sistemas com um caudal de efluente suficiente, caso contrário está em causa a sustentabilidade de todo o sistema, agravada pela falta de disponibilidade financeira para concretizar as obras em falta.

David Catarino, ex-presidente da Câmara Municipal de Ourém, concorda que muitas redes avançaram “pelo interesse dos projectos, dos empreiteiros e dos projectistas, mais de que de um adequado planeamento” que tivesse em conta a evolução demográfica de cada localidade. O ex-autarca de Ourém lembra que “estamos a falar de dinheiro fácil”, o que “só poderia dar asneira e foi o que deu”, em que o que se fez nem sempre respondeu às necessidades das populações em termos de localização e dimensão, e claro, “também se exagerou: colocámos redes em aldeias com 3 ou 4 casas e que hoje vão ficar sem gente, localidades para as quais é preferível pensar em soluções individuais, pois colocar redes aí é caríssimo”. Avançou-se sem que fosse feito o adequado planeamento e depois, concluídas as obras, não foi feita a necessária manutenção das infra-estruturas, que se começaram a degradar no dia seguinte à inauguração. Também para o ex-autarca a culpa não pode ser apenas imputada às autarquias, pois no 25 de Abril, o país herdou um Estado demasiado centralista em que as autarquias não estavam preparadas a muitos níveis, nem tinham competências, nem meios técnicos. Por outro lado, não existiam canais de comunicação eficazes entre o poder central e o poder local, ao ponto de qualquer pedido dos autarcas obrigar à sua deslocação a Lisboa. A que se adiciona a impreparação de alguns decisores, tema sobre o qual David Catarino afirma que muitos “estão ao serviço da política pelo desporto”, sem qualquer preparação para resolver os problemas, no que acrescenta que “temos muita gente na política que nunca fez nada, apenas esteve nas estruturas dos partidos”.

Os autarcas e ex-autarcas com quem tivemos oportunidade de conversar são praticamente unânimes em dois aspectos. Primeiro, o atraso na concretização dos sistemas em baixa liga-se às **dificuldades das autarquias em obterem financiamento** junto da banca e à redução de

⁷⁷ Para simplificar optamos por referir AdP, porém Cláudio de Jesus não nos recebeu nessa qualidade, foi sim pela sua ligação à região de Leiria, nomeadamente ao serviço da Associação de Municípios da Alta Estremadura, da Simlis e da Recilis.

receitas, assim como às **dificuldades no retorno do investimento**, em que os Fundos Europeus foram facilmente captados pelas empresas do grupo Águas de Portugal (AdP), encarregues dos sistemas em alta, e de maior dificuldade para as autarquias, responsáveis pelos sistemas em baixa. Segundo, houve um desinvestimento no saneamento em baixa, que se ficou a dever essencialmente ao facto das **obras a realizar não darem votos**, pois ao contrário, por exemplo, dos equipamentos de cultura e lazer, trata-se de redes invisíveis enterradas no solo que, no momento das obras, acarretam transtornos e podem até resultar em conflitos em caso de resistência das populações em ligar as suas habitações à rede pública. Em resultado destas dificuldades, o tema segue basicamente o calendário eleitoral, mas depois é remetido para um plano secundário em detrimento de outras obras. António Lucas, presidente da Câmara Municipal da Batalha, é peremptório ao afirmar que as “obras só dão chatices e não dão visibilidade”, com a agravante de terem custos elevadíssimos. Isabel Gonçalves, vereadora do Ambiente da Câmara Municipal de Leiria, é menos pessimista, acredita que “estas questões já se estão a ver de outra forma”, no entanto, não deixa de reconhecer que as pessoas não ligam pois não lhes interessa para onde vai o esgoto. Outro entrevistado, Paulo Vicente, vice-presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, concorda que as pessoas estão mais consciencializadas para a questão do saneamento, mesmo assim reconhece que as “obras não têm retorno eleitoral”. Sobre o mesmo tema entrevistámos, Humberto Rosa, na altura secretário de Estado do Ambiente (2011), que considera ser muito mais fácil captar o eleitor com água limpa que lhe chega, do que “enterrar dinheiro” com investimentos na drenagem e tratamento de esgotos. Posição idêntica tem a deputada do Partido Socialista Odete João, para quem a não execução das obras nos esgotos em baixa resultou de opções políticas, isto “porque muitas vezes se navega à vista e o saneamento enterra-se”, e muitas vezes “era importante ter um campo de futebol, ter um pavilhão gimnodesportivo”, equipamentos “com utilizações muito aquém daquilo para que estavam dimensionados, mas constituíam a grande obra do regime para aquela localidade, para aquela freguesia ou para aquele município, portanto, de facto o saneamento foi sempre deixado para trás”.

Também José Augusto Esteves, membro do Partido Comunista Português que representou o partido na Assembleia Municipal de Leiria, se mostrou convencido que as opções do investimento municipal privilegiaram a obra que se vê e não a obra que se enterra, acusando o município de Leiria de retardar de ano para ano as obras orçamentadas em detrimento de outras obras, em que “nos orçamentos era inscrita uma verba que depois não aparecia”, era

apenas concretizada uma pequena parte. Contrário à posição da maioria dos autarcas, José Augusto Esteves rejeita a existência de conflitos na ligação das habitações aos ramais, no que acredita ser essa uma reivindicação das populações.

Sobre a última questão Jaime Gabriel Silva, administrador-delegado da Simlis, reconhece que em alguns locais **as redes foram feitas e as pessoas não se ligam**, e que em causa está sobretudo o **preço da ligação e os custos mensais**, assim como o investimento necessário à bombagem e a respectiva manutenção, energia e obras nas habitações nas situações em que tal se mostre indispensável. Em face destes constrangimentos, para Jaime Gabriel Silva este não é somente um problema técnico, é também um problema humano, até porque as pessoas têm fossas sépticas e não entendem porque têm de se ligar à rede pública de esgotos.

Contudo, na bacia do Lis, a falta de soluções para os esgotos urbanos dispersos não é o único problema sem solução. A falta de tratamento dos efluentes provenientes das suiniculturas é reconhecidamente o maior problema ambiental. Na década de 90 o concelho de Leiria avançou com a tentativa de implementação de soluções técnicas que não resultaram. Foi o caso das ETAR da Bidoeira e da Raposeira⁷⁸, construídas pela Associação de Suinicultores de Leiria com uma comparticipação de 85% dos Fundos de Coesão e destinadas a receber efluentes com origem em explorações de pequena e média dimensão. O modelo encontrado foi desajustado, razão pela qual praticamente nunca chegaram a funcionar; somente foram utilizadas como lagoas de retenção que, ao concentrarem elevada carga orgânica, transformaram-se perversamente num enorme foco poluidor.

Nuno Carvalho relembra que a Oikos foi contra a construção das ETAR por discordar da tecnologia e do processo, “sempre dissemos que não ia resolver nada e ia complicar ainda mais o problema, porque ia dar a ideia que o problema estava resolvido e na realidade não estava resolvido coisa nenhuma”, afirma. Para o presidente da Oikos “a grande falha do processo foi a construção daquelas duas ETAR, aí foi o grande erro e nós denunciámos na altura, que não resolveria nada; a tecnologia era obsoleta, ia mascarar o problema, ia dar a sensação que o problema estava resolvido quando na realidade não resolvia nada”. Foi muito investimento para não resolver nada, e isso fez perder anos, esse “foi o maior erro em todo este processo; era preferível ter esperado 1 ano ou 2, mas houve muita pressa”. Assim não só

⁷⁸ Em Porto de Mós houve uma ETAR idêntica, que José Manuel Alho considera ter sido pioneira por apresentar uma solução técnica que se auto-financiava através da produção de biogás. A ETAR foi alvo de candidatura a Fundos Comunitários em 1993 por iniciativa da Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros, de Porto de Mós, destinada ao tratamento dos efluentes das suiniculturas da região com aproveitamento de biogás.

não resolveram os problemas, como as ETAR se tornaram fontes de poluição. “Esse foi o grande erro, a partir daí andou-se nisto, de solução em solução. Dá a ideia que havia alguns agentes que não estavam interessados”, conclui.

Além das razões já apontadas sobram argumentos a explicar o fracasso destas ETAR, destacamos apenas dois por cobrirem um vasto leque de respostas. O primeiro é referido por David Neves que, em 1997, sucedeu a António Venâncio na direcção da Associação de Suinicultores do Concelho de Leiria (ASCL), para quem não se fez a avaliação dos custos e “na altura os projectos eram bons ou maus em função do dinheiro a fundo perdido que tivessem”. No mesmo sentido vai a afirmação do geógrafo José Nunes André, para quem, as “ETAR da Bidoeira e Raposeira, foram para ir buscar dinheiro, aquilo nunca funcionou”. O segundo argumento foi apresentado em dezenas de conversas, nas também dezenas de idas a Leiria, e tem expressão nas palavras de Filipa Alves, da Associação para o Desenvolvimento da Região de Leiria (ADLEI), quando afirma que “as ETAR da Bidoeira e Raposeira foram mal feitas, servem apenas de bacia de retenção, e alguns fundos foram desviados para coisas mais interessantes do que uma ETAR”, uma afirmação que materializa um conjunto de suspeições sobre o sector das suiniculturas.

Este episódio marcou e continuará a marcar a despoluição da bacia do Lis no que ao sector suinícola diz respeito, porque acabou por expô-lo da pior forma, ao mostrar que pretendia desembaraçar-se do problema da forma mais fácil e menos dispendiosa, sem que possuísse meios humanos e capacidade técnica para o fazer, ou mesmo interesse. Simultaneamente, este episódio mostrou que a Associação de Suiniculturas do Concelho de Leiria (ASCL) possuía uma capacidade de influência de tal ordem que lhe permitiu obter financiamento: i) numa altura em que o Governo, a Associação de Municípios da Alta Estremadura (AMAE) e as próprias associações de suinicultores da região assinavam um protocolo para a despoluição da bacia do Lis e ribeira de Seiça, subscrito em Janeiro de 1994; ii) e numa altura em que uma equipa do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) coordenada pelo engenheiro José Bicudo se preparava para realizar um estudo relativo à adaptação do sector da suinicultura à legislação ambiental, no âmbito de um protocolo com a Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores (Bicudo e Albuquerque, 1995; Bicudo et alia., 1996). Ou seja, a ASCL obtém financiamento precisamente numa altura em que se estudavam possíveis soluções para o tratamento dos efluentes suinícolas, mas aplicou-o antes do resultado dos estudos, em obras desadequadas e mal sucedidas. Estes factos mostram descontrolo por parte

das entidades oficiais e um eventual conluio, e ajudou a criar a enorme desconfiança sobre o sector suinícola que desenvolvemos no ponto seguinte.

IX.2.1. Estigma e desconfiança em relação ao sector suinícola

Quando começou a ser visível o efeito poluidor da actividade suinícola e se assistiu ao protelar de soluções com base em argumentos meramente economicistas, a actuação da Associação de Suiniculturas do Concelho de Leiria no caso das ETAR veio expor o sector à desconfiança, daí que, tal como em situações similares, ganhou expressão a afirmação “gastou-se o dinheiro e nada foi feito”. Paralelamente, porque foi durante décadas um sector próspero, alimentou todo um rol de acusações. Aqui e acolá escutamos referências a eventuais apoios a algumas iniciativas das autarquias (Câmaras e Juntas de Freguesia) e das populações locais, sem que se possa afirmar com absoluta certeza se se trata das consequências de uma representação negativa do sector, ou se realmente as suspeitas se confirmam e, como afirma Paulo Vicente, “está tudo a comer à custa disto. Este come, aquele come e tudo fica por ali” e “ninguém lhes chega”. Ou como nos diz Filipe Lopes, do Movimento Amor Saudável, esse apoio acontece em eventos públicos, por exemplo, nas ofertas “para a população de Amor, de enchidos e outros produtos para serem vendidos nas festas”.

Vários entrevistados apontaram a falta de um adequado ordenamento do território dos aglomerados urbanos, das indústrias e das explorações agro-pecuárias, como factor responsável pela instalação de unidades de produção em áreas pouco adequadas, por vezes à margem da lei e sem as necessárias infra-estruturas de saneamento. Isso mesmo aconteceu com o sector suinícola quando no final da década de 80 se registou um *boom* com o aparecimento de explorações de pequena e média dimensão, de cariz familiar e maioritariamente ilegais instaladas estrategicamente junto aos cursos de água. Foi nesta fase que a carga poluente gerada aumentou de tal forma que a poluição provocada pelo sector suinícola ganhou enorme relevância pública. Antes disso ainda se pescava e a poluição era atribuída aos esgotos domésticos e industriais, e afectava sobretudo o rio Lena e o Lis a montante de Leiria⁷⁹. Nos concelhos que integram a bacia do Lis existem ainda hoje suiniculturas ilegais a funcionar sem o conhecimento das autoridades, a par de outras

⁷⁹ O Capítulo VII apresenta o histórico da poluição na bacia do Lis, dando ênfase aos principais focos poluidores, bem como aos principais atentados ambientais e ao levantamento das fontes poluidoras levada a cabo pelos guarda-rios e restante equipa da Secção de Leiria dos Serviços Hidráulicos e restantes entidades que depois assumem essa responsabilidade.

explorações, referenciadas pelas autoridades, mas que funcionam sem cumprir todos os requisitos legais, por exemplo, sem licenciamento de utilização das instalações, dado que muitas surgiram em barracões autorizados para apoio à actividade agrícola.

A existência de instalações suinícolas nestas condições é motivo de acusações de conivência que têm como alvo a autarquia de Leiria. O engenheiro Cláudio de Jesus, que antes de ingressar na empresa Águas de Portugal foi talvez quem acompanhou mais de perto o processo que analisamos, nomeadamente na Associação de Municípios da Alta Estremadura (AMAE), na Simlis e na Recilis, não nega essa conivência sem, no entanto, a concretizar. Já Rui Crespo, actual porta-voz da Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres, não tem “dúvidas que a nível local, com a ex-presidente da Câmara, havia ali muita conivência, a começar logo nas autorizações, nas licenças”. Crespo não entende como é possível a maioria das suiniculturas não cumprir com os requisitos de funcionamento e continuar a funcionar, concluindo que o problema “deve começar logo por aí”, “por autorizações da Câmara”. O mesmo sucede com explorações que têm licença para 20 animais, mas têm lá 30 ou 40 e não acontece nada. “Como explicar esta impunidade?”, refere o porta-voz da CARDM, sublinhando que o mesmo não acontece com outras actividades, pelo que deixa a questão: se as indústrias fecham “porque é que as suiniculturas não têm essa pressão sobre si?”. Porque é que é que quem fiscaliza “não encerra quem não cumpre?”. Concluindo que “há interesses políticos por detrás de tudo isso, ou pago em campanhas, ou pago em isto ou aquilo, tem que haver alguma coisa, eu não percebo a impunidade, a troco de quê?”.

Rui Crespo conta que há 50 anos poluir a Ribeira dos Milagres não era grave, pois havia a ideia que “a água lava tudo, limpa tudo” e quando a primeira suinicultura de grandes dimensões se instalou, por volta de 1972/1973, não se pensava nas consequências ambientais, até porque se tratava de uma grande unidade que ia criar postos de trabalho e “o Sr. Morgado era uma pessoa muito conceituada na terra”, “ninguém tinha a ousadia de levantar uma voz contra o Sr. Morgado”. A mudança registada deveu-se ao sucesso dessa suinicultura, “as pessoas viram ali a galinha dos ovos de ouro”, de tal modo que na década seguinte apareceram centenas de novas suiniculturas instaladas próximo das linhas de água e tudo parecia correr bem com o negócio, “só quando houve essas grandes descargas que chegaram à Praia da Vieira é que as pessoas tomaram consciência”, refere Rui Crespo.

Interrogado sobre o problema, David Neves, da ASCL e da Recilis, assume uma perspectiva crítica relativamente ao papel do Estado, ao referir que o crescimento do sector suinícola na

região foi um fenómeno “estimulado, incentivado pelo próprio Estado, no entanto, o Estado nunca fez uma coisa que tinha obrigação de fazer, que era inserir esse crescimento numa estratégia nacional de desenvolvimento e de ordenamento do sector”. Aproveitando essa falta de estratégia, o sector foi-se desenvolvendo com base em iniciativas individuais, de tal modo que todas as pessoas que tivessem um bocadinho de terra ou um pinhal construía nem que fosse um armazém de alfaías agrícolas que rapidamente transformavam numa pequena suinicultura. Mas sem estratégia e sem planeamento, rapidamente se deparou com o problema do destino dos efluentes, agravado por se tratar de uma região sem disponibilidade de solos agrícolas, mas isso inicialmente, nota David Neves, “também não era uma preocupação, desde que houvesse um rio perto e que houvesse uma possibilidade de ligar ao rio”.

Isabel Damasceno, ex-presidente da edilidade leiriense, justifica o proliferar de suiniculturas e a inacção da autarquia com o facto do PDM de Leiria, concluído em 1995, ter sido feito à pressa e de ser um PDM “pronto-a-vestir”, pois perante a necessidade dos municípios concluírem o processo recorreram a técnicos especializados que tanto faziam o PDM de Leiria como outro qualquer, sem conhecimento concreto da realidade local e do território. Para a ex-autarca esse procedimento pouco sério não evitou a proliferação anárquica das suiniculturas no território, que na sua maioria foram ignoradas pelo PDM, o qual apenas considerou as de maior dimensão. As mais pequenas, “que são a realidade local, ignorou-as, e portanto isto realmente tomou dimensões que se tornaram completamente insuportáveis do ponto de vista ambiental”. Para Isabel Gonçalves, vereadora do Ambiente da Câmara Municipal de Leiria, o problema foi outro: o sector expandiu-se com “pensamentos de curto prazo, sem uma base de sustentabilidade”, assente na oportunidade de lucro fácil, em que os custos do tratamento dos efluentes “nunca foram considerados”.

A desconfiança face a interesses cruzados foi um dos aspectos várias vezes referido, em que o principal alvo foram as entidades hoje dirigidas por David Neves, principalmente a Recilis e a Ambilis⁸⁰. Especificamente a Recilis foi investigada no início de 2010 pela Inspecção-geral de Finanças com o objectivo de averiguar o destino dos 1,3 milhões de euros que lhe foram entregues pelo Estado três anos antes e destinados a custear as obras de adaptação da ETAR

⁸⁰ A Recilis foi criada em 2003 por pressão do ministro do Ambiente Amílcar Theias para encontrar uma solução para o destino final dos efluentes das suiniculturas, tem como accionista maioritário a Ambilis (ou seja, os suinicultores), empresas dos sectores suínico e rações, assim como associações do sector e a Associação de Municípios da Alta Estremadura. Por sua vez, a Ambilis é uma empresa constituída em 2002, composta maioritariamente por suinicultores para fazer a gestão, recolha e transporte de efluentes pecuários e outros resíduos, possuindo para o efeito camiões cisterna. David Neves é responsável por ambas as empresas e pela Associação de Suinicultores do Concelho de Leiria.

Norte ao tratamento de efluentes suinícolas. Devido à demora na transferência desta verba para a Simlis, este atraso deu origem a um conflito entre a Simlis e a Recilis, que seria resolvido em Maio de 2010, com a desistência da Simlis do processo contra a Recilis, e com a assinatura de um acordo entre as duas empresas quanto ao pagamento pela ampliação da ETAR Norte e um contrato para a utilização da mesma. Este episódio e a suspeita de, também sensivelmente três anos, terem sido entregues à Recilis 44 milhões de euros de fundos europeus para a despoluição da bacia hidrográfica do Lis, acusações que no entanto não se confirmam⁸¹, levou o Bloco de Esquerda a entrar em conflito com a Recilis. Em reacção, na primeira entrevista que nos concedeu, David Neves acusou o Bloco de Esquerda de ter feito “um conjunto de insinuações gravosas e absolutamente infundadas e falsas sobre a questão dos valores investidos no projecto”, mas sem que tivesse avançado judicialmente no sentido de esclarecer as acusações de que era alvo.

As críticas e suspeições são extensíveis aos sucessivos Governos por se terem afastado da execução directa do processo e cuja actuação podemos apresentar em síntese (quadro IX.1). Após em 1993 a despoluição da bacia ter ficado de fora do Programa de Desenvolvimento Regional 1994-1999, em Janeiro do ano seguinte seria assinado um protocolo entre o Governo e a Associação de Municípios da Alta Estremadura (AMAE) que incumbiu esta associação de encontrar uma solução integrada para a drenagem e tratamento de esgotos domésticos, a par de soluções para o tratamento dos efluentes com origem nas suiniculturas. Já o dissémos, para dar sequência a este protocolo, foi elaborado o Projecto de Despoluição do Lis e Ribeira de Seiça (1996), cuja candidatura acabaria por ser preterida no acesso a verbas do Fundo de Coesão, em 1998, já com Elisa Ferreira como ministra do Ambiente do governo socialista liderado por António Guterres. No final de 1999, o mesmo governo entregou a resolução do problema dos esgotos em alta à Simlis, do grupo Águas de Portugal (AdP), e deixou para as câmaras a solução dos esgotos da vertente em baixa. Entretanto, em Janeiro de 2000, começa a desenhar-se uma (nova) solução para o problema dos efluentes das suiniculturas, após a assinatura de um protocolo entre os Ministérios do Ambiente e Agricultura, AMAE, Associações de Suinicultores da Batalha, Leiria e Porto de Mós e Simlis.

⁸¹ As acusações do Bloco de Esquerda não encontram eco noutros protagonistas, inclusivamente no porta-voz da CADRM – Rui Crespo utiliza a expressão “foram disponibilizados 44 milhões de euros para a despoluição da bacia do Lis”. Todavia, esse valor também não se confirma, o que se confirma é que a construção da Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas está orçada em cerca de 18 milhões de euros e que o investimento da Simlis em infra-estruturas de drenagem e tratamento de esgotos ascende a 94 milhões de euros.

Quadro IX.1. Principais etapas do processo de despoluição da bacia do Lis

1986	Carlos Pimenta declara que a bacia do Lis será despoluída após avaliação das prioridades nacionais
1988	Macário Correia promete punir os suinicultores que poluam os cursos de água da região (“Catástrofe de Suinobyl”)
1993	Governo presidido por Cavaco Silva deixa a Despoluição da Bacia Hidrográfica do Lis fora da candidatura ao II QCA (1994-1999) Associação de Suinicultores do Concelho de Leiria avança com a construção das ETAR da Bidoeira e Raposeira , financiadas em 85% com Fundos Comunitários. Por serem tecnicamente desajustadas e construídas sem existir uma estratégia para o sector, as ETAR inauguradas, respectivamente, em 1994 e 1995, encerraram quase de imediato.
1994	Poder central transfere resolução da despoluição da bacia do Lis para a Associação de Municípios da Alta Estremadura (AMAE) A 16 de Abril de 1994 Mário Soares visita a Ribeira dos Milagres no âmbito da Presidência Aberta dedicado ao Ambiente
1995	Equipa coordenada por José Bicudo (LNEC) elabora “Plano de adaptação à legislação ambiental pelo sector da suinicultura”
1996	AMAE conclui elaboração do Projecto de Despoluição da Bacia do Lis e Ribeira de Seça (elaborado pela Hidrovia)
1998	Governo presidido por António Guterres deixa o Projecto de Despoluição da Bacia do Lis e Ribeira de Seça fora da candidatura ao III QCA (2000-2006)
1999	Governo cria a empresa multimunicipal Simlis – Saneamento Integrado dos Municípios do Lis , do grupo AdP, para resolver o problema dos esgotos em alta, os esgotos em baixa permanecem com as autarquias (DL n.º 543/99, de 13 de Dezembro)
2000	Assinatura de um protocolo em Janeiro entre os Ministérios do Ambiente e da Agricultura e as associações do sector suinícola da região para a resolução do problema dos efluentes
2003	Em Dezembro de 2003, por pressão de Amílcar Theias, Ministro do Ambiente, foi constituída a Recilis , empresa maioritariamente formada por representantes dos suinicultores, para a qual o Estado transfere a solução do problema dos efluentes suinícolas . A estratégia passa pela construção de uma ETAR para proceder ao pré-tratamento dos efluentes, depois enviados para a ETAR Norte. No período transitório, após a sua formalização em 2004, a Recilis beneficia de 3 soluções provisórias: rejeição de efluentes em meio hídrico, espalhamento no solo e entrega na ETAR Norte (a partir de 2009).
2006	Rejeitada a localização da Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas (ETES) na freguesia dos Milagres por estar prevista uma área de expansão urbana
2008	Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas a construir na freguesia de Amor recebe Declaração Ambiental Favorável, porém a falência do consórcio impede arranque da obra
2009	De modo a forçar o avanço do processo de despoluição o Ministério do Ambiente retirou a licença colectiva à Recilis para rejeição e espalhamento de efluentes, porém, a decisão não teve consequências no avanço da despoluição. Assiste-se, por um lado, ao agravamento da qualidade da água dos cursos de água da região, uma vez que deixou de haver controlo sobre as descargas. Por outro lado, ao ser retirada a licença colectiva, a Recilis passa a acumular dívidas e deixa de ser reconhecida juntos dos suinicultores como entidade responsável pela resolução do problema dos efluentes suinícolas.
2011-2012	Novo impasse na despoluição do Lis, com a Recilis a tentar formar novo consórcio para construir a ETES com apoio do QREN

Mais tarde, em 2003, o XV Governo Constitucional, presidido por Durão Barroso, entrega a responsabilidade pela gestão e tratamento dos efluentes suinícolas à Recilis, ou seja, aos suinicultores. Uma vez que esta empresa, formalizada em Abril do ano seguinte, não tinha competências na gestão e tratamento de efluentes, procurou encontrar parceiros para a

constituição de um consórcio com capacidade técnica e financeira para o efeito. Este consórcio ficava com a responsabilidade pela construção e gestão de uma infra-estrutura especificamente construída para proceder ao pré-tratamento dos efluentes suinícolas da região – Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas (ETES) –, depois encaminhados para tratamento final na ETAR Norte, da Simlis. Uma vez constituído esse consórcio, em 2006 foi escolhida a localização da estação de pré-tratamento, na altura prevista para a freguesia dos Milagres, mas que seria abandonada por se tratar de uma área de expansão urbana, vindo a ser escolhida uma nova localização na freguesia de Amor que, em Maio de 2008, obteve Declaração de Impacto Ambiental favorável.

A polémica em relação à nova localização, acompanhada pela falência do consórcio reavivou o total insucesso da construção das ETAR da Bidoeira e Raposeira, de tal modo que alguns entrevistados duvidam que, quem esteve vários anos a poluir, tenha agora interesse em avançar com a obra e tenha capacidade para o fazer. É o caso de Paulo Vicente, vice-presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, para quem “o modelo só podia dar nisto”, pois quem esteve muitos anos a poluir sem pagar não tem interesse em resolver o problema, se os prevaricadores “podem fazer tudo de graça iam lá agora investir”.

A escolha da freguesia de Amor como localização para a Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas (ETES) gerou ainda mais desconfiança e enorme controvérsia pública. Segundo Isabel Gonçalves, vereadora da Câmara Municipal de Leiria, “aí houve contestação e não sei se vão querer contrapartidas; o que os calou um bocadinho foi a questão, ‘vai-se construir aqui porque é aqui que aponta o projecto, mas vocês vão ter determinadas contrapartidas por isso’”. Filipe Lopes, do Movimento Amor Saudável, nega ter aceitado qualquer tipo de contrapartidas, se alguém cedeu foi o presidente da Junta de Freguesia, que “tinha medo de perder algumas regalias na Câmara”.

A aquisição de terrenos para a instalação da ETES leva Filipe Lopes a sugerir que os que venderam teriam sido enganados no negócio, pois não sabiam o que ia ser instalado no local, ainda assim, acabaram por concluir a transacção pois o valor oferecido excedia as suas melhores expectativas. Num processo com enormes lacunas na divulgação de informação às populações, registou-se igualmente desconfiança na Avaliação de Impacto Ambiental, dirigida ao Ministério do Ambiente mas também à autarquia, “a Câmara aprovou aquilo tudo antes de vir a debate”, afirma Filipe Lopes.

Quadro IX.2. A construção da ETES vai resolver o problema de poluição na bacia do Lis?

António Lucas, C. M. da Batalha	Sim, é a única hipótese, os suinicultores separados não têm hipótese.
Cláudio de Jesus, AdP	Sim, é a solução que mais agradava aos suinicultores, mas há também efluentes domésticos não drenados e não tratados.
David Neves, Recilis	Sim, é o projecto que queremos para resolver o problema ambiental na vertente da agro-pecuária, mas a poluição na bacia do Lis é um problema mais vasto.
Humberto Rosa, ex-secretário de Estado do Ambiente	Sim, com a ETES, a ETAR Norte e a deslocalização de algumas suiniculturas, a poluição deixará de ser notícia regular,
Nuno Carvalho, Oikos	Sim, grande parte do problema fica resolvido, pelo menos a poluição da Ribeira dos Milagres.
Domingos Patacho, Quercus	Sim, mas uma parte do problema não fica resolvido, pois nem todos aderirão.
Fernando e Silva Sousa, J.F. Milagres	Sim, “se eles cumprirem aquilo funciona”, “mas não acredito que a Recilis vá resolver o problema”.
Heitor de Sousa, BE	Sim em termos de capacidade, mas em termos de gestão não.
Helena Amaro, Diário de Leiria	Sim, mas a poluição não termina, será minimizada.
Isabel Gonçalves, C. M. de Leiria	Sim, mas a despoluição não fica a 100%.
Odete João, PS	Sim, mas o problema é que “está instalado na população o descrédito face à possibilidade da Recilis vir a constituir uma solução final”.
Paulo Vicente, C. M. da Marinha Grande	Sim, mas se houver fiscalização e coragem política.
Adelino Caravela, secção de Leiria da ARH Centro	Não, vai ser como as duas ETAR (Bidoeira e Raposeira), não servem para nada.
Jorge Crespo, J. F. da Bidoeira de Cima	Não acredito em soluções que estejam dependentes da Recilis, como é um projecto da Recilis duvido que alguma vez seja uma realidade.
José Manuel Alho, C. M. de Ourém	Não se continuarmos com este mesmo tipo de atitude, os empresários não vão ter condições para assumir os compromissos.
Judite Vieira, Instituto Politécnico de Leiria	Não, pode atenuar mas não resolve. Receio que muitas explorações não tenham meios financeiros para suportar os custos.
Marina Guerra, Região de Leiria	Não, a falta de transparência e de informação do processo pode ser desmobilizador, pode dar visibilidade a outras fontes poluidoras.
Neusa Magalhães, NERLEI	Não, os suinicultores não vão conseguir suportar os custos, vai acontecer o mesmo que às outras, deixam de funcionar.
Rui Crespo, CADRM	Não, vão continuar a lançar efluentes para a Ribeira dos Milagres, é uma questão cultural, um hábito.

Face às várias dúvidas quisemos saber a opinião dos entrevistados sobre a nova infraestrutura. Da análise das respostas destacamos as dúvidas quanto à própria adesão dos suinicultores, podendo mesmo precipitar o encerramento de explorações de tipo familiar e de

explorações com proprietários de idade mais avançada, já pressionados pela necessidade de modernização das explorações exigida pelo Regime do Exercício da Actividade Pecuária (REAP) e por um mercado fortemente competitivo. Em causa está o preço a pagar à (nova) infra-estrutura de tratamento por metro cúbico de efluente, preocupação que leva a investigadora Judite Vieira a recluir “que depois do investimento, vá tudo por água abaixo, pois as pessoas não aderem”. Acrescentando que “há muita gente a torcer para que as coisas corram mal, incluindo a população”, pelo que “tem de haver **muitos resultados e muita comunicação** com o exterior”, caso contrário mantém-se a desconfiança que como se afirmou se liga ao insucesso das ETAR da Associação de Suinicultores do Concelho de Leiria, e “o problema é apenas deslocado de um local para o outro”. Também José Manuel se Alho mostrou muito céptico quanto ao sucesso da ETES na despoluição do Lis, “se continuarmos com este mesmo tipo de atitude claramente que não vai resultar e agora a crise vai ser uma desculpa para tudo”, com os empresários a argumentar não terem condições para assumirem os compromissos, ou seja, vão continuar com a “chantagem da falência gerar desemprego”.

IX.2.2. Transversalidade da desconfiança

A desconfiança acontece de parte a parte numa teia de suspeições a que nem as elites regionais escapam, chegando a ser acusadas de não se pronunciarem sobre a poluição por estarem igualmente comprometidas. Do mesmo modo, nem os movimentos de protesto escapam, uns em resultado da institucionalização em que caíram, outros pela dificuldade em serem aceites como parceiros legítimos na defesa da despoluição da bacia do Lis. Sobre a institucionalização das Organizações Não-Governamentais (ONG), na entrevista que nos concedeu, Paulo Vicente (autarca), defende que “as associações de ambiente devem ser credíveis e independentes, não devem receber subsídios das Câmaras ou Estado”. O actual vice-presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande questiona: “se recebem um subsídio vai haver crítica?”. José Manuel Alho, ex-presidente da Liga para a Protecção da Natureza e actual vice-presidente do município de Ourém, interpreta a questão de outra forma, entende que “as ONG lutam numa determinada fase do processo para sensibilizarem as instituições”, e quando conseguem ter o apoio financeiro de responsáveis de “instituições como a Associação de Municípios da Alta Extremadura (AMAE), o espaço cívico passa a ficar substancialmente reduzido porque já se conseguiu uma resposta do ponto de vista das instituições”; e quem diz a AMAE, diz os ministérios da Agricultura e do Ambiente, cujos representantes foram à

região celebrar protocolos que deram origem à Recilis. Ou seja, houve um conjunto de soluções como resposta ao problema, pelo que “a parte da intervenção cívica esgota-se”, conclui José Manuel Alho.

Para Nuno Carvalho a institucionalização “é um perigo que pode ocorrer e é um juízo que pode ser feito quer por cidadãos quer por entidades”, por outro lado, no caso de as pessoas ficarem muito tempo nos cargos pode dar-se o caso de perderem “elas próprias eficácia porque desmobilizam para determinados problemas que duram muito tempo”. Sem rejeitar essa possibilidade o dirigente da Oikos garante que “não houve nenhuma intenção de ‘poupar’ quem quer que seja”, rejeitando a hipótese da institucionalização tornar a associação mais branda, “nós jamais deixaríamos de actuar fosse com que entidade fosse só porque temos um bom relacionamento ou só porque temos apoio para projectos, era o que mais faltava”, afirma.

A questão não deve ser apenas vista nesta perspectiva, uma vez que a especialização em matérias mais técnicas, de suporte a decisões políticas e uma visão mais geral dos problemas, coloca as ONG nacionais e regionais num patamar que pode não ir ao encontro das expectativas imediatas das populações, aproximando-as, por vezes, mais de quem decide e menos de quem quer ver os problemas resolvidos. Esta possibilidade é demonstrada pela reacção da população da freguesia de Amor face ao posicionamento da Oikos e da Quercus relativamente ao projecto de construção da ETES, e que abriu um foco de conflito entre o Movimento Amor Saudável (MAS) e a ONG regional Oikos, com Nuno Carvalho a defender que a ETES é imprescindível e o MAS a rejeitar a sua construção. “Só não me bateram”, “fui o mais insultado da noite, pois defendia a construção da Estação”, para a população “éramos uns criminosos, porque queríamos afogar Amor ali com uma ETAR de porcos”, confessou Nuno Carvalho. E prossegue, “tive que lhe perguntar se eles também não comiam carne de porco”. O exemplo da reacção do MAS à posição da Oikos é extensível à tensão entre a Oikos e a Comissão do Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres.

Contudo, não é apenas a institucionalização das ONG que levanta suspeitas. José Carlos Faria, primeiro porta-voz da Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres (CADRM), um movimento local, foi acusado de querer a ribeira limpa para proveito próprio, ao possuir uma *roulotte* para venda de comida e bebidas cujo parque de estacionamento confinava com a Ribeira dos Milagres. Adelino Caravela e o presidente da Junta de Freguesia local confirmam essa suspeita e acrescentam que o referido parque de estacionamento se encontrava em plena reserva ecológica, razão pela qual chegou a ser multado. Mais

recentemente, já sem José Carlos Faria, o apoio do Bloco de Esquerda à CADRM, tem igualmente gerado desconfiança, agora de pendor político, pois, pese embora o facto do actual representante da CADRM, Rui Crespo, rejeitar fazer parte do BE, é visto como membro desta força política. Em defesa da CADRM, Heitor de Sousa, entrevistado ainda na qualidade de deputado eleito pelo distrito de Leiria nas listas do BE na XI Legislatura (2009-2011) afirmou: “Ainda bem que essas comissões existem, tudo faremos para ampliar a voz desse grupo de cidadãos”, sem que esse apoio signifique que o BE lhes esteja a retirar protagonismo. Na opinião de Heitor de Sousa, as pessoas e associações são um pouco sectárias, “algumas pessoas têm quase urticária em relação aos partidos”, todavia o problema está também nos partidos, que olham “o ambiente como uma flor na lapela e um argumento eleitoral, há muito a preocupação da sua bandeirinha, de ter a defesa de isto ou aquilo”, declarou o ex-deputado bloquista.

Uma das mais importantes dimensões da **desconfiança** incide sobre o **poder político** e sobre os **organismos do Estado**, quer pela forma como têm conduzido o processo de despoluição, quer pela ineficácia das actividades inspectivas e pela inconsequência das infracções, incapacidade que remete para expressões que ouvimos repetidamente como “o crime compensa” ou “a culpa morre solteira”. Em Leiria, Isabel Damasceno, ex-presidente da autarquia leiriense eleita nas listas do PSD, foi alvo de diversas acções directas de protesto, não se podendo afirmar que estava sob qualquer suspeita directa. Em causa estava a condução do processo político e as expectativas dos representantes da população em ver resolvido o problema, atribuindo-lhe responsabilidades enquanto representante máximo do poder local no concelho. Também em Leiria, Cláudio de Jesus, actualmente no grupo Águas de Portugal, foi criticado pelo carácter ambivalente de alguns cargos que ocupou, por vezes simultaneamente, quando se encontrava ao serviço da autarquia leiriense, da associação de municípios, da Simlis e como representante na Recilis, cargo que viria a abandonar para evitar a excessiva incompatibilidade de funções.

Por outro lado, do ponto de vista dos cidadãos e dos seus representantes, a temática da desconfiança coloca-se na falta de confiança nas instituições públicas, perante a sua inépcia no processo e incapacidade em punir os poluidores, suspeitando-se da conivência com determinados sectores. A falta de confiança nas instituições públicas justifica o recurso da CADRM à comunicação social para denunciar as descargas na Ribeira dos Milagres, transformando a comunicação social no palco das denúncias em detrimento dos serviços

públicos que são notificados posteriormente. “A desilusão com a própria GNR era tanta que às vezes ligavam primeiro para nós e depois para a GNR”⁸², afirma Helena Amaro, jornalista do Diário de Leiria, admitindo que “a fiscalização sabe mais da poluição pela comunicação social que das acções desenvolvidas”. Rui Crespo, o actual porta-voz da CADRM, esclarece que a comunicação social tem sido o grande aliado da Comissão na divulgação para a opinião pública de todo o problema da Ribeira dos Milagres e da bacia do Lis, justificando a manutenção do tema na comunicação social pela **base de confiança** da informação que faz chegar à comunicação social. Explicando que **só denunciam “descargas violentas** e só quando aquilo atinge determinado nível de efluentes perfeitamente visíveis é que nós denunciamos”, assim “atingimos um nível de confiança que quando os alertamos eles podem noticiar porque efectivamente verificou-se”.

Paralelamente ao **insucesso do processo de despoluição**, que levanta inúmeras desconfianças face ao Estado e às autarquias, um dos aspectos que causa maior perplexidade é **a incapacidade dos agentes fiscalizadores identificarem o possível infractor**, por outro lado, não se conhece a sua acção sobre alguns pontos da bacia do Lis geralmente identificados como “fortemente poluídos”⁸³. Para Jorge Crespo, presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira, é “completamente anacrónico que quase nunca sejam identificados os prevaricadores”. David Catarino culpa o Estado de não ter a coragem para tomar as medidas adequadas quando as pessoas não cumprem, pois se é verdade que o sector é importante para a economia da região, “tem que fazer parte do negócio o cumprimento da parte dos suinicultores das regras que estão prejudicar a qualidade de vida, e um destino turístico, a todos os níveis. A região volta constantemente a ser vítima daquilo que periodicamente acontece, mais uma descarga, mais uma descarga, e não se sabe quando isto acaba”. Se os responsáveis políticos querem resolver o problema “só têm que ir ver as explorações e ver quais são as soluções”, mas “o Estado aqui não assumiu verdadeiramente a sua função de Estado”. A este propósito, Filipa Alves, da ADLEI alerta para o facto de se estar perante uma injustiça, porque há outros sectores industriais que “têm que fazer o esforço ambiental e este sector por alguma razão ficou sempre isento”. José Manuel Alho, assim como o presidente da Junta de Freguesia dos Milagres, Fernando e Silva Sousa, concordam que o sector é

⁸² Como se descreveu no Capítulo VII antes da GNR a fiscalização sofria de constrangimentos em termos humanos e logísticos, por exemplo, ao ficar condicionada ao horário de expediente de Segunda a Sexta, razão pela qual as descargas ilegais registavam-se normalmente no período nocturno e ao fim-de-semana.

⁸³ Embora a informação disponibilizada pelo SEPNA mostre que a sua acção não se limita à Ribeira dos Milagres continuam invisíveis problemas como a poluição do colector de Amor, dos algaes da Serra de Aire e Candeeiros e a poluição difusa da agricultura.

beneficiado por um regime de excepção que, ao contrário de outros sectores, leva ao incumprimento da legislação ambiental. Isabel Gonçalves, vereadora da autarquia leiriense, explica essa excepção com a competitividade e com as regras da indústria que, na sua óptica, são diferentes e sobre a qual existe mais fiscalização, além disso, “as indústrias que querem continuar têm que se modernizar”, é uma obrigação e uma questão de competitividade.

A ineficácia das acções de fiscalização, segundo vários entrevistados, pode ser parcialmente justificada com base em dificuldades processuais. Por exemplo, dificuldades em reunir provas irrefutáveis na defesa dos processos e que permitam aos organismos públicos enfrentarem advogados bem preparados contratados por quem polui, assim como dificuldades dos magistrados na interpretação do exposto nos autos, agravadas pela impreparação do agente no terreno na redacção de um auto de notícia. “Fazer um auto não é uma brincadeira, deveria ser feito por um jurista, às vezes basta uma palavrita a mais que agarrada pelo advogado a partir daí chapéu”, afirma Adelino Caravela, da Secção de Leiria da ARH do Centro. Cláudio de Jesus, actualmente no grupo AdP, está convencido que “assim que afrouxa a pressão”, ou seja, assim que diminuem as acções inspectivas, voltam as descargas e a culpa continua a morrer solteira, pois nenhum infractor é apanhado em flagrante e se é apanhado encontra sempre uma fuga na lei, pois os suinicultores “têm um advogado que dificilmente é batido nestas questões e beneficiam do facto de ter havido alteração de governantes e eles serem sempre os mesmos”.

Sobre a inconsequência dos actos de fiscalização Judite Vieira, do Instituto Politécnico de Leiria, afirma que “os fiscais vão mas depois ninguém faz nada, o SEPNA procede em conformidade, mas depois não sabem o que acontece depois disso, ou seja, o crime compensa”. Para Isabel Damasceno, ex-presidente da Câmara de Leiria, a fiscalização melhorou muito na última década com o SEPNA, “durante muitos anos foi um fazer de conta”, porém é ainda “muito inconsequente”. Isabel Gonçalves, vereadora do município de Leiria, concorda que os actos de fiscalização são inconsequentes, sobretudo devido às dificuldades na obtenção do elemento da prova, o que impossibilita a condenação dos infractores, “é como funciona a justiça, nada é consequente, o prevaricador tem vantagens sobre o cumpridor”, conclui. António Lucas, presidente da Câmara Municipal da Batalha, acha “muito complicado conseguir demonstrar que é o Zé ou que é o Joaquim”, pelo que “os processos de contra-ordenação normalmente não chegam a nenhuma conclusão”, o destino é o arquivo, e “se chegam a tribunal acabam por não ter nenhuma conclusão penalizadora – o

crime tem compensado”. “Se houvesse 1 ou 2 exemplos de criminalização de peso passava logo a mensagem”, defende António Lucas. A lidar de perto com as descargas na Ribeira dos Milagres, Fernando e Silva Sousa acusa a GNR de inacção quando é chamada a intervir, no que reage “nunca mais telefone”, “quando ando na estrada as coisas não funcionam assim, multam logo”. Para a deputada do Partido Socialista, Odete João, o problema está igualmente na visibilidade das acções de fiscalização, afirmando que “muitas vezes a acção das autoridades só é conhecida no jornal, ou seja, aquele que é o seu quotidiano, aquela que é a sua acção de fiscalização, se não for notícia no jornal não existe”. Como exemplo refere a acção conjunta realizada em 2007 pela IGAOT, ASAE e SEPNA, em que “houve ali um conjunto de acções mais intensas, e houve da parte da população a percepção”, de que as autoridades estavam a actuar; acontece é que todos os dias “as autoridades continuam a fazer a mesma vigilância só que, como não é notícia, não existe”.

Para Domingos Patacho, responsável pelo Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus, “a GNR sabe tudo”, mas “ou não são levantados autos por não serem detectados em flagrante ou, se são, o processo (vai para tribunal e) é arquivado; na prática, não levam uma coima nem são notificados para encerrar até ter o problema resolvido. Como tal o crime compensa e de nada vale às autoridades passarem autos, que não servem para nada”. “É triste que por vezes os governantes que deveriam resolver o problema sejam um entrave, é falta de vontade política. Existe fiscalização mas é inconsequente”, lamenta o ambientalista. Patacho defende que “enquanto não houver instruções explícitas dos políticos para os técnicos que andam no terreno, as pessoas não levantam autos, ou se levantam, ficam na gaveta. Seria preciso outra postura do Ministério do Ambiente”. Nuno Carvalho concorda que a fiscalização tem sido insuficiente e “tem falhado por não conseguir detectar e por não ter conseguido actuar em termos práticos, ou porque as coimas são insuficientes ou porque os mecanismos são ineficazes”. Na opinião do presidente da Oikos essa tem sido uma das grandes falhas, sem adiantar uma explicação para o facto admite que “a consciência do grande peso económico, sobretudo da actividade suinícola no concelho, quer em termos de facturação quer em termos de postos de trabalho, consciente ou inconscientemente, pesou muito naquilo que foi a actuação das autoridades públicas e também num certo amolecimento da própria comunidade”. “Não deixou de se actuar, mas a actuação não resolveu nada nem castigou ninguém”, referindo-se à intervenção de Adelino Caravela, durante décadas fiscal da Secção de Leiria da ARH do Centro, afirma, o “Sr. Caravela fez o que pôde”, os “fiscais fizeram o que era possível fazer, o trabalho deles é que não teve eficácia nenhuma, foi muito mais a

ineficácia política de que dos agentes no terreno, o trabalho deles é que não teve utilidade nenhuma, afinal actuaram mas nada resolveram”. O problema “não teve a ver propriamente com os fiscais, teve a ver com a própria legislação e com a estratégia de fiscalização e as ordens que vinham de montante”, conclui Nuno Carvalho.

A passagem da fiscalização para o Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da Guarda Nacional Republicana, que na prática aconteceu a partir de 2005, gerou expectativas positivas, elegendo como elemento distintivo a farda e a capacidade desta força actuar 24 horas por dia e 7 dias por semana. Todavia essas expectativas foram-se gradualmente desvanecendo, o que aumentou as críticas e a desconfiança em relação à sua intervenção e aos poderes públicos. Neste caso a desconfiança resulta, por um lado, da falta de visibilidade da sua intervenção e da ausência de consequências para quem polui. Paralelamente à afirmação de que existe falta de vontade política na resolução do problema, mantém-se a afirmação de que não há fiscalização e de que o crime compensa, uma tendência que o SEPNA não conseguiu inverter, por exemplo, ao não conseguir identificar os infractores. Em termos de funcionamento, ao contrário das expectativas iniciais, a permanência no terreno dos agentes é lida como aquém da desejável, e o horário de actuação também não corresponde às expectativas iniciais, por se concentrar no período das 09:00 às 18:00.

Sobre acção do SEPNA ouvimos o Chefe da Secção do Comando Territorial de Leiria da GNR, o major Adérito dos Santos. No seu testemunho reconhece que a farda é mais respeitada, conta-nos que fiscais não militares (IGAOT, autarquias...) se queixam de que ninguém lhes liga e que chegam a ser ameaçados com agressões físicas. “É óbvio que connosco isso não acontece, pois se um indivíduo nos diz isso de imediato lhe dou voz de detenção”, as pessoas acima de tudo “vêem-nos como agentes da autoridade, é disso que se queixam os outros fiscais”. Os constrangimentos começam logo na dificuldade de outros fiscais acederem a qualquer instalação, ao SEPNA no acto de “fiscalização não nos podem vedar portas”, “eles chegam lá à civil e as pessoas dizem ‘o que é que é quer daqui? Vá-se embora que não lhe abro a porta’. Quando vai o SEPNA é mais respeitado, por um lado, por ser uma força militar e, por outro lado, porque quando entra em qualquer instalação os responsáveis “ficam em pânico, porque sabem que as nossas autuações doem muito”, referindo-se, genericamente, aos valores previstos nas coimas.

Sem rejeitar a existência de descargas ilegais, considera que o despejo simultâneo de efluentes é um dos principais problemas da Ribeira dos Milagres, pois mesmo que todas as explorações cumpram a legislação em vigor, ao procederem ao despejo controlado dos efluentes nas linhas de água em condições específicas (ex. quando chove) escolhem um momento em que outras explorações podem estar a fazer o mesmo, assim, por exemplo, quando era suposto ser 1 litro de efluente em 100 litros de água, teremos 100 litros de efluente em 100 litros de água. Em reacção as populações denunciam a existência de descargas, mas isso não significa que exista infracção, são é muitas explorações a proceder à rejeição de efluentes ao mesmo tempo. Confrontado com a acusação de que não há fiscalização, o responsável do SEPNA rejeita-a, assegurando que isso não corresponde à verdade e que o problema está na percepção do que entendem por fiscalização, sobre o que afirma que as pessoas só reconhecem a existência de fiscalização quando tem visibilidade e quando não as afecta a elas, e que desejariam ter um guarda de 100 em 100 metros a olhar para a ribeira, que chegasse e levasse logo um indivíduo detido. Acontece que normalmente as pessoas passam nas estradas, locais onde não existem descargas, por ocorrerem em locais praticamente inacessíveis e fora de tudo quanto é olhares da população, ora, segundo explica, é aí que o SEPNA faz o patrulhamento, lançando militares apeados de manhã à noite, preparados para percorrerem as margens da ribeira, “as pessoas não se apercebem desse tipo de patrulhamento”, tratam-se de acções não visíveis, mas os guardas estão lá, “quando nós andamos no terreno as pessoas estão a dormir”. Pelo contrário, durante o dia o desconhecimento das acções leva as pessoas a pensar que o militar, em vez de estar a olhar para o rio e de andar a passear, deveria estar a trabalhar, afirmações que mudam radicalmente caso a pessoa seja autuada, nessa altura a leitura é outra, “andamos ali atrás deles”.

Sobre o horário de funcionamento quisemos saber se Serviço trabalha 24 por dia ou se tem horário de escritório. O major Santos reconhece que a maior parte da actividade é realizada durante o dia, porém isso não significa que a GNR não actue. “As equipas do SEPNA não têm um horário definido e rígido”, quando é apresentada uma denúncia, caso não esteja disponível nenhuma equipa, “avança de imediato a patrulha que cobre aquela área, há sempre uma patrulha no terreno. E essa patrulha vai lá, recolhe as provas, informa de imediato o SEPNA e o SEPNA mal tenha oportunidade vai para o local e toma conta da ocorrência, agora a resposta é de imediato”, “sabemos que este tipo de situação requer uma intervenção imediata”, pelo que “avançam de imediato as patrulhas dos postos da área”. “Nós nunca fechamos”, se as pessoas ligam primeiro para a comunicação social convencidas que não está

ninguém no SEPNA fazem-no por desconhecimento, “nós temos uma ‘sala de situação’ que analisa toda a actividade operacional e está guarnecida 24 horas sob 24 horas, essa desculpa não tem qualquer fundamento”. Segundo o major Santos, se as pessoas em vez de ligarem para a Lusa se ligassem directamente para a GNR teriam uma resposta imediata, “o problema é que é muitas pessoas preferem o mediatismo à resolução dos problemas”, um mediatismo que é superior à visibilidade da intervenção do SEPNA.

Pela leitura que faz, em muitas situações as descargas estão dentro da lei, “mas as pessoas preferem fazer um mediatismo grande, não sei se para pressionar se o que quer que seja”, mesmo “não enquadrando crime, as pessoas querem que se actue”, outras vezes não existe legislação de enquadramento, o que leva as pessoas a afirmar "eles chegaram lá e não fizeram nada". Noutros casos, diz o major Santos, como sejam denúncias feitas através da Linha SOS Ambiente, estas não chegam a ter um auto de contra-ordenação associado, pois resultam da "lavagem de roupa suja", são conflitos entre vizinhos ou casos de concorrência no mesmo negócio, em que muitas vezes “quem é denunciado tem tudo legal e quem denunciou não tem”. Daqui se conclui que a desconfiança está instalada em rede, em que tudo e todos têm relação com tudo e todos e é difícil romper dessa espécie de representação da promiscuidade instalada. Por último, o major Santos concorda que uma das dificuldades nestas acções é a **obtenção do elemento prova**, no que acrescenta a ausência em muitos casos de legislação enquadadora que permita que o processo traga consequências a curto prazo, caso contrário, reconhece, “perde-se um pouco o impacto da fiscalização que deveria ser imediato”. Concluímos, igualmente, que existe da parte dos representantes das entidades oficiais um discurso de desdramatização que desculpabiliza estas entidades⁸⁴, já referido em 2003 por Luísa Schmidt (Schmidt, 2003).

IX.3. Proximidade e mobilização cívica

A mobilização das populações tem dado grande visibilidade à poluição na bacia do Lis, num processo que raramente é sinónimo de acções de protesto directo, mas que quando ocorrem marcam o conflito e extremam posições. A acção dos cidadãos tem-se pautado sobretudo pelo envio de queixas às autoridades e à comunicação social, pela recolha de assinaturas, pela

⁸⁴ Tentámos entrevistar a Administração da Região Hidrográfica do Centro (2011), sendo recebidos pelo seu vice-presidente, o engenheiro José Serrano que, apesar da disponibilidade para nos prestar alguns esclarecimentos, recusou a entrevista.

organização de acções de sensibilidade e intervenções de carácter técnico no processo de decisão e, ainda que menos frequente, pela organização de debates públicos. O protesto directo é menos frequente e tem palco próprio: a ponte da Catraia, na freguesia dos Milagres, e a cidade de Leiria. A mobilização liga-se muito à visibilidade mediática do problema, e tem repercussões na tomada de consciência das populações e dos seus representantes face à gravidade do problema, sendo a tomada de consciência para o problema marcada por episódios diferentes. Vimos que a poluição da bacia do Lis ganhou maior relevância nacional com a publicação do artigo «**Catástrofe de Suinobyl**» pelo **jornal O Independente**, em **Junho de 1988**, e uns anos antes com a **visita de Mário Soares à Ribeira dos Milagres, no dia 16 de Abril de 1994, no âmbito da Presidência Aberta sobre Ambiente**. Vários entrevistados concordam que o este último foi decisivo no aumento de visibilidade nacional do problema, é o caso de Nuno Carvalho, José Manuel Alho e Judite Vieira. Relembre-se que em 1990 que anos antes, com a criação da Oikos, o tema passou a integrar a agenda pública de forma sistemática, ao ser aberto um canal de comunicação através do qual eram dirigidas muitas denúncias de atentados ambientais.

Os interlocutores divergem quanto ao momento em que efectivamente se assistiu à tomada de consciência do problema de poluição que tem afectado a região. As declarações de Rui Crespo, da CADRM, indicam que a tomada de consciência para o problema ocorreu em reacção à descarga ocorrida a 15 de Junho de 2003, praticamente um ano depois do episódio da contaminação de água em Leiria. O mesmo episódio de 2003 é apontado por Neusa Magalhães, ex-vereadora da autarquia de Leiria, como um momento de ruptura, afirmando que se não fosse essa “grande descarga não sei se as reacções seriam as mesmas”. Com argumentos completamente diferentes, David Neves, da Recilis, acusa a comunicação social de nunca ter dado atenção à suinicultura e de só em 2003, “com esta dramatização toda”, transformar as suiniculturas de Leiria em problema nacional, uma alteração que justifica com a presença de vários jornalistas em Leiria nesse mesmo dia para fazer a cobertura de um jogo de futebol: “a União de Leiria disputava o final da Taça com o F. C. do Porto e estava cá a comunicação social toda, a União de Leiria perdeu o jogo e toda a gente foi à Ribeira dos Milagres e a partir daí houve uma mediatização deste processo”. Para o líder dos suinicultores as descargas na Ribeira dos Milagres têm um calendário definido, “surgem à segunda e à terça-feira ou em véspera de alguns acontecimentos importantes em Leiria”; na segunda e na terça-feira; “porque os jornais semanários com peso fecham à terça-feira”, no momento da visita de alguma personalidade à região por ser “uma forma de chamar à atenção”.

Sem inquirir directamente as populações ficamos sem saber o momento mais significativo, mas a descarga de 15 de Junho de 2003 mostra i) que seria impossível continuar a ignorar as descargas na Ribeira dos Milagres; ii) que o argumento do sector suinícola de gerar mais de dois mil empregos directos fica posto em causa, ao colocar em risco sectores como o turismo na Praia da Vieira e o direito das populações em ver melhorada a qualidade de vida e bem-estar das áreas onde habitam; iii) e que face à dimensão do problema, as populações e os seus representantes perceberam que somente juntos poderiam forçar uma solução, pelo que criam a CADRM a partir de um amplo consenso, que juntou a população da freguesia dos Milagres e freguesias limítrofes, e a Junta de Freguesia local, com o apoio da Câmara Municipal de Leiria. Contudo, aquilo que foi uma reivindicação das populações, acabou por se transformar num movimento protagonizado, para não dizer manipulado, por uma só pessoa (José Carlos Faria), com reflexo na adesão das populações e no apoio da Junta de Freguesia e Câmara Municipal, convertendo o que era matéria de consenso em conflito aberto, e com divergências quanto ao recurso sistemático à comunicação social e às tácticas de protesto utilizadas. A ruptura torna-se publica quando, em 2005, José Carlos Faria e um pequeno grupo de membros da CADRM espalharam efluente suinícola nas escadarias da autarquia leiriense. Depois desse episódio, considerado demasiado radical, já com Rui Crespo como porta-voz, acentua-se a ruptura, por um lado, porque a sua liderança **carece de legitimidade**, uma vez que não foi eleito, por outro lado, porque, ao aceitar o apoio do Bloco de Esquerda, politizou o espaço da mobilização cívica.

No momento seguinte, perante a possibilidade do avanço da construção da Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas, cuja localização obteve parecer favorável em 2008, regista-se um ligeiro decréscimo na visibilidade da contestação à poluição e que, aliás, seguia uma tendência anterior, pois, ao longo dos últimos anos, sempre que na região se chega a uma decisão no sentido da possível **concretização do projecto de despoluição**, diminui a mobilização cívica. Tal como afirma Isabel Damasceno, “o facto de se ter encontrado uma solução levou um pouco ao baixar dos braços”. Também o próprio arrastamento do processo foi responsável pela desmobilização e desinteresse das populações, que se sentem cansadas de esperar e não acreditam em mais promessas, “eu quero é que resolvam isso e não me chateiem” admite a jornalista Marina Guerra. Isabel Gonçalves, vereadora do ambiente da autarquia de Leiria, concorda que “as populações propriamente ditas já se cansaram”, por isso quando acontece mais uma descarga “já ninguém liga muito”, explicando a permanência do tema na agenda mediática, por um lado, com a existência da CADRM – “porque há aquela

associação de defesa que qualquer coisa que surja vem logo para os jornais” – e, por outro lado, porque a imprensa regional é muito activa e possui muitos leitores, pelo que é preciso ter notícias, razão pela qual os jornalistas andam muito em cima dos acontecimentos.

A esses argumentos deveremos acrescentar a ligação do problema ambiental ao valor económico do sector suinícola e às características sócio-demográficas da região. São localidades pequenas em que “quase toda a gente se conhece, a maior parte das famílias está de alguma forma ligada” às suiniculturas, afirma a jornalista Marina Guerra sem adiantar pormenores. O que é um facto é que, sobretudo nas localidades mais pequenas, a ligação é tão intersticial e intensa que a rede construída as remete, muitas vezes, ao silêncio, pois, tal como refere Domingos Patacho, “mesmo as pessoas que concordam têm algum receio de dar a cara, pois têm algum vizinho” ou alguém próximo ligado ao sector. Em que adiamento do processo conduziu igualmente ao conformismo: “as pessoas já não se querem envolver muito, não concordam mas conformam-se”. Para Jorge Crespo, presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira, a população encontra-se dividida em relação a esta temática, pois “se, por um lado, quase todos têm preocupações com os recursos hídricos, por outro lado a importância económica do sector e o facto de quase todas as famílias terem alguém ligado ao ramo faz com que as críticas sejam ainda bastante ténues”. António Lucas, presidente da autarquia da Batalha, concorda que o excesso de proximidade entre as pessoas, em que todas se conhecem, será um motivo para não se mobilizarem, mas não será esse o único factor. Na sua opinião, o mediatismo e o radicalismo de algumas associações descredibilizam o processo e levam as pessoas a não participarem. Também Cláudio de Jesus, actualmente no grupo AdP, concorda que, por um lado, existe “sempre alguém que está ligado ao sector” e, por outro lado, há exaustão e descrédito, “o sentimento que paira no ar é de desencanto, pelo menos das pessoas que querem encontrar uma solução”, afirma.

Encontramos ainda quem considere que “Leiria não se mobiliza contra nada, excepto contra a queima de resíduos” perigosos que esteve para acontecer em Maceira (Helena Amaro), o que “tem a ver com a atitude conformista” do leiriense (Judite Vieira). Há quem considere que os cidadãos podem até mostrar-se descontentes, mas “quando é preciso juntar mais pessoas depois já não aparecem por receio”, pois “em muitas situações criam-se amigos e inimigos” (Marina Guerra). Isabel Damasceno interpreta a fraca mobilização local a partir das características da população de Leiria, em que o individualismo permite que seja um dos concelhos do país com maior crescimento económico, pois cada leiriense quer crescer por si –

“há uma grande rivalidade entre aqueles que querem crescer”, afirma –, mas esse mesmo individualismo “tem uma desvantagem muito grande que é a atractividade da população para os projectos colectivos”, em que ausência de crítica é um posicionamento estratégico para evitar a exposição, pois, o leiriense pensa: “qualquer dia também preciso de fazer algo fora dos trâmites legais e também não me interessa que os outros me critiquem”. Em resultado desse individualismo, este processo nunca foi assumido como colectivo, é verdade que “há uns tantos que criticam e têm tido um papel activo na denúncia, mas a população em geral não”, conclui Isabel Damasceno.

Vimos que José Manuel Alho remete a questão da mobilização para a institucionalização das associações, o que lhes retira intervenção no espaço cívico, sem que tal signifique que essas associações não estejam a trabalhar. Aliás, as ONG mais formais têm tido sempre um acompanhamento nos órgãos em que participam, uma acção com menor visibilidade, mas com “mais eficiência prática devido à sua intervenção nesses órgãos”, um papel que a Oikos e Quercus desempenham muito bem, pois estão entre as “ONG mais bem qualificadas a nível nacional, do ponto de vista do trabalho e da visão do território onde se movem”. A CADRM tem “uma intervenção focada localmente, em moldes e linguagens diferentes, em interacção com a comunidade local, com um efeito mediático com algumas repercussões, mas fica por ali”.

Para José Augusto Esteves, do PCP, embora as pessoas tenham consciência da má imagem da poluição, em Leiria ninguém faz nenhuma manifestação pública, tanto porque os principais responsáveis do concelho têm dificuldade em enfrentar os interesses dos maiores produtores de suínos, como pela grande sintonia entre vizinhos. Mas é, principalmente, porque, “para sectores mais conservadores e que dominam a sociedade leiriense, a luta não cabe, é sempre vista com maus olhos, choca com os interesses de classe”, pelo que optam por viver em contradição entre querer ver a bacia hidrográfica sem poluição e a ideia de lutas “que não deveremos incentivar e acompanhar”, pois “quem luta são os movimentos ligados à luta operária, ao protesto, os outros utilizam formas *soft*”. E em Leiria, ao contrário, e talvez por contraposição ao que sucede na cidade da Marinha Grande, com tradição no protesto social, existe preconceito ideológico. O facto de serem populações rurais e não ‘operárias’ tem a sua influência.

De salientar, a propósito da Marinha Grande, que a mobilização cívica contra a poluição que tem afectado o turismo na Praia da Vieira, procura secundarizar a enorme visibilidade da poluição do Lis.

Sobre este aspecto Paulo Vicente, actual vice-presidente do município da Marinha Grande e que durante muitos anos presidiu à Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, salienta, em primeiro lugar, que quando protestavam na Vieira “tudo estava caladinho” nos Milagres, pois “tudo corria à custa” das suiniculturas. “Nós protestávamos e tudo estava caladinho, era a revolta das populações umas contra as outras”, só posteriormente a população dos Milagres protestou, afirma o ex-autarca da freguesia de Vieira de Leiria. E, em segundo lugar, que também na Vieira os protestos tinham um calendário preciso: “Nós protestávamos durante o Inverno até Maio, mas não queria dizer que de Maio a Setembro não tivéssemos problemas, tínhamos era ali um problema económico na Vieira”. “Nós passávamos o Verão aflitos” e por causa disso “tivemos o cuidado de não nos candidatar-mos à Bandeira Azul, por causa dos parâmetros e porque estávamos mais expostos, pois quando temos Bandeira Azul ninguém liga, mas se fosse retirada era um escândalo, pois grande parte da população vive do turismo”, afirma Paulo Vicente.

Relativamente à mobilização em toda a bacia do Lis, verificamos que, embora a defesa do Lis seja um objectivo comum, “o caminho para chegar lá é diferente” (Marina Guerra), razão que nos leva a interpelar os entrevistados sobre a possibilidade das associações unirem esforços, por exemplo no que poderia ser uma “Plataforma pelo Lis”, e sobre o papel das elites no processo de (des)poluição do Lis. Assim, numa posição que não parece indiferente à menor proximidade em termos de geografia e dinâmicas sociais, Domingos Patacho, do Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus, com sede em Ourém, acolheu bem a ideia ao dizer-nos “nós temos essa vontade, mas deveriam ser os actores mais locais” a avançar, o que se passa actualmente é que as associações fazem as coisas sozinhas, “mas isto com capelas não vai lá”, tem de partir de alguém. Isabel Damasceno explica a não existência de uma estrutura desse género com a ânsia de protagonismo individual dos leirienses, reafirmando que “também a nível do associativismo existe antagonismo, porque cada um quer ser melhor que o outro”. A posição de Odete João, do PS, sobre esta matéria não difere muito, ao situar a questão no histórico da região, “com muitas empresas, com muitas pessoas que lutaram sozinhas pelo seu sucesso, profissional e pessoal”, reflectindo-se “nas próprias associações cívicas essa mesma forma de estar”, em que “cultivam o seu próprio espaço, muitas vezes em detrimento dessas tais plataformas onde se poderia ganhar muito mais força. Tal como Isabel Damasceno, Odete João acredita que a disponibilidade ou não para consensos “tem muito a ver com as lideranças”, e as pessoas em geral “não estão disponíveis para abdicar de um ou outro pormenor para terem um espaço comum de entendimento”. José Manuel Alho rejeita a

criação de uma eventual “Plataforma pelo Lis”, argumentando que a intervenção das duas associações regionais (Oikos e Quercus) foi suficiente e esgotou essa possibilidade.

Este aspecto liga-se, igualmente, ao papel das elites locais regionais no processo (des)poluição da bacia do Lis, cuja ausência é muito notada na comunicação social da região e nos debates públicos sobre o tema, ainda que associações como a ADLEI e NERLEI, tidas como representantes das elites, tenham feito um esforço no sentido de manter o tema na agenda pública. Isabel Damasceno explica a ausência das elites regionais no processo novamente com o individualismo e ânsia de “protagonismo do leiriense”, e pela dificuldade de criar causas comuns⁸⁵, com cada um a reivindicar-se líder, mas quando se trata de intervir “basta um líder de opinião falar no assunto que os outros desprezam esse assunto”. Por sua vez, para Helena Amaro, jornalista do Diário de Leiria, tal como as populações, as elites já se cansaram. Outro entrevistado, Cláudio de Jesus, critica o facto de as elites reclamarem que a poluição é uma vergonha mas na prática não fazerem nada. A não intervenção das elites no tempo do PSD é explicada por Neusa Magalhães com base na influência nos bastidores de Isabel Damasceno junto do poder político, uma acção que não foi visível mas foi feita e seria do conhecimento das elites – seja políticas, seja empresariais e mesmo tecnocientíficas –, que por esse motivo não intervieram. Para Judite Vieira a não intervenção das elites não é indiferente à importância da actividade suinícola na região, afirmando que, “em certas situações, há conivências, há ali concessões para determinados fins” e “acaba por haver algum proteccionismo, pelo que não interessa levar a debate estas situações”. David Neves interpreta o desinteresse das elites a partir do estigma que existe sobre a suinicultura, que **nunca foi vista como uma actividade nobre da região**, logo, preferem nem falar do assunto para não se ‘sujarem’ (o termo é nosso) em temas a que não interessa ligar a cidade. Neves é particularmente crítico em relação às duas associações que representam as elites leirienses, ao declarar que “entidades como a ADLEI e NERLEI não têm a capacidade de perceber o que está em causa, limitam-se a ser porta-vozes do poder instalado”.

⁸⁵ Não abordamos a chamada “teoria dos comuns” ou o que Hardin (1968) designou “tragédia dos comuns” para explicar a desigual distribuição de benefícios e de efeitos, em que os benefícios são distribuídos por poucos e impactos negativos afectam a generalidade dos cidadãos, tese que Elinor Ostrom apresentou durante a sua vida numa perspectiva crítica e a propósito da qual veio a receber o Premio Nobel da Economia em 2009.

IX.4.1. Consensos e conflitos

Falar em consensos e conflitos é falar no impasse na despoluição do Lis, existindo consenso generalizado quanto ao fracasso do processo e quanto à urgência na sua concretização. No entanto, as opiniões divergem quando se procura **saber a quem se deve atribuir responsabilidades pelo insucesso da despoluição do Lis**. Ainda assim, exceptuando os intervenientes mais directos, existe algum consenso quanto à **principal razão do insucesso da despoluição**, que se ficou a dever à **falta de vontade política** dos governantes e das autarquias. Divergindo os entrevistados na apresentação de outras razões que pesaram nesse impasse. É o caso de David Catarino, ex-presidente da Câmara Municipal de Ourém, para quem o impasse se deveu à “**falta de vontade dos governantes** para resolver o problema”, bem como à “falta de **entendimento entre a administração central e local**” e à **falta de liderança política na região capaz de influenciar o poder central**. Outro entrevistado, Heitor de Sousa, do BE, considera que o processo “não avançou por **falta de vontade política do governo**, que é a mola impulsionadora para a resolução do problema”, mas também das entidades locais. Posição idêntica tem Rui Crespo, para quem o processo não se concretizou por **falta de determinação política**, tanto na construção da ETES, como no cumprimento das regras ambientais por parte dos agentes poluidores. O presidente da Oikos, Nuno Carvalho, tem uma leitura mais abrangente, quando nos diz que falhou tudo, que falharam as “soluções técnicas adequadas, falhou o financiamento” e falhou, sobretudo, “a concertação entre todos os interessados – agentes económicos, poder local, poder central”, mas também “entre a própria opinião pública que se calhar não teve capacidade suficiente para pressionar, se calhar pela consciência que existe da importância da actividade económica”. Na opinião de Nuno Carvalho assistiu-se à “incapacidade total dos diversos agentes em resolver o problema, mas a maior responsabilidade é mesmo política, quer a nível **local** quer a nível **nacional**, foi-nos dito que **era uma prioridade, mas de facto não era**”. Por conseguinte, o que temos é que a poluição do Lis, em particular da Ribeira dos Milagres, é um exemplo da ineficácia das políticas públicas de ambiente, em que a solução para o problema é sucessivamente empurrada para a frente, naquilo que Luísa Schmidt designa como efeito “NIMT” – Not In My Time (Schmidt, 2008a: 308).

A estes argumentos Filipa Alves, da ADLEI, acrescenta que o problema “não se resolveu porque os agentes económicos envolvidos habituaram-se sempre a que isso não fosse preciso”. Já para Jorge Crespo, da Junta de Freguesia da Bidoeira de Cima, “o poder político

nunca quis afrontar os interesses económicos instalados, o que aliado à existência de poderosas associações de produtores suinícolas, “tem protelado a tomada de decisões no sentido da resolução deste problema”, sobrepondo-se os interesses económicos e políticos ao interesse público. Jaime Gabriel Silva, da Simlis, entende que o problema não foi tratado na sua real dimensão, admitindo que o argumento do impacto económico e social da actividade na região possa ter causado dificuldades às pessoas que tentaram resolver o problema, que “não quiseram ter uma actuação brusca que causasse outro tipo de problemas na região”. “Se tivesse havido a percepção da dimensão do problema e se houvesse conhecimentos técnicos” teriam sido ultrapassadas duas grandes dificuldades.

No que diz respeito às responsabilidades, Isabel Damasceno, ex-presidente da autarquia de Leiria em representação do PSD, acredita que “as autarquias têm um papel muito importante a pressionar quer o governo quer a Recilis no avançar com soluções”, defende contudo, que “não passa pelas autarquias a resolução do problema”. Podemos interpretar essa tomada de posição como o *‘sacudir a água residual do capote’* por parte das instituições públicas. Questionada sobre a decisão do Governo ter remetido em 1994 a solução do problema para a Associação de Municípios da Alta Estremadura (AMAE) Isabel Damasceno critica o governo por tal decisão e a AMAE por ter assumido o problema, no que acrescenta, “não cabe à AMAE e aos municípios a resolução do problema”. Cláudio de Jesus, que como se referiu integrou a AMAE e a Simlis, defende que a solução deve partir dos suinicultores, embora o Estado deva assumir “alguma **co-responsabilidade**, pois deixou chegar o problema onde chegou”. Quanto a quem deve liderar o processo Paulo Vicente, vice-presidente do município da Marinha Grande, rejeita que sejam os suinicultores, pois se “eles podem fazer tudo de graça vão lá agora investir”, afirma, acusando David Neves, da Recilis, de ser “um bom relações públicas”.

Encontramos **pontos de consenso na quota-parte de responsabilidade do sector suinícola na contaminação dos cursos de água e na importância socioeconómica da actividade** na região. Neusa Magalhães, actualmente na Associação Empresarial da Região de Leiria (NERLEI), lembra que só no concelho de Leiria cerca de 2 mil famílias estão ligadas à actividade, mas para que a poluição tenha solução “os suinicultores também têm que fazer um esforço”. Sobre a mesma questão, a actual vereadora do ambiente da Câmara Municipal de Leiria, Isabel Gonçalves, admite que se a questão económica não fosse importante já se tinham encontrado soluções políticas, o sector “tem sido acarinhado por ser um sector

importante para a região”, pois “ninguém quer prejudicar o outro”. Por sua vez, para José Manuel Alho (C. M. de Ourém) o argumento de que o encerramento de suiniculturas gera desemprego é chantagem da parte dos suinicultores, que assim têm conseguido manter um regime de excepção que outras actividades não possuem, para “outras situações arranjam-se soluções e aqui continuou na mesma”, persiste a imagem do prevaricador impune, mesmo quando chegou a haver financiamento para se modernizarem. Sobre as responsabilidades no processo escutámos igualmente o presidente da Junta de Freguesia dos Milagres, para quem a situação embrulhou-se de tal ordem que mesmo como a criação da Recilis nada foi feito. “Se o governo fizesse directamente as obras, se calhar poupava-se dinheiro e as coisas estavam feitas”, defende Fernando e Silva Sousa, avançando que até “há suinicultores que fazem descargas para chamar a atenção do governo e da opinião pública para o problema”.

Apesar das repetidas críticas ao ‘império suíno’ da região, nenhum dos intervenientes defende a suspensão pura e simples da actividade. Ouvimos Paulo Vicente, do município da Marinha Grande, sustentar que se “não tem condições fecha”, todavia não defende o encerramento puro e simples. Também o porta-voz da CADRM se mostra contrário ao encerramento das explorações. Para Rui Crespo certificar a carne seria uma boa medida, que passava por respeitar determinados requisitos e quem não respeitasse ficava de fora. “Eu não estou contra os produtores de carne”, afirma. Opinião idêntica tem Heitor de Sousa, do BE, para quem “o efeito do emprego não deixa de ser significativo, nós não queremos que as suiniculturas deixem de ser tidas como uma actividade de referência na região, aliás na anterior legislatura defendemos a **certificação ambiental** das suiniculturas, que deveria ser obrigatória e com base nela fosse promovida a actividade, conduzindo a boas práticas ambientais”. **David Neves é contrário à certificação**, argumentando que as grandes superfícies não querem saber qual a proveniência do produto, querem é pagar preços baixos.

No arranque da nossa investigação a **antinomia ambiente-sociedade** parecia constituir o principal foco de tensão, porém os testemunhos recolhidos mostram que se assiste à **reprodução de outros conflitos resultantes de uma dinâmica social herdada de uma sociedade tradicional**, ora caracterizada **por fortes laços de solidariedade, ora por súbitas tensões entre vizinhos e familiares**, fortemente enraizada por se tratarem de localidades pequenas em que facilmente um familiar ou um vizinho está (ou já esteve) ligado à produção de suínos. Uma espécie de “sistema pocilga”, em que tudo está ligado a tudo e a todos, a montante e a jusante. A centralidade da antinomia ambiente-sociedade resulta da rápida

ascensão de novos protagonistas a partir dos proveitos conseguidos com a produção de suínos, ascensão que terá provocado uma profunda alteração nas sociabilidades locais, designadamente nas lideranças e nas redes clientelares, que se viram forçadas a reorganizar-se em face dos rendimentos obtidos e da capacidade dos seus detentores em transformar esse recurso em capital simbólico e relacional. Nas localidades de menores dimensões essa tendência conduziu tanto ao reforço da rede de solidariedade, pois se todos se conheciam e se todos alguma vez poluíram não havia interesse em expor o problema, como à emergência de fortes clivagens sociais, porque a rápida ascensão dos suinicultores cedo colocou em causa anteriores hierarquias e gerou competição. Este aspecto é de tal modo determinante que o despoletar dos protestos na freguesia dos Milagres não aconteceu ao acaso, nem se ficou a dever apenas à sua posição geográfica, responsável pela elevada concentração de caudais. Tendo presente que mais de 2/3 das suiniculturas da bacia do Lis se localizam a montante da ponte da Catraia, ou seja, maioritariamente fora da freguesia dos Milagres, os protestos deveram-se igualmente à injustiça de sofrer as consequências dos poluidores situados fora da freguesia.

Em resultado de tudo isso, são constantes as referências a elementos ao mesmo tempo de integração e de ruptura, quase sempre com o objectivo de contrariar o estigma e fechamento do sector de que nos fala David Neves, e que obrigam a um esforço maior de **legitimação de um novo tipo de dominação**, conseguida muito por via da aquisição de bens materiais com potencial para conferirem distinção, entre eles automóveis da marca Mercedes e luxuosas moradias, e por consolidarem essa distinção no **apoio a iniciativas públicas, aquilo que podemos entender como o recurso à figura do patrono**. Ou seja, também neste caso se cria um ciclo vicioso de ‘subsídio’ às actividades locais. O problema é que, sem avançar com as necessárias mudanças e fechando-se sobre si mesmo, o sector acabou por se expor a suspeitas. A ideia que fica é que, para tudo se manter como está, ou seja, o direito a serem poluidores não pagadores, o sector permanece perfeitamente consolidado e com redes horizontais suficientemente alargadas e firmes que lhe permitem conseguir fazer valer o argumento da sua importância económica e protelar a adaptação ambiental das explorações.

Simultaneamente, perduram e fortalecem-se disputas entre vizinhos e familiares que, por vezes, recorrem à denúncia para daí obterem benefício próprio, na tentativa do denunciante prejudicar o denunciado. O problema é que “alguma vez todos eles já poluíram” (Judite Vieira) e denunciar pode significar expor a sua própria situação, com o risco de, numa acção

inspectiva, o denunciante se transformar em infractor (major Santos). David Neves, da Recilis, é um dos visados na intensa troca de palavras, sobre o qual recaem acusações de apenas querer protagonismo, visível em expressões “alguém achou que era porreiro ser protagonista” (Cláudio de Jesus). Numa troca de palavras tão intensa que o próprio David Neves usa os mesmos termos para criticar a intervenção do BE, no que afirma que “houve a necessidade de protagonismo”, acusando o Heitor de Sousa, do BE, de falar na Ribeira dos Milagres sem sequer saber onde fica.

A troca de palavras entre David Neves e o BE é muito idêntica à registada entre a CADRM e a Oikos, com a Comissão a acusar a Oikos de nada fazer pelo rio Lis nem pela Ribeira dos Milagres. Em reacção, Nuno Carvalho afirma que “para eles dizerem isto é porque nunca ouviram dizer nada, porque nunca leram nenhum documento, nem nunca estiveram em nenhuma reunião que nós estivemos, nem nunca viram nenhuma análise que fizemos”. A troca de palavras entre Nuno Carvalho e a CADRM são expressão de um conflito que opõe as associações que contestam a poluição, e que tem à primeira vista origem nas diferenças de posicionamento e nas formas de acção destes movimentos. Mas essas características não explicam tudo. Também está presente a tentativa de alguns actores obterem protagonismo com a sua intervenção. Assim se explica que os movimentos de base local, caracterizados por serem baseados na figura do seu líder, mono-temáticos e geograficamente circunscritos, vejam posta em causa a sua legitimidade pelos movimentos com maior cobertura temática e territorial, uma exclusão justificada porque a sua intervenção foge aos padrões aceites e por invadirem esferas de influência que se pensavam ocupadas. Em termos de intervenção, estamos a pensar nas acções da CADRM e no seu papel de denúncia sistemática das descargas através da comunicação social e, numa primeira fase, na sua opção pelo despejo de efluente suinícola nas escadarias da Câmara de Municipal de Leiria e na tentativa de pressão que exerceu junto das instâncias europeias, esgotada que estava a confiança nas instituições nacionais. Estamos igualmente a pensar no protesto do Movimento Amor Saudável contra a construção da ETES na freguesia de Amor.

A intervenção destes movimentos locais, mais próximos das pessoas, com acções directas de protesto que alimentam a expectativa de uma rápida solução para os problemas, retirou protagonismo às organizações regionais que, na procura de soluções para a poluição do Lis, se auto-remeteram para uma esfera tecno-política. Nesse posicionamento, embora mantendo a sua base de apoio, os movimentos regionais perderam protagonismo público, pois o espaço do

cidadão e da comunicação social passa a ser ocupado pelos novos movimentos, uma perda reconhecida indirectamente pelos dirigentes das duas principais associações de defesa do ambiente da região, com Domingos Patacho a confessar que agora “a maior parte das vezes não nos chegam queixas” e Nuno Carvalho a lembrar que, “durante muitos anos, nós éramos a voz dos cidadãos junto das entidades oficiais”.

O presidente da Oikos defende-se ao afirmar que “se calhar trabalhamos mais mas temos menos visibilidade, embora tenhamos uma influência mais positiva”. Recorda que na fase final foi organizada uma manifestação em que a Oikos não participou, pois optou por pedir uma reunião aos suinicultores e ao Secretário de Estado, “reunimos com os dois para saber como estava o processo”, para mostrar “qual era a nossa opinião, como é que tecnicamente entendíamos que ele devia ser resolvido”. A diferença é que “nós nunca estivemos disponíveis para manifestações contra ETAR, estivemos disponíveis para discutir a tecnologia das ETAR e a localização das ETAR”. Nuno Carvalho reconhece o antagonismo com a CADRM. Desde as primeiras acções “eles sempre disseram mal de nós”, “nunca simpatizaram connosco, não sei porquê, não sei se foi por nós não fazermos esse tipo de intervenção pública, nós nunca procurámos conflitar com eles, que tiveram intervenções completamente desastrosas em termos ambientais, como a limpeza do rio a arrancar vegetação para arrancar canos, isto do ponto de vista técnico é o pior que se pode fazer, do ponto de vista ambiental é um acto verdadeiramente terrorista e nós poderíamos ter vindo publicamente dizer ‘estes indivíduos em vez de protegerem o rio estão a dar cabo dele’, mas optámos por não o fazer, nunca procurámos nenhum conflito. Eles são uma associação desse tipo de intervenção, talvez mais mediática, de fazer mais barulho, nós somos de uma intervenção mais técnica”, explica Nuno Carvalho. Sem mencionar nomes, Rui Crespo, da CADRM, critica a agenda de algumas associações, que “aparecem com uma força tremenda na comunicação social porque aqui vai ser instalada uma linha de alta tensão, e passa nos ninhos de cegonha e tem que se desviar para não estragar o habitat das cegonhas ou porque lá em cima em Foz Côa descobriram que havia gravuras numas pedras e tinham que parar as obras”. Mas numa “situação destas que envolve e põe em risco a saúde pública de milhares e milhares de pessoas” “não aparecem com essa força”, a “Ribeira dos Milagres vem tanta vez a público e efectivamente não há por parte dessas organizações um interesse imediato em tentar saber o que é que se passou”.

O antagonismo em que a Oikos se vê envolvida não é apenas relativamente à Ribeira dos Milagres nem apenas com a CADRM, identificam-se pelo menos mais dois focos de conflito

em que esta associação se vê envolvida e algumas afirmações de desagrado em virtude do seu fechamento. Um desses casos foi o da controvérsia pública durante o processo de avaliação de impacto ambiental da ETES de Amor, com Nuno Carvalho a afirmar que “só não nos bateram porque não se proporcionou”. O outro caso foi o desentendimento entre a Oikos e o Bloco de Esquerda, após em Dezembro de 2009 o BE ter divulgado os resultados de análises que realizou à qualidade da água da bacia do Lis, invadindo assim um domínio de intervenção que a Oikos tomava como seu, pelo seu historial e pela capacitação técnica para o fazer. O desagrado pelo isolamento da Oikos é referido, por exemplo, pela ADLEI, com Anabela Graça a estranhar o facto da ONG praticamente não reagir face a notícias de descargas e de não dar resposta às propostas feitas “no sentido de conjugar esforços e promover iniciativas em conjunto”, assumindo que a “Oikos tem mais conhecimento e história”.

A Quercus não gera tanto antagonismo e pode ser um ponto de consenso, o que se justifica com a opção de conciliar acções directas junto dos responsáveis políticos, paralelamente a acções de sensibilização das populações e acções de protesto directo, bem como pelo seu relativo afastamento em termos geográficos, que lhe permite igual distanciamento face a dinâmicas sociais de proximidade. Esse posicionamento e o facto de se tratar de uma associação nacional de reconhecido mérito, com especialistas que podem credibilizar o processo, tem merecido a simpatia tanto da Oikos como da CADRM e de vários outros interlocutores.

Estes não são os únicos focos de conflito detectados. O arrastamento do processo sem que tenham sido obtidos resultados, a opção pela mediatização, o uso a táticas de protesto menos convencionais e a posição intransigente de alguns dirigentes associativos levou à desconsideração destes movimentos pelos responsáveis políticos. A perda da base de apoio da CADRM⁸⁶ e a ruptura com a Junta de Freguesia dos Milagres constituem um bom exemplo, invertendo o que inicialmente tinha ocorrido. Fernando e Silva Sousa, presidente da Junta de Freguesia dos Milagres revela-nos que a Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres foi constituída numa reunião organizada na Junta de Freguesia para analisar a descarga ocorrida no dia 15 de Junho de 2003, em que esteve presente Neusa Magalhães, na altura vereadora do Ambiente da Câmara Municipal de Leiria. “Nós criámos a Comissão em

⁸⁶ A Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres foi criada a partir de uma ampla base de apoio com a recolha de quatro mil assinaturas, porém, à medida que José Carlos Faria se consolidou como seu porta-voz o número de militantes activos reduziu-se a pouco mais de uma dezena, encontrando-se actualmente praticamente limitada à acção de Rui Crespo.

reunião de Junta”, concordando os presentes nessa reunião ser preferível mandar a Comissão para dar voz aos protestos das populações, entendendo não ser esse o papel da Junta. Ficamos assim a saber que a CADRM resultou de um amplo consenso na freguesia e na autarquia de Leiria. O problema é que esse consenso desapareceu, sobretudo porque José Carlos Faria, nomeado porta-voz da Comissão nessa reunião, no momento de passar à prática “começou a falar mal dos políticos de Leiria e eles não têm culpa”, afirma Neusa Magalhães.

Retratado pela comunicação social como o justiceiro que lutou pela Ribeira dos Milagres, José Carlos Faria, pela sua personalidade e tácticas de protesto, não conseguiu a simpatia de todos, que o acusam de não ter preparação para esse papel ou de não ter mais nada para fazer, e de por tudo e por nada chamar a comunicação social (Silva e Sousa; Neusa Magalhães). Silva e Sousa, presidente da Junta de Freguesia dos Milagres, revela-nos que chegou a andar com o primeiro porta-voz da CADRM e com um cabo da GNR a verificar os pontos de descarga. Contudo, passado uns tempos, afastou-se e não terá sido o único, pois tirando um pequeno grupo “ninguém gostava dele”, refere. Também Neusa Magalhães terá mudado de opinião relativamente ao primeiro porta-voz da CADRM, ao dizer-nos que “havia ali um ‘Senhor’ que exagerava. Ex-emigrante, portanto não tinha actividade. Regressou à terra. Ele dormia praticamente na ribeira, qualquer bocadinho de espuma chamava a TVI, tinha algum contrato com a TVI”...

A saída de José Carlos Faria do papel de porta-voz da CADRM, por ter voltado a emigrar, não eliminou o conflito entre a Comissão e a Junta de Freguesia, embora a questão agora seja outra. Para Fernando e Silva Sousa não se trata de uma questão pessoal, pois se a Junta for contactada está aberta ao diálogo, o problema é que a transição para o novo porta-voz deu-se sem conhecimento de ninguém. Rui Crespo ou outros membros que possam integrar os corpos sociais da Comissão não foram eleitos, pelo que não têm legitimidade para exercer o cargo. “Só soubemos que era porta-voz através dos jornais”, ora, se é porta-voz deveria apresentar-se na Junta como tal. Para Silva e Sousa esta “já não é a Comissão”, “a Comissão que nós criámos já não existe”. Depois de tanta batalha, tanto problema e nada ser feito, “neste momento a Comissão que nós criámos na Junta de Freguesia não existe”, concluindo que, o Rui Crespo não tem a base de apoio que tinha a Comissão quando foi criada. Odete João, deputada Socialista eleita pelo distrito de Leiria, entende que “neste momento não podemos já atribuir a um movimento, que está organizado e que tem uma liderança”, a intervenção contra a poluição. De forma generalizada, “as populações já não estão tão benevolentes com esta

situação, porque há um despertar para os problemas ambientais, para as questões da saúde pública, e as pessoas começam a estar mais sensíveis e menos tolerantes a um incumprimento desta natureza”. Já não há um movimento organizado, mas o descontentamento está enraizado na própria população, porque “as populações já estão absolutamente fartas” da situação.

Apontámos até agora alguns focos de conflito por diferenças no tipo de intervenção entre os movimentos cívicos, que criam enormes problemas de eficácia na contestação à poluição. Contudo existem mais conflitos na bacia do Lis. Um desses conflitos foi já referido, confrontando David Neves, da Recilis, e Heitor de Sousa, como representante do Bloco de Esquerda, com o líder da Recilis a afirmar que “houve a necessidade de protagonismo”, acusando Heitor de Sousa de falar no problema mas “nem sequer saber onde é a Ribeira dos Milagres”. Porém, o conflito com maiores repercussões sobre o não andamento do processo de despoluição do Lis opôs David Neves, na qualidade de presidente da Recilis e da Associação de Suinicultores do Concelho de Leiria, a Humberto Rosa, ex-secretário de Estado do Ambiente, rejeitando um e outro responsabilidades no impasse do projecto. Com David Neves a acusar o Estado de incumprimento sistemático no que é a sua intervenção e o ex-secretário do Estado do Ambiente a acusar David Neves de nunca se ter preocupado com uma solução, que já está em cima da mesa desde 2000. Para o responsável da Recilis, podem acusar-se os suinicultores de muita coisa, mas não de falta de vontade, “antes pelo contrário, os suinicultores sempre estiverem na linha da frente da solução do problema, aceitando sempre todas as alternativas”. Entrevistado ainda na qualidade de Secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa, rejeitando as acusações de que era alvo, declarou que “não é verdade que os atrasos na despoluição radiquem de acções governativas ou da administração”, o que houve foi “uma manifesta falta vontade do sector em pagar o que tem de pagar”, no que contaram com uma “mudança de atitude dos actores políticos locais”, para quem os suinicultores eram uns coitadinhos”, como se as elites de Leiria olhassem para o problema, o conhecessem, mas não achassem que estivesse nas suas mãos exigir uma resolução local e regional, optando por criticar o governo por não actuar.

Da análise dos depoimentos recolhidos junto de ambos os protagonistas, a primeira conclusão a que chegamos indica que, sensivelmente a partir de 2007, o que seriam divergências técnicas e reivindicações intrínsecas à instituição que cada um representava, se transformou em disputa pessoal. Temos, assim, um e outro frente a frente, cada um com um conjunto de acusações sobre o outro. David Neves acusou o ex-secretário de Estado do Ambiente de ser

“uma pessoa absolutamente desonesta nesta matéria”, que “nunca quis saber o que se passava, nunca quis perceber o que é que estava em cima da mesa”, de se limitar a reivindicar as soluções defendidas pela Recilis e que, em resposta às constantes mudanças de posição, se limitava a afirmar que “as circunstâncias mudaram”. “O único responsável chama-se Humberto Rosa”, afirma Neves, “ele é que vai ter que dizer ao país porque é que não fez [o tratamento de efluentes suinícolas em Portugal], porque no resto do país não existe Recilis”, num processo em que “naturalmente, passámos a ter questões pessoais”.

Para o líder da Recilis “o problema não é um problema circunscrito à região, é um problema nacional”, em que se assiste a uma falta de estratégia e de competência do Estado naquilo que é a sua obrigação. “Nós fizemos a parte mais complexa”, que “foi sensibilizar o sector para interiorizar este problema”, pois “temos tido uma postura ao longo destes anos de achar que isto não é um problema de Estado; isto é um problema do sector e é o sector que tem a obrigação de o resolver”. Porém, “o Estado tem a obrigação de pôr à disposição do sector as ferramentas de que dispõe para permitir a resolução deste problema”, mas “naquilo que é a assumpção das suas responsabilidades” o Estado falhou, num processo em que tudo fez para rejeitar a sua falha. “Obviamente que do ponto de vista político, assumir que se falhou naquela estratégia é complicado” e como era “preciso arranjar um culpado o Ministério do Ambiente arranjou um culpado desde 2007”, quando percebeu que a sua posição “já não tinha pés para andar” apontou para a Recilis, pois era a única entidade que tinha avançado com alguma coisa na região de Leiria, mas no resto do país não foi feito nada no sentido da resolução do problema. Nós “até podemos ser culpados do que pode ter acontecido na nossa área de intervenção; não seremos certamente culpados por aquilo que não fizemos e nos sítios onde não temos que fazer”, afirma David Neves. Se, de Dezembro de 2009 para cá houve agravamento, “foi desta medida absolutamente inconsequente e irresponsável do Ministério do Ambiente de nos retirar a licença” de espalhamento. Agora “qualquer suinicultor faz o que bem quer e bem lhe apetece”. De salientar que o espalhamento de efluentes em solo agrícola e a rejeição em meio hídrico eram duas soluções provisórias para os efluentes das suiniculturas antes da entrada em funcionamento da Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas. Como a obra não avançou, Humberto Rosa retirou a licença colectiva que a Recilis detinha com o objectivo de forçar a empresa a encontrar uma solução. Mesmo assim, não só a obra não se fez como os suinicultores não passaram a entregar mais efluente na ETAR Norte, da Simlis, outra solução provisória e sobre a qual falaremos mais adiante.

Humberto Rosa explica a divergência com a perda de confiança nos interlocutores, em particular em David Neves, que desde o início sempre assegurou que a responsabilidade pela resolução do problema era dos suinicultores através de afirmações como: “isto é responsabilidade nossa, queremos limpar os efluentes, cabe-nos assumir, vamos fazer, vamos acontecer”. A Recilis e a Secretaria de Estado do Ambiente divergiam na primeira fase quanto à solução técnica a adoptar, mas mesmo assim, segundo o ex-governante, foi possível chegar a um acordo que permitiu a assinatura do contrato de concessão com o consórcio vencedor para gerir o processo. O problema é que a partir daí registaram-se sucessivos adiamentos, com sucessivas promessas, “era sempre mais para frente”, e “sempre que se aproximava um momento de efectivamente o sector concretizar despesa surgia” algum problema que conduzia a novo adiamento. Perante tanto adiamento Humberto Rosa suspeitou que não estava perante uma solução verdadeira. Foi então que, com a colaboração da ASAE e do SEPNA da GNR, a Inspecção-geral do Ambiente foi realizada “uma inspecção com uma incidência particular em Leiria, em 2007, muito na óptica, se estes ‘senhores’ não se mexem temos que ver se estão a cumprir a tal licença colectiva”. Humberto Rosa garantiu-nos que a suspeita ter-se-á confirmado quando vários presidentes de Junta de Freguesia lhe escreveram a denunciar o incumprimento das condições de espalhamento de efluentes no solo, provocando um odor intenso a efluente nas freguesias dos Campos do Lis, problema que motivou a sua deslocação a Leiria para reunir com os presidentes das Juntas de Freguesia de Amor, Monte Real, Ortigosa, Regueira das Pontes e Souto da Carpalhosa. Perante este cenário, no final de 2009, “havendo registo de incumprimento sistemático” os Ministérios do Ambiente e da Agricultura entenderam **não renovar a licença colectiva concedida à Recilis para espalhamento de efluentes**, o que, como referimos, acabou por agravar a qualidade da água da Ribeira dos Milagres e, como consequência, aumentou o número de queixas dos movimentos cívicos.

Antes disso, em Maio de 2009 uma auditoria realizada pela empresa Águas de Portugal no sentido de vir a integrar o capital social da Recilis, revelou que a empresa não possuía “capacidade humana e técnica para cumprir os seus objectivos; com coimas por pagar; problemas do foro jurídico-administrativo e dívidas”, ou seja, que a Recilis não estava “estruturada para cumprir aquilo que dizia cumprir”, era tudo uma relativa fachada, adiando as soluções, ao mesmo tempo que vinha para a praça pública dizer que estava a trabalhar. Para Humberto Rosa “o sector tinha conseguido com a ‘solução’ Recilis um salvo-conduto para adiar um tempo, sem ónus, as suas obrigações de despoluição”, sendo fácil em tribunal, quando havia uma descarga ou alguma inspecção, demonstrar que estavam a incumprir mas

havia uma solução em curso, argumento que “muitas vezes desembocava na absolvição”. A Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas (ETES) foi adiada cinco vezes, o que permitia aos suinicultores poupar cerca de 3M€ por ano. “Portanto, percebi claramente que as regras do jogo estão viciadas”, afirmou o ex-secretário de Estado do Ambiente. Numa altura em que socialmente já não eram toleradas as descargas para a Ribeira, “montou-se aqui um esquema teórico em que sempre que é necessário embater nos investimentos fugimos aos mesmos, ao ponto das verbas que o Estado entregou à Recilis para um certo fim, nomeadamente para pagar a quota-parte da ETAR Norte da Simlis”, foram desviadas para outros fins, pelo que “nessa altura recorreremos à Inspecção-geral de Finanças e batemos com a porta”⁸⁷.

A discordância entre Humberto Rosa e David Neves foi pública e mereceu votos de apoio e desagrado. A defesa do ex-secretário de Estado é feita pela deputada socialista Odete João, para quem “determinadas medidas que a Recilis contratualizou com o governo dependeram mais de constrangimentos da própria Recilis que do próprio governo”, acusando a Recilis de estar sempre receptiva a tudo, mas depois não cumprir com aquilo que estava determinado, “encontrando impedimentos, fazendo exigências e protelando todos os pontos”. Como consequência, havia financiamento da Comunidade que “por incapacidade de apresentarem soluções”, várias vezes não foi utilizado. Para a deputada socialista o ex-secretário de Estado não renovou o protocolo que permitia à Recilis gerir o espalhamento colectivo de efluentes, e “muito bem, pois era dar carta branca para continuarem a não cumprir” e “já tinha passado muito tempo para se encontrar uma solução definitiva”. As autorizações eram uma solução provisória, “ou seja, era preciso andar rapidamente no caminho da solução definitiva e não se andou rapidamente” nem os espalhamentos eram feitos nas devidas condições, pelo que “as populações, com muita razão, queixaram-se imenso”, já “estão muito sacrificadas”. Como factor agravante, a entrega de parte do efluente na ETAR Norte não resultou devido a dificuldades técnicas na sua recepção.

Filipa Alves, da ADLEI, ainda com Humberto Rosa em funções, afirmou ser a “pessoa que era capaz, se lhe fosse dado tempo, de conseguir obrigar a que a solução fosse implementada, porque é uma pessoa que já teve tempo para desmascarar, para deixar cair todas as máscaras à face do problema e é uma pessoa que não fica refém do potencial interesse ou fragilidade política”. Pelo contrário, António Lucas, presidente da Câmara Municipal da Batalha eleito

⁸⁷ Essa acção acabaria por não ter efeito, até porque a Simlis retirou o processo que tinha interposto em Fevereiro de 2010 contra a Recilis para exigir o pagamento da dívida relativa às obras de adaptação da ETAR Norte. Em Maio as duas empresas assinaram um acordo para o escalonamento da dívida e utilização da referida ETAR.

pelo PSD, culpa o ex-secretário do Estado do Ambiente pela entropia colocada no processo. Para o presidente da autarquia da Batalha, “por mais culpas que se atribuam à Recilis, que também tem algumas, o que é um facto é que eles foram fazendo o trabalho de casa”, o problema é que “depois eles acabavam um passo e já não era assim, era assado”.

Isabel Damasceno é da opinião que David Neves “teve um papel importantíssimo para encarar a solução do problema, se não fosse com ele isso não acontecia, é um indivíduo civilizado, tem uma consciência clara da responsabilidade” e é mobilizador. A ex-autarca de Leiria reconhece que não correu bem o relacionamento dele com o ex-secretário de Estado do Ambiente: “a partir do momento em que começou a existir alguma desconfiança da parte do Secretário de Estado do verdadeiro empenho do David para a solução do problema, o ambiente estragou-se”. É um facto que “a resolução dos problemas tem uma componente técnica importante, mas tem uma percentagem de confiança pessoal enorme”, afirma Isabel Damasceno, salientando que no tempo do ex-secretário de Estado do Ambiente José Eduardo Martins (2002-2004) criou-se uma empatia muito grande, e uma relação de confiança e proximidade, sendo que o mesmo não aconteceu com o Governo de José Sócrates. Se o “David faz umas declarações nos jornais, o secretário de Estado faz outras, isto é uma entropia enorme” que atrasou 6 anos o processo, “houve uma fase muito de marcar passo, andou-se no jogo do gato e do rato”. Humberto Rosa não tinha confiança no David Neves, mas dificilmente a Recilis encontrará alguém com o perfil dele, assegura Isabel Damasceno. Opinião idêntica tem Neusa Magalhães, ex-vereadora da autarquia leiriense, para quem havia problemas de comunicação, entre o ex-secretário de Estado e David Neves, mas ao “David Neves não o podem acusar muito”.

Não queremos terminar este ponto sobre a temática do conflito sem referir que a disputa entre Humberto Rosa e David Neves acabou por ter expressão em divergências com entidades tuteladas por cada um dos protagonistas. Foi disso exemplo o conflito entre a Simlis e a Recilis relativo ao pagamento por parte da Recilis da verba necessária à ampliação da ETAR Norte no sentido de vir a receber efluentes suínícolas, para a qual tinha recebido do Estado 1,3 milhões de euros, num processo que deu origem à referida investigação da Inspecção-geral de Finanças. A assinatura do contrato entre as duas empresas, em Maio de 2010, chegando a acordo quanto ao escalonamento do pagamento do valor em falta pela Recilis, resolveu esse conflito, no entanto, não foram totalmente ultrapassados os pontos de atrito. Se na entrevista que realizámos em Junho de 2010, David Neves garantia que ao ser ultrapassado esse

diferendo não existiam divergências de fundo entre a Recilis e a Simlis, em Fevereiro de 2012 responsabilizou a ETAR Norte pela degradação financeira da empresa que representa os suinicultores. Em causa estão algumas dificuldades na recepção de efluente suinícola bruto por parte desta infra-estrutura, dificuldades que levam David Neves a afirmar: “a ETAR Norte trouxe-nos no fundo uma sobrecarga financeira e uma situação que não dá resposta às necessidades”, “um camião por exemplo, tem que fazer 20 tanques por dia para ser economicamente sustentável”, e o que acontece é que, o mesmo camião, só “consegue descarregar um tanque de dois em dois dias”.

As dificuldades na recepção de efluente suinícola bruto por parte da ETAR Norte não são um problema novo, tem sido colocado desde que em 2009 começou a tratar este tipo de efluente. A diferença é que em Setembro de 2011 e em Fevereiro de 2012 a ETAR não recebeu qualquer efluente, o que justificou que no dia 8 de Fevereiro de 2012 os deputados do PS eleitos pelo distrito de Leiria (Odete João, Basílio Horta e João Paulo Pedrosa) tivessem questionado Assunção Cristas, ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, sobre a capacidade máxima diária desta ETAR, o volume médio de entregas de efluente e a existência de condicionantes e quais. O protocolo assinado em 2000 entre os Ministérios do Ambiente e da Agricultura e a Recilis prevê um valor máximo de $280\text{m}^3/\text{dia}$ de efluente suíno bruto a ser recebido na ETAR Norte, quantitativos que podem ascender a $600\text{m}^3/\text{dia}$, com 5% de tolerância antes de entrar em funcionamento a ETES, todavia pela resposta, de 6 de Março, ficamos a saber que entre Maio de 2010 e Janeiro de 2012 a média diária atingiu apenas $76,8\text{m}^3$.

David Neves esclarece que este problema foi detectado quando os camiões começaram a descarregar efluente, sugerindo nessa altura à Simlis a existência de um ponto de descarga para os seus camiões e a construção de um tanque de recepção, uma pretensão aceite em 2010 depois de ultrapassadas algumas divergências. Todavia a obra não avançou, porque “a construção desse tanque pressupunha a renovação da nossa licença” colectiva, sem ela não existe nenhum documento que conceda à Recilis o reconhecimento de entidade gestora, e sem esse reconhecimento e sem a licença colectiva a empresa não possui capacidade financeira para concretizar a obra, “o investimento no tanque é de cerca de 150 mil euros e nós só de prejuízo no ano 2010 tivemos quase 400 mil euros, os camiões ficavam lá parados e não podiam trabalhar”, explica David Neves, disponibilizando-se para proceder à separação dos

efluentes líquidos dos sólidos numa das ETAR da Associação de Suinicultores do Concelho de Leiria.

Sobre este problema fomos igualmente ouvir o administrador-delegado da Simlis. Jaime Gabriel Silva garantiu-nos que, desde 2003, a Simlis “foi uma espécie de braço-técnico da Recilis”, sempre com um técnico a fazer o acompanhamento, o que não garante que se tenha encontrado a solução ideal para a resolução do problema, que não é só da região, nem resulta da capacidade técnica das pessoas que trabalharam no projecto. O país não tinha até aqui enfrentado um projecto desta natureza, pelo que os conhecimentos eram poucos, mas com os conhecimentos que foi possível adquirir e com os conhecimentos que os produtores da região tinham, os técnicos chegaram a uma solução que na altura parecia boa, surgindo depois dificuldades em termos de características do efluente suinícola bruto. Para o administrador-delegado da Simlis este último aspecto é central, e liga-se ao processo de recolha do efluente suinícola bruto e ao tempo de permanência nas suiniculturas antes de seguir para tratamento. Esclarece que, não sendo feitas entregas regulares, tal como estava contratado, torna-se mais difícil afinar o processo de tratamento, pois, sendo mais prolongada a sua permanência nas suiniculturas, o efluente líquido transforma-se em lamas, vindo a reflectir-se no tempo de espera dos camiões e a colocar em causa o funcionamento da própria ETAR.

Foi assim que, no sentido de diminuir o tempo de espera dos camiões, a Simlis arranjou, por um lado, um ponto de descarga específico. Por outro lado, no contrato de Maio de 2010 as duas empresas chegaram a acordo quanto à cedência de um terreno pela Simlis na ETAR Norte para a construção de um tanque de recepção e respectivas condições de utilização. Contudo, por incapacidade financeira, a Recilis não arrancou com as obras como estava previsto. Trata-se de um tanque que, quando estiver em funcionamento, terá custos de funcionamento consideráveis, uma vez que necessita de ser periodicamente limpo. Actualmente, como as obras não avançaram, prossegue o espalhamento de efluentes no solo e a sua rejeição em meio hídrico a título individual, dado que a Recilis não viu renovada a licença colectiva. Assiste-se assim a um agravamento da qualidade da água da Ribeira dos Milagres, como mostram as análises da Oikos (JL, 24-11-2011). E assiste-se também ao aumento do número de queixas por parte da Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres, de uma forma de tal modo acentuada que, de Novembro de 2011 a meados de Maio de 2012, denunciou à GNR mais de 50 descargas (SEPNA; JL, 24-05- 2012).

Terminamos com uma referência ao momento actual e que decorre da falência do primeiro consórcio constituído para construir e gerir a ETES de Amor. No final de 2010 teve início a constituição do novo consórcio (constituído pela Recilis, Luságua, Fomentinvest e Águas de Portugal), que a 15 de Fevereiro de 2011 viu assinado o acordo parasocial. A assinatura da escritura esteve marcada para 20 de Julho, justificando David Neves a não assinatura com o facto de a Fomentinvest ser a empresa de onde provinha o actual primeiro-ministro. A escritura foi adiada para o dia 15 de Setembro, mas nessa altura não apareceu a empresa Águas de Portugal, neste caso porque a sua participação foi retirada do consórcio devido às restrições impostas pela *troika*. David Neves explica que apesar desse contratempo não desistiu, “pegámos no modelo e metemos no Ministério da Agricultura e Ambiente um modelo alternativo sem as Águas de Portugal e estamos até hoje sem qualquer resposta”, mostrando-se convencido que existem parceiros interessados em ocupar o lugar do grupo AdP, “precisamos é que o Ministério encarregue alguém de acompanhar o processo, que nos permita agilizar todo o procedimento. Se a garantia for dada, nós montamos isto com uma tarifa que o sector tem capacidade de suportar e num prazo máximo de 3 a 4 anos temos a unidade a funcionar”. Entretanto, o problema continua por resolver, existindo a expectativa de se candidatar a Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas às verbas do Quadro de Referência Nacional (QREN).

Em síntese:

1. A centralidade da **poluição com origem nas suiniculturas da bacia do Lis**, por sua vez concentradas no troço a montante da Ribeira dos Milagres, retira visibilidade a outras fontes poluidoras igualmente preocupantes, com reduzida atenção mediática, embora continuem a afectar as populações locais. As suiniculturas ocuparam (e ocupam) o espaço da preocupação e visibilidade públicas e políticas, obliterando tudo o resto.
2. As soluções encontradas para a resolução dos problemas de saneamento nesta bacia seguiram uma tendência nacional com diferentes ritmos e responsáveis pelas soluções dos sistemas a **três tempos** – em **alta**, em **baixa** e **sectoriais** –, mas sempre em “zigzague” com adiamentos sucessivos, tal como aconteceu noutros domínios da política de ambiente (Schmidt, 2008a). A partir de 2003 o Estado incumbiu directamente o sector suinícola de encontrar uma solução de tratamento e gestão dos efluentes que produz. Porém, pela incapacidade demonstrada no passado, motivo para diversas suspeitas, e por divergências

técnicas e institucionais, que acabaram por resvalar para antagonismos pessoais, mais uma vez o processo estagnou, sem que as sucessivas mudanças de governo tenham, até agora, conseguido soluções para ultrapassar tal impasse. Esta situação agudiza cada vez mais uma enorme desconfiança dos cidadãos face às instituições nos seus diversos níveis, exponenciando as dificuldades de futura resolução do problema.

3. Como reacção à situação de impasse nos projectos de despoluição, os representantes de alguns movimentos cívicos têm tido uma acção persistente na denúncia dos atentados ambientais, com recurso sistemático aos órgãos de comunicação social, transformados em palco de conflitos. Contudo, estes movimentos locais têm redundado em lutas por protagonismo pessoal, o que lhes retira força cívica e ética. Acresce, como factor determinante desta incapacidade de pressão, um certo ‘ambiente’ de conluio, próprio de um meio pequeno, onde todos se conhecem, sendo que muitas actividades, sobretudo culturais e festivas, acabam por beneficiar do apoio dos suinicultores.

4. A descarga poluente com origem numa suinicultura localizada na freguesia dos Milagres ocorrida em 2003, pelas enormes proporções que assumiu, tornou impossíveis as tentativas de ocultar o problema, operando-se a partir daí uma alteração significativa no envolvimento do poder local e no papel dos media, que passaram a ocupar um lugar de ‘militantes’ na denúncia das descargas. As formas de intervenção e a ousadia por parte de um movimento local então organizado em ocupar territórios de ONG já consolidadas, abriu novos focos de conflito, sem que o aumento de visibilidade tenha resultado no avanço de soluções para o problema. A bacia do Lis é um ícone da poluição nacional, uma imagem fortemente construída pelos media, em que a Ribeira dos Milagres, na verdade ribeira de Agodim, é por excelência o centro das atenções, pelas descargas frequentes de que é alvo e porque se estabeleceu um canal de comunicação privilegiado entre o movimento que localmente mais protesta e a comunicação social. Esta dinâmica gera os seus próprios conflitos, dada a luta pelo protagonismo entre os líderes locais. Por outro lado, tudo isto reflecte o descrédito da intervenção do Estado na concretização das políticas e na punição dos infractores. Para o poder político, o Lis é também (ou sobretudo) um ícone da solução para o problema dos efluentes suinícolas do país, que acaba por obliterar todos os outros problemas semelhantes noutros locais, também por resolver.

5. A questão ambiental, para a qual são adicionalmente convocadas preocupações de qualidade de vida e pontualmente de saúde pública, é uma das mensagens que obtém

maior visibilidade através de uma imagem de catástrofe ambiental (total) e de um conflito ambiental que atinge os mais altos responsáveis do país. Porém, essa somente corresponde a uma dimensão do problema, o qual se vê preenchido por um composto com influências recíprocas e que integra a componente política, económica, social e mediática, com as suas características (Esquema 1). A transformação deste problema em preocupação social deve-se mais à constatação da degradação da imagem da região no exterior, numa perspectiva de competitividade das regiões, e menos a uma preocupação pela deterioração dos ecossistemas. Enquanto isso, à escala local, a população está tão saturada da poluição como das promessas não concretizadas e do próprio fluxo de informação, preferindo nem ouvir falar do problema. Neste aspecto, o sentimento popular aproxima-se do das elites. Por razões diferentes – os primeiros porque sofrem demasiado com um problema que já julgam insolúvel; os segundos porque o problema das suiniculturas desqualifica a sua região, tal como os desqualificaria a eles, caso interviessem. Numa imagem algo grotesca, podemos dizer que estamos perante uma espécie de ‘chafurda’ de interesses que se auto-empatam, criando a noção de que o problema só se resolve a partir de actores distantes e não comprometidos. As eventuais exigências que um processo de certificação da carne de suíno implicaria poderiam ser uma das pistas, mas levariam tempo a dar resultados. Perfila-se, no entanto, a informação e o consumo como duas vias que podem determinar a mudança das práticas dos suinicultores e fazer evoluir o problema para uma solução que, desde os anos 80, se tem enredado numa teia bloqueante de interesses locais e regionais.

Esquema IX.1. Dimensões e características do problema ambiental na bacia do Lis



X

Conclusão

Apesar das condições criadas a partir da adesão à União Europeia, persistem condicionamentos na infra-estruturação do território português em termos de drenagem e tratamento de efluentes domésticos, bem como na recolha e tratamento dos efluentes produzidos em sectores-chave da economia portuguesa, que depois se repercutem na qualidade de vida das populações e no equilíbrio ecológico dos principais rios. Não obstante terem sido criadas as condições políticas, económicas, técnicas, mediáticas e cívicas, e de serem alcançados progressos, o país foi incapaz de atingir as metas a que se propôs na década de 90, as quais acabaram sucessivamente adiadas. Trata-se de uma situação difícil de inverter nos próximos anos, embora seja crucial fazê-lo, uma vez que poderemos estar perante a derradeira oportunidade para Portugal se modernizar com o apoio de fundos estruturais.

A nossa proposta foi no sentido de explicar os constrangimentos à concretização das políticas de saneamento, especificamente de esgotos, no período posterior à adesão à União Europeia, optando-se por recuar em termos cronológicos para compreender as raízes históricas do problema. Mostrámos com recurso a vários testemunhos, documentais e orais, que, em décadas anteriores, eram já identificadas algumas razões desse impasse, geralmente reconhecidas no enunciado de cada nova política mas esquecidas na fase de concretização. Mostrámos também que, no período posterior à adesão europeia, chegou a ser proposta “Uma estratégia para a resolução dos problemas de poluição hídrica em Portugal” (Sousa et alia., 1992) e chegou a ser feito o primeiro estudo integrado sobre o sector. Neste último caso referimo-nos ao estudo realizado em meados da década de 90 no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, no qual Jaime Melo Baptista e Rafaela Matos reconheciam a existência de factores políticos, técnicos e sociais que impediam a concretização das políticas e ensaiavam uma visão prospectiva sobre as iniciativas a desenvolver (Baptista e Matos, 1995).

Posteriormente a esse estudo, e apesar do que ele prognosticava, faltou um exercício de sistematização das dificuldades, faltou uma avaliação abrangente e com consequência nas práticas políticas e faltou, principalmente, a componente social, que prevalece subestimada

face às análises técnicas, económicas e estratégicas sobre o problema. Foi a constatação desse facto que nos levou a avançar com a hipótese dos factores sociais e serem absolutamente determinantes no sucesso ou insucesso das políticas de esgotos. Para se confirmar esta possibilidade, convocámos novas variáveis e demos relevo a explicações de cariz sociológico, por ser o nosso campo disciplinar e por se verificar que as explicações até agora fornecidas não apresentavam as pistas necessárias para a compreensão do problema. Definimos o nosso instrumento de análise a partir da matriz teórica da Sociologia do Ambiente e de alguns estudos específicos sobre a sociedade portuguesa sem, no entanto, abdicar do recurso a estratégias metodológicas que nos permitissem uma leitura mais abrangente. Propusémos uma abordagem genérica aos disfuncionamentos do sector e o aprofundamento de um estudo de caso, que passou por estudar as implicações sociais da poluição na bacia hidrográfica do rio Lis.

Procurámos enquadrar o problema, por um lado, a partir da sua transversalidade e longevidade e, por outro, na definição da própria unidade de análise, a qual não foi a poluição nos elementos técnicos que a caracterizam, mas sim a bacia hidrográfica, o rio, o esgoto, a descarga, a notícia, a denúncia, a proximidade, o comprometimento e o protesto ambiental. Em suma, a nossa unidade de análise foi, ao mesmo tempo, geográfica, histórica, simbólica e relacional, e incluiu pessoas e territórios em interações dinâmicas e em diversos momentos do processo.

Em termos de diagnóstico, as carências registam-se ao nível do atendimento das populações com serviços de drenagem e tratamento de esgotos, resultantes do desinvestimento nos sistemas em baixa da responsabilidade das autarquias. Este problema não se resolve apenas com meios financeiros, obriga à reorganização do sector das águas com vista à sua efectiva verticalização, o que encontra bloqueios na sua própria complexidade e na rede de interesses, por vezes divergentes, que colocam frente-a-frente empresas do sector, autarquias e Estado. Estão também sem solução os problemas gerados por sectores específicos, sobressaindo o sector suinícola que, ao adiar a sua reconversão para uma produção que respeite as regras ambientais, é responsável pela contaminação dos cursos de água que utiliza para se desfazer dos efluentes gerados, prática que tem graves impactos sobre os ecossistemas e sobre as populações mais próximas. É na bacia do Lis que este problema tem maior visibilidade e para ela chegaram a ser projectadas soluções colectivas em meados da década de 90 – como é o caso das ETAR da Bidoeira e Raposeira –, mas que fracassaram antes de serem utilizadas

por não se enquadrarem em nenhuma estratégia, nem promoverem a aplicação da “melhor tecnologia disponível”. Num processo pouco transparente, as soluções adoptadas, não só resultaram em fracasso imediato, como rapidamente se transformaram elas próprias num dos maiores focos poluidores da região ao concentrarem nas respectivas lagoas de retenção grandes quantidades de efluentes não tratados.

Ao contrário do modelo proposto por Bryan D. Jones e Frank R. Baumgartner, que aponta para um impulso de mudança relativamente rápido após um longo período de estabilidade, num processo cuja dinâmica é endógena, as políticas de esgotos em Portugal resultam essencialmente de pressões externas, aliás, referidas por Viriato Soromenho-Marques (1998), em que as soluções, apesar de ininterruptamente anunciadas como prioridades políticas, têm sido retardadas na sua resolução. Tal acontece, como refere Luísa Schmidt, justamente porque, apesar do impulso externo, falta preparação e predisposição endógena para o acolher (Schmidt, 2008a). Neste particular, verificamos que, às constantes promessas políticas, não corresponderam capacidades para a resolução dos problemas em grande parte dos casos.

O nosso objectivo passou por **explicar o insucesso das políticas de esgotos através do cruzamento da multiplicidade de causas que as bloqueiam**. Para validar a nossa hipótese, procedemos a uma intensa recolha de informação sobre o tema nas agendas política, mediática, cívica e ambiental, vindo a confirmar-se que o impasse na concretização das políticas de esgotos se deve essencialmente a factores de ordem política e social, ao exercerem uma enorme influência sobre uma gama alargada de outros factores e gerarem ‘entropia’ no processo. A nossa investigação começou por traçar um panorama geral sobre o processo de saneamento básico (i.e., esgotos) para depois se explicar a continuidade de alguns dos seus disfuncionamentos e que factores os podem explicar. O nosso estudo de caso centrou a atenção na problemática da despoluição da **bacia do Lis** por se tratar de um caso emblemático do insucesso das políticas de esgotos e um exemplo da incapacidade do Estado em “regular” os infractores, naquele que se pode considerar um caso laboratorial do ponto de vista nacional. Nomeadamente até, em aspectos como a tensão permanente entre o desejo de integrar a Europa em todas as suas componentes e a vontade de manter uma sociedade de cariz tradicional assente em vínculos, redes, poderes/influências e lideranças que invadem e ‘contaminam’ o espaço de decisão e concretização das políticas.

De forma muito sumária, estamos na presença de factores que se interceptam e que têm profundas raízes históricas, em que o **insucesso das políticas de esgotos** foi durante várias

décadas uma consequência dos condicionalismos financeiros existentes, da impreparação institucional, da falta de meios humanos e técnicos, da indefinição política, e das relações/tensões sociais locais – condições que se reflectiram nas estratégias adoptadas e no que podemos traduzir como ‘volatilidade técnica’, por se ‘evaporar’ o dinheiro e permanecer o problema, em resultado da aplicação de tecnologias nem sempre ajustadas às necessidades ou que depois não mereceram o devido cuidado. Por sua vez, a **não concretização da depoluição do Lis** resulta do efeito conjugado destes factores acrescida de dinâmicas sociais e estratégias sectoriais no sentido de ocultar os efeitos e bloquear possíveis soluções.

Verificamos que, muito embora o impasse na concretização das políticas de saneamento, especificamente dos esgotos, seja marcado por constrangimentos de ordem material e institucional, esses constrangimentos são, em parte, uma consequência da **internalização tardia dos problemas**, não só enquanto problemas sociais mas como prioridades políticas. Veremos, mais adiante, que a visibilidade política, mediática e cívica não superou esta dificuldade, resultando na saturação do tema na agenda pública e até na sua banalização. Essa internalização tardia tem retirado urgência à tomada de decisão no sentido de contrariar a poluição, ao construir rotinas de proximidade e habituação das populações relativamente ao problema que acabam por facilitar o seu arrastamento. Mas tem aumentado também a resiliência das associações cívicas locais, que não deixam de reagir aos atentados ambientais de maiores dimensões, desencadeando-se cada vez mais tensões sociais.

1. Breve historial. As raízes desta herança remontam ao período anterior à Revolução de Abril de 1974 e abrangem diversos domínios. A falta de planeamento e a incapacidade fiscalizadora do Estado são o resultado de constrangimentos mais amplos que entroncam com as dificuldades de implementar **políticas de ordenamento do território** e consequente **ausência de planeamento em vários domínios**. Por outro lado, o **modelo centralista do Estado** condicionou a relação entre o poder central e o poder local. Foi com a instauração da democracia em Abril de 1974 que as autarquias ganharam autonomia, “no pressuposto de que a autonomia do poder local era essencial à descentralização do poder do Estado e à necessária aproximação dos cidadãos aos processos políticos” (Pato, 2011: 168). Durante várias décadas as autarquias não tinham competências relativamente a muitas matérias, nem existiam canais de comunicação eficazes entre o poder central e local, persistindo uma contradição entre o que eram as suas competências legais e a real possibilidade de concretização das obras. Na generalidade dos casos as autarquias não dispunham de **recursos humanos e de capacidade**

técnica para concretizar as obras, e por ausência de transferência de verbas do poder central, não dispunham também de **meios financeiros**. Eventualmente também não se sentiram muito motivadas, encarando os melhoramentos a realizar essencialmente como encargos e não como benefícios para as populações. O **carácter facultativo dos melhoramentos a realizar** constituiu um entrave à concretização das políticas de saneamento e um dos factores responsáveis pela institucionalização de rotinas que secundarizaram o sector dos esgotos em detrimento de outras obras.

Do mesmo modo, os organismos da administração central e as empresas privadas não dispunham de meios humanos, condições institucionais, capacidade técnica e meios financeiros para darem resposta aos problemas. Pelo que se viam impedidas de proceder a um amplo diagnóstico, e à definição de uma estratégia, dos investimentos e obras a realizar que, caso avançassem, se degradavam por falta de meios humanos para fazer a manutenção dos equipamentos. Mostrámos que a **incongruência e inconsistência** dos dados estatísticos não permitiram uma correcta avaliação do problema e das suas dimensões, uma lacuna absolutamente decisiva nas candidaturas a Fundos Comunitários e que ainda persiste no que concerne à obtenção de dados sectoriais sobre os esgotos gerados por sectores como a indústria, agricultura, comércio e serviços.

Não deveremos esquecer que a falta de meios humanos, técnicos e financeiros, assim como a falta de integração dos problemas e das soluções na orgânica da administração pública, associadas à crónica incapacidade em fazer cumprir as políticas e à tradição em vazar todo o tipo de detritos para os cursos de água, conduziu a um certo laxismo que tornou o **Estado permissivo às infracções dos cidadãos e das empresas, quando não era ele próprio o infractor**. Este problema agrava-se com as dificuldades de funcionamento dos serviços inspectivos e da própria justiça. Por outro lado, não deveremos igualmente esquecer que, no período anterior à adesão à União Europeia, a Lei de Delimitação dos Sectores em 1977 retardou o avanço do sector, quer em termos de políticas públicas, quer no desenvolvimento do sector privado, um condicionamento apenas ultrapassado em 1993 com a alteração da referida lei, tema a que voltaremos mais adiante.

O tema obtém, entretanto, enorme visibilidade nas agendas mediática, política, técnica e cívica, sobretudo a partir da sua mediatização depois do arranque das TV's privadas (Schmidt, 2003). Contudo, a visibilidade não tem equivalência à sua entrada na agenda das prioridades políticas e cívicas. Vimos que, a partir da instauração da democracia, o nosso

atraso resulta da “falta de memória estratégica” que redundava no “zigzague das políticas”, de que nos fala Luísa Schmidt (2008), mas também da mudança dos responsáveis políticos, ressurgindo o tema com maior incidência em períodos eleitorais para depois voltar a ser praticamente esquecido. Já à escala local e regional, a não concretização das políticas, liga-se sobretudo à **invisibilidade enterrada dos esgotos**, encarados como redes que exigem elevados investimentos públicos, por vezes demorados, cuja obra final não se vê, e implica investimento dos proprietários das habitações, transtornos e custos fixos posteriores, o que leva os decisores locais, na lógica dos ciclos eleitorais, a preferir obras de maior visibilidade, remetendo para segundo plano a infra-estruturação dos municípios com redes de drenagem e estações de tratamento.

Com a adesão à União Europeia a questão financeira deixou de ser problema e foi gradualmente superada a falta de meios humanos e de capacidade técnica. No período inicial – da adesão ao I QCA (1986-1993) – o ambiente e, em particular o saneamento, não integrou os eixos prioritários do investimento, que privilegiaram a construção de infra-estruturas rodoviárias, a modernização da agricultura e da indústria e a capacitação de recursos humanos. Todavia o seu afastamento dos principais eixos de investimento não significou que não avançassem outros domínios sectoriais com incidência ambiental: o sector agro-pecuário recebeu apoio para modernizar as instalações, por exemplo, através do Programa Bem-estar Animal; várias indústrias avançaram com a assinatura dos primeiros contratos-programa; e avançou-se com a despoluição de alguns rios, como o Ave, o Alviela e a ria de Aveiro. Este período, que teve como primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva, foi ao mesmo tempo de abundância e de descontrolada utilização de dinheiro público, com total falta de avaliação sobre o destino dos fundos europeus. Estes chegaram muitas vezes a ser gastos em benefício próprio, por exemplo, na aquisição de veículos de grande cilindrada ou em moradias e propriedades, algumas fora do território nacional (Schmidt, 2007). Isto para além das falhas técnicas por demais frequentes. Tal como nos foi dito várias vezes ao longo desta pesquisa, construímos redes de drenagem e estações de tratamento subdimensionadas, com falta de articulação entre os sistemas em alta e os sistemas em baixa, e sem adequação dos processos de tratamento relativamente à natureza e quantidade dos efluentes. Muitas obras avançaram apenas porque havia dinheiro e havia um projecto. A falta de capacidade técnica e de recursos humanos, que ainda se fazia sentir durante a década de 90, resultou em investimentos que não receberam os devidos cuidados, e muitos nem sequer chegaram a funcionar por falta de operadores e de manutenção (MAOTDR, 2007a). Como afirmou David Catarino, ex-

presidente da Câmara Municipal de Ourém, algumas infra-estruturas começavam a degradar-se no dia a seguir à sua inauguração.

2. Saneamento adiado. A falta de planeamento teve também implicações nas opções tomadas, que recaíram sobre **soluções clássicas de construção de redes de drenagem e estações de tratamento**, por vezes de grandes dimensões, mesmo para localidades de dimensão reduzida e afastadas dos principais aglomerados. Ora, como não foram consideradas opções que tivessem em conta nem a evolução sócio-demográfica, nem o relevo, nem o tipo de solo, nem a distância à rede principal, os custos foram elevados e o investimento realizado foi, por vezes, desajustado da realidade. As extensas redes de drenagem e as grandes ETAR têm agora custos elevadíssimos de manutenção e funcionamento, em recursos humanos e em energia, sem se garantir a existência de um caudal mínimo para manter o seu funcionamento, um problema que se pode agravar dada a tendência de abandono da faixa interior do território por parte da população. Mais uma vez, esse não foi o único erro: **implementaram-se redes de drenagem mistas** sem qualquer preocupação de promover a construção de **redes separativas** para drenagem de efluentes e de águas pluviais. Este problema, ainda hoje por resolver, tem grandes implicações no funcionamento das redes e das estações de tratamento, que, em dias de chuva, passam a receber um volume acima da sua capacidade, tornando inoportáveis os custos de funcionamento e o desgaste dos equipamentos

Em termos de orientação política a publicação dos Decretos-Lei 372/93, de 29 de Outubro de 1993 e 379/93, de 5 de Novembro também de 1993, alteram a Lei de Delimitação dos Sectores de 1977 e promovem a separação entre sistemas multimunicipais e municipais, procedendo depois a uma redefinição entre sistemas em alta e sistemas em baixa. É inegável que as alterações introduzidas deram um grande impulso ao sector, mas com um senão, dado que passam a desenvolver-se a dois ritmos. Através da vertente em alta, o Estado quis promover o que chamou uma verdadeira indústria da água, que passou pela sua empresarialização, nomeadamente com a constituição do grupo Águas de Portugal – uma vertente que pelas suas características foi capaz de captar elevados montantes em Fundos Comunitários. Por seu turno, a vertente em baixa manteve-se como responsabilidade das autarquias ou dos respectivos SMAS, conservando muitos problemas identificados no período anterior, e mantendo uma capacidade reduzida para captar investimentos.

A empresarialização do sector foi um imperativo à aprovação do Plano de Desenvolvimento Regional 1994-1999, através do qual o Estado português garantiu o financiamento europeu a diversos projectos. Por outro lado, por força do PDR 1994-1999 o Estado definiu metas para o sector aplicadas a todo o território, o problema é que os dados que serviram de base à candidatura não espelhavam a realidade do país, que somente no ano seguinte deu início à sua inventariação de forma mais sistematizada e abrangente. Do mesmo modo, a definição de metas não substituiu a ausência de planeamento, sem o qual a obra não avançava, ou avançava apenas a componente que se achava melhor preparada. Foi o que aconteceu com o sector na vertente em alta.

Sem a definição de uma estratégia e sem uma visão do problema em termos territoriais e sectoriais, em que as respectivas opções técnicas tivessem em conta interesses e necessidades, o país avançou sem uma visão integrada. Nos sistemas em baixa as metas não foram atingidas e a melhoria da qualidade da água dos rios nacionais estagnou após um período de melhoria. Nos sistemas em alta avançou-se com investimentos de grande envergadura, por vezes acima das necessidades das populações e sem preocupações quanto ao seu posterior funcionamento. Perante a **abundância de recursos financeiros**, sobretudo a partir do II QCA (1994-1999), os critérios a aplicar limitaram-se ao cumprimento dos prazos estabelecidos e à execução orçamental dos projectos. E, como para gastar o dinheiro, era necessário existir um projecto, recorremos em muitos casos à **importação de projectos e tecnologia, nem sempre ajustados à nossa realidade**, “fomos importadores de projectos sem a serenidade para os adaptar às nossas condições” (José Manuel Alho). Ficámos sujeitos à pressão de *lobbies*, em parte estrangeiros, que tinham projectos e tecnologias disponíveis, mas também ficámos expostos à resistência interna à mudança por parte das próprias instituições públicas e de alguns profissionais do sector. Só assumindo a existência desses *lobbies* se entende que o PDR 1994-1999 tivesse como objectivo alcançar **metas absolutamente inatingíveis** como as que se propunha concretizar em poucos anos e, aliás, ainda hoje não totalmente concretizadas.

Não faltaram chamadas de atenção feitas por especialistas do sector. Jaime Melo Baptista, referido por João Pato, antes do grande do fluxo de fundos comunitários para o ambiente, criticava em 1992 os excessos na construção de infra-estruturas que privilegiavam a rapidez com o objectivo de cumprir calendários e a multiplicação de iniciativas sem que existisse uma estratégia nacional e sem exigências de qualidade (Pato, 2011: 174). Em suma, somente depois de se terem cometido variadíssimos erros e de serem gastas avultadas quantias de

forma ineficaz, é que o Estado português avançou na década de 2000 com uma estratégia para o sector: o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2000-2006 (PEAASAR I). Na prática o país inventariou e planeou, depois de iniciar a obra e depois de grande parte do investimento feito. O mesmo sucedeu a nível sectorial, em particular na procura de soluções para os efluentes resultantes da produção agro-pecuária, para os quais chegou a ser estudada uma solução em meados da década de 90, um estudo coordenado pelo engenheiro José Bicudo, do LNEC. Mas somente em 2007 o sector viu definida uma estratégia nacional: a Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais (ENEAPAI).

Relativamente ao **sector doméstico**, a menos de dois anos de se atingirem as metas do PEAASAR II (2007-2013), volta a colocar-se o problema da falta de meios financeiros para resolver o problema dos esgotos no país. Este problema já se fazia sentir nos sistemas em baixa, acentuando as dificuldades das autarquias, agravadas nos últimos anos pelas restrições colocadas ao seu financiamento, e pelo carácter praticamente difuso dos sistemas municipais e pelo insucesso das tentativas de verticalização do sector.

3. O caso Lis. Este é um quadro geral do país em termos de concretização das políticas de saneamento, especificamente de esgotos, nas últimas décadas, com natural incidência no processo de despoluição da **bacia hidrográfica do rio Lis**, para o qual concorrem factores que entroncam com dinâmicas sociais, históricas, políticas, mediáticas, económicas e técnicas. O Lis é um exemplo emblemático onde estas condições se encontram e extravasam para fora desta bacia, assumindo-se como exemplo exemplar do que se passa à escala do país – o que faz da região um laboratório para análise das relações sociais e da sua influência, tanto ao nível macro como micro, na definição e aplicação das políticas. Pelo seu histórico e características, a bacia do Lis é igualmente um caso laboratorial em termos de soluções de tratamento de efluentes provenientes do sector suinícola depois a extrapolar para todo o país e também um caso de longevidade na agenda da comunicação social.

Com recurso a várias fontes, documentais e não documentais, reconstruímos historicamente as transformações de uso e fruição das águas desta bacia, dando ênfase ao período de transição para um cenário de degradação ambiental que afectou vários cursos de água e mobilizou recursos financeiros, humanos, mediáticos e cívicos. Através de uma leitura ao mesmo tempo longitudinal e transversal às agendas política, técnica, mediática e cívica, procurou-se conhecer o âmbito e profundidade de um problema que se foi transmutando na

iconização mediática, política e cívica da poluição com origem nas suiniculturas concentradas em maior número no troço a montante **da Ribeira dos Milagres**.

A poluição da bacia do Lis encontra as primeiras referências na década de 60 no troço do próprio rio Lis a montante de Leiria, perante a ameaça ao abastecimento de água a esta cidade. E tudo indica que, na mesma altura, também o rio Lena se encontraria já poluído. No Verão de 1971 a poluição do rio Lis ganhou pela primeira vez relevância nacional, um episódio que se destacou por ocorrer em plena ditadura e por ser uma associação da sociedade civil (a Associação Regional do Centro de Pesca Desportiva) a denunciar o problema ao Presidente da Comissão Regional de Turismo de Leiria, vindo a merecer a reacção imediata da fiscalização no levantamento dos possíveis focos poluidores, naquele que constitui o primeiro levantamento do género. Em 1977 foi realizado novo levantamento das fontes poluidoras, o primeiro após a instauração da democracia. Este levantamento incidiu sobre a poluição que afectava o rio Lena, identificando como principais ameaças as suiniculturas, destilarias e lagares de azeite. Na bacia do Lis o impacto das suiniculturas seria maior no troço inicial do Lena (em Porto de Mós e na Batalha) e na Ribeira dos Milagres onde, no início da década, surgiu a primeira exploração de cariz industrial e as primeiras queixas sobre o seu impacto no meio hídrico. Nas zonas rurais o carácter difuso das suiniculturas, o seu enraizamento no tecido social e o facto de se tratarem de explorações familiares de dimensões reduzidas retiraria visibilidade à poluição, até porque os efluentes eram incorporados na fertilização dos solos. Pelo contrário, as suiniculturas existentes na malha urbana de Leiria constituíam um problema ambiental e uma preocupação de saúde pública, motivo para a autarquia mandar proceder à sua identificação.

A partir de 1978 os alertas converteram-se em certezas e mostraram o rio Lis em plena cidade ameaçado por esgotos de várias proveniências, destacando-se os esgotos urbanos da cidade e as descargas com origem nas oficinas da autarquia e no Hospital distrital. Os diversos alertas davam início a um novo período, em que a poluição hídrica viria a obter enorme visibilidade na comunicação social. A população reage ao seu agravamento dirigindo queixas aos Serviços Hidráulicos e aos respectivos representantes autárquicos. No esforço de denúncia e sensibilização foi fundamental a acção de alguns colaboradores dos jornais locais e regionais, assim como de diversos órgãos da administração pública sem intervenção directa no problema, principalmente das Juntas de Freguesia e das forças de segurança, incluindo-se aqui a denúncia da contaminação da foz do Lis feita pelo Posto Marítimo local ou directamente

pela Capitania do Porto da Nazaré. Quanto aos serviços de fiscalização procederam a sucessivas inventariações das fontes poluidoras e à averiguação das causas de cada atentado ambiental denunciado, porém, sem chegarem a qualquer conclusão, pelo que os processos não tinham consequência em termos de punição dos infractores ou na definição de uma estratégia preventiva.

Em particular no rio Lis, com o agravamento da poluição alteram-se os lares e a relação com o rio, o qual deixa de ser palco de provas de natação e concursos de pesca, e local privilegiado para passeios domingueiros em família, para se transformar em “caneiro poluído” e, conseqüentemente, em palco de denúncias e posteriormente de conflitos ambientais. O rio putrefacto, para o qual era atirado todo o tipo de detritos, viu na segunda metade da década de 80 a sua imagem retratada por relatos de destruição da fauna, com milhares de peixes a boiar nas suas águas. O troço do Lis a montante de Leiria, para o qual conflui a ribeira do Sirol (ainda hoje um das mais poluídas de toda a bacia), converteu-se no ‘carrasco’ de várias espécies piscícolas, que depois se amontoavam a jusante no percurso entre Monte Real e a foz, muitas vezes transformando em ‘cemitério’.

A adesão à União Europeia, em 1986, não colocou apenas a temática ambiental na agenda dos cidadãos, a data coincide com o anúncio da construção de infra-estruturas de saneamento básico e dos primeiros estudos sobre o problema, coincidindo com o agravamento da poluição, extensível a toda a bacia hidrográfica e com maior diversificação das fontes poluidoras. À contaminação com origem nas agro-indústrias tradicionais e nos esgotos urbanos de Leiria, acrescentavam-se novos focos poluidores: com origem em fábricas de rações, alumínio, resinas, mármore e celulose. Por sua vez, assistia-se ao agravamento de problemas existentes, quer decorrentes da evolução demográfica quer da incapacidade das infra-estruturas construídas darem resposta às necessidades, ou por terem sido subdimensionados ou não cumprirem a sua função, de que são exemplo, as ETAR da Batalha e Porto de Mós. Mas não cessa igualmente o lançamento de detritos para os cursos de água e a sua deposição nos algarves da Serra de Aire e Candeeiros, uma prática com consequências no abastecimento de água às populações e na poluição dos rios com origem no maciço calcário estremenho.

Em termos sectoriais, o aumento de escala da poluição resultou de alterações realizadas em diversas actividades económicas para aumentar a produção sem preocupações ambientais. Destacamos a descarga directa de grandes quantidades de efluentes com origem no matadouro

de Leiria, cujo sangue vivo mudava a cor do troço final do Lena e depois deixava vermelho o rio Lis. E destacamos a poluição com origem na destilaria existente na Golpilheira, que se prolongou até 2002 e constituiu um dos primeiros focos de mobilização cívica. Porém, foi o sector suinícola que mais se transformou e deu origem a um *cluster* produtivo que se fortaleceu nas décadas de 80 e 90. O impulso foi dado pelos bons resultados económicos das primeiras explorações, rapidamente replicadas sem qualquer preocupação ao nível do ordenamento do território e cuidados ambientais, e sem qualquer estratégia de desenvolvimento do sector. Os testemunhos recolhidos confirmam que o proliferar de suiniculturas teve a conivência do poder político, ao permitir a instalação e funcionamento de explorações sem licença, quase sempre instaladas junto aos cursos de água, servindo de vazadouro aos detritos produzidos por esta actividade.

À semelhança do que ocorreu à escala do país, a adesão à União Europeia teve reflexos a nível regional, nomeadamente, permitindo contar com o apoio de Fundos Comunitários para a concretização de infra-estruturas e proceder à reforma das instituições que tutelavam a bacia do Lis e o sector suinícola. No entanto, esse processo não se fez sem entraves e nem sempre apresentou os melhores resultados. Multiplicaram-se situações de conflito entre velhas e novas estruturas da administração pública pela definição de competências. Por outro lado, ao nível da tutela a ausência de uma estratégia, deu origem a intervenções de carácter meramente pontual e por vezes antagónico. Foi o que aconteceu com o apoio fornecido pelo Ministério da Agricultura à expansão do sector suinícola, com fundos provenientes, por exemplo, do Programa Bem-estar Animal, cujas verbas em geral não foram usadas para os fins a que se destinavam e, quando o foram, não manifestaram uma preocupação objectiva em resolver o problema ambiental, nem tiveram o melhor acompanhamento do Ministério do Ambiente.

Aproveitando a disponibilidade financeira, os suinicultores de Leiria avançaram com a construção das ETAR colectivas da Bidoeira e Raposeira, financiados em 85% com Fundos Comunitários. O problema é que a construção destas estruturas fez-se sem qualquer estratégia e numa altura em que a Associação de Municípios da Alta Extremadura (AMAE), em articulação com o Ministério do Ambiente, preparava a elaboração de um Projecto de Despoluição da Bacia do Lis e Ribeira de Seíça. Ou seja, construíram-se antes do projecto estar terminado, pelo que não tiveram qualquer utilidade nem lógica. Com o dinheiro gasto e o problema por resolver, o sector suinícola tentou, em 1995, obter mais fundos para adaptar as referidas estações à produção de biogás de modo a reduzir os respectivos custos de

manutenção, solicitação que lhe foi negada pelo Ministério do Ambiente. Posteriormente, a partir de 1997, já com David Neves como líder da Associação de Suinicultores do Concelho de Leiria, o sector foi procurando retardar a implementação de soluções para o tratamento de efluentes, recorrendo sucessivamente a argumentos economicistas para tentar isentar-se da necessária adaptação ambiental, pretensão que, aliás, tem encontrado receptividade junto de alguns elementos da classe política.

Não é só pelos motivos expostos que o Estado não está isento de culpas neste processo. O Estado não está igualmente isento por deixar transformar o ‘transitório’ em ‘definitivo’ e assim legitimar a poluição até se encontrarem soluções, expondo-se à chantagem e ao consecutivo adiamento de soluções. Por outro lado, paralelamente à ausência de uma estratégia e à indefinição de competências, assiste-se ao referido ‘zigzague das políticas’ e dos responsáveis políticos, também patente na transferência de competências por parte do Estado para outras entidades: primeiramente, do poder central para o poder local, encarregando a Associação de Municípios da Alta Estremadura (AMAE) pela realização dos estudos necessários à despoluição do Lis e construção de infra-estruturas de saneamento. Sendo a drenagem e o tratamento de esgotos uma competência das autarquias, um projecto daquela dimensão e natureza exigia, contudo, um acompanhamento sério por parte do poder central do protocolo assinado em 1994 com a AMAE. Certo é que o Projecto de Despoluição da Bacia Hidrográfica do Lis e Ribeira de Seíça acabou por ser chumbado em 1998 no concurso às verbas do Fundo de Coesão, ao ser preterido pela ministra Elisa Ferreira relativamente a outros cursos de água, mas também pelo facto da AMAE não ser, afinal, uma entidade reconhecida para a apresentação da candidatura. Seguidamente (1999), o Estado transferiu para a Simlis, empresa do grupo Águas de Portugal, a resolução do problema dos esgotos nos sistemas em alta e deixou com as autarquias a responsabilidade pelos sistemas em baixa. Quanto ao tratamento de efluentes resultantes da produção de suínos, a transferência de responsabilidades começou a desenhar-se em 2000 através da assinatura de um protocolo entre o Governo e os representantes dos suinicultores, mas só se torna efectiva com a criação da Recilis em 2003, de que daremos conta mais adiante.

A atribuição de competências aos suinicultores tem gerado controvérsia, não só pelas disputas entre as partes, mas porque a própria atribuição dessas competências é vista com desconfiança. A má imagem resultante da polémica construção das ETAR da Bidoeira e Raposeira, que nunca funcionaram ou funcionaram como depósito poluente, levam quem

discorda a não acreditar que quem polui tenha interesse em investir; por outro lado, não são reconhecidas à Recilis competências na resolução do problema, pois a vocação dos seus associados é produzir suínos, não é construir e gerir estações de tratamento. Esta crítica projecta-se nas infra-estruturas a construir, razão pela qual a Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas (ETES), obra da responsabilidade da Recilis que procederá ao pré-tratamento de efluentes suinícolas, é vista com cautelas face ao descrédito do sector suinícola e dos protagonistas envolvidos. A Recilis, que tinha sido apresentada como a solução para a resolução do problema, viu nos seis anos em que Humberto Rosa foi secretário de Estado do Ambiente (2005-2011) esgotar os fins para os quais foi criada, não por ter sido apresentada uma estratégia alternativa, mas porque os conflitos entre o governante e o responsável desta empresa travaram a possibilidade de ser encontrada uma solução colectiva para o problema. Um impasse que se mantém até hoje apesar do governo ter mudado, num processo em que David Neves, como responsável associativo e líder da Recilis e Ambilis, empresas com interesses eventualmente antagónicos, se vê sem espaço para mais adiamentos junto da classe política e dos suinicultores que representa.

A **desconfiança** não se projecta apenas sobre o sector suinícola, é transversal à sociedade leiriense. Por exemplo, tem implicações na mobilização das associações cívicas, tanto perante a possibilidade da institucionalização lhe retirar iniciativa, como nas divergências em termos de práticas e de territórios que ocupam; e tem também implicações na intervenção das elites, pelo seu possível comprometimento, quanto mais não seja pelo silêncio. Cumulativamente, a desconfiança não se limita à esfera institucional, tem rosto e nome, atinge empresários, técnicos, membros dos partidos, autarcas e líderes associativos.

4. Ruralidade antiga e moderna. O que caracteriza a bacia do Lis não é apenas a especialização e concentração da produção suinícola, é também a manutenção de dois modelos de sociedade dificilmente compatíveis. Por um lado, as exigências de uma **sociedade moderna de referência europeísta**, que aposta numa região com uma imagem renovada, aberta ao exterior, caracterizada pelo empreendedorismo dos seus empresários, promotora do bem-estar e qualidade de vida. E, nesse sentido, uma sociedade pautada pela defesa do ambiente que, por não tolerar a degradação ambiental, intervém na reforma ambiental, por exemplo, através da recolha e divulgação de dados e da participação no processo pela via institucional. Por outro lado, a manutenção de uma **sociedade tradicional rural**, que reconfigurou as suas lideranças em resultado dos proveitos obtidos com a actividade suinícola

para manter um modelo clientelar e de patrocínio apoiado em redes ao mesmo tempo difusas, densas e tentaculares, na influência que exercem sobre os seus membros e na sua capacidade para alargar a sua base de apoio.

O sucesso da actividade alcançado nas décadas de 80 e 90, associado ao seu enraizamento num contexto pós-agrário, reconfigurou o tecido social com novas lideranças, com os suinicultores a substituírem os proprietários rurais, e a promoverem segmentações verticais e novas formas de solidariedade horizontal. Uma reconfiguração que teve origem numa dinâmica endógena, com a expansão e industrialização da actividade pecuária a ocorrerem dentro de cada localidade e a partir dos seus membros. E resultou na manutenção e reprodução do que de mais intrínseco e conservador tem a sociedade rural, ao permitir preservar os seus traços identitários, baseados em laços de sangue e de solidariedade entre vizinhos, e em redes de pertença. Numa teia social em que estas redes, por não estarem desligadas “das economias locais e correlativas diferenciações sociais” (Silva, 1993: 513), se alargam a uma malha de espaços contíguos, o que revela o carácter absolutamente transversal como a actividade ocupa os territórios da economia e sociedade leiriense, com a particularidade de manterem a tendência dominante inscrita nos espaços rurais no sentido de se constituírem enquanto reservas de apoio aos poderes estabelecidos (Almeida, 1999: 343).

Estão em campo estratégias defensivas de resistência à implementação de um novo modelo de sociedade e de protecção ambiental que evitam a fragmentação deste modelo social baseado na coesão interna e na influência pessoal de alguns dos seus representantes, incluindo a dinâmica de emprego. A relação triádica não se estabelece entre camponeses, mediadores e câmara/Estado, como concluía Manuel Carlos Silva (1993 e 1998), mas entre suinicultores, associações cívicas e câmaras/Estado. Apresentando-se os suinicultores, sobretudo os de maior dimensão, como patronos nas estratégias que desenvolvem e no apoio que concedem a iniciativas locais, e a suinicultores com explorações de menor dimensão e de menores recursos sociais e económicos. Assim se mantêm antigas lealdades, cuja fidelidade é tanto maior quanto mais dependentes e vulneráveis se encontrem os de menor dimensão; assim se estabelecem redes de interesses recíprocos, uns na tentativa de manterem a sua pequena exploração a funcionar, dependendo de terceiros para escoarem a sua produção, outros na perspectiva de obterem benefícios materiais, sociais e simbólicos. A relação triádica envolve também o poder político, nacional e local, ao ser conivente com o sector nos aspectos

referidos e ao aceitar a ameaça do desemprego em detrimento da preservação do ambiente e modernização das explorações.

Numa visão mais lata, trata-se do que Luís de Sousa apelida de “corrupção estrutural ou cultural”, característica da realidade portuguesa, como consequência da conhecida “arte do desenrascanço”, que “pressupõe, não só, um espírito de sobrevivência individual numa sociedade carente de confiança social e institucional, como também redes de apoio familiares, de amizade ou partidárias fulcrais para o capital social de um indivíduo” (Sousa, 2011, 40-41). Trata-se de “um tipo de corrupção que não assenta no suborno e na troca directa dinheiro/decisões, mas que é construída socialmente, ao longo do tempo, através da troca de favores, de simpatias, de prendas e hospitalidade, etc” (Sousa e Triães, 2008:198). Uma corrupção ao mesmo tempo estrutural e difusa como as agro-pecuárias e a própria poluição dos porcos, por se basear numa rede de favores e na manutenção de antigos vínculos e proveitos, e que se manifesta, por exemplo, através da concessão de apoios a várias actividades festivas, em que o próprio estigma ligado à actividade é ultrapassado com a aquisição de bens materiais de excelência, que conferem aos detentores *status* social e capacidade de influência. Os “Mercedes” e grandes moradias são um espelho disso mesmo, porque conferem prestígio e funcionam como uma montra de prosperidade através das suas formas de exibição. São uma forma de fazer esquecer uma actividade económica poluente, logo, desqualificada, e são uma expressão de poder que permitem aos seus detentores ter muita gente ‘na mão’ e assim, tal como numa rede de drenagem, manter nódulos e vínculos sempre ligados entre si, como numa teia, alimentando este fluxo, onde nunca se sabe onde começa e acabam as cumplicidades. À ideia de um “porco fascista” apresentada por Tiago Saraiva (2010), e de um “porco estalinista” referida principalmente por Leland L. Glenna e Georgi V. Mitev (2009), temos na região um “porco capitalista”, não pela sua capacidade produtiva (Ladd e Edwards, 2002), mas porque através do controlo sobre os territórios, sobre as políticas, e sobre as dinâmicas sociais e económicas, é bem sucedido na manutenção de antigos vínculos e lideranças.

Esta rede clientelar não faz apenas parte do passado. As alterações que o sector suinícola se viu obrigado a implementar por força da aplicação do Regime do Exercício da Actividade Pecuária (REAP) e a pressão social para se modernizar, não estabelecem apenas as regras de protecção ambiental que as explorações devem respeitar, mas anseiam pela sua efectiva industrialização, o que deixa para trás os pequenos proprietários, com menor capital cultural,

técnico e financeiro, e de idade mais avançada. Contudo, mais uma vez, isso não significa, obrigatoriamente, que se desfragmente toda esta rede; o número de membros é que se vê reduzido por força da diminuição gradual do número de explorações, a par da maior capacidade das empresas de maiores dimensões em competirem no mercado. Em consequência, assiste-se actualmente a nova reconfiguração da rede que, em alguns casos, remete os pequenos produtores para a condição de assalariados naquelas que eram as suas explorações.

Por outro lado, esta dinâmica não é exclusiva de uma localidade, nem entronca apenas num sector. Como já se assinalou, encontramos dinâmicas semelhantes no posicionamento das elites e dos movimentos sociais que aspiram, ao mesmo tempo, ao lugar de mediadores e ao reconhecimento do seu papel para assim consolidarem territórios e lideranças. As elites tanto demonstram alguma abertura como resistência, posicionando-se, ora como promotoras da mudança, ora como guardiãs da tradição, na medida em que estão expostas a um clientelismo de base económica, resultante da reconfiguração da economia campesina em economia suinícola, mantendo as suas ramificações sociais, económicas e políticas locais. Trata-se de um tipo de clientelismo em que o mediador pode ser um catalisador de resistência, tese que retiramos igualmente de Manuel Carlos Silva, quando refere que em determinadas formações e períodos históricos certos notáveis locais, em função das suas posições de domínio, têm liderado a resistência a “processos de modernização e de incorporação na economia e sociedade envolventes” (Silva, 1993: 493).

Ainda que as elites (políticas, empresariais, tecno-científicas) possam ser vistas como mediadoras, por vezes abdicam desse papel, deixando-o às associações cívicas, à comunicação social e até às autarquias. Mas mesmo as associações cívicas não escapam à dupla dinâmica que caracteriza a sociedade leiriense. Na tentativa de garantirem o seu protagonismo as associações representam o que Leiria tem de moderno e a tentativa de manutenção de traços de uma sociedade rural, pelo que preferem ser fiéis ao que consideram as suas características para assim perpetuarem a sua influência. E assim se expõem a disputas entre si na tentativa de delimitarem territórios físicos e simbólicos, e em ‘duelos’ que desviam a atenção dos problemas e, entretanto, não contribuem para a resolução da despolação da bacia do Lis. A descarga ocorrida em 2003 não deu apenas visibilidade à poluição suinícola, alargou o debate público sobre o problema e criou profundas divisões entre os grupos que contestam a poluição, questionando a legitimidade dos mediadores já estabelecidos. A criação

de associações locais abriu um foco de conflito com as associações regionais, que assim se viram ultrapassadas por movimentos mais informais e reactivos, ao mesmo tempo mono-temáticos e com uma área de intervenção circunscrita. As associações regionais, ao rejeitarem uma solução conjunta, que passaria, por exemplo, pela criação de uma plataforma pelo Lis, não rejeitam apenas a ideia de consenso, afastam-se da sua base de apoio, um afastamento que é tanto maior quanto maior for a sua institucionalização e menor for a empatia relativamente ao seu líder.

Do mesmo modo, encontramos dinâmicas semelhantes no papel desempenhado pelas autarquias. O poder local não sai isento neste processo, desde logo pela convivência tácita com determinados sectores económicos, com destaque para o suinícola, e por representar interesses antagónicos. Também às autarquias se pode aplicar a expressão “quem polui não pode exigir”, não por serem actualmente responsáveis directas pela poluição, mas porque, ao não avançarem com a resolução do problema dos esgotos domésticos em baixa, ficam sem argumentos para exigir dos suinicultores uma solução para os problemas que estes geram.

Quanto à administração pública, mostrámos que muitas das primeiras denúncias tiveram origem em funcionários dos serviços da administração pública, surgindo em diversos casos como mediadores entre as populações afectadas e os serviços com competência em matéria ambiental. Em particular na década de 90 foi determinante na denúncia dos atentados ambientais a figura de Henrique Pinto, responsável pela Autoridade de Saúde de Leiria até 2002.

A criação na região de associações de defesa do ambiente trouxe um novo impulso, na medida em que passaram a apresentar-se como receptoras e emissoras das preocupações dos cidadãos, e a serem alvo da atenção mediática, nomeadamente, na denúncia dos atentados ambientais, ao produzirem informação sobre o problema e ao avançarem com propostas no sentido da sua resolução. Através da comunicação social ou de acções directas, as associações têm sido determinantes na consciencialização das populações e dos responsáveis políticos para a gravidade e características da poluição. O consenso alcançado no momento de criação da Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres não foi apenas uma reivindicação no sentido de terem voz, foi também um repto das elites no sentido de serem encontrados outros canais para forçar uma decisão, mas sem se exporem directamente. O único senão foi que o movimento se refundou demasiado na figura do seu porta-voz e em tácticas de protesto com interesses divergentes.

A esperança que existiu ao nível das políticas esbarrou com o referido pára-arranca das políticas, com interesses sectoriais e regionais e, posteriormente, com as divergências entre Humberto Rosa, ex-secretário de Estado do Ambiente, e David Neves na qualidade de dirigente da Recilis. Remeter o tratamento de efluentes suinícolas para segundo plano foi legitimar a poluição com origem neste sector e adiar a procura de soluções que, por serem de difícil resolução e morosas, foram deixadas à sua sorte. Este era, não só um dos aspectos mais polémicos, como exigia atenção redobrada, mas o que se fez foi evitá-lo. O seu reconhecimento foi possível porque a grande descarga ocorrida em 2003 mostrou que era impossível continuar a escondê-lo. O que aconteceu nesse ano não foi apenas o reconhecimento do problema ambiental em si, foi, acima de tudo, o reconhecimento da degradação da imagem da região e da necessidade dos seus responsáveis agirem rapidamente de modo a evitarem expô-la mais. A dimensão da descarga obrigou a admitir ser urgente encontrar uma solução para os efluentes suinícolas. O mesmo sucedendo com os sistemas em baixa, não concretizados por incapacidade e opção política das autarquias. Embora a construção dos sistemas em baixa seja uma reivindicação das Juntas de Freguesia a ligação das habitações à rede pública é ainda uma dificuldade por ultrapassar e um possível foco de conflito, dificuldades que conduzem ao adiamento do saneamento por parte das câmaras, que têm privilegiado obras de maior visibilidade e menor dificuldade de execução.

5. Suinobyl e iconização da poluição da Ribeira dos Milagres. Não foi por falta de atenção política, cívica e mediática que o processo falhou. As estratégias de visibilidade são determinantes neste processo, pois tanto servem para expor o problema como, ao enfatiza-lo, tornar invisíveis outros focos poluidores e outros cursos de água. A poluição da bacia do Lis polariza todas as agendas analisadas, todavia, praticamente não tem ressonância na concretização das políticas. Podemos mesmo afirmar que o anúncio sucessivo da despoluição é usado como estratégia para desgastar o tema e adiar soluções, concentrando as atenções na ameaça de desemprego e na saturação mediática, cívica e política. Uma estratégia que não se pode apenas apontar a quem polui. Mostrámos que a região tem sido motivo de visita de governantes, de deputados e de líderes partidários, uns com sucessivas promessas de resolução do problema e outros reforçando os sinais de indignação face a esse adiamento, como foi o caso de Mário Soares em 1994.

A atenção que a poluição da bacia do Lis e da Ribeira dos Milagres recebeu por parte da comunicação social resulta da sua própria evolução e das transformações ocorridas na

sociedade portuguesa, destacando-se acontecimentos estruturantes como o 25 de Abril de 1974, a adesão do país à União Europeia em 1986 e o surgimento das televisões privadas. Esta bacia mereceu atenção da comunicação social nacional muito prematuramente, passando a marcar o processo. Primeiro, pela reprodução de artigos publicados em órgãos de comunicação de base nacional na imprensa regional e pela colaboração de correspondentes locais. Depois, foi reforçada com o surgimento de um novo semanário na região, competindo os dois semanários entre si por um lugar na divulgação de notícias e por serem uma referência na região.

Sem se ignorar o simbolismo de episódios como a publicação da notícia “Catástrofe de Suinobyl” em 1988 (Independente, 03-06-1988; RL, 10-06-1988; JL, 29-7-1988) e a visita de Mário Soares em 1994, podemos dividir a poluição registada na bacia do Lis após a adesão à União Europeia em dois grandes momentos: 1) de 1 de Janeiro de 1986 a 14 de Setembro de 2003; 2) e de 15 de Setembro de 2003 até hoje. **O primeiro momento** é caracterizado por uma enorme diversidade de fontes poluidoras, de cursos de água afectados e de protagonistas envolvidos. **O segundo momento** reporta-se quase em exclusivo à poluição suinícola que afecta a Ribeira dos Milagres, confundindo-se, por vezes, a parte com o todo e é marcado pela denúncia das descargas ambientais através da comunicação social. A descarga ocorrida a 15 de Setembro de 2003 transformou a poluição da Ribeira dos Milagres em ícone da poluição hídrica nacional, o que retirou visibilidade a outras fontes poluidoras na região e tornou invisíveis problemas semelhantes ao nível do país. A visibilidade da poluição com origem nas suiniculturas a montante da Ribeira dos Milagres facilita a ocultação de outras fontes poluidoras, ainda que na própria Ribeira as descargas possam ter por vezes outra proveniência. Vimos que apesar da insistência da Oikos, da Quercus e de vários especialistas, as agendas mediática e política se focam exclusivamente neste ponto, o que retira relevo a outros focos poluidores (esgotos domésticos, industriais e poluição difusa da agricultura), assistindo-se ao progressivo deslocamento da poluição para fora de Leiria e à ocultação da poluição no troço final do Lis.

É verdade que as águas do Lis deixaram de arrastar peixes mortos até à foz, o que não é de estranhar, pois, após grandes vagas de mortandade, poucos restaram. Por outro lado, o menor caudal da Ribeira dos Milagres, associado à frequência e dimensão de descargas poluidoras tende a produzir imagens de maior dramatismo, podendo a ‘invisibilidade’ da poluição na cidade de Leiria ser justificada pela ausência de cor e de cheiro. Porém, tal não significa que

não existam estratégias de ocultação da poluição neste troço do Lis, lembre-se que a Ribeira do Sirol, que desagua a montante da cidade, se mantém como um dos pontos críticos de toda a bacia. Devido a estratégias de ocultação as ausências repetem-se no troço final do Lis, à saída de Monte Real, em que o designado colector de Amor, outro dos pontos críticos, está também ausente das agendas mediática e política; e repetem-se igualmente na Praia da Vieira, onde as preocupações ambientais são definidas pelo calendário da época balnear e pela importância económica da actividade turística que a caracteriza. Outro exemplo de ocultação, ou esquecimento tácito, é o da contaminação dos algares na Serra de Aire e Candeeiros, resultante da deposição de detritos e da sua incapacidade natural de depuração. Não devemos esquecer a poluição difusa com origem na agricultura, que sem se ver nem cheirar está por todo o lado. Tal como não devemos esquecer a poluição com origem na indústria, marcada sobretudo pelo que não se sabe. Aqui se enquadra igualmente a poluição com origem no sector doméstico, no que concerne aos sistemas em baixa, cuja estratégia de ocultação passa por não atrair a atenção, concentrando-a na polémica do tratamento de efluentes suinícolas.

A iconização da Ribeira dos Milagres tem também efeito ao nível do país, principalmente quando em causa está a poluição com origem no sector suinícola, que vê garantida a sua invisibilidade (ofuscada pelos Milagres) apesar de afectar diversas regiões. Pela proximidade geográfica um dos casos que nos causou maior perplexidade foi o da bacia do rio Alcoa, associada à produção de suínos no concelho de Alcobaça, o qual integra o mesmo distrito e produz praticamente a mesma quantidade de suínos que o concelho de Leiria. Concluímos que a maior visibilidade da Ribeira dos Milagres resulta da conjugação de vários factores, destacando-se: i) o histórico do problema; ii) as características da sub-bacia (por exemplo, com menor caudal e menor disponibilidade de solos agrícolas); iii) a concentração das explorações numa área mais reduzida; iv) a proximidade com a cidade de Leiria, cujo abastecimento de água às populações se viu por diversas vezes ameaçado; v) o facto de estarem sedeados em Leiria dois semanários de referência; v) a existência de protagonistas que alimentam o fluxo noticioso da comunicação social regional e nacional; vi) à ausência de consensos entre associações de defesa do ambiente; vii) a maior exposição à desconfiança do sector suinícola nesta bacia, resultante do seu histórico e lideranças, e da inconsequência das suas intervenções; viii) a ineficácia das políticas públicas e das acções inspectivas; ix) não deveremos esquecer que a Ribeira Milagres (e o Lis) não é apenas um ícone da poluição suinícola nacional, é igualmente o laboratório onde se testaram (ou pelo menos onde se discutiram) soluções, que no caso de serem bem sucedidas poderiam ser replicadas em todo o

país; x) por último, a maior visibilidade surge igualmente marcada pelo facto de se identificarem na bacia do Lis condições sociais propícias ao despoletar de conflitos e tensões sociais resultantes da incompatibilização de dois modelos de sociedade: um que deseja integrar uma sociedade de valores europeístas, defensora do ambiente e qualidade de vida das populações, e que recolhe e divulga informação ambiental como forma de ultrapassar a ineficácia do Estado nesta matéria; outro, que procura manter uma sociedade rural baseada em vínculos, redes e favores, sendo este que acaba por dominar, até pela forma como apoia e financia muitos eventos locais.

Em suma, podemos dizer que a enorme visibilidade da poluição do Lis não tem tido eco na concretização da despoluição da bacia do Lis, apesar do tema proliferar de forma abundante nas diversas agendas política, técnica, mediática e cívica. A primeira resposta que obtivemos quanto aos motivos da sua não concretização aponta para **falta de vontade política do poder central e local**, dimensão a que deveremos acrescentar a **tardia integração do problema na esfera das preocupações sociais**, e dessa forma, a sua inscrição efectiva como prioridade social e política. Por outro lado, constatámos que, à semelhança do país, também na região se têm feito sentir constrangimentos de **ordem institucional, técnica, humana e financeira**, agravados pela **ausência de orientações políticas**, que se repercutem no **desordenamento do território** e na elaboração tardia de **uma estratégia** (nacional, regional e sectorial), e na **incapacidade da administração pública punir os infractores**. Como se isso não bastasse, regista-se uma enorme **permeabilidade do Estado** face aos argumentos de quem polui e uma **difícultade crónica em saber lidar com situações de conflito social**, optando por retardar as soluções, expondo-se à influência de terceiros, uma influência que é tanto maior quanto maior for o enraizamento social da actividade suinícola e a densidade da rede que atravessa. Os conflitos não são somente uma reacção às descargas ambientais, mas reflectem tensões sociais permanentes e difusas, e de **estratégias de ocultação e de perpetuação de vínculos e lideranças** assentes no **caciquismo e em interesses nem sempre transparentes**, facto que conduz à desconfiança e à falta de transparência do processo em momentos-chave, acabando o próprio Estado por ser um dos visados, dada a sua cumplicidade feita sobretudo dos “não ditos” no processo.

Ultrapassar este impasse implica, acima de tudo, a determinação política que tem faltado, somente possível de alcançar através de um debate alargado entre as partes, em que estas se

comprometam assumir as suas responsabilidades. Esse debate deve ser aberto, para evitar qualquer tentativa de manipulação da informação, devendo ser faseado até que seja escolhida a melhor opção técnica a implementar e o melhor modelo de gestão. Nele deve ser integrado o saber até agora adquirido, até como forma de evitar o ‘eterno retorno’ às soluções desadequadas.

Num cenário marcado pela falta de meios financeiros e pelo histórico do processo devem ser ponderadas as responsabilidades de concretização e futura gestão do projecto, sem se querer com isto afirmar que o Estado deva assumir essa responsabilidade, dado que neste momento tal representaria mais um retrocesso. O Estado deve em contrapartida assumir a responsabilidade pelo funcionamento da Recilis, cujo futuro está em suspenso sem atribuição de licença colectiva para espalhamento de efluentes e futuro tratamento na ETES – ainda por construir. Do mesmo modo, cabe aos suinicultores e aos seus representantes repensar o futuro da Recilis na sua ambivalência com a Ambilis⁸⁸. Por último, importa lembrar que a despoluição da bacia do Lis não passa exclusivamente pelo tratamento dos efluentes suinícolas. É necessário avaliar o impacto das restantes fontes poluidoras e avançar com medidas preventivas e punitivas, caso contrário, acabaremos por assistir apenas a mais um deslocamento das atenções sobre a poluição, por exemplo, para Leiria, para a ribeira da Várzea ou para o colector de Amor, em que ganham visibilidade outras fontes poluidoras. Assim como devem ser tidos em conta os alertas da população de Amor, não como mera contrapartida à construção da ETES, mas como reivindicação e alerta para problemas ambientais ou de saúde pública que estejam a afectar esta comunidade.

Terminamos com duas referências ao quadro teórico-analítico que serviu de orientação ao nosso trabalho. A primeira, para dizer que, tal como propusemos no Capítulo II, só analisando todas as arenas ficámos com uma leitura integral do problema. A segunda, para sublinhar que nenhuma das duas propostas teóricas apresentadas – a abordagem da Justiça Ambiental e a Teoria da Modernização Ecológica (TME) – vê reunidas na bacia do rio Lis as condições que permitam explicar a sua especificidade. No que diz respeito à Justiça Ambiental, verificamos

⁸⁸ A Ambilis é uma empresa constituída em 2002, composta maioritariamente por suinicultores para fazer a gestão, recolha e transporte de efluentes pecuários e outros resíduos, possuindo para o efeito camiões cisterna. Já a Recilis – Tratamento e Valorização de Efluentes, S. A., foi constituída em 2003 (e formalizada no ano seguinte) por pressão do ministro do Ambiente Amílcar Theias para encontrar uma solução para o destino final dos efluentes das suiniculturas, tem como accionista maioritário a Ambilis (ou seja, os suinicultores), empresas dos sectores suinícola e rações, assim como associações do sector e a Associação de Municípios da Alta Estremadura. De salientar que, David Neves é responsável por ambas as empresas e pela Associação de Suinicultores do Concelho de Leiria.

que o conjunto de benefícios ocultos gerados pela produção de suínos nesta região, criam uma rede de interesses e de solidariedades que impede a manifestação de situações de injustiça ambiental, pois, devido aos benefícios trazidos pelos proveitos das suiniculturas e apoio a actividades locais, cria-se uma espécie de consentimento geral que, não só admite a continuação da poluição, como o adiamento das políticas de despoluição. Ainda assim, damos conta da existência de indícios de saturação que se começam a agudizar – o que cria uma situação potencial para se poderem vir a manifestar fenómenos de injustiça ambiental. Esta poderá ser mais pronunciada caso esta rede cesse os apoios e benefícios às populações e autarquias num cenário de crise económica agravada. Quanto ao modelo da TME também não abrange todas as variáveis da complexidade do caso, pois, tanto as tecnologias, como o dinheiro, o Estado, os movimentos cívicos e os *media* – i.e., a democracia – não conseguiram resolver o problema ambiental. Contudo, o modelo da TME na sua última versão, com base numa reconfiguração das redes, dos fluxos e dos nós, aponta novas dinâmicas ao processo. Ou seja, a solução para o problema poderá vir através de outros polos, designadamente, a partir de novos protagonistas, entre os quais, dos consumidores que pressionem a certificação da produção, ou de empresários sem ligação à região ou ao sector suinícola, que ali se estabeleçam numa lógica empresarial moderna, sem envolvimento das tradicionais redes e cumplicidades da tradição ruralista.

XI

Bibliografia

- AAVV. (1902). *Regulamento para os serviços de correcção no regime da bacia do rio Liz e melhoramentos dos campos de Leiria, aprovado por Decreto de 24 de Dezembro de 1901*. Lisboa. Imprensa Nacional.
- Adeola, Francis O. (2001). “Environmental Injustice and Human Rights Abuse: The States, MNCs, and Repression of Minority Groups in the World System”. in *Human Ecology Review*. Vol. 8. N.º 1. pp. 39-59.
- AFVL (1999). *Acta de 24 de Junho de 1999*. Vieira de Leiria. Assembleia de Freguesia de Vieira de Leiria.
- Agudo, Pedro Arrojo (1999). “El valor economico del agua”. in *Afers Internacionals*. N.ºs 45-46. pp. 145-167.
- Agudo, Pedro Arrojo (2001). “Hacia una nueva cultura del agua”. in *Cuadernos del CENDES*. Universidad Central de Venezuela. Vol. 22. N.º 59. pp. 139-143.
- Agudo, Pedro Arrojo (2005), “Las Funciones del Agua: Valores, Derechos, Prioridades y Modelos de Gestión”, in AAVV. *Lo Público y lo Privado en la Gestión del Agua – Experiencias y Reflexiones para el Siglo XXI*. Ediciones del Oriente y del Mediterráneo, Madrid.
- Agudo, Pedro Arrojo (2009). “O desafio ético da sustentabilidade na gestão da água”. in *Conferência Gulbenkian “O ambiente na encruzilhada. Por um futuro Sustentável. Lisboa”*. 27 e 28 de Outubro de 2009.
- Agudo, Pedro Arrojo et alia. (1997). “Fundamentos para una gestión del agua coherente com un modelo de desarrollo sostenible”. in *Actas do I e II Seminario del Agua (Espanha)*. pp. 167-190.
- Allen, William H. (1903). “Sanitation and social progress”. in *The American Journal of Sociology*. pp. 631-643.

- Allen, William H. (1909). *Civics and health*. E-book disponível em Novembro de 2009 em <http://www.gutenberg.org/files/21353/21353-h/21353-h.htm>
- Almeida, João Ferreira de (1999). *Classes sociais nos campos: camponeses parciais numa região do noroeste*. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. 2ª edição.
- Alves, Jorge Fernandes (2005). “Emigração e sanitarismo – Porto e Brasil no século XIX”. in *Ler História*. N.º 48. pp. 141-156. Disponível a 15 de Fevereiro de 2012 em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo11231.pdf>
- Alves, Olympio Duarte (1963). *Monte Real. Costumes e tradições das Terras de Ulmar*. Leiria. Edição do autor.
- AMAVE (1993). *Plano Estratégico do Vale do Ave*. Guimarães. Associação de Municípios do Vale do Ave.
- AML (2002). *Acta de 30 de Abril de 2002*. Leiria. Assembleia Municipal de Leiria.
- Anderson, Alison (2002). “The Media Politics of Oil Spills”. in *Spill Science & Technology Bulletin*. Vol. 7. N.ºs 1-2. pp. 7-15.
- Anderson, Alison (2009). “Media, Politics and Climate Change: Towards a New Research Agenda”. in *Sociology Compass*. Vol. 3. N.º 2. pp. 166-182.
- André, José Nunes e Maria de Fátima Neves Cordeiro (2002). “Evolução do troço terminal do Rio Lis”. in *Territorium*. N.º 9. pp. 123-134.
- Andreen, William (2003). “The Evolution of Water Pollution Control in the United States - State, Local, and Federal Efforts, 1789-1972: Part I”. in *Stanford Environmental Law Journal*. Vol. 22. pp. 145-200.
- Andrews, Kenneth T. e Bob Edwards (2005). “The organizational structure of local environmentalism”. in *Mobilization. An International Journal*. Vol. 10. N.º 2. pp. 213-234.
- Andrews, Kenneth T. e Neal Caren (2010). “Making the News Movement Organizations, Media Attention, and the Public Agenda”. in *American Sociological Review*. Vol. 75. N.º 6. pp. 841-866.

- APA (2011). *Relatório do Estado do Ambiente. REA 2011. Portugal*. Amadora. Agência Portuguesa do Ambiente (APA).
- Araújo, Ana Paula (coord.) (1990). *Monografias sobre as bacias hidrográficas do Norte de Portugal: A bacia hidrográfica do Rio Ave*. Porto. Projecto de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos do Norte. Direcção Geral dos Recursos Naturais.
- ARH Centro (2011). *Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas do Vouga, Mondego e Lis. Coimbra. Resumo Não Técnico*. Coimbra. Administração da Região Hidrográfica do Centro/Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Disponível a 27 de Abril de 2014 em <http://www.arhcentro.pt/website/LinkClick.aspx?fileticket=S4FZHu%2boSpU%3d&tabid=583>
- Baptista, Fernando Oliveira (1993). *A política agrária do Estado Novo*. Porto. Edições Afrontamento.
- Baptista, Fernando Oliveira (2001). *Agriculturas e territórios*. Oeiras. Celta Editora.
- Baptista, Jaime Melo e Maria Rafaela Matos (1995). *Gestão de sistemas de saneamento básico. Vol. I. O saneamento básico em Portugal*. Lisboa. MARN/LNEC.
- Barbosa, Luiz C. (2009). "Theories in Environmental Sociology". in Kenneth A. Gould e Tammy L. Lewis (Ed.). *Twenty Lessons in environmental sociology*. Nova Iorque e Oxford. Oxford University Press. pp. 25-44.
- Barnes, David S. (2006). *The Great Stink of Paris and the nineteenth-century struggle against filth and germs*. Baltimore. The Johns Hopkins University Press.
- Barreto, António (org.) (1996). *A situação social em Portugal 1960-1995*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.
- Barreto, António (org.) (2000). *A situação social em Portugal 1960-1999. Volume II. Indicadores sociais em Portugal e na União Europeia*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.
- Baumgartner, Frank R. (2006). "Punctuated equilibrium theory and environmental policy. Punctuated equilibrium and the dynamics of US environmental policy". pp.24-46. Disponível a 16 de Abril de 2012 em <http://www.policyagendas.org/biblio/author/21>
- Beck, Ulrich (1992). *Risk society: towards a new modernity*. Londres. Sage Publications.

- Beck, Ulrich (2000). “A reinvenção da política. Rumo a uma teoria da modernização reflexiva” in Beck, Ulrich, Giddens, Anthony e Scott Lash. *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética no mundo moderno*. Oeiras. Celta Editora. pp. 1-51.
- Berger, Gerald et alia. (2001). “Ecological Modernization as a Basis for Environmental Policy: Current Environmental Discourse and Policy and the Implications on Environmental Supply Chain Management”. in *The European Journal of Social Science Research*. Vol. 14. N.º 1. pp. 55-72.
- Bicudo, José Roberto e António Albuquerque (1995). *Caracterização das explorações de suinicultura relativamente aos sistemas de protecção ambiental*. Lisboa. LNEC/FPAS.
- Bicudo, José Roberto et alia. (1996). *Plano de adaptação à legislação ambiental pelo sector da suinicultura. Vol I e II*. Lisboa. LNEC.
- Bonanno, Alessandro e Douglas H. Constance (2001). “Corporate strategies in the global era: The case of mega-hog farms in the Texas panhandle region”. in *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*. Vol. 9. N.º 1. pp. 5-28
- Bonnemazou, Camille, et alia. (2008). “Paradoxe de la critique – L'élevage porcin en Bretagne à l'épreuve de ses détracteurs (01:05:29)”. in *Archives Audiovisuelles de la Recherche*. Disponível a 15 de Fevereiro de 2012 em http://www.archivesaudiovisuelles.fr/FR/_video.asp?id=1557&ress=4882&video=113838&format=68
- Bookchin, Murray (1998). *Textos dispersos*. Lisboa. Socius.
- Borrego, Carlos et alia. (org.) (1991). “Ria de Aveiro: que futuro?” in *Actas do IV Encontro Nacional de Saneamento Básico*. Coimbra. Comissão de Coordenação da Região Centro.
- Brulle, Robert J. (2009). “U. S. environmental movement”. in Kenneth A. Gould e Tammy L. Lewis (Ed.). *Twenty Lessons in environmental sociology*. Nova Iorque e Oxford. Oxford University Press. pp. 211-227.
- Brulle, Robert J. e David N. Pellow (2006). “Environmental Justice: Human Health and Environmental Inequalities”. in *Annual Review of Public Health*. N.º 27. pp.103-124.

- Burns, Thomas J. e Terri LeMoyne (2001). "How Environmental Movements Can Be More Effective: Prioritizing Environmental Themes in Political Discourse". in *Human Ecology Review*. Vol. 8. N.º 1, pp. 26-38.
- Buttel Frederick et alia. (2002). "Sociological theory and the environment: an overview and introduction". in Dunlap, Riley et alia. (Ed.). *Sociological Theory and the Environment. Classical Foundations, contemporary insights*. Lanham. Boulder. Nova Iorque. Oxford. Rowman & Littlefield Publishers, Inc. pp. 3-32
- Buttel, Frederick H. (1987). "New Directions in Environmental Sociology". in *Annual Review of Sociology*. Vol. 13. pp. 465-488
- Buttel, Frederick H. (1993). "Ideologia e tecnologia agrícolas no final do século XX: biotecnologia como símbolo e substância". in *Ensaio FEE*. Porto Alegre. Vol. 14. N.º 1. pp. 303-322.
- Buttel, Frederick H. (2000). "Ecological modernization as social theory". in *Geoforum*. N.º 31. pp. 57-65.
- Buttel, Frederick H. (2002). "Environmental sociology and the sociology of natural resources: Institutional histories and intellectual legacies" in *Society & Natural Resources*. Vol. 15. N.º3. pp. 205-211.
- Buttel, Frederick H. (2003a). "Environmental Sociology and the Explanation of Environmental Reform". in *Organization & Environment*. Vol. 16. N.º 3. pp. 306-344.
- Buttel, Frederick H. (2003b). "Internalizing the Societal Costs of Agricultural Production". in *Plant Physiology*. Vol. 133. pp. 1656-1665.
- Buttel, Frederick H. (2006). "Sustaining the unsustainable: agro-food systems and environment in the modern world." in *The Handbook of Rural Studies*. 2006. SAGE Publications. Disponível online a 19 Abril de 2010 em http://www.sage-reference.com/hdbk_rural/Article_n15.html.
- Cabral, João (1993a). "Rio Lis" in João Cabral. *Anais do município de Leiria. Volume I*. Leiria. Câmara Municipal de Leiria. 2.ª Edição, pp. 24-240.
- Cabral, João (1993b). *Anais do município de Leiria. Volume III*. Leiria. Câmara Municipal de Leiria. 2.ª Edição.

- Cabral, Manuel Villaverde (1997). *Cidadania política e equidade social em Portugal*. Oeiras. Celta Editora.
- Cabral, Manuel Villaverde (2000). “O exercício da cidadania política em Portugal”. in *Análise Social*. Vol. XXXV. N.^{os} 154-155. pp. 85-113.
- Cabral, Manuel Villaverde (2011). “Cidadania, inclusão e voz”. in *Cad. Metrópoles*. Vol. 13. N.^o 26. pp. 341-357,
- Caldas, Eugénio Castro (1991). *A agricultura portuguesa através dos tempos*. Lisboa. Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Câmara Municipal de Leiria (1988). *A protecção do ambiente e a gestão dos recursos naturais na Bacia do Lis. Conclusões do simpósio realizado em Maio de 1988 sobre o Rio Lis*. Leiria. Câmara Municipal de Leiria.
- Campar et alia. (1989). *A bacia hidrográfica do rio Lis: contributo para o estudo da organização do espaço e dos problemas de ambiente*. Leiria. Câmara Municipal de Leiria/Comissão de Coordenação da Região Centro.
- Carolan, Michael S. (2004). “Ecological Modernization Theory:What About Consumption?”. in *Society & Natural Resources*. Vol. 17. N^o 3. pp. 247-260.
- Cartaxo, L. M. (1990). “Estimativa das cargas poluentes produzidas pelos sectores de actividade industrial em Portugal Continental”. in *Encontro Técnico “Água e indústria”*. APRH. Lisboa.
- Cartaxo, L. M. et alia. (1985). *Determinação das cargas poluidoras brutas produzidas pelos sectores de actividade industrial em Portugal Continental*. MES, SEOP, DGRAH, DSCP. Lisboa.
- Carter, Neil (2001). *The politics of the environment. Ideas, activism, policy*. Cambridge. Cambridge University Press.
- Carvalho, Anabela e Jacquelin Burgess (2005). “Cultural Circuits of Climate Change in U.K. Broadsheet Newspapers, 1985–2003”. in *Risk Analysis*. Vol. 25, N.^o 6. pp. 1457-1469.
- Carvalho, Aurora Margarida Borges de (1982). “Estocolmo, Nairobi - dez anos de política de Ambiente”. *Comunicação da secretária de Estado do Ordenamento e Ambiente Aurora Margarida Borges de Carvalho na Conferência do Programa de ambiente das Nações Unidas*. Lisboa. Secretário de Estado do Ordenamento e Ambiente.

- Castro, José Esteban (2006). *Water, Power and Citizenship: Social Struggle in the Basin of México*. Oxford. Palgrave Macmillan/St. Antony's College.
- Castro, José Esteban (2007). "Systemic Conditions Affecting the Universalisation of Water and Sanitation Services: A Sociological Exploration" in *Journal of Comparative Social Welfare*. Vol. 23. N.º 2. pp. 105 – 119.
- Castro, José Esteban (2009). "Luta pela água na América Latina". in *Desafios do Desenvolvimento*. IPEA. N.º 51 Disponível em 24 de Abril de 2012 em http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=10583
- Cautela, Afonso (1977). *Ecologia e luta de classes em Portugal. Reportagens*. Lisboa. Sodicultur.
- Charleston, Donnie (2004). "Feeding the Hog Industry in North Carolina: Agri-Industrial Restructuring in Hog Farming and Its Implications for the US Periphery". in *Sociation Today*. Vol. 2, N. 1. Disponível em <http://www.ncsociology.org/sociationtoday/v21/hog.htm>
- Cioc, Marc (2002). *The Rhine. An eco-biography, 1815-2000*. Seattle e Londres. University of Washington Press.
- CLAPA (2006). "Historial. Alviela do Fundo dos Tempos". in *Comissão de Luta Anti Poluição do Alviela - Associação Popular Ecológica*. Disponível em 15 de Fevereiro de 2012 em <http://clapa.blogs.sapo.pt/2151.html>
- Clarke, Keith C. e Jeffrey J. Hemphil (2002). "The Santa Barbara Oil Spill. A Retrospective". in Danta, Darrick (Ed.). *Yearbook of the Association of Pacific Coast Geographers*. University of Hawai'i Press. Vol. 64. pp. 157-162.
- CML (2002). *Acta n.º 37 de 23 de Setembro de 2002*. Leiria. Câmara Municipal de Leiria.
- CNA (1976). *Caracterização ecológica do estuário do Tejo. Relatório preliminar. Fase I*. Lisboa. Comissão Nacional do Ambiente.
- Corbett, Julia B. (1998). "Media, Bureaucracy, and the Success of Social Protest: Newspaper Coverage of Environmental Movement Groups". in *Mass Communication and Society*. Vol. 1. N.ºs 1-2. pp. 41-61.
- Coser, Lewis (1956). "Conclusion". in Coser, Lewis. *The Functions of Social Conflict*. Glencoe, IL. Free Press. pp. 151-157.

- Coser, Lewis (1977). “Estrutura e conflito”. in Blau, Peter M. (org.). *Introdução ao estudo da estrutura social*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. pp. 231-240.
- Costa, Pedro Celestino da (1957). “Poluição do estuário do Tejo”. in *Separata da Técnica. Revista de Engenharia dos Alunos do IST*. Lisboa. Instituto Superior Técnico.
- Cunha, José Correia da (1973). “Portugal e a defesa do ambiente”. in AAVV. *Ecologia contra a poluição. Novos Cadernos D. Quixote 5*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. pp. 9-20.
- Cunha, L. Veiga da et alia. (1974). *Fundamentos de uma Nova Política de Gestão das Águas em Portugal*. Lisboa. Ministério do Equipamento Social e do Ambiente.
- Cunha, L. Veiga da et alia. (1981). *A gestão da água. Princípios fundamentais e sua aplicação a Portugal*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Dearing, J. W. e E. M. Rogers (1996). *Communication Concepts 6: Agenda-setting*. Thousands Oaks, CA. Sage.
- Deléage, Jean-Paul (1993). *História da ecologia: uma ciência do homem e da natureza*. Lisboa. Publicações Dom Quixote.
- DGE (2012). *Attitudes of Europeans towards water – Related issues*. Eurobarometer Flash 344. Directorate-General for Environment (DGE)/Directorate-General for Communication.
- Dietz, Thomas et alia. (1989). “Definitions of Conflict and the Legitimation of Resources: The Case of Environmental Risk”. in *Sociological Forum*. Vol. 4. N.º 1. pp. 47-70.
- Diniz, Mário (1949). “Os campos de Leiria. Seu passado e rumo para o futuro”. in *Separata da revista A Granja*. N.º 1. Ano IX.
- Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos (DGSH) (1962). “Esclarecimentos sobre a matéria de artigos publicados na imprensa em relação à obra dos campos do Lis”. in *Boletim trimestral de informação*. N.º 5. pp. 44-80.
- Dispensa, Jaclyn Marisa e Robert J. Brulle (2003). “Media’s social construction of environmental. Issues: Focus on Global Warming - A Comparative Study”. in *International Journal of Sociology and Social Policy*. Vol. 23. N.º 10. pp. 74-105.
- Downs, Anthony (1972). “Up and down with ecology – the ‘Issue attention cycle’”. in *The Public Interest*. N.º 28. pp. 38-50.

- DRARNC (1996). *Estudo para a definição da solução base de despoluição das bacias do Rio Lis e da Ribeira de Seica*. Ministério do Ambiente e recursos naturais. Instituto da água. Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Centro (DRARNC)
- Duarte, Madalena (2007). *Os movimentos sociais na justiça: o uso do direito nas lutas do movimento ambientalista português*. Tese de Mestrado em Sociologia apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Dunlap, Riley E. (2000a). “Environmental Sociology. A Personal Perspective on Its First Quarter Century”. in *Organization & Environment*. Vol. 15. N°. 1. pp. 10-29.
- Dunlap, Riley E. (2000b). “Evolution of environmental sociology: a brief history and assessment of the American experience”. in Redclift; Michael e Graham Woodgate (Ed.). *The International Handbook of Environmental Sociology*. Cheltheham. Edward Elgar.
- Dunlap, Riley E. (2002a). “Light stays green for environmental protection. An enduring concern” in *Public Perspective*. Vol. 13. N.º 5. pp.10-14.
- Dunlap, Riley E. (2002b). “Environmental Sociology”. Robert B. Bechtel e Arza Churchman (Eds.). *Handbook of Environmental Psychology*. Nova Iorque. John Wiley & Sons. pp.160-171
- Dunlap, Riley E. (2007), “Sociology of the environment” in George Ritzer (ed.). *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*. Vol. 4. Malden, MA. Blackwell. pp. 1417-1422.
- Dunlap, Riley E. e Brent K. Marshall (2007), “Environmental sociology” in Clifton D. Bryant e Dennis L. Peck (eds.). *21st Century Sociology: A Reference Handbook*. Vol. 2. Thousand Oaks, CA. Sage. pp. 329-340.
- Durrenberger, E. Paul e Kendall M. Thu (1997). “Signals, Systems, and Environment in Industrial Food Production”. in *Journal of Political Ecology*. Vol. 4. pp. 27-40.
- Edwards, Bob e Adam Driscoll (2009). “From farms to factories: the environmental consequences of swine industrialization in North Carolina”. in Kenneth A. Gould e Tammy L. Lewis (Ed.). *Twenty lessons in environmental sociology*. Nova Iorque e Londres, Oxford University Press. pp. 153-175.
- Edwards, Bob e Anthony Ladd (2000). “Environmental justice, swine production and farm loss in North Carolina”. in *Sociological Spectrum*. N° 20. pp. 263-2000.

- ERSAR (2010). *Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal em 2009. Vol. 1 – Caracterização Geral do Sector*. Lisboa. Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR).
- Estanque, Elísio (2006). “A questão social e a democracia no início do séc. XXI. Participação cívica, desigualdades e sindicalismo”. in *Revista Finisterra*. Vol. 55-56-57. pp. 77-99.
- Esteves, João Pissarra (2005). *O espaço público e os media. Sobre a comunhão entre a normatividade e facticidade*. Lisboa. Edições Colibri/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Eurostat (2011). “Pig farming statistics”. Dados disponíveis a 20 de Novembro de 2011 em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Pig_farming_statistics#Structure_of_the_pig_farms
- Faostat (2011). “Live Animals: pigs”. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Dados disponíveis a 20 de Novembro de 2011 em <http://faostat.fao.org/site/573/DesktopDefault.aspx?PageID=573#ancor>
- Fernandes, António Teixeira (1993). “Conflitualidade e movimentos sociais”. in *Análise Social*. Vol. xxviii. N.ºs 123-124. (4.º-5.º). pp. 787-828.
- Fernandes, Rui (2004). “Ambiente e desenvolvimento. Da morte à ressurreição do Alviela”. in *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*. Braga 12 - 15 de Maio. Disponível a 15 de Fevereiro de 2011 em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR460e7cbc0eadb_1.pdf
- Ferreira, José Gomes (2008). “Saneamento básico – Proposta de análise do problema em Portugal 1970-2000”. in *VI Congresso Ibérico sobre Gestão e Planeamento da Água*, 4 a 7 de Dezembro de 2008, Vitoria-Gasteiz (Espanha).
- Ferreira, José Gomes (2009a). “O saneamento básico na agenda mediática 1970-2000. Estudo de caso”. in *X Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais*. 4 a 7 de Fevereiro de 2009, Braga.
- Ferreira, José Gomes (2009b). “A poluição hídrica na bacia hidrográfica do Lis. Raízes históricas de um problema sem solução?”. in *1º Congresso Lusófono sobre Ambiente e Energia. Estoril*. 20, 21 e 22 de Setembro de 2009.

- Ferreira, José Gomes (2011). “Milagres, suiniculturas e poluição hídrica na agenda dos media”. in *Actas do VII Congresso Ibérico sobre Gestão e Planeamento da Água. Talavera de la Reina*, (Espanha). 16 a 19 de Fevereiro.
- Ferreira, Maria da Conceição Fernandes (1998). *O linho na tradição*. S.I. Greca.
- Figueiredo, Elisabete e Teresa Fidélis (2003). “No meu quintal, não! Contributo para uma análise dos movimentos ambientais de raiz popular em Portugal (1974-1994)”. in *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Nº. 65. pp. 151-173.
- Figueiredo, Elisabete et alia. (2001). “Grassroots environmental action in Portugal (1974-1994)”. in Eder, Klaus e Maria Kousis (Ed.). *Environmental politics in Southern Europe: Actors, institutions and discourses in a Europeanizing society*. Doderecht/Boston/Londres. Kluwer Academic Publications. pp. 197-221.
- Figueiredo, Leopoldo de (1974). “Destino das águas residuais. Inquérito ordenado pela Delegação de Saúde de Lisboa e levado a efeito pelos subdelegados concelhios do distrito (1973). Estudo sobre os dados obtidos”. in *Separata de «O Médico»*. Vol. LXXII. N.º 1194. pp.114-115.
- Fillieule, Olivier e Fabien Jobard (1998). “The Policing of Protest in France: Toward a Model of Protest Policing”. in Della Porta, Donatella e Herbert Reiter (eds.). *Policing Protest. The Control of Mass Demonstrations in Western Democracies*. Minneapolis. University of Minnesota Press. pp.70-90
- Fillieule, Olivier e Manuel Jiménez (2003). “The Methodology of Protest Event Analysis and the Media Politics of Reporting Environmental Protest Events. Appendix A”. in Rootes, Chris. *Environmental protest in Western Europe*. Oxford. Oxford University Press. pp. 258-279.
- Frank, Andre Gunder e Marta Fuentes (1987). “Nine Theses On Social Movements” in *Thesis Eleven*. N.º 18-19. pp. 143-165.
- Fraser, Evan et alia. (2006). “Bottom up and top down: Analysis of participatory processes for sustainability indicator identification as a pathway to community empowerment and sustainable environmental management” in *Journal of Environmental Management*. N.º 78, pp. 114–127.

- Gamson, William A. e Andre Modigliani (1989). “Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach”. in *The American Journal of Sociology*. Vol. 95. N.º 1. pp. 1-37.
- Gamson, William A. e Gadi Wolfsfeld (1993). “Movements and Media as Interacting Systems”. in *Annals of the American Academy of Political and Social Science*. Vol. 528. pp. 114-125.
- Gamson, William A. et alia. (1992). “Media Images and the Social Construction of Reality”. in *Annual Review of Sociology*. Vol. 18. pp. 373-393.
- Garcia, José Luís et alia. (1999). *Poluição e Despoluição do Rio Lis*. Lisboa. Observa.
- Garcia, Ricardo (2004). *Sobre a terra: um guia para quem lê e escreve sobre ambiente*. Lisboa. Público.
- Garnel, Maria Rita Lino (2009). “Portugal e as Conferências Sanitárias Internacionais (Em torno das epidemias oitocentistas de cholera-morbus)”. in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. N.º 9. pp. 229-251.
- Giddens, Anthony (1992). *As consequências da modernidade*. Oeiras. Celta Editora.
- Giddens, Anthony (1994). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras. Celta.
- Giddens, Anthony (1997). *Sociologia*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Giddens, Anthony (1999). *Para uma terceira via: a renovação da social-democracia*. Lisboa. Editorial Presença.
- Giddens, Anthony (2000). “Viver numa sociedade pós-industrial” in Beck, Ulrich, Giddens, Anthony e Scott Lash. *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética no mundo moderno*. Oeiras. Celta Editora, pp. 53-104.
- Gil, Juan Martinez (2010) *Una nueva cultura del agua y de la vida. La experiencia fluviofeliz*. Saragoça. Fundación Nueva Cultura del Agua.
- Glenna, Leland L. e Georgi V. Mitev (2009). Global neo-liberalism, global ecological modernization, and a swine CAFO in rural Bulgaria”. in *Journal of Rural Studies*. Vol. 25. N.º 3. pp. 289-298
- Goldblatt, David (1998). *Teoria social e ambiente*. Lisboa. Instituto Piaget.

- Gould, Kenneth A. (1993). "Pollution and perception. social visibility and local environmental mobilization". in *Qualitative Sociology*. Vol. 16. N.º 2. pp. 157-178.
- Gouëset, Catherine (2010). «Chronologie. La Bretagne, terre de nitrates depuis 40 ans». in *L'Express*. Edição de 25/06/2010. Disponível a 26 de Junho de 2012 em http://www.lexpress.fr/actualite/environnement/la-bretagne-terre-de-nitrates-depuis-40-ans_779749.html
- Gouldson, Andrew e Joseph Murphy (1996). "Ecological Modernization and the European Union". in *Geoforum*. Vol. 27. N.º I. pp. 11-21.
- Graça, Celestino (1940). *Notas sobre a cultura do cânhamo: companhia nacional de fiação e tecidos de Torres Novas*. Lisboa. S.I.
- Graça, Celestino (1945). *A cultura do cânhamo*. Lisboa. Livraria Sá da Costa.
- Graça, Maria Ernestina da Silva e Maria Emília Lopes Dias Peixoto (1972). "Subsídios para o conhecimento da poluição dos cursos de água por efluentes industriais". in *Separata dos Arquivos do Instituto Nacional de Saúde*. Vol. I. Lisboa.
- Guivant, Júlia e Cláudio Miranda (1999). "As duas caras de Jano: agroindústrias e agricultura familiar diante da questão ambiental". in *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. V. 16. N.º 3. pp. 85-128.
- Hall, A. et alia. (1985). "Presença de mercúrio nos sedimentos da Ria de Aveiro, Portugal". in *Jornadas da Ria de Aveiro*. Aveiro. Câmara Municipal de Aveiro.
- Hannigan, John (2002). "Culture, globalization, and social cohesion: toward a de-territorialized, global fluids model". in *Canadian Journal of Communication*. Vol. 27. pp. 277-287.
- Hannigan, John A. (1995). *Sociologia Ambiental. A formação de uma perspectiva social*. Lisboa. Instituto Piaget.
- Hansen, Anders (1991). "The media and the social construction of the environment". in *Media, Culture and Society*. Vol. 13. pp. 443-458
- Hansen, Roger (2007). "Water-related Infrastructure in Medieval London". Disponível online a 15 de Fevereiro de 2012 em <http://www.waterhistory.org/histories/london/>

- Hardin, Garrett (1968). “The Tragedy of the commons”. in *Science*. Vol. 162. N.º 3859. pp. 1243-1248.
- Heller, Léo e José Esteban Castro (2007). “Política pública de saneamento: apontamentos teórico-conceituais”. in *Engenharia Sanitário e Ambiental*. Vol. 12. N.º 3.
- Henriques, Fausto G. (1952). “Obras do rio Lis. Alguns problemas hidráulicos em canais de terra”, in *Separata da Revista Técnica. Revista de Engenharia dos Alunos do I. S. T.*
- Hilgartner, Stephen e Charles L. Bosk (1988). “The Rise and Fall of Social Problems: A Public Arenas Model”. in *The American Journal of Sociology*. Vol. 94. N.º 1. pp. 53-78.
- INAG (1994). *Inventário Nacional de Saneamento Básico 1990*. Lisboa. Instituto da Água.
- INAG (1999). *Inventário Nacional de Saneamento Básico 1994*. Lisboa. Instituto da Água. Disponível em CD-rom no INAG.
- INAG (2007). *Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Águas e Águas Residuais – INSAAR. Relatório do estado do abastecimento de água e da drenagem e tratamento de águas residuais. Sistemas públicos urbanos. Campanha ISAAR 2005*. Lisboa. Instituto da Água.
- INAG (2008). *Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Águas e Águas Residuais – INSAAR. Relatório do estado do abastecimento de água e da drenagem e tratamento de águas residuais. Sistemas públicos urbanos. Campanha ISAAR 2006*. Lisboa. Instituto da Água.
- INAG (2009). *Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Águas e Águas Residuais – INSAAR. Relatório do estado do abastecimento de água e da drenagem e tratamento de águas residuais. Sistemas públicos urbanos. ISAAR 2008 (dados de 2007, campanha de 2008)*. Lisboa. Instituto da Água.
- INAG (2011). *Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Águas e Águas Residuais – INSAAR. Relatório do estado do abastecimento de água e da drenagem e tratamento de águas residuais. Sistemas públicos urbanos. Sistemas Públicos Urbanos INSAAR 2010 (dados 2009)*. Lisboa. Instituto da Água.
- INE (1959). *Gado e animais de capoeira. Arrolamento Geral efectuado em 15 de Dezembro de 1955 no Continente e Ilhas adjacentes*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística.

- INE (1979). *Arrolamento Geral do Gado do Continente 1972*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística.
- INE (1984). *Censos - Resultados definitivos. Portugal – 1981*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística.
- INE (1992). *Recenseamento Geral da Agricultura 1989*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística.
- INE (1996). *Censos - Resultados definitivos. Portugal – 1991*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2001a). *Recenseamento Geral da Agricultura 1999*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2001b). *Estatísticas do ambiente 1998-1999*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2002a). *Estatísticas do ambiente 2000*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2002b). *Censos - Resultados definitivos. Portugal – 2001*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2003). *Estatísticas do ambiente 2001*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2004). *Estatísticas do ambiente 2002*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2005a). *Estatísticas do ambiente 2003*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2005b). *Estatísticas do ambiente 2004*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2006). *Estatísticas do ambiente 2005*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2007). *Estatísticas do ambiente 2006*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2008). *Estatísticas do ambiente 2007*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2009). *Estatísticas do ambiente 2008*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2010). *Estatísticas do ambiente 2009*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2011a). *Recenseamento Geral da Agricultura 2009*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2011b). *Estatísticas do ambiente 2010*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística.

- INE (2011c). *Sistema de Contas Integradas das Empresas*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2012). *Censos 2011. Resultados provisórios*. Dados disponíveis a 15 de Fevereiro de 2012 em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao
- INE (s/d). *Manifestantes de gado suíno, e animais manifestados, por distritos e intendências e pecuárias 1934*. INE. Biblioteca Digital. Acedida a 20 de Dezembro de 2011.
- Inspecção-geral do Ambiente – IGA (2003). “Suiniculturas da Bacia do Lis. Relatório da Campanha”. in *Relatório de actividades*. Inspecção-geral do Ambiente. Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente. pp. 411-421.
- Jackson-Smith, Douglas e Frederick H. Buttel (1998). “Explaining the uneven penetration of industrialization in the U. S. dairy sector”. in *Internacional Journal of Sociology of Agriculture and Food*. Vol. 7. pp. 113-150.
- Jesus, Cláudio Miguel André de Sousa (1996). *Gestão integrada de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Lis. Estado actual e medidas para o seu desenvolvimento*. Lisboa. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia Sanitária na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- JNICT (1971). *Relatório Nacional sobre problemas relativos ao ambiente. A submeter à Conferência sobre Ambiente Humano promovido pelas Nações Unidas (Estocolmo, Junho de 1972)*. Lisboa. Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Jones, Bryan D. e Frank R. Baumgartner (2005). *The politics of attention: How government prioritizes problems*. Chicago e Londres. The University of Chicago Press.
- Jorge, Ricardo (1913). “Demogenia e mortalidade das cidades portuguesas. Notas sobre o movimento da população das capitais distritais em 1907-1909 e comparações internacionais”. in *Arquivos do Instituto Central de Higiene. Secção de Higiene*. Vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Jorge, Ricardo d’Almeida (1885). “Primeira conferência. A higiene em Portugal. 3 d’Agosto de 1884”. in Jorge, Ricardo d’Almeida. *Hygiene social applicada à Nação Portuguesa: conferências feitas no Porto*. Porto. Livraria Civilização. pp. 1-45.

- Juska, Arunas (2010). «“Profits to the Danes, for us – Hog stench?” The campaign against Danish swine CAFOs in rural Lithuania». in *Journal of Rural Studies*. Vol. 26. N.º 3. pp. 250-259.
- Kalof, Linda (1997). “Understanding the Social Construction of Environmental Concern”. in *Human Ecology Review*. Vol. 4. N.º 2. pp. 101-105.
- Katko, T. (2000). “Long-term development in water and sanitation services in Finland”. in *Public Works Management & Policy*. Vol. 4. N.º 4. pp. 305-318.
- Katko, Tapiu S. et alia. (2006). “Key long-term strategic decisions in water and sanitation services management in Finland, 1820-2003”. in *Boreal Environmental Research*. Vol. 11. pp. 389-400.
- Key, A. (1956). “Pollution of surface water in Europe”. in *World Health Organization Bulletin*. N.º 14. pp. 845-948. Disponível a 4 de Abril de 2012 em [http://whqlibdoc.who.int/bulletin/1956/Vol14/Vol14-No5-6/bulletin_1956_14\(5-6\)_845-948.pdf](http://whqlibdoc.who.int/bulletin/1956/Vol14/Vol14-No5-6/bulletin_1956_14(5-6)_845-948.pdf)
- Kousis, Maria, Porta et alia. (2008). “Southern European Environmental Movements in Comparative Perspective”. in *American Behavioral Scientist*. Vol. 51. N.º 11. pp. 1627-1647.
- Kriesi, Hanspeter et. alia. (1995). *New Social Movements in Western Europe*. Londres. UCL Press.
- Ladd, Anthony E. e Bob Edwards (2002). “Corporate swine and capitalist pigs: A decade of environmental injustice and protest in North Carolina”. in *Social Justice*. Vol. 29. N.º 3. pp. 26-46.
- Laurian, Lucie (2008). “Environmental Injustice in France”. in *Journal of Environmental Planning and Management*. Vol. 51. N.º 1. pp. 55-79.
- Leahy, Terry (2007). “Sociology and the Environment”. in Germo, John e Poole Marilyn (eds). *Public Sociology: An Introduction to Australian Society*. NSW. Allen & Unwin. pp. 429-51.
- Lema, Paula Bordalo (1975). “Elementos Estatísticos. Arrolamento de gado de 1972” in *Finisterra*. Vol. X. N.º 19. pp. 172-191.

- Lencastre, A. (1986). “A problemática do saneamento básico e do destino final dos efluentes industriais”. in *Sociedade de Geografia de Lisboa. Ciclo de Conferências sobre «A problemática da poluição hídrica em Portugal»*. 6 de Fevereiro de 86.
- Lima, Aida Valadas de e João Guerra (2004). “Degradação ambiental, representações e novos valores ecológicos”. in Almeida, João Ferreira de (org.) (2004). *Os Portugueses e o Ambiente: II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*. Oeiras. Celta Editora. pp. 7-64
- Lima, Aida Valadas de e Luísa Schmidt (1996). “Questões ambientais – conhecimentos, preocupações e sensibilidades”. in *Análise Social*. Vol. XXXI. N.º 135. pp. 205-227.
- Lima, Aida Valadas de Lima (2009). “Sociedade e Ambiente: Um campo de pesquisa sociológica” in *X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Braga. 4 a 7 de Fevereiro de 2009.
- Lipietz, Alain (2002). “A ecologia política e o futuro do marxismo”. in *Ambiente & Sociedade*. Vol. V. N.º 2. pp. 9-22.
- Lourenço, Fausto M. (1993). *O rio Lis*. Marinha Grande. Policopiado.
- Lowe, Philip e David Morrison (1984). “Bad news or good news: Environmental politics and the mass media”. in *The Sociological Review*. Vol. 32. N.º 1. pp. 75-90.
- Mackenzie, Jody e Naomi Krogman (2005). “Public involvement processes, conflict, and challenges for rural residents near intensive hog farms”. in *Local Environment*. Vol. 10. N.º 5. pp. 513-524.
- Mansinho, Inês e Luísa Schmidt (1994). “A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico”. in *Análise Social*. Vol. XXIX. N.ºs 125-126. pp. 441-481.
- MAOT (1999a). *Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Lis*. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território
http://www.arhcentro.pt/website/OLD_Plan._Bacia_Hidrogr%C3%A1fica/PGH_-_Rio_Lis.aspx
- MAOT (1999b). *Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Lis*. Síntese da análise e diagnóstico da situação actual. Volume I – Sumário Executivo. Relatório do Plano. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território/CCDR-Centro. Disponível a 17 de Maio de

2012 em
http://www.arhcentro.pt/website/OLD_Plan._Bacia_Hidrogr%C3%A1fica/PGH_-_Rio_Lis.aspx

MAOT (2000a). *Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (2000-2006) (PEAASAR I)*. Lisboa. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

MAOT (2000b). *Programa Operacional do Ambiente. POA 2000-2006*. Lisboa. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

MAOT (2000c). *Programa Operacional do Ambiente do Centro. POA Centro 2000-2006*. Lisboa. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

MAOT (2010). *Programa Operacional do Ambiente. QCA II. Relatório de execução final do Programa Operacional do Ambiente*. Lisboa. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

MAOTDR (2007a). *Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (2007-2013) (PEAASAR II)*. Lisboa. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

MAOTDR (2007b). *Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-pecuários e Agro-industriais – ENEAPAI*. Lisboa. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR).

MARN (1992). *Relatório do Estado do Ambiente e Ordenamento do Território 1992*. Lisboa. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais.

Martinez-Alier, Joan (2001). “Mining conflicts, environmental justice, and valuation”. in *Journal of Hazardous Materials*. N.º 86. pp. 153-170.

Martins, Júlio Pina (1994). “A aplicabilidade das Normas Comunitárias no direito interno” in Amaral, Diogo Freitas do e Marta Tavares de Almeida (coord.). *Direito do ambiente. Comunicações apresentadas no curso realizado no Instituto Nacional de Administração* [de] 17 a 18 de Maio de 1993. Oeiras. Instituto Nacional de Administração. pp. 185-198.

- Mascarenhas, Michael (2006). "Environmental inequality and environmental justice". in Kenneth A. Gould e Tammy L. Lewis (Ed.). *Twenty lessons in environmental sociology*. Nova Iorque e Londres. Oxford University Press. pp. 127-141.
- Matos, José Saldanha (2003). "Aspectos Históricos e Actuais da Evolução da Drenagem de Águas Residuais em Meio Urbano". in *Engenharia Civil UM*. N.º 16. pp. 13-23.
- Matos, José Saldanha e António Jorge Monteiro (2003). «Saneamento e Ambiente em Portugal – "Quo Vadis". Reflexões Sobre o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2000-2006». Disponível a 15 de Fevereiro de 2012 em http://www.cee.uma.pt/hlima/Doc%20Hidraulica%20Urbana/Introducao/05Saneamento_Ambiente_Portugal.pdf
- McCarthy, Deborah e Leslei King (2005). "Introduction". in King, Leslei e McCarthy, Deborah (ed.). *Environmental sociology. From analysis to action*. Lanham. Rowan & Littlefield Publishers, Inc. pp.xi-xxx.
- McCarthy, James e W. Scott Prudham (2004). "Neoliberal nature and the nature of neoliberalism". in *Geoforum*. N.º 35. pp. 275–83.
- McDonald, Kevin (1994). "Alain Touraine's Sociology of the Subject". in *Thesis Eleven*. N.º 38. pp. 46-60.
- McNeill, John (2000). *Something new under the sun. An environmental history of the twentieth century*. Londres. Penguin Books.
- McQuail, Denis e Sven Windahl (2003). *Modelos de comunicação para o estudo da comunicação de massas*. Lisboa. Editorial Notícias.
- Mellucci, Alberto (1980). "The new social movements: A theoretical approach". in *Social Science Information*. Vol. 19. N.º 2. pp. 199-226
- Mellucci, Alberto (1997). "Juventude, tempo e movimentos sociais". in *Revista Brasileira de Educação*. N.º 5 e 6. pp. 5-14
- Mendes, José Manuel de Oliveira (2010). "Pessoas sem voz, redes indizíveis e grupos descartáveis: os limites da teoria do actor-rede". in *Análise Social*. Vol. XLV. N.º 196. pp. 447-465.

- Mendes, José Manuel de Oliveira e Ana Maria Seixas (2005). “Acção colectiva e protesto em Portugal: Os movimentos sociais ao espelho dos media (1992-2002)”. in *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.º 72. pp. 99-127.
- Mertig, Angela, et alia. (2002). “The environmental movement un the United States”. in Dunlap, Riley e William Michelson. *Handbook of environmental sociology*. Westport e Londres. Greenwood Press.
- Mikesell, Robert E. et alia. (2004). “Overview of social issues related to the swine industry”. Disponível a 15 de Fevereiro de 2012 em <http://www.livestocktrail.uiuc.edu/uploads/sowm/papers/p1-11.pdf>. Universidade do Illinois.
- Milbrath, Lester W. e Frederick R. Inscho (1974). “The Environmental Problem as a Political Problem: An Agenda of Environmental Concerns for Political Scientists”. in *American Behavioral Scientist*. Vol. 17. N.º 5. pp. 623-650.
- Miner, J. R. (1999). “Alternatives to minimize the environmental impact of large swine production units”. in *Journal of Animal Science*. N.º 77. pp. 440-444.
- Ministério do Planeamento (1999). *QCA. Quadro Comunitário de Apoio. Portugal 2000-2006*. S.I. Ministério do Planeamento/Comissão Europeia.
- Ministério do Plano e Coordenação Económica/Secretaria de Estado do Planeamento (1977). *Plano para 1977*. Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Mol, Arthur P. J. (1999). “Ecological modernization and the environmental transformation of Europe: between national variations and common denominators”. in *Journal of Environment Policy and Planning*. Vol. 1. N.º 2. pp. 167-181.
- Mol, Arthur P. J. (2000). The environmental movement in an era of ecological modernization”. in *GeoForum*. Vol. 31. Issue 1. pp. 45-56.
- Mol, Arthur P. J. (2002). “Ecological Modernization and the Global Economy”. in *Global Environmental Politics*. Vol. 2. N.º 2. pp. 92-115
- Mol, Arthur P. J. e Gert Spaargaren (2002). “Ecological modernization and the environmental state”. in *The Environmental State Under Pressure*. Vol. 10. pp. 33-52.
- Mol, Arthur P. J. e Gert Spaargaren (2005a). “From additions and withdrawals to environmental flows”. in *Organization & Environment*. Vol. 18. N.º 1. pp. 91-107.

- Mol, Arthur P. J. e Gert Spaargaren (2005b). “Para uma sociologia dos fluxos ambientais. Uma nova agenda para a Sociologia Ambiental do século XXI”. in *Política e Sociedade*. N.º 7. pp. 27-76.
- Mol, Arthur P. J., e Gert Spaargaren (2000). “Ecological modernisation theory in debate: a review”. in *Environmental Politics*. Vol. 9. N.º 1. pp. 17-49.
- Mol, Arthur P.J. (2010). “Social Theories of Environmental Reform: Towards a Third Generation”. in Gross, Matthias e Harald Heinrichs (Ed.). *Environmental Sociology. European Perspectives and Interdisciplinary Challenges*. Dordrecht, Heidelberg, Londres, Nova Iorque. Springer. pp. 19-38.
- Mol, Arthur P.J., e David A. Sonnenfeld (2000). “Ecological modernization around the world: an introduction”. in *Environmental Politics*. Vol. 9. N.º 1. pp. 3-16.
- Molotch, Harvey e Marilyn Lester (1975). “Accidental News: The Great Oil Spill as Occurrence and National Event”. in *American Journal of Sociology*. Vol. 81. N.º 2. pp. 235-260.
- Monceau, Henri-Louis Duhamel du (1799). *Descrição sobre a cultura do canamo, ou canave, sua colheita, maceração n'agua, até se pôr no estado para ser gramado, ripado, e assedado*. Lisboa. Traduzida e impressa por ordem de sua Magestade
- Monte, Maria Helena Marecos do e José Roberto P. W. Bicudo (1991). “Impacto socio-económico da aplicação da Proposta de Directiva relativa ao tratamento de águas residuais urbanas”. in *Seminário sobre ETAR. Implicações da adopção da Directiva Comunitária relativa ao tratamento de águas residuais urbanas*. Lisboa, 12 e 13 de Março de 1991. Associação Portuguesa para Estudos de Saneamento Básico. pp. 67-121.
- MOP (1949). “Rio Lis. Regularização e defesa dos campos marginais”. in *Separata das Actas do 17.º Congresso Internacional de Navegação*. Lisboa. Ministério das Obras Públicas (MOP).
- MOPC (1945). “Regularização do rio Lis e seus afluentes e defesa dos campos marginais”. in *Anuário dos Serviços Hidráulicos dos anos 1942-1943*. Lisboa. Imprensa Nacional de Lisboa/ Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC)

- Morais, Álvaro Queiroz de (1977). *Depuração dos esgotos domésticos dos pequenos aglomerados populacionais e habitações isoladas*. Lisboa. Direcção Geral de Saneamento Básico. 2ª Edição.
- MPAT (1989). *Plano de Desenvolvimento Regional. PDR 1989-1993*. Lisboa. Ministério do Planeamento e da Administração do Território (MPAT). Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional. Vol. I e II.
- MPAT (1994). *Quadro comunitário de Apoio. PDR 1994-1999. Plano de Desenvolvimento Regional 1994-1999. Preparar Portugal para o Século XXI*. Lisboa. Ministério do Planeamento e da Administração do Território (MPAT). Secretaria de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional.
- Nave, Joaquim Gil (2000). *The politics of environmental groups in Portugal*. Doctoral dissertation European University Institute. Department of Political and Social Sciences. Florença. Itália.
- Nave, Joaquim Gil (2003). “Mobilização e acção popular na defesa do ambiente local. Alguns elementos de análise sobre o efeito NIMBY em Portugal”. in Rebelo, José (coord.). *Novas formas de mobilização popular*. Porto. Campo das Letras. pp. 209-235.
- Nave, Joaquim Gil e Susana Fonseca (2004). “Entre a cultura ambiental e o efeito NIMBY. As várias faces de uma cidadania para o ambiente!”. in Almeida, João Ferreira de (org.). *Os Portugueses e o Ambiente: II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*. Oeiras. Celta Editora. pp. 237-335.
- Nave, Joaquim Gil et alia. (1999). *Contextos institucionais de acção colectiva e participação na área das políticas do ambiente*. Lisboa. Observa.
- Nave, Joaquim Gil et alia. (2000). *As Organizações Não Governamentais de Ambiente – Elementos de Fenomenologia – Resultados parciais do Inquérito às ONGA, aplicado no âmbito do projecto «Contextos institucionais de acção colectiva e participação na área das políticas do ambiente»*. Lisboa. Observa.
- Neto, Henrique (1995). *Grave atentado à qualidade da água de consumo na cidade de Leiria. Leiria*. Autoridade de Saúde de Leiria. Relatório Policopiado.
- Neuzil, Mark e William Kovarik (1996). *Mass Media and Environmental Conflict America's Green Crusades*. Thousand Oaks, CA. Sage Publications.

- Neves, David (2009). “Sistemas Colectivos de Tratamento de Efluentes – Estudo Técnico e viabilidade económica e financeira: Caso de Leiria”. in *Jornadas Técnicas da XX Feira Nacional do Porco do Montijo*. Montijo 25 e 26 de Setembro de 2009.
- Novek, Joel (2003). “Intensive hog farming in Manitoba: Transnational treadmills and local conflicts”. in *The Canadian Review of Sociology and Anthropology*. Vol. 40. N.º. 1. pp. 3-26.
- Novek, Joel (2003). “Intensive Livestock Operations, Disembedding, and Community Polarization in Manitoba”. in *Society and Natural Resources*. Vol. 16. N.º 7. pp. 567-581.
- Novek, Joel (2005). “Pigs and People: Sociological Perspectives on the Discipline of Nonhuman Animals in Intensive Confinement”. in *Society & Animals*. Vol. 13. N.º 3. pp. 221-244.
- Nunes, Francisco Oneto (1993). *Vieira de Leiria. A história, o trabalho, a cultura*. Junta de Freguesia de Vieira de Leiria.
- Nunes, João Arriscado e Marisa Matias (2003). “Controvérsia científica e conflitos ambientais em Portugal: O caso da co-incineração de resíduos industriais perigosos”. in *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.º. 65. pp. 129-150.
- O'Connor, James (1988). “Capitalism, Nature, Socialism: A Theoretical Introduction”. in *Capitalism, Nature, Socialism*. Vol 1. N.º 1. pp. 11-38.
- O'Connor, James (1994). “Is sustainable capitalism possible?”. in O'Connor, Martin. *Is Capitalism sustainable? Political economy and the politics of ecology*. Nova Iorque. Guidord Press. pp. 152-175
- OECD (2003). *Agriculture, Trade and the Environment. The pig sector*. Paris. Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) Publications.
- Oikos (1994). *Bacia Hidrográfica do Rio Lis*. Leiria. Oikos – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria/Câmara Municipal de Leiria.
- Oliveira, Eduardo de Arantes e (1941). *Esgotos de Lisboa. Estudos de Anteprojecto*. Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa.

- Oliver, Pamela E. e Gregory M. Maney (2000). "Political Processes and Local Newspaper Coverage of Protest Events: From Selection Bias to Triadic Interactions". in *American Journal of Sociology*. Vol. 106. N.º 2. pp. 463-505.
- Ollivro, André (2006). *La Bretagne est-elle une porcherie?* Pornic. Editions du Temps.
- Oudinot, Reinaldo (1787). *Relatório sobre as obras do rio Liz*. Cópia depositada no Arquivo Distrital de Leiria. (Dep. II 117 C 43).
- Pacheco, A.V. de Aragão (1959). *Obras no vale do Lis*. Lisboa. Ministério das Obras Públicas. Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos.
- Pato, João Howell (2008). *O Valor da Água como Bem Público*. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Dissertação de Doutoramento em Sociologia.
- Pato, João Howell (2011). *História das políticas públicas de abastecimento e saneamento de águas em Portugal*. Lisboa. Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).
- Pedrosa, Virgílio Guerra (1942). *O mar o Lis e a floresta de Vieira de Leiria*. Lisboa. S.I.
- Pellow, David N. (2006). "Social inequalities and environmental conflict". in *Horizontes Antropológicos*. Ano 12. N.º 25. pp. 15-29.
- Pereira, Magnus Roberto de Mello (2005). "Alguns aspectos da questão sanitária das cidades de Portugal e suas colónias: dos saberes olfativos medievais à emergência de uma ciência da salubridade iluminista". in *TOPOI*. Vol. 6. N.º 10. pp. 99-142.
- Pereira, Maria Eduarda da Cunha (1996). *Distribuição, reactividade e transporte do mercúrio na Ria de Aveiro*. Tese doutoramento em Química Analítica apresentada à Universidade de Aveiro.
- Petit, Jean e Hayo M.G van der Werf (2003). "Perception of the environmental impacts of current and alternative modes of pig production by stakeholder groups". in *Journal of Environmental Management*. N.º 68. pp. 377-386.
- Quercus (2009). "Má Qualidade Agrava-se nos Rios de Portugal". *Comunicados Quercus*.
- Ramos, Luciano Justo (1968). "Onomástica leirenense Lis e Lena". in *Separata da Revista de Portugal – Série A: Língua Portuguesa*. Vol. XXXIII. Lisboa.

- Rebelo, José (1998). *Formas de legitimação do poder no salazarismo*. Lisboa. Livros e Leituras.
- Rebelo, José (2000). *O discurso do jornal*. O como e o porquê. Lisboa. Editorial Notícias.
- Recilis (2007). *Estação de Tratamento de Efluentes de Suinicultura da Região do Lis. Estudo de Impacto Ambiental. Resumo Não Técnico*. Recilis/Profico Ambiente.
- Reis, António (1994). “O processo de democratização”. in Reis, António (coord). *Portugal 20 anos de democracia*. Lisboa. Círculo de Leitores. pp. 19-39.
- Reisner, A. E. (2005). “Newspaper coverage of controversies about large-scale swine facilities in rural communities in Illinois”. in *Journal of Animal Science*. N.º 83. pp. 2705-2712.
- Ribeiro, Serafim (1972). “Inventário realizado sobre a poluição do meio aquático”. in *I Simpósio Nacional sobre Poluição de Águas Interiores*. Vol. I. Lisboa. D. G. S. Florestais e Aquícolas. pp. 35-44.
- Rochon, Thomas R. e Daniel A. Mazmanian (1993). “Social Movements and the Policy Process”. in *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*. N.º 528. pp. 75-87.
- Rodrigues, Eugénia, (1995). *Os novos movimentos sociais e o associativismo ambientalista em Portugal*. Oficina do CES. N.º. 60. Coimbra. Centro de Estudos Sociais.
- Rodrigues, Maria Eugénia (2002). “Ciência, públicos e ambiente: o discurso 'científico' dos movimentos de protesto ambiental”. in *Sociedade e Cultura 4, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia*. Vol. 18. N.ºs 1 e 2. pp. 271-290.
- Rootes, Christopher (1999). “Environmental movements: From the local to the global”. in *Environmental Politics*. Vol. 8 (1). pp. 1-12.
- Rootes, Christopher (2003). “The transformation of environmental activism: an introduction”. in Rootes, Chris. *Environmental protest in Western Europe*. Oxford. Oxford University Press. pp. 1-19.
- Rudy, Alan P. e Jason Konefal (2007). “Nature, sociology, and social justice”. in *American Behavioral Scientist*. Vol. 51. N.º 4. pp. 495-515.

- Santos, Boaventura Sousa (1994). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto. Afrontamento.
- Santos, Leonardo Bis dos (2009). “Trilhas da política ambiental: conflitos, agendas e criação de unidades de conservação”. in *Ambiente & Sociedade*. Vol. XII. N.º 1. pp. 133-150.
- Saraiva, José Mendes da Cunha (1943). *A bacia hidrográfica do rio Lis e os tributos do engenheiro Reinaldo Oudinot no século XVIII*. Lisboa. Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. Vol. VII.
- Saraiva, Tiago (2010). "Porcos fascistas: genética, organismos industriais e fascismo". in *vídeo da conferência "A Ciência na Construção da Cidadania", no Ciência 2010*. Disponível a 25 de Maio de 2012 em http://www.cvtv.pt/imagens/index.asp?id_tag=15&id_video=819
- Schmidt, Luísa (1999). “Sociologia do ambiente: genealogia de uma dupla emergência”. in *Análise Social*. Vol. XXXIV. N.º 150. pp. 175-210.
- Schmidt, Luísa (2003). *O Ambiente no Ecrã – Emissões e demissões no serviço público televisivo*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.
- Schmidt, Luísa (2006). “Água: 'entupir' e 'desentupir' os canais da comunicação”. in *Actas do 5.º Congresso Ibérico Gestão e Planeamento da Água*, Faro, 4-8 Dezembro de 2006.
- Schmidt, Luísa (2007a). *País (in)sustentável – Ambiente e qualidade de vida em Portugal*. Lisboa. Esfera do Caos.
- Schmidt, Luísa (2007b). “Ondulações Mediáticas”. in Cunha, L. V et alia. (Eds.). *Reflexos da Água*. Lisboa. APRH. pp. 73-73.
- Schmidt, Luísa (2008a). “Ambiente e Políticas Ambientais: escalas e desajustes”. in Villaverde, Manuel et alia. (Eds.). *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais. pp. 285-314.
- Schmidt, Luísa (2008b). “Comunicar a ciência: o papel dos media e os problemas científico-ambientais”. in Schmidt, Luísa e João de Pina Cabral (org.). *Ciência e cidadania. Homenagem a Bento de Jesus Caraça*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais. pp. 85-112.

- Schmidt, Luísa (2009). “Civic Action and Media in the Water Issues”. in Buchanan, Charles et alia. (Eds.). *Making the Passage Through the 21st Century: Water as a Catalyst for Change*. Lisboa. Luso American Foundation. pp. 151-190.
- Schmidt, Luísa e Francisco Manso (2011). *Portugal, um Retrato Ambiental. Episódio 2*. RTP vídeos. Lisboa. Ed FILMS4YOU.
- Schmidt, Luísa e José Gomes Ferreira (2004). “O ambiente na agenda mediática em 2003”. in *Actas do V Congresso Português de Sociologia*. Braga 12-15 de Maio de 2004. Lisboa. Associação Portuguesa de Sociologia.
- Schmidt, Luísa e Susana Valente (2003). “As dimensões mediáticas da água – Evolução e tendências”. in *Actas do II Congresso Ibérico Gestão e Planeamento da Água*. Sevilha, 13 a 17 de Novembro de 2002. Disponível a 20 de Novembro de 2011 em http://congreso.us.es/ciberico/archivos_acrobat/sevillaponenschmidt.pdf
- Schmidt, Luísa et alia. (2004). “Problemas ambientais, prioridades e quadro de vida”. in Ferreira, João Ferreira de (org.). *Os portugueses e o ambiente. II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*. Oeiras. Celta Editora. pp.65-172.
- Schmidt, Luísa et alia. (2009). “Environmental public policies and public awareness in Portugal: a scenario of contradictions”. in *9th Conference of European Sociological Association*, Lisbon 02-05 September 2009.
- Schnaiberg, Allan (1980). *The Environment: From Surplus to Scarcity*. Nova Iorque. Oxford University Press.
- Schnaiberg, Allan (1993). “Introduction: Inequality Once More, With (Some) Feeling”. in *Qualitative Sociology*, Vol. 16, No. 3. pp. 203-206.
- Schnaiberg, Allan e Kenneth Alan Gould (1994). *Environment and Society: The Enduring conflict*. Nova Iorque. St. Martin’s Press.
- SEARN (1987). *Relatório do Estado do Ambiente e Ordenamento do Território 1987*. Lisboa. Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território/Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais (SEARN).

- SEARN (1988). *Relatório do Estado do Ambiente e Ordenamento do Território 1988*. Lisboa. Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território/Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais (SEARN).
- SEPNA/GNR (2011 e 2012). *Queixas sobre descargas na Ribeira dos Milagres*. Leiria. Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana de Leiria.
- Sequeira, Manuel d'Oliveira Matos (1951). *Tecnologia do linho: considerações sobre a maceração*. Centro de Estudos de Microbiologia e Tecnologia Agrícolas. Lisboa. Sep. do "Agros". N.º 5.
- Shanahan, James e Carol Glynn (2007). "The spiral of silence: a meta-analysis and its impacts" in Preiss, Raymond W. et alia. (Ed.). *Mass media effects research. Advances through meta-analysis*. Nova Iorque e Londres. Lawrence Erlbaum Associates.
- Silva, Agostinho da (Ed.) (1940). *Breve história do linho. Iniciação*. Cadernos de Informação Cultural. Lisboa.
- Silva, Álvaro Ferreira da (1994). "Modos de Regulação da Cidade a Mão Visível na Expansão Urbana". in *Penélope*. N.º. 13. pp. 121-146
- Silva, Álvaro Ferreira da e Ana Cardoso de Matos (2000). "Urbanismo e modernização das cidades: o "embellazamento" como ideal, lisboa, 1858-1891". in *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona N.º 69 (30).
- Silva, Álvaro Ferreira da e Maria Luísa Sousa (2009). "In search of the urban variable: Understanding the roots of urban planning in Portugal". in *Métropoles*. N.º 6. pp. 18-64.
- Silva, J. J. Figueiredo da e A. J. Ragageles Valente (1988). "Poluição dos rios Caima e Vouga pela indústria de pasta para papel". in Borrego, Carlos et alia. (Ed.). *Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente*. Aveiro. Universidade de Aveiro. Vol. III. pp.738-745.
- Silva, João M. M. Duarte (1991). *Níveis de atendimento da população portuguesa com serviços de água, esgotos e lixo. A situação da Europa. Os custos de aproximação à CEE*. Lisboa. Sociedade de Geografia.

- Silva, José Pedro e José Gomes Ferreira (2011). “The Water Frame Directive Transposition and Water Pollution in Portugal”. in *10th Conference of the European Sociological Association*. 7th to 10th September 2011, Geneva (Switzerland).
- Silva, Manuel Carlos (1993). “Camponeses, mediadores e Estado”. in *Análise Social*. Vol. xxviii. N.º 122. (3.º). pp. 489-521.
- Silva, Manuel Carlos (1998). *Resistir e adaptar-se: constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto. Afrontamento.
- Silveira, Joaquim Henriques Fradesso da (1872). *O linho em Portugal: primeiras informações para um inquérito. I*. Lisboa. Imprensa Nacional.
- Simmel, George (1968). *Conflict and the web group-affiliations*. Nova Iorque e Londres. The Free Press/ Collier-Macmillan Limited.
- Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos - SNIRH (2012). *Recursos hídricos. Qualidade das águas superficiais – Anuário*. Lisboa. Instituto da Água. Disponível a 4 de Abril de 2012 em http://snirh.pt/snirh.php?main_id=1
- Smith, Joe (2000). *The daily globe: Environmental change, the public and the media*. Londres. Earthscan.
- Smith, Joe (2005). “Dangerous News: Media Decision Making about Climate Change Risk”. in *Risk Analysis*. Vol. 25. N.º 6. pp. 1471-1481.
- Smith, Mark J. e Piya Pangsapa (2008). *Environment and citizenship: integrating justice, responsibility and civic engagement*. Londres e Nova Iorque. Zed Books.
- Soeiro, Joaquim António Soares (1942). “A maceração industrial do cânhamo - Fator de desporeamento aquícola”. in *Sep. das publicações da Direcção Geral dos Serviços Florestais e aquícolas*. Vol. IX. Tomo II. pp. 259-269..
- Soeiro, Joaquim António Soares (1943). “O problema da poluição das águas interiores”. in *Sep. das "Publ. da Dir. Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas"*. Vol. X. Tomo II. pp. 441-448.
- Sonnenfeld, David A. (1999). “Social Movements and Ecological Modernization: The Transformation of Pulp and Paper Manufacturing”. in *Berkeley Workshop on Environmental Politics*. Institute of International Studies, University of California,

- Berkeley Disponível a 15 de Fevereiro de 2012 em <http://escholarship.org/uc/item/3zc0r2km>
- Soromenho-Marques, Viriato (1998). *O futuro frágil: Os desafios da crise global do ambiente*. Mem Martins. Publicações Europa-América.
- Soromenho-Marques, Viriato (2002). “José Correia da Cunha. Um Pioneiro”. in *Jornal de Letras*. 23 de Janeiro de 2002.
- Soromenho-Marques, Viriato (2003). “O associativismo ambiental em Portugal: potencialidades e limites” in Rebelo, José (coord.). *Novas formas de mobilização popular*. Porto. Campo das Letras. pp. 197-207.
- Soromenho-Marques, Viriato (2005). “Raízes do Ambientalismo em Portugal”. in *Metamorfoses. Entre o colapso e o desenvolvimento sustentável*. Mem Martins. Publicações Europa-América. pp. 127-144.
- Sousa, António Gil Baptista de et alia. (1992). *Uma estratégia para a resolução dos problemas de poluição hídrica em Portugal*. Lisboa. Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos/ Câmara Municipal de Lisboa.
- Sousa, Luís (2011). *Corrupção*. Lisboa. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Sousa, Luís e João Triães (2008). *A corrupção e os portugueses: atitudes, práticas e valores*. Cascais. Rui Costa Pinto Edições.
- Sport Lisboa e Benfica – SLB (1958). *Concurso Nacional de Pesca desportiva no rio Lis. I Torneio norte-sul de pesca desportiva de rio. 17 de Agosto de 1958*. Leiria. Sport Lisboa e Benfica. Secção de Pesca.
- Sport Lisboa e Benfica – SLB (1964). *Competições internacionais no Rio Lis. Pesca desportiva. Leiria. 1 e 2 de Agosto de 1964*. Leiria. Sport Lisboa e Benfica.
- Stallings, Robert A. (1991). “Disasters as social problems? A dissentig view”. in *International Journal of Mass Emergencies and Desasters*. Vol. 9. N.º 1. pp. 69-74.
- Stamm, Keith R. et alia. (2000). “Mass communication and public understanding of environmental problems: the case of global warming”. in *Public Understand. Science*. Vol. 9. N.º 3. pp. 219-237.

- Sutherland, Ellen (1999). “The siting of concentrated animal feeding operations (CAFOs): information gaps for achieving environmental justice”. in Kathryn J. Hatcher (Ed.). *Proceedings of the 1999 Georgia Water Resources Conference*. Athens. University of Georgia. pp.257-259.
- Szerszynski, Bronislaw (2002). “Ecological Rites. Ritual Action in Environmental Protest Rituals” in *Theory, Culture and Society*. Vol. 19 (3). pp. 51-69.
- Talbot, Marian (1896). “Sanitation and Sociology”. in *The American Journal of Sociology*. Vol. 2. N.º 1. pp. 74-81.
- Taquino, Michael et alia. (2002). “Units of analysis and the environmental justice hypothesis: the case of industrial hog farms”. in *Social Science Quarterly*. Vol. 83. N.º1. pp-298-316.
- Tavares, Francisco Sousa Tavares (1984). “Para uma política da água”. *Discurso na sessão solene comemorativa do dia nacional da água que encerrou o I Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, 1 de Outubro de 1984*. Ministério da Qualidade de Vida.
- Terra, Luís Silveira Whytton da (1971). “Alguns índices de poluição no rio Ave”. in *I Simpósio Nacional sobre Poluição de Águas Interiores*. Vol. I. Lisboa. D. G. S. Florestais e Aquícolas. pp.95–145.
- Thu, Kendall M. (2002). “Public Health Concerns for Neighbors of Large-scale Swine Production Operations” in *Journal of Agricultural Safety and Health*. Vol. 8. N.º 2. pp. 175-184.
- Touraine, Alain (1984). “Social Movements: Special Area or Central Problem in Sociological Analysis?” in *Thesis Eleven*. N.º 9. pp.5-15.
- Touraine, Alain (2004). “On the Frontier of Social Movements” in *Current Sociology*. Vol. 52(4). pp. 717–725.
- Tribunal de Contas (2007). *Auditoria à regulação no sector das águas – Águas de abastecimento público, águas residuais urbanas e resíduos sólidos urbanos*. Lisboa. Tribunal de Contas.
- UNDP (2011). *The Millennium Development Goals Eight Goals for 2015*. UNDP/UN. Disponível a 29 de Agosto de 2011 em <http://www.beta.undp.org/undp/en/home/mdgoverview.html>

- UNESCO/IHP (2006). *Urban water conflicts. An analysis of the origins and nature of water-related unrest and conflicts in the urban context*. Paris. International Hydrological Programme (IHP) of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO).
- Van der Heijden, Hein-Anton (1999). “Environmental movements, ecological modernisation and political opportunity structures”. in *Environmental Politics*. Special Issue: Environmental Movements Local, National and Global. Vol. 8. Issue 1. pp. 199-221.
- Vandean, Theresa (2003). “The negative social impacts of Manitoba’s hog industry and the implications for social sustainability 2002-2003”. in *Manitoba Legislative Internship Programme*. Disponível a 5 de Janeiro de 2012 em http://www.humanefood.ca/pdf%20links/Negative_Social_Impacts_Manitoba_Hog_Industry.pdf
- Vargas, Gloria Maria (2007). “Conflitos Sociais e Sócio-Ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico”. in *Sociedade & Natureza*. Vol. 19. N.º 2. pp. 191-203.
- Vasconcelos, Lia e Idalina Baptista (Eds) (2002). *Environmental activism in society*. Lisboa. Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Vaz, Iria de Fátima Rodrigues Amado (2000). *As origens do ambientalismo em Portugal. A Liga para a Protecção da Natureza 1948-1974*. Dissertação para a obtenção do grau de mestre em História e Filosofia da Ciência pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- Viégas, Rodrigo Nuñez (2009). “Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas”. in *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. N.º 19. p. 145-157.
- Vieira, Judite dos Santos (2007). *Transformações Biogeoquímicas na Bacia Hidrográfica do Rio Lis*. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Engenharia. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
- Vliet, Bas van (2009). “The sustainable transformation of sanitation”. in Kenneth A. Gould e Tammy L. Lewis (Ed.). *Twenty Lessons in environmental sociology*. Nova Iorque e Oxford. Oxford University Press. pp.337-354.
- Wagner, Travis (2004). “Hazardous Waste: Evolution of a National Environmental Problem” in *Journal of Policy History*. Vol. 16. N.º 4. pp. 306-331.

- Walker, G. P. (2007). “Environmental justice and the distributional deficit in policy appraisal in the UK”. in *Environmental Research Letters*. Vol 2. N.º 4.
- Wanta, Wayne e Salma Ghanem (2007). “Effects of agenda setting” in Preiss, Raymond W. et alia. (Ed.). *Mass media effects research. Advances through meta-analysis*. Nova Iorque e Londres. Lawrence Erlbaum Associates. pp. 37-52
- WHO/UNICEF (2010). *Progress on Sanitation and Drinking-Water –2010. Update Report*. Disponível a 14 de Setembro de 2011 em http://whqlibdoc.who.int/publications/2010/9789241563956_eng_full_text.pdf
- Williams, Heather (2006). “Fighting Corporate Swine”. in *Politics and Society*. Vol. 34. N.º 3. pp.369-397.
- Williams, Jerry (1998). “Knowledge, Consequences, and Experience: The Social Construction of Environmental Problems”. in *Sociological Inquiry*. Vol. 68. N.º 4. pp. 476-97.
- Wilson, Sacoby M. et alia. (2002), “Environmental injustice and the Mississippi hog industry”. in *Environmental Health and Perspectives*. Vol. 110. Supplement 2. pp. 195-201.
- Wittmer Heidi et alia. (2006). “How to select instruments for the resolution of environmental conflicts?”. in *Land Use Policy*. N.º 23. pp. 1-9
- Yearley, Steven (1992). *A causa verde. Uma sociologia das questões ambientais*. Oeiras. Celta Editora.
- Yearley, Steven (2002) “The social construction of environmental problems: A theoretical review and some not-very-herculean labours”. in Dunlap, Riley et alia. (Ed.). *Sociological Theory and the Environment. Classical Foundations, contemporary insights*. Lanham. Boulder. Nova Iorque. Oxford. Rowman & Littlefield Publishers, Inc. pp. 274-285.
- Yearley, Steven (2005). *Cultures of environmentalism: empirical studies in environmental sociology*. Basingstoke. Palgrave Macmillan.
- York, Richard e Eugene A. Rosa (2003). “Key Challenges to Ecological Modernization Theory: Institutional Efficacy, Case Study Evidence, Units of Analysis, and the Pace of Eco-Efficiency”. in *Organization & Environment*. Vol. 16. N.º 3. pp. 273-288.

Jornais

As Beiras

Diário de Lisboa (DL)

Diário de Notícias (DN)

Jornal de Leiria (JL)

Jornal de Notícias (JN)

Público

Região de Leiria (RL)

Websites

Diário da República Electrónico www.dre.pt

Ecoline – Conhecer mais para Mudar melhor - <http://ecoline.ics.ul.pt>

Instituto Nacional de Estatística - www.ine.pt

Manitoba Markets Index (2011) –
<http://www.gov.mb.ca/agriculture/news/markets/index.html>

Oikos – Associação de Defesa do Ambiente e Património da Região de Leiria -
<http://www.oikosambiente.com/>

Policy Agendas Project - www.policyagendas.org

Arquivos

Arquivo Administrativo de Leiria, consultado em 2009

Arquivo Distrital de Leiria, consultado em 2008 e 2009

Arquivo do Instituto Nacional da Água, consultado em 2011

Documentos disponibilizados pela Secção de Leiria da ARH do Centro (Secção de Leiria da ARH Centro), consultados em 2010.